

# DESLOCAMENTOS & HISTÓRIAS: *OS PORTUGUESES*



Maria Izilda Matos  
Fernando de Sousa  
Alexandre Hecker  
(Org.)

  
EDUSC

Editora da Universidade do Sagrado Coração

# Deslocamentos e histórias: os Portugueses



ciencias sociais

# Deslocamentos e histórias: os Portugueses

*Organizadores*

Maria Izilda S. de Matos

Fernando de Sousa

Alexandre Hecker





Rua Irmã Arminda, 10-50  
CEP 17011-160 – Bauru - SP  
Fone (14) 2107-7111 – Fax (14) 2107-7219  
www.edusc.com.br

---

D462

Deslocamentos e história: os Portugueses /  
Organizado por Maria Izilda S. de Matos, Fernando de  
Sousa e Alexandre Hecker. -- Bauru, SP : Edusc, 2008.  
416 p. ; 21 cm. -- (Coleção Ciências Sociais)

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-7460-349-0

1. Portugueses 2. Imigração 3. História 4. Viagens. I. Matos,  
Maria Izilda S. de (Org.) II. Souza, Fernando de (Org.) III.  
Hecker, Alexandre (Org.) IV. Série

CDD 900

---

Copyright © EDUSC, 2008

# SUMÁRIO

- 9 APRESENTAÇÃO
- PARTE 1  
E/Imigração: Legislação, Registros e Interpretações
- 15 Registros de imigrantes: estratégias de pesquisa  
*Ismênia de Lima Martins* (UFF – Faperj)
- 27 A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira  
abordagem (1834-1950)  
*Fernando de Sousa* (Cepese – Universidade Lusíada)
- 35 Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia  
Constitucional  
*Maria da Conceição Meireles Pereira* (Universidade do Porto)
- 49 Triângulo imigrantista: o caso Hessels-Carrière e a  
re-emigração de portugueses do Brasil para a Venezuela  
e as Antilhas Holandesas  
*José Sacchetta Ramos Mendes*
- 59 A Hospedaria Central: a Ilha das Flores como a ante-sala do  
paraíso  
*Beatriz Kushnir* (Arquivo Municipal – Rio de Janeiro)

- 75 A emigração portuguesa para o estado de São Paulo através dos livros de passaportes do Governo Civil do Porto (1880-1893): percursos de uma diáspora  
*Maria José Ferraria e Paulo Amorim* (Cepese)
- 87 Um exercício de cruzamento de fontes: identificação de uma família emigrante do Concelho de Guimarães (1903-1913)  
*Carmen Alice Aguiar de Morais Sarmiento Cunha* (Cepese)
- PARTE 2
- Mundo dos Negócios: Bens, Comércio e Comerciantes
- 103 Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851-1870)  
*Lená Medeiros de Menezes e Paula Leitão Cypriano* (UERJ)
- 119 Portugueses no alto comércio santista no início da República Velha  
*Maria Aparecida Franco Pereira* (Unisantos)
- 131 Negociantes e caixeiros na cidade de São Paulo em meados do século 19  
*Sênia Bastos* (Universidade Anhembi/Morumbi)
- 141 A presença portuguesa no comércio em Santos  
*Maria Suzel Gil Frutuoso* (Unisantos)
- 155 História de vida e imigração: as formas do passado  
*Andréa Telo da Corte* (PPGH-UFF/Nemic)
- 171 O funcionamento da Comissão Mista Brasil-Portugal do Tratado de Paz e Aliança de 1825 e os seqüestros de bens  
*Gladys Sabina Ribeiro e Eliane Paiva Machado* (UFF)

- 189 Entre portos, comércio, e trocas culturais: os portugueses e as lutas sociais na Amazônia – 1808-1835  
*Magda Maria de Oliveira Ricci* (UFPA)

PARTE 3

Memórias, Tradições e Territórios

- 211 Imigrantes portugueses em São Paulo: história oral  
*Alice Beatriz da Silva Gordo Lang e Zeila de Brito Fabri Demartini* (Ceru/USP)
- 225 Indolente ou laborioso? A construção de sentidos na e/imigração portuguesa para o Amazonas  
*Paulo Marreiro dos Santos Júnior* (PUC/SP – FAPEM)
- 245 A emigração açoriana para o Brasil: ritmos e destinos  
*José Damião Rodrigues e Gilberta Pavão Nunes Rocha* (Universidade dos Açores)
- 259 Imigrantes açorianos em São Paulo: tempos, tradições e transformações  
*Maria Izilda Santos Matos e Elis Regina Barbosa Angelo* (PUC/SP)
- 273 Três mulheres em seus tempos: vivências de portuguesas no Brasil, da colônia aos nossos dias  
*Etelvina Maria de Castro Trindade* (UFPR/Universidade Tuiuti)
- 283 Imigração portuguesa em São Paulo: memórias, gênero e identidade  
*Maria Aparecida Macedo Pascal* (UPM)
- 293 Vila Madalena e a imigração portuguesa: cultura, trabalho, religião e cotidiano  
*Yvone Dias Avelino* (PUC/SP)

- 303 Portugueses em Santos (SP) – 1890-1930: cultura arquitetônica e estratégias espaciais  
*Jaelson Bitran Trindade* (IPHAN)
- 321 O Colyseu: arena de touros e toureiros do além-mar – Belém do Pará (1894-1900)  
*Maria de Nazaré Sarges* (UFPA)

#### PARTE 4

#### Ações, Associações e Lutas Políticas

- 339 A Sociedade Portuguesa em Curitiba: um projeto identitário (1878-1900)  
*Roseli Boschilia* (UFPR)
- 357 Imigração: identidade e integração, 1903-1916  
*Vitor Manoel Marques da Fonseca* (UFF)
- 371 Barradas de Carvalho nas lentes da Pide  
*José Jobson de Andrade Arruda* (USP / Unicamp)
- 381 Políticas e polícias autoritárias, tanto lá como cá  
*Frederico Alexandre de Moraes Hecker* (Unesp / UPM)
- 391 Os portugueses no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial – a questão da nacionalidade e a naturalização obrigatória  
*Paula Marques dos Santos* (Universidade Lusíada do Porto / Cepese)
- 407 Imigrantes portugueses e o Artigo 399  
*Cláudia Maria Calmon Arruda* (APERJ)

## APRESENTAÇÃO

*Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!  
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,  
Quantos filhos em vão rezaram!  
Quantas noivas ficaram por casar  
Para que fosses nosso, ó mar!*

Fernando Pessoa

*Minha terra tem palmeiras  
onde canta o sabiá.  
Não permita Deus que eu morra  
sem que volte para lá*

Gonçalves Dias

O Brasil e Portugal foram marcados indelevelmente pelo processo i/emigratório. O primeiro, pólo de atração, restou mais identificado com a chegada de grandes levas de população, mas também conheceu o retorno de parte desses novos habitantes ao seu país de origem. O segundo, como o poema de Pessoa interpreta, foi definido pela construção de dilemas e revezes sociais definitivos, que deixaram traços da nostalgia na alma de sua gente. De toda forma, de ambos os lados do Atlântico estabeleceu-se um fluxo e refluxo de pessoas

que, vistos nas suas temporalidades próprias, constituem uma matéria-prima riquíssima para o trabalho do pesquisador. Avaliar quantidades demográficas, reconhecer procedimentos políticos, entender investimentos sentimentais, aquilatar a importância dos lazeres possíveis, estimar os sucessos no mundo dos negócios e as agruras do trabalho urbano esfalfante, enfim interpretar as personagens e os grupos sociais no seu incessante movimento em direção ao futuro – o presente interpretador – são tarefas que compõem a intenção do conjunto dos estudiosos reunidos neste volume que o leitor tem em mãos.

Assim, esta publicação pretende contribuir, sobretudo, para o estudo do processo de e/imigração dos portugueses para o Brasil, observando diferentes histórias individuais e coletivas, saídas e chegadas, fluxos e entraves, necessidades e sonhos, desafios e possibilidades, buscando captar as permanências e mudanças, tradições, transformações e incorporações que compuseram as experiências desses sujeitos históricos.

Os textos aqui apresentados são o resultado de diálogos estabelecidos entre pesquisadores de diferentes regiões de Portugal e do Brasil, de várias áreas do conhecimento, que vêm buscando interlocuções por meio de convênios e encontros. Entre estes cabe destacar os seminários realizados por tais estudiosos, em 2005, 2006 e, particularmente, em 2007, nas cidades de São Paulo e Santos,<sup>1</sup> contando com o apoio do CNPq, através do edital CPLP.

O livro encontra-se organizado em quatro unidades: na primeira, “E/Imigração: Legislação, Registros e Interpretações”, o processo de e/imigração é observado sob a perspectiva da legislação que regulamentou as saídas e as entradas de e/imigrantes, enfocando as diferentes interpretações historiográficas sobre a temática. Também nessa seção analisam-se os registros de saídas e chegadas polemizando as suas estratégias de pesquisa e procurando traçar o cruzamento das fontes de identificação. As análises das estratégias e das políticas de recepção destacam a importância das hospedarias dos imigrantes e dos acordos estabelecidos entre os governos para fomentar o fluxo de trabalhadores.

Na segunda unidade, “Mundo dos Negócios: Bens, Comércio e Comerciantes”, privilegia-se a presença dos portugueses empreendedores, particularmente estudando os pequenos, médios e também grandes comerciantes. En-

---

1 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Universidade Católica de Santos (Unisantos), entre 3 e 7 de setembro de 2007.

contram-se aí observações sobre a experiência de vida e trabalho que perpassou a atuação em todos os níveis, desde caixeiros a importadores, profissionais estes atuantes em diferentes regiões do Brasil – São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Santos (SP) e Niterói (RJ). O destaque dos portugueses nessa área foi objeto de acordos, tratados e do estabelecimento de comissões que visavam favorecer a integração dos imigrantes, mas, também, gerou tensões e conflitos, muitos deles marcados pelo antilusitanismo.

Em “Memórias, Tradições e Territórios”, a terceira parte deste livro, foram rastreadas as experiências cotidianas de portugueses de diferentes regiões (açorianos e continentais) que no Brasil estabeleceram-se em cidades como São Paulo, Manaus (AM), Curitiba (PR), Belém (PA), Rio de Janeiro e Santos (SP). São destacados ainda os traços deixados pelos imigrantes que delimitaram territórios dentro das cidades, as suas práticas cotidianas tais como atividades de trabalho, tipos de negócios, formas de religiosidade, manifestações festivas e arquitetônicas, dando particular atenção às experiências femininas nesse contexto populacional.

As análises sobre as práticas associativas dos imigrantes portugueses, presentes na última parte, “Ações, Associações e Lutas Políticas”, evidenciaram as cidades do Rio de Janeiro e Curitiba. Entretanto, outras múltiplas formas de luta e engajamento político, tanto em Portugal como no Brasil, foram descritas e avaliadas nas apreciações de vários pesquisadores, os quais deram especial distinção à ampla e variegada documentação sobre o tema e seu potencial para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Deste modo, as múltiplas experiências dos portugueses no Brasil, e mesmo em Portugal, foram desvendadas habilmente pelos autores deste livro, que recuperaram amplas articulações componentes da trama histórica da e/imigração. Com isto, preencheram vazios, esclareceram práticas, apresentaram lutas, manifestaram ambigüidades... revelando, enfim, desvãos ocultos das histórias daqueles portugueses.



*Parte 1*

**E/IMIGRAÇÃO: LEGISLAÇÃO,  
REGISTROS E INTERPRETAÇÕES**



# REGISTRO DE IMIGRANTES: ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Ismênia de Lima Martins  
(UFF / FAPERJ)

O presente texto integra um esforço investigativo iniciado em novembro de 2005, quando o Cepese (Centro de Estudos de População e Sociedade, da Universidade Lusíada e da Universidade do Porto) e a Faperj (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa, do governo do estado do Rio de Janeiro) assinaram convênio para cooperação sistemática entre instituições brasileiras e portuguesas no estudo das migrações.<sup>1</sup> No âmbito desse acordo foi realizado o 1.º Seminário Internacional sobre Imigração Portuguesa no Brasil,<sup>2</sup> na cidade do Rio de Janeiro.

No intuito de contribuir para o entendimento das questões assinaladas naquela oportunidade, apresentei, no seminário de 2006, ocorrido na cidade do Porto, sob os auspícios do Cepese,<sup>3</sup> um estudo de fontes, intitulado “Rela-

---

1 Esse projeto prevê a criação de um portal autônomo na *Internet*, no qual constem as listagens dos imigrantes portugueses vindos para o Brasil a partir de 1822, cuja base de dados contemplará os seguintes itens: nome, idade, sexo, naturalidade, estado civil, nível de alfabetização, profissão, acompanhantes, destino no Brasil.

2 1.º Seminário Internacional sobre Imigração Portuguesa no Brasil, Rio de Janeiro, novembro de 2005. Os anais relativos a esse encontro e que sinalizam as questões discutidas foram publicados na coletânea organizada por MARTINS, Ismênia; SOUZA, Fernando de. *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói: Muiraquitã, 2006.

3 Os anais desse Seminário se encontram no prelo.

ções e registros sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro: uma análise crítica das fontes”.

Tal estudo pretendeu, em primeiro lugar, recuperar aspectos político-administrativos da imigração no Brasil dentro da perspectiva temporal enunciada, e em segundo lugar, elaborar uma análise pormenorizada de uma das fontes que hoje integra o fundo documental da Divisão de Polícia Marítima Aérea e de Fronteira,<sup>4</sup> pertencente ao acervo do Arquivo Nacional, no caso, as listagens de vapores.

Propunha-se de um lado, o estudo das rotas, da diversidade tipológica e dos aspectos materiais da documentação, e de outro, uma análise crítica dos dados coletados.

No sentido de adensar o estudo anterior e responder às questões surgidas na pesquisa, neste trabalho sistematizou-se uma análise comparativa de dois diferentes *corpus* documentais pertencentes ao acervo do Arquivo Nacional: a conhecida listagem de vapores, do fundo DPMAF, e os pouco estudados Registros de Imigrantes da Hospedaria da Ilha das Flores, do fundo do Departamento Nacional de Povoamento.

No caso das citadas fontes, foi contemplado o período entre 30 de março e 30 de abril de 1884. E, a fim de melhor compreendê-las e dar suporte a novas interpretações, foram consultados os relatórios ministeriais da pasta da agricultura, nos anos de 1881 a 1885.<sup>5</sup>

Portanto, o texto que ora vem a público, muito além de demonstrar o potencial das fontes citadas, cumpre o triplo objetivo de perscrutar suas informações e, dessa forma, possibilitar novas hipóteses de pesquisa, para finalmente apreender algumas particularidades da imigração portuguesa no Brasil.

---

4 Vale dizer que esse acervo é composto por listagens de passageiros das embarcações que chegaram aos portos brasileiros, fichas consulares de qualificação, entradas e saídas ou pedidos de vistos, entre outros, no período de 1875 a 1964, no total de 451,52 metros lineares.

5 BRASIL. Agricultura. *Relatórios Ministeriais*. Disponível em: <www.crl.edu>. Acesso em: 1º out. 2007.

## DA PESQUISA: FONTES E METODOLOGIA

### 1. AS LISTAGENS DE VAPORES DO ARQUIVO NACIONAL

Uma listagem de vapores é, antes de tudo, uma relação de nomes e informações variadas dos passageiros a bordo de um navio. Todavia, quase sempre as relações referem-se apenas àqueles oriundos da terceira classe, os legalmente classificados como emigrantes.<sup>6</sup>

Estudos anteriores mostraram que as constantes alterações na legislação imigratória garantiu certa “liberdade” aos capitães de navios para produzirem o documento, especialmente no preenchimento dos dados, tanto os relativos aos emigrantes como aqueles que diziam respeito ao cotidiano a bordo, e às particularidades do vapor, como tonelagem e tripulação.

Essas observações são importantes uma vez que o transporte de emigrantes transformou-se, no último quartel do século 19, num dos principais negócios, envolvendo diversos países europeus.

Longe de possuir um padrão específico, as relações ou listagens de vapores constituem-se em documentação heterogênea, que varia em tamanho e conteúdo, podendo incluir diversas listagens, assinadas por diferentes personagens como o capitão, a companhia introdutora dos emigrantes – no caso específico de o vapor transportar contratados –, os oficiais da emigração nos diversos portos de procedência desses trabalhadores, e ainda, listagem e observações do representante da Inspetoria Geral de Terras e Colonização.<sup>7</sup> Algumas trazem, também, a relação das bagagens dos imigrantes.

Não obstante sua diversidade tipológica, as listagens de vapores sinalizam um amplo conjunto de questões sobre a época, tais como o problema dos subsídios, a re-imigração e falsificação de passaportes, a ambigüidade das le-

---

6 BRASIL. Agricultura. *Relatório do Anno de 1881-2*. Apresentado à Assembléia Geral na 2.<sup>a</sup> sessão da 18.<sup>a</sup> Legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. Disponível em: <www.crl.edu>. Acesso em: 1.<sup>o</sup> out. 2007: “sendo considerados por taes todos os estrangeiros chegados de portos exteriores como passageiros de 3.<sup>a</sup> classe...” (p. 140).

7 A Inspetoria Geral de Terras e Colonização, criada em 1876, era o órgão responsável, no período de 1876-1896, pela promoção da imigração espontânea, pela fiscalização dos contratos celebrados para a importação de imigrantes e sua matrícula, assim como pela ordenação da Hospedaria dos Imigrantes da Ilha das Flores.

gislações sobre o assunto nos países envolvidos e a sociabilidade nos navios, entre tantas outras, que as tornam merecedoras de estudos mais aprofundados.

Porém, neste caso específico, objetivamos cruzar as informações contidas nessa fonte com aquelas das listagens da Hospedaria da Ilha das Flores. Para tanto foram examinados todos os 24 vapores que entre 31 de março e 30 de abril de 1884 adentraram o porto do Rio de Janeiro, estabelecendo-se a Tabela 1:<sup>8</sup>

TABELA 1 – Número de imigrantes no porto do Rio de Janeiro, por vapor, 31 de março a 30 de abril de 1884.

Vapor	Procedência	Entrada	Imigrantes (Total)
Tagus	Southampton	31.03	360
Orion	Rio da Prata	31.03	4
Buenos Ayres <sup>9</sup>	Hamburgo	31.03	152
Niger	?	1.04	9
Magellan	?	2.04	172
Graf Bismark	Bremem	3.04	51
Senegal	?	9.04	134
Montevideo	Hamburgo	12.04	113
Ville de Montevideo	Havre	14.04	12
Orenhoque	Rio da Prata	15.04	4
Galileo	?	16.04	15
La Plata	?	16.04	273
Biela	Liverpool	18.04	48
Britannia	Lisboa	18.04	128
Rio da Prata	?	?	38
Minho	Rio da Prata	21.04	7
Mondegos	Southampton	23.04	8
La France	Marselha	24.04	240
Aderence	Nova York	24.04	10
Avone	Rio da Prata	24.04	4
Silver Clauder	Santa Helena	27.04	11
Komprimz	?	28.04	69
Ville de Pernambuco	Havre	30.04	46
Trent	?	30.04	142

8 Essas listagens se encontram microfilmadas no Arquivo Nacional, AN/DPMF, Microfilme 053/95, Fotogramas 0165 a 238.

9 Esse vapor especificamente apresentou duas listagens, com quantitativos diferentes. A 1.<sup>a</sup> aponta 152 imigrantes, a maioria portugueses; a 2.<sup>a</sup> destaca apenas 33 portugueses e se refere a contratados.

Ao todo esses vapores, que aportaram no Rio de Janeiro, então sede do Império do Brasil, trouxeram a bordo 2.050 imigrantes. Embora não tenha sido possível apreender informações sobre o conjunto, podem-se tabular aquelas relativas ao sexo, nacionalidade, profissão e estado civil.<sup>10</sup>

Dos 2.050 imigrantes, 1.531 eram homens maiores de 12 anos (74,68%), contra 154 mulheres na mesma condição. Em relação às crianças, 151 foram arroladas nessas listagens apenas como “filhos”. Dos demais 214, o estado precário da documentação impediu a identificação precisa.

Dos 1.501 que tiveram sua nacionalidade registrada, 583 (38,84%) eram portugueses, 401 (26,71%) italianos, 122 (8,12%) alemães e 43 (2,86%) espanhóis. Os registros de 254 (16,92%) indivíduos encontravam-se ilegíveis. Os outros pertencem a um conjunto de oito diferentes nacionalidades.

No que se refere às profissões, apenas 1.017 tiveram esse item preenchido de modo satisfatório; desses, 969 (95,28%) foram definidos como “trabalhadores”.<sup>11</sup> Os menos de 5% restantes apresentam qualificação profissional compreendida entre mais de vinte profissões/ofícios diferentes.

Quanto ao estado civil, do total desembarcado foi possível apurar o *status* de apenas 867, dos quais 560 (64,59%) eram solteiros, 240 (27,68%) casados e sete viúvos. Os sessenta restantes não foram identificados.

Finalmente, verifica-se que os dados coletados, embora parciais, evidenciam o perfil traçado pelos especialistas do tema, para os imigrantes que vêm no período: a predominância de homens, solteiros ou desacompanhados; a maioria de portugueses, seguidos por italianos, e substancialmente trabalhadores não especializados.

---

10 As demais informações apuradas foram relativas a idade, procedência, profissão, classe, religião, quantidades de estadas no país, se era contratado ou espontâneo, destino, passaportes e bagagens. Na realidade, nem todos os capitães preenchiam corretamente as listagens, deixando parte dos itens em branco. Vale dizer que as listagens de vapores acabavam por se constituir em documentos muito variáveis, pois na falta de um padrão obrigatório para o preenchimento, dependiam da vontade e dos interesses dos capitães.

11 Na realidade, desses 969, 659 foram arrolados como “trabalhadores” e 310 como *journaliers*.

## 2. O REGISTRO DE IMIGRANTES DA HOSPEDARIA DA ILHA DAS FLORES

Diferentemente das listagens de vapores, os Registros da Hospedaria Ilha das Flores, são fontes menos conhecidas e, por conseguinte, menos estudadas.<sup>12</sup> Porém, antes da efetiva comparação entre essas duas fontes, vale refletir sobre o contexto de criação da Hospedaria.

No ano de 1881, o Inspetor Geral de Terras e Colonização registra em seu relatório ao ministro da Agricultura os baixos índices de imigrantes, ressaltando que apenas 25% do total em trânsito desembarcava nos portos brasileiros. Da mesma forma comentava desapontado que destes, dois terços eram de nacionalidade portuguesa, e aqui chegavam independentemente dos esforços oficiais para atrair “estrangeiros”. E concluía pela “necessidade de se criar uma lei que proveja de modo definitivo a esta grande necessidade, estatuidos quoes favores serão concedidos aos imigrantes”.<sup>13</sup>

No mesmo Relatório, o inspetor geral reconhecia a precariedade da situação encontrada pelo imigrante ao desembarcar:

o estado atual das cousas em que o imigrante, chegado à província onde tem de se estabelecer, nenhuma informação e nenhum auxílio recebe, é próprio a estancar dentro de pouco tempo essa mesma frouxa corrente de imigrantes espontaneos, que sem dúvida são em grande parte attrahidos pelos parentes, amigos e conterrâneos que povoam os estabelecimentos coloniais.<sup>14</sup>

A recepção ao imigrante ficava a cargo de hospedarias particulares, e tudo indica que às expensas do Estado. No relatório de 1882, entrevêem-se algumas dessas casas, e o tipo de negócios que o governo mantinha com elas:

---

12 Embora criado no âmbito da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, sua documentação foi recolhida no fundo do Departamento Nacional do Povoamento, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado para substituir órgão similar, em 1932. No caso da Hospedaria, o acervo compreende o período 1883-1932, respectivamente início e encerramento da Hospedaria. Cf. BR NA, RIO OB.

13 Relatório do Anno de 1881 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881-2. p.141.

14 Relatório do Anno de 1881 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881-2. p.141.

À Empresa particular de Agostinho Pires & Ca., que mantém uma hospedaria no lugar denominado Baldeador, foram concedidos para os imigrantes, que importar, hospedagem n'esta corte e transporte para as localidades onde houverem de estabelecer-se, nas mesmas condições em que são concedidos estes favores aos imigrantes espontaneos.

O serviço de desembarque, reembarque e hospedagem continuou a ser feito mediante contrato com Cardoso de Albuquerque & Ca., que para este fim mantém uma hospedaria no morro da Saude, sendo ultimamente suspenso o contrato...<sup>15</sup>

Decidido a mudar esse quadro, quem sabe “disciplinar” o mundo dos negócios que envolviam a imigração e ampliar o fluxo de imigrantes, o Inspektor sugere providências, uma das quais a criação de uma hospedaria oficial de imigrantes, propondo a:

construção de um edifício adequado à recepção de imigrantes, em condições de comportar o movimento annual de 50.000 indivíduos; e organização de um serviço de informações, locação e venda de terras que habilite o colono recém chegado a collocar-se convenientemente ...; Hospedagem de até 8 dias; ...<sup>16</sup>

Criada no ano de 1882, a Hospedaria fez parte desse conjunto de providências que objetivavam, entre outras coisas, fomentar a vinda de “braços úteis” de “nações mais cultas”,<sup>17</sup> para o país, bem ao gosto da corrente anti-lusitanista, então com grande influência.

Nesse mesmo ano, o governo adquiriu por 170:000\$ a Ilha das Flores e duas outras contíguas, móveis e utensílios, e fez construir um prédio com capacidade para oitocentos a mil imigrantes.<sup>18</sup> No ano de 1884, embora os relatórios não mencionem a existência de uma enfermaria, contava com médico e enfermeiro.<sup>19</sup>

---

15 Relatório do Anno de 1882 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. p. 222.

16 Relatório do Anno de 1881 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881-2. p. 208.

17 Relatório do Anno de 1883 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. p. 213.

18 Relatório do Anno de 1882 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. p. 222.

19 Relatório do Anno de 1884 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. p. 361.

A Hospedaria abriu suas portas em 1883, e no relatório desse ano o inspetor geral, atento às suas obrigações, deixou consignada a obrigatoriedade da passagem pela Ilha das Flores para todos os imigrantes chegados ao Rio de Janeiro:

nessa cidade são recebidos pela Inspetoria Geral de Terras e Colonização *todos os passageiros entrados de portos estrangeiros em 3<sup>a</sup> classe e imediatamente transportados com suas bagagens para a Hospedaria da Ilha das Flores onde são agasalhados gratuitamente até o máximo de 8 dias, salvo circunstâncias extraordinárias.*<sup>20</sup> (grifos meus)

De acordo com o material coletado, os livros de registros, padronizados, arrolavam informações sobre o porto e a data de entrada do imigrante, seu número de ordem, nome, idade, estado civil, profissão, religião, destino e data de saída. A análise mostrou aí uma efetiva preocupação dos agentes do Estado em preencher os itens – diferentemente do que se observou nas listagens de vapores –, o que denuncia mais uma vez o quanto a documentação dos vapores poderia ser manipulada por seus capitães, os quais anotavam os dados conforme interesse próprio ou da companhia de navegação.

Objetivamente, entre 31 de março e 30 de abril de 1884 apareceram listados nos registros da Hospedaria imigrantes procedentes de 17 vapores dos 24 que aportaram nesse mês,<sup>21</sup> perfazendo um total de 620 indivíduos “agasalhados” na Ilha das Flores, cerca de 30% do total de desembarcados no Rio de Janeiro. O resultado do cruzamento dos dados referentes às duas fontes analisadas apresenta-se na Tabela 2:

---

20 Relatório do Anno de 1883 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. p. 214.

21 AN/DNP, Microfilme 008.32/82, Livro 10, p.105-24.

TABELA 2 – Porcentagem de pessoas hospedadas na Ilha das Flores, por vapor, 31 de março a 30 de abril de 1884.

Vapor	Total de Passageiros	Total – Hospedaria	Porcentagem
Tagus	360	24	6,7
Orion	4	0	0
Buenos Ayres	152	34	22,4
Niger	9	0	0
Magellan	172	36	21
Graf Bismark	51	53 <sup>22</sup>	104
Senegal	134	42	31,4
Montevideo	113	57	50,4
Ville de Montevideo	12	8	66,7
Orenhoque	4	2	50
Galileo	15	1	6,7
La Plata	273	70	25,6
Biela	48	20	41,7
Britannia	128	31	24,2
Rio da Prata	38	0	0
Minho	7	0	0
Mondegos	8	6	75
La France	240	145	60,4
Aderence	10	0	0
Avone	4	0	0
Silver Clauder	11	0	0
Komprinz	69	68	98,6
Ville de Pernambuco	46	4	8,7

Da leitura dos dados, algumas questões surgem imediatamente – por que apenas 30% do total, isto é, 620 dos 2.050 imigrantes desembarcados no período, foram registrados na Ilha das Flores? Por que os 1.430 restantes livraram-se dessa obrigatoriedade, uma regra conforme os relatórios ministe-

22 Caso único, o registro da Hospedaria evidenciou um número maior de imigrantes que o declarado pelo capitão do vapor, o que pode sugerir um erro no preenchimento da listagem.

riais? Além disso, quem são esses imigrantes que aparecem registrados na Hospedaria?

Sem dúvida, a melhor parte de um estudo de fonte são as indagações, as perguntas que nascem do dado. Assim, reinterpretando as próprias informações apresentadas neste texto, especialmente aquelas referentes aos relatórios ministeriais, podemos verificar na fala do inspetor geral uma tentativa de *disciplinar* os negócios da imigração, aqueles referentes à ação das firmas particulares, afastadas do “jogo” pelo braço do Estado, como também de ampliar o controle do governo sobre o destino do recém-chegado, uma vez que se especificava a obrigatoriedade de passagem pela Hospedaria oficial.

Havia também, indiscutivelmente, o desejo de melhorar a imagem do Brasil para as “nações cultas” exportadoras de mão-de-obra, e assim “garantir a inoculação de sangue generoso nas veias nacionais”,<sup>23</sup> sublinhando, uma vez mais, as clivagens ideológicas do ideal de branqueamento.

Sabe-se por uma vasta bibliografia que o “Fazer a América” foi responsável pela urbanização da vida de milhares de camponeses, no período. No Brasil, imigrantes portugueses em especial preferiram alocar-se nas cidades a instalarem-se nos campos. Lená Medeiros de Menezes, estudiosa da imigração portuguesa, afirmou certa vez: “analisar a imigração portuguesa nos cem primeiros anos de vida independente do Brasil, significa privilegiar as grandes cidades litorâneas como *locus* privilegiado de reflexão, com destaque à capital. Significa também, mergulhar em um espaço privilegiado: o do comércio”.<sup>24</sup>

Porém, a orientação da política imigrantista do período era a substituição dos braços escravos nas lavouras de café por mão-de-obra branca européia. Portanto, numa hipótese, a suposta necessidade de “disciplinar os negócios da imigração”, conforme apontado nos relatórios, pode sugerir a preocupação em fixar o imigrante recém-chegado ao campo. Assim, a obrigatoriedade da estada na Hospedaria, o preenchimento sistemático dos dados e

---

23 Relatório do Anno de 1883 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. p. 213.

24 MENEZES, Lená M. Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracasso. In: GOMES, Angela. *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. [Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000]. p.164.

o mapeamento do destino do imigrante poderiam, em tese, garantir sua ida para a agricultura.

A tomar como correta essa hipótese, depreende-se que no período em exame a estratégia do governo não acertou o alvo, porquanto apenas 30% (620) dos 2.050 desembarcados passaram pela Hospedaria. Destes, foi possível apurar que 72,41% eram homens, contra apenas 10,6% de mulheres e 12,4% de crianças. Dos registrados, apenas 5% não tiveram sua identificação apurada.

Desse total, 53,88% eram solteiros, 42,4% casados, e 3,6% inscritos em outras categorias. Dessa forma verificou-se um baixíssimo número de famílias nos registros, o que comprova uma vez mais o perfil clássico dos imigrantes no período.

Dos 620, 311 eram de nacionalidade portuguesa, ou seja, 50,16%, seguidos de 43,8% de italianos e alemães (respectivamente 22,90% e 20,96%). Os demais, pouco significativos, inscrevem-se em diversas nacionalidades.

Do montante registrado, 91% foram anotados como “trabalhadores”.

Finalmente, os destinos assinalados foram os mais diversos: 234 (37,74%) rumaram para São Paulo, 102 (16,45%) para Porto Alegre, 24 (3,8%) declararam a Corte como seu destino. Os demais (cerca de 260) dirigiram-se a pequenas cidades do interior fluminense, do Espírito Santo e de Minas Gerais.<sup>25</sup>

Nada parece indicar, contudo, que essas pessoas tenham ido realmente para os destinos anotados, muito menos para a agricultura, caso dos que rumaram para cidades como Porto Alegre, São Paulo, e a Corte.

Portanto, embora a Hospedaria garantisse um controle maior sobre os estrangeiros, este era sempre parcial, passível de manipulação.

Outro dado que deve ser apreciado é a referência às nacionalidades. Observe-se a Tabela 3:

---

25 Pelotas, Leopoldina, Serraria, Itajahy, São Geraldo, Caranday e Santos, entre outras. Apenas duas pessoas não declararam seu destino.

TABELA 3 – Total de imigrantes hospedados, por vapor, 31 de março a 30 de abril de 1884.

Vapor	Total de imigrantes	Total – Hospedaria	Porcentagem
Graf Bismark	51 (44 alemães)	53	104
Komprinz	69 (64 alemães)	68	98,6
La France	240 (228 italianos)	145	60,4
Trent	142 (142 italianos)	19	13,3
Senegal	134 (124 portugueses)	42	31,4
La Plata	273 (242 portugueses)	70	25,6
Buenos Ayres	152 (135 portugueses)	34	22,4

Não obstante os portugueses liderarem o *ranking* de imigrantes na Hospedaria, cerca de 50% do total, contra 23% de italianos e 21% de alemães, podemos observar ao usar a regra da proporcionalidade que os vapores transportando quase exclusivamente italianos e alemães, como o *Graf Bismark*, o *Komprinz* e o *La France*, enviaram quase todos eles à Hospedaria, à exceção do *Trent*: dos 142 italianos, apenas 13 (3%) foram registrados na Ilha das Flores. Os vapores de maioria portuguesa, ao contrário, enviaram menos gente, despejando um montante muito maior e livre de controle na Corte.

Isto posto, conclui-se que os portugueses vão menos para a Hospedaria. A Ilha das Flores é, na prática, um reduto destinado aos estrangeiros. De fato, os lusitanos, em razão da familiaridade da língua, da migração interna do Reino – característica do período colonial –, daquela que se verificou no 1.º Reinado, e, por conseguinte, dos laços históricos e familiares que existiam à época da grande emigração, devem ser considerados como “outros”, aqueles que eram portadores de uma experiência cultural próxima à existente no Brasil. Ao longo de todo o Império, foram nosso “outro lado” – diferentes dos demais, verdadeiramente estrangeiros nesta terra.

Os laços que prendiam “os outros” ao Brasil provavelmente foram responsáveis pelo desembarque da maioria na Corte, onde eram recebidos por parentes ou amigos, e encaminhados diretamente para armazéns,<sup>26</sup> ou para pensões especializadas na sua recepção. Para os demais – italianos, alemães e espanhóis, entre outros –, a hospedaria se transformou na 1.ª forma de sociabilidade dos “estrangeiros” em terras brasileiras.

26 Cf. MENEZES, Lená, 2000. p. 171.

# A EMIGRAÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL: UMA PRIMEIRA ABORDAGEM (1834-1950)

Fernando de Sousa  
(Cepese / Universidade do Porto / Universidade Lusíada do Porto)

*Mas esta maneira antiga da emigração é hoje rara. Hoje vai tudo, marcha a família inteira. Não é como noutros tempos: a ida de emigrantes que isoladamente partiam a procurar fortuna, deixando cá a casa; são famílias completas e numerosas que abalam para longínquas terras, com o firme propósito de lá se estabelecerem, fixarem, não voltarem mais. E não já unicamente das classes trabalhadoras, mas de camadas mais altas socialmente e mais cultas, no peculiarismo individual.*

Sampaio Bruno<sup>1</sup>

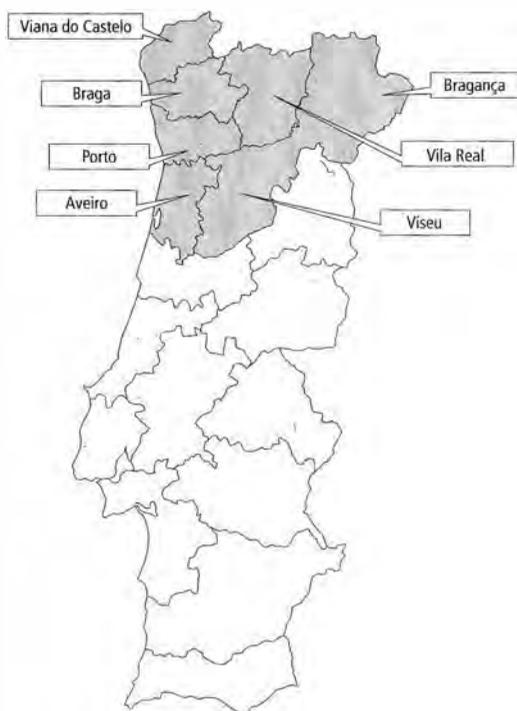
No âmbito do Projecto “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil”, apresentado pelo Cepese (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade) à FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) em 2004 e que mereceu por parte desta entidade a classificação de “Excelente” e respectiva aprovação, foi possível constituir uma equipa de investigadores deste Centro, por nós coordenada, que se encontra a trabalhar, nesta primeira fase, sobre os livros de registo de passaportes dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, em ordem ao levantamento dos nomes dos titulares de passaportes e respectivos acompanhantes, sexo, idade, natura-

---

1 Em *O Brasil mental*: esboço crítico. Porto: Livraria Chardron, 1898.

idade, estado civil, profissão, nível de alfabetização e destino no Brasil quando possível.

Mapa 1 – Distritos do Norte de Portugal nos quais os investigadores do Cepese se encontram a levantar os emigrantes para o Brasil.



Paralelamente a essa investigação, estamos ainda a proceder à formação de um *corpus* documental relativo a toda a legislação portuguesa e brasileira, produzida pelos dois Estados na Época Contemporânea (séculos 19 e 20), e à constituição de uma base de dados da qual constem as fontes impressas e manuscritas, assim como a bibliografia que diz respeito à emigração portuguesa com destino ao Brasil e à imigração brasileira com destino a Portugal, uma vez que esta última atingiu já uma dimensão apreciável, sobretudo nas últimas duas décadas.

O objectivo fundamental deste Projecto é, assim, a criação de um portal na *Internet*, no qual se disponibilizem as bases de dados relativas aos emi-

grantes que, nos séculos 19 e 20, saíram do Norte de Portugal para o Brasil; a legislação dos dois países que abrange tal fenómeno; e as fontes e bibliografia principal que permitam fazer o estado da arte e simultaneamente orientar na pesquisa os investigadores que pretendem debruçar-se sobre esta realidade sócio-demográfica estrutural que está na raiz da herança cultural comum ao Brasil e a Portugal.

Torna-se evidente que a concretização de um Projecto tão ambicioso como este só tem sido possível graças ao empenho, dedicação e entusiasmo dos investigadores do Cepese e dos investigadores brasileiros que procedem a idêntica pesquisa na outra margem do Atlântico; graças à colaboração prestada por numerosas instituições e universidades de ambos os países; e aos patrocínios que temos recebido de várias entidades públicas e privadas, apoiando este Projecto.

Assim, na investigação desenvolvida pelo Cepese em Portugal e no Brasil têm colaborado vários professores universitários, investigadores do Cepese e técnicos de arquivo: Adelina Piloto; Ângelo Matos; António Monteiro dos Santos; Cármen Sarmento; Conceição Meireles Pereira; Diogo Ferreira; Duarte Cardoso; Fernanda Gonçalves; Fernando de Sousa; Henrique Rodrigues; Idorindo Rocha; Jenifer Ferreira; Joaquim Loureiro dos Santos; Marco Almeida; Maria João Cerqueira; Maria José Ferraria; Patrícia Faria; Paula Barros; Paula Santos; Paulo Amorim; Ricardo Rocha; Sílvia Braga; Teresa Cirne; e Teresa Soares.

Na pesquisa operada no Brasil registam-se os nomes dos seguintes investigadores: Frederico Alexandre Hecker; Alice Lang; Almir Pita; Andréa Telo da Corte; Arlete Monteiro; Beatriz Berrini; Beatriz Kushnir; Cláudia Arruda Calmon; Elisa Muller; Etelvina Trindade; Evelyn Chaves; Frederico Moraes; Gladys Ribeiro; Heloísa Paulo; Isménia Martins; Maria Izilda Matos; Jaelson Trindade; Jaime Antunes; José Jobson Arruda; José Sacchetta Mendes; Leila Menezes; Lená Menezes; Magda Ricci; Maria Aparecida Pascal; Maria Aparecida Franco Pereira; Maria Nazaré Sarges; Maria Suzel Frutuoso; Paula Cypriano; Paulo dos Santos; Regina Fiss; Roseli Boschilia; Sênia Bastos; Teresa Marques; Vânia Cury; Vera Ferlini; Vítor Fonseca; Yvone Avelino; e Zeila Demartini.

No âmbito das instituições empenhadas neste Projecto, importa referir, em Portugal, o Ministério do Ensino Superior e da Ciência, através da FCT e do Grices; o Governo Civil do Porto; a Câmara Municipal do Porto; a Univer-

sidade do Porto; as Fundações Calouste Gulbenkian, Dr. António Cupertino de Miranda e Engenheiro António de Almeida; e a Universidade Lusíada do Porto. No Brasil, a Faperj (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), com a qual o Cepese estabeleceu um protocolo de colaboração; o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, cujo protocolo se encontra em curso; a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, cujo protocolo está já concretizado; as Universidades de Santos e do Pará e a Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de São Paulo, cujos protocolos estão em vias de concretização; e, ainda, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Finalmente, sublinhe-se que o Cepese, em colaboração com a Faperj e as Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e de Santos, realizou já três seminários Internacionais: o primeiro no Rio de Janeiro, em novembro de 2005; o segundo no Porto, em julho de 2006; e este terceiro, em 2007, em São Paulo e Santos. O IV Seminário irá ter lugar no Porto, em julho de 2008. As actas do I e II Seminários encontram-se já publicadas, e as actas do III são agora objecto de publicação.

Neste artigo iremos dar conta de alguns dos resultados já obtidos pela equipa portuguesa quanto ao levantamento dos emigrantes do Norte de Portugal, efectuado a partir dos livros de registo de passaportes dos distritos já referidos, que entre 1834 e 1950 rumaram ao Brasil.

## NÚMERO DE EMIGRANTES (1834-1950)

Segundo Herbert Klein, quase dois milhões de portugueses emigraram para o Brasil após a sua independência em 1822. Entre 1822 e 1950, estima-se que mais de 1.200.000 portugueses tivessem chegado àquele país. Destes, pensamos que 80%, ou seja, 960 mil, seriam oriundos do Norte de Portugal.

Ora, ao presente, a equipa do Cepese, em dois anos de trabalho, levantou 212.928 titulares de passaportes individuais e 47.586 acompanhantes, o que dá um total de 260.514 portugueses (27% dos 960 mil referidos), que no período em questão emigraram para o Brasil. É justamente sobre os 212.928 titulares de passaportes que faremos as considerações que se seguem.

Os distritos do Porto (95.928 titulares de passaportes) e de Viseu (82.304 titulares de passaportes) são aqueles de que dispomos de maior número de emigrantes levantados.

O nosso objectivo, com o Projecto que estamos a desenvolver, é chegar aos 250 mil até julho de 2008, data a partir da qual o portal já constituído passará a estar disponível na *Internet*.

QUADRO 1 – Passaportes individuais levantados por distrito, com destino ao Brasil (1835-1950).

Distritos	Totais
Aveiro	22.879
Braga	3.466
Bragança	1.830
Porto	95.928
Viana do Castelo	5.886
Vila Real	635
Viseu	82.304
Total	212.928

GRÁFICO 1 – Passaportes individuais levantados por distrito, com destino ao Brasil (1835-1950).

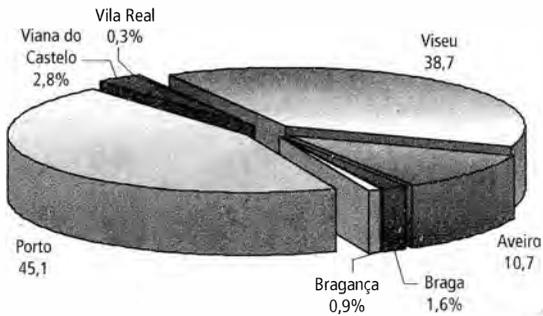
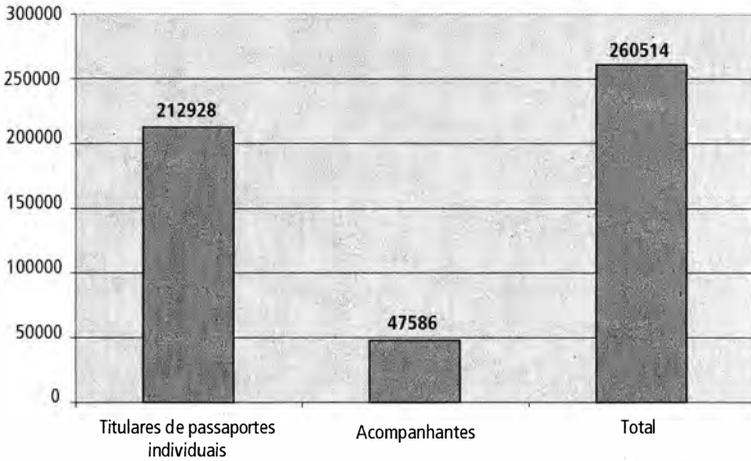


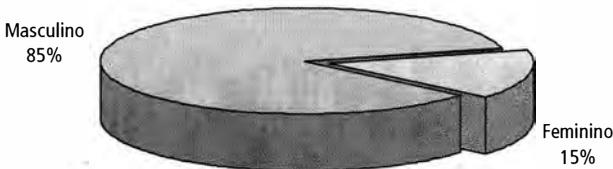
GRÁFICO 2 – Emigrantes e acompanhantes com destino ao Brasil (1835-1950).



## DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR SEXO (1835-1950)

A distribuição dos emigrantes por sexo revela o predomínio esmagador dos homens (85%) sobre as mulheres (15%). Sabemos por numerosos testemunhos oitocentistas, como o de Sampaio Bruno, já citado, que a percentagem da emigração feminina vai crescer gradualmente durante o período em análise, sobretudo a partir de finais do século 19, com a emigração de famílias inteiras, mas a análise por décadas e distritos só irá ser feita no final do Projecto, enquanto trabalho da equipa.

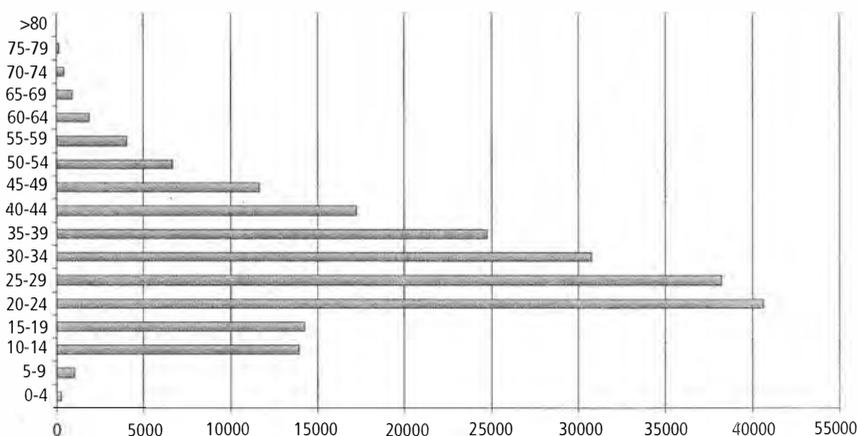
GRÁFICO 3 – Distribuição dos titulares de passaportes por sexo (1835-1950).



## DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR IDADES (1835-1950)

A distribuição dos titulares de passaportes por grupos de idades permite-nos concluir que o grupo quinquenal dos 20-24 anos é o mais representativo, logo seguido pelos grupos quinquenais dos 25-29 e 30-34 anos. Se por um lado, tal nos permite concluir pela saída de pessoas predominantemente jovens, o que é consensual, por outro lado, ao contrário do que afirmam certos autores, não podemos dizer que um dos factores explicativos mais importantes da nossa emigração por parte dos jovens do sexo masculino era a fuga ao serviço militar, uma vez que os grupos etários mais significativos dizem respeito a jovens com idades posteriores à chamada para o serviço militar.

GRÁFICO 4 – Distribuição dos titulares de passaportes por idade (1935-1950).

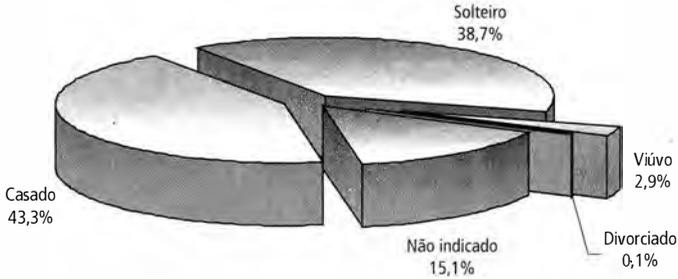


## DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR ESTADO CIVIL (1835-1950)

A recolha do estado civil dos detentores de passaportes, mesmo tendo em consideração que não dispomos dessa informação para 15,1% deles, permite-nos concluir que 43,3% dos que saíram para o Brasil eram casados, 38,7% solteiros e 2,9% viúvos, registando-se apenas 0,1% para os divorciados. Concluí-

mos, assim, pela prevalência dos homens casados, o que vai no sentido das conclusões a que o professor Jorge Alves chegou quanto ao estudo que fez da emigração para o Brasil a partir dos livros de registo dos passaportes do distrito do Porto.

GRÁFICO 5 – Distribuição dos titulares de passaportes por estado civil (1835-1950).



## CONCLUSÃO

Os resultados globais que aqui apresentámos, fruto do trabalho que está a ser desenvolvido por 24 investigadores do Cepese, além de provisórios, são generalistas, uma vez que os estudos sectoriais, mais aprofundados e elaborados, sob ponto de vista quer temático, quer cronológico, quer regional, serão da responsabilidade dos investigadores que trabalharem as fontes, alguns dos quais, aliás, com base nestas, estão a preparar as suas teses de mestrado e doutoramento.

Com este artigo, procuramos apenas dar conta do vasto Projecto que está a ser desenvolvido pelo Cepese e apresentar algumas das variáveis mais significativas deste fenómeno a partir de um universo muito mais vasto que qualquer outro apresentado até ao presente por historiadores ou sociólogos, Projecto este que, mais tarde, uma vez concluído, nos permitirá caracterizar com rigor a emigração do norte de Portugal para o Brasil, entendida como uma realidade estrutural que, independentemente da valia de estudos já efectuados, possa ser compreendida numa perspectiva global.

É que as árvores, quando desinseridas da floresta a que pertencem, por mais impressionistas e impressivas que sejam, nunca darão conta da cor, riqueza e dimensão do complexo conjunto que integram.

# LEGISLAÇÃO SOBRE EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL NA MONARQUIA CONSTITUCIONAL

Maria da Conceição Meireles Pereira  
(Universidade do Porto/Cepese)

É, obviamente, na centúria de Oitocentos que se assiste à multiplicação do labor legislativo em torno da magna questão emigratória, labor cuja precocidade é, todavia, assinalável, pois apesar de se constatar a necessária e inevitável mobilidade de pessoas no império português, essa circulação nunca foi livre já que o Estado, desde cedo, tentou superintender a difícil conciliação da colonização e a permanência dos reinóis.<sup>1</sup>

---

1 A precocidade desta legislação remonta às *Ordenações Filipinas* que proibiam as saídas do Reino sem licença. Já na Restauração, surge o alvará de 6 de setembro de 1645 que previa penas duras (desnaturalização, perda de bens e honras) a quem saísse do reino sem licença e passaporte, sendo posteriormente reforçado por diplomas legais que estabeleciam penas pesadas aos coniventes de saídas indocumentadas e renovavam as medidas punitivas aos infractores, pese embora o alvará de 6 de dezembro de 1660 se visse na necessidade de exceptuar do rigor da lei as saídas para as “conquistas”. No século 18, a prevenção legislativa sobe de tom relativamente ao Brasil; D. João V reconheceu a importância dos passaportes pelo que a Lei de 20 de maio de 1720, em pleno período da febre do ouro, torna-se um marco referencial nesta matéria: estipulava que nenhum funcionário poderia partir para o Brasil sem antes ter sido despachado na metrópole para qualquer emprego civil ou eclesiástico ou para servir nas missões, e os particulares que embarcassem necessitavam justificar com documentos que iam fazer negócio considerável, com fazendas próprias ou alheias, para voltarem ou acudir a negócios urgentes ou precisos, podendo apenas, nestes restritos casos e depois de rigorosa investigação judicial, ser-lhes concedidos passaportes. Essa lei invocava a ineficácia das anteriores, determinava uma busca ao navio antes da partida, e previa penas várias para quem não

Recensear, interpretar e verificar a aplicação prática dessa legislação na época contemporânea constitui uma das vertentes do “Projecto Emigração do Norte de Portugal para o Brasil nos séculos XIX e XX” que pretende publicar no seu portal os diplomas normativos, quer portugueses quer brasileiros, respeitantes às respectivas emigração e imigração. Remetendo para outra oportunidade a análise da legislação produzida durante a República e o Estado Novo, o presente estudo deter-se-á no período da Monarquia Constitucional e, dada a sua reduzida extensão em virtude de imperativos editoriais, incidirá sobretudo em dois aspectos: a referência das leis mais marcantes sobre matéria emigratória e o espírito da legislação. Refira-se que tal análise implica um cruzamento de documentos variados num amplo quadro normativo: leis, decretos, portarias, circulares, despachos, resoluções, acórdãos, mas também regulamentos policiais e consulares, textos constitucionais, além de vários códigos (administrativo, fiscal, penal) que aqui apenas se aflorará.<sup>2</sup>

À semelhança do que se passara na era moderna, verifica-se que a legislação liberal neste campo se orienta num sentido repressivo ou limitativo, como defendeu Miriam Halpern Pereira, devendo-se tais limitações à influência da burguesia agrária e da classe senhorial que dominavam a estrutura económica portuguesa e necessitavam de um campesinato massivo e empobrecido. Todavia, segundo aquela historiadora, a vontade de limitação não se manifestou sempre com igual vigor, devendo considerar-se uma evolução, diferentes fases da política da emigração, nas quais entraram com ponderação diferenciada factores como: interesses sociais, financeiros, coloniais e preocu-

---

tivesse passaporte: assentamento de praça para os que tivessem idade para tal, prisão, multas e degredo, sendo também o capitão de navio sujeito ao pagamento de uma multa pecuniária. Nova busca devia ser efectuada à chegada ao Brasil, sendo os infractores eventualmente encontrados reenviados para Portugal, concedendo-se ainda perdão de metade das condenações aos denunciantes. No período pombalino a emissão de passaportes é descentralizada pois a exclusiva competência das Secretarias de Estado quebra-se em virtude das novas atribuições da intendência geral da polícia e comissários de polícia na província. No quadro de guerra das invasões napoleónicas, as leis de 1810 e 1811 repõem as medidas severas da Restauração (desnaturalização, perda de bens e honras, multas para capitães de navios, punições físicas para coniventes etc.), reforçando a orientação restritiva do Estado em matéria de emigração.

2 A grafia oitocentista transcrita neste estudo foi actualizada.

pações demográficas. Afonso Costa, no limiar da República, usando de uma linguagem mais efusiva, considerava que a nossa legislação “é toda inspirada no critério proibitivo da emigração, de um modo directo em relação à que se faz clandestinamente, e de um modo indirecto, por meio de passaportes, imposições e taxas, acerca do que se faz às claras”.<sup>3</sup>

Contudo, desde logo o enquadramento constitucional garantiu a liberdade de emigrar: a Constituição de 1822 não era ainda explícita mas a Carta Constitucional (título VIII, art. 145, § 5º) estabelecia peremptoriamente: “Qualquer pode conservar-se ou sair do Reino, como lhe convenha, levando consigo os seus bens, guardados os regulamentos policiaes e salvo o prejuízo de terceiros”.

Os regulamentos policiaes referidos datavam do ano anterior, sendo então criada (decreto de 25 de maio de 1825) uma Secretaria-Geral de Passaportes (vacionada para controlar as questões de circulação interna e respectivos passaportes de origem pombalina) mas, em 30 do mesmo mês, foi aprovado um *Regulamento de Visita às Embarcações Portuguesas* que visava impedir a saída do país de indivíduos sem passaporte, estipulando penas de prisão para o passageiro e pecuniárias para o capitão do navio. Pouco mais de um ano volvido, num crescendo de instabilidade política nacional, o decreto de 23 de setembro de 1826 agravava as sentenças para quem saísse do reino sem passaporte e licença, recuperando a natureza fortemente punitiva da legislação antiga, sendo inclusive ordenada a reimpressão, publicação e aplicação dos alvarás de 6 de dezembro de 1660 e de 9 de janeiro de 1792, bem como da portaria de 1811.

Anuladas no período miguelista, essas disposições legais verão o seu espírito perseverar na ordem liberal subsequente. Se em inícios do ano 1835 a concessão de passaportes era ainda atribuição das Secretarias de Estado (decreto de 15 de janeiro), a reivindicada descentralização viria com a Lei da Divisão Administrativa do Reino e o decreto de 18 de julho de 1835 que remetia para o Governador Civil do distrito (cargo que sucede ao de prefeito) tal competência, isto é, a concessão de passaportes “para fora do Reino, pelos Portos de Mar”.<sup>4</sup>

---

3 COSTA, Afonso. *Estudos de Economia Nacional*. I. O problema da emigração. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911. p. 162.

4 Ao administrador do concelho ficavam cometidos os passaportes internos, oficialmente extintos em 1863.

Nesse momento a emigração para o Brasil está já na ordem do dia, os seus quantitativos vão aumentando até ganharem nova expressão a partir da década de 1850. A par da sua dimensão quantitativa, o que preocupava governantes e opinião pública era a sua natureza, pois a prática de engajamento conferia-lhe o carácter de substituição da mão-de-obra escrava cujo tráfico termina em meados do século, sucedendo-se os escândalos com contratos de locação de serviços fraudulentos, más condições de transporte (elevada mortalidade a bordo e maus tratos infligidos aos passageiros), notícias de situações de trabalho inaceitáveis. Havia ainda que ter em conta a repercussão de tal êxodo nos recursos de mão-de-obra e na fuga – secularmente praticada – ao recrutamento militar. Naturalmente, a questão ascende à ribalta do debate político e, a par de uma corrente que preconizava uma atitude passiva, destaca-se outra que reclamava medidas regulamentadoras da emigração. Destas são exemplo as propostas levadas às Cortes em dois momentos (1837 e 1842) por Sá da Bandeira – político devotado a matérias ultramarinas e de inequívocas expectativas africanistas – que visavam, justamente, acautelar interesses nacionais como evitar a subtração ao recrutamento militar, mas também melhorar, através de restrições concretas, as penosas condições de transporte dos emigrantes. Costa Cabral e o seu ministério foram sensíveis aos argumentos de Sá da Bandeira publicando sem discussão parlamentar uma portaria (19 de agosto de 1842) que reflectia o essencial do projecto do ilustre militar, mas a reacção que tal diploma suscitou fez com que alguns dos artigos fossem eliminados, outros substancialmente alterados e criadas várias excepções. E considerando os dois principais portos de embarque dos emigrantes para o Brasil – Porto e Açores – apenas no primeiro a obrigação do passaporte era regra enquanto nas ilhas a clandestinidade preponderava. Com efeito, não sendo um exclusivo insular, a emigração clandestina constituía outro dos volantes das preocupações governativas que insistiam na obrigatoriedade da documentação do emigrante como forma senão de impedir o fluxo emigratório, pelo menos de o controlar.<sup>5</sup>

---

5 Afonso Costa fala de “hostilidade ao fenómeno migratório” de que foi exemplo alguma legislação publicada entre as décadas de 1830 e 1850, inclusive o Código Administrativo de 1842, os quais se preocuparam principalmente com “a exigência dos passaportes e a repressão da emigração clandestina” (*Estudos de Economia Nacional*, p. 162-3).

Finalmente, em 1855, e após os escândalos vindos a público com os navios *Incógnito* e *Defensor*<sup>6</sup> foi publicada uma importante lei sobre a polêmica questão da emigração mas que, na realidade, era débil, lacunar e pouco inovadora, já que, em grande parte, coligia medidas anteriores (inclusas no regimento de 1825 e na portaria de 1842) que, certamente, falhavam na sua aplicação prática. A lei de 20 de julho de 1855 – composta por treze artigos – visava sobretudo impedir os abusos dos capitães e a proliferação da clandestinidade.<sup>7</sup> Assim, estabelecia penas pecuniárias e de prisão para os capitães de embarcações (nacionais ou estrangeiras) que admitissem passageiros sem passaporte, recolhessem a bordo (em qualquer momento da viagem) um número de passageiros superior ao correspondente à tonelagem, não cumprissem as condições higiênicas previstas nos regulamentos e agredissem fisicamente os “passageiros ou colonos”.<sup>8</sup> Os navios transportadores de emigrantes deviam prestar uma fiança de quatro mil réis que respondia por qualquer incumprimento das obrigações impostas por essa lei, ficando os agentes consulares obrigados a fazer um relatório dos passageiros e colonos, bem como de todas as ocorrências da viagem. Esse diploma estipulava visitas obrigatórias das autoridades aos navios antes da largada, devendo esta inspeção e fiscalização verificar se as embarcações cumpriam as condições sanitárias e higiênicas, a quantidade e qualidade de mantimentos e aguada, bem como medicamentos correspondentes ao número de passageiros e à duração provável da viagem e obrigava à existência de um médico (“facultativo”) nos navios com mais de 50 passageiros.<sup>9</sup> Complementarmente, estipulava multas pecuniárias e de prisão para os aliciadores de emigração, renovava a proibição de saída sem pas-

---

6 Ocorrências de maus-tratos, fome e sede que provocaram doença e morte em elevado número de passageiros (ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: [s.n.], 1994. p. 116).

7 O texto expressava, no seu artigo 12º que essa lei tinha uma natureza “repressiva da emigração clandestina”.

8 O artigo 3º lembrava que essas multas abrangiam também o dono do navio, nos termos do Código Comercial Português (RAMOS, Carlos Vieira. *Legislação portuguesa sobre emigração e passaportes*. Lisboa: [s.n.], 1913. p. 2).

9 Todavia, pelo artigo 9º ficavam isentos do cumprimento dessas disposições “os navios a vapor, das carreiras já estabelecidas, ou que de futuro se estabeleçam, com autorização do governo”, exceção revogada em legislação ulterior, pelo regulamento de 7 de abril de 1863 e pela lei de 28 de março de 1877, artigo 2º.

saporte e impunha a obrigatoriedade de os contratos de locação de serviços declararem a empresa ou pessoa contratante, sem que estes pudessem ser cedidos a terceiros, no sentido de evitar fraudes nos contratos de trabalho. Nesta matéria previam-se as penas em que incorriam funcionários e tabeliães que não observassem o preceituado na lei.

Em virtude das várias lacunas e omissões que continha, essa lei foi sucessivamente complementada por diversos diplomas já que as infracções assumiam as mais diversas formas (declaração de tonelagem superior à real para aumentar o número de passageiros, aumento do número de contratos de locação com conseqüente multiplicação de fraudes). A título de exemplo, refiram-se a portaria de 9 de fevereiro de 1858 que determinava que se não deviam conceder passaportes para o Brasil a quem para aí fosse prestar serviços como colono sem que no contrato se especificasse a pessoa, companhia ou local em que tais serviços deviam ter lugar, assim como a expressa disposição, no caso de rejeição de contrato, de ele ser mantido pela pessoa ou companhia por conta de quem foi angariado, até que achasse nova acomodação de passagem, ou a portaria de 18 de Janeiro 1859 que obrigava os agentes consulares no Brasil a averiguar, à chegada dos navios com colonos, se havia clandestinos, quem os seduzira e auxiliara, devendo remeter os autos levantados aos respectivos governos civis. Por sua vez, logo em 27 de julho de 1855 foi publicada nova lei de recrutamento que estipulava que o mancebo entre os 18 e 21 anos completos só podia obter passaporte para país estrangeiro após prestação de fiança em como se apresentaria ou daria substituto caso fosse chamado ao serviço militar. Por lei de junho de 1859 a idade mínima era antecipada para os 14 anos e, em 1877, a legislação introduz novas alterações nesta matéria, como adiante se verá.

O debate nacional sobre a emigração subia de tom já que os fluxos aumentavam e de repressiva a lei tinha pouco pois, na prática, os modos de contornar multiplicavam-se, tornando-se o fenómeno, claramente, matéria de polícia. A Carta de Lei de 31 de janeiro de 1863 previa a abolição dos passaportes internos e suscitou a redacção do extenso *Regulamento geral de polícia para o trânsito no continente do reino e nas ilhas adjacentes, entrada de vian-dantes e sua saída para o estrangeiro*, de 7 de abril de 1863, cujos 38 artigos têm o mérito de esclarecer procedimentos legais e compilar legislação anterior introduzindo pequenos ajustamentos e actualizações, pouco inovadores, no en-

tanto. No que à saída para o estrangeiro dizia respeito, e entre vários aspectos, explicitava-se quem ficava isento de passaporte (militares e indivíduos comissionados, bem como o corpo consular e diplomático); estipulavam-se as condições para requerer passaporte: idade mínima de 25 anos, além de cadastro limpo, permissão do seu chefe sendo empregado público, e tendo idade inferior àquela necessitava de licença de seus pais ou tutor e, no caso de mulher casada, licença de seu marido; estabelecia-se a fiança militar para os jovens entre 14 e 21 anos em 75\$000 réis; impunha que sendo o impetrante emigrante tinha de apresentar o seu contrato de prestação de serviço ou recibo de haver pago a sua passagem; estipulava que o indivíduo que aliciasse a emigração pagava uma multa de 100\$000 até 400\$000 réis ou era condenado a um a dois anos de prisão; caso tivesse empregado violência ou coacção a multa ascendia a 500\$000 até 1.000\$000 réis.

Na década seguinte, é nomeada uma comissão parlamentar para realizar o primeiro inquérito à emigração portuguesa – quer em relação às condições de vida dos centros de emigração, quer às condições dos emigrantes nas zonas de destino – o qual se vai repercutir na lei de 28 de março de 1877. São novamente introduzidas alterações de pequena monta, nomeadamente em matéria de recrutamento; assim, o seu artigo 1.º estabelece que a fiança a prestar pelo serviço militar passa a abranger todos os jovens até 22 anos completos, com exceção dos que emigrassem até aos 14 anos na companhia dos pais. A verdadeira novidade desta lei consistia na apologia africanista através do estímulo à colonização africana, dispondo o seu artigo 3.º que o governo era autorizado a despender as somas necessárias para “transportar às nossas possessões de África os indivíduos que para ali se quiserem dirigir, ministrando-lhes os meios para o primeiro estabelecimento agrícola, contanto que se obriguem a residir em qualquer das colónias de África pelo menos por espaço de cinco anos”.

Após essa data – e não obstante a emigração para o Brasil continuar a aumentar e ser alvo de debates políticos e presença constante na imprensa, a par de uma fraquíssima sedução por África que não conseguia constituir-se como um “novo Brasil” – a legislação não trouxe nada de novo e substancial até à última década da centúria. Em bom rigor, os textos legislativos marcantes e fundadores relativamente à emigração para terras brasileiras tinham sido publicados por meados do século. Progressivamente, o negócio do transporte intercontinental passou a ser dominado pelos vapores, quase todos pertencen-

tes a companhias estrangeiras, com uma estrutura económica sólida, desde a publicidade aguerrida às carreiras internacionais, passando por preços cada vez mais atractivos, sobre as quais era quase impossível legislar.

Sucedem-se então vários estudos sobre a questão migratória. Em 1885 é decretado um segundo inquérito parlamentar sobre a emigração cuja comissão é presidida por Luciano Cordeiro (que em 1883 tinha apresentado já um relatório e projecto de regulamento sobre o assunto) elaborando um questionário que versava os seguintes pontos: *indústria agrícola, outras indústrias, assuntos diversos, emigração*. Neste último avultavam as questões referentes à emigração clandestina, ao desvio possível das correntes emigratórias e às causas da emigração. Dois anos depois, Oliveira Martins apresenta o seu célebre projecto de fomento rural e, em 1891, Tomás Ribeiro elabora um projecto de regulamentação da emigração. Entre 1890 e 1892, uma nova comissão parlamentar – presidida por Luciano Cordeiro e secretariada por Paulo Cancela – desenvolveu trabalhos no sentido de elaborar um projecto de regulamentação da emigração que chegou a ser apresentado, introduzindo algumas inovações em matéria de emigração mas destinada às colónias africanas.

A legislação produzida entre 1877 e 1896 sobre matéria migratória é insignificante, podendo falar-se num esgotamento ou vazio legislativo. Face à sangria emigratória da viragem do século, é sobre o emigrante e as agências aliciadoras de emigração que a legislação do fim da monarquia vai recair, insistindo paralelamente no projecto africanista e na tónica da “repressão” da emigração para o Brasil.

Segundo a carta de lei de 23 de abril de 1896, os passaportes conferidos a nacionais que pretendiam sair para as possessões portuguesas do ultramar passavam a ser gratuitos. Complementarmente, agravava a penalização pelo crime de aliciamento de emigração clandestina, dispondo textualmente no artigo 12.º:

Aquele que promover ou que favorecer por qualquer modo a emigração clandestina, ou que aliciar emigrantes para saírem do reino com infracção das disposições das leis em vigor, incorrerá na pena de prisão celular de dois a oito anos, ou, em alternativa na pena correspondente de degredo.

O parágrafo único do referido artigo explicitava que esses réus seriam julgados em processos ordinários de querrela, sem intervenção de júri.

Nesse mesmo ano de 1896 é criada a Polícia de Repressão da Emigração Clandestina com três grandes objectivos apresentados no parágrafo único do 1.º artigo do seu regulamento, datado de 3 de julho de 1896, e desenvolvidos nos 15 seguintes:

- Perseguir indivíduos que tentem emigrar com passaporte falso, ou passado em nome de terceira pessoa, ou em contração das disposições legais em vigor;
- Perseguir os empregadores de emigrantes clandestinos e fornecedores de passaportes falsos (assim como “cúmplices e encobridores”);
- Fiscalizar as agências de emigração.

A portaria de 19 de janeiro de 1897 sublinha o acordado entre Portugal e Espanha sobre a emigração clandestina, exigindo-se para o embarque que o passaporte fosse visado pelo cônsul respectivo, sendo em Espanha regulada pela real Ordem de 14 de janeiro de 1897. Esta disposição reconhecia uma prática corrente e antiga, isto é, a saída clandestina do país com destino ao Brasil pelos portos espanhóis, nomeadamente o de Vigo.

E foi novamente sobre a emigração clandestina que incidiu o decreto de 27 de setembro de 1901, constituído por onze artigos, constando o primeiro do seguinte:

Aquele que promover ou favorecer por qualquer modo a emigração clandestina, ou que aliciar emigrantes para saírem do reino com infracção das disposições das leis em vigor, incorrerá na pena de prisão correccional, nunca inferior a um ano, e multa até réis 2.000\$000, nunca, porém, inferior a 50\$000 réis.

Complementarmente, eram referidas as penas aplicáveis aos indivíduos que tentassem evadir-se sem passaporte estando sujeitos ao recrutamento militar, inclusive os de segunda reserva, bem como todos quantos tentassem a evasão com passaportes falsos ou passados em nome de terceira pessoa.

Por decreto de 3 de outubro de 1903 o serviço da Polícia de Repressão da Emigração Clandestina foi criado nos Açores, com sede em Angra do Heroísmo, mas a sua extinção ocorreu poucos anos depois, no limiar da República, por decreto de 21 de janeiro de 1911. Igualmente em 1904 (decreto de 11 de maio) esse serviço policial foi instaurado na Madeira, na cidade do Funchal. Nas ilhas o problema da clandestinidade na emigração para o Brasil con-

tinuava a colocar-se com particular acuidade, não só entre os ilhéus mas também entre os continentais que para aí viajavam, como demonstra o ofício enviado pelo Ministério do Interior ao Governo Civil do Funchal, em 11 de novembro de 1898, recomendando maior vigilância sobre os que tinham bilhete para a ilha da Madeira e daí seguiam clandestinamente para o Brasil.

Uma portaria datada de 14 de julho de 1905 nomeou uma comissão encarregada de elaborar um regulamento geral de emigração e passaportes. Driessel Schroeter foi um dos seus vogais (a presidência coube a Ferreira do Amaral) e, na qualidade de ministro da fazenda, em 13 de outubro de 1906, apresentou à Câmara de Deputados uma proposta parcialmente inspirada nos trabalhos da dita comissão, a qual se transformou na lei de 25 de abril de 1907.

Essa lei, composta por nove artigos, trata fundamentalmente de passaportes, o crivo tradicionalmente utilizado para filtrar a emigração. Deles eram dispensados os estrangeiros, os nacionais que saíssem para as colónias e os nacionais “que pretendam sair do reino para o estrangeiro e não sejam considerados emigrantes”, os quais eram apelidados de “simples viajantes”. Todavia, a questão colocava-se no que se entendia por “emigrantes”, explicação que fazia o parágrafo 1º do artigo 3º:

Os nacionais que se dirigirem para os portos estrangeiros do ultramar em navios de vela ou vapor, tendo ou não carreiras regulares, embora gozem do privilégio de pàquetes, que nos termos do artigo 2º da carta de lei de 27 de Março de 1877 se consideram como empregados no transporte de colonos e emigrantes, e neles sejam transportados na última classe de passageiros, ou por preço, alimentação, ou condições a ela correspondentes.

Embora o conceito se revestisse de alguma ambiguidade – facto que levou à publicação de instruções mais claras sobre a sua interpretação em 25 de novembro de 1912 – essa lei restringia o emigrante àquele que partia em más condições económicas. Por isso, o diploma de 1907 foi visto como uma profunda injustiça social já que apenas mantinha a exigência de passaportes para os emigrantes – na aceção atrás referida – e com elevado aumento de custos já que, sendo facultativos para os não emigrantes, esses documentos tinham a taxa única de 2\$000 réis, enquanto os emigrantes passaram a pagar 7\$000 réis por idêntica documentação (6\$000 para o Estado e 1\$000 de emolumentos para o Governo Civil).

Outra alteração introduzida por essa lei (artigo 4.º) consistiu na redução da idade para requerer passaporte que baixava para os 21 anos (como atrás se mencionou, era de 25 anos segundo o Regulamento de 1863). Mas a última lei da monarquia sobre emigração tornou-se tristemente célebre pela consideração dos emigrantes como os mais desventurados e que mais tinham de pagar pelo seu passaporte. Escrevendo durante a vigência de tal diploma, Afonso Costa considerava-o “contraposto às grandes leis modernas sobre o fenómeno migratório promulgadas na Europa e na América”.<sup>10</sup>

Por essa altura, as agências de emigração começam a ser objecto de uma fiscalização mais apertada que repercutiu em várias peças legislativas como o edital do Governo Civil do Porto de 18 de julho de 1893, o decreto de fevereiro de 1895, a circular de 10 de julho de 1896, a consulta fiscal de 10 de julho de 1896 e o ofício do Ministério do Reino de 29 de agosto de 1900.

O edital do Governo Civil do Porto de 18 de julho de 1893, considerando que era atribuição dos governadores civis, com aprovação do governo, tomar providências de execução permanente sobre as agências de emigração ou de passaportes, determinava que as existentes e as futuras não poderiam continuar a funcionar sem que os seus donos ou proprietários obtivessem licença concedida pelo Governo Civil, sendo compreendidos nesta disposição, tivessem ou não escritório especial, “todos os indivíduos, associados ou companhias que *directa ou indirectamente recrutem* ou contratem emigrantes; *vendam bilhetes de passagem* ou os entreguem, ainda que seja por procuração; ou enfim, *solicitem habitualmente* passaportes para sair do continente do reino”.<sup>11</sup> Tal abrangência não deixava de fora nenhum agente da emigração. Consoante a tipologia referida pagavam fianças que iam de 500 mil réis a seis contos, sendo as licenças igualmente onerosas pois implicavam inscrição na matriz da contribuição industrial, além da obrigatoriedade de renovação anual das mesmas licenças que funcionavam como um registo da vida, composição e actividades das agências – constante alvo de fiscalização policial e do Governo Civil – levando determinadas infracções à cassação das referidas licenças. Esse edital foi superiormente aprovado e mandado observar em todos os distritos logo a seguir. Todos eles aprovaram editais iguais ou inspirados no do Porto, en-

---

10 COSTA, Afonso. *Estudos de Economia Nacional*. p. 167.

11 Grifos nossos.

tre 1893 e 1896, à exceção dos governos civis de Évora, Portalegre e dos arquipélagos atlânticos.

Na conformidade desses editais, vários agentes que tentavam eximir-se às novas obrigações fiscais foram condenados, sendo a sentença – obrigação de tirar licença e pagar o selo respectivo – confirmada em recurso solicitado a instâncias judiciais superiores, como se comprova pela documentação e acórdãos coligidos por Carlos Vieira Ramos.<sup>12</sup>

Apesar do aparente rigor legislativo, a sua aplicação prática era deficiente como comprovam os dois diplomas seguintes.

A portaria de 25 de agosto de 1897 reflectia a frequência com que portugueses, inculcando-se estrangeiros naturalizados, saíam do reino indocumentados ou com passaportes obtidos nos consulados, muitas vezes abonados pelos próprios aliciadores de emigrantes, informação aliás confirmada pelos agentes consulares. Determinava essa portaria que se procedesse contra tais indivíduos nos termos das leis em vigor acerca da emigração clandestina.

Já a circular do Ministério do Reino aos governadores civis de 29 de agosto de 1900 solicitava a rigorosa observância dos diplomas relativos à fiscalização das agências de emigração pois constava oficialmente que as autoridades administrativas vinham descurando o cumprimento das suas obrigações, havendo-se mostrado “desleixadas” no seu serviço o que era para o Ministério motivo de “reparo e estranheza”, pedindo-se “impreterível punição” para tais funcionários.

Jorge Fernandes Alves considera que a legislação emigratória portuguesa de Oitocentos gravitou sempre em torno de três questões, com maior ou menor intensidade, conforme a conjuntura:

- a dos colonos engajados, isto é, com os problemas decorrentes dos contratos de locação de serviços;
- a do recrutamento militar, encarado como dever nacional a que nenhum cidadão se deve eximir;
- a da clandestinidade, aspecto polimorfo, enquanto expressão de desobediência à lei nas suas diversas facetas.<sup>13</sup>

---

12 *Legislação portuguesa sobre emigração e passaportes*, Lisboa, 1913. p:117-9; 128-9; 132-4; 142-150; 153-4.

13 ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros*. p. 124.

Estas são, com efeito, as principais problemáticas inerentes à emigração que presidem aos desígnios do legislador. Mas duas outras, a montante, quiçá de menor alcance, e mais para o final da centúria, ganham algum relevo:

- a tentativa de controlo das agências de emigração, suas actividades e proliferação;
- a arrecadação por parte do Estado, no âmbito da “indústria” emigratória, através do fisco pesado, emolumentos elevados e multas avultadas.

Estes aspectos mais não fazem do que evidenciar o esgotamento e inoperância legislativos que nesta matéria se faziam sentir face aos caudais migratórios que, efeito contínuo, arrastavam uma multiplicidade de formas de contornar as leis, de iludir as normas, enfim, de escapar à burocracia e seus altos custos.



# TRIÂNGULO IMIGRANTISTA: O CASO HESSELS-CARRIÈRE E A REEMIGRAÇÃO DE PORTUGUESES DO BRASIL PARA A VENEZUELA E AS ANTILHAS HOLANDEAS

*José Sacchetta Ramos Mendes*

Graduado em Direito (USP), doutor em História Social (USP),  
pós-doutorando em História da Cultura (UFBA) e professor de História do Direito

A deflagração da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) marcou o panorama dos deslocamentos populacionais destinados ao Brasil. Condizentes com o espírito da época, as leis que normatizavam a imigração guiaram-se pelo restricionismo e pela seleção dos candidatos ao visto de entrada no país, de acordo com a origem nacional e étnica, profissão, condições de saúde e perfil ideológico. Nesse quadro legal de imposição de limites ao afluxo de estrangeiros, a política do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) estabeleceu situação peculiar para os portugueses, habilitando privilégios que os distinguiram em dois sentidos: os lusos foram deixados de fora da legislação brasileira restritiva à admissão de novos imigrantes, ao mesmo tempo em que se buscou incrementar a sua imigração, “por todos os motivos a mais aconselhável para o Brasil”,<sup>1</sup> nas palavras do presidente do Conselho de Imigração e Colo-

---

1 Ofício n.º 915 de Frederico de Castelo Branco Clark, presidente do Conselho de Imigração e Colonização (CIC), a Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores do Brasil; Rio de Janeiro, 11 de maio de 1943. Maços de Imigração, Portugal, 1941/1948, lata 2.058, maço 37.118, Arquivo Histórico do Itamarati (AHI).

nização (CIC), Frederico de Castelo Branco Clark, direcionadas ao ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha.

Assinale-se que o sistema de quotas para imigrantes estrangeiros, adotado na Constituição de 1934 e na Carta do Estado Novo, de 1937, foi suspenso para os originários de Portugal – e exclusivamente para esses nacionais e cidadãos de países americanos, que de resto não constituíam uma corrente imigratória para o Brasil – quando, em 22 de abril de 1939, o Conselho de Imigração e Colonização declarou em sua resolução n.º 34 os portugueses “isentos de qualquer restrição numérica, quanto à sua entrada no território nacional”.<sup>2</sup> As considerações que fundamentaram a medida salientavam que a supressão de qualquer limite, em se tratando da entrada e fixação dos lusos no país, só poderia contribuir para o “fortalecimento da formação étnica”<sup>3</sup> do povo brasileiro.

A resolução n.º 34 ampliou a abrangência do decreto-lei n.º 406 e do decreto n.º 3.010, ambos de 1938, que haviam equiparado os lusitanos aos brasileiros para fins de povoamento. As duas providências tinham o objetivo declarado de evitar a concentração de estrangeiros em núcleos coloniais agrícolas, tendo em vista “preservar a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais”<sup>4</sup>.

Ao proibir a preponderância de imigrantes de uma só nacionalidade em qualquer ponto do território nacional, os dois decretos insistiam no argumento de defesa da “composição étnica e social do povo brasileiro”.<sup>5</sup> A ameaça estrangeira deveria ser neutralizada com o estabelecimento de brasileiros natos na mesma região, ou de portugueses, considerados pelo Conselho de Imigração e Colonização “o elemento que tem sido o fator primordial e a força co-operante mais idônea na formação do povo brasileiro”<sup>6</sup>.

Em 7 de abril de 1941, por meio do decreto-lei n.º 3.175, o governo brasileiro suspendeu a expedição dos vistos de entrada para estrangeiros, exceto

---

2 Resolução n.º 34, de 22 de abril de 1939, do CIC; anexo n.º 1 ao ofício n.º 915 de F. Castelo Branco Clark a O. Aranha, *ibidem*.

3 *Idem*, *ibidem*.

4 Decreto n.º 3.010 de 20 de agosto de 1938, citado.

5 *Idem*.

6 Ofício n.º 915 de F. Castelo Branco Clark a O. Aranha, citado.

portugueses.<sup>7</sup> A nova medida restritiva à imigração denotava o alinhamento progressivo do Brasil aos Estados Unidos; ajustava o foco de vigilância policial aos residentes alemães, japoneses e italianos e ampliava a proibição genérica à vinda de imigrantes. Nas semanas seguintes, o Itamarati passou a dar instruções a seus cônsules no exterior por meio de um conjunto de circulares, várias delas secretas, que orientavam como aplicar a nova legislação.

A rigidez no fornecimento de vistos seria redobrada nos locais de embarque de passageiros mais frequentemente utilizados nas rotas para a América do Sul, como Lisboa e Porto. Apesar da importância destas duas cidades na geopolítica do controle, não eram os imigrantes portugueses que se buscava impedir de entrar no Brasil. Judeus e comunistas de outros países europeus eram o objetivo da estrita vigilância, além de dissidentes políticos em geral. A neutralidade diplomática e militar de Portugal no conflito mundial havia transformado o país em lugar seguro para pessoas oriundas das zonas da Europa sob ocupação nazista.

A obtenção de visto permanente junto às representações do Brasil em território português enfrentava, entre outros obstáculos, a exigência de que o pedido fosse feito na jurisdição consular de residência do solicitante, assim considerado o local de sua moradia comprovada por um mínimo de seis meses.<sup>8</sup> Na gênese desta regra, editada em 20 de agosto de 1938, tratou-se de assegurar que as quotas estabelecidas nas Constituições de 1934 e 1937 não seriam burladas pela admissão indevida de pessoas de outras origens, naturalizadas às pressas em nações com limite de quota disponível.

O cumprimento desse dispositivo de segurança tornou-se ainda mais importante depois que a circular reservada n.º 1.522, emitida pelo Itamarati em seis de maio de 1941, liberou a concessão de vistos permanentes para cidadãos portugueses se estabelecerem no Brasil, sem consulta prévia ao Ministério da Justiça, a quem cabia aprovar toda solicitação de visto. A circular trazia instruções definidas em conjunto pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça e Negócios Interiores e Conselho de Imigração e Colonização, destinadas a instruir os cônsules<sup>9</sup> a aplicar o decreto-lei n.º 3.175, de 1941.

---

7 Decreto-lei n.º 3.175 de 7 de abril de 1941. *Coleção das leis do Brasil, 1891/1945*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. v. 38-45.

8 Decreto n.º 3.010/38, citado.

9 Ofício n.º 915 de F. Castelo Branco Clark a O. Aranha, citado.

A seleção de imigrantes determinada nas leis do Estado Novo coadunava-se, de maneira paradoxal, ao espírito de intolerância, xenofobia e etnocentrismo difundido pelos autoritarismos europeus, como o nazismo e o fascismo, contra os quais iriam combater militarmente os brasileiros, aliados aos norte-americanos. De modo amplo, a vigilância policial aos estrangeiros domiciliados no Brasil acentuou-se com a guerra. Regras que impunham nacionalização e *abrasileiramento* de outras culturas envolviam o ensino escolar, o uso da língua portuguesa e o controle de organizações comunitárias, culturais e de auxílio-mútuo dos imigrantes.

## O ENGAJAMENTO DE PORTUGUESES EM SÃO PAULO E SANTOS

Logo após a liberação de vistos permanentes aos cidadãos de Portugal,<sup>10</sup> em maio de 1941, o Itamarati e o Ministério da Justiça e Negócios Interiores viram-se envolvidos numa polêmica reveladora dos rumos que tomava a imigração portuguesa durante o Estado Novo varguista. Um episódio que noutras circunstâncias passaria despercebido acabou por se transformar em escândalo policial e diplomático, enredando vários países em sua trama: o engajamento de trabalhadores portugueses radicados no Brasil, instados a deixar o país e re-emigrar para Curaçao, nas Antilhas Holandesas, onde postos de trabalho os aguardavam.

O incidente evidenciou a valoração atribuída por autoridades à mão-de-obra lusitana, pouco antes equiparada legalmente à brasileira para fins de povoamento e ocupação do território. Trouxe à tona também uma prática de triangulação de imigrantes que, aparentemente, vinha se desenvolvendo no país havia algum tempo, com a transferência sistemática de portugueses do Brasil para outros locais, como Venezuela, Antilhas Holandesas e Guiana Inglesa.

Em agosto de 1941, a companhia Anglo-Mexican Petroleum pediu autorização à Divisão de Passaportes do Ministério das Relações Exteriores do

---

<sup>10</sup> Decreto-lei n.º 3.175/41 e circular reservada n.º 1.522 do MRE, de 6 maio 1941, citado.

Brasil para embarcar duzentos imigrantes portugueses, residentes nas cidades de São Paulo e Santos, com destino ao porto de Willemstad, na ilha de Curaçao, possessão do Reino da Holanda situada ao largo da costa venezuelana. Ali o grupo seria empregado na refinaria de petróleo da empresa, dentro de parâmetros lícitos e condizentes com as práticas em vigor de contratação internacional de trabalhadores estrangeiros.<sup>11</sup> O agenciamento, o embarque e a viagem dos lusos seriam acertados pelos engajadores profissionais da companhia, Marinus Cornelis Hessels e Johann Carrière, ambos de nacionalidade holandesa.

Encaminhada a solicitação ao Ministério da Justiça, a resposta foi rápida, negando a concessão dos vistos de saída aos portugueses. O despacho denegatório, redigido pelo próprio ministro Francisco Campos, apontava a conveniência de o Conselho de Imigração e Colonização “promover a verificação do aliciamento clandestino”<sup>12</sup> de portugueses estabelecidos no Brasil. Dias depois, ao desembarcarem no aeroporto do Rio de Janeiro, os contratadores Hessels e Carrière foram detidos pela polícia e levados à Seção de Estrangeiros da Delegacia de Segurança Política e Social,<sup>13</sup> iniciando uma batalha judicial e diplomática de vários meses, até sua absolvição, no fim do ano seguinte.

O Ministério das Relações Exteriores e o CIC passariam a demonstrar preocupação com “a notícia de que, para trabalhos pesados na Venezuela, são aliciados, constantemente, portugueses já radicados no Brasil, incorporados, portanto, à nossa economia”<sup>14</sup>. A evasão de mão-de-obra estrangeira, ainda que mencionada de forma generalista nos documentos do Itamarati, não se refe-

---

11 Requerimento n.º 707 de Sophy Campbell, representante da Anglo-Mexican Petroleum Company, à Divisão de Passaportes do MRE; Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1941. Maços de Imigração, Portugal, 1941/1944, lata 2.058, maço 37.118, AHI.

12 Despacho de Francisco Campos, ministro da Justiça e Negócios Interiores, a João Severiano da Fonseca Hermes Jr., chefe da Divisão de Passaportes do MRE; Rio de Janeiro, 13 ago. 1941. Maços de Imigração, Portugal, 1941/1944; lata 2.058, maço 37.118, AHI.

13 Ofício n.º 2.734 de Hoonholtz Martins Ribeiro, inspetor da Polícia Marítima e Aérea do Distrito Federal, a João Severiano da Fonseca Hermes Jr.; Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1941. Maços de Imigração, Portugal, 1941/1944, lata 2.058, maço 37.118, AHI.

14 Memorando de João Severiano da Fonseca Hermes Jr. a Maurício Nabuco de Araújo, secretário geral do MRE; Rio de Janeiro, 03 set. 1941. Maços de Imigração, Portugal, 1941/1944; lata 2.058, maço 37.118, AHI.

ria a qualquer outra nacionalidade. Os trâmites ministeriais do período abordaram exclusivamente o problema da saída de imigrantes lusitanos. Diplomatas portugueses e venezuelanos creditados no país se vtornavam suspeitos de atuar no engajamento de trabalhadores lusos para re-emigração:

as atividades do consulado venezuelano no Rio de Janeiro, que funciona em certas épocas até altas horas da noite, em concordância com a saída de vapores, respondem a esse aliciamento. Por clandestinas e atentatórias às leis brasileiras, tais atividades, por parte das autoridades consulares portuguesas e venezuelanas, constituem infração grave à hospitalidade oficial que o Brasil lhes dá.<sup>15</sup>

Juntamente com o pessoal consular da Venezuela no Rio de Janeiro, o cônsul de Portugal em São Paulo estaria encarregado de preparar os passaportes de seus co-nacionais para embarque, atitude que em si nada tinha de irregular. Mas o procedimento de contratar trabalhadores portugueses e levá-los a re-emigrar para outros países continuou a ser compreendido por autoridades brasileiras como ato ilícito. Acreditava-se que os diplomatas envolvidos nessas atividades recebessem instruções diretas dos governos de Lisboa e Caracas. A legação da Holanda no Rio, por sua vez, adiantou-se em informar que não tinha conhecimento do assunto e pediu para ser oficialmente notificada, a fim de levar a questão à sua chancelaria em Haia.<sup>16</sup> O Reino da Holanda se encontrava, desde maio de 1940, sob ocupação da Alemanha, administrado por um governo imposto pelos nazistas que dificilmente teria empenho em resolver o caso de Hessels e Carrière. Cabia aos diplomatas flamengos agir localmente, no Brasil, em defesa dos seus cidadãos.

Para dirimir a dúvida sobre a legalidade do ato de engajar residentes portugueses visando sua re-emigração, o chanceler Oswaldo Aranha enviou uma consulta à Secretaria Geral do Itamarati. O parecer jurídico elaborado em resposta esclareceu que

Não há lei que proíba o aliciamento de trabalhadores estrangeiros no Brasil, com o fim de encaminhá-los ao exterior. Os artigos 267 e 269 do decreto n.º 3.010

---

15 Memorando de João Severiano da Fonseca Hermes Jr. a Maurício Nabuco de Araújo, secretário geral do MRE; Rio de Janeiro, 03 set. 1941. Maços de Imigração, Portugal, 1941/1944; lata 2.058, maço 37.118, AHI.

16 Idem, *ibidem*.

[de 20.08.1938], que ... as autoridades de imigração e a polícia queriam aplicar aos dois holandeses que prenderam, não se aplicam ao caso, senão por analogia, o que contraria o artigo 1.º do Código Penal.<sup>17</sup>

Contra a postura policial de que seriam clandestinas, im procedentes ou ilegais as ações dos diplomatas portugueses e venezuelanos, Maurício Nabuco de Araújo, secretário geral do Itamarati, revelou a Oswaldo Aranha que, em julho daquele ano, o próprio embaixador da Venezuela havia solicitado ao governo brasileiro que facilitasse “o transporte de uma corrente imigratória portuguesa do Brasil”<sup>18</sup> para o seu país. A triangulação era a fórmula encontrada para desviar fluxos de trabalhadores europeus do Brasil, Argentina e Uruguai, destinando-os a uma nação com maiores dificuldades para atraí-los diretamente. Nabuco de Araújo relatou ao chanceler que no ano anterior, 1940, “para parar essa onda emigratória”, teve que “pedir por favor ao embaixador venezuelano, porque não havia nenhuma lei aplicável ao caso”.<sup>19</sup>

Apesar da dificuldade de tipificar criminalmente a contratação de estrangeiros no Brasil e o seu embarque para o exterior, Marinus Cornelis Hessels e Johann Carrière ficaram várias semanas detidos na Delegacia de Estrangeiros, recém-criada na Polícia Civil do Distrito Federal.<sup>20</sup> O órgão tinha competência para fiscalizar a entrada e saída de pessoas do território nacional, renovar vistos e resolver pendências daquelas fixadas no país em caráter permanente. Sua função preponderante, porém, era identificar estrangeiros suspeitos de cometer delitos contra a ordem política ou social.<sup>21</sup>

A fragilidade dos fundamentos penais contra Hessels e Carrière não impediu a inclusão dos dois holandeses, como co-réus, em uma ação movida a partir de fevereiro de 1942 na 4ª Vara Criminal de São Paulo. No processo, os dois foram acusados de agir coordenadamente com os engajadores portugue-

17 Memorando de Maurício Nabuco de Araújo a Oswaldo Aranha; Rio de Janeiro, 15 set. 1941. Maços de Imigração, Portugal, 1941/1944, lata 2.058, maço 37.118, AHI.

18 Idem, ibidem.

19 Idem, ibidem.

20 Decreto n.º 3.183 de 9 de abril de 1941. *Coleção das leis do Brasil*, v. 51, p. 20.

21 AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio de; SWENSSON Jr., Walter (Org.). *No coração das trevas: o Deops visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.

ses Manuel da Silva, José Rodrigues Teixeira e João Vieira, na contratação de estrangeiros residentes em São Paulo e Santos.

Segundo a acusação, ambos haviam incorrido no delito tipificado no artigo 267 do decreto n.º 3.010, de 1938, que proibia “aliciamento de trabalhadores nacionais, com fins de emigração, sem autorização prévia do Conselho de Imigração e Colonização”.<sup>22</sup> A pena prevista na lei era de dois a quatro anos de prisão. O dispositivo invocado era o mesmo cujo parecer jurídico elaborado pela Secretaria Geral do Itamarati excluía de aplicação a trabalhadores estrangeiros, a não ser que se empregasse analogia na interpretação do fato acusatório, uma aberração contrária aos princípios do Direito Penal. A equiparação do português ao brasileiro nato para fins de ocupação do território não se estendia ao caso, nem os lusos se encaixavam na categoria de trabalhadores nacionais.

Manuel da Silva, funcionário da mesma empresa que Hessels e Carrière, foi considerado, no curso do processo criminal, o elo de conexão com os trabalhadores lusos dispostos a trocar o Brasil pela Venezuela ou pelas Antilhas. Seu domicílio era desconhecido. A única maneira de localizá-lo era por meio do consulado de Portugal na capital paulista, endereço declarado à autoridade imigratória.<sup>23</sup> Enquanto isso, a legação da Holanda no Rio buscava uma saída negociada para livrar seus nacionais das acusações.

A repercussão do incidente Hessels-Carrière tomou vulto no estado de São Paulo, onde se dizia estar concentrado o engajamento de portugueses para re-emigração. O tema ganhou as páginas dos jornais paulistanos e uma reportagem publicada na *Folha da Noite*, em 3 de outubro de 1941, gerou protestos da diplomacia de Haia, por considerar ter havido vazamento de informações confidenciais para a imprensa.<sup>24</sup> Sob o título “600 portugueses de São Paulo aliciados por uma companhia estrangeira”, o jornal noticiara que

---

22 Decreto n.º 3.010/38, citado.

23 A acusação de que Manuel da Silva era o principal aliciador de trabalhadores lusos no estado de São Paulo para re-emigração proveio do Conselho de Imigração e Colonização; ao solicitar abertura de inquérito policial contra o português, o CIC informou que o seu endereço era o do consulado de Portugal na capital paulista, à rua da Liberdade, n.º 747; citado no memorando n.º 1.255 de Antonio Camillo de Oliveira, presidente do CIC, a Maurício Nabuco de Araújo; Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1941. Maços de Imigração, Portugal, 1941/1944, lata 2.058, maço 37.118, AHI.

24 Memorando n.º 40 de Maurício Nabuco de Araújo a Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda; Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1941. Maços de Imigração, Portugal, 1941/1944, lata 2.058, maço 37.118, AHI.

Os trabalhadores aliciados, na maioria de nacionalidade portuguesa, obtiveram promessas sedutoras. Além de perceberem a quantia de 39 centavos por hora, teriam ainda direito a férias periódicas, as maiores facilidades para visitarem de quando em quando a terra natal e outras condições das mais vantajosas.<sup>25</sup>

Outro jornal de São Paulo, o *Correio da Manhã*, fez a cobertura do debate ocorrido na sessão de 29 de setembro de 1941 do Conselho de Imigração e Colonização, sobre a amplitude que se deveria dar ao termo *trabalhador nacional*, inserido no decreto n.º 3.010 de agosto de 1938: “Isto é, se se refere exclusivamente a trabalhadores de nacionalidade brasileira, ou também a imigrantes estrangeiros”.<sup>26</sup> Na reunião, estavam presentes os conselheiros Antonio Camillo de Oliveira, Arthur Hehl Neiva, Ernani Reis, Aristóteles de Lima Câmara e Antonio Pedro de Andrade Muller. Nela, o CIC concluiu pela “equiparação, no que diz respeito à proteção da mão-de-obra nacional, do trabalhador brasileiro e do estrangeiro fixado como trabalhador no território do Brasil”,<sup>27</sup> contrariamente, portanto, à legalidade do engajamento dos lusos para re-emigrar ao exterior.

A conclusão do CIC foi encaminhada ao presidente Getúlio Vargas, “a fim de que a interpretação [viesses] a fixar doutrina”.<sup>28</sup> A maior abrangência do conceito de trabalhador nacional tocava especialmente o residente português, já equiparado ao brasileiro nato em leis anteriores. Projetava-se como chave política para justificar o posicionamento favorável à instituição de medidas que impedissem o desvio da corrente imigratória lusitana. A suposta existência de uma rede internacional voltada à arregimentação de imigrantes estabelecidos no Brasil para trabalhar em outros países preocupou também Oswaldo Aranha.<sup>29</sup> Afinal,

---

25 *Folha da Noite*, São Paulo, 03 de outubro de 1941; anexo ao ofício n.º 391 de Lourival Fontes a Maurício Nabuco de Araújo; Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1941. Maços de Imigração, Portugal, 1941/1944, lata 2.058, maço 37.118, AHI.

26 *Correio da Manhã*, São Paulo, 30 de setembro de 1941; anexo à nota de W. Daniels, ministro plenipotenciário da Holanda no Brasil, a Oswaldo Aranha; Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1941. Representações Estrangeiras, Legação dos Países Baixos, notas recebidas, 1941/1942, estante 86, prateleira 3, livro 7, AHI.

27 *Ibidem*.

28 *Ibidem*.

29 Memorando n.º 127 de Oswaldo Aranha a Vasco Tristão Leitão da Cunha, chefe de expediente do MRE; Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1942. Maços de Imigração, Portugal, 1941/1944, lata 2.058, maço 37.118, AHI.

a empresa holandesa responsável pelos contratos para Curaçao confirmou que empregava muitos portugueses saídos de Santos, no litoral paulista.<sup>30</sup>

Apesar da relevância política assumida pelo episódio Hessels-Carrière, as alegações penais contra os empregadores holandeses foram julgadas improcedentes pela 4.<sup>a</sup> Vara Criminal de São Paulo em outubro de 1942. A sentença de primeira instância transitou em julgado, sem que tenha havido recurso da acusação.<sup>31</sup> É provável que novos casos de contratação de imigrantes lusos para trabalhar no exterior tenham se concretizado no período, como aponta a correspondência diplomática. Entretanto, os trâmites teriam ocorrido de maneira informal, à revelia das autoridades brasileiras, possivelmente fazendo uso da rede de relacionamentos existente no interior das coletividades lusitanas.

Até o surgimento do escândalo Hessels-Carrière, e depois dele, o fluxo de portugueses do Brasil para as Antilhas Holandesas, Venezuela e Guiana Inglesa transcorreu silenciosamente. O vigor dessas correntes triangulares de imigrantes é desconhecido, pois não se conta com dados relativos aos contingentes de trabalhadores lusos transferidos dos portos brasileiros para aquelas regiões. A documentação diplomática brasileira sugere que, além de São Paulo e Santos, também a cidade de Belém do Pará teria vivenciado o fenômeno da contratação de portugueses ali radicados para trabalhar noutros países.

É notório que a imigração direta de Portugal para a Venezuela e as Antilhas Holandesas tomou vulto apenas após a Segunda Guerra Mundial. O empenho de sucessivos governos de Caracas por estabelecer correntes imigratórias da Europa é também conhecido. A Constituição venezuelana de 1936 facilitou a adesão de pessoas naturais da Espanha à nacionalidade, previsão posteriormente estendida aos nascidos em Portugal e Itália. Com efeito, a Venezuela tornou-se no pós-guerra um importante destino para imigrantes portugueses. O início da corrente lusitana àquele país é, porém, anterior, e no estudo dos seus primórdios deve ser levada em conta sua triangulação e passagem pelo Brasil.

---

30 Nota n.º 3.129 de W. Daniels a Oswaldo Aranha; Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1941. Representações Estrangeiras, Legação dos Países Baixos, notas recebidas, 1941/1942, estante 86, prateleira 3, maço 7, AHI.

31 Nota n.º 4.441 de W. Daniels a Oswaldo Aranha; Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1942. Representações Estrangeiras, LPB, notas recebidas, 1941/1942, estante 86, prateleira 3, maço 7, AHI.

# A HOSPEDARIA CENTRAL: A ILHA DAS FLORES COMO A ANTE-SALA DO PARAÍSO<sup>1</sup>

Beatriz Kushnir  
Arquivo Geral do Rio de Janeiro

## MANUAL DE INSTRUÇÃO

A Ilha das Flores, no litoral da baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, consagrou-se como uma arena de isolamentos, prisões e quarentenas, existindo tanto a hospedaria para imigrantes em quarentena epidemiológica, como cárceres militares para presos políticos em 1922 (lá estiveram os revoltosos do Levante do Forte de Copacabana, como os tenentistas Cordeiro de Faria e Juarez Távora), 1930, 1935, 1942 (após o governo Vargas ter rompido relações com a Alemanha e a Itália, são instalados “campos de concentração” para “estrangeiros perigosos”) e no pós-1964.

Nas malhas da burocracia do Estado brasileiro, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores foi desativada em meados da década de 1960. O presídio, não. Serviu também como espaço para o encarceramento de presos políticos na

---

1 Este texto expõe um projeto que vem se desenvolvendo desde 2003. Até 2005, esteve vinculado ao pós-doutoramento júnior, financiado pelo CNPq, junto ao Cemi (Centro de Estudos de Migrações Internacionais) da Unicamp sob orientação do professor Michael Hall. Partes destas reflexões estão publicadas, como artigos, em dois livros: *A ante-sala do paraíso: quarentena, isolamento e prisão na Ilha das Flores*. In: GRINBERG, Keila (Org.). *História dos judeus no Brasil*. [Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 399-421]; e *Cerrear para conter! A Ilha das Flores: uma experiência de quarentena, isolamento e prisão*. In: MARSON, Izabel Andrade; NAXARA, Márcia Capelari (Org.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras*. (Uberlândia [MG]: Ed. UFU, 2005. p. 265-84).

ditadura civil-militar do pós-1964. Naquele período, abrigou como presos políticos os militantes das esquerdas armadas que foram torturados nas bases do Cenimar (Centro de Informações da Marinha), um dos órgãos de repressão no Rio de Janeiro, que tinha como base a Ilha das Cobras, atual 1.º Distrito Naval.

As hospedarias de imigrantes foram estruturas especificamente criadas a partir da segunda metade do século 19 para receber cidadãos estrangeiros recém-chegados ao Brasil, que seriam posteriormente destinados ao trabalho rural no interior do país, ou aos serviços urbanos em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Acolheram imigrantes europeus, mas também havia árabes e japoneses a partir de 1908. Os que aportavam com enfermidades, o que não era raro, permaneciam em quarentena antes de regularizarem sua entrada em solo brasileiro, e as hospedarias eram encarregadas de atendê-los. Entre as mais importantes hospedarias que funcionaram no Brasil, destacam-se:

- Hospedaria de imigrantes de São Paulo;
- Hospedaria de imigrantes de Campinas (São Paulo);
- Hospedaria de imigrantes do Pinheiro (Espírito Santo);
- Hospedaria de imigrantes de Vitória (Hospedaria da Pedra d'Água);
- Hospedaria de imigrantes de Alfredo Chaves (Espírito Santo);
- Hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores (Casa dos Imigrantes do Rio de Janeiro, Hospedaria Central);
- Hospedaria de imigrantes do Saco do Padre Inácio (Florianópolis).

## A TRAVESSIA DO ATLÂNTICO E A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES

Um dos aspectos desta reflexão privilegia um enfoque muito particular do processo de imigração, para o Brasil, de fins do século 19 às três primeiras décadas do século 20. Para além de concentrar a análise em uma etnia, a preocupação se vincula às políticas estatais quanto à permissão, ou não, de entrada de estrangeiros no Brasil.

Uma apreciação das múltiplas faces do fluxo migratório para o Rio de Janeiro ainda demonstra grandes lacunas. Tal ponto é diferentemente esquadrihado quando centramos os estudos do fenômeno em outros estados. Nes-

tes, iniciativas governamentais e privadas incentivam tanto a construção de uma “memória do imigrante”, como, por vezes, a ponderação de suas trajetórias. Certamente, esse fomento ao tema do percurso do imigrante e do seu papel na sociedade que o recebeu remetem, muitas vezes, a uma idealização do conceito multirracial e ao seu encarceramento à imagem sempre vitoriosa do *self-made man*.

Tal perspectiva encontra sua versão máxima no Ellis Island Immigration Museum, nas costas de Manhattan.<sup>2</sup> Na América do Sul há o exemplo da Argentina, tendo Buenos Aires como, por longos anos, a principal “porta de acesso”. Encontra-se aí a Hospedaria de imigrantes de Buenos Aires [Hotel de inmigrantes de La Rotonda]. Nesse país, desde 1876 a Lei de Imigração e Colonização regulou a chegada de imigrantes estrangeiros e as medidas necessárias para evitar a mendicância. Dentro dessa premissa, criaram-se alguns centros de acolhida designados “albergues”, “asilos” e “hotéis de imigrantes”, onde teriam direito a cinco dias de permanência.<sup>3</sup> No caso do Brasil, sabe-se muito, por exemplo, sobre as Hospedarias de Imigrantes de São Paulo. Existiram, porém, outras: no Rio (Ilha das Flores), no Espírito Santo (Pinheiro,<sup>4</sup> Pedra d’Água e Alfredo Chaves<sup>5</sup>), em Campinas, em Florianópolis (Saco do Pa-

---

2 A Hospedaria de Ellis Island, em Nova York, foi construída a partir de 1860. De 1892 a 1952, 12 milhões de estrangeiros, com passagem de terceira classe, passaram pelo exame médico e adentraram o país como imigrantes. Ver: [www.nps.gov/Ellis](http://www.nps.gov/Ellis).

3 Na Argentina, o primeiro albergue se instalou na avenida Corrientes, nº 8-10, com capacidade para trezentas pessoas, e atendeu 20% da imigração entre 1857 e 1874, tratando os enfermos de febre amarela, em 1871, e cólera em 1873. A partir de 1880 construíram-se outros alojamentos para imigrantes, como, em 1888 a Rotonda de Retiro, que recebeu até cinco mil estrangeiros num só dia, e durante 1908 acolheu um total de 129.304 imigrantes. Em 1911, outrá Hospedaria foi erguida nos arredores do rio da Prata, com capacidade para receber 15 mil pessoas e que funcionou até 1953. Entre 1910 e 1913 as estatísticas oficiais argentinas registram a chegada de 1.100.000 imigrantes. Também se instalaram em outros países Hospedarias de Imigrantes, como, por exemplo, no Chile, a Hospedaria de Vergara (na cidade de Valparaíso) e a Hospedaria de Talca, entre outras. Ver: [www.ub.es/geocrit/b3w-739.htm](http://www.ub.es/geocrit/b3w-739.htm).

4 Inaugurada em 1889 na entrada da baía em uma área pertencente ao município de Vila Velha. Localizada bem próxima à Prainha, onde em 1535 desembarcaram os primeiros colonizadores sob o comando do donatário Vasco Fernandes Coutinho.

5 Decreto 2.598, de 31 de agosto de 1897: “Extingue a hospedaria de imigrantes estabelecida na estação de Pinheiros. O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Considerando que, por haver cessado o serviço de imigração por conta do

dre Inácio), no Rio Grande do Sul (do Cristal), em Pernambuco (Jaqueira, no Recife<sup>6</sup>) e na Amazônia.<sup>7</sup> Há uma referência ao Pará, que não pude confirmar.<sup>8</sup>

Essas edificações são respostas às pressões, publicadas nos jornais da época, denunciando os maus-tratos para com os imigrantes: o aluguel de hotéis na zona do porto, anunciados como alojamentos confortáveis e asseados, assustando até mesmo os políticos que para ali se dirigiam no in-

---

Governo Federal, o número de imigrantes diminuiu de tal modo, que nenhuma necessidade tem havido nesses últimos doze meses de recebê-los na hospedaria da estação de Pinheiros; Considerando que, em virtude desse fato, é a hospedaria da ilha das Flores mais que suficiente para o serviço de recebimento e agasalho dos imigrantes espontâneos; e usando da atribuição que lhe confere o art. 4.º n. 1.º da lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, revigorada pelo art. 43 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, decreta: Art. 1.º Fica extinta a hospedaria de imigrantes estabelecida na estação de Pinheiros. Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario. Capital Federal, 31 de agosto de 1897, 9.º da República. Assinado: Prudente J. de Moraes Barros, Joaquim D. Murtinho”.

6 “Declara definitiva a permuta feita com a Santa Casa de Misericórdia do Recife, do edifício que serviu de Hospedaria de Imigrantes na Jaqueira, Estado de Pernambuco, pelo prédio da Casa dos Expostos, situado na praça Barão de Lucena, no mesmo Estado”, Decreto 211, de 20 de outubro de 1894.

7 A Vila de Paricatuba está localizada no município de Iranduba, próximo a Manaus, 40 minutos por via terrestre pela AM-070, estrada Manoel Urbano, e também por via fluvial, na margem direita do rio Negro. Foi concebida como hospedaria para imigrantes italianos e funcionou como Liceu de Artes e Ofícios de padres franceses, Casa de Detenção e Hospital para hansenianos.

8 Decreto 28.152a, de 26 de maio de 1950. “Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de uma área de terreno destinada à Hospedaria de Imigrantes do Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I da Constituição, e tendo em vista o § 16 do art. 141 da mesma Constituição, Decreta: Art. 1.º É declarada de utilidade pública, de acordo com os artigos 2.º e 6.º, combinados com a letra e do art. 5.º, tudo do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, a Xarqueada de Tapanã, com a área aproximada de duzentos mil metros quadrados (200.000,00 m2), de propriedade atribuída à Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará, Limitada, situada em Belém, capital do Estado do Pará, entre a Baía Guajará e a rodovia de Icaraci, antiga do Pinheiro, com os característicos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 96.476, de 1947, e necessária para a criação de uma Hospedaria de Imigrantes do Departamento Nacional de Imigração. Art. 2.º A despesa decorrente da desapropriação correrá à conta do crédito especial que para esse fim foi aberto pelo Decreto n.º 26.443, de 10 de março

tuito de autorizar a estada e alimentação dos imigrantes.<sup>9</sup> Cabe aqui ressaltar que as despesas para com os imigrantes, autorizadas pela Província, no caso de Pelotas, eram de 400 réis por adulto, porém nem sempre a Câmara Municipal – responsável por esse primeiro atendimento ao imigrante – era ressarcida, o que de fato acarretava morosidade no processo de abrigo e alimentação daqueles que chegavam.

A construção do prédio da instituição paulista foi iniciada em 1886, e, entre 1893 e 1930, mais de 60% dos que emigraram para esse estado passaram por lá.<sup>10</sup> O local, planejado para abrigar quatro mil pessoas, chegou a receber dez mil.<sup>11</sup> A primeira hospedaria criada pelo governo de São Paulo foi a Hospedaria de Santa Ana, que se instalou em 1878 e funcionou até 1880. No ano seguinte, instituiu-se a Hospedaria do Bom Retiro, que tinha capacidade para 230 leitos. Durante o governo de Antonio de Queiroz Telles, barão de Parnaíba, autorizou-se a construção de uma nova hospedaria de imigrantes “nas proximidades das linhas férreas do Norte e Inglesa”, no bairro do Brás, cuja administração esteve a cargo da Sociedade Promotora da Imigração.

A edificação da Hospedaria no Rio – cuja iniciativa é de D. Pedro II – instituiu-se quando, em 10 de maio de 1883, o governo imperial, através da Inspeção Geral de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, adquiriu, por 170 contos de réis, a Ilha das Flores do senador do Império Silveira Mota. Originariamente era um estabelecimento de piscicultura, lavoura e fábrica de goma de fécula de mandioca, que media 148 mil m<sup>2</sup>. A Hospedaria era composta por um pavilhão em que os imigrantes ficavam até conseguirem colocação em outros pontos do Rio ou em outras Províncias, e posteriormen-

---

de 1949. Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1950; 129º da Independência e 62º da República. Eurico G. Dutra. Guilherme da Silveira. Honório Monteiro”.

9 Foco de Infecção, *Correio Mercantil*, p. 2, 02 mar. 1889.

10 PRATA, Juliana Mendes. *Hospedaria dos Imigrantes: reflexões sobre o patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2000.

11 HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 88-9.

te foi se tornando uma estrutura mais complexa, dotada de alojamento, administração, hospital, farmácia, refeitório, escola, lavanderia e área de lazer.

A Inspetoria Geral de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura foi criada pelo decreto 6.129, de 23 de fevereiro de 1876, onde se fazia menção à necessidade de se constituir “hospedarias de imigrantes”, locais onde estes, assim que chegavam ao Brasil, permaneciam até que lhes fosse acertado um destino.<sup>12</sup> Diana Zaidman indicou o ano de 1879 como o da criação da Hospedaria de Imigrantes da Ilhas das Flores, destinada a acolher os recém-chegados ao porto do Rio de Janeiro, e que se tornaria um centro de convergência de imigrantes ao Brasil.<sup>13</sup>

No âmbito do Rio de Janeiro, uma justificativa para essa diminuta análise acerca de sua hospedaria demarca e expõe que a grande concentração de imigrantes e a relevância que estes tiveram nas outras províncias têm dirigido as reflexões. Como sede da Corte e capital da República, essa cidade foi, por longo tempo, a principal cidade-porto do país, tendo papel-chave no afluxo de imigrantes para o território brasileiro. O que pondera pensar o porquê dessa restrita atenção à questão nesse estado.<sup>14</sup>

No sentido de preencher uma fração desse vácuo analítico, aponta-se a importância de se examinar parte da trajetória dessa ilha, tomando como marco o instante em que ela passa a ser de propriedade do Estado brasileiro. A Ilha das Flores, na baía de Guanabara, localiza-se em frente ao município de São

---

12 “Capítulo VII: Da Hospedaria dos imigrantes e dos escritórios de locação de serviços. Art. 23. Na hospedaria de imigrantes haverá um Administrador nomeado pelo Inspetor Geral, incumbido de providenciar acerca do tratamento dos imigrantes e guarda das bagagens; e bem assim de manter a ordem e a polícia do estabelecimento. § 1º Subordinado ao Inspetor, dar-lhe-á parte diária do que ocorrer na hospedaria, solicitando as providências indispensáveis ao bem-estar dos imigrantes e fazendo observar as instruções expedidas para a regularidade do serviço. § 2º Terá sob sua imediata direção os Guardas que o Inspetor designar para o coadjuvarem no desempenho de seus deveres. Art. 24. O escritório de locação de serviços ficará a cargo de um Agente nomeado pelo Inspetor, com os auxiliares por este designados”.

13 ZAIDMAN, Diana. *A imigração ao Brasil no Império: o caso particular da hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores*. Dissertação (Mestrado em História)– UFF, Niterói, 1983.

14 Trabalhos recentes como as coletâneas *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*, organizada por Angela de Castro Gomes (Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000) e a de Carlos Lessa, *Os lusíadas na aventura do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Record, 2002), apontam essa carência e investem em saná-la.

Gonçalo e a dez quilômetros da Praça Quinze de Novembro, no Rio, e forma com as Ilhas do Engenho, Ananazes, Mexingueiro e do Carvalho um pequeno arquipélago.

Se não restringirmos nossa análise às questões imigratórias relacionadas a esse espaço, perceberemos que ele permite um estudo em um corte de tempo largo – de fins do Segundo Reinado até o governo do general Ernesto Geisel [1974-1979]. Tendo quase cem anos como mote de reflexão, o relevante é identificar a ilha como zoneamento para a quarentena, o isolamento e a prisão.

Na esfera das demandas imigratórias, é fundamental sublinhar as dificuldades em se demarcar etapas fixas desse processo. Os dados do Ministério do Império balizam o movimento de entrada de imigrantes entre 1855 – cinco anos após a decretação oficial do fim do tráfico –, e 1889 – com a instauração republicana. As fontes do Departamento Nacional de Povoamento – órgão do Ministério da Agricultura – circunscreveram-na entre 1877 e 1932. As informações desse acervo que se referem à Ilha das Flores convergem suas estatísticas ao período de janeiro de 1883 – possivelmente a data de inauguração da hospedaria – até 1932 –, provavelmente quando o Ministério da Agricultura altera a estrutura e competência do Departamento Nacional de Povoamento. Paralelamente às informações do que se passava no Rio e demonstrando que a prática da quarentena não se vinculava apenas ao eixo Rio-São Paulo, nesse mesmo acervo há outra série que compreende o período de dezembro de 1891 a setembro de 1932, e esquadrinha a Hospedaria de Imigrantes de Pinheiro, no Espírito Santo.<sup>15</sup>

Delimitando a noção de *hospedaria* e localizando outras pelo país, é oportuno destacar que o termo também se refere aos centros para reclusão de enfermos. No caso daquela do Espírito Santo, há alusão, no ano de 1892, a imigrantes confinados no *lazareto* – uma construção para quarentena de indivíduos vítimas de doenças infecciosas – da Ilha Grande, sendo essa no final do século 19 a única estação quarentenária no Brasil. Por isso, os navios que vinham de portos suspeitos ou infectados e que se dirigiam ao Norte tinham,

---

15 Os acervos documentais do Ministério do Império e do Departamento Nacional de Povoamento estão em depósito no Arquivo Nacional, e findam seus registros em 1932.

primeiro, de ancorar naquela ilha. Cerca de 35 anos depois, durante a ditadura estadonovista [1937-1945], o prédio tornou-se um presídio político.<sup>16</sup>

A ausência de outras estações de quarentena tematizou uma persistente reclamação das empresas marítimas, obrigando o Estado a prometer construir o *lazareto* de Tamandaré, em Pernambuco. Em janeiro de 1895, entretanto, as obras em Pernambuco continuavam inacabadas, e as estações no Pará e na Bahia permaneciam nas promessas.<sup>17</sup>

Diversos indícios, portanto, mapeiam as intenções e, por vezes, concretizações de se instalar *lazaretos* no território nacional. Tais projetos arquitetônicos, como o exemplo da edificação da Hospedaria da Ilha das Flores, contudo, foram pouco investigados. Espaço de isolamento para doenças do corpo e para os motes políticos, a Hospedaria da Ilha das Flores foi, da sua inauguração até pelo menos o início da Segunda Guerra Mundial, voltada às demandas das enfermidades dos imigrantes. Outras atividades, porém, igualmente a ocuparam nesse período. Assim, durante parte da Primeira Guerra Mundial – de novembro de 1917 a outubro de 1919 – a Ilha das Flores foi cedida à Marinha, que lá instalou um centro de reclusão tendo como “hóspedes” imigrantes alemães.<sup>18</sup> Prática repetida durante a Segunda Guerra Mundial, quando essa experiência de reclusão com caráter político foi novamente instituída. Os estudos atuais, contudo, parecem desconhecer a informação e se concentraram no período do segundo conflito mundial.

---

16 Relatos do cárcere vivido na Ilha Grande, durante a ditadura estadonovista, são encontrados nos livros de: RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*; e AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*; como também nas lembranças de Noé Gertel a respeito de Joaquim Câmara Ferreira, o *Velho* ou *Toledo*, quando juntos estiveram (In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002). Esses fazem um paralelo entre o ocorrido naquela ilha e na das Flores, possibilitando que se tornem fontes de análise das experiências de prisão política em ilhas no período.

17 O decreto 9.554, de 3 de fevereiro de 1886, regulamentou as Inspetorias Gerais de Higiene conforme o disposto no decreto 3.271, de 28 de setembro de 1885. Cf. revista *Brasil Médico*, Rio de Janeiro, p. 824, 15 jan. 1895. Agradeço a Jaime L. Benchimol, que me chamou a atenção para esse dado.

18 Pelo decreto 12.689, de 21 de outubro de 1917, a Ilha das Flores foi transferida, provisoriamente, ao Ministério da Marinha. E pelo decreto 13.781, de 1º de outubro de 1919, retorna ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Além desses presos políticos, foram asilados na ilha, em cárceres militares, os revoltosos tenentistas Cordeiro de Faria e Juarez Távora, participantes do Levante do Forte de Copacabana, em 1922, e alguns militantes comunistas encarcerados após o Levante de 1935. Com o rompimento das relações com a Alemanha e a Itália pelo governo Vargas, a partir de 1942 são instalados “campos de concentração” para “estrangeiros perigosos” na ilha. A partir de maio de 1969, com a captura de militantes da Dissidência da Guanabara – grupo que originaria o MR-8<sup>19</sup> – e num instante anterior ao seqüestro do embaixador americano, a Ilha das Flores passou a “abrigar” presos políticos das organizações clandestinas de luta armada torturados. Isto porque a ilha era uma das bases do Cenimar (Centro de Informações da Marinha), um dos órgãos de repressão, que no Rio de Janeiro tinha como estrutura oficial a Ilha das Cobras, atual 1.º Distrito Naval.<sup>20</sup> Não se pode afirmar, contudo, se a Hospedaria, os “centros de trabalho forçado”, no caso dos alemães, e as prisões políticas coexistiram.

A Hospedaria, em seu primeiro ano de funcionamento, recebeu, alojou e encaminhou aos seus destinos 7.462 imigrantes, sendo 5.208 homens e 2.254

---

19 O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) originou-se da Dissidência da Guanabara (DI da Guanabara) do PCB, tendo uma grande influência no Movimento Estudantil. Destacou-se nacional e internacionalmente ao idealizar, em conjunto com a ALN, o primeiro seqüestro de caráter político que teve êxito: o do embaixador norte-americano no Brasil. Sua nomenclatura é uma lembrança a data de morte de Ernesto “Che” Guevara, na Bolívia, em 1967. Em 1971, a desarticulação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) fez que um núcleo de militantes dessa organização, entre eles seu mais importante dirigente, Carlos Lamarca, pedisse ingresso no MR-8. Foi como membro do MR-8 que o capitão Carlos Lamarca morreu, no sertão da Bahia, no dia 17 de setembro de 1971. Em 1972, o MR-8 foi desarticulado no país, depois de ter quinze de seus membros assassinados pela repressão, e outros tantos terem se exilado no Chile.

20 Centro de Informações, o DOI/Codi da Marinha era ligado, portanto, ao comando geral da repressão, o Estado Maior das Forças Armadas. O DOI/Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) era a base da estrutura da repressão política no Brasil. O Conselho de Segurança Nacional, ligado ao Estado Maior das Forças Armadas, era o órgão centralizador das ações repressivas. Cada ministério militar tinha seu Codi, que coordenava a repressão nos Codis regionais. Cada qual poderia ter quantos DOIs julgasse necessários. No Rio, em determinado momento havia dois DOIs para cada força militar, e em São Paulo o Exército tinha um, que sucedeu à Operação Bandeirante (Oban). A Marinha utilizou informalmente o Deops/SP como seu DOI-Codi, sob o comando do delegado

mulheres. Por nacionalidade, tem-se: 4.690 italianos, 1.083 portugueses, 901 austríacos, 640 alemães, 100 espanhóis, 26 franceses, nove ingleses e mais 13 de nacionalidades diversas. Em contraposição, nos últimos anos de funcionamento da Hospedaria de Imigrantes o movimento imigratório baixou consideravelmente. Os números do período de 1953 a 1965 foram reunidos na Tabela 1:

TABELA 1 – Número de imigrantes hospedados na Ilha das Flores, por ano (1953-1965).

Ano	Hospedagem	Ano	Hospedagem	Ano	Hospedagem
1953	1.742	1954	968	1955	854
1956	374	1957	1.513	1958	1.186
1959	1.401	1960	737	1961	391
1962	291	1963	172	1964	347
1965	86				

Tendo por alicerce esse histórico da Ilha das Flores, é oportuno observar também as outras ilhas da baía de Guanabara desempenhando funções semelhantes de confinamento. Parto da idéia, portanto, de que as ilhas são também apropriadas, segundo Marshall Sahlins, como locais de “higiene” de idéias e de doenças, como espaços do isolamento e da quarentena, assim como são revestidas da imagem de

lugares especiais, remotos e misteriosos, imensamente atrativos, mas também assustadores ... As ilhas “diabolicamente encantadoras” são o cenário de naufragos, de presídios, da expatriação de enfermos – do corpo e das “questões da alma” –, e também dos relatos do Capitão Cook e de Fernão de Magalhães. Exemplos dos espaços da natureza selvagem que abrigam o singular – tanto em indivíduos, como em paisagem –, os locais destinados às bênçãos ou às maldições e que sentiram a ação do homem quando o ... senso do romântico, do misterioso ficou subordinado à paixão da curiosidade científica.<sup>21</sup>

Assim, é interessante perceber, no plano mítico e metafórico, as idealizações que as ilhas ocuparam e ainda ocupam. Na concepção de um sonho, de

---

Sérgio Fleury, envolvido com processos do Esquadrão da Morte. A Oban surgiu de uma mobilização de empresários comprometidos com o golpe de 1964, de forma clandestina, dando apoio logístico e financeiro à repressão. De 1969 a 1970 não teve existência legal, o que aconteceu com a criação dos DOI-Codis nas Forças Armadas.

21 SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p. 19-21.

uma utopia do idílico, são ainda pontuadas pela expressão do exílio. As descrições da Ilha dos Pinheiros, no litoral carioca da baía de Guanabara, certamente sentenciam o que é e o que representa essa porção de terra “que está em frente à Ponta do Tibau, enseada de Inhaúma. É utilizada pelo Instituto Oswaldo Cruz para a criação de macacos Rhesus, destinados a servir de cobaias. Os símios, cercados pelo mar, vivem em plena liberdade, mas impossibilitados de fugir”.<sup>22</sup>

## O PERIGO QUE VEM DO MAR

Partindo da noção de que as ilhas formam um conjunto de *sítios* destinados também à *limpeza*, no caso do Brasil essa percepção esteve presente no aumento do afluxo de imigrantes aos seus portos, no final do século 19. Paralelamente às estratégias de substituição da mão-de-obra escrava por imigrantes assalariados nas fazendas de café, o Império do Brasil também se preocupou em regularizar a posse e aquisição das terras e, assim, em 18 de setembro de 1850, criou a Repartição Geral de Terras Públicas, pela Lei 601. Mais de um quarto de século se passaria até que a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, vinculada ao Ministério de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e destinada a promover a imigração espontânea, fosse instaurada pelo decreto 6.129, de 23 de fevereiro de 1876. O receio diante das questões sanitárias relacionadas ao fluxo de homens, mulheres e crianças que desembarcavam, diariamente, nos portos do país sentenciava a necessidade de se constituir uma Inspetoria e regulamentar suas atividades.

Um marco importante de como ocupar as ilhas e proteger o território está descrito no *Código Sanitário* de 1894, que legislou durante toda a Primeira República. Nele se inscreve um preceito de higiene que é milenar, mas o importante é perceber sua apropriação nesse instante. Assim, esse *Código* determinou que “os hospitais deveriam se localizar sempre afastados dos centros urbanos, em terrenos secos, saneados e cercados por vegetação

---

22 SARTHOU, Carlos. *Passado e presente da baía de Guanabara, 1565-965*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1964. p. 205.

exuberante”<sup>23</sup> Vale destacar, contudo, que de modo algum se está afirmando que não existiam centros de tratamento e hospitais dentro do espaço da cidade.<sup>24</sup>

No empenho em atrair mão-de-obra estrangeira e ao mesmo tempo não permitir o alastramento de epidemias na população, é interessante o relato de um médico norte-americano, funcionário do Serviço de Hospital da Marinha, que era o encarregado da escolha de quem entraria ou não no país como imigrante. Victor Heiser descreveu, nas suas memórias, os últimos anos do século 19 e lembrou que

durante muitos anos a inundação de operários baratos vindos de fora derramara no país, pelos portões escancarados de Boston, Nova York, Filadélfia, São Francisco e outros portos de grandes cidades, uma aluvião de aleijados, coxos e cegos, até 1882. Passaram-se mais nove anos antes que o sentimento público, insurgindo-se lentamente contra a invasão do trabalho estrangeiro, forçasse o Congresso a agir. Naquela época, não somente chineses foram excluídos, mas o Serviço de Hospital da Marinha foi encarregado de indicar, para que fossem rejeitados, os imigrantes portadores de moléstias repugnantes ou contagiosas ou os que poderiam vir a ser, por alguma tara física, encargos públicos.<sup>25</sup>

Nessa passagem o Dr. Heiser se refere, *en passant*, a todo um clamor sindical que estabeleceu o sistema de cotas, por nacionalidade, para a entrada de estrangeiros nos Estados Unidos, a partir de 1924. Essas medidas, repetidas pela Argentina um pouco mais tarde, tornam o Brasil, no início do século 20, um porto desejável de acesso. Esses “portos abertos”, porém, foram redimensionados nos primeiros meses do governo Getúlio Vargas. Em 12 de dezembro de

23 TELAROLLI JR., Rodolpho. Imigração e epidemias no estado de São Paulo. *Revista Manguinhos*, v. III, n. 2, p. 274, jul./out. 1995; MACHADO, Roberto et al. *A danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

24 Para ilustrar a afirmativa é interessante a fonte produzida pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 1922. A partir do mapeamento das instituições de assistência pública e privada, desenhou-se toda a rede hospitalar e assistencialista. (*Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro [Brasil], História e Estatística*. Comemoração do Centenário da Independência Nacional. Rio de Janeiro, Tipografia do “Anuário do Brasil”, 1922).

25 HEISER, Victor. *A odisséia de um médico americano*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1940. p. 18-9.

1930, o decreto 19.482 limitou a entrada de passageiros estrangeiros de terceira classe a partir do instrumento das “cartas de chamada” – que obrigavam o imigrante a garantir já ter emprego no país. A existência desse instrumento justificou também a constituição de regras de amparo ao trabalhador nacional, estabelecendo como o imigrante preferencial o que se dirigisse ao meio rural.<sup>26</sup>

Mapeando os nortes que direcionam as políticas de Saúde Pública na República Velha, constata-se que o modelo político liberal, do período, não oferecia assistência individual à saúde, que só passou a vigorar na década de 1930. As ações de Saúde Pública nas primeiras três décadas do século 20 centraram-se no saneamento urbano e na regulamentação das habitações populares.<sup>27</sup> O alto custo de uma assistência médica privada também explica a sobrecarga nas ações filantrópicas das Santas Casas de Misericórdia e das Ligas de Higiene, fazendo proliferar uma prática recorrente: o curandeirismo entre os pobres enfermos, tanto nas áreas urbanas como nas rurais.<sup>28</sup>

É o decreto 9.081, de 1911, que pela primeira vez faz referência à Ilha das Flores como o local de hospedagem de imigrantes desembarcados no Rio de Janeiro. O capítulo 23 desse dispositivo legal determinava o tempo de esta-

---

26 Quanto a essa questão, são extremamente elucidativas além de plasticamente belíssimas as fotos que Jorge Latour – adido comercial do Brasil em Varsóvia, Polónia – fez de transeuntes de origem judaica nas ruas da cidade. A intenção era provar que esses seriam imigrantes urbanos e não rurais, por isso deveriam ser proibidos de entrar. Essa problemática se situa entre as questões do pré-Segunda Guerra Mundial e as tendências nazi-fascistas do Estado Novo. (8 de novembro de 1936, maço 9650 [622], Arquivo Histórico do Itamaraty/Rio de Janeiro).

27 BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos, um Haussmann tropical?* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação, 1990; ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições, cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação, 1986.

28 Algumas leituras percebem um deslocamento da atuação de Saúde Pública, em São Paulo, para o espaço rural, com o *Código Sanitário*, de 1918 (TELAROLLI JR., 1995). Na visão de Benchimol (1999), contudo, esse *Código* não sinaliza precisamente uma reorientação para as doenças endêmicas no campo. Para esse autor, Oswaldo Cruz ao combater doenças transmitidas por insetos – febre amarela, peste – ou passíveis de serem combatidas por vacina (varíola) ou soro (peste), despreendeu as questões de Saúde Pública da retórica anterior, centrada na higiene, à qual permanecem aderidos os engenheiros e todos os atores sociais interessados em derrubar “cascos

da na Ilha, que “só poderá exceder de oito dias [de permanência] em casos extraordinários ou de força maior, a juízo da diretoria do Serviço de Povoamento”. Dentro desse panorama de regulamentações, uma dimensão importante do problema foi discutida nas convenções sanitárias internacionais. Em novembro de 1887, por exemplo, definiu-se a criação, nos portos do Brasil e nas principais estações ferroviárias, de serviços de desinfecção para “barrar os agentes patogênicos veiculados por mercadorias e pessoas”.

Em janeiro de 1886, a Junta Central de Higiene Pública foi dividida em duas repartições: Inspetoria Geral de Saúde dos Portos e Inspetoria Geral de Higiene, ambas vinculadas ao Ministério do Império. A primeira era, por assim dizer, a das Relações Exteriores. Tinha a seu cargo a polícia sanitária do litoral, dos ancoradouros e navios, a superintendência dos *lazaretos* e do Hospital Marítimo de Santa Isabel, em Niterói. Quando recebia notícia de epidemia em país vinculado comercialmente ao Brasil, propunha ao ministro as medidas para barrar o ingresso da doença aqui e impunha quarentena aos navios procedentes das zonas infectadas. As funções do Inspetor-Geral de Higiene, segundo Benchimol (1999), eram portas adentro, estendendo-se, formalmente, a todo o território nacional.

A partir da adoção dessas instruções sanitaristas e na esteira do inventário de truques do médico americano para impedir um “não bom trabalhador” de ingressar no território nacional, vislumbra-se a gênese de teorias segregacionistas. Algumas dessas preocupações são compartilhadas pelas autoridades brasileiras e os itens *idade, moralidade e profissão* concentravam a atenção do Estado. As condições de saúde física e/ou psíquica, entretanto, não eram declaradamente empecilhos. Neste contexto, as normas de conduta determina-

---

urbanos” antigos e habitações coletivas. A prática do isolamento dos doentes durante as epidemias de febre amarela e varíola, por exemplo, após o advento da teoria microbiana e conseqüentemente o fortalecimento da idéia de que as doenças eram contagiosas, reforçou os procedimentos de quarentena e desinfecção como rotinas da Saúde Pública. Mesmo quando não se conhecia com certeza qual o micróbio da doença e como ela de fato se transmitia, caso da febre amarela na virada do século 19 para o 20, o importante, para Oswaldo Cruz, era isolar o doente do mosquito. As desinfecções deixaram de ser feitas nesses casos, como também na malária, pois Cruz e Ribas eram intransigentes nas suas recusas a essas práticas. Tais medidas colidiam “não tanto contra os miasmáticos, que queriam derrubar tudo, mas principalmente contra os magnetizados pela correlação micróbios-contágio”.

vam que um navio cuja tripulação e/ou passageiros estivessem com alguma enfermidade contagiosa a bordo deveria advertir as autoridades de saúde do porto, com oito dias de antecedência à sua chegada; assim, era impedido de aportar e desviado para as Hospedarias e seus centros médicos. Os irremediavelmente incuráveis, na noção estatal da época – inválidos, dementes e vagabundos –, contudo, não eram bem-vindos e deveriam, de algum modo, ser “descartados”, sendo impedidos, pelo uso da Lei, de alcançar o continente.

Nesse sentido, os trajetos dos imigrantes enfermos que se curavam e tiveram vistos de entrada são razoavelmente conhecidos, quando se deslocaram para outros estados das regiões Sudeste e Sul. Pouco ainda se sabe, contudo, do “lugar do imigrante” na Capital Federal.<sup>29</sup>

---

29 São oportunos o levantamento e a discussão bibliográfica feitos por Rodolpho Talarolli Junior, *Imigração e epidemias no estado de São Paulo*, p. 265-81.



A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA  
O ESTADO DE SÃO PAULO ATRAVÉS DOS  
LIVROS DE PASSAPORTES DO GOVERNO  
CIVIL DO PORTO (1880-1893):  
PERCURSOS DE UMA DIÁSPORA

*Maria José Ferraria*  
Cepese

*Paulo Amorim*  
Cepese / Universidade Lusíada do Porto

Portugal

*Avivo no teu rosto o rosto que me deste,  
E torno mais real o rosto que te dou.*

...

*Teimoso aventureiro da ilusão,  
Surdo às razões do tempo e da fortuna,  
Achar sem nunca achar o que procuro,*

*Exilado*

*Na gávea do futuro,  
Mais alta ainda do que no passado.*

Miguel Torga  
Grande escritor português do século 20,  
também ele emigrante no Brasil

O presente estudo constitui o desenvolvimento natural do projecto iniciado há cerca de três anos, quando integrámos a equipa do Cepese que se propôs fazer o levantamento dos registos de passaportes do Governo Civil do Porto, existente no Arquivo Distrital do Porto.

No século 19, o movimento migratório português sofreu um incremento acentuado para o Brasil. Ao contrário do que se poderia imaginar, não é o governo português<sup>1</sup> que fomenta esse movimento mas sim o brasileiro, pelo menos a legislação assim o demonstra. O desenvolvimento das cidades, a crescente necessidade da produção cafeeira cujo mercado continuava a crescer significativamente e a necessidade de substituir a mão-de-obra escrava por mão-de-obra livre e assalariada impelem o governo brasileiro à produção de um conjunto de leis que favorecem a entrada de emigrantes de diferentes partes do Mundo em particular da Europa, e entre os quais se destacam os italianos, os alemães e naturalmente os portugueses. Estes últimos, fugindo às dificuldades económicas, sociais e políticas em que o país mergulhara desde o início do século. Como é do conhecimento geral, na segunda metade do século 19 Portugal sofreu transformações económicas que alteraram significativamente as formas de produção, levando a que o mundo rural fosse afectado negativamente por elas. Este fenómeno, conjugado com o crescimento demográfico vai contribuir para que a emigração sofra um forte recrudescimento e se dirija em grande parte ao Brasil.

Para o período que agora nos interessa analisar, verificamos que entre 1880 e 1893 foi registado no Governo Civil do Porto um número de passaportes individuais superior a 44 mil com destino às mais diversas regiões do Brasil, aos quais teremos de acrescentar cerca de 15.500 acompanhantes. Para um país da dimensão de Portugal estes números revelam-se extremamente elevados.

Néste momento vamos ter em atenção os exemplos de Santos e de São Paulo enquanto receptores de emigração portuguesa. Muitos dos portugueses que chegaram a São Paulo fizeram-no através do porto de Santos. Não temos dados até ao momento que nos permitam afirmar, sem qualquer dúvida, que o número de partida seja igual ao número de emigrantes que concluíram a viagem, uma vez que as condições eram duras e a viagem longa, e é provável que alguns tenham sido vítimas de doenças e do cansaço, nomeadamente as crianças e os mais velhos. Na ausência de dados relativos às entradas no Brasil

---

1 Nesta altura, Portugal estava mais interessado em afirmar a sua presença no continente africano, na sequência da eminência do crescente interesse e cobiça dos seus parceiros europeus nas nossas possessões ultramarinas.

e particularmente em Santos e São Paulo, vamos tratar apenas deste fenómeno com base nas fontes portuguesas.

## A EMIGRAÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL ENTRE 1880 E 1893

A abordagem do nosso tema de estudo tem sido feita, até ao momento, tendo como base a análise dos livros de registos de passaportes do Governo Civil do Porto. Esta fonte fornece-nos todo um conjunto de dados considerados credíveis relativamente aos titulares de passaportes. Assim, tem-nos sido possível proceder a um levantamento sistemático da sua identidade (nome, sexo, estado civil, grupo etário, naturalidade – concelho, na maior parte dos casos, e mais raramente freguesia –, profissão e destino).

A análise dos dados recolhidos até este momento permite-nos concluir que no período em estudo foram registados 44.739 passaportes com destino às mais diversas regiões do Brasil. Destes, 37.031 (cerca de 83%) partem sozinhos sem levar consigo qualquer acompanhante. Os restantes 7.708 passaportes (17%) representam os indivíduos que levam consigo um ou mais acompanhantes – de um modo geral, este grupo é representado por mulheres com um ou mais filhos, perfazendo um total de 60.286 emigrantes (ver Tabela 1).

TABELA 1 – Número de titulares de passaportes  
e acompanhantes (1880-1893).

Titulares e acompanhantes	número	%
Titulares	44.739	74
Acompanhantes	15.547	26
Total de emigrantes:	60.286	100

Como podemos observar na Tabela 2, o destino preferencial dos portugueses era o estado do Rio de Janeiro, que nessa época recebeu cerca de 32 mil emigrantes (72%) do total apurado, seguindo-se o estado do Pará, com 7%. São Paulo surge-nos em terceiro lugar, com apenas 6% do total de emigrantes.

TABELA 2 – Destino (1880-1893).

Destino	Nº de passaportes	%
Bahia	651	2
Manaus	1.051	2
Maranhão	395	1
Pará	3.317	7
Pernambuco	1.395	3
Rio de Janeiro	32.396	72
Rio Grande do Sul	709	2
Santos	1.552	4
São Paulo	2.845	6
Outros	428	1
Total:	44.739	100%

O vasto universo por nós confrontado levou-nos a optar pela realização de uma microanálise que incidisse fundamentalmente no estado de São Paulo, com particular destaque para as cidades de Santos e de São Paulo, de modo a darmos um contributo para a caracterização dos emigrantes no crescimento e formação desse estado, o qual então iniciava a saga do café.

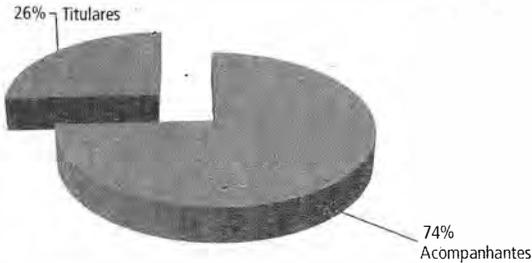
As primeiras impressões que tirámos são que o número de emigrantes que parte para São Paulo nesse período é comparativamente pequeno dentro do total de dados por nós levantados. Concluimos que apenas cerca de 10% partem com destino a Santos e a São Paulo. Os dados observados não nos permitem concluir se todos esses indivíduos se fixaram nessa região ou se se tratava apenas de uma opção de transição para outros destinos.

O tratamento dos dados permite-nos concluir que dos 7.532 emigrantes para Santos e São Paulo, 4.397 são titulares de passaportes e 3.135 são acompanhantes.

TABELA 3 – Emigrantes com destino a Santos e a São Paulo (1880-1893).

Titulares e acompanhantes	número	%
Titulares	4.397	58
Acompanhantes	3.135	42
Total de emigrantes:	7.532	100

GRÁFICO 1 – Emigrantes com destino a Santos e a São Paulo (1880-1893).

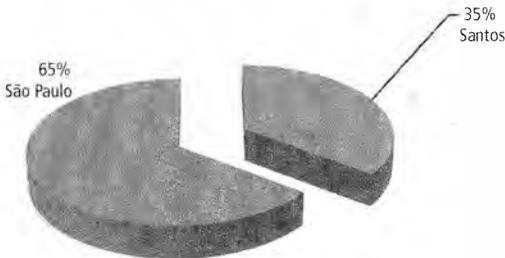


Deparámos agora com um novo dado que nos mostra que neste caso específico a percentagem dos acompanhantes se aproxima significativamente do total de titulares de passaportes, que resulta do facto de, apesar de a maior parte dos emigrantes partirem sozinhos, vários emigrantes terem cinco ou mais acompanhantes (ver Tabela 3).

TABELA 4 – Santos e São Paulo (1880-1893).

Emigrantes	número	%
Santos	1.552	35
São Paulo	2.845	65
Total:	4.397	100

GRÁFICO 2 – Santos e São Paulo.



Em seguida, verificámos que São Paulo nos aparece como o destino privilegiado, escolhido por 65% dos titulares em detrimento de Santos, para on-

de registamos apenas 35% o que evidencia a sua característica de porto de acolhimento.

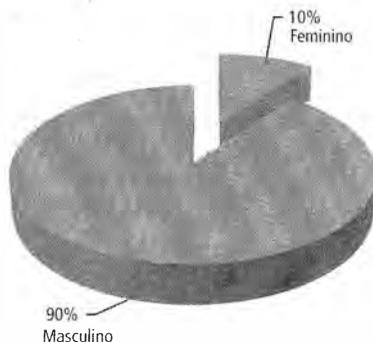
No entanto, não podemos descurar em momento algum a importância de Santos, onde acabaria por se fixar uma importante colônia de portugueses, nem do seu papel enquanto porto de desembarque e canalizadora da mão-de-obra que entretanto chegava ao estado de São Paulo.<sup>2</sup>

Neste momento nós queremos conhecer o perfil daqueles que optaram por esta região. Quem eram, de onde vinham, o que pretendiam fazer? Ao analisarmos a sua distribuição por sexo, concluímos que a maioria desses emigrantes eram indivíduos do sexo masculino (86%), enquanto apenas 14% eram mulheres (ver Tabela 5).

TABELA 5 – Distribuição por sexo (1880-1893).

Sexo	número	%
Feminino	562	14
Masculino	3.835	86
Total:	4.397	100

GRÁFICO 3 – Distribuição por sexo (1880-1893).

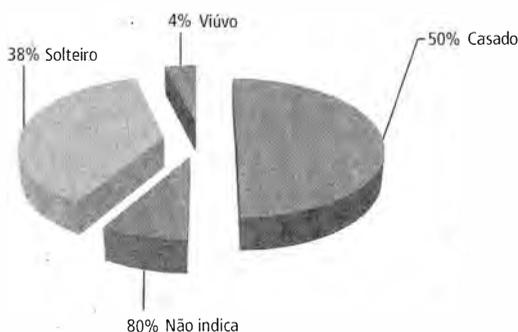


2 Cf. SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Cultura/Museu da Imigração – *Introdução à história da hospedaria de imigrantes em seus aspectos institucionais e guia do acervo*. São Paulo, 2000.

TABELA 6 – Distribuição por estado civil (1880-1893).

Estado civil	número	%
Casado	2.317	53
Não indica	320	7
Solteiro	1.519	35
Viúvo	241	5
Total:	4.397	100%

GRÁFICO 4 – Distribuição por estado civil (1880-1893).



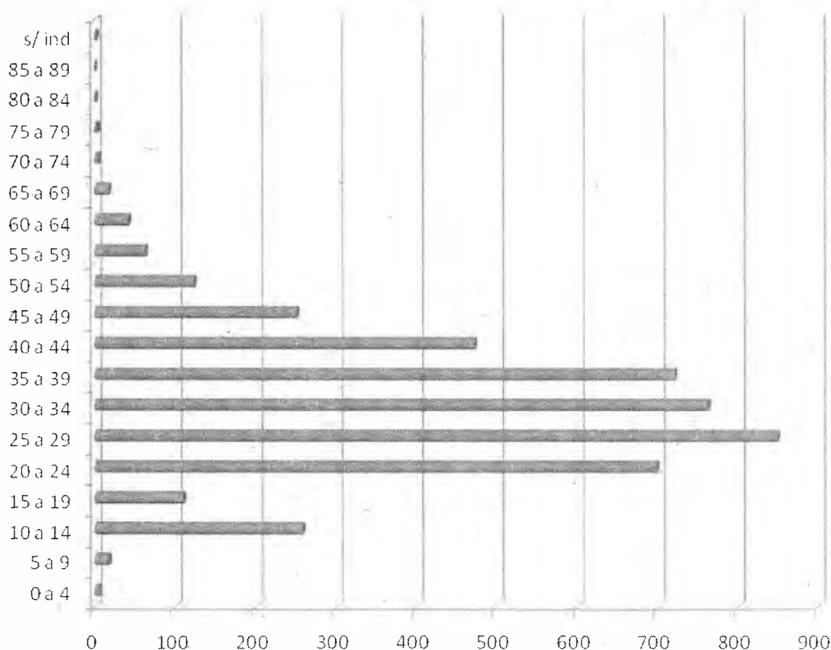
Os registos mostram que a maior parte dos emigrantes estudados é casada, representando 53% do total enquanto cerca de 35% são solteiros. O número de casos em que não aparece a indicação de estado civil refere-se a indivíduos com mais de 30 anos. Pudemos, nos casos em que não há indicação de estado civil, considerar com uma margem de segurança bastante grande como solteiros as crianças e os jovens adolescentes – daí que os tenhamos integrado nessa categoria – uma vez que a análise e a observação crítica da fonte de modo regular e sistemático nos diz, quanto aos jovens, que a quebra da regra é sempre assinalada e não o contrário.

O grupo de viúvos neste micro-universo é diminuto, representando apenas 5% dos emigrantes.

TABELA 7 – Distribuição dos emigrantes  
 por grupos etários (1880-1893).

Grupos etários	número	Grupos etários	número	Grupos etários	número
0 – 4	5	35 – 39	720	70 – 74	5
5 – 9	17	40 – 44	472	75 – 79	3
10 – 14	258	45 – 49	251	80 – 84	1
15 – 19	110	50 – 54	123	85 – 89	0
20 – 24	698	55 – 59	63	Sem indicação	2
25 – 29	848	60 – 64	42		
30 – 34	762	65 – 69	17	Total:	4.397

GRÁFICO 5 – Distribuição dos emigrantes  
 por grupos etários (1880-1893).



Como podemos ver na Tabela 7 e no Gráfico 4, a idade de partida varia entre os muito jovens, até aos nove anos, e os muito idosos, entre os 80 e os 84

anos, sendo que o grupo etário mais representativo se fixa entre os 25 e os 29 anos (19,3%), seguindo-se o grupo dos 35 aos 39 anos (17,3%).

Podemos também concluir que a grande maioria dos emigrantes se enquadra naquele grupo que fornece mão-de-obra activa, isto é, entre os 20 e os 44 anos (79,6%).

Entre o grupo de jovens dos dez aos 19 anos (8,3%), encontrámos alguns caixeiros que, a exemplo do que acontecia noutros estados do Brasil, muito provavelmente partem para trabalhar nos estabelecimentos de familiares ou de amigos da família que já aí se teriam fixado anteriormente.

No entanto quer-nos parecer que a maioria dessa mão-de-obra se destina à lavoura, pois a maioria indica como profissão *trabalhador*, representando cerca de 51% do total (entre os quais incluímos o vasto número de indiferenciados, os trabalhadores rurais e os trabalhadores agrícolas), que pensamos se dirigiam para a região de São Paulo onde aspiravam encontrar trabalho nas diversas fazendas aí localizadas.<sup>3</sup>

No entanto outros grupos buscam a solução para o seu futuro na emigração. Falámos, como é óbvio, dos negociantes/comerciantes (6%), dos fabricantes (1%) e de muitos outros grupos que embora sejam menos representativos nada impede que sublinhemos a sua importância.<sup>4</sup>

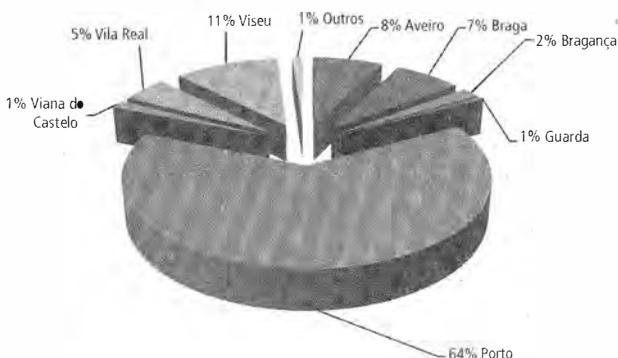
TABELA 8 – Distribuição dos Emigrantes  
por profissão (1880-1893).

Profissão	emigrantes	%	Profissão	emigrantes	%
Alfaiate	50	1	Proprietário/Capitalista	45	1
Carpinteiro	258	6	Sapateiro	25	1
Fabricante	52	1	Trabalhador	2.242	51
Marítimo	59	1	Outras profissões	255	6
Negociante/Comerciante	274	6	Sem indicação	831	19
Pedreiro	197	4			
Pintor	25	1	Total:	4.397	100

3 Cf. SCANTIMBURGO, João de. *Os paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

4 Cf. SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Cultura/Museu da Imigração – *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo, 2006.

GRÁFICO 6 – Distribuição dos emigrantes por profissão (1880-1893).



O elevado número de indivíduos sem profissão (19%) é representado maioritariamente pelas mulheres e por jovens com menos de 14 anos (cerca de 18,6% do total).

Sendo as profissões registadas tão linearmente distribuídas, resta-nos saber a origem desses emigrantes. É neste capítulo que pela primeira vez introduzimos uma alteração significativa na nossa análise de dados, ao substituímos o agrupamento por concelhos pelo agrupamento por distritos, de forma a melhor compreendermos a origem dos emigrantes. Este novo ângulo de análise dos dados obriga-nos a olhar para este fenómeno de um modo bastante diferente. Será que esta opção iria mudar muito as conclusões por nós registadas anteriormente? Residiriam todos esses indivíduos no Porto, uma vez que aqui requereram o seu passaporte?

A abordagem ainda que incipiente neste momento dos maços de processos indica-nos que a maioria residiria no Porto ao contrário do que por vezes se pensa, ainda que consideremos que esta é uma das hipóteses que pretendemos confirmar mais tarde, com os progressos do nosso estudo. De qualquer das formas, o maior número de indivíduos (64%) que requereram passaporte para o Brasil nesta altura através do Governo Civil do Porto reside ou é natural do distrito do Porto, seguindo-se os distritos de Viseu e de Aveiro, com 11% e 7% respectivamente.

TABELA 9 – Distribuição dos emigrantes por distrito (1880-1893).

Distrito	Número de emigrantes	%
Aveiro	331	8
Braga	314	7
Bragança	84	2
Guarda	28	1
Porto	2.807	64
Viana do Castelo	67	1
Vila Real	220	5
Viseu	497	11
Outros	49	1
Total:	4.397	100%

GRÁFICO 7 – Distribuição dos emigrantes por distrito (1880-1893).



## CONCLUSÃO

Este estudo, que representa apenas uma pequena parte do trabalho final da nossa investigação, que tem por objectivo caracterizar a emigração do Norte de Portugal para o Brasil entre 1880 e 1910, pretende dar um contributo ainda que parcial para um melhor conhecimento do perfil do emigrante

português com destino ao Brasil. Não nos limitámos a um estudo de caso, mas sim àquilo que poderemos entender como uma microanálise da nossa emigração, neste caso para o estado de São Paulo, no difícil período de crise económica e social em que o país mergulhou nas duas décadas que antecederam a implantação da República em Portugal, a 5 de outubro de 1910.

Parece-nos sem dúvida um contributo inovador, em Portugal, uma vez que os estudos que têm vindo a público se centram na análise global da emigração, vista tanto do lado de lá do Atlântico como do lado de Portugal, uma vez que este período especificamente nunca foi objecto da análise que aqui efectuámos.

Não podemos deixar de referir que esses emigrantes partem preferencialmente da barra do Douro e do porto de Leixões, muitos deles casados, e que, neste caso particular de Santos e São Paulo vão maioritariamente acompanhados pelos seus familiares mais directos (mulher e filhos), a maioria entre os 25 e os 45 anos, emigrantes que, em grande parte acabarão os seus dias a trabalhar nas fazendas de café, contribuindo para o desenvolvimento e enriquecimento do estado de São Paulo.

As mulheres, a maior parte sem profissão, segue com os filhos para ir ao encontro do seu marido. Os jovens adolescentes vêem a emigração como a fuga possível ao serviço militar ou à miséria do quotidiano.

Partiam nos vapores que largavam dos portos do Douro e de Leixões, deixando para trás comunidades em que viviam, a família e os amigos.

Questionámo-nos frequentemente sobre o que aconteceu àqueles que partiram e nunca mais voltaram. A esta e a outras questões procuraremos, em breve dar respostas mais consistentes de forma a melhor compreendermos o significado e a importância da diáspora portuguesa pelo Mundo, muito particularmente para o Brasil.

# UM EXERCÍCIO DE CRUZAMENTO DE FONTES: IDENTIFICAÇÃO DE UMA FAMÍLIA EMIGRANTE DO CONCELHO DE GUIMARÃES (1903-1913)

*Carmen Alice Aguiar de Morais Sarmento Cunha*  
Cepese

No âmbito do Curso de Mestrado em História das Populações, concluído em 1997, na Universidade do Minho, decidimos dirigir a nossa investigação para o estudo da emigração portuguesa para o Brasil, não sob o ponto de vista quantitativo ou de análise macroscópica do fenómeno, mas numa perspectiva de microanálise demográfica que, através do cruzamento de fontes demográficas e fontes de emigração, permitisse a identificação completa do indivíduo emigrante e do seu contexto familiar e elaborar um quadro sucessivamente enriquecido do fenómeno emigratório e dos seus agentes.

O estudo antropológico de “histórias de casos” permite definir o perfil do emigrante, o seu contexto familiar, os condicionalismos e motivações familiares, constituindo uma abordagem inovadora do fenómeno da emigração legal portuguesa para o Brasil, sobretudo no que diz respeito à emigração familiar e ao reagrupamento familiar.

A análise agregada do fenómeno da emigração não o explica cabalmente. Os estudos que começam a dar frutos e num futuro nos trarão novas luzes sobre o fenómeno em causa passam necessariamente pela microanálise das comunidades, do meio social de partida do emigrante, do grupo familiar e do indivíduo emigrante. Cada comunidade é um microcosmos com uma dinâmica e uma lógica próprias. Cada família, como grupo afectivo, social, econó-

mico, tem diferentes respostas comportamentais a idênticas solicitações. As relações entre família e emigração permanecem ainda obscuras.<sup>1</sup> É necessário ponderar o lugar da emigração familiar como uma vertente ainda mal conhecida e só pesquisas de âmbito local nos poderão ajudar.<sup>2</sup>

## METODOLOGIA E FONTES CONSULTADAS

Através do cruzamento de fontes de emigração como os *Registos de Passaporte* e os *Processos de Pedido de Passaporte* com fontes demográficas como os *Registos Paroquiais de Nascimento e Casamento*, e *Róis de Desobriga*, focamos a nossa pesquisa microanalítica sobre um grupo familiar que, de 1903 a 1913, emigrou das terras de Guimarães para o Brasil.

Os *Registos de Passaporte*, existentes no Arquivo do Governo Civil de Braga, com a sua informação seriada e completa, permitiram-nos a criação de uma base de dados com todos os indivíduos naturais e/ou residentes no concelho de Guimarães, que solicitaram passaporte para o Brasil, no período de 1890-1914, o que nos permitiu estudar a corrente emigratória do referido concelho no referente às variáveis sexo, idade, estado, profissão, naturalidade, destino, alfabetização, passaportes individuais e colectivos e composição dos passaportes colectivos.

Esta base de dados de emigrantes, em que a filiação completa só é referida, praticamente, no caso de menores de idade, foi depois completada com a informação nominal fornecida pelos *Processos de Pedido de Passaporte* guardados no Arquivo Distrital de Braga que nos permitiu, na grande maioria dos casos por nós estudados, completar e confirmar os dados de identificação familiar. Esta fonte, fornecendo os nomes de pais e avós, e o nome dos cônjuges, constantes dos assentos de baptismo ou dos assentos de casamento apenas, esclareceram relações de parentesco, propiciando a detecção e avaliação das partidas em família e do reagrupamento familiar. Mesmo partindo com

---

1 ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: [s.n.], 1994. p. 12-3, 26.

2 PEREIRA, Miriam Halpern et al. (Ed.). *Emigração/imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, 1993. p. 9, 13.

passaporte individual, em datas diversas e declarando nomes de família diferentes, foi possível identificar irmãos e irmãs, maridos e respectivas esposas, tios, sobrinhos, primos que foram partindo ao longo dos anos para o Brasil.

As *Cartas de Chamada* apenas ao Processo de três menores e ao Processo de uma mulher casada foram fontes preciosas para avaliar a importância das relações de compadrio, amizade e vizinhança na organização da partida, no acompanhamento em viagem e na chegada ao Brasil.

Os *Registos Paroquiais* de casamento e de nascimento das freguesias de S. Martinho de Candoso e os de nascimento de S. Cristovão de Selho, paróquias do Concelho de Guimarães, permitiram-nos fazer a reconstituição de uma família partindo da data de casamento e pesquisando os filhos nascidos nas duas freguesias, confirmando o seu nome e idade. Os Registos Paroquiais de casamento da freguesia de Gondar foram consultados para atestar o matrimónio de um emigrante que pediu por duas vezes passaporte colectivo com esposas diferentes.

Os *Róis de Desobriga*, ou *Róis de Confessados*, listas anuais de moradores de uma paróquia, organizados por lugares e fogos, ajudaram-nos a localizar uma emigrante na paróquia de nascimento – S. João de Ponte – e, posteriormente, na paróquia de residência – Nossa Senhora da Oliveira –, seguindo, assim, o seu percurso de vida, embora fragmentário, conhecendo a composição do seu quadro familiar no momento em que solicita passaporte e confirmando a sua saída da paróquia.

## UM CASO EXEMPLAR DE REAGRUPAMENTO FAMILIAR

Entre 1890-1914, do Concelho de Guimarães, apenas dois jovens solteiros, menores de idade, solicitaram passaporte colectivo para o Brasil como titulares, levando na sua companhia irmãos. Um deles, António de Faria, de dez anos, vai com os irmãos Adriano de Faria, de oito anos e Aurora Rodrigues, de quatro anos. São todos naturais da freguesia de S. Cristovão de Cima de Selho, filhos de José de Faria e de Rosa Rodrigues, netos paternos de Francisco de Faria e de Felícia de Almeida e netos maternos de José de Oliveira e

de Josefa Rodrigues. Os três irmãos, quando partem em 1912, não só se vão juntar aos pais mas vão, também, ao encontro de tios, tias e primos, irmãos do pai, respectivos cônjuges e filhos que, ao longo dos anos, foram partindo para o Brasil e de que a base de dados nos dá conta.

O pai José de Faria partira para o Brasil em 1909, com Registo de Passaporte de 22 de janeiro, data em que um grupo de dez emigrantes naturais e/ou residentes em S. Cristovão de Selho também solicitam passaporte, todos seus familiares:

- o irmão Casimiro de Faria, com passaporte individual;
- a irmã Rosa de Almeida com o marido José Rodrigues, o filho Arminado e a prima Rosa, dada como criada;
- o sobrinho Elviro de Almeida Faria e a esposa Joaquina Teixeira;
- Josefa Dias de Oliveira, esposa do primo Joaquim de Lemos, com as duas filhas Emília e Ana.

Rosa Rodrigues, esposa de José de Faria e mãe dos pequenos António, Adriano e Aurora, tecedeira, natural de Santa Cristina de Serzedelo, juntara-se ao marido em 1911 (ver Quadro 2).

O Processo de Passaporte dos três irmãos António, Adriano e Aurora, tem uma Carta de Chamada do pai, José de Faria, escrita do Rio de Janeiro, em maio de 1912, ao “Amigo e Compadre”, não especificando o nome, solicitando-lhe para “mandar para ca us meus pequenos...”, recomendando-lhe para não os meter “em vapor de carga...”. José de Faria lembra ao compadre que podem os filhos “vir todos num passaporte...”, pedindo-lhe o favor “de mus acompanhar ate o Porto e de lhe andar com us papeis que for precizos e meta tudo em contas...”. José de Faria mostra-se preocupado com quem possa acompanhar os filhos e comunica ao compadre que tinham chegado cartas a anunciar que “us homens que estavo proximos a embarcar eu quereio que ellés que nao vem em antes do S. João mas a inda assim sempre me bou procatar...”.

Terão os filhos partido na companhia de Domingos Ferreira, de 40 anos, seu irmão Manuel Ferreira, de 57 anos, e o filho deste, António Ferreira, de 11 anos, assim como de José Joaquim de Lemos, de 36 anos e de Augusto Gomes, de 11 anos? Todos eles eram vizinhos da freguesia de S. Cristovão de Cima do Selho e solicitaram passaporte no mesmo dia 22 de maio de 1912, com os números 1478, 1479, 1480 e 1481. Seriam estes “us homens que estavo proximos

a embarcar...” que José de Faria refere na Carta? Se assim foi, este facto configura as redes informais de solidariedade constituídas por vizinhos ou amigos da família que se disponibilizavam para acompanhar menores até ao Brasil.

José de Faria também participa ao compadre que “ca chegou u Domingos Fernandes nu dia 16 de maio, com 23 dias de viaje ja pensavo que não sahio mais de la para fora...”. Este Domingos Fernandes, de 23 anos, juntamente com a esposa Bernardina de Almeida, de 19 anos, e o filho Joaquim, de um ano de idade, com passaporte colectivo de 22 de abril, eram também naturais e residentes em S. Cristovão de Selho e, talvez, parentes próximos, o que não foi possível confirmar por não termos o Processo de Pedido de Passaporte desta família. A experiência desagradável que eles viveram ao passar 23 dias em pleno oceano só com o céu por horizonte, leva José de Faria a recomendar ao compadre que meta “us pequenos nu vapor direto a comta de mais algum dinheiro...” e pede-lhe o favor “de se explicar bem com u horizonte...”. E acaba a Carta ao Amigo e Compadre agradecendo muito a “a bunita lembrança...” que lhe tinham enviado e com a qual fez “um vello jantar e uma bôa sopa a Portu-gueza...”. Só lamentava a falta do “bello berdasco...”, confessando resignado que “nem tudo se pode lugrar do que se dezeija...”.

Os pequenos António, Adriano e Aurora lá partiram, a perscrutar o horizonte em cada dia de viagem, ao encontro dos pais, dos tios, dos primos, de conhecidos que ao longo dos anos tinham abandonado a freguesia de S. Cristovão de Cima de Selho.

Depois da partida dos irmãos António, Adriano e Aurora, em junho de 1912, identificamos ainda outros três familiares que solicitaram passaporte em dezembro de 1912 e em janeiro de 1913 – o primo Joaquim de Lemos, filho dos tios António de Lemos e de Maria de Almeida, Laura da Conceição, filha dos tios Jerónimo de Faria e de Delfina da Conceição e Rosa da Conceição, prima de Laura pelo lado materno (Quadro 2).

## O PAPEL DOS COMPADRES

Quem será o compadre a quem escreve José de Faria, que já lhe tratara da vinda da esposa Rosa e a quem remete para saldar a dívida “uma letra de Guia

de 160:000 mil reis e mais para u juros que passa assima do anno...” e a quem pede o favor “de por u outro que for preciso...” para a viagem dos filhos? Quem será o compadre a quem José de Faria participa que “a família toda esta bôa e lhe manda muitas lembranças e receba lembranças dos seus filhos e filhas..”?

Consultando os assentos de baptismo apensos ao Processo de Passaporte das três crianças, vimos que os padrinhos de Adriano, nascido em 1903, tinham sido os avós maternos, José de Oliveira e Josefa Rodrigues. Para além de Rosa Rodrigues mais nenhum filho ou filha deste casal foi por nós identificado na base de dados.

Os padrinhos de Aurora, nascida em 1907, foram os tios paternos Casimiro de Faria e sua mulher Emília Ribeiro, lavradores caseiros. Casimiro tem um registo de passaporte de janeiro de 1909 e encontrar-se-ia no Brasil.

Finalmente, os padrinhos de António, nascido em 1902, o filho mais velho e titular do passaporte, foram António de Lemos e a esposa Maria de Almeida, lavradores caseiros de S. Cristovão de Selho, respectivamente cunhado e irmã de Felícia de Almeida, mãe de José de Faria. Eram, portanto, tios-avós dos três jovens.

É provável que fosse o tio António de Lemos o compadre a quem José de Faria escreve, solicitando o embarque dos filhos António, Adriano e Aurora. António de Lemos e Maria de Almeida tinham assistido à partida de, pelo menos, três filhos por nós identificados, com toda a certeza, na base de dados: Augusto de Lemos, Joaquim de Lemos e Rosa. Quanto a Bernardina de Almeida, que partiu em abril de 1912, também seria filha de António de Lemos e de Maria de Almeida? A ausência do Processo não permitiu a identificação. Serão estes os filhos e filhas que enviam lembranças na carta de José de Faria?

Augusto de Lemos, de 24 anos, industrial de profissão, partira em 1904 com o passaporte n.º 708, de 27 de junho. Joaquim de Lemos, de 16 anos, empregado comercial, solicitara passaporte a 8 de agosto de 1904. Nesta mesma data pedem passaporte sua prima Rosa de Almeida, solteira, de 26 anos, irmã de José de Faria; Joaquim de Sousa, cunhado de Rosa de Almeida, casado com a irmã Joana de Almeida. E, ainda, João Manuel Alves Guimarães que, aparentemente, não teria ligações de parentesco com o grupo mas que foi identificado, posteriormente, como marido de Francisca Fernandes, através dos documentos apensos ao Processo de Pedido de Passaporte desta mulher que partirá ao encontro do marido, em finais de 1904.

Confirmou-se, por sua vez, que Francisca Fernandes era irmã de José Rodrigues que, tendo partido para o Brasil com o futuro cunhado Manuel de Faria, no início de 1904, irá casar no Rio de Janeiro com Rosa de Almeida. Este facto foi comprovado pelo assento de casamento passado no Rio de Janeiro, apenso ao respectivo Processo, quando este casal, tendo regressado a Portugal, solicita de novo passaporte a 22 de janeiro de 1909, levando consigo o filho Armindo, de um mês de idade, e a criada Rosa, de 11 anos.

Os assentos de baptismo anexos a este Processo de Pedido de Passaporte colectivo confirmaram que a esposa Rosa de Almeida era filha de Francisco de Faria e de Felícia de Almeida e que a pequena Rosa, que vai como criada, é filha de António de Lemos e de Maria de Almeida, irmã de Felícia. Esta jovem Rosa de Almeida, de 11 anos, era, afinal, prima do casal que a acompanhou até ao Brasil e irmã dos jovens Augusto e Joaquim de Lemos acima referidos.

Quanto a Francisca Fernandes, de 25 anos, natural e residente em S. Cristovão de Selho, futura cunhada de Rosa de Almeida, recebera Carta de Chamada do marido João Manuel Alves Guimarães, escrita do Rio de Janeiro, a 23 de outubro de 1904 em que este manifesta: “estou morto por te cá ver por isso vai preparando a tua vida para embarcares a quando o compadre Gironymo ... não demores a escrever par eu ter tempo de te mandar dinheiro manda-me dizer em que mez embarca o compadre...”

Como vemos pelo Quadro 2, Francisca Fernandes vai partir, em finais de 1904, na companhia de Joaquim de Faria, da esposa deste, Delfina da Conceição, e das três filhas do casal, Maria, Rosa e Laura e, também, de Joana de Almeida, irmã da sua cunhada Rosa de Almeida, casada com seu irmão José Rodrigues.

Consultando a base de dados identificamos as datas de pedido de passaporte, por ordem cronológica, dos filhos de Francisco de Faria e de Felícia de Almeida:

- Jerónimo de Faria, em março de 1903, com a esposa Rosa da Silva Mendes.
- Manuel de Faria, em janeiro de 1904.
- Rosa de Almeida, solteira, em agosto de 1904.
- Joaquim de Faria, em novembro de 1904, com a esposa Delfina da Conceição e as filhas Maria, Rosa e Laura.

- Joana de Almeida, em novembro de 1904.
- Jerónimo de Faria, em fevereiro de 1908, com a filha Maria da Conceição.
- Casimiro de Faria, em janeiro de 1909.
- José de Faria, em janeiro de 1909.
- Rosa de Almeida, em janeiro de 1909, com o marido José Rodrigues e o filho Armindo.

## UM NOME FALSO E UMA FALSA ESPOSA

A análise cuidada dos documentos apensos aos Processos de Pedido de Passaporte existentes para todos estes indivíduos levou-nos a detectar uma incongruência grosseira. A 15 de novembro de 1904 a base de dados dá-nos conta de um passaporte colectivo em nome do titular Joaquim de Faria (nome que consta do Registo de Passaporte), da esposa Delfina da Conceição e de três filhas, Maria, Rosa e Laura, de nove, cinco e dois anos de idade.

Este Joaquim era filho de Francisco de Faria e de Felícia de Almeida, mas todos os documentos apensos ao Processo pertenciam a Jerónimo de Faria.

Este facto causou alguma perplexidade, até porque ambos tinham a mesma idade. Seriam irmãos gémeos e teria havido troca de documentos? Teria Joaquim utilizado os documentos do irmão? E se Joaquim fosse, afinal, Jerónimo? A Carta de Chamada de Francisca Fernandes referia-se concretamente ao “compadre Gironymo” com quem deveria embarcar. Se assim fosse, a nossa base de dados dava-o casado com mulheres diferentes, pois de Jerónimo de Faria havia um passaporte de 1903, com a esposa Rosa da Silva Mendes e, agora, o de 1904, com Delfina da Conceição.

Resolvemos, por isso, fazer a reconstituição da família recorrendo aos Registos Paroquiais da freguesia de S. Martinhô de Candoso onde Francisco de Faria e Felícia de Almeida se casam, a 7 de maio de 1865, para nos certificarmos da existência de Joaquim.

QUADRO 1 – Concelho de Guimarães – Reconstituição da família  
de Francisco de Faria e de Felícia ou Felicidade Maria de Almeida.

Filhos nascidos em S. Martinho de Candoso					Filhos nascidos em S. Cristovão de Selho			
Nome	Antónia	José	Rosa	Jerónimo	Joana	Manuel	José	Casimiro
Ano	1866	1868	1870	1872	1874	1879	1880	1882

Os Registos de Baptismo confirmaram-nos o nascimento de Jerónimo, a 4 de maio de 1872, o 4.º filho do casal, depois de Antónia que nasce em 1866, José em 1868 e Rosa em 1870. No livro de Registos de Baptismo da freguesia de S. Cristovão de Selho, onde a família se vai instalar posteriormente, constam os nascimentos de Joana, em 1874, Manuel, em 1879, José em 1880 e Casimiro, em 1882.

Esta pesquisa foi facilitada pela informação obtida a partir dos assentos de baptismo apensos aos Processos dos irmãos de Jerónimo. Daí a nossa pesquisa cuidadosa nas referidas freguesias, onde não foi encontrado nenhum registo de nascimento em nome de Joaquim. Quanto ao Registo de Passaporte com nome falso, ou foi incúria do amanuense ou houve conluio para encobrir o Registo anterior de Jerónimo em que é dado como marido de Rosa da Silva Mendes.

Por sua vez, o Livro de Registos de Casamento da freguesia de Gondar confirmou-nos que Jerónimo de Faria casara com Delfina da Conceição, a 31 de março de 1894, ele com 24 anos, natural de S. Martinho de Candoso, tecelão, e ela, de 22 anos, tecedeira, natural da Pedome, concelho de Famalicão.

Pensamos que Jerónimo de Faria não terá partido com a falsa esposa Rosa da Silva Mendes, em março de 1903, porque esta solicita passaporte individual em setembro do mesmo ano. Em novembro de 1904, Joaquim, ou melhor, Jerónimo, pede passaporte colectivo com a família legítima. Este Processo de Passaporte tem apenas a cópia de um registo criminal, datado de junho de 1892, onde foi condenado a oito dias de prisão, pelo crime de ofensas corporais.

É de novo estranho que tendo-se passado este facto em 1892, nada constasse do registo criminal de Jerónimo apenso ao Processo de Passaporte de 1903 e constasse do processo de 1904. Também no Processo de 1903 não constava nenhuma cópia de assento de casamento, documento obrigatório em caso de passaporte colectivo de casal. Era, portanto, Jerónimo useiro e vezeiro em escamotear a verdade e contaria com a negligência ou a cumplicidade dos amanuenses que fechariam os olhos a situações irregulares ou a documentos omissos.

Também Rosa da Silva Mendes, a falsa esposa, tinha antecedentes criminais. O termo do registo criminal apenso ao Processo de passaporte de 1903 informa-nos que Rosa fora condenada, a 23 de julho de 1888, a cinco dias de prisão correcional, remíveis a 100 réis por dia, pelo crime de ameaça verbal.

Quem era esta Rosa da Silva Mendes? À data da condenação era solteira e de profissão costureira e residia na freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da cidade de Guimarães. Consultando os *Róis de Desobriga* dessa freguesia, encontramos, no ano de 1888, Rosa, com 29 anos, integrada num agregado familiar da Rua de Santa Cruz. No ano seguinte já estava noutra agregado familiar da mesma freguesia. No Rol de 1889, Rosa aparece como criada de António Serafim Afonso Barbosa, de 56 anos, e de sua mulher D. Maria Augusta, de 62 anos, que viviam no fogo n.º 37 do Postigo da Guia, juntamente com o filho João Afonso Barbosa, de 27 anos, casado com D. Josefina. Deveria tratar-se de uma família de comerciantes porque o agregado familiar integrava ainda três caixeiros.

Rosa permanece nesse fogo até 1891, ano em que aparece riscada do Rol. É este o ano em que temos notícia do seu primeiro passaporte.

A nossa base de dados revela-nos que, anteriormente a 1903, Rosa solicitara passaporte a 23 de dezembro de 1891 e de novo a 23 de agosto de 1895. O primeiro é um passaporte individual. O segundo passaporte é colectivo e integra um sobrinho de nome José, de nove anos de idade. A residência de Rosa da Silva Mendes indicada no Registo de Passaporte é agora em Caldelas, de onde é natural o sobrinho. Nas cópias dos assentos de baptismo respectivos apensos ao Processo, Rosa nasceu em S. João de Ponte, no lugar do Rio, a 19 de julho de 1859, filha de Manuel da Silva e de Joaquina Mendes. O sobrinho José nasceu a 14 de julho de 1886, em Caldelas, no lugar da Taipa, filho de Domingos da Silva, natural de S. João de Ponte e de Maria Rosa da Silva, natural de S. Clemente de Sande e recebidos em Caldelas. É neto paterno de Manuel da Silva e de Joaquina Mendes.

Procurando nos *Róis de Desobriga* de S. João de Ponte encontramos, em 1865, no lugar do Rio, um agregado familiar constituído pelo casal Manuel da Silva e Joaquina Mendes e o filho Domingos. Quanto a Rosa só é referida no agregado familiar no Rol de 1872. A partir de 1873 toda a família desaparece dos *Róis* de S. João de Ponte.

Se Rosa partiu rumo ao Brasil com o sobrinho José, em breve se lhe terá juntado o seu irmão Domingos, pai de José, que tem um Registo de Passaporte, a 14 de outubro de 1895. Não foram identificados mais parentes próximos de Rosa da Silva Mendes que tivessem emigrado para o Brasil entre 1890 e 1914.

## Concelho de Guimarães – Emigrantes com destino ao Brasil – 1890-1914 Descendentes de Francisco de Faria e de Felícia de Almeida.

Data passaporte	Tipo	Nome	Parentesco	Observações
13.03.1903	Col.	Jerónimo de Faria	Filho	Titular
13.03.1903	Col.	Rosa da Silva Mendes		Falsa esposa
18.01.1904	Ind.	Manuel de Faria	Filho	
18.01.1904	Ind.	José Rodrigues	Genro	Casa no Rio c/ Rosa de Almeida
27.06.1904	Ind.	Augusto de Lemos	Sobrinho	Fº de Antº Lemos e Mª Almeida
08.08.1904	Ind.	Rosa de Almeida	Filha	Casa no Rio c/ José Rodrigues
08.08.1904	Ind.	Joaquim de Lemos	Sobrinho	Fº de Antº Lemos e Mª Almeida
08.08.1904	Ind.	Joaquim de Sousa	Genro	Marido de Joana de Almeida
08.08.1904	Ind.	João M.I Alves Guim.s		Marido de Francisca Fernandes
15.11.1904	Col.	Joaquim de Faria	Filho	Titular com nome falso
15.11.1904	Col.	Delfina da Conceição	Nora	Esposa do titular
15.11.1904	Col.	Maria	Neta	Filha do titular
15.11.1904	Col.	Rosa	Neta	Filha do titular
15.11.1904	Col.	Laura	Neta	Filha do titular
17.11.1904	Ind.	Francisca Fernandes	Genro	Irmã de José Rodrigues
19.11.1904	Ind.	Joana de Almeida	Filha	
03.02.1908	Col.	Jerónimo de Faria	Filho	Titular
03.02.1908	Col.	Maria da Conceição	Neta	Filha do titular
22.01.1909	Ind.	Casimiro de Faria	Filho	
22.01.1909	Col.	Josefa Mª Dias de Olivª	Sobrinha	Titular espª de Joaquim de Lemos
22.01.1909	Col.	Emília	Sobrª neta	Filha da titular
22.01.1909	Col.	Ana	Sobrª neta	Filha da titular
22.01.1909	Col.	Elviro Almeida Faria	Neto	Titular Fº nat. de Antónia Almeida
22.01.1909	Col.	Joaquina Teixeira	Neta	Esposa do titular
22.01.1909	Ind.	José de Faria	Filho	Pai de António, Adriano e Aurora
22.01.1909	Col.	José Rodrigues	Genro	Titular
22.01.1909	Col.	Rosa de Almeida	Filha	Esposa do titular
22.01.1909	Col.	Armindo	Neto	Filho do titular
22.01.1909	Col.	Rosa	Sobrinha	Prima da esposa do titular
05.05.1911	Ind.	Rosa Rodrigues	Nora	Esposa de José de Faria
22.04.1912	Col.	Domingos Fernandes	Sobrinho ?	Titular
22.04.1912	Col.	Bertardina de Almeida	Sobrinha ?	Esposa do titular
22.04.1912	Col.	Joaquim	Sobrinho ?	Filho do titular
15.06.1912	Col.	António de Faria	Neto	Titular Fº de José de Faria
15.06.1912	Col.	Adriano de Faria	Neto	Irmão do titular
15.06.1912	Col.	Aurora Rodrigues	Neto	Irmã do titular
17.12.1912	Ind.	Joaquim de Lemos	Sobrinho	Fº de Antº Lemos e Mª Almeida
06.01.1913	Ind.	Laura da Conceição	Neta	Fª de Jerónimo de Faria
06.01.1913	Ind.	Rosa da Conceição		Prima materna de Laura

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda esta pesquisa foi facilitada pela informação muito completa apenas aos Processos de Passaporte, o que confirma a importância desta fonte para o estudo microanalítico do fenómeno emigratório. Na posse dessa informação nominal e uma vez completada a base de dados, conseguimos identificar com segurança os elementos da mesma família que, ao longo dos anos, foram partindo e se reuniram em terras brasileiras.

Com passaporte individual, partindo isolados ou em grupo, apesar da dificuldade que apresentam os nomes de família, estes indivíduos foram identificados como irmãos, filhos, esposas que vão ao encontro dos familiares anteriormente emigrados. Todo este imenso movimento de reencontro familiar só foi possível graças a um moroso e paciente trabalho de microanálise.

A reunificação familiar constituiu, sobretudo, uma estratégia de sobrevivência. O período áureo das remessas tinha acabado, o que comprometia irremediavelmente a sobrevivência da família em Portugal ou um retorno digno. A partida da família, em conjunto, ou por etapas, surgia como uma opção viável para contornar estas dificuldades.

Além disso, a existência de Cartas de Chamada enviadas pelos pais ou maridos a compadres, para tratar da partida de menores e de mulheres casadas e providenciar o seu acompanhamento na viagem, fez-nos compreender o alcance das relações de compadrio, de amizade e de vizinhança no movimento emigratório familiar.

É, sobretudo, nas Cartas de Chamada apenas aos Processos de Passaporte de menores, como no caso que estudamos, que mais se evidencia a importância das relações de compadrio que se estabeleciam na Igreja no momento em que um indivíduo, pertencente ou não à família por laços de sangue, passava a integrá-la como padrinho de um ou mais filhos do casal. Este parentesco espiritual, definido pelo Direito Canónico, criava uma solidariedade parental necessária e eficaz.<sup>3</sup> O padrinho assumia perante as leis de Deus e dos homens a função de um segundo pai da criança que supria as suas necessidades na falta ou ausência do pai biológico e assumia uma importância tanto

---

3 FLANDRIN, J.-L. *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Ed. Estampa, 1984. p. 27, 56.

maior quanto mais precária era a situação paterna. Quando o padrinho era um parente próximo, como um tio ou avô, a relação de compadrio prevalecia sobre os laços de sangue e fortalecia as solidariedades familiares. O parentesco espiritual tornava-se mais forte que o parentesco natural. Os pais do baptizado passavam a designar por compadre um cunhado, um tio ou até um sogro. A Carta de Chamada que um emigrante envia a sua mulher em fevereiro de 1913 é explícita neste ponto. Manda-a vir com um filho, de cinco anos. Quanto ao outro filho que fica em Portugal “o Abô que olhe por ele como afilhado...”.

A abordagem microanalítica revelou particularidades do fluxo migratório não detectáveis se utilizássemos apenas o método de agregação dos dados quantitativos. O fio condutor foi sempre o nome. O estudo de casos, o procedimento por indícios, o cruzamento das fontes disponíveis fez emergir biografias, inevitavelmente fragmentárias e a rede de relações que as circunscrevem.<sup>4</sup> A limitação da pesquisa a um espaço geográfico-temporal preciso e o acesso a fontes locais específicas abrirão caminho à identificação rigorosa de famílias emigrantes, constituindo um ponto de partida para eventuais pesquisas dos seus percursos de vida em terras brasileiras.

---

4 GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. p. 176.



*Parte 2*

MUNDO DOS NEGÓCIOS:  
BENS, COMÉRCIO E COMERCIANTES



# IMIGRAÇÃO E NEGÓCIOS: COMERCIANTES PORTUGUESES SEGUNDO OS REGISTROS DO TRIBUNAL DO COMÉRCIO DA CAPITAL DO IMPÉRIO (1851-1870)

*Lená Medeiros de Menezes*  
UERJ

*Paula Leitão Cypriano*  
UERJ

A vocação mercantil da cidade do Rio de Janeiro, estabelecida desde finais do século 18 com o início da atividade mineradora no país, confirmou-se com a chegada da família real ao Brasil, a conseqüente abertura dos portos, em 1808, e os tratados de amizade e comércio firmados com as nações européias. O contato direto entre o porto do Rio de Janeiro e os portos europeus ampliou as transações mercantis e a cidade tornou-se importante entreposto de compra e venda de mercadorias produzidas por toda parte. A urbanização ocorrida por conta dessas transformações teve no desenvolvimento comercial uma importante e significativa expressão. Dedicados tanto ao comércio de importação e exportação quanto ao pequeno comércio, voltado para o atendimento à demanda crescente por parte de uma população que não parou de crescer ao longo do século 20, estrangeiros de várias procedências fixaram-se na cidade, estabelecendo verdadeiros nichos em um mercado em contínua diversificação.

A década de 1850 seria marcada por importantes avanços legais e mudanças econômicas vitais à implantação de um capitalismo dependente e periférico. Por um lado, as Leis Eusébio de Queirós (1850) e Nabuco de Araújo (1854), pondo fim ao tráfico negreiro, disponibilizaram os capitais necessários ao aparelhamento urbano. Por outro, a Lei de Terras (1850) tornou a pro-

priedade fundiária uma mercadoria a ser adquirida no mercado. Finalmente, o Código Comercial (1850), destacado nesse trabalho, instituiu a regulamentação das atividades mercantis e os atos de comércio praticados por estrangeiros.

O Código pôs fim ao poder da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Esta havia sido criada em 1755 por D. José I, com a finalidade de orientar as atividades econômicas em Portugal e em suas colônias. Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, foi ela implantada na antiga colônia em 23 de agosto de 1808, exercendo suas atribuições até 1850, quando o Código Comercial entrou em vigor. A partir da vigência da nova legislação, todo comerciante que quisesse gozar dos benefícios assegurados em lei devia registrar-se em um dos Tribunais de Comércio (Capital do Império, Bahia, Pernambuco e Maranhão).<sup>1</sup> Mesmo aqueles que já tivessem tido atribuição de matrícula pela extinta Junta do Comércio, deviam efetuar o novo registro dentro dos prazos preestabelecidos.<sup>2</sup>

No ato da matrícula, como exigência para o deferimento da petição, o comerciante devia declarar o gênero de comércio ao qual pretendia dedicar-se e se este seria exercido por atacado ou a retalho, devendo provar, ainda, que gozava de crédito público para o giro do negócio.<sup>3</sup> Embora, em tese, houvesse a necessidade da matrícula, os decretos que complementaram o Código estabeleceram duas categorias de comerciantes: o “comerciante de direito”, que tinha o reconhecimento da lei e gozava das prerrogativas daí resultantes, e o “comerciante de fato”, que se submetia às obrigações decorrentes de sua atividade, não podendo contar, entretanto, com a proteção legal.<sup>4</sup> Nesse caso, por

---

1 Os Tribunais de Comércio foram regulamentados pelo Decreto 738 de 25 de novembro de 1850, que definiu seu funcionamento, competências e competências de seus membros. O decreto estabeleceu ainda que nas províncias onde houvesse Relações, suas atribuições, com exceção da matrícula dos comerciantes, seriam exercidas por uma seção denominada Junta do Comércio.

2 Código Comercial de 1850, art. 4º e 7º.

3 Decreto 738, de 25 de novembro de 1850, art. 15.

4 O Decreto 737 de 25 de novembro de 1850 reafirmou a distinção entre comerciantes matriculados e não matriculados. Definia também, em seu artigo 19, o que podia ser considerada “mercancia”: a compra e venda ou troca de efeitos móveis ou semoventes para os vender por grosso ou a retalho, na mesma espécie ou manufaturados, ou para alugar o seu uso; as operações de câmbio, banco e corretagem; as empresas de fábricas, de comissões, de depósitos, de expedição, consignação e transporte de

exemplo, aquele que fosse levado à falência não podia reivindicar o privilégio da concordata, consentida apenas no caso do comerciante devidamente registrado.

A documentação referente aos registros de matrícula dos comerciantes no Tribunal de Comércio encontra-se na seção de manuscritos do Arquivo Nacional e faz parte de uma massa documental que, organizada artificialmente, transformou-se em fundo específico, graças ao trabalho do francês Henri Boulier de Branche, diretor dos arquivos de Sarthe (Le Mans) na década de 1960.

O grupo de trabalho dirigido por Boulier implementou séries funcionais que correspondem a documentos da administração central e de órgãos a eles pertencentes, organizadas de acordo com atribuições, admitindo-se atividades secundárias de acordo com um determinado serviço. Dessa forma, foi organizado o fundo “Série Indústria e Comércio – Comércio – Junta e Tribunal”, do qual faz parte a documentação colocada em relevo neste trabalho, cujas datas-limite compreendem o período que se estende de 1850 e 1903.

A documentação específica referente às matrículas dos comerciantes no Tribunal do Comércio – Juntas Comerciais após 1875<sup>5</sup> – está distribuída em seis livros, nos quais os comerciantes, corretores, agentes de leilões, trapicheiros e administradores de armazéns estão dispostos em ordem cronológica de matrícula, totalizando 7.699 registros. Os livros abrangem as seguintes tem-

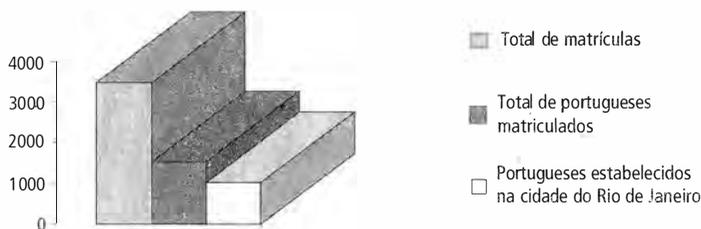
mercadorias e de espetáculos públicos; os seguros, fretamentos, risco e quaisquer contratos relativos ao comércio marítimo; a armação e expedição de navios. Com relação às prerrogativas dadas aos comerciantes matriculados, estas foram confirmadas e ampliadas pelo Decreto 1597, de 1º de maio de 1855, que estabelecia que o comerciante matriculado podia emitir procurações com validade equivalente àquelas emitidas por tabeliães públicos; assinar escrito particular de obrigação mercantil de qualquer valor, desde que não fosse exigida escrituração pública; dar garantias em caso de falecimento de sócios sem testamento nem herdeiros presentes e em processos de falência.

5 Pelo Decreto 2662, de 9 de outubro de 1875, os Tribunais de Comércio foram extintos e organizadas, em seu lugar, as Juntas e Inspetorias Comerciais, regulamentadas pelo Decreto 6384, de 30 de novembro de 1875. Além da capital, foram criadas Juntas em Belém, São Luiz, Fortaleza, Recife, São Salvador e Porto Alegre. No caso da Junta Comercial da Capital do Império, sua jurisdição compreendia as províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (Decreto 2662, par.1º art. 2).

poralidades: 1851 a 1855, 1855 a 1863, 1863 a 1868, 1868 a 1876, 1876 a 1888 e 1889 a 1894.<sup>6</sup>

Conforme previsto no Código Comercial, o registro traz a data da matrícula, o número do registro, o nome do comerciante, sua idade, naturalidade e cidadania, local do estabelecimento e domicílio (cidade, província) e o tipo de comércio que exercia. Quaisquer alterações, como mudança de ramo ou naturalização, deviam ser averbadas aos registros. Ainda que sejam poucos os itens de identificação, dando poucos indícios acerca daqueles que protagonizavam o processo, a homogeneidade dos dados contidos na documentação favorece o tratamento quantitativo dos dados e propõe alguns desafios.

GRÁFICO 1 – Matrículas no Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851-1870).



Fonte: Registros de matrícula de comerciantes no Tribunal de Comércio da Capital do Império (1851-1870)

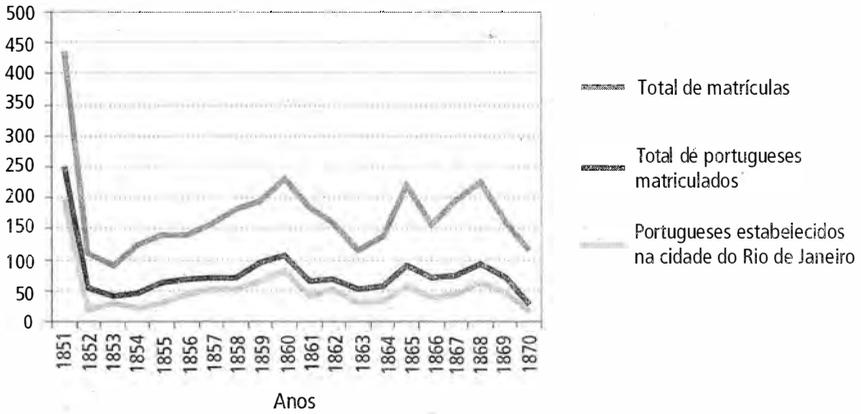
Até o momento foram trabalhados os anos de 1851 a 1870. Nesse espaço de tempo foram registradas pelo Tribunal do Comércio da Capital 3.474 matrículas, incluindo comerciantes individuais e firmas sociais, estas em menor número. Destas, 1.550 foram concedidas a comerciantes portugueses, dentre os quais 1.018 haviam se estabelecido na cidade do Rio de Janeiro.<sup>7</sup> De acordo com esse material, algumas evidências já receberam tratamento estatístico, especificamente as conjunturas de expansão e retração dos registros, os ramos

6 Código Comercial de 1850, art. 4º e 7º.

7 Respectivamente, Livro 1º, tomo 1º – IC3 57; Livro 1º, tomo 2º – IC3 40; Livro 1º, tomo 3º – IC3 101; Livro 1º, tomo 4º – IC3 9; Livro 1º, tomo 5º – IC3 75 e Livro 1º, tomo 6º – IC3 76.

de comércio existentes no mercado, a idade e a adoção ou não da cidadania brasileira. Por outro lado, alguns cruzamentos de dados emanados de fontes diferenciadas têm sido extremamente gratificantes, no sentido da demonstração de algumas trajetórias individuais cumpridas na terra de chegada.

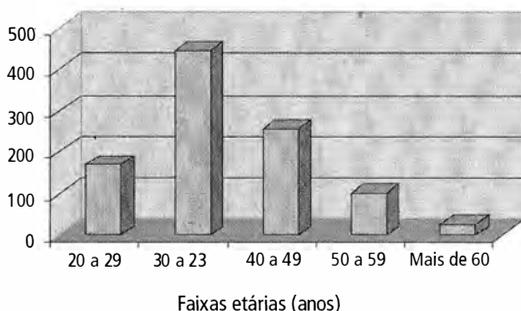
GRÁFICO 2 – Distribuição anual de registros (1851-1870).



Fonte: Registros de matrícula de comerciantes no Tribunal de Comércio da Capital do Império (1851-1870).

A análise do período estudado permite observar um movimento que indica alta concentração de registros em 1851 – o maior registro anual até 1889. Essa concentração pode ser explicada pela entrada em execução do Código, a implantação dos Tribunais de Comércio e a necessidade de os comerciantes registrados na extinta Junta procederem a nova matrícula, o que pode ser comprovado pela incidência de comerciantes em faixas etárias mais altas (39 aos 50 anos). Segue-se um movimento ascendente a partir de 1854, que tem seu ápice em 1860, sucedendo-se novos picos em 1865 e em 1868.

GRÁFICO 3 – Distribuição de comerciantes por faixa etária.



Fonte: Registros de matrícula de comerciantes no Tribunal de Comércio da Capital do Império (1851-1870).

À observação da incidência de registros na faixa dos 30 aos 39 anos deve-se acrescentar o fato de alguns desses indivíduos terem levado cerca de 20 anos para solicitar e obter matrícula, tendo muitos deles entre os 14 e os 18 anos no momento da entrada no Brasil, comprovando, em uma análise setorializada, uma tendência marcante da imigração portuguesa: a da imigração de jovens caixeiros.

Em termos dos tipos de comércio que aparecem nos registros, em razão da necessidade de dar conta de todas as modalidades encontradas, optamos por reuni-los por grupos de maior proximidade. Visto ser comum que a atividade principal iniciasse a lista, adotamos como critério de classificação a ordem de importância com que as atividades foram declaradas. Deste modo, foram organizadas vinte categorias, dentre as quais seis atingiram percentuais maiores que 5%, totalizando 79,5% do conjunto.

TABELA 1 – Distribuição dos comerciantes  
 por ramos de atividade (1851-1870).

Ramos de comércio	Total de registros por ramo	Percentual sobre total de registros (%)
Fazendas e roupas feitas	216	21,2
Comissões e descontos	204	20
Secos e molhados	200	19,6
Ferragens e metais	69	6,8
Agropecuária	66	6,5
Agentes auxiliares do comércio	55	5,4
Importação e exportação	27	2,7
Vídras e cerâmicas	21	2,1
Chapéus e calçados	21	2,1
Armarinho e perfumaria	19	1,9
Madeiras	18	1,8
Padarias e confeitarias	17	1,7
Fumo e charutos	15	1,5
Ourivesaria e jóias	11	1,1
Couros	10	1
Papelaria e tipografia	9	0,9
Edificações	7	0,7
Produtos químicos e farmacêuticos	7	0,7
Instrumentos musicais	4	0,4
Outros	22	2,2

Fonte: Registros de matrícula de comerciantes no Tribunal de Comércio da Capital do Império (1851-1870).

No conjunto analisado, os três grupos mais representativos são em ordem decrescente de importância: “fazendas e roupas feitas”, “comissões e descontos” e “secos e molhados”. O primeiro compreende fazendas, roupas feitas e o comércio de sirgueiro, voltado para a produção de fios, seda ou lã. Destaque-se ainda, no setor do vestuário, o grupo “chapéus e calçados”, onde os portugueses, em menor percentual, também estão presentes, como ocorre, também, com relação aos objetos de armarinho e perfumaria. Cabe destacar, contudo, que os artigos de armarinho ora estão associados ao comércio de fazendas, ora ao comércio de ferragens, o que prejudica uma avaliação mais precisa de sua abrangência.

O segundo grupo mais numeroso é formado pelo comércio de comissões, descontos, atividades bancárias, câmbio e seguros. As atividades desempenhadas pelos comerciantes desta categoria compreendem transações financeiras, negociações de compra e venda, empréstimos e pagamentos de dívidas, atingindo cerca de um quinto dos portugueses inscritos. As comissões, no conjunto, representam cerca de 70% e, dentre as especificidades mencionadas, prevalece o comércio em comissão de café e gêneros nacionais e estrangeiros, e em menor número os secos e molhados.

No tocante às comissões, as variações conjunturais sofridas merecem destaque, tendo em vista as alterações profundas que se processavam na cidade. Apesar de não constar nenhuma referência nos registros, sabe-se que, nesse tipo de comércio, incluía-se a compra e venda de escravos, razão pela qual, possivelmente, ocorra um pequeno número de matrículas registradas logo após 1850, em decorrência da proibição do tráfico. Porém, a expansão cafeeira apresenta-se como a responsável principal pelo crescimento observado entre 1856 e 1860.

O terceiro grupo de maior expressão contempla os secos e molhados em geral, por vezes com discriminação dos artigos oferecidos, como fumos,<sup>8</sup> açúcar e sal, toucinhos, queijos, algodões e outros gêneros. Tendo em vista que o tradicional armazém, além de caracterizar a própria sobrevivência cultural portuguesa, tendeu a acompanhar a expansão da malha urbana para as novas freguesias criadas e para as freguesias mais distantes, certamente nesse grupo em especial encontra-se demonstrado que os varejistas, regra geral, não se matriculavam.

Adotando-se como critério de classificação a relação direta ou não com o consumidor, o comércio atacadista ou de “grosso trato” tem primazia absoluta sobre o comércio a retalho (“de pequeno trato”). No primeiro grupo, o das fazendas e roupas feitas, ele responde por 47% dos registros identificados,

---

8 Não foi possível identificar a participação de portugueses nas matrículas concedidas a firmas sociais, por não constar, na maioria das vezes, a naturalidade dos sócios. Portanto, referimo-nos apenas aos portugueses que se declaram individualmente. Cabe ressaltar, ainda, que os comerciantes estabelecidos em províncias onde não houvesse Tribunal tinham o direito de escolher aquele que lhes conviesse para efetuar a matrícula. (Dec.738 art. 90 e 94) Por manterem relações comerciais com o Rio de Janeiro, muitos escolhiam o Tribunal do Comércio da Capital do Império.

contra 38% dos que adotam uma dupla orientação. O comércio exclusivamente varejista limita-se a 4% do total, ficando atrás do “indeterminado”. No tocante ao terceiro grupo, o de secos e molhados, os atacadistas somam 51%, seguidos por comerciantes de “atacado e varejo”, com 27%. O comércio a retalho alcança apenas 1% do total de comerciantes portugueses matriculados.

GRÁFICO 4 – Distribuição de atacadistas e varejistas (1851-1870).



Fonte: Registros de matrícula de comerciantes no Tribunal de Comércio da Capital do Império (1851-1870).



Fonte: Registros de matrícula de comerciantes no Tribunal de Comércio da Capital do Império (1851-1870).

As explicações para a primazia do atacado sobre o varejo têm muito mais a ver com as exigências do processo do registro e seus desdobramentos em termos da fiscalização do que com a participação concreta dos comerciantes portugueses no espaço urbano. Segundo dados apresentados por Sebastião Ferreira Soares, responsável pela Estatística do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o ano de 1866, existiam, por exemplo, 5.232 ca-

sas comerciais no Município da Corte (excetuando-se a freguesia de Sant'Anna). Nesse total, o comércio a varejo representava mais de 90%.<sup>9</sup>

De acordo com Rubenita Vieira, o regulamento n.º 738, de 25 de novembro de 1850, ao elencar os critérios para a aplicação do código, de alguma maneira fornecia limites para o registro, ao estabelecer que não deveriam ser admitidos à matrícula “os que pela qualidade ou pouca importância do negócio não se ach[ass]em nas circunstâncias de poderem desempenhar obrigações impostas aos comerciantes matriculados”.<sup>10</sup> Tais obrigações, contidas no código, impunham clareza e uniformidade na contabilidade e escrituração dos negócios. Para que estivessem dentro das formalidades legais, todas as operações de comércio, bem como os balanços gerais, deveriam ser registrados detalhadamente em livros encadernados, numerados, selados, com todas as folhas rubricadas e sem rasuras.

Esses parâmetros, portanto, privilegiavam os comerciantes com maiores capitais e infra-estrutura administrativa, dispostos a fazer maiores investimentos no setor, criando dificuldades para os varejistas, em geral, donos de negócios de contornos familiares. Isso posto, podemos concluir que a documentação dá visibilidade a uma verdadeira aristocracia mercantil, da qual os portugueses eram parte expressiva.

Fazer parte dessa aristocracia imigrante não significava necessariamente ter chegado ao Brasil em condições mais favoráveis, já dispondo, por exemplo, dos capitais suficientes para abertura do tão desejado negócio próprio que acalentava os sonhos migratórios. Algumas trajetórias de vida descritas com base no cruzamento de fontes demonstram que histórias como a de Manuel Sendas – caixeiro que se tornou dono de venda para, posteriormente, seus herdeiros transformarem-se em gigantes do ramo dos supermercados – não foram incomuns, reproduzindo-se, guardados os distanciamentos devidos em termos de vitórias alcançadas, em muitos e muitos casos.

---

9 Embora haja um grupo denominado “fumo e charutos”, o “fumo” foi registrado, por vezes, juntamente com outros produtos caracteristicamente relacionados aos armazéns de secos e molhados. Nesses casos, foi incluído no grupo “secos e molhados”.

10 PARGA, Eduardo Lucas. *Entre fazendas, secos e molhados: o pequeno comércio na Cidade do Rio de Janeiro (1850-1875)*. Dissertação (Mestrado em História)– UFF. Niterói (RJ), 1996. p. 29-30.

O trabalho árduo e uma poupança forçada, em vários casos, puderam transformar em realidade o sonho da ascensão social, por vezes com o sucesso sendo colhido ainda em vida, por vezes possibilitando vida de maior conforto e dignidade às gerações futuras. É certo que nem todos os indivíduos que se matricularam nos Tribunais de Comércio possibilitam o desvelamento dos caminhos que traçaram em solo brasileiro. Para esta impossibilidade colaboram os silêncios e lacunas existentes na documentação (não indicação do ano de chegada ao país, por exemplo), bem como a ausência de indícios que nos possibilitem contornar a ocorrência dos homônimos ao cruzarmos algumas fontes. Algumas trajetórias, como as três que se seguem, porém, parecem-nos extremamente significativas, desvelando algumas tendências no conjunto.

Antonio da Silva Tavares Vouga, português de nascimento, registrou-se no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1857. Tinha então 29 anos e estava estabelecido ou pretendia estabelecer-se no comércio de fazendas por atacado. Chegara ao Brasil havia 15 anos, quando contava 14 anos de idade, tendo apresentado seu passaporte à Polícia em 10 de maio de 1841. Era natural do Porto e, por ocasião da apresentação de seu passaporte, estava empregado, como caixeiro, na Praia do Peixe, n.º 27, próximo ao cais Pharoux. Tinha cabelos curtos, olhos pretos e rosto imberbe. Caso não tenha recebido nenhum auxílio extra de capital ou uma eventual herança, foi seu próprio esforço, em anos e anos de trabalho, que permitiu a ascensão sonhada.<sup>11</sup> Quem sabe, talvez, passando pelo estágio intermediário de se associar ao antigo patrão, como menciona Luís Edmundo.<sup>12</sup>

Outro natural do Porto era Antonio Francisco Cazaes, que tinha 17 anos quando, em junho de 1841, apresentou seu passaporte à polícia. Seu registro de matrícula demonstra que ele havia chegado ao país em junho de 1838, contando, portanto, os mesmos 14 anos de Antonio Vouga. Como este, trabalhou como caixeiro no comércio da cidade, em estabelecimento situado à rua da Alfândega n.º 8. Suas características físicas não eram muito diferentes do antecessor. Como ele, tinha cabelos curtos, olhos pretos e rosto sem barba, ao que

---

11 Cf. VIEIRA, Rubenita. *Tribunal do Comércio: modernização e imobilismos (1851-1889)*. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1985; Eduardo Parga, citado.

12 Arquivo Nacional. Polícia – Passaportes e passes, código 381, microfilme 031/01; Série Indústria e Comércio – Comércio: Junta e Tribunal/9x – IC340 / fl. 39 v.

se acrescentavam detalhes como o fato de ser baixo, ter nariz grosso, boca regular e rosto comprido. Em 11 de março de 1867, com 43 anos, 29 anos após sua chegada, matriculou-se como agente de leilões, já estando de posse da cidadania brasileira.<sup>13</sup> No ano de 1868, constou da relação de comerciantes do *Almanaque Laemmert*, com negócio estabelecido à rua de São Pedro, n.º 74.

Um destaque especial cabe à adoção, por Cazaes, da cidadania brasileira. Segundo o Código Comercial, havia restrições para que os estrangeiros assumissem determinadas tarefas caracterizadas como “auxiliares ao comércio”.<sup>14</sup> No artigo 39 do Código ficava explicitamente estabelecido que, passados cinco anos da data de sua publicação, nenhum estrangeiro não naturalizado poderia exercer o ofício de corretor, ainda que anteriormente tivesse sido nomeado ou estivesse no pleno exercício da função. O mesmo disposto aplicava-se aos agentes de leilões, o que tornava a naturalização uma atitude compulsória.

TABELA 2 – Distribuição de comerciantes por cidadania: número de portugueses com cidadania *brasileira* e *portuguesa* no ato da matrícula.

Ano	cidadania brasileira	cidadania portuguesa	Ano	cidadania brasileira	cidadania portuguesa
1851	106	92	1861	3	38
1852	3	15	1862	1	51
1853	6	23	1863	2	29
1854	7	16	1864	2	31
1855	6	25	1865	6	53
1856	3	40	1866	1	37
1857	7	44	1867	3	41
1858	9	44	1868	5	58
1859	8	57	1869	–	48
1860	7	75	1870	1	15

Fonte: Registros de matrícula de comerciantes no Tribunal de Comércio da Capital do Império (1851-1870).

13 Cf. EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. p. 363. v. 2.

14 Arquivo Nacional. Polícia – Passaportes e passes, código 381, microfilme 031/01; Série Indústria e Comércio – Comércio: Junta e Tribunal/9x – IC3101/ fl. 89.

Considerando-se a exigência da naturalização para o exercício do ofício de corretor, podemos inferir, pelos números acima apresentados, que essa não era uma atividade muito concorrida. Destaque especial deve ser dado ao ano de 1851, quando 106 portugueses adotam a cidadania brasileira. Uma das explicações para o fato reside na demanda criada pela obrigatoriedade de os comerciantes já registrados na antiga Junta do Comércio efetuarem nova matrícula junto aos recém-criados Tribunais de Comércio, atingindo, assim, portugueses há muito radicados no Brasil.<sup>15</sup>

Domingos Ferreira Pinto nos oferece o terceiro e último exemplo. Natural de Filgueira, tinha 18 anos quando apresentou seu passaporte à polícia, em 8 de maio de 1841. Era solteiro e caixeiro empregado à rua das Viollas, n.º 58, tendo embarcado no Porto e entrado no Brasil em outubro de 1840. Segundo os dados existentes em seu passaporte, era baixo, de pele clara, cabelos curtos, olhos pretos e rosto comprido sem barba. Em 1.º de setembro de 1862, registrou-se no Tribunal do Comércio com comércio de molhados por atacado. Haviam se passado 22 anos desde que chegara ao Brasil, como mais um dos muitos caixeiros portugueses que desembarcaram no Rio de Janeiro para empregar-se nos estabelecimentos comerciais da cidade.

O que nos parece digno de registro é o fato de, em uma pequena amostra obtida pela seleção dos nomes que pareciam oferecer maiores facilidades para consulta a seus passaportes, termos constatado, em todos os casos analisados, uma situação muito semelhante: todos eram jovens caixeiros no momento da chegada e despenderam cerca de duas décadas de sua vida para se transformarem de empregados em patrões. Como casos exemplares, indicam que os vínculos estabelecidos entre trabalho, poupança e promoção social não compõem apenas a mitologia da imigração: eram uma possibilidade viável e concreta em uma cidade que se expandia e modernizava, tendo no comércio uma de suas molas propulsoras.

---

15 Como agentes auxiliares do comércio estavam incluídos corretores, agentes de leilões, trapicheiros, caixeiros, feitores, guarda-livros, administradores de armazéns e depósitos e comissários de transportes.



8º Inspeccionar os trapiches alfandegados e os seus livros, e impor multas aos administradores dos mesmos trapiches, nos termos dos Artigos 89 e 90 do Código Comercial:

9º Nomear administradores das heranças das pessoas que falecerem sem testamento e sem herdeiros presentes, ainda que não sejam comerciantes, uma vez que tenham credores comerciantes (Cód. Comercial, Art. 310):

10. Destituir os liquidantes de sociedades mercantis dissolvidas, nos casos de omissão ou negligência culpável, e os administradores das casas falidas (Cód. Comercial, Art. 347 e 858):

11. Ordenar o registro das embarcações brasileiras destinadas á navegação do alto mar, com exceção das que se empregarem exclusivamente na pescaria das costas; e impor as multas em que incorrerem os proprietários armadores, que infringirem o termo que assinaram de não fazerem uso ilegal do registro da embarcação, e de entregá-lo dentro de um ano no Tribunal, no caso da mesma embarcação ser vendida, perdida, ou julgada incapaz de navegar, pela forma determinada nos Artigos 460, 461, 462, 463 e 464 do Código Comercial:

12. Tomar conhecimento dos recursos que os capitães de navios interpuserem das multas que lhes forem impostas nos casos declarados no Artigo 512 do Código Comercial.

13. Nomear árbitros para regulação, e repartição ou rateio das avarias grossas, nos casos prevenidos no Artigo 783 do Código Comercial:

14. O conhecimento e julgamento das quebras, a reabilitação dos falidos, e a concessão de moratórias, pela forma determinada na Parte III do Código Comercial:

15. Conhecer dos recursos de agravo que as partes interpuserem dos Juízos Comissários (Cód. Comercial, Art. 907).

---

Art. 21. Compete especialmente ao Tribunal do Comércio da Capital do Império, a organização da estatística anual do comércio, agricultura, indústria, e navegação mercantil do mesmo Império; solicitando para este fim as informações e esclarecimentos necessários dos Tribunais do Comércio das Províncias, e de outras quaisquer Autoridades, por intermédio dos Presidentes nas Províncias, e diretamente no Município da Corte, sendo todos obrigados a satisfazer as suas requisições (Cód. Comercial, Tit. Único, Art. 9º).

---

Art. 24. Os Tribunais do Comércio são obrigados a empregar os meios convenientes a fim de obterem um conhecimento exato das práticas e usos commerciaes admitidos nas praças, portos e mais lugares do comércio do seu distrito, em todos os casos mandados guardar pelo Código Comercial: ouvindo os corretores e comerciantes mais notáveis, não só das mesmas praças, portos e lugares, mas até os da Praça da Capital da Província, e procedendo às mais averiguações que julgarem convenientes.

Nas Praças, portos e mais lugares do comércio das Províncias onde não houver Tribunal do Comércio, será a referida diligencia praticada pelo Tribunal do Comércio da Capital do Império.

Art. 29. Os Tribunais do Comércio nas suspensões, demissões dos corretores e na imposição de multas (Art. 18 n° 6, 8 e 11), procederão breve e sumariamente.

---

Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de Novembro de mil oitocentos e cinqüenta, vigésimo nono da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.

Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara\*\*

DECRETO N. 2662 – DE 9 DE OUTUBRO DE 1875

Autoriza o Governo a suprimir os Tribunais e Conservatórias do Comercio e a organizar Juntas e Inspecorias comerciais

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1º. É autorizado o Governo para suprimir os Tribunais e Conservatórias do Comercio, passando a ser exercidas por Juntas e Inspecorias comerciais, que organizará as respectivas atribuições, excetuadas as seguintes que ficarão competindo aos Juizes de Direito nas suas comarcas:

Resolver sobre a reabilitação dos falidos (Código Comercial art. 893 a 897).

Conceder ou denegar moratória (art. 898 a 906).

Nomear administradores e fiscais das heranças nos casos do art. 310.

Destituir os liquidantes das sociedades mercantis dissolvidas nos casos do art. 347.

Obrigar os trapicheiros e administradores de armazéns a assinar termo de fiel depositário (art.87) nas comarcas fora das sedes de Juntas e Inspecorias comerciais.

---

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em nove de outubro de mil oitocentos setenta e cinco, quinquagésimo quarto da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.

*Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque\*\*\**

---

\*\* BRASIL. Coleção das Leis do Império (1898-1850). Original digitalizado, disponível em: <[www2camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio](http://www2camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio)>.

\*\*\* BRASIL. Coleção das Leis do Império (1871-1880). Original digitalizado, disponível em: <[www2camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio](http://www2camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio)>.

# PORTUGUESES NO ALTO COMÉRCIO SANTISTA NO INÍCIO DA REPÚBLICA VELHA

*Maria Aparecida Franco Pereira*  
Unisantos

A historiografia brasileira, nestas últimas décadas, vem sendo enriquecida com estudos sobre a emigração portuguesa, principalmente graças a grupos de pesquisas que envolvem os historiadores de ambas as pátrias em projetos comuns. Vários são os enfoques e várias as descobertas sobre os deslocamentos de lusos para a nossa terra, que se dão desde o início da colonização.

No estudo das emigrações dos séculos 19 e 20 uma questão que se coloca é a de identificação da nacionalidade portuguesa dos comerciantes na documentação brasileira. Os nomes se confundem com os nacionais. As fontes para o comércio são relativamente abundantes. Referem-se aos Anuários e Indicadores comerciais, nos anos vizinhos à passagem do século 19 para o 20. Os requerimentos de pedido de licença do final do século 19, dirigidos à Câmara Municipal de Santos para o exercício do comércio, não trazem a nacionalidade de seus solicitantes.

O acervo da Junta Comercial de São Paulo (fundada em 1890) está organizado por entrada de processo de registro de firma (sem a nacionalidade dos integrantes) e a sua busca, leitura e identificação exigiriam a organização de toda uma equipe.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Trabalhei meses nesse arquivo para localizar os processos de comissárias de café. Ver minha dissertação de mestrado defendida em 1980, na Universidade de São Paulo: *Os comissários de café no porto de Santos: 1870-1920*.

A participação dos lusitanos na vida econômica de certas cidades e regiões do país é algo muito evidente.<sup>2</sup> Mas, para que a emigração portuguesa possa ser estudada em maior profundidade em nosso país, são necessárias pesquisas e estudos oriundos de Portugal.

Não temos ainda acesso a levantamentos completos ou estudos suficientes sobre esses emigrantes na sua terra de origem. De muitas regiões estão sendo feitas pesquisas em Livros de Registros de Passaporte e em processos individuais para a aquisição dos passaportes, bem como na documentação dos que intervêm nesses processos etc. É o caso, por exemplo, dos pesquisadores do Cepese (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade) da Universidade do Porto, em distritos do norte de Portugal.

Busca-se, assim, a elucidação da ficha nominal de cada imigrante, suas idades, qual a aldeia de origem, como vieram, de que habilitações eram portadores, o nível de escolaridade, quais fatores individuais e gerais intervieram e como se deu a atuação de outros interventores no processo – os abonadores, engajadores ou proprietários de barcos, nas suas regiões de origem ou nos locais de partida. Todas essas informações são fundamentais.<sup>3</sup>

Enquanto esses estudos não se dão ou não circulam, podemos identificar os lusos esporadicamente. Se não forem pessoas de destaque na sociedade, a via mais fácil de identificação é a busca de dados pontuais, nos autos do Fórum criminal, quando essas pessoas estão envolvidas em delitos (processos de termos de bem viver, por exemplo) ou nas memórias pela reconstrução de histórias de vida. Veja-se, por exemplo, um resumo das informações contidas num processo para averiguar a origem de um incêndio ocorrido em 17 de março de 1888 no Armazém Aliança Commercial Luzitana, de secos e molhados, à rua da Constituição 87, esquina de Gal. Câmara. O negócio pertence ao português Manoel José Fernandes, 28 anos, casado, negociante, que sabe ler e escrever.<sup>4</sup>

---

2 Ver a dissertação de mestrado de FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *Emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos, 1850-1950*. São Paulo: USP, 1990.

3 Cf. RODRIGUES, Henrique. *Emigração e alfabetização: o Alto-Minho e a miragem do Brasil*. Viana de Castelo: Governo de Viana de Castelo, 1995.

4 Sua companheira é Amélia Francisca de Moraes, 18 anos, analfabeta, brasileira, natural de Campinas; há outros envolvidos como irmãs, cunhado e pensionista, com detalhes de identificação. Cf. ROSENBERG, André. *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça em Santos*. São Paulo: Alameda, 2006. p. 102-3.

Quando focalizámos os grandes negociantes portugueses, a identificação torna-se menos dificultosa, pois são pessoas de algum destaque na sociedade pela sua vida económica e pela sua ação filantrópica. Têm, modo geral, seus nomes inscritos nos arquivos das associações de imigrantes. Geralmente fazem parte da diretoria das associações lusitanas, até mesmo contribuindo para o seu patrimônio.

Pretendemos, no presente estudo, levantar o nome de alguns portugueses que atuaram no alto comércio na cidade de Santos, nos anos vizinhos à passagem do século 19 para o 20. Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla, que abarca o período da Primeira República brasileira (1889-1930), época da vigência da economia agro-exportadora do café. Após a identificação, pretende-se caracterizar cada negociante e buscar algumas coordenadas comuns a esses portugueses.

Esta pesquisa contou basicamente com fontes do gênero almanaque ou anuário comercial, de um modelo mais sofisticado da história das firmas comerciais: a mais fundamental foi *São Paulo Moderno* (1919). Essa obra foi elaborada com a contribuição financeira das empresas destacadas, portanto, os dados ressaltam a perspectiva dos seus proprietários, não são fruto de pesquisas acadêmicas. Podem portar discursos panegíricos, mas reúnem informações importantes e contêm ilustrações preciosas para a historiografia.

O outro documento é mais conhecido dos que estudam a emigração lusa: o *Álbum da colônia portuguesa no Brasil* (1929).<sup>5</sup> Organizado por Teófilo Carinhas, ilustrado, foi composto por um grupo de jornalistas, mas com a colaboração de “ilustres portugueses” (Carlos Malheiros, dr. Ricardo Severo, dr. Paulo Menano etc.) e brasileiros (entre eles Teodoro Sampaio, Alfredo Tannay, Laudelino Freire, Coelho Neto, Batista Pereira, Rocha Pombo e Pedro Calmon). É uma obra de cunho patriótico, laudatório, sobre a comunidade portuguesa no Brasil, incluindo informações sobre a economia e as instituições de assistência aos lusitanos.

Importante, nesta pesquisa, também a obra *A Beneficência* (Santos, 1951), de Jaime Franco, na elucidação dos nomes portugueses mais abastados, pois ao fazer a memória histórica da Sociedade Portuguesa de Beneficência (1859), vai

---

5 Cf. CARINHAS, Teófilo. *Álbum da colônia portuguesa no Brasil*. Santos: [s.n.], 1929. p. 379-420.

revelando principalmente os feitos das diretorias em cada gestão. É uma história das lutas dos portugueses nessa instituição que, através de seu hospital, atendiam os compatriotas necessitados. Pode-se perceber, pelos grandes donativos elencados ou pelos nomes que ocuparam a presidência de sua diretoria, quais são as grandes fortunas ou os grandes comerciantes lusitanos. Os fatos são contextualizados na cidade e chegam até o ano de 1937. Fazendo par em importância documental está a obra *Santos noutros tempos*, do destacado historiador J. Costa e Silva Sobrinho, na identificação de alguns portugueses.<sup>6</sup>

A presença dos imigrantes portugueses era dominante, o que se pode observar por aspectos mais cotidianos, além dos estatísticos, que comprovam a afirmação de Santos ser uma cidade portuguesa, na época referida neste estudo.

No largo Senador Vergueiro, em 1881, num quiosque vendiam-se jornais. Costa e Silva Sobrinho<sup>7</sup> diz que João Ferreira de Matos foi “um dos primeiros a vender *O século*, diário português, e a revista *Ilustração Portuguesa*”. Os quiosques só podiam funcionar se tivessem a licença da Prefeitura. Em 1899, João Ferreira de Matos mudou seu ramo de negócio, abrindo um botiquim no mesmo largo e, depois, na rua Vinte e Quatro de Maio (hoje Tuiuti). Com economias foi comprando terrenos e casas hipotecadas. Quando faleceu no início do século 20 era relacionado com pessoas de destaque na vida comercial santista.

Santos, na passagem do século 19 para o 20, foi marcada por inúmeras transformações advindas do panorama internacional – do desenvolvimento do capitalismo e da modernização técnica – conjugadas com o desenvolvimento da economia agro-exportadora do café, que lhe trouxe a riqueza e impulsionou a superação dos entraves de uma estrutura de origem colonial.

Santos era cidade essencialmente comercial. Muitos rapazes promissores iniciavam sua vida profissional nessa atividade, onde permaneciam por toda a vida; alguns iam se dedicar a outros foros, mais tarde.

Seus limites eram muito acanhados, junto ao porto, ainda muito rudimentar na década de 1870. Entretanto o comércio de café agigantava-se e as ruas da cidade começavam a ficar congestionadas especialmente após a inau-

---

6 SILVA SOBRINHO, J. Costa e. *Santos noutros tempos*. Santos: Revista dos Tribunais, 1953.

7 Curiosidades de Santos de outrora. *A Tribuna*, Santos, 17 dez. 1967.

guração da estrada de ferro São Paulo Railway, em 1867, que escoava o produto das fazendas do interior paulista para os armazéns das comissárias ou para as pontes e trapiches.

Outro obstáculo ao progresso da cidade eram as epidemias de febre amarela, peste bubônica e varíola (que também minavam outras grandes cidades). Poças, valetas abertas e cocheiras traziam problemas de asseio. A falta de higiene na rua era flagrante, pois além das inundações e do clima quente (evaporações intoxicantes) havia falta de água e de latrinas, as sarjetas viviam cheias de detritos e os ratos multiplicavam-se de forma assustadora. Durante muito tempo Santos teve a fama de cidade pestilenta e mortífera.

A cidade também era palco de grandes agitações políticas, relacionadas às questões republicanas e abolicionistas. A população urbana cresceu não só pelo grande número dos imigrantes (portugueses, espanhóis e italianos), mas também pelo de escravos negros fugidos das fazendas, abrigados principalmente no Quilombo do Jabaquara.

O alto comércio resumia-se nas categorias dos abastados comerciantes: comissários de café, exportadores, importadores, atacadistas, varejistas e representantes dos bancos estrangeiros, estabelecidos principalmente nas ruas Direita, Santo Antônio e Vinte e Quatro de Março.

Como a cidade tinha grande número de imigrantes, dentro do canal da pobreza, as associações de atendimento social eram numerosas (de imigrantes principalmente).

O forte movimento comercial acompanhava as grandes transformações urbanísticas, motivadas também pelos movimentos sanitaristas e portuários, propiciando muitas oportunidades de trabalho: estivador, carroceiro, cocheiro, ensacador, trabalhador em armazém de café, canteiros e os que se dedicavam aos serviços para a manutenção da vida da população que chegava em grande número à cidade, escravos acoitados (terra vanguardeira e abolicionista) ou imigrantes. Entre os trabalhadores chamados de “arraia miúda” encontram-se também marinheiros e práticos; barbeiros, alfaiates e sapateiros; cozinheiros, empregados de padaria, quitandeiros e vendedores de leite; caixeiros e, principalmente, carroceiros e carregadores – de sacos, de pedras etc. Os trabalhadores mais qualificados eram da construção civil. Eram jornaleiros (recebiam por jornada), prestadores de serviço esporádico, gente sem profissão regulamentada, que vivia de “bicos”.

A partir de 1888 iniciaram-se os empreendimentos para a construção de um novo cais de pedra, já que as pontes não eram mais suficientes para atender os grandes navios que chegavam. A construção, além de permitir o atracamento dos navios, colaborou com o saneamento da cidade, ao impedir as freqüentes inundações. Em fevereiro de 1892 inaugurava-se o primeiro trecho do cais. Mas nesse mesmo ano a cidade sofreu uma grande mortandade, com a epidemia de febre amarela e de varíola (mais de 2.500 mortes).

Tomaram-se outras medidas para sanear a cidade. Foram contratados médicos e engenheiros, grande parte deles vindos do Rio de Janeiro. Ampliaram-se os serviços de esgoto, e fez-se a canalização dos inúmeros ribeiros que atravessavam a cidade.

A Comissão Sanitária aumentava sua ação no serviço de desinfecção dos navios que fundeavam no porto e das residências infectadas pela febre amarela e varíola. Empreendeu demolições de cortiços no atual centro velho, palco das grandes atividades comerciais – ruas Marquês de Herval, São Bento, Gal. Câmara, Amador Bueno, Rosário, Martim Afonso e Xavier da Silveira –, como também no Morro do Fontana, atrás da Santa Casa e no Quilombo do Jabaquara. Expurgavam-se as zonas de cortiço e cocheiras, demolindo, removendo a população pobre do centro urbano, já que a elite econômica, com a construção do porto iniciara a sua caminhada em direção à Barra (atual praia). O perímetro urbano alargava-se: os limites primeiro atingiam a rua Otaviana, o aristocrático bairro da Vila Nova. Ao mesmo tempo surgia o bairro de Vila Mathias e a cidade crescia ao longo da avenida Ana Costa, que terminava no Ponto do Gonzaga, na barra, local de convescotes dominicais. A Vila Macuco se urbanizava paralelamente à construção do porto (que em 1903 alcançou essa região, nos outeirinhos), tornando-se o bairro dos operários.

Promovia-se a melhoria do sistema de esgotos e águas e abriam-se ruas calçetadas de paralelepípedos. As duas grandes avenidas, Conselheiro Nébias e Ana Costa, foram macadamizadas. Em 1899 já se notava um enfraquecimento das epidemias graças aos esforços das autoridades sanitárias, com o reforço de medidas de vigilância sanitária.

Muitos comissários e corretores de café não moravam na cidade e sim em São Paulo. Vinham esses comerciantes diariamente a Santos, pela manhã, e retornavam à tarde. Os que aqui viviam, em épocas de epidemias transpor-

tavam-se para São Paulo. Quando a mortandade era muito grande, arregimentavam-se trabalhadores braçais do interior de São Paulo.

As longas distâncias eram cobertas muitas vezes a cavalo. Aos poucos foram surgindo os bondes, primeiro puxados a burro, depois substituídos – ao iniciar o novo século 20 – pela tração elétrica. Em 1911 vieram a luz elétrica e os cabos telefônicos subterrâneos.

O saneamento iniciou as obras dos canais de drenagem, tão característicos de Santos, em 1903. O canal 1 seria inaugurado em 1907.

Diante desse quadro paradoxal – modernização, oportunidades de trabalho, mas também perigo de morte – coloca-se a questão: o desejo de enriquecer, de melhorar de vida cegava os imigrantes para a questão das epidemias? É, portanto, o momento de nos acercarmos do objetivo inicial deste texto: analisar alguns levantamentos de negociantes lusos na cidade de Santos.

Havia três grandes instituições (no período que estudamos) ligadas ao comércio.

A Associação Comercial de Santos (fundada em 1870) nos primeiros tempos abrigava o alto comércio, as firmas relacionadas principalmente ao café: comissários de café e importadores – setores em que se nota a presença de lusitanos –, exportadores e instituições bancárias. O alto comércio exportador era formado por firmas alemãs, inglesas, francesas e americanas. Havia poucas nacionais: Prado Chaves; Franco de Lacerda; Freitas & Lima Nogueira.

A Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio, fundada em 1879, envolvia caixeiros, comerciários e comerciantes de menor monta em atividades assistenciais.

Em outubro de 1902 instala-se o Centro Comercial e Industrial, com o fim de concorrer para o desenvolvimento e defesa dos interesses dos comerciantes e industriais da praça de Santos. Tem pouca duração, pois encerra suas atividades em 1904.<sup>8</sup>

Elencam-se, a seguir, portugueses de destaque no mundo econômico localizados na pesquisa:

- José Carneiro de Sousa Bastos,<sup>9</sup> nascido em 1825 em Cabeceiras de Bastos, perto da cidade de Braga, Província do Minho (filho de Manuel

---

8 PEREIRA, Maria Aparecida Franco, 1980, p. 65.

9 Cf. Costa e Silva Sobrinho em *A Tribuna*, 25 dez. 1966.

José Carneiro e de Joaquina Rosa de Sousa). Veio para o Brasil com a idade de 15 anos (1840), para a província de São Paulo. Conseguiu “juntar pecúlio que transforma pouco a pouco em bens de raiz”. Possuía em Santos, no largo do Chafariz (atual praça Mauá) juntamente com um sócio o Hotel Paulista, de certo porte, onde se hospedavam principalmente “os patrícios chegados do Reino”. Faleceu em 1875, quando residia em uma chácara no Boqueirão da Barra.

- José Azurém Costa era abastado negociante português que fez parte da primeira diretoria da Associação Comercial de Santos, em 1870. Existe firma comissária de café, em 1892, denominada Azurém Costa & C (Artur e Azurém Costa Jr.).
- Antonio Pereira Carvalho (1860-1916).<sup>10</sup> Nasceu em Portugal em Vila Nova de Cerveira, aos 14 de março de 1860. Com 15 anos (em 1875) embarcou para Santos, onde se empregou na São Paulo Railway. Ao conseguir reunir algumas economias, vai trabalhar por conta própria. Adquire uma carroça puxada a animal, e explora uma pedreira que aluga. Como canteiro,<sup>11</sup> efetua contrato com a companhia férrea para o fornecimento de pedras. Em breve passa também a atender a Cia. Doca, na construção do cais e para todas as construções civis. À medida que o fornecimento de pedras crescia, precisou expandir o número de carroças para o transporte. Comprou o acervo da antiga Companhia Santista de Transporte, composto de carroças para a condução do café. E tornou-se o “Rei dos carroceiros”, importante numa localidade como Santos, também conhecida como “cidade das carroças”.

Os carroceiros, no dizer de André Rosenberg (p.259), eram “um dos personagens mais visíveis da paisagem urbana santista”.

Em 1890 (portanto com 30 anos apenas), já com elevada fortuna, Carvalho tornou-se um dos mais fortes capitalistas do estado de São Paulo. Ini-

---

10 Entre os grandes negociantes portugueses que fizeram fortuna em Santos, esta pesquisa encontrou maiores informações sobre Antonio Pereira Carvalho. Cf. *A colônia portuguesa no Brasil*, p.247-51, e *São Paulo Moderno*.

11 “Cantaria”: pedra rija para edifícios principalmente para cantos ou ângulos; “canteiro”: mecânico que lavra pedra de cantaria. Cf. MORAES, Dicionário de Língua Portuguesa, 1877. p. 326, v. 1.

ciava a atividade de construtor por conta própria. Grande proprietário, adquiriu todas as propriedades da rua Visconde de São Leopoldo, no centro comercial, e do Chico de Paula (entrada da cidade).

Contribuiu, como outros capitalistas, para a urbanização de Santos, com construções de beleza arquitetônica, “que mereciam prêmio”, mas também com o calçamento de ruas (a preços módicos). Nas épocas de crise do café, quando diminuía o trânsito de carroças, colocava seus operários condutores a trabalhar para a Câmara no calçamento das ruas.

Como era comum na época entre as pessoas de destaque, Carvalho fez vários donativos em dinheiro e roupas a sociedades filantrópicas como a Santa Casa de Misericórdia e o Asilo dos Órfãos, importante instituição de abrigo e formação de crianças, organizada por ocasião de uma grande epidemia em 1889.

Entidades portuguesas de Santos tiveram sua ajuda: ao Real Centro Português ofereceu mobília e decoração do salão nobre, e a Sociedade Portuguesa de Beneficência foi bem aquinhoada com seus “relevantes serviços e donativos” (1890?). Em Vila Nova de Cerveira, sua terra natal, estabelecimentos pios foram aquinhoados, inclusive no auxílio para a construção de hospitais.

Recebeu a visita do embaixador de Portugal no Brasil (dr. Bernardino Machado) como reconhecimento pela sua atuação filantrópica “com os patrícios que aqui residiam, protetor e amigo, além do velho Portugal” (p.250).

Já no fim de sua vida (havia transferido residência para a av. Paulista, na capital), funda em 1º de outubro de 1915 uma grande firma comercial com seu filho Joaquim Pereira de Carvalho (nascido em Santos em 1892) e outro sócio, ex-auxiliar seu: Carvalho & Faria (p.234-6), com sede e depósitos (inúmeros armazéns) em Santos. Trata-se de uma Comissária de café, relacionando-se com muitos fazendeiros, mas negocia outros produtos, como aguardente. Negociando materiais de construção, representou grandes empresas do ramo em São Paulo. A firma também se dedicava à lavoura (cana-de-açúcar, mamona, feijão e milho) e à criação de gado (suíno e bovino). Os seus negócios bancários eram executados principalmente com o Banco Ultramarino.

- Manoel Lourenço da Rocha nasceu no Porto em 1817 e veio para Santos onde se empregou no comércio. Tornou-se proprietário de um armazém de secos e molhados e próspero comerciante, durante dez anos

(1872-1882), com sua firma comissária de café.<sup>12</sup> Participou da direção da Beneficência Portuguesa. Foram mais de 50 anos dedicados ao comércio. Faleceu em 1886.

- Francisco Bento de Carvalho foi grande importador. Sua firma é de importação de secos e molhados por atacado e foi fundada em 1901, em sociedade com José Bento de Carvalho (Bento de Carvalho & Cia.). Opera também como comissária de café, mas sua principal atividade é a importação e venda por atacado e a varejo de secos e molhados, especialmente vinhos finíssimos do Porto, da Madeira, de Bordeaux, Bourgogne e Collares, conservas alimentícias, chás e biscoitos. Transaciona com vários bancos, mas é correspondente do Banco Comercial do Povo.<sup>13</sup> Recebeu por ocasião de seu falecimento uma homenagem póstuma de João Luso, cronista carioca, em 1944:<sup>14</sup> “Francisco Bento de Carvalho se igualaria a incontáveis homens de boa vontade e bom coração sem os quais se não compreenderia no Brasil a colônia portuguesa”. No seu escritório da rua Quinze de Novembro, “B de C. sem alienar a autoridade de chefe da firma dava audiência a qualquer hora aos que necessitassem das suas luzes, do auxílio da sua bolsa, da garantia do seu nome, da solidariedade de seus sentimentos. A esta ocupação guiadora e tutelar parecia entregar-se por mais tempo e com mais afinco do que ao seu comércio”.
- Joaquim Pedro dos Santos funda uma firma de importação com a razão social de Pedro dos Santos & Cia. (João da Silva Monteiro é seu sócio). Nasceu no distrito de Coimbra em 1868, e com apenas 17 anos veio para São Paulo (1885). No ano seguinte empregou-se em Santos e dois anos depois (1888) funda a sua empresa, com filial em São Paulo, que vende ferragens, tintas, louças, metais, cristais e outros artigos importados dos Estados Unidos e da Europa. Para tanto instala armazéns na rua Quinze de Novembro 42 a 46, e é correspondente do Banco Aliança do Porto (*São Paulo Moderno*, p. 243).

---

12 PEREIRA, Maria Aparecida Franco, 1980, p. 121.

13 *São Paulo Moderno*, 1919, p. 187.

14 LUSO, João. Dominicais. *Jornal do Comércio*, crônica transcrita em *Flama*, ago. 1944, p. 40-2.

- Os sócios de Lourenço Martins & C. são José J. Caseiro Lourenço Martins e José Dias Cardoso, dois portugueses com casa atacadista de importação e exportação, na praça da República n.º 21, em Santos (São Paulo Moderno, p.192).
- João Antunes dos Santos foi um rico comerciante português de Lousã que veio para o Brasil com 28 anos, em 1883. Inicialmente com açougue (1887, na rua Marquês de Herval, n.º 2, no centro de Santos), desenvolve o comércio de carne verde com matadouro na Alemoa. Tinha carroça onde transportava seu produto. Vai tornar-se um dos grandes proprietários de terra e prédios, na região da Alemoa e do Matadouro Municipal, bem como no centro de Santos.

Em forma de considerações finais, podemos observar que há algumas coordenadas semelhantes entre vários portugueses bem situados economicamente, após um período de vida por esta terra santista: alguns vêm jovens, tornam-se assalariados, guardam economias e depois de algum tempo têm o seu negócio próprio e enriquecem. Fazem benemerência, participam das associações portuguesas.

Porém, são conclusões pontuais, pois, como dissemos no início, haveria necessidade de aprofundamento de dados sobre a vida do emigrante antes da sua saída de Portugal. Haveria algum pecúlio inicial? Qual a ajuda que encontraram na cidade, além dessa tenacidade e vontade de vencer? Por que outros que também tinham condições pessoais não tiveram sucesso? O redator de *São Paulo Moderno* faz sua análise sobre a ação dos portugueses que desenvolveram com brilhantismo vários ramos de atividade nas terras santistas: “Em sua essência elementos pobres de recursos financeiros, ricos de energias e dotados de extraordinárias faculdades para o trabalho e de assimilação rápida”, pois passam da condição de assalariado para o trabalho por conta própria.



# NA CIDADE DE SÃO PAULO EM MEADOS DO SÉCULO 19

Sênia Bastos  
Universidade Anhembi-Morumbi

*...o imigrante pode ser esquecido como tal pela sociedade de-emigração mais facilmente e antes mesmo que tenha deixado de ser chamado com o nome de imigrante.*

Abdelmalek Sayad<sup>1</sup>

Embora a historiografia aponte a preferência dos portugueses pela cidade do Rio de Janeiro,<sup>2</sup> este estudo analisa os portugueses na cidade de São Paulo em meados do século 19, principalmente os que se dedicaram às atividades de caixeiro e negociante.

As fontes analisadas resultam da efetivação da legislação, quer municipal quer estadual, mais especificamente as declarações de imigrantes, as cartas de naturalização, os pedidos de alvarás e licenças, as listas de proprietários de negócios, correspondências e dados censitários custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz e pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.<sup>3</sup>

---

1 SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 14.

2 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001; MENEZES, Lená Medeiros de. Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, história de fracassos. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.

3 Fontes: Cartas de naturalização. Manuscritos, ordem 248, 1833-1874, ordem 868, 1886-1889; Declaração de estrangeiros. Manuscritos, ordem 252, 1833; Registro de

Resultante de leis que têm por objetivo, dentre outros, a normatização e controle da sociedade oitocentista, séries documentais são interrompidas em virtude de novas leis, que determinam outras modalidades de registro, como destaca Silva (1990) ao abordar a diversidade e variedade das fontes brasileiras. Tais dificuldades são acrescidas da precariedade do estado de conservação e de restrições de acesso aos documentos (em muitos casos, decorrentes da ausência de estudos sobre o teor dos documentos reunidos nos fundos documentais e, conseqüentemente, da divulgação da informação) etc.

Dados censitários são fundamentais para o estudo. Embora apresentem falhas e imprecisões, permitem um mapeamento dos portugueses no Brasil e, mais especificamente, na então província de São Paulo. Ressalte-se, todavia, que os primeiros dados censitários oficiais que contemplam dados sobre imigração para o Brasil datam de 1872. Há que se considerar ainda que, pelo fato de dominarem o idioma, os portugueses nem sempre foram considerados estrangeiros, não sendo incorporados à documentação com essa especificidade, visto que nesse período define-se como estrangeiras “todas as pessoas que viviam no Brasil e não falavam português”. Outro dado a complicar os estudos “foi o fato de não se considerarem até muito recentemente os portugueses como imigrantes e ainda a prática de classificar grupos minoritários como ‘outros’ ou ‘outras nacionalidades’”.<sup>4</sup>

Acrescente-se o fato de que muitos entravam de forma clandestina e furtavam-se aos controles oficiais.<sup>5</sup> Leite (2001) aponta as situações de endivi-

---

estrangeiros da cidade de São Paulo: declaração de nacionalidade, religião e estado civil. Coleção de documentos manuscritos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo com registros de 1833 a 1858; Papéis Avulsos. Coleção de documentos manuscritos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, 1866. v. 1.

4 SILVA, Hernán Asdrúbal. Introducción General. In: *Inmigración y estadísticas en el Cono Sur de América: Argentina, Brasil, Chile e Uruguay*. Serie Inmigración. Organización de los Estados Americanos. Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1990. p. 90. v. VI.

5 LOBO, 2001; RODRIGUES, Henrique. Emigração de Viana do Castelo para o Brasil no século 19 com a emissão de passaporte. In: MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando. *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006; RIBEIRO, Gladys Sabina. Perfil do imigrante português nos códigos de legitimação e apresentação de passaportes na polícia – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. In: MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando. *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

damento dos lusos com os comandantes das embarcações para conseguir a passagem para o Brasil, em virtude da opção repentina pela emigração: “sem tempo nem condições para obterem garantias de viagem e acolhimento, entregando-se nas mãos de comandantes das embarcações. Ao ter sua dívida negociada pelo novo patrão, reduzia-se o poder de decisão sobre o destino a ser adotado no novo país, evadindo-se ao controle e à apresentação de documentos”.

No que se refere à historiografia sobre imigração portuguesa, Lobo (2001, p. 11) destaca a concentração de estudos relativos à “época dos descobrimentos, da colonização e da independência, quanto o português desempenhava o papel hegemônico no Brasil, provendo os quadros intelectuais, administrativos, religiosos e militares, quase monopolizando a propriedade da terra, controlando o comércio e o artesanato”.

Ao tratar do Rio de Janeiro, Menezes (2000, p.164) afirma que o estudo da imigração portuguesa “significa também, mergulhar em um espaço privilegiado: o do comércio, destino mitificado para todos aqueles que acalentavam sonhos de promoção social além-mar”.

A atuação de portugueses no comércio tem sido apontada em pesquisas que analisam os passaportes<sup>6</sup> ou os códices cariocas.<sup>7</sup>

Estudos sobre a cidade de São Paulo durante o século 19, que têm privilegiado inventários e testamentos de seus moradores, evidenciam a atuação de portugueses no comércio,<sup>8</sup> todavia, não se localizam estudos específicos sobre portugueses na capital paulista oitocentista.

A partir da década de 1850 observa-se que o incentivo ao ingresso de portugueses no Brasil decorre do interesse de introduzir no Brasil mão-de-obra li-

---

6 RODRIGUES, 2006; ver também FERRARIA, Maria José. A emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1880-1882): preliminares de um estudo. In: MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando. *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiiraquitã, 2006.

7 RIBEIRO (2006, p. 58) sugere que o Códice constitui “uma espécie de ‘censo’ forçado para os que chegavam oficialmente ou para os que se viam obrigados pelas circunstâncias a se apresentarem às autoridades [Polícia]”. Infere-se uma estreita aproximação do Códice ao livro de declaração de imigrante, quer pelos campos existentes, quer pela finalidade.

8 ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006; OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e a experiência da urbanização*. São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

vre, de forma a substituir a escrava.<sup>9</sup> Ao que Ribeiro (2006, p.77) sugere estreita semelhança na faixa etária dos desembarcados de origem portuguesa e africana: “desembarcavam meninos, adolescentes ou jovens adultos no Rio de Janeiro”.

## METODOLOGIA DA PESQUISA

Os dados relativos aos portugueses presentes nas fontes analisadas foram reunidos em um banco de dados (Access) de forma a contemplar: origem, data de chegada ao Brasil e de transferência à cidade de São Paulo, data de naturalização, profissão ou atividade exercida e endereço. Eventuais informações declaradas foram incorporadas, por meio do detalhamento de bens pessoais ou profissionais, estado conjugal e religiosidade.

Tais fontes foram agrupadas em três grupos. Os dois primeiros destinam-se a identificar os portugueses que residiam na cidade de São Paulo; dessa forma foram analisadas as declarações de estrangeiros: 34 registros referentes ao período 1833-1870,<sup>10</sup> acrescidos de 470 registros relativos ao período 1842-1855.<sup>11</sup> O segundo grupo de documentação apresenta natureza próxima ao primeiro; trata-se dos livros de naturalização de imigrantes que possibilitaram identificar 242 registros referentes ao período 1883-1887<sup>12</sup> e 27 regis-

---

9 LOBO, 2001; WITTER, José Sebastião. O imigrante na sociedade brasileira. *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo: Museu Paulista, n. 3-4, 1994/1995.

10 Destacam-se imigrantes provenientes da Alemanha (6), Açores (1), Ilha da Madeira (2), Portugal (16), França (2), Itália (1), Inglaterra (2) e Prússia (4).

11 O registro de estrangeiros contempla a data do registro, nome, nacionalidade, idade, estado civil, biótipo, ocupação, endereço, data da chegada a São Paulo, data da chegada ao Brasil, nome da embarcação, tempo de permanência na cidade, proveniência, dados relativos à família, idade com que imigrou e alfabetização. No período 1842-1855, contempla 124 folhas preenchidas, com 470 registros de imigrantes provenientes da Alemanha (74), Açores (31), Amsterdã (2), Argentina (3), Bélgica (3), Cabo da Boa Esperança (1), Dinamarca (3), Escócia (1), Espanha (10), Estados Unidos (2), França (47), Holanda (1), Hungria (1), Ilha da Madeira (5), Inglaterra (8), Irlanda (1), Itália (4), Prússia (50), Portugal (221), Suíça (1) e Uruguai (1).

12 A declaração de estrangeiro contempla data do registro, nome, nacionalidade, religião, idade, estado civil, profissão, identificação de filhos, data da carta. O livro referente ao período 1883-1887 reúne 242 registros e permite identificar os principais

tros correspondentes ao período 1886-1887.<sup>13</sup> Mediante a identificação dos portugueses, o terceiro grupo de documentos corresponde ao livro de alvarás e licenças de funcionamento,<sup>14</sup> que contempla 874 registros relativos ao período 1873-1878, bem como a uma lista de proprietários de negócios relativa a 1866,<sup>15</sup> que totaliza 803 registros.

A sistematização dessas informações permitiu acompanhar a trajetória pessoal dos imigrantes, por meio de cruzamentos de dados, de forma a reconstruir as atividades econômicas e a perceber os diferentes papéis desempenhados na sociedade paulistana de meados do século 19.

Há que se destacar, todavia, o cuidado relativo à inferência de sucesso econômico advinda da constatação da presença de portugueses nas listas de pagamentos de impostos para o exercício de profissão e de alvarás de funcionamento de estabelecimentos comerciais. Para precisar o percurso econômico associado à *performance* econômica dos lusos na cidade, tais dados devem ser cotejados aos respectivos inventários.

Nos 89 inventários analisados por Oliveira (2005, p.216) foram identificados 49 negociantes, dos quais vinte provenientes de Portugal: “o comércio da cidade de São Paulo mostrava-se fortemente marcado pela presença de estrangeiros, sobretudo portugueses ... Abrir um negócio era uma via de inserção para os recém-chegados à cidade, sobretudo aqueles que possuíam um ofício”.

## A CIDADE DE SÃO PAULO

Witter (1994/1995) destaca a correlação entre a manumissão gradativa dos escravos e a política imigratória de introdução de mão-de-obra livre no

---

grupos étnicos presentes na cidade: africano (1), alemão (62), argentino (1), austríaco (9), belga (1), dinamarquês (1), espanhol (3), francês (4), inglês (6), italiano (58), grego (1), norte-americano (2), português (88), prussiano (1) e suíço (5).

13 O livro contempla os mesmos campos do anterior e observam-se registros de imigrantes provenientes da Alemanha (6), Áustria (1), Grécia (1), Itália (6), Portugal (9) e Suíça (4).

14 Cada registro contempla data, nome, profissão/indústria e endereço.

15 A relação contempla dados relativos a freguesia, endereço, tipo de negócio e nome.

país, acarretando modificações na sociedade e na vida urbana. Ao tratar a cidade do Rio de Janeiro, Ribeiro (2006) aponta a intensa convivência e disputa por postos de trabalho entre imigrantes portugueses, africanos livres, escravos e libertos, na luta pela sobrevivência cotidiana.

Com 31.385 moradores, dos quais 1.859 imigrantes,<sup>16</sup> a cidade de São Paulo em 1872 apresentava grande parte de sua população concentrada nas atividades de manufaturas e de serviços, verificando-se a redução da importância da produção agrícola.

Os recenseamentos e inventários apresentam os moradores do núcleo central exercendo várias atividades, tais como: funcionários públicos com loja, dono de estalagem com loja e pasto, militar com comércio de mulas, agricultor com criação e oficina de ferragem. Os mais ricos intermediavam os negócios do Rio Grande do Sul com os do Rio de Janeiro, e os mais pobres ocupavam-se de parte desse empreendimento (Araújo, 2006, p.47).

Os documentos analisados contemplam 773 imigrantes na cidade de São Paulo. Desse universo foram identificados 334 portugueses, 32 açorianos e sete imigrantes oriundos da Ilha da Madeira relativos ao período 1833-1887.

Os registros apontam que a maioria desembarcara no Rio de Janeiro (152) estando o litoral paulista (57) em segundo lugar. Destaca-se que os dados permitem inferir um movimento interno, quer na província de São Paulo (8) quer em outras províncias, das quais se destacam Minas Gerais (4), Rio Grande do Sul (1) e Santa Catarina (1). Identifica-se o tempo que o imigrante levou até deslocar-se para a cidade: 31 se dirigiram a São Paulo assim que chegaram ao país, e 62 levaram até cinco anos para se estabelecer nesta capital.

Lobo (2001, p.21) destaca a preferência urbana dos lusos: nas cidades poderiam realizar atividades artesanais, manufatureiras e industriais, visto que já se encontravam semiproletarizados.

Uma parcela dos imigrantes era composta de artesãos, de caixeiros e de operários já desligados do campo. Os profissionais liberais e artistas representavam proporção ínfima do total. Geralmente o emigrante, adulto, do sexo masculino, partia individualmente com objetivo de enriquecer rápido e voltar

---

16 Em 1886, o número de imigrantes salta para 11.007, enquanto o censo de 1890 aponta um total de 64.934 habitantes na cidade (QUEIROZ, Suely Robles Reis. *São Paulo*. Madrid: Mapfre, 1992. p. 173; ARAÚJO, 2006, p. 44).

para a família e a aldeia e reconquistar um torrão do solo natal. O emigrante português não era subsidiado e por isso não trazia família, ao passo que o subsidiado costumava trazê-la.

Encontram-se destacadas na documentação atividades relativas ao ofício de alfaiate (1), barbeiro (1), jardineiro (2), caldeireiro (1), carpinteiro (5), chapeleiro (3), charuteiro (4), cirurgião (1), colono (3), comerciante (13), criado (10), estudante (2), fabricante de tecidos (1), feitor (2), ferreiro (1), funileiro (1), lavrador (11), médico (1), modista (1), negociante (17), padeiro (2), pedreiro (3), pianista (1), pintor (1), professor (4), relojoeiro, sacerdote (2), sapateiro (2), seleiro (2), sem ofício (2), seringueiro (1), tamanqueiro (3), trabalhador (2) e tipógrafo (2). Lourenço (1978) e Araújo (2006) concordam com a tendência de crescimento e diversificação das atividades profissionais na cidade na primeira metade do século 19, a qual é ilustrada por essa gama de ocupações declaradas pelos lusos.

Menezes (2000, p.164) enfatiza o caráter urbano da imigração portuguesa, com especial destaque para atividades relacionadas ao comércio, principalmente no que se refere ao caixeiro e ao negociante: “figuras emblemáticas que se fizeram presentes no espaço urbano ao longo de todo o processo de urbanização”.

Nos registros de estrangeiros referentes ao período 1842-1855, dos 148 caixeiros presentes destacam-se três alemães, um inglês, dois prussianos, um proveniente da Ilha da Madeira, dez dos Açores e 131 portugueses, os quais residem, principalmente, nas ruas do Triângulo Histórico.<sup>17</sup>

---

17 O Triângulo Histórico é formado pelas atuais ruas São Bento, Direita e Quinze de Novembro.

TABELA 1 – Endereço declarado por ocasião do registro de estrangeiros na cidade de São Paulo.

Endereço	Total	%
Bexiga	3	2
Casinhas	6	4
Comércio	25	17
Direita	30	21
Outras	17	11
Pátio da Sé	3	2
Quitanda	21	14
Região do Piques	9	6
Rosário	28	19
São Bento	6	4

Predominantemente solteiros<sup>18</sup> (142 em um universo de 148 caixeiros) e jovens, a faixa etária dos caixeiros girava em torno de vinte anos.<sup>19</sup> Embora se apresente de forma constante, o ingresso de lusos objetivando dedicar-se à atividade de caixeiro se destaca nos anos de 1845, 1846, 1851, 1852 e 1853. Nota-se, no entanto, que tais períodos não representam movimento expressivo de ingresso de portugueses no Brasil, o que permite inferir que constitui reposicionamento no território nacional.

Evaristo de Carvalho Vasques de Mesquita, Luiz Antonio de Moraes, João Jose Duarte Monteiro, Manoel Maria Torenar, João Jose Moreira e José Ribeiro da Costa vieram como caixeiros, mas por ocasião do registro desempenhavam novas atividades, a saber, respectivamente, tipógrafo, negociante, lavrador, funileiro e os dois últimos, comerciantes. Antonio Teixeira de Carvalho, também caixeiro inicialmente, por sua vez, em 1866, declarou-se proprietário de uma casa de comissões na rua Direita e de uma casa de secos e molhados na rua do Arouche.

- Aurelio Joaquim de Souza Fernandes, também proprietário de uma casa de comissões na Rua do Comércio em 1866, chegara à cidade em

---

18 Foram identificados 142 solteiros e quatro casados, e dois nada declararam.

19 Essa semelhança também é apontada para a cidade do Rio de Janeiro por MENEZES (2000), LOBO (2001) e RIBEIRO (2006).

1840 e já se localizava nesse mesmo endereço em 1851, com casa de negócios.

- Antonio Francisco Troviscal migrou como caixeiro com 21 anos, solteiro, estabelecendo-se na rua do Comércio 32; ao requerer sua naturalização em 1887, com 56 anos, encontrava-se casado. Proprietários de negócios de secos e molhados em 1866, Jose Antonio Dias Teixeira requereu sua naturalização em 1870, e Francisco Pires, em 1887.
- Miguel Antonio Chaves, Jose Antonio Dias Teixeira, Joaquim Jose Coimbra, João Jose Rodrigues, Joaquim de Souza e Silva, Francisco Pinto Silveiras, Francisco Pires, Felix de Alceo Pereira Coutinho, Antonio dos Santos Azevedo tinham em comum a propriedade de um negócio de secos e molhados em 1866.
- Hilario Pereira Magro detinha uma hospedaria na rua do Carmo e bilhares no Pátio do Colégio em 1866, embora tenha se estabelecido inicialmente como criado em 1853, na rua São José, 39.
- Joaquim Jose de Souza Bastos, Jose Joaquim da Cruz e Joaquim Moreira d'Almeida eram proprietários de lojas de fazendas, sendo que os dois primeiros declararam-se caixeiros logo que se estabeleceram na cidade, e o último, comerciante.
- Manoel Francisco da Silveira, estabelecido com uma cocheira em 1866, chegou à cidade como estudante em 1852, com 20 anos.

Apesar de muitos fracassos, histórias de sucesso permaneciam sendo contadas e recontadas em pequenas aldeias e cidades do interior. Afinal, casos exemplares, ao trazerem o mito à terra, reinventando-o, incentivavam novos fluxos, dando corpo a toda a história da imigração. Graças ao exemplo dado por determinados indivíduos, o imaginário encontrava campo para florescer, legitimando o processo de busca da fortuna no outro lado do Atlântico (ME-NEZES, 2000, p. 175).

O cruzamento dos registros permite inferir a mobilidade social ascendente que muitos vivenciaram, atraindo novos imigrantes para a cidade. Todavia, constituir-se proprietário de um negócio era empreitada movediça, visto que a melhor modalidade de investimento desse período, segundo Oliveira (2005), era a diversificação de atividades e a aquisição de bens de raiz.

Neste estudo foi possível acompanhar a trajetória de 34 portugueses, dos quais quatro naturalizaram-se brasileiros: Antonio Francisco Troviscal (53 anos), Francisco Pires, Jose Antonio Dias Teixeira e Jose da Costa Ribeiro (54 anos). Cabe aprofundar a análise dos seus percursos por meio da incorporação dos inventários, de forma a perceber se houve a consolidação da mobilidade ascendente que a documentação sugere.

# A PRESENÇA PORTUGUESA NO COMÉRCIO EM SANTOS

*Maria Suzel Gil Frutuoso*  
Unisantos

Santos, em fins do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, é uma cidade que possui belos edifícios coloniais, marcos da colonização portuguesa. Muitos deles preservados até os dias de hoje. Também prédios modernos, lojas sofisticadas e escritórios, pequenas e médias indústrias, monumentos, praças, jardins e atividade portuária intensa marcam a sua paisagem.

Há trânsito, ruído, movimento e vida. Há habitações elegantes e confortáveis que pertencem a santistas, paulistas e paulistanos representantes da elite. Há casas de pequenos, médios e grandes comerciantes estrangeiros e de trabalhadores. Há contrastes, mas a cidade fervilha de atividade com uma multidão heterogênea formada pelos da terra e por pessoas oriundas de outras cidades e outros estados e por uma gama de imigrantes.

Mas, essa fisionomia da cidade só foi possível graças ao projeto de saneamento de Saturnino de Brito, que favoreceu sua expansão e embelezamento.

Santos deve sua riqueza ao seu porto exportador de café mas também às atividades de importação de mercadorias que por ali passavam. É o porto, com seu grande movimento, que atrai tanta gente para a região. É uma cidade progressista, um dos centros comerciais mais importantes do país.

A Colônia Portuguesa se destacou, integrada na vida santista, dando-lhe sua contribuição ao desenvolvimento da cidade. Sua atuação abrange todos os ofícios: trabalhadores no porto e nos serviços urbanos, comerciários, artesãos, proprietários, negociantes, industriais e comerciantes, prestadores de

serviços, agentes financeiros e de entretenimento, para citar apenas algumas das atividades desenvolvidas pelos portugueses.

Dados obtidos no *Boletim de Emigração*,<sup>1</sup> enviados pelo Consulado Português em Santos e relativos ao ano de 1927, informam que os inscritos eram 2.333 cidadãos portugueses. Desses, 1.612 eram trabalhadores, sem especificar no que trabalhavam. Há um número expressivo de atividades urbanas exercidas por lusos. Contam-se, por exemplo, 96 empregados no comércio, 58 comerciantes e cinco negociantes (159 pessoas relacionadas a atividades comerciais).

Como sempre, há disparidades nas fontes estatísticas. O *Álbum da Colônia Portuguesa* cita 45.720 portugueses residentes em Santos no ano de 1928, mas inscritos no Consulado são 33.969. O Censo de 1920 apresenta 21.014<sup>2</sup> e o de 1940 indica 22.157<sup>3</sup> lusos em Santos. De qualquer forma, é um número expressivo de portugueses aí radicados, sendo a corrente imigratória mais volumosa, fazendo de Santos até meados do século 20 uma cidade portuguesa.

Com o aumento da população a cidade e o comércio entram numa fase de expansão já no início do século 20, um processo que se aceleraria nas décadas seguintes. Há estabelecimentos de tudo, dos mais simples aos mais sofisticados.

Os portugueses, assim como outros, aproveitaram-se da expansão populacional, urbana e econômica da cidade para atuarem nesse mercado consumidor. As atividades por eles exercidas foram variadas, mas o comércio seduzia o português, e, em uma cidade comercial como Santos, muitos encontraram aí a atividade desejada. Pierre Denis,<sup>4</sup> referindo-se ao luso, diz: “Todas as profissões na cidade lhe convêm e ninguém lhas disputa. Se tem, como sucede frequentemente, aptidões para o comércio, faz-se lojista ou revendedor...”.

---

1 Ver: Boletim de Emigração. *Relatório do Cônsul de Portugal em Santos, 1925*. (Inspeção Geral dos Serviços de Emigração. Lisboa: Imprensa Nacional, 1926); Boletim de Emigração. *Relatório do Cônsul de Portugal em Santos, 1926*. (Ministério do Interior. Inspeção Geral dos Serviços de Emigração. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928).

2 DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICAS. Ministério das Relações Exteriores. *Recenseamento Geral do Brasil*. v. 3. 01 set. 1920.

3 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil*. 01 set. 1940. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948.

4 DENIS, Pierre. *O Brasil no século XX*. Lisboa: Ed. José Bastos e Cia., [s.d.], p. 18.

As atividades urbanas de fato atraem o português. Mesmo que por vezes seja oriundo do setor primário, a cidade lhe oferece outras perspectivas. Em 1925, o testemunho do cônsul luso em Santos revela essa preferência dos portugueses pelos serviços urbanos, “a contribuição anual da massa de emigrantes portugueses que a cidade de Santos recebe e acolhe em diferentes ramos de atividade, representa para Portugal, particularmente e comercialmente remessas calculadas em três a quatro milhões de escudos...”. Daí o interesse de vários bancos portugueses na instalação de filiais em Santos: o movimento comercial era grande e havia uma população portuguesa significativa na cidade, boa parte dela com algum ou muito pecúlio, o que lhe permitia enviar dinheiro a Portugal. Os imigrantes de outras nacionalidades também podiam fazer uso dos bancos portugueses com a mesma finalidade.

Portugal vê com bons olhos as atividades urbanas, uma vez que, graças a delas, tanto os ganhos quanto as remessas ao país de origem seriam maiores. No início do século 20 (1902-1903), o *Almanach-Anuário* informa que na praça de Santos havia 14 casas bancárias, sendo quatro bancos brasileiros, três ingleses, dois italianos, um francês, um alemão e três portugueses.<sup>5</sup>

## A ÁREA COMERCIAL

Com o aumento da população santista a expansão urbana se acelera e desenvolvem-se os ramos comerciais, industriais e de serviços. Amplia-se também o raio de atuação comercial, buscando outras ruas e regiões da cidade.

---

5 A Agência do Banco Comercial do Porto, localizada na rua Quinze de Novembro, 32, tinha como agentes em Santos Bento de Carvalho e Cia. Sacava sobre Portugal, Ilhas e Itália. A Agência do Banco do Minho localizava-se na Praça Mauá. Eram seus agentes Ferreira de Souza e Cia. Sacava sobre todas as cidades e vilas de Portugal e Espanha. A agência do Banco Aliança do Porto era Zerenner Boulow e Cia. Sacava sobre todas as praças européias. Estava situada no largo Marquês de Monte Alegre. Mais tarde foram sendo instalados outros bancos portugueses, como o Banco Português do Brasil (para todas as operações), à Quinze de Novembro, em Santos, com sede no Rio de Janeiro e sucursal em São Paulo. Outro banco fundado por um português de Santos foi o Banco Faro. (*Almanack-Anuário 1902-1903*. Santos: Diário de Santos, [s.d.], p. 28-34).

Não havia ruas específicas para este ou aquele tipo de comércio. As diversas atividades conviviam lado a lado, e até mesmo em ruas como a Quinze de Novembro, local dos grandes negócios ligados ao café, encontravam-se grandes e pequenos estabelecimentos comerciais, entre eles os de portugueses.

O comércio luso estendia-se principalmente, pelas ruas Quinze de Novembro, General Câmara, João Pessoa, Amador Bueno, Frei Gaspar, Visconde de São Leopoldo, do Rosário, praça Mauá, largo do Rosário (praça Rui Barbosa), São Francisco, Senador Feijó, Campos Sales e praça Iguatemy Martins. Essa praça na década de 1920 apresenta forte presença de lojas lusas. Localiza-se na região do Mercado, para onde se expandira a cidade, tornando-se uma área altamente valorizada, o que pode ser observado pela construção de belos edifícios com um ou dois andares, com estabelecimentos comerciais na parte térrea e residências na parte alta. A região hoje está bastante depreciada, porém, já apresenta alguma recuperação. Havia outras ruas com comércio, mas estas foram por muito tempo as vias comercialmente mais movimentadas da cidade e onde atuava a maior parte dos comerciantes portugueses.

Embora sem estatísticas confiáveis referentes ao número de estabelecimentos portugueses, sabemos que muitas firmas foram abertas no século 19 e no início do 20, e até meados desse século o comércio português em Santos marcava presença. Mesmo que o número de imigrantes portugueses tenha diminuído a partir da década de 1930 por força da lei, os lusos continuaram a chegar e mantiveram atividades de comércio, indústria e de serviços.

## PANORAMA SOBRE RAMOS COMERCIAIS

Contar a história do comércio é falar também de relações sociais. É contar a trajetória de uma das atividades mais antigas da humanidade. Ao relacionar diferentes atividades comerciais, pode-se observar a ebulição da cidade.

Não houve aqui uma preocupação em quantificar os estabelecimentos e os ramos comerciais lusitanos, mas demonstrar a diversidade do comércio português. Para isso, fez-se um recorte, elegendo-se alguns que pareceram significativos, com base, sobretudo, nos anúncios em revistas, álbuns da colônia portuguesa e almanaques-anuários.

## RAMOS COMERCIAIS

### À PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DA BANANA E AS FÁBRICAS DE DOCES DE BANANA

O porto era o centro dinâmico, e o café seu motor. Mas não foi apenas esse produto que o movimentou. Há outros, entre eles a banana, que, produzida na Baixada Santista, aparece em destaque nas estatísticas de exportação, enviada de Santos para o sul com destino à Argentina, ao Uruguai, à Europa e à América do Norte.

O *Álbum da Colônia Portuguesa* (1929, p.406) informa que o segundo maior plantador e exportador de bananas era um português, possivelmente Adriano Dias Santos, proprietário de várias fazendas de gado holandês junto à ferrovia Santos-Juquiá. Era também agricultor, com extensos bananais na região. Seu escritório ficava na rua República de Portugal, em Santos. Talvez fosse ele o “príncipe das bananas”, uma vez que a “rainha” era Áurea Conde.

Esse foi um dos ramos de negócios que despertou interesse luso, pois há registro de portugueses proprietários de bananais em vários municípios da Baixada Santista. Tanto o solo quanto o clima eram propícios ao desenvolvimento da bananicultura. A proximidade das fazendas e sítios com a ferrovia e com o porto de Santos favorecia essa atividade, fazendo dela um negócio muito rentável.

Uma vez que a banana era exportada pelo porto de Santos, era natural que aí surgissem fábricas de transformação da fruta. Esses doces eram muito apreciados pela população local e por turistas. Fabricavam-se bananadas, bananas-passas, bananadas cristalizadas e balas de banana, e a produção era vendida por atacado e no varejo. Esse ramo contou também com a participação de lusos, responsáveis pelas fábricas *A Leoneza* e *Elite*, por exemplo.

### AS FIRMAS IMPORTADORAS

Na década de 1920 havia firmas importadoras que abasteciam a cidade com produtos lusos e de outras procedências. Parte dessas importações seguia

para São Paulo e o interior paulista, e algumas empresas pertenciam a portugueses, a exemplo da Bento de Souza e Cia., C. Costa e Cia., Souza Santos e Cia., Luiz França dos Santos e Cia. Outras surgiram ao longo do tempo.

O maior volume de importados consistia em gêneros alimentícios, em especial vinhos, conservas e frutas. Segundo o relatório apresentado pelo dr. René Bechors, secretário-geral da Associação da Imprensa Médica Belga em Bruxelas, publicado no *Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo*,<sup>6</sup> o vinho é considerado um alimento importante que possui qualidades terapêuticas, desde que não ingerido em excesso. O artigo gaba e incentiva o consumo de vinho, considerando-o um tônico estimulante e diurético, além de possuir poder bactericida e vitamina B; mais alcoolizado, favorecia a cura do artritismo. Essa louvação ao vinho facilitava evidentemente as vendas.<sup>7</sup>

A modalidade mais apreciada, no entanto, era o comércio varejista, e os armazéns de secos e molhados são associados ao imigrante português. Os produtos alimentícios importados eram considerados “requintados” ou “exóticos” pelos nacionais. Além dos imigrantes, seus filhos e netos também aprenderam a consumi-los na culinária preparada por suas mães e avós, como um aspecto próprio de sua cultura. Misturaram-se produtos e através destes os sabores, cheiros, lembranças e memórias de suas terras. O estado de São Paulo, em especial as cidades de São Paulo e Santos, foi bom mercado para os produtos portugueses em razão do grande número de imigrantes lusos aí residentes.

As casas comerciais que vendiam alimentos eram disputadas, no que se refere tanto a produtos importados quanto a produtos nacionais. Algumas eram filiais de empresas portuguesas, a exemplo da Casa Mourisca, pertencente à firma Ribeiro Moura e Cia., filial de Castro Moura e Filhos, em Régua, Carrizada de Anciães, em Portugal. Vendia finos produtos de alimentação importados, como vinhos, champanhes, frutas, conservas e laticínios. A organização, o conforto e a variedade de produtos faziam dela uma das mais conceituadas de Santos. Situava-se na rua General Câmara, e eram seus sócios Joaquim

---

6 *Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo*, jan./fev. 1933. São Paulo: Gráfica Godoy. p. 3.

7 Em 1º de julho de 1933 foi inaugurada na avenida Brigadeiro Luís Antonio, 50, a nova sede da Câmara Portuguesa de Comércio, com uma exposição que apresentava grande variedade de produtos lusos, demonstrando a operosidade do país, dando uma idéia do que se pretendia exportar.

e Amadeu Ribeiro Moura, os quais gozavam de prestígio na cidade. Fazia transações com Portugal, Espanha e França, mantendo correspondentes em diversas cidades do Brasil.

Outras casas comerciais identificavam a origem de seus proprietários, a exemplo da Carreira do Minho, na rua Frei Gaspar, também especializada em alimentos (frutas, conservas, molhos, lanches e bebidas finas, vinhos de mesa; vendia também a famosa manteiga de Mococa). Além das vendas no varejo, servia lanches e era bem freqüentada.

Diversos estabelecimentos comerciais ostentam o nome “Minho”, tanto em Santos como em São Vicente (Carreira do Minho, Casa do Minho, Armazém do Minho), sobretudo em firmas comerciais de fins do século 19 e primeiras décadas do século 20, lembrando que muitos portugueses em Santos eram oriundos dessa região, no Norte de Portugal. Isso vem confirmar as estatísticas sobre o período, as quais apontam que o maior volume da corrente imigratória portuguesa vinha do Norte, sendo a província do Minho uma das que mais contribuíram para a emigração portuguesa.

## AS PANIFICADORAS E CONFEITARIAS

Não eram apenas os armazéns de secos e molhados que atraíam o luso; outros ramos de comércio também lhe despertavam interesse, entre os quais as atividades de indústria e comércio. As padarias e confeitarias, por exemplo, tiveram portugueses à frente, e representaram um bom negócio. Há um número elevado delas em Santos.

A indústria de panificação estava em franco progresso, mesmo que em muitos lugares o pão ainda fosse produzido de forma artesanal, amassado com as mãos. Aos poucos, as velhas instalações são substituídas por máquinas modernas, produzindo pão e outros alimentos à base de farinha. A higiene aparece como uma exigência.

Pelo porto de Santos importava-se trigo da Argentina; parte dele ficava na cidade e abastecia os moinhos santistas. Essa facilidade na obtenção da matéria-prima talvez possa explicar o grande desenvolvimento de panificadoras em Santos. O *Álbum da Colônia Portuguesa* (1929, p.416-7) traz o nome de algumas delas. Diversas padarias e confeitarias chamam a atenção pelo movimento.

A Estrela, de Lourenço e Bento, situava-se na rua Amador Bueno. Além dos pães, fabricava bolachas e doces e aceitava encomendas para festas, principalmente de casamentos e batizados, fato comum em quase todas. As panificadoras de lusos produziam até mesmo pães regionais e de outras nacionalidades. A Rio D'Alva era de propriedade de J. Lourenço e Irmão e situava-se na praça Iguatemy Martins, em região em franco desenvolvimento. Os sócios destas duas panificadoras tinham outro estabelecimento do gênero em Campinas, o que demonstra expansão dos negócios e visão comercial, uma vez que Campinas era outro importante centro econômico do estado. Essas duas panificadoras, assim como outras, tinham um serviço de entregas em domicílio. Após o fabrico, vinha a venda no balcão e a distribuição, feita com triciclos e carroças. Os pães eram acondicionados em grandes caixas do tipo arca, fechadas, e o pão distribuído a outros estabelecimentos.

Outra modalidade de venda de pães à qual os portugueses se dedicaram foi a formação de freguesias. Compravam o pão nas padarias e o revendiam de porta em porta. Uma freguesia podia ser pequena, média ou grande, variando de 30 a 50 e até a 150 residências.<sup>8</sup>

Confeitarias fabricavam e vendiam doces, cremes, chocolate, chá, sorvetes, bebidas nacionais e importadas, além de conservas. Eram freqüentadas principalmente por senhoras e senhoritas, embora fosse comum encontrar aí reunidas famílias inteiras. Atendiam também fregueses em trânsito pela cidade.

## TORREFAÇÕES DE CAFÉ, E OS CAFÉS, ADEGAS, BARES E RESTAURANTES

As torrefações e a moagem de café perfumavam o ar da cidade. Em Santos havia um bom número delas, vendendo por atacado e a varejo, a exemplo

---

8 FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *Emigração portuguesa para o Brasil: o caso de Santos, 1850-1950*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990. p. 138. Ver também: FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. O café e a imigração em Santos. In: PEREIRA, Maria Aparecida Franco (Org.). *Santos, café e história*. Santos: Leopoldianum, 1995.

do tradicional Café Adelino e do Café Luso-Brasileiro, que forneciam o produto também para navios.

Além das confeitarias, os cafés são talvez os estabelecimentos que mais chamam a atenção pelo bom gosto e pelo ar descontraído de seus ambientes, muitos deles na região dos negócios cafeeiros e freqüentados apenas por homens. Alguns simples, outros elegantes, uns no coração dos grandes negócios, outros em ruas periféricas, mas a grande maioria deles no centro da cidade, em ruas cheias de burburinho e movimento. Mesinhas em mármore, paredes com espelhos, cortinas, lustres, metais dourados, cristais, porta-chapéus e casacos, ou simplesmente mesinhas e balcões de madeira. Seja como for, estão associados à paisagem urbana santista.

As adegas, além de venderem bebidas funcionavam como pequenos restaurantes, servindo refeições e petiscos. Nos bares eram servidas bebidas e lanches no balcão e em mesas. Nesses locais, assim como nos cafés, fluíam as conversas, que em geral enfocavam os negócios, o trabalho e os acontecimentos na cidade. Já os restaurantes contavam com serviços mais completos. Grandes e médios negócios em geral encontravam-se no centro, e um número considerável de empresários e trabalhadores optavam por fazer as refeições “na cidade”, criando o hábito de almoçar fora e movimentando, assim, o comércio de alimentação. Surgem e tornam-se muito conhecidos e freqüentados os restaurantes típicos portugueses especializados em frutos do mar e peixes. Ofereciam no seu cardápio antigas receitas portuguesas e outras adaptadas à região. Vários deles eram conhecidos em São Paulo e freqüentados por pessoas da capital.

## AS SAPATARIAS

Outro ramo de comércio de interesse dos lusos foram as sapatarias, de todas as dimensões. Observa-se, porém, que não se tratava apenas de um comércio varejista, pois algumas vendiam sua própria produção. Surge assim a modalidade de fabricantes e comerciantes de calçados.

O calçado, antes um produto caro, popularizou-se. A indústria de sapataria transformou-se, como uma exigência da moda. Em Santos, São Vicente e Cubatão (que na época fazia parte do município de Santos) havia vários

curtumes, o que talvez facilitasse o desenvolvimento da indústria de calçados na região. Pelo que foi possível verificar trata-se mais de pequenas indústrias. A produção feita manualmente em simples oficinas, com pouco conforto, logo passou para espaços mais amplos, com maquinário adequado e com artesãos que eram verdadeiros artistas no que tange às suas criações. O calçado tornou-se mais elegante, confortável e requintado, principalmente o calçado feminino. A melhoria nas condições de fabricação favorece maior produção e melhor preço, atendendo a todas as classes sociais.

Depois de fabricados seguiam para as casas comerciais, neste caso do próprio fabricante, que também o vendia a outros comerciantes. Os próprios estabelecimentos de vendas também se transformaram; houve um incremento, multiplicaram-se as lojas que disputavam entre si o público comprador. Longe iam os pés descalços e os sapatos domingueiros. Em Santos há vários estabelecimentos do gênero, atraindo compradores. Sapatarias como Casa Braga, Sapataria Esperança e Sapataria Progresso, entre outras, eram fabricantes e comerciantes. Pertenciam à firma Braga e Cia., a Sapataria Progresso e a Casa Braga; situavam-se na praça Iguatemy Martins e na rua Frei Gaspar. A Sapataria Esperança pertencia a Souza e Braga, e estava instalada na rua São Leopoldo. Os sócios eram Antonio Sousa Braga (fundador) e Agostinho de Sousa Braga.<sup>9</sup>

Essas pequenas indústrias fabricavam calçados masculinos, femininos e infantis, e as sapatarias os vendiam, juntamente com outros produtos – guarda-chuvas, sombrinhas, malas para colegiais, malas de viagem e chapéus de feltro, por exemplo. Havia ainda estabelecimentos chamados de “sapatarias”, na realidade oficinas de conserto de calçados; algumas tinham portugueses como proprietários. Na maior parte das vezes tratava-se de uma pequena loja, na qual trabalhava o proprietário com um ajudante.

## FIRMAS LIGADAS À CONSTRUÇÃO CIVIL

Na medida em que cresce a população, tem-se necessidade de novas moradias e a expansão urbana se intensifica, gerando um aumento na deman-

---

<sup>9</sup> CARINHAS, Teófilo (Org.). *Álbum da colônia portuguesa no Brasil*. Lisboa: Oficinas Gráficas do “Número” de Carinhas e Cia., 1929. p. 418.

da de materiais para construção. Nessa atividade encontramos portugueses comercializando pedras, cimento, tijolos e outros artigos. Alguns não atuam apenas no ramo de vendas de materiais de construção, optam também por ser empreiteiros e construtores. Em Santos os portugueses sempre estiveram atentos à construção civil, como trabalhadores e empresários. Atualmente uma das maiores construtoras da cidade pertence a um português: Armênio Mendes começou sua vida profissional como carpinteiro e hoje é proprietário da construtora Miramar, responsável pela construção de edifícios residenciais, hotéis e *shopping centers*.

As serrarias também estão ligadas ao crescimento da cidade e à construção civil. Há necessidade de madeira para a construção propriamente dita. Em Santos a demanda por chalés, moradia típica dos trabalhadores, aumentava dia a dia. Janelas, portas, portões, assoalhos e forros para tetos eram fabricados por elas. Algumas também fabricavam pregos e móveis de excelente qualidade e beleza. Esta foi uma das atividades com forte atuação lusa. Era muito conhecida na cidade a Serraria Progresso, da firma Antonio Domingues Pinto e Cia., que fabricava portas, janelas, portões e pregos (Carinhas, 1929, p.420).

As vidraçarias produziam vidros para portas e janelas, espelhos, cristais, vidros em geral e molduras para quadros. A firma Bento e Dias localizava-se na rua do Rosário. A Vidraçaria Santista, por exemplo, sempre foi considerada um estabelecimento de primeira linha, fabricando e comercializando seus produtos. Possuía amplas instalações e agradável atendimento, tornando-a uma empresa próspera e muito conceituada.

## O COMÉRCIO DE FERRAGENS

O comércio de ferragens foi bastante apreciado pelos lusos. Várias lojas são de sua propriedade ou estão sob sua direção. São ferramentas importadas, fechaduras e ferragens em geral. A Casa Farol, uma das mais bem montadas e conceituadas, localizava-se também na praça Iguatemy Martins; foi fundada em 1910 e logo teve grande incremento. Seu proprietário, Luiz Couceiro, vendia ferragens, louças, vidros, tintas, óleos, cabos, cordas, fantasias, barbantes, fios para redes, artigos para construção e artigos para presentes. Essa casa tor-

nou-se um estabelecimento tradicional, com movimento considerável, negociando com todo o país e com casas estrangeiras (Carinhas, 1929, p.419).

## O COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS

Com o desenvolvimento do automóvel cresceram suas vendas, como também as de seus acessórios. No início do século 20, possuir um automóvel era manifestação de riqueza, mas de objeto de luxo ele passou a útil e necessário. Daí o grande desenvolvimento e expansão de estabelecimentos do gênero, nos quais encontravam-se todos os acessórios, inclusive os artigos para radiofonia. Nos anúncios é possível observar os equipamentos e acessórios vendidos, cujas marcas ficaram na memória de muita gente: *Columbia*, *Eveready* e *Sport Oil*, todos importados. Nessa modalidade de comércio também encontramos portugueses, em firmas como a Duarte Pacheco e Cia., localizada na praça Visconde de Mauá, bem no centro da cidade, local intensamente movimentado; e a Álvaro Pereira e Cia., na rua do Rosário. Iam “de vento em popa” (Carinhas, 1929, p.418).

Em Santos, a modernização dos transportes e a proibição de circulação de carroças e animais para transporte de mercadorias favoreceram também as vendas de veículos automotores, ramo que os portugueses consideraram bastante promissor.

## TIPOGRAFIAS

A expansão de escritórios, graças a atividades diretas e indiretas relacionadas com o porto e outras atividades econômicas, assim como o aumento no número de escolas e de colegiais, e as festas, com a encomenda de convites, trouxeram um incremento nos negócios da indústria tipográfica. Nesta modalidade também atuaram portugueses.

A Tipografia Carvalho, considerada uma das mais importantes da cidade, atravessou o século 20. Das suas oficinas saíam trabalhos de alta quali-

dade, transformando-a em grande centro gráfico, não apenas em Santos, mas em toda a região.

Havia ainda lojas que vendiam jornais e revistas. A firma J. Paiva Magalhães, situada na rua do Rosário, era uma agência de jornais, revistas nacionais e estrangeiras, e mais tarde transformou-se também em papelaria (Carnhas, 1929, p.421).

## OUTROS RAMOS COMERCIAIS

As alfaiatarias, as lojas de vestuário e de enxovais, bem como armários, farmácias, ourivesarias, relojoarias, salões de barbeiro que também vendiam cremes, loções, sabonetes e perfumes importados, principalmente franceses, possuíam ainda instalações para atender a senhoras e crianças. Além desses estabelecimentos, os depósitos de bebidas, a fabricação e distribuição de pinga (aguardente de cana-de-açúcar), os depósitos e locais de comercialização de alfafa (a cidade contou durante muito tempo com mueres para o transporte de passageiros e mercadorias; principalmente o café), entre outros, fazem parte do rol de interesse dos portugueses. É oportuno citar um grande empresário português, o sr. Frêixo, que durante décadas comandou a maior empresa de entretenimento, a Freixo e Cia., proprietária de teatros e cinemas na cidade de Santos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa delineou-se uma atividade econômica bastante consistente dos portugueses na cidade de Santos. O que se evidenciou foi a disposição lusitana, aproveitando-se da expansão urbana e econômica da cidade para se dedicar, por exemplo, ao comércio, tanto de importação quanto de exportação, por atacado e sobretudo no varejo. E a atividade econômica dos lusos apontou para diversas direções, abrangendo também a fabricação de diversos produtos.

Procurou-se, aqui, especificar alguns ramos comerciais e industriais, sem, no entanto, esgotar o assunto. Ao participaram de praticamente todos os ramos comerciais existentes na cidade, os portugueses marcaram presença, contribuindo para o desenvolvimento econômico de Santos e da Baixada Santista, numa época repleta de possibilidades.

# HISTÓRIA DE VIDA E IMIGRAÇÃO: AS FORMAS DO PASSADO

Andréa Telo da Corte  
PPGH-UFF/Nemic

## I

A moldura que enquadra o *boom* atual dos estudos das migrações relaciona-se em grande parte ao duplo contexto de explosão de conflitos étnicos no Ocidente, e de mundialização da economia capitalista, ocorridos nos últimos trinta anos.

Nesse período, o fenômeno do transnacionalismo e das transmigrações tem propiciado diferentes ângulos para historiadores, antropólogos e sociólogos refletirem sobre as novas migrações, e é sobretudo pelo ângulo do estudo das identidades e das negociações culturais entre grupos étnicos que uma nova historiografia sobre o tema tem sido produzida.

No Brasil, recentemente, fenômeno semelhante tem ocorrido, o que se pode verificar com o crescente aumento do número de dissertações e teses doutorais sobre o tema das migrações e das identidades étnicas, e também, pelo lugar que essa problemática vem ocupando na academia. Vale lembrar o título do último Simpósio Nacional de História, realizado em julho de 2007: “História e Multidisciplinaridade: Territórios e Deslocamentos”.

Importa dizer que essas teses, grande parte delas constituídas por estudos de caso, dentro e fora do eixo Rio-São Paulo, têm colocado em xeque as interpretações tradicionais sobre o fenômeno da “grande emigração” do período 1880-1930, parte delas oriundas da escola paulista de sociologia dos anos 50, e

proposto novas explicações que ressaltam as diferenças regionais da emigração no Brasil, e as particularidades dos processos de negociação identitários desses grupos, tomando como base o adensamento da pesquisa em arquivos e a diversificação das fontes de consulta e da metodologia aplicadas. Dessa forma uma nova historiografia sobre migrações vem sendo desenvolvida no Brasil.

Essa historiografia, não obstante, alimenta-se das expressivas contribuições da nova história cultural ao campo do conhecimento, notadamente à constituição de uma história do cotidiano, e sua predileção pelo “informal” e “popular”,<sup>1</sup> e por uma perspectiva que privilegia “o resgate da luta de classes e do conflito social”<sup>2</sup>

Dessa forma as novas abordagens sobre as migrações repercutem tanto a desconstrução do personagem histórico universal, como o deslocamento do político, da esfera do poder público para o domínio da vida privada.<sup>3</sup> De modo similar, abrem-se à “renovação metodológica e documental” proposta pela história do cotidiano.

Assim, no lugar do imigrante quantificado, despersonalizado e da história homogênea, a proliferação das histórias de vida de imigrantes, a partir da construção de fontes orais e da análise de documentos escritos, iconográficos e até mesmo videográficos, guardados nas gavetas e álbuns dos homens comuns, permite, conforme escreveu Maria Izilda Matos, “a emergência de histórias até então inatingíveis residentes no cotidiano”,<sup>4</sup> possibilitando se não o resgate, pelo menos o acesso direto ao emaranhado de relações sociais, ações, negociações, resistências e estratégias de sobrevivência através das quais os grupos étnicos/sociais tecem suas vidas. É nessa perspectiva que se enquadra este trabalho.

Produzido no âmbito do Nemic, o Núcleo de Estudos de Migrações, Identidades e Cidadania, coordenado pela professoras doutoras Gladys Ribeiro e Ismênia de Lima Martins, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, o presente texto constitui-se num dos

---

1 VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 57.

2 Ibidem, p. 56.

3 MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: Educ, 2002. p. 22.

4 Ibidem, p. 32.

primeiros produtos referentes ao projeto “Imigração e História Social: Os Portugueses de Niterói”, que objetiva a análise da atuação da elite da colônia portuguesa na capital do antigo estado do Rio de Janeiro, na segunda metade do século 20, através da pesquisa com fontes orais e acervos privados.

No caso específico que apresento, foram privilegiadas as cartas escritas por Adriano de Souza aos filhos, Gentil e Cláudio, entre junho de 1951 e março de 1952, período que encerrou os primeiros passos dos imigrantes na cidade de Niterói e a morte do pai, em Arouca;<sup>5</sup> e a *trajetória de vida*, de Gentil, construída em *depoimento oral*, gravado em agosto de 2007.

## II

A correspondência privada, notadamente as cartas íntimas trocadas entre parentes, são repositórios da intimidade, normalmente inalcançáveis para o historiador. Diferentes da memória construída em sessões de depoimentos de história oral, e que define uma visão atual, assentada no tempo presente sobre o passado, a análise de cartas íntimas proporciona ao pesquisador “verdadeiras pesquisas de opinião retrospectivas”<sup>6</sup> por tornar possível a percepção de como certas opiniões, comportamentos políticos e mitos foram gerados, além de conferir maior inteligibilidade às tensões e escolhas que os indivíduos fazem no confronto com circunstâncias particulares da vida social e política das sociedades nas quais se encontram inscritos.

As cartas, como fonte de pesquisa, indiferentes ao paradigma histórico adotado, quer numa visão macrosocial quer numa microanalítica, implicam uma redução da escala de observação, e permitem “reconstituir as percepções originais de como os indivíduos sentiam ou percebiam a realidade”<sup>7</sup> e ainda, indagar “as estruturas invisíveis nas quais os atores sociais se articulam”<sup>8</sup>.

---

5 Cartas de Adriano de Souza a Gentil Moreira de Souza. Acervo Particular de Gentil Moreira de Souza

6 HOBBSAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

7 *Ibidem*, p. 222.

8 Carlo Ginzburg, apud VAINFAS, p. 56.

Fonte de indiscutível valor para o estudo da vida privada, a análise da correspondência íntima possibilita ainda que o historiador “parta de um recorte biográfico para refletir processos sociais e coletivos mais amplos”,<sup>9</sup> como no caso da história das migrações, articulando o pequeno enredo às perspectivas microanalítica e macrossocial.

É o que fez recentemente Eulália Lobo no livro *Cartas de Antônio Dias Leite (1850-1952): um olhar sobre uma época de transformação*,<sup>10</sup> em que a famosa historiadora inseriu o tempo curto e frenético dos acontecimentos descritos por seu pai, um imigrante português enriquecido no comércio atacadista do Rio de Janeiro, no contexto amplo de transformações históricas, do final do século 19 à primeira metade do século 20.

Já as histórias de vida, produzidas no âmbito da metodologia oral e relacionadas à chamada “guinada subjetiva” característica da década de 1970, quando da renovação da sociologia da cultura e dos estudos culturais, e da aliança entre a disciplina histórica e a antropológica, criaram novos modos de subjetivação do passado, como a revalorização do uso da primeira pessoa na narrativa histórica e a rememoração da experiência.<sup>11</sup> Resulta daí uma forma particularizada do passado, fortemente marcada pela visão que o tempo presente projeta sobre o pretérito, na qual o relato da experiência reflete, sobretudo, a representação idealizada do que passou, isto é, como o indivíduo acredita que foi sua vida, deixando de lado a mobilidade do vivido.

No caso que apresento, temos, de um lado, as cartas de Adriano de Souza. Trata-se de um conjunto de sete cartas, ora endereçadas exclusivamente ao filho Gentil, ora uma “carta para dois”. Essa correspondência, cessada pela morte precoce de Adriano, permite vislumbrar o emaranhado contraditório de sentimentos que envolveu a família após a separação forçada pela emigração.

Do outro lado temos o depoimento de Gentil, motivado por uma demanda particular do próprio depoente, e justificada por uma suposta necessi-

---

9 Suely Gomes Costa, *apud* Lobo, Eulália. *Cartas de Antônio Dias Leite (1850-1952): um olhar sobre uma época de transformação*. Rio de Janeiro: Ed. Lidador, 2005. p. 7.

10 Lobo, *cit.*

11 Sarlo, Beatriz. *Tempo passado*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p.30.

dade de contar a história dos portugueses em Niterói, especialmente da antiga elite portuguesa que dominou o comércio local, entre 1920 e 1960, e da qual ele acredita ser um dos herdeiros.

Se as cartas, redigidas em estilo direto, preservaram o olhar de Adriano sobre a nova condição dos filhos, denunciando a situação contraditória de um pai que, de provedor da família passou a ser provido pelos jovens filhos, o depoimento de Gentil solidificou sua própria visão de si, o “imigrante que deu certo”, o *self-made man* que bafejado pelo sucesso, conseguiu abrir os salões da então fechada e tradicional elite portuguesa da cidade.

Vale dizer que ao propor um diálogo entre fontes com perspectivas tão diversas, objetivou-se, no caso da correspondência privada, identificar as tensões e expectativas que de um dos lados do Atlântico informaram a aventura migratória de Gentil, e compreender como no tempo presente, 56 anos depois do fato, o agora importante Gentil Moreira de Souza, do alto dos seus 78 anos, empresário da panificação em Niterói, e sob cujos ombros pesa a responsabilidade pelos salários de 210 empregados, observa e analisa sua trajetória inicial. Vejamos.

### III

No relato de Gentil, Adriano surge como “Alfaiate da elite de Arouca”,<sup>12</sup> que dividia seu tempo entre alfaiataria, profissão herdada da família, e uma pequena venda que mantinha ao lado da oficina, e onde os sete filhos revezavam-se para atender à clientela. Maestro da banda de São Salvador do Burgo, sua terra natal, iniciou os filhos na música e, diferentemente da maioria dos homens de sua época, nunca quis emigrar, embora o filho, Gentil, tenha descrito em seu depoimento a penúria da região, numa época de baixa circulação monetária e racionamento alimentar que marcou o decurso da Segunda Guerra Mundial em Portugal.

---

12 Entrevista concedida por Gentil Moreira de Souza, ago. 2007. A fim de facilitar a leitura, as citações, tanto das cartas como da entrevista, serão informadas no corpo do próprio texto. No caso das cartas foi mantida a grafia do autor.

Contrário à emigração, Adriano pretendia que os filhos o sucedessem na banda e na alfaiataria, e chegou a impedir, através de um amigo, que o filho mais velho, Gentil, fosse, na ocasião do serviço militar, enviado para servir na banda militar da Infantaria 6, “considerada a melhor de toda Europa”, o que poderia garantir-lhe uma vida razoável, conforme narrativa do depoente.

Gentil, porém, seduzido pelo farto imaginário produzido sobre o Brasil desde o século 19, pela música de Luís Gonzaga que ouvia pela Rádio Nacional de Lisboa, pelo cheiro das goiabas e dos perfumes brasileiros que a família da mãe, toda emigrada, carinhosamente enviava do Brasil, mas sobretudo pelos carros “rabo-de-peixe” nos quais os emigrados desfilavam em férias nas empobrecidas aldeias do norte de Portugal dos anos 50, decidiu emigrar, enriquecer e finalmente ser, no futuro, um deles.

Em 24 de abril de 1951, aos 21 anos, e acompanhado pelo irmão Cláudio, embarcou no vapor *North King*, no porto de Leixões, não sem antes visitar o santuário do Bom Jesus de Matosinhos. No bolso, 120 escudos para devolver ao pai na primeira carta, e uma pequena agenda, que ainda guarda, na qual registrou seus planos iniciais: “escrevi assim, com o 1.º dinheiro que eu ganhar vou comprar painéis de alumínio para minha mãe”.

Ao chegar foi morar com o irmão na pensão de um tio materno, o tio Delfim, na rua Visconde de Itaboraí, no centro de Niterói. O próprio Delfim arranhou-lhe emprego na loja de um amigo judeu, que também tentava a sorte no Brasil, a Alfaiataria e Joalheria Rio Branco,<sup>13</sup> onde foi trabalhar como contramestre. Nesse lugar, onde ficou apenas um mês, ganhava o salário mínimo, Cr\$ 1.200,00, e trabalhava apenas oito horas por dia. Nesse ínterim, Gentil recebeu a primeira carta do pai.

Datada de 14 de junho de 1951, é possivelmente a primeira das sete cartas, escrita como resposta àquela em que os irmãos davam conta da chegada e mandavam os 120 escudos de volta. Nela, o cotidiano da família no Burgo e as notícias da festa de Santo Antônio se misturavam às preocupações com os filhos, e à tentativa de animá-los. Em certo trecho, Adriano deixa claro saber,

---

13 Sediada à rua Visconde de Rio Branco, também centro de Niterói, e seu patrão era o imigrante Jacó Rabinovich, proveniente da antiga Bessarábia. Em conjunto com os portugueses e sírio-libaneses, os judeus de diferentes regiões da Europa dominavam o comércio do centro de Niterói no período.

por intermédio de um amigo anônimo, do desânimo de Gentil. Diz, “também soube que o Gentil estava desanimado por ganhar pouco, pois é ter paciência pois que devagar se vai ao longe e também seria muita sorte chegar ahí e só ter o trabalho de juntar as notas”.

Em outro trecho, na tentativa de ajudar o filho Cláudio, empregado na padaria de outro tio, informa que “na arte em que ele começou está no Rio um nosso patrício que é natural daqui do Burgo e casado com uma irmã do Russo ... Veio do Rio um irmão do Alfredo Nicolau e disse que se fosse preciso alguma coisa para esse que é também da mesma arte era só dizer que lhe escrevia para isso, mas como já disse os tios verão o que melhor será”.

O mesmo Adriano que no relato de Gentil parece ser contrário à emigração, aparece na carta aparentemente conformado com a situação, e se exorta os filhos à paciência, como um pai sábio, demonstra apreensão ao tentar, da aldeia natal, acionar sua rede de relações pessoais para garantir auxílio aos jovens. A suposta conformidade, porém, mostra-se frágil no trecho final da carta, quando espremida entre inúmeras recomendações e lembranças à família, apela de forma contida aos rapazes: “preciso que vós nos dêem notícias precisas do que se vae passando”.

No verso da carta, algumas linhas escritas por Alberto Duarte, um amigo de Gentil, surpreende o leitor. Seu teor revela um homem muito mais velho pedindo conselhos a um rapazito de 21 anos:

eu pedi um pouquinho de espaço para lhe perguntar pela sua saúde e ao mesmo tempo pedindo quando escreva se [?] informar a situação de um imigrante nas minhas condições: se valerá a pena se for como alfaiate, não seria a minha vontade caso eu resolvesse, gostaria mais do comércio. Eu pedi à minha filha quando ela foi, para o marido me mandar a carta de chamada, e agora veio uma comunicação de [?] para eu lhe mandar a certidão de idade e certidão de casamento, mas eu como ainda não tinha o juízo bem formado nessa retirada, peço ao meu amigo se me informa se vale ou não a pena...

Temeroso do caminho a seguir, Alberto Duarte investigava as condições objetivas da realidade que cercavam o imigrante no Brasil. Calculava os riscos e media os passos. Já o nosso depoente narrou sua decisão livre de qualquer angústia: “quando comecei, acho que a falar, já falava isso. Eu dizia, Pai eu quero sair daqui ... Pai, eu não quero ficar aqui, eu quero emigrar porque isto aqui não leva a nada...”.

Em outra passagem de seu depoimento, a emigração surge como uma necessidade existencial, única resposta possível às indagações sobre o mundo – aquele que conhecia de Arouca, e o que vislumbrava nos livros da antiga biblioteca familiar. Gentil relembra seus sentimentos à época, com a seguinte narrativa:

Ou esses livros são mentirosos ou vivo num mundo completamente a parte do resto, meu mundo não é o mundo que existe lá fora... Paris, eu lia muito livro de Paris... Então aqueles romances que eu lia, eu disse, Meu Deus, isto aqui é muito diferente do que está escrito aqui, deve ser diferente. Aqui pra nós, eu era homem, rapazinho, aquela coisa, desculpe dizer, doido por mulher, eu via aqueles romances em Paris, em que fulano de tal tinha uma amante que era corista do teatro, do Lido, do Folie Bergere, da dança do Cancã, depois fui lá ver duas vezes, então eu via aquilo, Meu Deus, seu eu tivesse naquele meio, que coisa de louco achava aquilo fantástico ... então eu dizia, Meu Deus eu tenho que sair daqui, isto aqui não é mundo que se possa viver não.

Portanto a narrativa de Gentil não deixa dúvidas, seu percurso idealizado pelo discurso não conheceu curvas ou bifurcações, a emigração salvou-o da angústia, deu-lhe o mundo.

Insatisfeito com o salário, o rapaz de Arouca foi trabalhar em outra alfaiataria, desta feita, de italianos. Na alfaiataria Moderna, também no centro de Niterói, passou a receber Cr\$ 1.500,00 e lá ficou durante quatro meses, de 1º de agosto a 31 de novembro de 1951, quando decidiu abandonar definitivamente o ofício de alfaiate.

Remonta ao mês de julho ou agosto, não foi possível precisar, a primeira remessa de dinheiro que fez para Portugal. Em conjunto com o irmão Cláudio, enviaram Cr\$ 1.500,00 que segundo avalia, era um montante alto para os curtos dois meses de estada no Brasil, prova incontestada da dedicação dos filhos aos pais.

De julho a novembro, os irmãos receberam três cartas do pai. Dessas, duas não têm datação. Provavelmente seguem a seguinte seqüência: julho, agosto e setembro. Vejamos.

Na carta que consideramos referente ao mês de julho, é possível perceber Adriano mais uma vez apreensivo com o destino dos filhos. Diligente, desconfia dos excessos de confiança que lê nas cartas enviadas por eles, e tenta mostrar-se presente mesmo quando a distância é fator intransponível: “Queridos filhos,

desejo-vos o melhor bem estar possível... Acuso recebida a tua carta última assim como a do Cláudio de 16/6 *na qual não confessava tristezas*" (grifos meus).

Em outro trecho, Adriano, sábio na desconstrução da palavra escrita, decifra as dificuldades dos primeiros tempos e chama os filhos à ponderação: "Ainda estive aqui hoje um genro do Severino que perguntou por vós e eu disse-lhe *o que se passava ou o que tu tens mandado dizer* e ele disse que a arte de alfaiate era melhor no Rio do que em Niterói, mas isto que digo nada vale, pois tu melhor podes ver isso. Por esta razão tu vai-te orientando" (grifos meus).

Zeloso e solidário, Adriano também apontava as contradições do discurso, pelo menos é o que se pode ler em trecho dirigido ao filho Gentil, que diz: "Acho certa graça por tu dizeres na tua carta, o seguinte: "coragem com a música", Pois quando cá estavas, estavas sempre a dizer que era acabar com "isto" e agora de tão longe estas a incutir ânimo".

Sabemos pela narrativa de Gentil que o pai queria-o sucessor na banda, e desde menino este o acompanhava nas festas, onde tocava clarinete, flauta e violino, e arriscava-se como cantor. No Brasil, posteriormente, foi convidado a tocar na Banda Luzitânia e estimulado a integrar-se à orquestra da Rádio Nacional, em troca de um emprego no Banco Novo Mundo, que recusou. De acordo com seu depoimento, só existe um motivo para tanta convicção: "Não quero, não quero ser músico, não me interessa. Porque já estava enjoado, desde menino, desde os sete anos envolvido em música, eu enjoei daquilo. [E a razão principal era seu projeto de ganhar dinheiro?] Era, isso era claro. Eu não vim aqui para outra coisa".

Adriano, portanto, sem tencionar fazer isso, acabou por sinalizar como as coisas banais do cotidiano podem transformar-se em simulacros de lugares de memória,<sup>14</sup> no sentido de conter, em si, restos de história. Assim, a música e a banda, fatores de conflito entre pai e filho, passaram a simbolizar o tempo vivido no Burgo, e tornado memória pela narrativa do depoente.

As 27 linhas que compõem a carta e reconstituem o universo da família encerram-se com uma advertência séria. Diz o pai: "Soube hoje que a cereja também vai para ahi – cuidado".

---

14 NORA, Pierre. Entre história e memória. A problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*, São Paulo: PUC-SP.

A “Cereja”, revelou-nos Gentil, era uma antiga namorada, com quem freqüentava o cinema nas noites de sábado em Arouca. Bonita, provocava admiração dos rapazes, e era mal vista por Adriano, que antipatizava com a família da moça.

Gentil acredita que a “Cereja” tenha embarcado para encontrá-lo, e, quando da sua chegada, conta ter ido recebê-la no porto, onde prontamente lhe disse ter nova namorada. Pombalina, nome de batismo da moça, seguiu para São Paulo, onde fez a vida como cantora de fado e depois casou-se “bem”. Hoje, afirma o depoente, vive recolhida em Santos, onde se recusa a receber visitas, talvez pela implacabilidade do tempo...

Na carta seguinte, datada de 15 de agosto, à letra miúda de Adriano contrapõe-se uma frase em negrito e letras garrafais, logo a seguir às saudações iniciais, “E MUITO JUÍZO”. Não foi possível decifrar o porquê da recomendação, se um pito no filho que mudou de emprego, abruptamente, ou por causa da “Cereja”. Em que pese isto, o texto caracteriza-se pela alegria, e os filhos são transformados em heróis: “já recebi o cheque de Cr\$ 1.500,00 para ir levantar o dinheiro. Deus vos abençoe e vos dê sempre saúde e felicidade e que vos dê sempre orientação na vida para trilhades um caminho seguro e que sejaes a honra de toda a família como até aqui tem sido”.

Em seu depoimento, Gentil não detalhou como os irmãos conseguiram em menos de dois meses enviar quantia tão expressiva. Sua vida era reclusa e pouco divertida, afirmou, gastava apenas com o aluguel do quarto e a comida, o resto guardava. No entanto, não há em sua narrativa espaço para um discurso de privação e poupança,<sup>15</sup> apenas de vontade, empenho. Estava determinado a ganhar dinheiro, e não descumprir os compromissos morais e afetivos com o pai.

Sobre a mudança de emprego, Adriano, menos apreensivo desta vez, o que pode traduzir uma confiança maior nos filhos, ou a emoção do dinheiro recebido, alerta que: “pois quando foi a festa da Senhora da Guia, o Martins disse que a arte d’ele ahi dava muito dinheiro mas vós ides vendo como melhor deveis fazer, mas sendo assim sempre cuidado pois às vezes julgasse melhorar a situação e é ao contrário”.

---

15 Refiro-me ao mito da ascensão social pelo trabalho árduo e privação sistemática presente no discurso do imigrante. Cf. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 145.

Finalmente, em outra carta sem data, provavelmente de setembro ou outubro, quase um bilhete, Adriano aparece mergulhado em suas próprias tribulações. Revela a preocupação com a inadimplência e o mau-caratismo do inquilino, a quem chama de “Bruto”, e narra aos filhos: “Já fui falar ontem com o dr. Brito Câmara, para se dar andamento a ver se o Bruto sai daqui, porque está em débito já para o dia 10 d’este, de cinco meses, mas disse o doutor que se ele depositar em triplo a renda em atrazo, que não sai”.

Tomado por essas preocupações, Adriano parece querer atualizar os filhos da sua antiga realidade. Assim como nessa carta, em todas as outras o cotidiano do Burgo extrapola as linhas para engendrar-se no presente dos filhos, a impedir, de um lado, a ruptura de vínculos, e de outro, estreitar os laços entre eles. Nesse sentido, a carta cumpre a função de transplantar para a sociedade de acolhimento o espaço vivido e perdido do Burgo.

Durante quatro meses Gentil permaneceu na alfaiataria Moderna. Mudou-se da pensão do tio Delfim para um quarto nos fundos da padaria de outro tio, Afonso. O irmão Cláudio foi trabalhar no Rio. As horas de folga eram passadas com a família e o velho hábito do cinema.

Em 31 de novembro daquele ano, narrou o depoente, decidido a não mais ser alfaiate, pediu as contas e deixou o trabalho. Almejando uma oportunidade foi procurar um patrício, o Comendador Elísio Soares, um rico e influente português, estabelecido há décadas na cidade de Niterói. No dia seguinte, 1.º de dezembro, foi trabalhar atrás dos balcões da Confeitaria Sorriso,<sup>16</sup> de Elísio. Lá ganhava menos que na alfaiataria, trabalhava 12 a 14 horas por dia e quase nunca tinha folgas. Mesmo assim, afirmou, estava feliz por abandonar as linhas e a tesoura.

Em 27 de dezembro, Gentil recebeu outra carta do pai. Nela, surpreendentemente, não há menção ao tempo natalino, ou à repercussão da atuação da banda nas festas da época; pelo contrário, revestida de preocupações, gotejam das letras, conselhos e advertências. Adriano externa aos filhos toda a sua apreensão com o que se vai passando, e em especial, condena os arroubos de juventude de Gentil:

---

16 Situada à rua da Conceição, centro de Niterói. Não há dúvida que a trajetória de Gentil percorre as ruas e vielas do centro da cidade, alcançando, até mesmo, a evolução urbana e os novos usos dessa região ao longo dos últimos 56 anos.

Vocês é que precisais de ponderar muito, não querer avançar sem alicerce, tendes inteligência bastante para vos orientardes para a luta mas não se deve resolver os assuntos sem primeiro os ponderar bastante, porque tu Gentil algumas vezes disseste que as coisas se queriam resolvidas de pronto e não empatar, mas eu que apesar dos anos de experiência (e apesar de ser dos acanhados de outrora como tu dizias) não penso assim..., porque eu só desejo o melhor estar a todos e que a vossa luta seja para vossa honra e da família.

O texto é claro, e denota certo aborrecimento com os filhos. Adriano parecer ressentir-se de não ter sido consultado sobre decisão tão importante. Por isso, o convite à ponderação: a medir cada passo a ser dado.

A advertência dirigida a Gentil, além de expor os tradicionais conflitos de geração, que medeiam as relações entre pais e filhos, foi acrescida de nota dramática, quando fala no seu desejo de bem-estar e na honra da família, como a lembrá-lo de que é preciso conter os impulsos para semear o bom futuro, e neste caso, o futuro familiar.

Em outro trecho da carta, Adriano “endurece o jogo com o rapaz” e, assumindo tom profético, vaticina:

Ainda hontem o Dr. Rebelo me perguntou por vós ... Fez-me uma observação e disse para te lembrar (Gentil) que essas terras são muito boas para se ganhar a vida assim como a morte em pouco tempo, e disse que é preciso muito juízo, e é isso que eu todos os dias penso a vosso respeito, pois é preciso que um rapaz não se estrague, nem para o corpo nem para a alma, e é preciso saber onde mete os pés para não sair com eles enxarcados. *O nosso maior desejo é saber que sois eróis [sic] em tudo.* (grifos meus)

É possível que o vaticínio não esteja relacionado à mudança de ofício, podendo refletir outro tema não mencionado pelo depoente, em todo caso expressa mais uma vez os receios do pai para com a voracidade com que o filho mais velho entregava-se à vida, e escapava ao seu controle. Ante um mal maior, diz exatamente o que espera do filho, o destino de herói familiar.

Essa carta, até certo ponto dramática, encerrou-se com um “delicioso” pós-escrito. Em terríveis garranchos, o amigo Carlos, hoje advogado aposentado em Lisboa, cumprimenta Gentil, agradece as cartas, reclama da letra e “dispara”: “tens gozado muito? Está na época de gozar. Tens ido aos cabarés? Tem cuidado, pois podem te enrolar...”

Se Adriano preocupava-se em lembrá-lo dos compromissos implícitos ao projeto emigratório, as perguntas de Carlos certamente devolveram a alegria e o sabor doce da juventude a Gentil, e permitem-nos entrever que, coladas à representação do Brasil como eldorado, outras imagens de sensualidade e prazer também seduziam o emigrante.

O trabalho na Confeitaria Sorriso durou pouco, apenas dois meses. Em 31 de janeiro de 1952, Gentil novamente pediu as contas. Quis aumento, o comendador não deu, partiu para nova empreitada. Foi ser vendedor praticista numa firma importante do Rio de Janeiro, a Fonseca Araujo Importadores Ltda., propriedade de portugueses. No novo emprego, em que se manteve pelos cinco anos seguintes, até 1957, seu salário triplicou, dos módicos Cr\$ 1.200,00, na confeitaria, para Cr\$ 3.500,00. Nesse ínterim, contou-nos que completou os estudos, casou-se, foi pai e voltou a Portugal. O pai nada viu, a morte levou-o antes.

Em 1952, as duas últimas cartas, uma datada de 30 de janeiro, portanto um dia antes de Gentil pedir demissão da Confeitaria Sorriso.

A mudança de alfaiate para padeiro ainda repercute, mas o tom é de conformação: “tu mudaste de profissão, oxalá que seja para melhor, pois qualquer profissão é boa desde que a sorte proteja”.

Em trecho dirigido exclusivamente ao filho Cláudio, continua a desconfiar das notícias que recebe: “Cláudio ... sou a dizer-te que as tuas notícias se saírem verdadeiras é caso para admirar ... mas como sempre se diz a sorte vem sempre da mão de Deus. Vós tendo saúde e sabendo conduzir-se com educação e com atenção sempre no cumprimento dos vossos deveres podem arranjar um bom futuro”.

Nessa carta, as cenas miseráveis do cotidiano do Burgo, descritas por Adriano, impressionam o leitor, e certamente avivaram nos rapazes alguns dos motivos pelos quais abandonaram a terra natal.

Há certo tom de desânimo no texto. A narrativa de Adriano cumpre aquilo que a intuição descobre: estava doente, um câncer no fígado roía-o por dentro. Precisava operar-se.

Do Brasil, Gentil e Adriano, avisados pelos irmãos, enviaram os Cr\$ 8.000,00 necessários para a cirurgia. Quantia assombrosa para os dois jovens que pouco antes haviam remetido outros Cr\$ 1.500,00.

Conforme relatou Gentil, dos Cr\$ 8.000,00, três mil foram raspados das economias dos rapazes, e os Cr\$ 5.000,00 restantes foram obtidos em empréstimo bancário.

Na ocasião, Gentil informa ter recorrido aos favores de Ilídio Soares, filho do antigo patrão, o Comendador Elísio, para levantar os valores. Soares conduziu-o ao banco dos Costa Monteiro, família de elevado prestígio na “poderosa” elite portuguesa da cidade, e avalizou a operação financeira.

De acordo como depoente, naquele tempo de crédito difícil, ser “português” era o bastante para garantir empréstimo, e explica:

se chegar lá um português no banco, dono de quitanda, de armazém, do restaurante, do boteco, seja lá o que for, e disser assim, Olhe eu preciso de Cr\$ 5.000,00, Sim senhor, pois não seu Manuel, pode assinar aqui, Tinha crédito. Chega outro, que não é um português daqueles, mas é todo fino, todo elegante, seja brasileiro ou não ... eles dizem assim, O sr. traga o atestado tal, a fiança de fulano, traz mais isso de fulano, e ao português de tamanco ele (o banco) não pede.

Assim, ao lançar mão de um argumento que expressa os estereótipos e preconceitos nos quais viviam mergulhados os portugueses da cidade, Gentil reproduz em seu discurso presente a idealização do português como o *imigrante perfeito*, trabalhador, honesto, bom pagador, merecedor de crédito, em contraposição aos nacionais e demais grupos estrangeiros que disputavam o mercado de trabalho no período.

Gentil não soube precisar o tempo decorrido entre a notícia da doença e a remessa do dinheiro. A última carta, datada de 28 de março (1952), não dá conta do fato. Sabe, porém, que nem sequer foi utilizado, não houve tempo para tal.

Não obstante, soube pelos irmãos que Adriano, em sua alcova de doente, exibia aos amigos que o visitavam a ordem bancária qual um troféu.

A última carta, porém, mostra um Adriano deprimido. Consciente, diz o que se passava com ele: “Nós aqui vamos andando aos trombolhões, tua mãe vai na mesma e todos os outros vão regular, menos eu, pois já são passados três meses que vou muito mal de saúde, estou já farto de gastar dinheiro e não vejo melhoras, terei de ir tirar uma radiografia, porque a doença é de fígado e estomago. Não me apetece comer e já minguei 15 centímetros na cinta”.

Novamente o cotidiano triste do burgo e a incessante “crise do trabalho” são assuntos de Adriano, desta feita porém, numa descrição monótona, de um indivíduo que parece saber que a vida, a sua e a da cidade, fora duramente abalada, e emenda com a narrativa das novas migrações: “Estão também para ir para o Brasil o Carlos Adoufo [*sic*] e a mulher, o Alberto de Romariz e a filha e mais e mais, tudo quer ser rico”.

A censura que acompanha a descrição logo se transforma em advertência ao comportamento impulsivo do filho Gentil, e avisa: “Não sei se a Cerejeira já embarcou, mas ela também vai, ou foi, mas eu ainda duvido que ela vá por ahi fazer perder a cabeça ao Gentil. Caso assim seja, ele que tenha juízo, porque as mulheres quando são doidas o que querem é fazer perder a cabeça a quem tem juízo”.

Finalmente, Adriano encerra a carta, recomendando por uma última vez que tenham “cuidado, muito cuidado”, e despede-se proferindo a seguinte frase: “Se Deus me der ainda algum tempo de vida, não queria enquanto vivo que me dessem desgostos”.

É impossível avaliar o peso dessa frase na vida dos filhos de Adriano. A julgar pelo depoimento de Gentil, ele manteve os compromissos “morais” e afetivos com o pai, casou-se com moça de boa família, formou os filhos, alcançou fortuna, e muito além do que se poderia esperar do antigo alfaiate, demoliu as barreiras da fechada elite portuguesa da cidade de Niterói, tornando-se no presente um dos seus últimos representantes. Na atualidade, considera-se um homem realizado.

#### IV

Ora, sucede que na comparação entre fontes com perspectivas temporais diversas e que envolvem sujeitos distintos, o fenômeno estudado, no caso a emigração, tende a emergir crivado por um conjunto maior de ambigüidades e conflitos, do que têm, quando as mesmas fontes são analisadas separadamente. Quando o presente fala do passado, além do elemento da representação da experiência existe o julgamento, a certeza. Quando uma fonte de opinião fala sobre seu tempo, o que existe se não é a incerteza, é a multiplicidade de sentidos, valores e sujeitos que adentram a reflexão.

Vimos que no relato de Gentil a emigração surge como uma aventura individual, não há temor, é o que tem que ser feito. Seu “olhar” sobre o passado é linear, não há angústia ou indagações a serem feitas. Veio para ganhar dinheiro, venceu. No mundo que criou para si não há lugar para os derrotados. Veste a manta do herói que o pai desejou outorgar-lhe e pronto. A emigração é certeza.

No discurso de Adriano, a emigração é dor, conflito. Expressa a perda de controle sobre os filhos, e sobretudo um risco a ser muito bem calculado. Reflete, também, a desarticulação do espaço vivido e amado do Burgo.

O cruzamento das fontes, portanto, ao recuperar a historicidade dos sujeitos e articular o microanalítico com o macrossocial, contribui para a descoberta das múltiplas configurações identitárias que o imigrante comporta em si, e a duplicidade da sua condição. Resulta disso a visão de uma **nova** forma de passado, e o concurso para o desenvolvimento de uma história social da e/imigração.

# O FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO MISTA BRASIL–PORTUGAL DO TRATADO DE PAZ E ALIANÇA DE 1825 E OS SEQÜESTROS DE BENS

Gladys Sabina Ribeiro  
UFF

Eliane Paiva Machado  
UFF

O Tratado de Paz e Aliança,<sup>1</sup> firmado em 29 de agosto de 1825, reconheceu a emancipação brasileira enquanto separação total da Nação portuguesa. Os seus artigos 6.º e 7.º estabeleceram o exame dos seqüestros feitos durante a guerra da Independência, de modo a se estabelecer ressarcimentos recíprocos. O artigo 6.º discriminava o procedimento que deveria ser adotado para os bens de raiz ou móveis e para as ações pertencentes aos súditos de ambos os soberanos, que deveriam ser indenizados deduzidas as despesas com a administração e calculados os rendimentos passados. O artigo 7.º cuidava das embarcações e cargas apresadas. Para que essas reclamações fossem examinadas com justiça e rigor, estipulou-se no artigo 8.º a criação de uma Comissão nomeada pelos governos envolvidos. Um prazo seria estipulado e qualquer empate deveria ser resolvido pelo representante do soberano mediador. Antes do início dos trabalhos, os governos deveriam indicar os fundos dos quais sairia o pagamento das reclamações.

Assim, o trabalho da Comissão começou a 8 de outubro de 1827. As indenizações dos particulares contemplavam apenas parte das muitas compen-

---

1 CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das Caravelas: as relações entre Brasil e Portugal 1808-2000*. (Org. Dário Moreira de Castro). Brasília: Ed. UnB, 2000. p.379-80.

sações pecuniárias que o Brasil assumiu perante sua antiga Metrópole. Determinava o artigo 9º do mesmo Tratado que “Todas as reclamações públicas de Governo a Governo serão recebidas, e decididas, ou com a restituição dos objetos reclamados, ou com uma indenização do seu justo valor. Para o ajuste destas reclamações, ambas as Altas Partes Contratantes convieram em fazer uma Convenção direta, e especial”.<sup>2</sup>

Esta foi a Convenção Adicional, firmada na mesma época como se fosse um anexo e mantida secreta para o público.<sup>3</sup> Nela constava que além do pagamento de dois milhões de libras esterlinas, o Brasil também liquidaria todas as reclamações do governo português. Pelo artigo terceiro dessa Convenção, criava-se ainda outra Comissão Mista dos particulares, que tratava exclusivamente de indenizar os particulares pelas despesas provenientes da Guerra de Independência.

Nessa Convenção foram feitas 42 reclamações, entre 8 de novembro de 1836 e 4 de dezembro de 1839.<sup>4</sup> Dessas, 18 eram relativas a fretes (12 em favor de brasileiros e seis em favor de portugueses); 12 pediam ressarcimentos por conta de fornecimentos e foram feitas por brasileiros; nove foram relativas às despesas com as tropas, cinco a favor de brasileiros, 1 a favor de portugueses, dois a favor do governo do Brasil (Rs 1.208.991\$486 e 1.208.991.486) e um a favor do governo de Portugal (Rs 3.423.812\$454). Havia ainda pedido de ressarcimento por empréstimos, sendo duas delas do Corpo do Comércio de Montevidéu, reclamação a favor dos brasileiros, uma com valor de 15.238 pesos e sete e outra com valor de 22.707 pesos e quatro reais.

No meio desses pedidos encontramos o caso de João Vivas, que pedia indenização de R\$ 2.338 e que aparece como brasileiro, embora na época da Abdicação, anos depois, tenha participado intensamente dos movimentos de rua e fosse considerado o português mais turbulento das ruas da cidade. Isto mostra como os pedidos obedeciam a conveniências e a interesses econômicos, havendo uma verdadeira dança de nacionalidades, já analisadas anteriormente.<sup>5</sup>

---

2 CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das Caravelas: as relações entre Brasil e Portugal 1808-2000*. (Org. Dário Moreira de Castro). Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 380.

3 *Ibidem*, p. 118.

4 Estas informações podem ser encontradas em: ANTT – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, C. Mistras no Rio de Janeiro, Livro 46-A e Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, C. Mistras no Rio de Janeiro, Livro 225.

5 RIBEIRO, Gladys Sabina. O Tratado de 1825 e a construção de uma determinada identidade nacional: os seqüestros de bens e a Comissão Mista Brasil-Portugal. In:

Entretanto, o funcionamento da Convenção foi bastante precário. Instalada somente em 8 de novembro de 1836, os seus trabalhos duraram até 1857, quando foram suspensos, e as indenizações dela provenientes, ao que tudo indica, **parecem** ter caído no esquecimento. Amado Cervo afirma que nenhuma indenização foi estabelecida a favor do Brasil.<sup>6</sup>

As recompensas pecuniárias tornaram-se condições básicas para que Portugal reconhecesse a nova condição política do Estado do Brasil. Os pagamentos pecuniários foram, posteriormente, duramente criticados pelos estudiosos da Independência.<sup>7</sup> Contudo, para os negociadores brasileiros as indenizações pecuniárias foram percebidas como o caminho mais curto para se obter o tão desejado e esperado reconhecimento da emancipação política. Perito desta vantagem, tais condescendências pareciam ínfimas. O que estava em jogo eram a soberania e a legitimidade brasileiras.<sup>8</sup> Já do ponto de vista português, buscava-se indenização por valores morais e sentimentais, à parte a discussão se a Metrópole estava ou não em situação precária, do ponto de vista financeiro e econômico.

Portugal, consciente da importância que os plenipotenciários brasileiros atribuíam à sua emancipação política, não perdeu tempo e foi bastante ágil na enumeração dos prejuízos que atribuía ter sofrido com a ruptura. Nada parece ter sido esquecido. Quando Stuart, plenipotenciário luso-inglês, partiu de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1825, munido de plenos poderes para entabular as negociações do reconhecimento, trazia já consigo uma longa e avul-

---

CARVALHO, José Murilo (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

6 CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das Caravelas: as relações entre Brasil e Portugal 1808-2000*. (Org. Dário Moreira de Castro). Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 118.

7 RODRIGUES, José Honório. *Independência – revolução e contra-revolução: a política internacional*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1975. p. 193. v. V.

8 Para um melhor entendimento sobre a soberania e da legitimidade brasileiras no período após a Independência, ver RIBEIRO, Gladys S. *Legalidade, legitimidade e soberania: o reconhecimento da Independência através do Tratado de Paz e Amizade entre Brasil e Portugal (29 de agosto de 1825)*. In: 2º SEMINÁRIO REGIONAL DO CEO, 2005, São João del Rei. *Anais...* São João del Rei: Clio Ed. Eletrônicas, 2005. Conferir também PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. (Orientadora: Gladys Sabina Ribeiro).

tada conta que os brasileiros deveriam assumir. Na visão de Pandiá Calógeras, era esse o lado “repugnante das negociações, [posto que] as indenizações e compensações pecuniárias [foram] exigidas desde o início com uma cupidez sórdida”.<sup>9</sup>

Interesses econômicos podem ser atestados pela fala do Conde de Vila Real, comissário português, que deixou escapar aos comissários brasileiros, Felisberto Caldeira Brant Pontes e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, que o Brasil necessariamente deveria recompensar Portugal pelos imensos prejuízos que a sua separação do Império causara ao velho reino, que vira suas pretensões de ser Império frustradas pelos interesses brasileiros.<sup>10</sup>

Na realidade, a guerra foi fato e aconteceu no Norte. A luta empreendida de junho de 1822 a agosto de 1823 constituiu-se em dura realidade para ambas as nações, e não se tinha a certeza se as conquistas eram permanentes.<sup>11</sup> Há que se fazer um destaque especial para a Bahia, onde estavam estacionadas as tropas do general Ignácio Luiz Madeira de Mello,<sup>12</sup> depois parcialmente deslocadas para a Cisplatina. Até a expulsão das tropas portuguesas travou-se aí uma guerra feroz, que contribuiu para acentuar ainda mais os ressentimentos existentes entre as duas Nações. O importante a frisar é que a ameaça de guerra, mesmo após a pacificação das províncias revoltosas, esteve presente durante todo o tumultuado processo do reconhecimento e mesmo após o tratado.<sup>13</sup>

Nesse contexto, inúmeros foram os danos sofridos por “brasileiros” e “portugueses”.<sup>14</sup> A população sofreu atrocidades e prejuízos, alguns deles passíveis de reparação, como apresamento de navios, seqüestro de bens, destruição de prédios rurais, de casas em área rural ou urbana, de fazendas, de

---

9 RODRIGUES, 1975, p. 147.

10 Ibidem, p. 127.

11 RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Faperj, 2002. Ver, em especial, o capítulo 1.

12 TAVARES, Luiz Henrique Dias Tavares. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; INL, 1977. p. 23. O general Madeira de Mello foi nomeado para o cargo de Governador das Armas, por Decreto de 29 de setembro de 1821.

13 Ver RIBEIRO, Gladys S., citado.

14 Ibidem, para relativização da nacionalidade no período.

plantações, de mobílias, de senzalas, de alambiques, roubo de escravos e animais, saques no comércio, entre outros, todos contemplados nos artigos 6.º e 7.º do Tratado de 29 de agosto de 1825.

Luís Moutinho Lima Álvares e Silva secretariou a Comissão responsável pelas negociações do reconhecimento da Independência do Brasil.<sup>15</sup> Em meio aos seus apontamentos, que serviram de base aos negociadores, encontrou-se registrado que pelo menos as reclamações dos particulares, entre as tantas exigidas pelo governo português, poderiam ser classificadas como “justas”, e a maior parte das indenizações pagas foram revertidas para os portugueses.

É dentro desse clima geral que os preparativos para o cumprimento do acordo estabelecido pelo artigo 8.º do Tratado entraram em ação. Escolhidos e nomeados os vogais e secretários, instruídos os comissários por seus respectivos governos, regulamentados os trabalhos da Comissão, decidiu-se, por Portaria de 14 de setembro de 1827, que a 8 de outubro do mesmo ano fossem iniciados no Rio de Janeiro os trabalhos da Comissão Mista dos particulares. Por parte de Portugal, foram nomeados os comissários José Lourenço Barboza Peres e João Loureiro; representando o Brasil estavam os comissários José Antonio Lisboa e Fructuoso Luiz da Motta. Foram escolhidos como secretários da Comissão, respectivamente Duarte Joyce e Luiz Sebastião Fabregas Surigué.

Tanto o governo do Brasil quanto o de Portugal preocuparam-se imediatamente em passar para seus respectivos comissários as instruções necessárias para que os trabalhos transcorressem sem problemas. Como recomendação máxima dos dois governos, os comissários estavam terminantemente proibidos de acatar reclamações que não estivessem exclusivamente fundamentadas nas “perdas e danos sofridos durante a guerra de Independência entre Brasil e Portugal”.<sup>16</sup> Os fundos direcionados para o pagamento das indenizações não eram detidos pela Comissão, mas pelas respectivas Assembléias Nacionais. À Comissão estavam reservadas as tarefas de julgar e indicar a nação que seria responsabilizada pelos pagamentos das reclamações que julgara.

---

15 Luís Moutinho Lima Álvares e Silva.

16 CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das Caravelas*: as relações entre Brasil e Portugal 1808-2000. (Org. Dário Moreira de Castro). Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 185.

Tecnicamente tudo estava pronto para o início dos trabalhos da Comissão Mista dos particulares, mas as atividades esbarraram em interpretações diferentes do Tratado e as instruções dadas aos vogais dificultaram o avanço da análise das reclamações ao longo dos anos. Não obstante, os trabalhos da Comissão foram iniciados no dia previsto. Por todas as Províncias do Império, circulares informaram ao mesmo tempo o início e o objeto dos seus trabalhos. Cerca de quinhentos exemplares do Edital foram imediatamente distribuídos. Este avisava que as restituições ou indenizações deveriam ser acompanhadas de títulos ou documentos comprobatórios, de acordo com a legislação das autoridades competentes, para serem examinados e julgados pela Comissão.<sup>17</sup>

Apesar de o edital parecer bastante claro, quando as reclamações começaram a chegar os comissários perceberam que a maior parte dos reclamantes não atendia adequadamente às exigências estipuladas. Tornou-se forçosa a publicação de outro edital, com informações mais pormenorizadas. O novo anúncio informava que as reclamações só seriam aceitas se os reclamantes apresentassem

títulos justificativos que provem, tanto o seu direito como o valor dos objetos reclamados, como o seqüestro, confisco ou captura sofrida por motivos das dissensões políticas dos dois Estados, ora felizmente terminadas; que os documentos devem ser reconhecidos legalmente pelas autoridades a quem competir, sendo indispensável o reconhecimento dos respectivos cônsules, que devem ser acompanhadas das competentes traduções os que o forem escritos em língua vulgar, e, finalmente, que todos devem ser selados, na forma das leis existentes a tal respeito.<sup>18</sup>

Contudo, esses erros permaneceram durante quase todo o período de funcionamento da Comissão. Ainda em 1840, perto do encerramento das suas atividades, muitas reclamações foram devolvidas por “vícios de ilegali-

17 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Edital sobre a criação da Comissão Mista, de 8 de outubro de 1827.

18 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Edital sobre erros das reclamações apresentadas à Comissão Mista Brasil Portugal, de 22 de novembro de 1827. ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Os comissários Ventura e Louzada escrevem ao Conde de Vila Real, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 30 de junho de 1840.

dade” ou por “falta de documentos”. A negligência dos suplicantes era ainda maior quanto à satisfação dos despachos interlocutórios proferidos pelos comissários, os quais afirmavam que em virtude da negligência dos reclamantes “os julgamentos da Comissão têm se tornado quase nulos”.<sup>19</sup>

Nesse sentido, pode-se afirmar que a demora dos julgamentos decorria muito mais, ou pelo menos em grande parte, da falta de cumprimento por parte dos requerentes das ordens emanadas da Comissão do que propriamente por culpa exclusiva dos vogais da Comissão, posto que de acordo com as ordens recebidas seriam julgadas unicamente as reclamações que possuíssem documentos comprobatórios suficientes.

Mas a grande “dor de cabeça” da Comissão Mista ligava-se principalmente às interpretações diferenciadas que os comissários brasileiros e portugueses faziam de instruções com teores absolutamente análogos.

Um dos primeiros desacordos ocorridos entre os comissários, logo na abertura dos trabalhos da Comissão, foi levantado pelos vogais portugueses. Estes consideravam indispensável que o governo informasse à Comissão sobre os seqüestros e danos que os governos mandaram fazer aos seus súditos, pois tendo a Comissão de julgar os atos cometidos por uma nação contra os súditos de outra para indenizá-los, tornava-se necessário comparar as alegações do governo com a pretensão dos súditos. Alegavam ainda que se a posição da Comissão era de juiz arbitral, feria o direito natural se não fossem ouvidas tanto a parte lesada como a parte que lesou, porque só assim a Comissão estaria em condições de fazer um julgamento seguro das reclamações apresentadas pelos súditos.<sup>20</sup>

Apesar de os argumentos serem fortes e de acordo com as instruções recebidas pelos comissários, eles não se sustentavam. Aos comissários caberia, exclusivamente, o conhecimento das reclamações dos particulares e não das ações praticadas pelos seus respectivos governos. Coincidência ou não, no mes-

---

19 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Os comissários Ventura e Louzada escrevem ao Conde de Vila Real, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 30 de junho de 1840.

20 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. O comissário Loureiro escreve a Francisco de Almeida, em 9 de novembro de 1827.

mo dia em que essa questão estava sendo discutida em sessão pelos comissários, os dois governos enviaram novas instruções aos vogais, que legislavam especificamente sobre tal matéria. A polêmica encerrou-se de vez com as ordens recebidas. A Comissão Mista foi informada, a 9 de novembro de 1827, que não caberia “aos Comissários, tanto portugueses quanto brasileiros, examinarem as operações dos Governos sobre Seqüestros e Confiscos, que é de competência privativa dos Governos”<sup>21</sup>

É preciso atentar para o fato de que tantas discórdias não provinham exclusivamente de interpretações equivocadas e contraditórias dos comissários. Na realidade, elas ultrapassavam o âmbito dos trabalhos da Comissão e prendiam-se a rivalidades antigas, a hostilidades e insultos de parte a parte, a desavenças e mágoas antigas. E ainda por cima, tinha acontecido uma guerra.

Ainda no ano de 1828 e, portanto, no início dos seus trabalhos, os comissários brasileiros e portugueses iniciaram uma ferrenha discussão a respeito das embarcações danificadas no “tempo de hostilidades”. Enquanto os brasileiros entendiam que elas não poderiam ser atendidas pela Comissão por não estarem contempladas no Tratado, os portugueses afirmavam exatamente o contrário. As instruções dos governos não divergiam entre si. O artigo 7º das instruções do governo brasileiro estabelecia que unicamente as embarcações apresadas eram passíveis de indenizações. No decorrer da luta pela emancipação, de fato muitos, em busca de segurança, fugiram da região de conflito e largaram para trás parte dos seus bens. O número de pessoas prejudicadas diretamente pela guerra foi muito grande, porém, de acordo com o estabelecido no Tratado, cabia aos governos admitir apenas as reclamações fundadas “em presa ou captura proveniente da dissensão política que houve entre os dois Governos”<sup>22</sup> e não aquelas provenientes do abandono “proposital” de seus proprietários. Estas não seriam, de forma alguma, passíveis de indenizações.

Um dado bastante curioso sobre os comissários portugueses é que, entre tantas desavenças, eles faziam questão de frisar o bom tratamento que re-

---

21 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Carta de Loureiro a Francisco de Almeida de Almeida, em 9 de novembro de 1827.

22 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Instruções aos comissários portugueses, [s.d.].

cebiam do governo brasileiro e a “boa harmonia” existente entre os vogais de ambas as partes, embora os contratemplos demonstrem exatamente o contrário. Às dificuldades de interpretação das normas estabelecidas, somavam-se ainda pequenas dificuldades técnicas. Depararam-se os vogais da Comissão com falta de local para a instalação da Comissão, com falta de verbas para as despesas da Comissão, com empregados insubordinados, com salários atrasados e insuficientes, com falta de escreventes. Isto sem se falar que muitos dos atrasos das atividades da Comissão deveram-se igualmente à impossibilidade de os vogais brasileiros comparecerem a determinadas sessões por acúmulo de funções. Os comissários portugueses reclamavam, com razão, da duplicidade de afazeres dos vogais brasileiros. Entretanto, é preciso ressaltar que muitos dos afazeres desempenhados por esses comissários ligavam-se diretamente às próprias atividades governamentais. Não foram poucas as vezes que o comissário Lisboa foi impedido de comparecer às sessões da Comissão Mista por precisar comparecer às Comissões Especiais da Junta de Comércio, da qual era deputado. Da mesma forma o comissário Motta, que além de negociante no Rio de Janeiro era membro da Repartição dos Arsenais da Marinha. O comissário Loureiro estava completamente correto em suas queixas. Ainda em 1829, Lisboa chegara mesmo a reivindicar que os trabalhos da Comissão passassem de dois dias para um dia na semana, pois, além das funções que já exercia, acabara de ser designado pelo Governo Imperial para assumir o cargo de comissário na Comissão Mista Brasil-Inglesa, que tratava dos julgamentos das presas efetuadas durante a Guerra do Sul.<sup>23</sup> E, como era de se esperar, não perderam tempo, os vogais portugueses, em culpar somente os brasileiros pelo precário andamento dos trabalhos da Comissão. Entretanto, todos esses contratemplos não foram bastante fortes para interromperem os trabalhos da Comissão, ao contrário do que acreditou Amado Cervo.<sup>24</sup>

Todas as reclamações não apresentadas à Comissão Mista até 8 de outubro de 1828 foram terminantemente rejeitadas pelos Comissários. O artigo

---

23 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. O comissário Loureiro escreve ao Visconde de Santarém, em 14 de agosto de 1829.

24 CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das Caravelas: as relações entre Brasil e Portugal 1808-2000*. (Org. Dário Moreira de Castro). Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 185. Esse autor assevera que os trabalhos da Comissão começaram apenas em 28 de novembro de 1834.

8º estipulava que as reclamações deveriam ser feitas dentro do prazo de um ano, depois de formada a Comissão. Apesar das discussões, nenhuma reclamação apresentada fora do prazo foi admitida pela Comissão Mista.

A Comissão Mista dos particulares iniciou seus trabalhos na época determinada para a sua instalação, e suas atividades prosseguiram ininterruptas até 4 de dezembro de 1830.<sup>25</sup> Aí sim, os seus trabalhos foram interrompidos até 28 de novembro de 1834, quando a “questão portuguesa” se definiu. A partir daí, seus trabalhos, até a data determinada para o seu encerramento, mantiveram-se inteiramente regularizados.

Os trabalhos da Comissão Mista não poderiam ficar – como não ficaram – imunes aos graves problemas vividos por ambas as nações. As maiores dificuldades vividas pela Comissão provieram exatamente da inconstante situação política das duas nações. Por um lado, Portugal vivia o drama do golpe de Estado dado por D. Miguel, que restabeleceu o absolutismo em seu país. Por outro, o Brasil amargava a abdicação de D. Pedro I. O golpe de Estado lusitano interferiu no andamento dos trabalhos da Comissão. Em 20 de novembro de 1830 morreu o comissário português José Lourenço Barboza Peres, e o “Governo Usurpador” nomeou um comissário para substituí-lo, mas o governo brasileiro se recusou imediatamente a reconhecê-lo. Como consequência direta e imediata dessa decisão, os trabalhos da Comissão ficaram praticamente paralisados.

O desfalque de qualquer um dos comissários representava um sério problema para as atividades da Comissão, pois o seu regulamento interno determinava que sem a presença e assinatura de todos os comissários, nenhum despacho, decisão ou sentença teria vigor.<sup>26</sup> Deste modo, em dezembro de 1830 os trabalhos da Comissão foram interrompidos. A solução desse impasse prendia-se à resolução da questão portuguesa. Concretamente, aceitava-se tão-somente que D. Maria II reassumisse o trono de Portugal.

Pouco antes do falecimento de Peres, o comissário brasileiro, José Antonio Lisboa, já havia se desligado da Comissão para ocupar o cargo de ministro e secretário dos Negócios da Fazenda. Mas, poucos foram os transtornos ofere-

---

25 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Correspondência de Loureiro com o Visconde de Santarém, ano de 1830.

26 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Regulamento da Comissão de 1 de outubro de 1827.

cidos por essa determinação, pois, imediatamente, o governo brasileiro providenciou a nomeação de João Darrigue Faro para ocupar o seu lugar na Comissão, sem que nenhuma objeção fosse feita por parte do governo de Portugal.

Entretanto, a atitude do Brasil em relação à nomeação do novo comissário português foi oposta à de Portugal. O Brasil não aceitava o governo absolutista português. Assim, o comissário Marcelino José Coelho, nomeado por D. Miguel como substituto do comissário Peres, foi recusado pelo governo de D. Pedro. Segundo Loureiro, o governo brasileiro dizia que essa nomeação implicaria, mesmo que de forma indireta, o reconhecimento do direito de D. Miguel à Coroa.<sup>27</sup> Contudo, a posição brasileira era ambígua, uma vez que não se aceitou igualmente a nomeação do comissário Antonio Esteves Chaves pela Regência da Terceira em 1832. Alegava que precisava, antes, ouvir as Câmaras sobre os negócios de Portugal.<sup>28</sup> Deste modo, nenhuma deliberação havia por parte da Comissão. Segundo o comissário Loureiro, o governo do Brasil não tomaria nenhuma decisão até que se definisse a empresa de D. Pedro.<sup>29</sup> Realmente, no que toca aos trabalhos da Comissão; nada se resolveu antes que a situação política de Portugal fosse levada a termo. Assim, ainda em 1832, os impasses continuavam.

Realmente, o governo do Brasil mantinha-se irredutível diante da nomeação dos comissários portugueses. As contendas portuguesas interessavam diretamente ao Brasil. As notícias que aqui chegavam eram sempre favoráveis ao Duque de Bragança. Afirmava o comissário Loureiro, claramente hostil ao governo de D. Maria II, que em virtude da expectativa do Brasil a favor da vitória do Duque de Bragança em Portugal, “segue o Império com sua política cambaleante e estacionária, à mercê dos acontecimentos”.<sup>30</sup>

---

27 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Em 23 de julho de 1831 o Ministro da Câmara discursava sobre as dificuldades de nomeação do comissário português.

28 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Correspondência entre Loureiro ao Visconde de Santarém, de 10 de maio de 1832.

29 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Correspondência de Loureiro ao Visconde de Santarém, em 24 de novembro de 1832.

30 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Carta de Loureiro ao Visconde de Santarém informando sobre as Eleições no Brasil, de 20 de fevereiro de 1833.

Terminada a Guerra Civil, as notícias de Portugal não poderiam ser melhores, segundo as informações prestadas pelo Conde de Vila Real ao governo do Brasil, em 20 de outubro de 1834. Estabilizada a situação política portuguesa, providenciou-se de imediato a nomeação dos comissários portugueses para prosseguir com as liquidações das reclamações dos súditos de ambas as nações. Em 24 de novembro de 1834, os comissários Antonio Gomes Neves Mello e Antonio de Noronha Feital prestaram juramento ante o ministro e secretário de Estado das Justiças do Brasil.<sup>31</sup> Assim sendo, os trabalhos da Comissão Mista foram retomados em 1834, dias depois do juramento dos comissários portugueses.

Tudo indicava que as atividades da Comissão iriam regularizar-se rapidamente. As primeiras providências logo foram tomadas. A exemplo do ocorrido em 1827, época da sua instalação, confeccionou-se um novo Edital, ainda em novembro desse ano, para que fosse distribuído em todas as províncias do Brasil: informava a todos os interessados sobre a reabertura dos trabalhos da Comissão.

Mas, o reinício foi bastante tumultuado. Às antigas dificuldades de interpretação do Tratado, ainda não solucionadas por inteiro, descobriram os vogais, ao examinarem o Livro de Atas e as correspondências, que além de o antigo secretário português da Comissão ter levado para Lisboa muitos documentos importantes da Comissão, Loureiro, em represália à sua demissão, negava-se a devolver os documentos que tinha em seu poder. Para piorar ainda mais a situação, a documentação de Peres se extraviou após a sua morte.<sup>32</sup> Em abril de 1833, atendendo a ordens da Secretaria da Comissão Mista Brasileira Portuguesa, o comissário Motta, assistido pelo comissário português Loureiro, inventariou todas as reclamações existentes na Comissão para que fossem guardadas na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros até que os trabalhos fossem reiniciados. Essa precaução foi tomada, principalmente, porque

---

31 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Carta dos comissários portugueses Antonio Gomes de Neves Mello e Antonio Noronha de Feital ao Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, interinamente encarregado dos Negócios Estrangeiros, Agostinho José Freire, informando sobre o reinício dos trabalhos da Comissão.

32 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Reinício dos trabalhos da Comissão. Caixa 227.

o secretário da Comissão Duarte Joyce, por motivo de doença, retornou ao Reino de Portugal.<sup>33</sup>

Novas instruções foram exaradas pelo governo português. Contemplavam as dúvidas sobre os ofícios, as tenças e as pensões, e solucionavam as questões dos juros, reivindicados pelos comissários portugueses desde antes da paralisação da Comissão. Em 1836, finalmente, parece que tudo foi resolvido a contento no acordo celebrado entre Antonio Paulino Limpo de Abreu, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, e Joaquim Antonio de Magalhães, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do governo português no Rio de Janeiro.

Decidiu-se que a base das indenizações dos ofícios seria a sua lotação. Para tanto, aqueles que serviram pessoalmente os seus ofícios perceberiam uma indenização integral, e os que não pudessem, “por si exercê-los em razão de seu sexo, posição social, ou qualquer outra circunstância”,<sup>34</sup> teriam direito apenas à terça parte da lotação. Excetuava-se da indenização “os que foram demitidos por qualquer dos dois Governos, por motivo que não fosse o da separação e Independência do Brasil; os que, estando em gozo dos ofícios, os abandonaram voluntariamente depois de reconhecida a Independência, e os que se provar terem obtido outras mercês pecuniárias sem atenção às que houverem perdido”.<sup>35</sup>

Os juros que os requerentes deveriam receber a título de indenizações, havia muito eram questionados pelos vogais portugueses. Vale ressaltar que esta outra questão também motivava grandes desavenças entre os comissários. Para os comissários brasileiros, isto já estava resolvido nas instruções recebidas do seu governo, que estipulava: “Não há juros a reclamar por nenhuma propriedade restituída ou indenizações equivalentes. Não foram expressamente estipuladas em uma Convenção amigável como seria necessário, e há muito boas razões para não ter tido lugar tal estipulação”.<sup>36</sup>

---

33 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Carta de Loureiro ao Viscônde de Santarém.

34 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 226. Instruções dos Governos, de 20 de outubro de 1836, sobre ofícios, tenças e pensões.

35 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 226. Instruções sobre juros, de 20 de outubro de 1836.

36 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Instruções aos comissários brasileiros, de 3 de setembro de 1827.

Esse artigo visivelmente desconsiderava o pagamento de juros. Porém, depois de muitas querelas, em função do atraso nas liquidações das reclamações os comissários brasileiros concordaram que os juros fossem anexados às indenizações. Então, a 20 de outubro de 1836 decidiu-se que o pagamento dos juros seria incorporado às indenizações. Determinou-se que os juros recebidos pelos requerentes seriam contados desde a abertura dos trabalhos da Comissão Mista até o dia em que fosse proferida a sentença final. Os comissários estabeleceram ainda que o pagamento dos juros se estenderia a todas as reclamações já sentenciadas pela Comissão. Segundo acordo firmado entre as duas nações, fixou-se que,

os juros seriam de 4% para as reclamações julgadas em moeda portuguesa e de 5% para as reclamações que o forem em moeda brasileira. Fica entendido que os juros, qualquer que seja a natureza da dívida serão pagos no meio circulante do Brasil em atenção à diferença da moeda. Entende-se, outrossim, serem excetuadas desta percepção de juros os ofícios, tenças e pensões.<sup>37</sup>

Após o retorno dos trabalhos da Comissão, a 4 de fevereiro de 1836, os comissários solucionaram também os problemas relativos à forma que deveria regular o câmbio entre as praças do Rio de Janeiro e de Lisboa para o pagamento dos reclamantes, tendo em vista a Lei de Extinção da moeda papel de Portugal. O acordo firmado previu que “o desconto da moeda fosse de 20% conforme a lei de seu resgate, deduzido das respectivas quantias. Quanto ao câmbio, será regulado pelo do dia em que se verificarem os pagamentos. Nas sentenças já julgadas devem ser determinadas tais decisões”.<sup>38</sup>

Verdadeiramente, os principais empecilhos para o andamento das atividades da Comissão estavam todos afastados. Entretanto, os reclamantes teimavam em negligenciar as solicitações proferidas pelos comissários, acarretando muitos atrasos nas atividades da Comissão. Segundo os comissários, nada podia ser feito por causa da falta de documentos em algumas reclama-

---

37 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 226. Instruções dos Governos sobre juros de 20 de outubro de 1836.

38 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 226. Instruções dos Governos sobre Câmbio, de 4 de fevereiro de 1836.

ções, “que por malícia ou por negligência não puderam ser comprovadas com aquela evidência moral, que se torna precisa e indispensável para os juízos dos comissários formarem sua opinião”.<sup>39</sup>

Dessa forma, ficavam os comissários à mercê da boa vontade dos reclamantes. Os comissários queixavam-se que os julgamentos haviam se tornado quase nulos. Várias foram as sessões da Comissão que os vogais tiveram de encerrar por não terem absolutamente nada a fazer. Daí, temerosos que os trabalhos da Comissão se prorrogassem indefinidamente, os próprios comissários sugeriram que fosse estipulado um prazo para o encerramento dos trabalhos. Assim, entre outros acordos firmados pela Convenção de 4 de dezembro de 1840, estabeleceu-se que os trabalhos seriam encerrados seis meses após a ratificação, pelos dois governos, dessa Convenção. Deste modo, de acordo com o estabelecido, em 20 de março de 1842 os trabalhos teriam de ser encerrados. Foi também negociado pela Convenção, firmada pelos plenipotenciários brasileiros Oliveira Coutinho e Aureliano de Souza e pelo enviado português Ildefonso Leopoldo Bayard, o modo como se processaria o pagamento dos respectivos súditos. Para que todos os suplicantes que ainda tivessem reclamações pendentes na Comissão tomassem conhecimento do término dos trabalhos, foi dada a devida publicidade ao acordo firmado pela Convenção de 1840.

Assim, segundo Amado Cervo, o fim dos trabalhos da Comissão Mista foi oficiado ao Governo Imperial a 19 de fevereiro de 1842. Ao todo foram julgadas 474 reclamações, tendo o governo brasileiro entregue, ao português, o valor de Rs 557:784\$920, por Decreto de 7 de junho de 1843, e o resquício de Rs 2:237\$599, último pagamento, em 1846. Ainda para ele, as indenizações foram bem menores do que se imagina, tendo sido paga ao governo português “cifra equivalente a 1,3% da receita das exportações brasileiras relativas ao exercício financeiro de 1843-1844”.<sup>40</sup>

Vendo mais de perto esses números, o valor total das reclamações, em números absolutos, foi de Rs 2.233.253\$604. Destes, Rs 243.221\$947 sobre dinheiro efetivo; Rs 4.000\$000 sobre prédios; Rs 896.910\$307 sobre embarca-

39 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 227. Correspondência de Motta e Feital ao Conde de Vila Real, de 14 de fevereiro de 1835.

40 CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das Caravelas: as relações entre Brasil e Portugal 1808-2000*. (Org. Dário Moreira de Castro). Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 190.

ções; Rs 689.925\$812 sobre efeitos; Rs 385.195\$538 sobre ofícios, Rs 14.000\$000 sobre pensões.<sup>41</sup>

Das 70 reclamações em *dinheiro*, 65 eram portuguesas (11 entre 1827 e 1831 e 54 entre 1832 e 1842) e cinco brasileiras. Das 224 reclamações por efeitos (capitais e interesses), 203 eram portuguesas e 21 eram brasileiras. Quanto às *embarcações* (capitais, interesses e fretes), 55 pedidos de indenização correspondiam a oito solicitações brasileiras e 47 portuguesas. Sobre uma embarcação poderiam recair pedidos de mais de um reclamante.

Foram 34 pedidos por *ofícios*, sete de brasileiros e 27 de portugueses. Vale lembrar que pedidos feitos por indivíduos considerados brasileiros podiam se referir a ofícios exercidos também fora do país, como na Madeira, Elvas, Luanda e Lisboa. Dos portugueses, a maioria pedia por ofícios (rendimento calculado anualmente, mais interesses) exercidos no norte do país. Em números, temos três solicitações por Minas Gerais, duas pelo Maranhão, sete pela Bahia, quatro por Pernambuco, duas pelo Pará, uma por Sergipe, e ainda, Pedro Joze Caupers por ter sido Escrivão dos Órfãos de Pitangui (exemplo: rendimento anual de Rs 1.200\$000, interesses de Rs 7.800\$000, sendo o total de Rs 31.800\$000); Manoel Joze Gomes Loureiro por ter sido Conselheiro da Fazenda (pedido total de Rs 2.000\$000); João Sabino de Assiz que foi Solicitador dos Resíduos e Capela; Joze Maria Rapozo que foi Vedor da Chancelaria Mor do Reino; Quiteria Escholastica de Souza Menezes Pereira de Castro que pedia pelo cargo ocupado pelo seu marido, de Escrivão do Crime da Corte e Casa.

Os pedidos relativos a *pensões* foram apenas 12, sendo seis de brasileiros e seis de portugueses. Os brasileiros eram: Marquês de Paranaguá, lente Jubilado da Academia de Marinha de Lisboa; Marquesa de Paranaguá, pensão remuneratória; Barão de Inhomirim, por cargo ocupado na Universidade de Coimbra; Sebastião Navarro de Andrade, igualmente por cargo na mesma universidade; Antonio Joze de Miranda, lente Jubilado da Universidade de Coimbra; Joaquim Francisco Leal, por rendimento de uma Capela na Ilha de Madeira. Os portugueses eram: Joze Maria Torquato Franco; Antonia Maria Auta Pereira, João Bernardo Corrêa Caupers, Augusto Joze de Carvalho; Luiza Ig-

---

41 MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Arquivo Central. Comissões Mistas no Rio de Janeiro. Caixa 225.

neze de Castro e Joze Luiz Brusco. Nenhum deles identificou a natureza do pedido, apenas o valor que solicitavam.

Os *prédios* somaram 23 pedidos, dos quais 22 eram de brasileiros e 1 de português (Manoel Antonio Xavier). Os valores também eram calculados em capitais e interesses, que somados davam o total do valor que pediam à Comissão. Luiza Ignez de Castro, portuguesa, fez o único pedido de *tença*, no valor total de Rs 14.000\$000. Encontramos ainda 86 pedidos *sem valores estipulados*, 63 de brasileiros e 23 de portugueses.

Foram feitas 46 *reclamações sobre juros*, 27 portuguesas e 16 brasileiras. Os juros foram calculados até o dia dos respectivos julgamentos, e estas quantias sofreram acréscimos até o dia do seu reembolso, de acordo com o Convênio assinado em 20 de outubro de 1836. No total, a importância dos juros a favor dos reclamantes brasileiros foi de Rs 18.479.320, e a favor dos reclamantes portugueses de Rs 35.179.576.

Ao total, foram 220 reclamações liquidadas, sendo 51 de brasileiros e 169 de portugueses.<sup>42</sup> As sentenças foram exaradas entre dezembro de 1836 e fevereiro de 1842. Além da data da sentença, na documentação vê-se que os valores pagos foram calculados a partir de quantias julgadas em moedas na forma da lei, em moeda portuguesa e brasileira reduzidas a metal. O pagamento de juros foi feito até a data da sentença e depois da sentença também, pois a maioria dos pagamentos se deu depois de 1842. Além disso, havia o *ágio* da moeda portuguesa e cálculos dos rateios a 64%, a 43% e a 21%.

Foram 169 as liquidações pagas, sendo 122 pelo Brasil e 47 por Portugal. Foram incluídas nos cálculos as quantias julgadas em moeda do país e os juros respectivos. As liquidações pagas por Portugal tinham os cálculos em moeda brasileira e vice-versa, mas muitas vezes também havia o cálculo da moeda do próprio país que pagava a indenização, como foi o caso do reclamante José Mendes Barbosa, português, que solicitava ser indenizado por fazendas. Reclamou a quantia de 729.596, tendo sido 428.654 julgados em moeda portuguesa, 57.607 em moeda brasileira e 201.215 de *juros*.<sup>43</sup> Para as 47

42 MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Arquivo Central, Comissão Mista no Rio de Janeiro. L.225.

43 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Central, Comissões Mistas no Rio de Janeiro, Livro 46-A. Processo nº 180. Foi paga pelo Brasil, sendo o seu reclamante português.

reclamações pagas por Portugal, 41 foram pagas até 31 de dezembro de 1838; dois foram pagas em 1839 e quatro em 1841. Para as 122 reclamações brasileiras, 91 foram pagas até 31 de dezembro de 1838, e 31 foram pagas em 1839.

Foram 276 *reclamações fora do prazo* e 41 *excluídas*. As reclamações feitas fora do prazo estabelecido pelo Tratado foram todas resolvidas em 1842. Dessas, 178 eram portuguesas e 98 brasileiras. Das portuguesas, 107 por falta de despacho, sendo 27 entre 1827 e 1831 e 80 entre 1832 e 1842. Além dessas, houve 55 excluídas, sendo dez entre 1827 e 1831 e 45 entre 1832 e 1842 e 16 preventivas, sendo todas entre 1827 e 1831. Quanto às brasileiras, 38 por falta de despachos, sendo 34 de 1827 a 1831 e quatro de 1832 a 1842, e 60 foram excluídas, sendo 11 entre 1826 e 1831 e 48 entre 1832 e 1842, além de uma delas não ter data declarada.

Quanto às *reclamações excluídas*, foram 41, sendo 18 brasileiras e as demais sem nacionalidade declarada. Dessas, dois foram referentes a mobílias; sete a roças e escravos; nove ofícios; dois relativos a prejuízos e dois a propriedade, sem especificar exatamente o que se desejava; uma era relativa a ordenados, e três reclamavam prejuízos tidos nas roças; dois acusavam danos a iates; cinco reclamavam fazendas; três perdas com relação a escravos, três com relação a gêneros e dois pensões.<sup>44</sup>

---

44 MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Arquivo Central, C. Mistos no Rio de Janeiro, Livro 46-A.

# ENTRE PORTOS, COMÉRCIO, E TROCAS CULTURAIS: OS PORTUGUESES E AS LUTAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA – 1808-1835\*

Magda Maria de Oliveira Ricci  
UFPA

Em 7 de janeiro de 1835, quando os cabanos tomaram as ruas e a cidade de Belém do Grão-Pará, havia uma palavra de ordem repetida pelos revolucionários: “morte aos portugueses e aos maçons”.<sup>1</sup> A maçonaria merece um estudo à parte, mas este que agora elaboro procura compreender por que os homens cabanos que tomaram a capital da Amazônia portuguesa tinham tanto ódio aos seus colonizadores. Saindo do senso comum, este estudo delineia algumas das raízes de uniam e que separavam brasileiros e portugueses, enveredando pelos meandros do comércio e da política luso-brasileira entre os anos de 1808 e 1835.

O vasto território do Grão-Pará se desenvolveu, em grande medida, em separado da colônia do Brasil. Boa parte de seus negócios, bem como toda sua vida religiosa, agregava-se diretamente a Portugal. De uma forma geral o antigo Grão-Pará, sempre próximo ao Maranhão, envolvia toda a atual região Norte do Brasil com exceção do estado do Acre, chegando, em alguns momen-

---

\* Este estudo faz parte de uma pesquisa que desenvolvo na UFPA com o apoio do CNPq; cujo projeto denomina-se: “O Império sem rei: a Amazônia, a Cabanagem e as fronteiras do Brasil setentrional”.

1 A historiografia sobre o movimento cabano é vasta. Para uma análise, ver: Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*. Manaus: Valer, 2001; e Ricci, Magda. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. *Anais do Arquivo Público do Pará*. 2001, v. 4, T. I, p. 241-74.

tos, a abranger partes dos atuais estados do Piauí, Ceará, Mato Grosso, Tocantins e Goiás. Em 1862, por exemplo, o dr. Antonio Henriques Leal, erudito maranhense, recordava que “a adesão mais tardia” do Maranhão e do Pará “à causa da Independência” brasileira derivava de “circunstâncias peculiares” que foram se somando desde o seu descobrimento. Formando com o Pará, por quase todo o tempo colonial, um Estado “que não dependia do resto do Brasil”, mesmo quando a Monarquia veio a estabelecer sua sede no Rio de Janeiro em 1808, sempre esteve “mais em contato com Portugal do que com a Corte”. Assim, lembrava Henriques Leal, suas “relações de comércio e de amizade, suas recordações e tradições, sua educação” – tudo prendia o Maranhão e o Pará “à antiga metrópole”<sup>2</sup>.

Ainda no século 18, ou melhor, após o Tratado de Madri, essa parte do Império Ultramarino ganhou importância estratégica nas pendências diplomáticas Ibéricas.<sup>3</sup> O Grão-Pará e sua gigantesca bacia hidrográfica foram, paulatinamente, emancipando-se administrativa e economicamente. Nascia uma elite local bem relacionada com a Europa e com um comércio bastante distinto daquele praticado pela economia colonial canavieira baiana ou pernambucana. A especificidade da região era, justamente, o seu principal trunfo. Ainda em 1829, Antonio Ladislau Monteiro Baena,<sup>4</sup> um militar graduado da artilharia em Belém, recordava que após a carta régia de 28 de janeiro de 1808, que

---

2 LEAL, Antonio Henriques. Introdução. In: VIEIRA DA SILVA, Luis Antonio. *História da Independência da Província do Maranhão, 1822/1828*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Americana, 1972. (1. ed., 1862). p. 23.

3 Sobre a questão dos limites e fronteiras da Amazônia, ver: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. 2. ed. Belém: Secult, 1993 [1948]. 2v.

4 Antonio Ladislau Monteiro Baena (1781-1850) chegou ao Grão-Pará em 1803, acompanhando o capitão-general Conde dos Arcos, no posto de segundo tenente de artilharia. Militar dedicado, Baena também se destacou como pesquisador e escritor. Participante ativo dos movimentos sociais da primeira metade do século 19 no Pará, envolveu-se na tomada militar a Caiena, e depois, ambigualmente, no processo de Independência. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fazendo publicar na revista dessa instituição e em outras casas publicadoras inúmeros textos e livros estatísticos, corográficos e biográficos. Para maiores detalhes sobre sua vida, ver: BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p. 235. v. 1. Para uma análise de sua obra ver: BARROS, Michelle Rose de. *Germes da grandeza: Antonio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do*

estabeleceu “comunicação mercantil” entre os “portugueses americanos e as outras nações”, começaram a “vir os ingleses e mercadejar, e a estabelecer-se no Pará”.<sup>5</sup> Todo esse comércio, todavia, sofreu um sério abalo nos tumultuados anos de 1807 e 1808, momento em que Napoleão tomava Portugal e o príncipe regente D. João VI vinha para a América e se estabelecia no Rio de Janeiro.

Em 28 de novembro de 1807, o capitão Francisco Pedro Ardasse, um negociante português da praça de Belém, sofreu um sério abalo ao ler uma carta recebida de um patricio residente no Maranhão. Nessa missiva, o sr. Caetano José, além das rotineiras prestações de contas, expunha também as “infaustas notícias recebidas das cidades do Porto e Lisboa”. Entre as contas do cacau – enviado do Pará para o Maranhão e dali para Portugal, e das carnes e sal que chegavam, via Maranhão, ao Pará – tornou-se notório que em Lisboa os embates diplomáticos chegavam a um grande impasse. De um lado, os franceses cobravam o fechamento dos portos portugueses aos ingleses, com o seqüestro dos bens e expulsão das terras lusitanas. Solicitavam ainda dez milhões de réis para despesas de seu exército e a assistência portuguesa às tropas francesas que viessem aportar nas terras lusas. De outro lado, os portugueses não aceitavam o seqüestro de bens, nem a extradição dos súditos britânicos, mas, ao invés de se mobilizarem para a luta, começavam a arrumar as malas para uma fuga em massa.<sup>6</sup> Pelo que se podia apurar das notícias trazidas pelos tripulantes dos navios portugueses *Sociedade Feliz, São José, Indiano e V. Delfina*, em 25 e 26 de setembro de 1807 o negociante soube ainda mais: “que em Lisboa se tinham aumentado as tropas de terra e mar” e que ficava a nau “Príncipe Real pronta para transportar ao Rio de Janeiro o Príncipe da Beira D. Pedro de Alcântara junto com uma irmã”. Denunciava ainda que – escoltando essa embarcação Real – circundavam várias naus e fragatas “para o que já ficava pronto e encaixotado o respectivo trem e já embarcado grande número de

---

Império brasileiro (1823-1850). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, UFPA. Belém, 2006.

5 BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. 2. ed. Belém: UFPA, 1969. (1. ed., 1829). p. 273.

6 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). *Documentação Notarial* [DN]. Juízo Ordinário da Capital. Primeiro Ofício. Autos de Devassa que dirigiram os negociantes desta praça ao Ilmo. Senhor General Ouvidor Doutor Joaquim Clemente da Silva Pombo em 31 de dezembro de 1807, p. 4.

peessoas de artilharia”. A mensagem finalmente destacava que muita munição havia sido expedida para o Brasil: “para o Rio de Janeiro 5.000 barris de pólvora, para a Bahia 4.000, e para Pernambuco 3.000 barris...”<sup>7</sup>

Diante de advertências tão funestas, os treze maiores comerciantes da praça de Belém não queriam remeter mais nenhuma mercadoria para Portugal, temendo graves prejuízos. Entretanto, o capitão João de Araújo Roza, consignatário do navio *Modesta* – que havia sido contratado para o transporte dos produtos do Pará para Portugal nessa ocasião –, recusava-se a empatar tempo e capitais com suspeitas não confirmadas. O dito capitão alegava ainda que representava interesses maiores do que os dos treze homens em questão, ligando-se aos interesses de mais de cento e cinquenta negociantes. Começava em Belém do Pará toda uma mobilização que acabou nas portas da justiça e mais precisamente do ouvidor dr. Joaquim Clemente da Silva Pombo. Depois de meses de processo e devassa, o navio acabou permanecendo em Belém, pois os boatos foram se confirmando. D. João VI aportava no Rio de Janeiro e as velhas cidades portuguesas de Lisboa e do Porto caíam por terra em mãos inimigas. Neste caso o prejuízo não era apenas econômico. Um parente português lembrava a seu compatriota no Maranhão a tragédia em curso, frisando: “Deus queira seja a nosso favor os ingleses”. Comentava ainda que todos tinham saído de Lisboa e do Porto com os seus pertences e fundos para a Inglaterra. E finalizava: “enfim está Lisboa e todo o reino, segundo as últimas notícias que aqui chegaram pelo navio *Sociedade Feliz*, em um estado de consternação como nunca se viu”<sup>8</sup>.

Havia diversas ordens de prejuízos: comerciais, familiares e pessoais. Todavia, esses portugueses estabelecidos no norte buscavam – de várias formas – melhorar sua situação. Apenas alguns meses mais tarde, em 10 de junho de 1808, outro negociante, João Carlos Lucina, da Companhia Cônsul de Nação Portuguesa, ditava uma procuração a Manoel Souza Freire para que este buscasse resolver na Inglaterra um grave incidente comercial. Seu navio havia sido retido em diversos portos ingleses com toda uma enorme leva de gêneros, que também eram produto do negócio e indústria de muitas mãos portu-  

---

7 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). *Documentação Notarial* [DN]. Juízo Ordinário da Capital. Primeiro Ofício. Autos de Devassa que dirigiram os negociantes desta praça ao Ilmo. Senhor General Ouvidor Doutor Joaquim Clemente da Silva Pombo em 31 de dezembro de 1807, p. 5.

8 Idem, p. 9.

sas em atividade na Amazônia. Eram mais de 1.160 sacas de arroz, 300 sacas de cacau, seis dúzias de tábuas, 13 tachas de ceras, 11 pontos de marfim, seis barris de óleo de copaíba, 48 pranchões de pau amarelo e roxo, 24 sacas de algodão e 23 paneiros de salsa.<sup>9</sup> Se os compatriotas de Portugal migraram para os portos ingleses, as mercadorias daqueles que viviam no Pará também foram parar lá, mesmo que por percursos tortuosos. Explicitava-se uma rede de trocas entre o Pará e a Inglaterra. À primeira vista, estas histórias parecem revelar alguns traços comerciais e confirmar certas ligações entre a capitania do Grão-Pará, o Maranhão, Portugal e Inglaterra, tornando mais amplas e diferentes nas províncias Amazônicas as relações comerciais durante a crise política e social dos anos de 1808-1820. As histórias revelam também que a situação política e os distúrbios sociais e econômicos instaurados pela invasão napoleônica transtornaram negócios e amizades, mas também deram a eles outros contornos.

A crise política e social dos anos de 1808-1820 deixou os maranhenses e os paraenses que trabalhavam com o comércio internacional mais próximos da Europa. A invasão napoleônica a Portugal levou os paraenses, aliados às tropas vindas de Pernambuco e Ceará, a uma invasão do território francês nas Guianas: foi a chamada “tomada de Caiena”. De 1809 até 1817 muitos paraenses se estabeleceram no antigo território francês e muitos franceses migraram para o Pará, estabelecendo-se aí um rico intercâmbio de mercadorias e idéias revolucionárias. O jardim botânico de Caiena foi “transferido” para Belém e as pesquisas com a climatização de diversas espécies como as de alguns tipos de cacau, de café e de diversas outras “drogas” do sertão puderam ser desenvolvidas no Brasil, migrando de Belém para Recife e dali para o Rio de Janeiro.<sup>10</sup> Esses tempos de guerra com os franceses e de alianças com ingleses trans-

---

9 APEP. DN. Livro de notas do tabelião Perdigão – 1807-1808, p.67 frente e verso. Ainda nesse mesmo sentido, existem muitos casos no mesmo teor, registrados em tabelionato. Em 9 de março de 1810 o comerciante João Correia da Cunha efetiva uma procuração a seu irmão Manoel Correia da Cunha, residente em Lisboa, dando poderes a este para agir em seu nome na cidade de Lisboa e em todos os portos da Grã-Bretanha. O mesmo o fez o negociante Joaquim Ribeiro da Silva Pacheco, que desejava contatos no Porto, em Lisboa e em qualquer parte de Portugal.

10 REIS, Arthur Cezar Ferreira. O jardim botânico de Belém. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 1-14, set. 1946; e REIS, Arthur Cezar Ferreira. Os portugueses e brasileiros na Guiana Francesa. *Cadernos de Cultura do Ministério da Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, p. 3-31, 1946.

formaram os negócios e amizades no antigo Grão-Pará. Trouxeram para a elite local outros contornos, aproximando-a do comércio com a Inglaterra ou mesmo das pesquisas e comércio feitos pelos franceses de Caiena.

Desde sua separação do Maranhão em 1772 a até pelo menos 1817, a capitania do Grão-Pará cresceu em população e em comércio. Arthur Cezar Ferreira Reis, pesquisando os ofícios trocados entre as autoridades do Pará, de Lisboa e de outras capitanias circundantes à Amazônia, relata que entre o final do século 18 e o início do 19 o Pará cresceu significativamente, sobretudo nos anos de funcionamento da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) e em suas ligações comerciais e imbricações na política de ocupação da Amazônia e expansão de seus limites e fronteiras. Essa tendência ao crescimento também se confirmava nos relatos do oficial Antonio Ladislau Baena, o qual ressaltava que entre as décadas de 1780 e 1800 o número de navios dedicados à exportação no Pará havia saltado de doze ou treze para 25. Como forma de comprovar esta afirmativa mencionava que em setembro de 1800 o então governador do Pará remetia um ofício ao ministro régio das finanças de Portugal dando ciência de que na “década de seu governo” construíra “quatro fragatas, três charruas, três bergantins, doze chalupas artilheiras e muitas embarcações de baixo bordo para a navegação interna da Capitania”. Toda esta frenética indústria naval mantinha “mais de dois mil operários indianos empregados no corte, na condução e no embarque das madeiras e na construção dos ditos vasos da Real Armada”. O mesmo governador concluía que, apesar de as despesas terem sempre aumentado, a renda pública havia tido um significativo “incremento”<sup>11</sup>

Em linhas gerais, após 1800 o comércio avultava na principal praça da capitania do Grão-Pará, a cidade de Belém.<sup>12</sup> Estudos mais recentes sobre as exportações portuguesas para o Brasil confirmam que o Pará e o Maranhão

---

11 REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1978 [1962]. p. 243. v. 2. t. 3.

12 Estudos mais recentes confirmam antigos relatos, demonstrando que houve uma rápida crise entre 1800 e 1809, passando a se restabelecer para tornar a declinar após os anos finais da década de 1810. Ver: COUTO, Francisco Caldeiro Coutinho de. *Corolário que mostrara o estado atual da real fazenda do Pará*. Lisboa: Tipografia Patriótica, 1822. p. 52; ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região*

juntos exportavam entre 1796 e 1799 cerca de 13,6% dos produtos remetidos para a metrópole vindos do atual território do Brasil. Já entre 1804 a 1807 esta porcentagem aumentava para 19% e, em ambos os casos, estas duas capitânicas ocupavam o quarto lugar no *ranking* das capitânicas exportadoras.<sup>13</sup>

Da mesma forma, aprimorou-se o contato com Mato Grosso e Goiás pelos rios Madeira e Tocantins, onde foram construídas estações para “socorro e abastecimento das monções”.<sup>14</sup> Todo esse comércio, muitas vezes efetivado de maneira não lícita dentro das regras mercantis impostas pela coroa portuguesa, detalhava-se em um enorme mosaico formado pelas junções de várias “economias”: desde a familiar, a militar, até a de negócios e gêneros. Nela tornava-se complicado separar os portugueses dos brasileiros e, com as lutas pela independência, vários grupos políticos começaram batalhas contínuas e crescentes por mais poder político e social na região. Estes dados revelam que a crise política da década de 1820 para o antigo Grão-Pará e Maranhão significou uma verdadeira tragédia econômica, que extrapolava em muito os limites dessas duas províncias. Ela podia significar o rompimento de alianças familiares e econômicas que estavam em expansão até meados da década de 1810.

Mais do que um problema econômico, essa crise política chegou em meio a uma enorme insatisfação social dos trabalhadores e moradores mais pobres da atual Amazônia. Para esses trabalhadores livres e pobres um dos maiores problemas sociais era o recrutamento. Com o fim do Diretório Pom-

---

*Amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada.* Belém: UFPA/Naea, 1974.

13 Sobre a expansão comercial no fim do século 18 e início do 19, ver: REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão, p.71; e REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Brasil cria na Amazônia sua área Imperial. A política de consolidação territorial. In: *A Amazônia que os portugueses revelaram*. 2. ed. Belém: Secult, 1994. p. 55-78. Já no que diz respeito à Companhia de Comércio no Grão-Pará e Maranhão, ver no levantamento de fontes a posição mercantil de incremento comercial e social e sua crítica: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1963. 3 tomos; NUNES, Manuel Dias. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: UFPA, 1970; CARREIRA, Antônio. *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. 2. ed. Lisboa: Ed. Presença, 1982 [1962]. Sobre a questão dos limites e fronteiras da Amazônia, ver: REIS, 1993 [1948], citado.

14 REIS, Arthur Cezar Ferreira, 1993 [1948], p. 71.

balino, as antigas vilas e aldeias passaram a se governar. Contudo o governo português criou outros mecanismos de controle dessa população recém-emanipada. Desde a reforma de 1798 nasceram regras rigorosas, fazendo que todo homem livre ou liberto em idade adulta fosse potencialmente um candidato ao recrutamento. Essas regras excetuavam os clérigos regulares e seculares, os filhos únicos e os filhos dos proprietários de terras e escravos. Também havia exceções para indígenas recém-resgatados, que passavam por um período em que não eram remetidos para longe de suas vilas e famílias. No entanto, quando, nas décadas de 1820 e 1830 os distúrbios políticos se ampliaram, o recrutamento foi ganhando proporções gigantescas, várias regras e convenções foram quebradas e a insatisfação da população aumentou muito. Paralelamente ao aumento dos recrutáveis, havia ainda muitas queixas contra as lideranças das tropas. Na década de 1820 o comandante das Armas, Brigadeiro José Moura, havia efetivado uma política de colocar no comando das tropas de linha pessoas adeptas à causa portuguesa. Isto causou muitos descontentamentos.

De fato, desde pelo menos 1808 os trabalhadores no Grão-Pará viveram tempos agitados. Primeiro foi a tomada de Caiena, na Guiana Francesa, movimentação militar marcada por um revide à invasão napoleônica a Portugal. Somente o corpo de Ligeiros, mandado de Belém para Caiena, absorveu mais de 2.540 homens, constituindo-se em nada menos do que 4% da população da Capitania do Pará. Entre oficiais e soldados existiam muitos pardos e negros. O próprio bispo do Pará lembrava que somente de Pernambuco teriam sido remetidos para Caiena, via Belém, cerca de dois mil escravos. Números exagerados ou não, de fato, estudos mais recentes demonstram que a situação na fronteira entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa manteve-se tensa e movimentada desde a última década do século 18. Após a Revolução Francesa, notícias sobre a abolição da escravidão faziam aumentar o trânsito de escravos fugidos entre os dois lados da fronteira.<sup>15</sup> Esse ir-e-vir chegava a extremos com a formação de comunidades de desertores da escravidão, caracterizadas por muita estabilidade e com sólidas redes de

---

15 Para um panorama mais detalhado dessa situação, ver: MARIN, Rosa Acevedo. *A influência da Revolução Francesa no Pará*. In: CUNHA, José Carlos C. da (Org.), *Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia*. Belém: Unamaz; UFPA, 1992. p. 34-59; e BÉNOT, Yves. *La Guyane sous la Révolution*. Cayenne: Ibis Rouge Ed., 1997.

comércio.<sup>16</sup> Sobre este assunto, Antonio Baena registrou que a Carta Régia de 6 de junho de 1809, entre outras ordens, mandava “ir de Pernambuco ao Pará” oitocentos homens do regimento de artilharia. Esses homens, de fato, se apresentaram em Belém com um reforço a mais constituído por recrutas cearenses. Baena ressaltou, porém, que no curso de janeiro de 1810 lavraram-se muitas deserções no destacamento pernambucano, mormente nos recrutas cearenses, que se embrenharam em um ávido movimento de fuga. A maioria desses desertores, todavia, não conseguiu chegar ao seu “país natal”. Ditava Baena: “uns morreram penetrando com ardor através de lagoas, precipícios, ínvios serros, rudes selvas: e outros foram apreendidos dentro dos confins da Capitania [do Pará] ou um pouco além deles”.<sup>17</sup> De qualquer forma, o certo é que pernambucanos e cearenses estiveram no Pará e muitos permaneceram em território amazônico. Ainda em 1821 Luís Caetano de Leirós Andrade e Castro remetia um ofício ao rei D. João VI solicitando-lhe a atribuição de medalhas, em ouro para os oficiais de patente, e em prata para os oficiais inferiores e marinheiros, aos militares que participaram na “ação de conquista da Guiana Francesa”.<sup>18</sup> Já se haviam passado quatro anos do final da ocupação portuguesa em Caiena e os militares nem sequer tinham recebido suas medalhas. O grau de insatisfação com essa situação e com a condição de eternos recrutáveis só se ampliou nas décadas de 1810 e 1820.

No mundo luso a política revolucionária se ampliava. Depois da época da aclamação de D. João VI, em 1817, seguiram-se anos agitados, culminando esse processo em 1820, momento da Revolução Liberal do Porto. Em seguida,

---

16 Aqui faço uso do termo “comunidade” de desertores por dois motivos: primeiro porque em muitos destes ajuntamentos existia mais do que escravos fugidos de origem africana. Trabalhos mais recentes dão conta de que soldados e índios muitas vezes faziam parte desse universo na Amazônia. Em segundo plano está o fato de que os termos “quilombos” e “mocambos” são utilizados pelos agentes de sua repressão, não correspondendo necessariamente à forma como seus moradores se percebiam. Para maiores detalhes sobre essa terminologia, ver: FUNES, Eurípedes A. Nasci nas matas, nunca tive senhor – história e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José; Gomes, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 467-97.

17 BAENA, Antonio Ladislau Monteiro, p. 278, 283.

18 “Requerimento de Luís Caetano de Leirós Andrade e Castro para D. João VI de 6 de setembro de 1821”. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 151, D. 11659.

surgiram turbulências políticas em toda parte da antiga colônia lusa na América, e o estado de espírito do povo do Grão-Pará era de constante movimentação dentro do cenário da independência nacional.<sup>19</sup> Cada autoridade local recebia e interpretava um volume cada vez maior de notícias, boatos e leis em meio a um universo cheio de ouvidos indiscretos e até perigosos.<sup>20</sup>

Em 1821, João Severiano Maciel da Costa, o futuro Marquês de Queluz, publicou em Coimbra um opúsculo intitulado *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil*,<sup>21</sup> onde discutia a formação nacional e constitucional *versus* a heterogeneidade do povo no Brasil, ressaltando o problema da escravidão africana. Maciel da Costa era um jurista mineiro formado em Coimbra. Em 1809, o rei D. João VI o nomeou governador em Caiena. Em 1821 tomou o partido do velho rei, voltando para Lisboa. Contudo, foi impedido de fixar moradia em Portugal por ser brasileiro e ter sobre si a acusação de publicar, no Rio de Janeiro, panfletos contrários aos portugueses. Em 1821, ainda tentando conciliar a posição exaltada entre portu-

---

19 A historiografia da Independência é vasta e muito diversificada. Para indicativos mais gerais de sua variação e diversidade ao longo do século 19 até a década de 1970 ver: MOTA, Giselda. *Historiografia. Bibliografia. Documentos*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 337-464; SODRÉ, Nelson Werneck. *A elaboração da Independência*. In: *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1973. (1. ed., 1945). p. 131-41; SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Independência, Primeiro Reinado e Regência*. In: BERRIEN, William; MORAES, Rubens Borba de (Org.). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráf. Ed. Souza, 1949. p. 408-23. Já para uma análise dos estudos mais recentes, ver: OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A historiografia e a questão da Independência*. In: *A Astúcia liberal*. Bragança Paulista: Ícone; Edusf, 1999. p. 1-65; e MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

20 Existe já uma historiografia atual que vem se dedicando a estudos sobre o período da Independência, ressaltando aspectos que vão desde a idéia de Império e liberalismo, até as alegorias cívicas e festas nacionais. Ver, entre outros: LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império*. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994; OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles, citada; SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1999.

21 COSTA, João Severiano Maciel da. *Memória sobre a necessidade de se abolir a introdução de escravos africanos no Brasil*. In: *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Ministério da Justiça, 1988 [1821].

gueses e brasileiros dos dois lados do Atlântico, Maciel da Costa lançou sua *Memória*, que muito se pautava em sua experiência recente em Caiena e em sua relação com o Grão-Pará. Para Maciel da Costa o pequeno coeficiente de homens brancos e livres em relação aos escravos de origem africana era o maior problema luso-brasileiro no Grão-Pará. Era urgente a criação de medidas reguladoras do tráfico e da organização do trabalho escravo. Ele advertia que o lado luso-brasileiro estava em situação racial pior do que o da Guiana Francesa, pois desde 1809 a África fora “transplantada para o Brasil”. Afirmava que “felizes circunstâncias” afastaram das “raias” brasileiras “a empestada atmosfera que derramou idéias contagiosas de liberdade e quimérica igualdade nas cabeças dos africanos das colônias francesas”. Apesar disso, lembrava que ainda agiam no Brasil “filantropos” que ganhavam a vida “vendendo blasfêmias em moral e política”, as quais muitas vezes eram “aplaudidas pelo povo ignorante”. Além dos inimigos internos, também era para se temer uma “insurreição súbita, assoprada por um inimigo estrangeiro e poderoso, estabelecido em nossas fronteiras e com um pendão de liberdade arvorado ante suas linhas”.

As idéias de Maciel da Costa não eram infundadas. Em 1821 as autoridades do Grão-Pará mal acabaram de conter um levante político e miliciano que pretendia alcançar a separação de Portugal e a união com o Brasil e já estavam com um novo problema, constituído pelo retorno a Belém de um incendiário cidadão: Felipe Alberto Patroni Maciel Parente. Esse homem, que passara um ano em Portugal tentando ser nomeado governador do Pará e escrevendo em vários periódicos vintistas, voltava à sua terra natal trazendo de Lisboa e do Porto a imprensa e muitas idéias perigosas.<sup>22</sup> Segundo uma denúncia de José Ribeiro Guimarães, Patroni começou espalhando pelas ruas da cidade uma cir-

---

22 Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente nasceu no Acará, próximo a Belém. Filho de pais pouco afortunados, foi apadrinhado dentro de sua própria família especialmente por sua inteligência e facilidade de escrita e oratória. Foi para Portugal, onde estudou em Coimbra, começou a escrever cedo e publicou sua obra completa no final da vida. Ambíguo em suas posições políticas, Patroni era obsessivo em algumas máximas iluministas: era incentivador da educação como promotora da felicidade pública e acreditava no direito natural e no princípio universal da liberdade humana. Suas máximas, contudo, não o contiveram e, pelo contrário, o jogaram no mundo instável da política vintista, dentro da qual rapidamente recebeu a alcunha de “dissimulado” ou a de “demente”. Patroni defendeu o constitucionalismo português de 1820, mas não o brasileiro de Pedro I, tentou “alertar” D. João VI sobre seus ministros,

cular que tinha como divisa na frente “duas mãos dadas, uma branca e outra preta”. Depois teceu um plano de eleições, publicado no jornal *Indagador Constitucional*. Por ele, cada deputado deveria representar “trinta mil almas, entrando neste número os escravos”. Patroni teria acrescentado que esses africanos, mais que ninguém, deviam ter “quem se compadecesse deles, procurando-lhes uma sorte mais feliz, até que um dia se lhe restituam seus direitos”.<sup>23</sup>

Verdadeiras ou não, as denúncias contra Patroni só faziam tornar as agitações sociais mais amplas.<sup>24</sup> Antonio Baena lembrou que em 1821 a Junta Provisória de Governo de Belém apreendeu mais de quinhentos escravos em batidas que efetivou aos “mocambos nos arrebaldes da cidade dos quais rompiam os pretos fugidos a invadir de repente as canoas e desvalijar os via-

---

pleiteando uma nomeação para o governo do Pará, mas exagerou no tom do “alerta” e acabou indisposto com o rei. Voltou ao Pará e conseguiu ser delegado especial nas Cortes portuguesas. Retorna a Portugal, onde não pode tomar assento, pois sua eleição não foi reconhecida lá. No ano de 1821 escreve em muitos periódicos portugueses e funda uma imprensa paraense, mas é malquisto por criticar simultaneamente os liberais brasileiros pró-Pedro I e os absolutistas reinóis. Por fim, depois da abdicação de Pedro I tentou o parlamento no Brasil, mas foi tomado por louco por ir pelos sertões do Pará até a Corte e por escrever um manual para a educação do príncipe Pedro II fora dos padrões da época. Com essa vida atribulada, Patroni resolveu vender todos os seus bens no Brasil e seguir para Portugal onde, antes de morrer, editou sua obra completa. Paramais detalhes, ver: Maranhão, Haroldo. Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente. Dissertação sobre o direito de caçar e carta a Salvador Rodrigues do Couto. São Paulo: Loyola, 1992; ALVES JÚNIOR, José. Semeando vento, colhendo tempestades: o Pará e o processo de adesão à independência. *Anais do Arquivo Público*. v. 4, Tomo 2, 2004, p. 198-228; e COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará*. Belém: Cejup, 1992.

23 Sobre essas idéias “emancipacionistas” de Patroni, ver: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro, citado, p. 328; e SALLES, Vicente. *Memorial da cabanagem*. Belém: Cejup, 1992. p. 19. Sobre a questão da entrada de ideais contrários à escravidão no período da independência, ver também: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Por detrás dos panos: atitudes anti-escravistas e a independência do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 373-95.

24 Sobre a circulação das idéias de liberdade entre os escravos africanos, crioulos e indígenas dentro do Império e sua relação com os movimentos da Independência e outros das décadas de 1820 e 1830 ainda faltam estudos mais aprofundados. No entanto, sob diferentes perspectivas, alguns já vêm sendo efetivados e seus resultados revelam a riqueza desse universo. Ver principalmente: CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade. Rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: UFPE, 1998; REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o partido negro na Independência da

jantes”<sup>25</sup> Em um mundo que pleiteava a liberdade de expressão e o direito de ir e vir, criaram-se novas barreiras ao tráfego e controle aos escravos, soldados e indígenas. Fugas, anti-escravismo e instabilidade política: uma perigosa trilogia. Como se isto não fosse suficiente, também havia a política de manter sempre “estrangeiros” como autoridades máximas nas províncias. Essa política, estabelecida desde os primórdios coloniais e sustentada pela tradição de culto e devoção aos representantes do rei, somente se acentuou nos anos iniciais do Império, fazendo existir um eterno trânsito de autoridades e surgir atritos de todos os lados.<sup>26</sup> No crescente bairrismo instalado no pós-1820 muitos dos antigos governantes – antes vistos como emissários do rei e sustentadores milicianos da religião e moral no local – acabaram tornando-se legitimadores de uma ordem absolutista e lusitana (entendida como anti-paraense) para uma parte dos moradores do Grão-Pará. Esse foi o caso do brigadeiro José Maria de Moura, o último comandante de Armas sob o domínio luso no Grão-Pará.

Para o brigadeiro Moura, “a reorganização do espaço colonial português no Brasil” se formaria a partir do Grão-Pará e do Maranhão, com a in-

---

Bahia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo (Org.). *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Vale lembrar que desde a década de 1960, vários estudos abordam nos Estados Unidos a relação entre o problema da escravidão e a questão do progresso humano e dos direitos naturais, sustentáculos dos processos de Independência em diversas partes da América. Também não são incomuns estudos sobre a relação entre escravidão-liberdade e lutas político-sociais pela Independência, que intentem agrupar fatores os mais diversificados como o papel dos missionários, dos senhores e dos escravos nesse universo. Para o primeiro caso ver, especialmente: DAVIS, David Brion. *The problem of slavery in western culture*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 1988; e DAVIS, David Brion. *Slavery and human progress*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 1986. Já para o segundo, ver: COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue*. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

25 BAENA, Antonio Ladislau Monteiro, p.329.

26 Para se ter uma idéia do “troca-troca” das autoridades no início do século 19, basta computar os seguintes dados: desde a tomada de Caiena, em 1809, até a época da eclosão cabana em 1835, o Grão-Pará teve 15 administrações, compostas por 21 governadores, o que nos leva à cifra de um pouco mais de um ano de exercício do cargo para cada governador. Se considerarmos que entre 1806 e 1810 (quatro anos) e de 1817 a 1820 (três anos) o Grão-Pará não trocou de governante, a média de tempo de governo após 1820 cai para menos de um ano por governador. Para a

corporação comercial da rota de Cuiabá. Propunha ao governo de Lisboa a defesa da província do Rio Negro contra a “invasão dos insurgentes peruanos”, pois visualizava a possibilidade de um intenso comércio com o Peru, através do Pará, viabilizado pela implantação da navegação a vapor na região. Os historiadores Geraldo Mártires Coelho e José Alves Júnior argumentam que o governo metropolitano não se dispôs a encampar o projeto absolutista de Moura. Isso ficava demonstrado porque esse governo não tomou nenhuma iniciativa para satisfazer as solicitações feitas por ele, que desejava mais tropas portuguesas para a Província.<sup>27</sup> O certo é que no Grão-Pará homens como Moura foram objeto de ódio crescente. Foi ele que em março de 1823 empastelou o antigo jornal de Patroni, então nas mãos de um outro famoso liberal local, o arcepreste da catedral da Sé de Belém, cônego João Batista Gonçalves Campos. Logo depois do empastelamento, o novo jornal publicava um manifesto assinado pelos coronéis e comandantes dos corpos militares da primeira linha da cidade do Pará. Esse grupo de portugueses denunciava várias manobras e reuniões pró-Pedro I. Lembrava que durante a posse da Câmara de Vereadores se fomentou o “ódio aos Europeus” e que “ramos e fitas verdes” foram usadas em alusão à “bandeira verde do Rio de Janeiro”.<sup>28</sup>

O clima era ainda mais tenso porque a adesão do Pará ao Império do Brasil acabou sendo feita muito tardiamente, de forma pouco “patriótica” e com muitos líderes locais presos ou mortos em tentativas emancipatórias frustradas. Em 14 de abril de 1823 várias lideranças locais tentaram proclamar a separação de Portugal em Belém e expulsar os portugueses contrários à permanência de Pedro I no Brasil, contudo esse movimento foi denunciado antes de sua eclosão. Em maio do mesmo ano explodiu nova tentativa na vila de Muaná e novamente os brasileiros pró-Pedro I tentaram a Independência, ten-

---

relação dos governadores, que me possibilitou chegar a esta estatística, ver: BRAGA, Theodoro. *Noções de corografia do Estado do Pará*. Belém: Empresa Gráfica Amazônia, 1919; DI PAOLO, Pasquale. Quadro cronológico II – 1776-1840. In: *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. Belém: Cejup, 1990. p. 388-91; REIS, Arthur Cezar Ferreira. O processo de Independência no Norte. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*, p.187-204; e COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará*. Belém: Cejup, 1992.

27 COELHO, Geraldo Mártires, p. 236-42; e ALVES JR., José. Semeando vento, colhendo tempestades: o Pará e o processo de adesão à independência. *Anais do Arquivo Público*, v. 4, Tomo 2, 2004, p. 198-228.

28 Sobre o tema, ver COELHO, citado, p.340.

do sido derrotados e presos uma segunda vez. Nessa conjuntura o sobrinho do bispo do Pará D. Romualdo Seixas, então membro da Junta Provisória de Governo, apresentou um ofício em que se colocava contra a execução dos revoltosos paraenses. Embora Seixas concordasse que a pena seria “justa”, temia que ela fosse “impolítica” na conjuntura do Grão-Pará. Lembrava, contudo, que existia um sentimento geral de “frustração”, que se traduzia entre a tropa paraense pela manutenção da “marcha opressiva do recrutamento”. Nessas tropas os recrutas não seriam tratados como cidadãos, “mas como escravos”. Tal política desintegrava lares e “desamparava famílias”, prejudicando a agricultura e a economia. Com esse cenário seria fácil que essa classe de “não proprietários” desse ouvido aos “turbulentos demagogos”.<sup>29</sup>

Depois dessas tentativas “patrióticas”<sup>30</sup> e de sua dura repressão, finalmente o Grão-Pará aderiu à causa da independência do Brasil em agosto de 1823. Efetivada tardiamente e pelas mãos astutas de um estrangeiro, o inglês John Pascoe Grenfell, a adesão do Grão-Pará moveu-se por dois delicados golpes: um blefe de Grenfell e uma tensão interna na elite local. O comandante inglês aumentou o tamanho e a força da armada brasileira aos olhos da elite portuguesa residente no Grão-Pará e assim esta acabou cedendo e “aceitando” entregar o governo a novas mãos. Concomitantemente Grenfell organizou uma Junta de Governo, com a presença do clero local e buscando reunir os antigos portugueses com os brasileiros revolucionários locais. Contudo; era grande a tensão entre brasileiros nascidos e os chamados “adotivos”. Grenfell formou uma Junta Provisória de governo politicamente muito delicada. Nessa Junta, contudo, a maioria dos votos ainda mantinha-se nas mãos dos portugueses, os mesmos que controlavam o comércio atlântico.

Poucos meses depois da adesão, alguns oficiais das tropas da primeira linha de Belém foram em comitiva até o presidente da Junta exigir a expulsão de todos os oficiais portugueses das tropas do Pará. Esse levante foi sufocado, seus cabeças presos, mas logo foram postos em liberdade em razão do clima político, que favorecia manifestações patrióticas. Em outubro do mesmo ano

---

29 Sobre o parecer, ver transcrição em RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 176-81. v. 1. (1. ed. 1865-1891).

30 Aqui entendo por “patrióticos” os adeptos da separação política de Portugal.

explodiu um novo movimento mais forte e popular, o qual ficou conhecido como “o massacre do Brigue Palhaço”.

Antes de retornar para Portugal, o brigadeiro José Maria de Moura, o destituído comandante das Armas dos tempos anteriores à adesão, escreveu um opúsculo que intitulou de *Estado Político do Pará*, no qual descrevia minuciosamente o episódio de outubro de 1823.<sup>31</sup> Para ele a origem de tudo estava na extrema insubordinação das tropas, sobretudo nas patentes mais inferiores, que passaram depois da adesão do Pará a hostilizar os europeus do Pará e de Belém. Escrevia Moura que no dia 15, às 9 e 45 da noite, tocou um rebate e as tropas se reuniram no largo do Palácio, em Belém. Uma parte dos levantados tentou arrombar o Trem de Guerra, outra foi ao Palácio do Governo. O principal motivo do levante era a expulsão dos portugueses de Belém e a aclamação do cônego Batista Campos como novo Presidente da Junta Governativa. Batista Campos já era membro da Junta, mas os revolucionários queriam que ele governasse com brasileiros e não mais com uma Junta mista.

O português Moura analisava que a situação de “insubordinação” chegava “ao seu cúmulo”. Diversas “deputações” dos diferentes corpos milicianos de Belém subiam ao Palácio do Governo fazendo ali o que Moura denominou de “as mais sediciosas requisições”. A situação era tão crítica que, mesmo sendo “sediciosas” essas exigências lhes foram prometidas. No dia seguinte, dezesseis destacamentos saíram pelas ruas da cidade invadindo várias casas. Houve casas de negociantes arrombadas a machado. Descrevia Moura:

A noite do dia 16 para 17 era destinada ao saque geral, e ao massacre de todos os Europeus. Já [rasurado] parte se executava, já muitas lojas haviam sido roubadas, quando o capitão Bolonha encarregado da polícia tenta impedir o progresso de tão terríveis cenas, e à testa de alguns soldados dirige-se aos facciosos; porém seus soldados o abandonam e ele na impossibilidade de fazer coisa alguma, dá parte ao Governo, este solicita o auxílio do Comandante do Brigue de Guerra John Pascoe Grenfell.

---

31 Esse documento, pelo que sei, ainda não foi publicado. Ele se encontra em anexo a um ofício remetido de Belém para Portugal. Ver: “Carta de J. A. Celestino sobre o parecer que o governador das armas da província do Pará, deu ao conselheiro João Cunha Corte Real”. AHU. ACL. CU 013, CX. 161. Doc. 12258.

Grenfell convocou os ingleses que aportaram em Belém e estes, somados aos líderes locais e a uma parte da tropa ainda fiel aos seus comandantes, conseguiram impedir a tomada de pontos estratégicos na cidade, sobretudo o Trem de Guerra. O movimento, todavia, ampliava-se e levantava na cidade muitos soldados negros e os escravos. No calor dos acontecimentos eles gritaram “Viva o Rei do Congo” e “Morram os Europeus”. Diante da radicalização do movimento, ou sob esse pretexto, as tropas lideradas por Grenfell abriram fogo e houve muita agitação até que a cidade fosse novamente controlada. A reboque veio a prisão e morte imediata de cinco líderes tidos como patriotas. Eles morreram sem julgamento. Numa época liberal, em que o constitucionalismo irrompia nas ruas e no parlamento nascente, essas prisões pareciam mais uma afronta absolutista. Na ocasião, também foi preso o cabeça do movimento, o arcepreste da catedral da Sé de Belém, o cônego João Batista Gonçalves Campos. Este foi levado para o largo do Palácio do Governo e ali colocado na boca de um canhão em estado de suprema pressão para confessar-se como cabeça da revolução. Na última hora, uma petição pública da própria Junta de Governo do Pará a Grenfell salvou o arcepreste Campos, que foi imediatamente remetido ao Rio de Janeiro para julgamento.

Além dos líderes, muitos outros soldados brasileiros foram conduzidos para a cadeia e, pelo menos 250 deles, assentados nos porões de um brigue brasileiro denominado então de *Diligente* e depois renomeado de *Palhaço*. Nesse brigue, depois de uma nova tentativa de levante, foram assassinados por tiro e por asfixia. Era o “caso do Brigue Palhaço”.<sup>32</sup> Parecia uma contradição: fazer a independência e continuar com governo de estrangeiros e ver “patriotas” serem mortos sem julgamento em um Império que lutava pelo fim do absolutismo e pelo constitucionalismo.<sup>33</sup>

---

32 Sobre o assunto João Lúcio da Costa fez lúcida análise. Avalia que o movimento não foi nem triste como queria Raiol e nem uma tragédia como avaliava Palma Muniz. Para este autor tratava-se de um massacre político o qual matou sobretudo negros africanos e seus descendentes, que se chamavam durante esse levante de “Reis do Congo”. Ver: COSTA, João Lúcio Manzzini da. *Rei Congo*. Belém: Zeus Imprensa; Ed. do Autor, 2004. Ver ainda: CORRÊA, Antônio Eulálio. *A fragata Leopoldina e a missão de Grenfell no Pará*. Belém: Unamaz, 2003.

33 Estudo clássico sobre o tema: RAIOL, Domingos Antonio, citado, v. 1, p. 26-44.

Ainda em abril de 1824, logo depois da súbita partida de Grenfell do Grão-Pará, outro movimento esquentava o clima revolucionário. Chegava a Belém a escuna *Camarão*, que vinha de Pernambuco, com ordens do presidente revolucionário daquela província, Manuel Carvalho Pais de Andrade. Os líderes dessa escuna chegavam com o propósito de arregimentar pessoas para estabelecer ao Norte do Império a Confederação do Equador. Tratava-se de José Baptista da Silva (vulgo Camecran) e Marcos Antonio Rodrigues Martins (Munduruku Paiquicé), que *indianizaram* seus nomes depois da Independência do Brasil. Ambos tinham sido exilados pelo Império e haviam fugido passando pelos Estados Unidos e dali de volta para o Rio de Janeiro, Recife e Belém. Pelo Grão-Pará espalharam exemplares da Constituição Colombiana, a qual deveria reger a Confederação enquanto outra não fosse promulgada. Estava designado para 1º de maio o dia da proclamação da Confederação do Equador em Belém, mas a trama foi descoberta a tempo pelo arcediago da Sé de Belém e sobrinho do Bispo do Pará D. Romualdo de Seixas. Ele e outros membros da Junta Provisória de Governo conseguiram prender parte dos revolucionários e acalmar provisoriamente a situação. No entanto, somente com a chegada de José de Araújo Rozo, o primeiro Presidente de Província enviado por Pedro I, é que os ânimos melhoraram.<sup>34</sup> Assim escrevia ao Imperador o Bispo do Pará, D. Romualdo Coelho, em 28 de maio de 1824: “pelo menos, Augusto Senhor, já o presidente Rozo, só com a sua chegada, salvou o Pará do último abismo, em que estava prestes a precipitar-se”.<sup>35</sup>

Também em Cametá, vila do interior do Pará na região da calha do Tocantins, um levante de “patriotas” voltou a nomear uma nova Junta Provisória para o governo geral da província. Esse movimento também derramou muito sangue de brasileiros e acirrou os ânimos da população negra e mestiça contra os brancos e os portugueses na década de 1820. Da mesma vila veio uma história que bem demonstra os perigosos caminhos da separação de Portugal na Amazônia.

Em setembro de 1823 os vereadores da Câmara local declaram sua adesão à Independência com um ato inusitado. Na mesma ocasião declararam a alforria de um cavalo chamado “Brasileiro” proibindo qualquer um, brasileiro ou

---

34 Estudo clássico sobre o tema: RAIOL, Domingos Antonio, citado, v. 1, p. 79-80.

35 *Ibidem*, v. 1, p. 110.

português, de montá-lo sob a pena de 20 mil réis. Esse cavalo pertencia a um português chamado José Pereira Braga. O português havia escarnecido dos brasileiros “patriotas” de Cametá quando dos revezes da Revolução do Porto. Acreditando que D. Miguel governaria o Grão-Pará, mudou o nome de seu cavalo para “Brasileiro”. Braga montava no cavalo e fazia chacota, ironizando a situação política e lembrando que estava construindo uma estrada para o “Brasileiro” (o cavalo e o povo) puxarem “o seu carrinho”. Em setembro de 1823, com a adesão à causa brasileira em Cametá, o português foi duramente punido. Foi conduzido ao lugar mais público da vila e ali, “no meio de numeroso concurso de povo, fizeram-no curvar-se e meter os lábios e um dedo abaixo da cauda do célebre cavalo”. Depois o fizeram abraçar o animal fraternalmente lembrando-lhe que girava “nas veias do ‘Brasileiro’ o mesmo sangue português”.<sup>36</sup>

Se havia momentos de inversão simbólica com toques de crueldade como o descrito em Cametá, no dia-a-dia os portugueses que aderiram à causa brasileira, ou os “adotivos”, continuavam mandando no Grão-Pará. Foram muitos ódios sobrepostos de 1820 até 1835. Ao ódio econômico somava-se o social e o político, em que a independência não significou uma ascensão social para brasileiros natos e muito menos para homens livres pobres e mestiços. Os escravos de origem africana que haviam lutado nas Guianas, ou mesmo os que esperavam uma abolição gradual com a independência, a exemplo do que ocorrera no mundo inglês e francês, ficaram revoltados com o desfecho dos acontecimentos de 1824 e 1825. Como lembrava o comandante português Moura sobre o episódio do Brigue Pálhaço, o ódio aos portugueses só aumentava e passava a se transformar no Pará do ódio aos portugueses para o ódio a todos os brancos. Escrevia ele para Lisboa que o que se dizia no Pará era que “o fim da conspiração [de 1824] era horroroso, que se queria matar todos os Europeus de qualquer nação. E Moura continuava ressaltando que muitos desses líderes desejavam roubar “os fundos [destes brancos] evadindo-se os autores para a América Inglesa”.

O interessante é que anos mais tarde as autoridades inglesas no Grão-Pará identificavam o mesmo ódio ampliado. Em junho de 1835 escreviam dezoito comerciantes ingleses instalados no Pará para o seu vice-cônsul suplicando-lhe ajuda e frota naval. Eles temiam os cabanos que voltavam a tentar conquistar a

---

36 Estudo clássico sobre o tema: RAIOL, Domingos Antonio, citado, v. 1, p. 55.

cidade de Belém. Nesse cenário lembravam que a intenção da chamada “ralé” era a “de eliminar todos os obstáculos para poder saquear e matar os habitantes brancos”, e que todos os estrangeiros eram “considerados inimigos e a ralé armada declara publicamente que, no caso de invasão, eles entrarão em todas as casas de estrangeiros e matarão todos que nelas tiverem se refugiado”. Dias depois Belém foi retomada pelos cabanos e os ingleses receberam um ofício desesperador do comandante das tropas anti-cabanas. O brigadeiro Jorge Rodrigues dizia que as “repetidas denúncias que o governo” teria sobre os “planos tenebrosos” dos cabanos tornavam todos vigilantes. Recordava que nos últimos dias de julho de 1835 muitos indícios levavam todos a acreditar em um fim “sinistro”, pois os cabanos “projetaram aniquilar todos os elementos da associação paraense, mui principalmente os brancos em geral”, mais do que isto, pretendiam ainda “envolver nos movimentos anárquicos todos os pretos, com o especioso pretexto de que finda a luta serão livres”. O comandante Jorge Rodrigues enfatizava que “já em alguns pontos tem obrigado a uns [escravos]; e seduzido a outros para semelhante fim”. Ressaltava que em Belém “premeditam, brevemente levar a morte, e o roubo até a mais pequena choupana”.

De 1820 até 1835 o ódio aos portugueses se estendeu muito mais. O que nos é relevante ressaltar neste texto, contudo, é que os brasileiros natos, suas lutas políticas e sua situação de inferioridade nas tropas e na economia colonial foram o ponto central para a disseminação desse ódio entre portugueses e brasileiros. Foi com os homens livres pobres e escravos, com os exemplos emancipatórios e revolucionários vindos das fronteiras inglesa e francesa, que esse ódio prosperou e ganhou força. Portugueses e brasileiros que haviam construído uma economia e sociedade entremeando negócios com casamentos se viram envolvidos em uma grande trama política e social entre 1820 e 1835. Não cabia somente aos monarcas e homens de Estado decidir qual era sua terra e sua pátria. Coube a muitos outros homens e mulheres tomar essa difícil decisão. O ódio recíproco tinha desta forma um reverso: os antigos laços luso-brasileiros, o antigo Reino Unido, os casamentos e as famílias e negócios que se faziam havia muito tempo. O ódio entre brasileiros e portugueses ainda era refreado pelo medo que ambos tinham de uma revolução mais ampla da massa de homens livres pobres e escravos. Se isso não ocorreu em 1820 ou 1821, explodiu em 1835 no Grão-Pará. Todavia esta é uma outra história.

*Parte 3*

# MEMÓRIAS, TRADIÇÕES E TERRITÓRIOS



# IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO: HISTÓRIA ORAL

*Alice Beatriz da Silva Gordo Lang*  
Ceru

*Zeila de Brito Fabri Demartini*  
Ceru

Falamos de migração, movimento de pessoas que deixam o país de origem em caráter definitivo ou por tempo longo.

Falamos de emigrantes, pessoas que deixam sua terra natal em busca do sonho de uma vida melhor, ou para alcançar a liberdade.

Falamos de imigrantes, que se radicam em nova terra procurando se integrar, mas também preservando traços culturais do país de origem, mantendo vínculos que não se rompem.

Falamos de imigrantes portugueses que se dirigiram ao Brasil, país descoberto, colonizado e governado por Portugal até a independência, em 1822. Um país de mesma língua, religião católica majoritária, considerado até a década de 1960 como o destino natural dos portugueses desejosos de deixar seu país. Segundo o mito, era o país da árvore das patacas, onde o enriquecimento seria possível.

Falamos de imigrantes vindos de Angola e Moçambique no período 1970-1980.

Conhecer a imigração portuguesa para São Paulo, no período republicano, constitui o objeto de estudos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (Ceru).<sup>1</sup> Buscamos delinear as características dessa imigração, conhecer a vi-

---

<sup>1</sup> Os projetos contaram com financiamento do CNPq. Foram realizados em parceria com o Cemri da Universidade Aberta de Portugal e dele resultaram duas publicações: ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz; CAMPOS, M. Christina S. de Souza (Org.).

vência e a experiência dos imigrantes e, em última análise, apreender o sentimento de identidade dos portugueses no Brasil.

A migração é um fenômeno complexo, podendo ser visto como um fato coletivo e como uma experiência pessoal. Pode ser estudada de várias formas, sob perspectivas as mais diversas e com base em fontes também diversas: *fontes escritas* (dados censitários, imprensa, correspondência, documentos vários, romances etc.), *fontes orais*, *fontes iconográficas*, *observação participante*. As fontes podem ser preexistentes, ou criadas pelo pesquisador.

Nossa perspectiva é a de conhecer a migração pela experiência e vivência dos próprios imigrantes. Recorremos para tal ao que hoje se denomina História Oral, uma metodologia qualitativa de pesquisa. Seguimos uma antiga tradição de utilização de histórias de vida e depoimentos que vem de Roger Bastide e Maria Isaura Pereira de Queiroz;<sup>2</sup> já no início dos anos 50, esses autores publicaram importantes e ainda muito atuais artigos sobre a utilização de histórias de vida em pesquisas sociológicas (*Revista de Sociologia*, v. XV, n. 1, 1953).

A história oral vem sendo utilizada de várias formas, havendo entre seus adeptos os *arquivistas* empenhados em preservar o passado, os *ativistas* cujo intento é a conscientização, dando voz aos que não têm possibilidade de se expressar publicamente, e os *pesquisadores*, entre os quais nos incluímos, que buscam conhecer a realidade social através de pessoas que viveram ou podem falar sobre a situação, questão ou período estudado, que constitui o objeto da pesquisa.

Diferentes disciplinas recorrem à história oral, observando-se que se trata de uma metodologia, não se restringindo de forma nenhuma à simples coleta de entrevistas. Poderia ser pensada como um ponto de confluência de várias disciplinas. Acreditamos, contudo, que cada pesquisador a utiliza segundo os pressupostos da ciência de sua formação, a qual orienta o quadro teórico de referência da pesquisa. No nosso caso, a Sociologia, ciência voltada para a realidade social, estuda a sociedade e as relações sociais entre indiví-

---

*Olhares lusos e brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro; Universidade Aberta; Ceru, 2003; ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz; CAMPOS, M. Christina S. de Souza (Org.). *História, memória e imagens nas migrações*. Abordagens metodológicas. Oeiras: Celta Ed., 2005.

2 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Roger Bastide – ensaios e pesquisas*. São Paulo: Ceru. (Coleção Textos, Série 2, 5, 1994); QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

duos e grupos. Busca conhecer o passado para através dele compreender o presente e obter instrumentos para planejar e aperfeiçoar o futuro.

Em nosso trabalho, nos orientamos por alguns pressupostos técnico-metodológicos: acreditamos na complexidade da realidade social. Temos presente que o conhecimento da realidade é inesgotável e, ainda, que os resultados de uma pesquisa na área das ciências humanas podem ser reinterpretados se fatos novos são verificados ou quando os dados são considerados sob outras perspectivas. A pesquisa parte de um problema ou situação que se busca compreender. O referencial teórico adotado encaminha à definição do objetivo e orienta todas as fases da pesquisa. Entretanto, por configurar-se como um processo, a prática de pesquisa que desenvolvemos permite o questionamento contínuo do problema investigado, do caminho adotado, assim como dos referenciais teóricos dos quais se partiu. Esta é a orientação que reveste os trabalhos de pesquisa de história oral desenvolvidos no Ceru, em perspectiva sociológica.<sup>3</sup>

Trabalhamos com a complementaridade de fontes, embora priorizando as fontes orais através da palavra do outro, em geral coletada em entrevistas. Buscamos a diversificação na formação do quadro de entrevistados.

A entrevista, forma mais usual de coleta de dados em história oral, desenvolve-se em um processo de conversação entre pesquisador e pesquisado, havendo uma interação entre ambos; é fundamental que se estabeleça um clima de confiança. Julgamos que a história oral é um processo de construção conjunta: pesquisador–pesquisado. Não há receita pronta.

O número de entrevistas não é estabelecido de antemão, buscando-se quando possível o “ponto de saturação” atingido quando as informações sobre pontos e relações essenciais começam a se repetir.<sup>4</sup>

As narrativas coletadas assumem formas variadas: a *história de vida*, quando o entrevistado conta livremente sua vida; o *relato de vida*, visto como uma história de vida resumida, dado que se solicita ao narrador que aborde determinados períodos ou fatos de sua existência; o *depoimento*, quando em

---

3 LANG, Alice B. S. G.; CAMPOS, M. Christina S. S.; DEMARTINI, Zeila B. F. *História oral e pesquisa sociológica: a experiência do Ceru*. São Paulo: Humanitas, 2001.

4 BERTAUX, Daniel. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v. 69, p. 197-225, 1980.

geral se buscam informações de que o entrevistado dispõe. As várias formas se complementam em muitos estudos.

As entrevistas gravadas e transcritas dão origem a documentos. Acreditamos que o documento não fala por si, mas precisa ser analisado. A análise acompanha todo o processo da pesquisa. Seus resultados possibilitam comparações, observando que a sociologia é uma ciência que trabalha com comparações.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, que em geral se constitui de estudos em profundidade de casos escolhidos e significativos, não tendo por base uma amostra aleatória, os resultados não podem ser generalizados, mas indicam direções para a compreensão do problema em estudo.

Observamos ainda que a história oral, na medida em que busca conhecer o passado recente, trabalha com a memória do entrevistado que reconstrói o passado com os olhos e valores do presente, a que se somam as experiências por ele vivenciadas no decorrer da vida. Como bem apontou Halbwachs,<sup>5</sup> a memória não é apenas individual, mas também social, sendo a primeira determinada pela segunda.

No caso do estudo sobre imigrantes portugueses em São Paulo, o recurso à história oral permite verificar que há traços comuns assim como especificidades que possibilitam melhor compreender a dinâmica de sua inserção social, assim como apreender o processo de reconstrução de identidades.

A identidade é um processo que resulta de uma relação com o outro e, muitas vezes, de uma identificação com o outro. Não depende apenas da forma como o sujeito pretende se afirmar, mas também da recepção do outro a essa afirmação. A identidade é um permanente processo de reconstrução no decorrer da vida, sob o impacto das circunstâncias vividas. As identidades não são nem rígidas, nem imutáveis, mas sim, identificações em curso.

---

5 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

## IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM SÃO PAULO

Nossos estudos focalizaram a imigração portuguesa em São Paulo a partir da Proclamação da República, em 1889, quando foi instituído o decreto da Grande Naturalização, significando que todos os estrangeiros que estivessem no país nessa data seriam considerados brasileiros, desde que não se manifestassem em contrário. No período republicano a imigração se fez em ciclos de maiores e menores entradas, obedecendo a circunstâncias várias em Portugal e no Brasil.

Focalizamos nesta apresentação dois períodos distintos e significativos, a imigração portuguesa dos anos 1950-1963 e o período 1970-1980, relativo aos imigrantes vindos de países africanos. Em ambos os períodos trabalhamos com imigrantes de primeira geração, que realizaram eles mesmos o percurso migratório, que se faz em etapas sucessivas: no país de origem; a decisão de partir, os preparativos que incluem a obtenção da documentação necessária, a escolha do local de destino, as despedidas; a viagem, importante “marco de passagem”; no país de destino, os primeiros tempos e a decisão de ficar ou regressar. No caso do regresso segue-se a reinserção no país de origem, e, no da permanência, a inserção em caráter mais definitivo no país de acolhimento.<sup>6</sup> As fases do percurso migratório orientaram a coleta e a análise de dados. Apresentamos alguns resultados obtidos quanto aos dois períodos, destacando a utilização e as possibilidades oferecidas pela metodologia adotada, a história oral.

### PERÍODO 1950-1963

Os processos de industrialização e urbanização do pós-guerra ofereciam possibilidades de trabalho para uma mão-de-obra com pouca qualificação. Portugal, especialmente na região norte e nas ilhas, vivia um processo de pauperização. A emigração para o Brasil foi incentivada e entraram no país 299.801 imigrantes portugueses, vindos especialmente para São Paulo e o Rio

---

6 ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

de Janeiro. Em 1950 residiam na cidade de São Paulo 135.438 portugueses, que se misturavam à população. Através de diferentes trajetórias, buscamos conhecer as características da imigração portuguesa do período, bem como desvendar o processo de reconstrução da identidade dos portugueses no Brasil. A partir de 1964 os números da emigração portuguesa para o Brasil caíram vertiginosamente, pois os emigrantes optaram por outros destinos: França, Alemanha, Estados Unidos e Canadá.

Formamos um quadro diferenciado de entrevistados, tendo em comum o período de chegada. Entrevistamos homens e mulheres provenientes do norte de Portugal, Ilha da Madeira e Açores. Pessoas hoje em situação diversa, mas cuja origem pobre configurava uma emigração econômica. Houve também entrevistados que emigraram aos 17 anos temendo a incorporação à tropa e o envio às guerras de África, além daqueles que vieram chamados por familiares, ou por outros motivos pessoais. Em grande parte as motivações se somavam.

Trabalhamos com trinta relatos de vida de imigrantes de primeira geração, ou seja, daqueles que realizaram o percurso migratório, embora outras entrevistas houvessem também sido coletadas. Cada entrevista constitui um estudo de caso e convida à comparação.<sup>7</sup> O indivíduo faz parte de um grupo social, ou de vários grupos e, na medida em que compreendemos as representações do indivíduo sociologicamente qualificado podemos compreender as representações do grupo, ou levantar pistas mais seguras para a compreensão.<sup>8</sup>

Pontos comuns nas diferentes trajetórias analisadas foram observados:

- O sonho de um futuro melhor.
- A partida anterior de parentes ou conterrâneos que representavam um apoio nos primeiros tempos.
- A coragem de partir.
- A forma da imigração: muitas vezes partiam inicialmente os homens sós, para depois de alguns anos, já em melhores condições, chamarem a família.

---

7 LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). *(Re)introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

8 LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Portugueses em São Paulo: memória e identidade. In: ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz; CAMPOS, M. Christina S. de Souza (Org.). *Olhares lusos e brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro; Universidade Aberta; Ceru, 2003.

- As dificuldades nos primeiros tempos em terra estranha.
- A preservação de costumes.
- A grande importância atribuída à instrução dos filhos.
- A omissão ou minimização de desentendimentos nas narrativas.
- A manutenção de fortes laços com a terra de origem e a preservação das lembranças de Portugal.
- O desejo de mostrar os sucessos alcançados no local de origem.

Apresentamos a trajetória de Anália, uma imigrante que chegou a São Paulo com dez anos, em 1956. Veio com a mãe e três irmãos ao encontro do pai, que havia emigrado alguns anos antes. Foi uma imigração tipicamente econômica. A família, bastante pobre, provinha de Beiriz, aldeia próxima a Póvoa do Varzim, e veio tentar a vida no Brasil.<sup>9</sup>

Anália foi entrevistada em 1998. Excelente narradora, relembrou com muita emoção a infância na aldeia e contou sua vida no Brasil.<sup>10</sup> Mostrou um sentimento de *identidade* revestido de ambigüidades. Anália sentia-se portuguesa, embora gostasse muito do Brasil, “uma terra que me deu aquilo que a minha não deu”. Falou da existência de *preconceitos* de brasileiros contra portugueses: “A gente às vezes tem um pouco de mágoa do povo brasileiro porque eles acham que a gente consegue as coisas roubando... A gente é marginalizado”.

Anália recebeu com enorme satisfação o texto editado de sua entrevista.

Depois de 50 anos da chegada ao Brasil, a imigrante regressou a Portugal para “recuperar suas raízes”. Sentia-se “incompleta” por não ter vivido em sua terra tudo de que apenas ouvira falar. Tratava-se de um regresso *temporário*, embora por um período relativamente longo, inserindo-se na vida da comunidade. Em Beiriz, participou de inúmeras atividades, de numerosos grupos: das atividades da igreja; do grupo de viúvas que se reúnem sob a orientação do padre, mas que também organiza passeios e excursões; da corrida ciclística na Póvoa do Varzim nas comemorações do 25 de abril; da campanha política

---

9 LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Imigração e história oral: trajetórias e vivências. In: ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz; CAMPOS, M. Christina S. de Souza (Org.). *História, memória e imagens nas migrações*. Abordagens metodológicas. Oeiras: Celta Ed., 2005.

10 LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo et al. Uma entrevista em análise: olhares diversos. *Revista Pesquisa Qualitativa*, SE&PQ, Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa, ano 2, n. 1, 2006.

para a eleição do prefeito; das festas da aldeia, como a Malafaia, onde se come e se dança em salão enfeitado por enormes bonecos; da vindima, na terra de um parente.

Por ocasião do retorno ao Brasil para uma visita à família, Anália tomou a iniciativa de procurar a pesquisadora oferecendo-se para contar sua experiência de regresso à aldeia de origem. Esse fato corrobora a observação de que a entrevista de história oral requer que um clima de confiança e até de amizade se estabeleça entre pesquisador e pesquisado.

Uma segunda entrevista foi então feita em 2007, após o regresso, permitindo uma comparação dos relatos dos dois momentos, 1998 e 2007. Buscava-se então conhecer as razões do regresso, a experiência de viver na aldeia de origem, e compreender possíveis modificações quanto ao sentimento de identidade.

A análise da segunda entrevista possibilitou várias reflexões: além de delinear a vida em uma pequena aldeia do norte do Portugal de hoje, Anália observou mudanças e permanências e mostrou que a ambigüidade permanece revestindo o sentimento de identidade pessoal da imigrante: “Eu sou portuguesa, eu não sou brasileira. Mas eu me sinto brasileira, me sinto assim integrada na vida do Brasil, gosto do Brasil, não troco esse país”.

A questão pode também ser observada através dos pronomes utilizados em sua fala: na primeira entrevista, o “nós” e “a gente” referiam-se aos portugueses; na segunda entrevista, emprega “eles” para falar dos portugueses.

Se no Brasil Anália notava o preconceito dos brasileiros quanto aos portugueses, agora observa os preconceitos dos portugueses contra os brasileiros. Foi essa identidade ambígua que levou Anália ao regresso, ao desejo de viver em sua terra aquilo que deixara de conhecer. Mas a ambigüidade permanece, talvez como uma marca do imigrante. Seria uma marca indelével?

Sobre a *história oral como metodologia de pesquisa*, algumas observações podem ser feitas:

- A estreita relação que se estabelece entre pesquisador e entrevistado. Foi iniciativa de Anália procurar a pesquisadora para a segunda entrevista.
- Mesmo as pessoas ditas “comuns” têm o desejo de ter sua história preservada: “Mas a gente diz que o homem tem que ter um filho, plantar

uma árvore e escrever um livro, a sua história. Então, as duas principais coisas eu fiz: ter um filho, plantar árvore eu já plantei muitas, e agora um pouco da minha história também está por aí, não é, Beatriz??"

- A entrevista de história oral é um momento de recordar, de repensar e reavaliar a trajetória da vida. Foi também graças à entrevista que Anália decidiu recuperar a experiência de viver em sua terra natal.
- O desejo de regressar, esse sentimento de incompletude, não se manifestaram na primeira entrevista. Teriam resultado da rememoração do passado provocada na entrevista.
- Há a idéia de uma ação transformadora da história oral, referida não apenas à coletividade, mas também ao indivíduo. Contudo, dessa ação decorre a *responsabilidade* do pesquisador que, com vistas aos seus objetivos, provoca a rememoração e reavaliação do passado.

## PERÍODO 1970-1980

Em estudo sobre fluxos migratórios recentes de imigrantes portugueses e descendentes para São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, consideramos os que vieram de Portugal após a Revolução dos Cravos e os que vieram da África, durante as guerras coloniais e depois da independência de Angola e Moçambique.<sup>11</sup> Nesse período ocorreram fluxos migratórios de portugueses e luso-africanos das antigas colônias portuguesas africanas, motivados pelas pressões políticas das difíceis e complexas realidades africana e portuguesa, além das econômicas, que os diferenciaram das levadas migratórias anteriores. No caso desses imigrantes, cruzaram-se em suas histórias as vivências socio-culturais de contextos muito distintos: o contexto português colonizador como referência, dado seu pertencimento a famílias de origem portuguesa; o contexto de vivência na África, muitos tendo aí nascido, e o contexto paulista/brasileiro de adoção.

---

11 DEMARTINI, Zeila de B. F.; CUNHA, Daniel de Oliveira; DOPPENSCHMITT, Elen C. S. Desafios da pesquisa com fluxos migratórios recentes: portugueses e luso-africanos em São Paulo. *Cadernos Ceru*, São Paulo, Série 2, n. 16, 2005.

A produção acadêmica sobre as implicações dos movimentos políticos em Portugal e nas suas colônias na África para os que aí residiam é ainda restrita. A ausência de dados oficiais no Brasil é um dos grandes problemas;<sup>12</sup> também em países africanos não há dados disponíveis, embora se saiba que os imigrantes desembarcaram aos milhares em solo brasileiro.

Tais problemas reforçaram a necessidade de apreender as memórias daqueles que participaram de alguma maneira do processo migratório, que muito pouco foi pesquisado pelos próprios povos africanos das ex-colônias portuguesas.

Nossa abordagem seguiu as indicações de Bastide<sup>13</sup> e de Pereira de Queiroz:<sup>14</sup> a construção da problemática, assim como a escolha dos sujeitos, foi ocorrendo durante o processo de pesquisa, com a participação do próprio grupo migrante.<sup>15</sup> Trabalhamos com a perspectiva da complementaridade entre as fontes de pesquisa; muitas vezes essas fontes só foram explicitadas a partir dos próprios imigrantes. Coletamos sob a forma de história de vida os relatos de 24 pessoas: 16 de Angola e oito de Moçambique.

A reflexão sobre o conteúdo dos relatos orais coletados, assim como a inserção dos pesquisadores no universo dos imigrantes pesquisados, permitiu-nos chegar a algumas observações preliminares:

- 
- 12 RIBEIRO, José Teixeira Lopes. Migração internacional Brasil-África: Angola em destaque. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2. ed. Campinas: FNUAP; Nesur/Nepo, 1996; ver também DEMARTINI, 2005.
  - 13 BASTIDE, Roger. Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: Ceru, 1983. (Coleção Textos, n. 4).
  - 14 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Reminiscências. In: AGUIAR, Flávio (Org.). *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Humanitas; Fundação Perseu Abramo, 1999.
  - 15 DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Migrações e relatos orais: as potencialidades das entrevistas com gerações sucessivas. In: ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz; CAMPOS, M. Christina S. de Souza (Org.). *Olhares lusos e brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro; Universidade Aberta; Ceru, 2003; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais, documentos escritos e imagens: fontes complementares na pesquisa sobre imigração. In: ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz; CAMPOS, M. Christina S. de Souza (Org.). *História, memória e imagens nas migrações*. Abordagens metodológicas. Ceiras: Celta Ed., 2005.

- Com relação aos deslocamentos de portugueses para a África, verificamos as diferentes inserções na realidade africana e a possibilidade visualizada e real de ascensão social para muitos deles.
- Com relação aos deslocamentos para o Brasil, Portugal geralmente aparece como primeira opção para os portugueses e luso-africanos, mas ocorrem conflitos em decorrência de divergências políticas, disputas no mercado de trabalho, rejeição pelos residentes etc., surgindo o Brasil como opção viável pelas possibilidades existentes no momento, destacando-se a importância das redes de apoio aos imigrantes em São Paulo.
- Na África, antes da partida, a convivência entre portugueses/descendentes e negros africanos era reduzida, geralmente estabelecida nas relações de trabalho (negros sendo empregados); mas há uma representação generalizada de que não havia preconceitos/discriminações.
- Depois de chegarem ao Brasil, a inserção econômica e social é quase imediata.
- Com relação à questão identitária, entre os imigrantes da África poucos fazem referência à incorporação da “brasilidade” em seus relatos, assumem-se como “portugueses”, “luso-africanos” ou “africanos” (angolanos e moçambicanos) e só com alguma exceção como “luso-afro-brasileiros”.
- Com relação aos aspectos educacional e cultural, visualizamos as tentativas de imposição do modelo colonizador português nas diferentes escolas e as resistências várias; as discriminações e preconceitos na prática pedagógica; as dificuldades para inserção no sistema educacional brasileiro.
- No campo familiar observamos as freqüentes separações no processo migratório e a constituição de famílias com “convivências” diferentes em Portugal, na África, no Brasil.
- No campo político constatamos a complexidade de situações existentes e sua mutabilidade em cada contexto, como também a participação dos colonos brancos nas lutas de libertação das colônias africanas.

Citamos um pequeno trecho de um dos relatos:

O nosso caso que fomos praticamente obrigados a sair, embora tenha sido uma decisão de: “Está! Nós vamos”. Mas foi um “nós vamos” à custa de uma situação de guerra. A sensação de que alguma coisa foi quebrada, para você. E quebrou uma trajetória de vida que você tinha planejado. Você tinha sonhado, de repente ela se quebrou ... Até hoje, a grande maioria do pessoal não aceita a maneira como Portugal tratou a emigração, a descolonização. Portugal não levou em consideração quem era angolano, que estava em Angola ou Moçambique ou Guiné Bissau, em qualquer lugar. Passaram a considerar como únicos elementos para negociar a descolonização, os movimentos ditos de libertação. A população local nunca foi escutada, nem branca, nem população local, mesmo. Nunca foi ouvida no processo.

Com relação às questões metodológicas ressalta-se:

- Os imigrantes entrevistados falam da situação colonial não estando mais lá, isto é, falam de um contexto do qual se deslocaram quase forçadamente; há, porém, a possibilidade de se obter, através dos relatos, as representações dos envolvidos de forma mais distanciada e até menos comprometida politicamente, dado o afastamento.
- A análise das memórias dos imigrantes de Angola e Moçambique revelou em grande parte a complexidade da situação colonial, os pertencimentos a vários grupos, as alianças com as “minorias” dominantes e com os dominados. É possível afirmar que as propostas políticas e os movimentos revolucionários afetaram os diferentes grupos de população, marcando profundamente os que imigraram nesse período conturbado. Através de suas memórias torna-se possível compreender as complexas relações que envolveram esses países e o Brasil, assim como as trajetórias familiares e os novos deslocamentos dos que imigraram na década de 1970 para São Paulo.
- A impossibilidade de falar da imigração portuguesa de forma homogênea, em qualquer momento e em qualquer *locus*. A diversidade de

sujeitos como perspectiva metodológica, considerando o mesmo período e o mesmo contexto de inserção pode permitir a apreensão da complexidade de situações e experiências.

- A necessária complementaridade de fontes como forma de ampliar o conhecimento sobre as diferentes trajetórias/experiências, assim como as diferentes políticas dos países de origem e de adoção.
- O estudo das memórias dos que migraram deixou suas marcas em nossa maneira de pensar/refletir sobre a imigração e as vivências dos imigrantes de diferentes grupos em São Paulo. Levaram, principalmente, à revisão de interpretações homogeneizadoras sobre os processos imigratórios para terras paulistas.

A forma como trabalhamos com a história oral foi fundamental para a compreensão dessas questões.



# INDOLENTE OU LABORIOSO? A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NA E/IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O AMAZONAS

Paulo Marreiro dos Santos Júnior  
PUC/SP – FAPEAM

Desde a colonização, e mesmo depois da Independência do Brasil (1822), a e/imigração portuguesa para o estado do Amazonas, no norte do país, foi majoritária. Diferente de outras regiões brasileiras que tiveram maior incidência de imigrantes de outras nacionalidades.

Essa presença portuguesa – em maior medida – deixou reflexos na historiografia e nas memórias e imaginário das populações do Amazonas, principalmente nas de Manaus, capital do estado.

Na parca historiografia local,<sup>1</sup> os portugueses têm sido ressaltados como ícones da tríade *trabalho, poupança e ascensão social*, associados também a outros símbolos como os de “hábitos sofisticados”,<sup>2</sup> civilizadores, povoadores, robustos, laboriosos, disciplinados, representações grafadas pela História, corroborando com a idéia de que o português era o que havia de melhor para ocupar e fazer progredir a região.

---

1 Se considerações sobre a insuficiência de estudos sobre e/imigração portuguesa para o sudeste do Brasil tornam-se ainda realidade, para o Amazonas eles são muito mais escassos. Na região há estudos sobre sírios, libaneses, palestinos, ingleses, franceses, japoneses e judeus, entre outros imigrantes de menor ou maior influência. Para portugueses são raros os capítulos ou reflexões em bibliografias que tenham por interesse outras temáticas. São necessárias pesquisas que iluminem a presença da maior quantidade de imigrantes da região: os portugueses.

2 BAZE, Abrahim. *A Chegada da República*. Disponível em: <portalamazonia.globo.com/detalhe-artigo.php?idArtigo=243>.

De forma semelhante, a memória, a memorização entre gerações e o senso coletivo têm reforçado o ideário da histórica presença portuguesa na região: do labor intenso, do comedimento, do investimento vitorioso, do acúmulo patrimonial.

Mas, o que tem sido hegemônico na historiografia e senso locais, é produto de construção de sentidos ou de “verdades” discursivas historicamente formuladas?

Mesmo o sentido de “verdade” é “fruto de um processo coercitivo e produtor de efeitos regulamentados pelo poder”.<sup>3</sup> O que se entendeu enquanto fato inquestionável de uma época foi expresso na ilusão de domínio da origem de um discurso, determinado também historicamente, produzindo sentidos com conseqüências no passado e no presente.

O enfoque dado à e/imigração portuguesa para a região, no âmbito local, vem sendo formado por modelos discursivos, estabelecendo sentidos hegemônicos, quase uníssonos, pautados em mecanismos de consentimento e de proibição, às vezes de imposição, determinando o que é e o que não é permitido no discurso, o que será ou não será afrontoso à comunidade portuguesa e seus descendentes da região.

A produção de sentidos, resultado da experiência da e/imigração portuguesa para a região, vem deixando suas marcas, pois foram construídos em contextos de disputas de poder, de desejos, restando outras “verdades” de intuitos similares.

O discurso é também experiência, é ato, acontecimento, não é neutro. A produção do discurso e do sentido se dá na “relação”.<sup>4</sup>

Sob esse viés teórico, objetiva-se analisar outras “verdades”, outros “discursos” e “sentidos”, tendo por base outras “relações” em outros contextos, entendendo que a historiografia e o imaginário coletivo locais são um dos caminhos. Há outros que, a respeito da e/imigração portuguesa, foram na contramão do discurso do laborioso, disciplinado e civilizador.

Similitudes à indolência, ao desregramento, à covardia, ao desalento, à malandragem e ao descompromisso foram traçadas sobre o mesmo processo

---

3 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. [S.l.]: Graal, 2004.

4 LOPES, Luis Manoel. *Teoria do sentido em Deleuze*. Disponível em: <[www.ufsj.edu.br/Pagina/anais/Arquivos/luiz.pdf](http://www.ufsj.edu.br/Pagina/anais/Arquivos/luiz.pdf)>.

histórico. Discursos de origens diferentes, de além-mar, objetivando finalidades díspares.

## O “SENTIDO” NA IMIGRAÇÃO

No final do século 19 o Brasil era visto como o país do amálgama das raças. No ponto de vista das autoridades, esse hibridismo influenciaria as relações socioculturais e econômicas, os hábitos, costumes, condutas e as relações de poder. O progresso, a civilização, a ordem, o futuro do país estavam comprometidos. Autoridades, intelectuais, cientistas nacionais discutiam as formas de transformação de “um típico país miscigenado”.<sup>5</sup> Essa percepção não se restringia aos debates internos.

Ao longo do século 19, naturalistas – em busca da fauna e flora – veicularam suas interpretações sobre as formações étnicas, sociais e culturais brasileiras. Por onde passaram, registraram seus olhares intimamente ligados aos tipos humanos nacionais, produzindo reflexões teóricas sobre o tema. No estado do Amazonas, ao norte do Brasil, não seria diferente.

Segundo o viajante inglês Henry Walter Bates, a região amazônica, em meados do século 19, passou a ser o paraíso científico dos naturalistas.<sup>6</sup> Eles tinham por objetivos centrais “classificar, ordenar, organizar em mapas e coleções o que se encontra pelo caminho”<sup>7</sup> a respeito da fauna e da flora. Mas, além de atenderem às suas motivações botânicas e zoológicas, tais naturalistas preocuparam-se em descrever hábitos, costumes, religiosidade, cultura, relações de trabalho, miscigenações e origens étnicas, entre outras características dos habitantes. Foram elaborados diagnósticos que tiveram como consequência a formação de opiniões sobre a ocupação humana na região amazônica. Sob o tema, os portugueses tornar-se-iam personagens significativos.

---

5 LACERDA. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. 5. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 11.

6 COSTA, Hideraldo Lima da. *Amazônia: paraíso dos naturalistas*. *Amazônia em Cadernos*, Manaus, n. 6, p. 229-70, jan./dez. 2000. p. 235.

7 *Ibidem*, p. 238.

Na região do Amazonas, as seqüelas socioculturais produzidas pela mestiçagem, conforme o discurso dos naturalistas, atingiam tonalidades próprias, provocadas pela degradação do indígena, do tapuia e do caboclo. Homens e mulheres amazônicos eram rotulados pelos seus aportes culturais e raciais.

Chama atenção o fato de que, na quase totalidade das vezes em que os viajantes referiram-se aos habitantes da região, enfatizava-se que eles eram parte dos grandes empecilhos, chegando mesmo a funcionar como entraves para o seu desenvolvimento. Este raciocínio era válido em relação a todos os tipos humanos, desde os indígenas, fossem eles destribalizados ou não, passando pelos mestiços nos seus vários cruzamentos, atingindo também os negros.<sup>8</sup>

Na concepção dos viajantes europeus, o ser amazônico não correspondia à tipologia biológica e sociocultural admissível para povoar, explorar e fazer progredir a região. Na produção dos discursos, os sentidos alinhavam-se ao selvagem, primitivo, rude e preguiçoso.

Os Agassiz, quando chegaram à região (1865-1866), iluminaram o povoamento da Amazônia como um problema. A maior presença do índio e as daí resultantes miscigenações representavam uma dificuldade a mais perante o resto do país.

O juízo construído por antropólogos, etnógrafos sociais e demais estudiosos frisava o grau de inferioridade intelectual do indígena e suas variantes, como as aptidões muito limitadas e o difícil caminho à civilização. Era ele a “base da pirâmide humana concebida em moldes evolucionistas”.<sup>9</sup> Para os Agassiz, o rótulo da degeneração amazônica tinha também como alicerce o não dito: a ausência do elemento caucasiano.

Outra particularidade que igualmente impressiona o estrangeiro é o aspecto fraco e depauperado da população. Já o havia assinalado anteriormente; mas, nas províncias no Norte [do Brasil], isto é bem mais impressionante que nas do sul. Não se trata apenas de ver crianças de todas as cores: a variedade de coloração testemunha, em toda sociedade em que impera a escravidão, o amálgama das raças ... É como se toda pureza de tipo houvesse sido destruída, daí resultando um composto vago, sem caráter e sem expressão. Essa classe híbrida, ainda mais marcada

---

8 COSTA, Hideraldo Lima da. Amazônia: paraíso dos naturalistas. *Amazônia em Cadernos*, Manaus, n. 6, p. 241, jan./dez. 2000.

9 SCHWARCZ, Lílian Moritz, citada, p. 75.

na Amazônia por causa do elemento índio, é numerosíssima nas vilas e nas grandes plantações.<sup>10</sup>

Anteriores aos Agassiz, Martius e Spix (1817-1820) também estiveram na região estudando-a. Refletiram sobre a situação de “inferioridade” dos indígenas e as miscigenações resultantes, concluindo que nem as ações das autoridades, nem a cristandade – apesar dos esforços – teriam capacidade de transformar homens e mulheres amazônicos para que esses alcançassem o nível sociocultural em conformidade com os anseios locais e do Estado brasileiro.

Nem os sentimentos cristãos dos reis nem a bem intencionada disposição dos estadistas, nem a proteção e poder da Igreja puderam levantar os índios do Grão-Pará do estado selvagem em que foram encontrados, para os benefícios da civilização e do bem-estar cívico; como dantes permanece essa raça rebaixada, sofredora, sem significação no conjunto dos outros, joguete dos interesses e da cobiça de particulares, um peso morto para a comunidade, que de má vontade a suporta.<sup>11</sup>

Tapuias de “qualidades físicas e morais” semelhantes às do “índigena do interior”, mamelucos das cidades e nativos com “inflexibilidade de caráter”, incapazes “de se adaptar a novas situações”, “população não ... genuinamente adaptada à região”,<sup>12</sup> essas foram algumas das conclusões de outro naturalista que diagnosticou de forma desqualificadora as populações amazônicas: o inglês Henry Walter Bates (1848-1859).

Para Bates, tornava-se necessário extinguir – sem “lamentações ou condolências”<sup>13</sup> – os estratos da “raça rebaixada”. Nessa finalidade, o naturalista foi categórico quanto à solução: “seria através dos processos constantes, sucessivos e ininterruptos de maciças mestiçagens”.<sup>14</sup>

A inserção do imigrante europeu na região corresponderia às necessidades ocupacionais, civilizatórias e etnológicas, ilustradas por estrangeiros e aceitas – com adaptações – por autoridades e intelectualidade locais. Mas, quais

---

10 Casal Agassiz. In: COSTA, Hideraldo Lima da, citado, p. 243.

11 Martius e Spix. In: COSTA, Hideraldo Lima da, citado, p. 246.

12 Henry Walter Bates. In: COSTA, Hideraldo Lima da, citado, p. 247.

13 *Ibidem*.

14 *Ibidem*, p. 246.

européus e que mecanismos de atração seriam utilizados para despertar o fascínio do imigrante por uma região aparentemente inóspita e selvagem?

A promessa de terras, lucros fáceis e trabalho em abundância era propagada por delegações locais para países da Europa Continental. No entanto, o clima quente e úmido, a densa vegetação, as cidades pouco populosas e muito distantes entre si, a economia pouco dinâmica e as relações de parentesco mais raras tornaram a vinda de múltiplas nacionalidades européias difícil para a região do Amazonas. Populações da Europa Central, do Norte e mediterrânea buscaram o litoral do país, as campinas do Sul, São Paulo e circunvizinhanças.

Estratégias de captação de imigrantes estavam contidas na Lei nº 8, de 21 de setembro de 1892, na qual o governador Eduardo Ribeiro ficou autorizado a conceder passagens de terceira classe gratuitas a bordo de navios a vapor, da Europa ou da América do Norte rumo ao Brasil, para todo artífice que desejasse fixar-se na região. Os benefícios de transporte eram estendidos às famílias do pretendente. No primeiro mês, enquanto não se acomodassem, tinham direito a alojamento e a uma diária de 2\$000 réis.<sup>15</sup>

Foi nessa busca pela europeização da região que os portugueses tiveram papel preponderante. Acrescenta-se ainda a força com que as idéias eugênicas penetraram e ganharam corpo no seio das elites dirigentes que viam uma possibilidade de “melhorar a qualidade” da população amazônica, principalmente no período da economia da borracha, mediante o incentivo à colonização européia, de preferência ibérica.

Os argumentos de Augusto Ximeno Villeroy – governador do Estado do Amazonas (4 jan. a 2 nov. 1890) – apresentados em comunicação premiada que procurava responder “como se deve povoar o solo amazônico”, partiam de uma avaliação negativa da população regional, salvaguardando a figura do imigrante português como representação de “ordem”, “critério” e “seleção”:

A nacionalidade brasileira resulta de uma mistura de raças, ainda não fundidas intimamente, o que será o trabalho dos séculos, de modo que etnograficamente não constituímos ainda – um povo; conseqüentemente, seria um erro aumentar a desordem existente, importando colonos a esmo, sem critério, sem seleção; por-

---

15 Coleção de Leis 1892, 1901. In: MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: história e arquitetura 1852-1910*. Manaus: Edua, 1997. p. 227.

tanto, para não alterar o caráter fundamental da nacionalidade nascente, convém limitar a colonização aos povos ocidentais, especialmente ibéricos...<sup>16</sup>

Após essas considerações gerais, o governador concluía ressaltando o caráter arrojado e empreendedor dos portugueses e recordando que a colonização da região fora feita por Portugal, portanto haveria uma essência cultural que facilitava a identificação mais rápida do colono com a geografia e as culturas do novo meio, evitando-se traumas maiores de adaptação. Assim, para Villeroy era incontestável que: “esta raça preenche todas as condições para viver, crescer e progredir no meio amazonense. Inútil expender aqui argumentos para demonstrar uma verdade sentida por todos, brilhantemente atestada pela nossa história e pela pujança da colônia portuguesa da Amazônia, principal esteio do seu comércio”.<sup>17</sup>

Nas últimas décadas do século 19, tais considerações foram decisivas para as vantagens de portugueses sobre os naturais no Amazonas, principalmente no mundo do trabalho. Na dicotomia labor e indolência, os discursos de época construía[m] sentidos que – na sua influência – determinavam escolhas. As prioridades de trabalho para portugueses tornavam-se evidentes nos classificados de Manaus: “prefere-se português”.<sup>18</sup>

Inúmeras profissões tiveram portugueses e portuguesas como preferências generalizadas na região. Amas-secas lusitanas eram requisitadas pelas donas-de-casa mais ricas de Manaus, conforme consta nos anúncios e nos *pre-cisa-se* publicados nos jornais da época.<sup>19</sup>

Também pelo peso das determinações eugênicas, portugueses disseminaram-se com sucesso na vida do Amazonas, sobretudo na capital: eram carregadores e catraieiros do porto, carroceiros, padeiros, vendedores ambulantes

---

16 VILLEROY, A. X. Como se deve povoar o solo amazônico. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Ed. Ufam, 1999. p. 109.

17 Ibidem, p. 110.

18 “Caixeiro – Na Merceria Alfacinha precisa-se de um de 12 a 15 anos; prefere-se português”. *Jornal do Comércio do Amazonas*, 14 fev. 1899. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte, citada, p. 110.

19 BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer; Edua, 1999. p. 72-3.

tes, pescadores e seus barcos, horticultores e verdureiros nos arrabaldes da cidade, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, serralheiros e mestres-de-obras, que ajudaram a construir, com os seus ofícios, os prédios da cidade, além de barbeiros, bordadeiras, costureiras, lavadeiras e cozinheiras,<sup>20</sup> uma teia de relações profissionais e de sociabilidades que geraram juízos favoráveis ao imigrante português pela sua adequação ao labor.

Essa preferência dada a muitos dos trabalhadores portugueses, em detrimento dos locais, gerava protestos, paralisações e sentimentos xenófobos. Em 1911, em Manaus, estivadores nativos, nordestinos entre outros nacionais, realizaram uma série de protestos contra a crescente contratação de estivadores portugueses.<sup>21</sup>

Empresas como Booth Line, Companhia do Amazonas e Armazéns Andressen, entre outras, alegavam que os estivadores portugueses tinham melhor robustez e aptidão. Contratavam cada vez mais estrangeiros, mesmo em descumprimento aos dispositivos legais contidos nos *Estatutos dos Armazéns Alfandegados*, os quais estabeleciam que “os brasileiros natos são os que devem ser os preferidos para o serviço”.<sup>22</sup>

Com o auge do período da Borracha (1890-1910), as oportunidades se multiplicaram na região. Nas principais cidades do Amazonas, como Manaus, a economia se expandiu possibilitando novos investimentos. Como era a maior comunidade de imigrantes do estado, os portugueses consolidaram as relações de parentesco, de solidariedade e mesmo de exploração entre seus membros.

Tendo por base princípios eugênicos que foram gerados por discursos e, por sua vez, fortaleceram outros discursos, construindo sentidos favoráveis, associados aos créditos fornecidos e à confiabilidade hegemônica fincada na tríade “trabalho, poupança e ascensão”, os portugueses realizaram investimentos, acumulando patrimônios e reforçando o senso comum na relação significativa–significado,<sup>23</sup> na qual se solidificaram as associações *português–trabalho*, *português–esforço*, *português–acumulação material* e *português–sucesso*.

---

20 BENCHIMOL, Samuel, citado, p. 72-3.

21 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte, citada, p. 111.

22 Ibidem.

23 FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. (Tradução de Salma Tannus Muchail). 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 59.

Com tendência pelos bens imóveis, portugueses abastados incluíram-se no mercado imobiliário, transformando-se, assim, em rendeiros e senhores de casas, vilas e estâncias.

Com a expansão da economia da borracha alguns portugueses passaram a controlar parte do comércio lojista, além de padarias, armazéns e mercearias. A ponto de levar o cônsul português em 1916 a afirmar que “a colônia portuguesa em Manaus [possuía] mais da metade da propriedade urbana, que [rendia] anualmente a Portugal cerca de mil contos fortes”<sup>24</sup>.

Sobre a exteriorização do crescimento socioeconômico e dos signos deixados por certos estratos portugueses, a historiografia local transformou-se em um mecanismo de potencialização, reforçando o ideário sobre a imigração lusa, mesmo em momentos de crise:

Quando a crise chegou, a partir de 1911, os empresários portugueses em muito contribuíram para a sobrevivência das cidades de Belém e Manaus e o seu interior, através de suas casas aviadoras, dos navios de seus armadores, dos seus armazéns de estivas e fazendas e do seu comércio de importação e exportação, em substituição às lideranças anglo-germânicas do período áureo. Não eram numerosos apenas no alto comércio das ruas Marechal Deodoro, Guilherme Moreira e Marcílio Dias, em Manaus, ou nas ruas 15 de Novembro, João Alfredo e Boulevard Castilho França, em Belém, onde se localizavam os seus principais estabelecimentos e escritórios.<sup>25</sup>

Mesmo os portugueses de menores posses tiveram suas ações perpetuadas pela história local, vendo-se espalhados “por toda a cidade, com seus estabelecimentos localizados nas esquinas das ruas da cidade”<sup>26</sup>.

Essas esquinas e *cantos* de rua constituíam pontos estratégicos para fundação e operação do mercado varejista nos ramos de *secos e molhados* e de serviços: mercearias, bares e botequins, quitandas, açougues e padarias. Muitos deles, após longos anos de diuturno trabalho, com a ajuda de suas esposas e filhos, conseguiam amearhar alguma fortuna para permitir uma viagem a Portugal, de férias, para manter os vínculos familiares d’além-mar, para educação dos filhos em escolas portuguesas, remessa de mesada para seus parentes, regressando muitos deles definitiva-

---

24 SIMÕES, V. Daquém & Dalém Mar. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte, citada, p. 108.

25 BENCHIMOL, Samuel, citado, p. 73.

26 Ibidem.

mente às suas aldeias, onde adquiriam as suas *quintas*, deixando aos filhos, já brasileiros, a tarefa de continuar os seus negócios em ... Manaus.<sup>27</sup>

Em regiões como o Amazonas e suas cidades, onde houve a primazia do domínio colonial português e onde também se formara uma forte comunidade lusitana, até mesmo em maior quantidade, era de esperar que essa presença fosse bastante marcante para a historiografia e memória locais. A Tabela 1 mostra a entrada de portugueses com diferença expressiva frente aos demais imigrantes, em um período de início de declínio da chegada de estrangeiros à região.

Tabela 1 – Imigração estrangeira no quadriênio 1908-1911

Nacionalidade	Imigrantes	%
Portugueses	9.008	46,3
Espanhóis	2.809	14,4
Ingleses	1.294	6,6
Turcos-árabes	974	5,0
Franceses e alemães	907	4,7
Italianos	830	4,3
Norte-americanos	564	2,9
Outros	3.081	15,8
Total	19.467	100

Fonte: Anuario Estatístico do Brasil (1908-1912).

Tabela sobre Movimento Imigratório Internacional.<sup>28</sup>

Na historiografia, na memória e no imaginário coletivo ficaram registrados os estereótipos da imigração lusa. Cristalizaram-se trajetórias de portugueses bem-sucedidos, que ampliaram seus patrimônios no transcorrer das gerações. Uns permaneceram na região, outros retornaram à pátria endinheirados: os “brasileiros de torna-viagem”. Uns ou outros deixaram vestígios de seu sucesso nos elegantes palacetes, nos empreendimentos, na benemerência.

Historiografia, memória e imaginário regionais esqueceram-se dos que viveram a vergonha do fracasso, da miséria, das expectativas malogradas, dos que dilataram as estatísticas da criminalidade, do vício, os “freqüentadores as-

27 BENCHIMOL, Samuel, citado, p. 73.

28 Anuario Estatístico do Brasil, 1º ano (1908-1912). Rio de Janeiro: Typographia Estatística, 1916. In: SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p. 88.

síduos dos cárceres”. A parte da imigração lusa que – juntamente com outros – se tornou alvo da higiene social, do conjunto dos indesejáveis, “afastados da representação idealizada de mão-de-obra superior, promotora do progresso, que compunha os discursos imigrantistas na época imperial”.<sup>29</sup>

Assim, a imigração portuguesa para o Amazonas apareceu com um sentido de verdade, incisivamente universal, ignorando – em contrapartida – outras vontades de verdade, discursos, ou contradiscursos, as palavras excluídas do circuito do poder.<sup>30</sup>

## O SENTIDO DA “EMIGRAÇÃO”

*O espírito humano é naturalmente levado a supor que há nas coisas mais ordem e semelhança do que possuem; e, enquanto a natureza é plena de exceções e de diferenças, por toda parte o espírito vê harmonia, acordo e similitude.*

Bacon<sup>31</sup>

Na história dos portugueses que chegaram ao Amazonas, o que possibilitaria os múltiplos olhares, a diversidade de leituras, o foco sobre as diferentes experiências foi substituído pela semelhança, pelo hegemônico, oficial, unilateral, apoiados no tripé “trabalho, poupança, ascensão social”.

No entanto, na história dos mesmos portugueses que saíram de sua pátria as perspectivas foram diferentes. Entre imigrantes e emigrantes os estereótipos foram construídos de forma diametralmente oposta: de otimista a pessimista, de desbravador a covarde, da credibilidade ao descrédito, do esfor-

---

29 SCOTT, Ana Silvia Volpi. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). In: CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA DE ZARAGOZA, 2001. Sesión: Las Migraciones a América. Universidad de San Pablo – CEU.

30 FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. (Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio). São Paulo: Loyola, 1996. p. 20.

31 BACON. *Novum Organum*. In: FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. (Tradução de Salma Tannus Muchail). 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 71.

ço ao desânimo, do empreendedor ao desalentado, da solução ao problema, de pujante a patológico, de “imigrante laborioso” a “emigrante indolente”.

Quando se analisam as fontes históricas da segunda metade do século 19, portuguesa e brasileira, comparando os discursos oficiais e as bibliografias que refletiram sobre o período em ambas as nacionalidades, parece haver um maniqueísmo romântico de oposição entre o bem e o mal, o imigrante e o emigrante.

O *Diário de Manáos* possibilita fazer uma leitura sobre a construção dos discursos dicotômicos em relação ao migrante português. Em sua coluna “Chronica da Europa” relatavam-se as novidades da Europa, principalmente comentários sobre o conteúdo dos jornais do Porto e de Lisboa. Nessas duas cidades havia um correspondente de imprensa do *Diário*, que enviava por carta os temas mais relevantes observados no jornalismo português.

Na coluna “Chronica da Europa”<sup>32</sup> percebe-se que havia dissonância entre as ponderações oficiais sobre a necessidade da imigração europeia para o Amazonas/Brasil, priorizada no português, e os rótulos dados ao emigrante no momento de saída de Portugal.

Em 24 de maio de 1891, uma notícia do Porto veio frisar o descontentamento dos detentores dos discursos com a saída de portugueses de seu país. Conforme a coluna, os agricultores eram os que mais buscavam alternativas em países estrangeiros. Porém, na mesma coluna explicita-se a queixa pela falta de razão para a emigração: eram “trabalhadores bem pagos”, entre outras características que surpreendem o leitor habituado a outros perfis do migrante português.

Até agora, havia gente para os trabalhos agrícolas que era bem paga; para futuro é natural que também tenhamos de promover a imigração de hespanhoes que se promptificam a trabalhar por muito menos e talvez que com mais assiduidade, porque esses sabem melhor do que os nossos as cores que tem a miséria.

Esta tirada vem a pello, para mostrar que a imigração dos nossos agricultores não provem da miséria e da desgraça do paiz, mas dos desatinos praticados por elles. O solo é uberimo [*sic*, ubérrimo] e feracíssimo e o subsolo é riquíssimo como poucos. Com menos ambição e mais senso comum, podíamos viver muitíssimo mais independentes e sermos muito mais respeitados.<sup>33</sup>

---

32 *Diário de Manáos*. Chronica da Europa, 2 jul. 1891. Laboratório de Imprensa da Ufam.

33 *Ibidem*.

O direcionamento do texto descrito em um periódico do Porto (Portugal) é absolutamente antagônico aos da imprensa brasileira, especialmente a amazonense. O emigrante passa a ser visto como representação do não-trabalho, mesmo sendo ele “bem pago”.

A construção do texto ressalta a indisposição ao labor, de tal forma que seria necessário incentivar a “inmigração de hespanhoes”. O trabalhador português passa a ser visto como aquele que descumpre suas funções, que não honra com seus compromissos, que descumpre as normas vigentes, inadimplente com o horário da labuta, pouco assíduo.

O texto deixa claro que a miséria não foi um problema para o agricultor português, pelo contrário, a falta de desventura contribuiu para a ausência das características associadas ao trabalhador ideal.

Para o periódico do Porto, compilado pelo *Diário de Manáos*, a emigração de braços em busca de novas oportunidades não se justifica em Portugal, pois o país não se encontra em crise socioeconômica, ao invés disso, ressalta-se toda uma dinâmica de bem-aventuranças. Nesse contexto de viabilidades, o que explica o descompromisso dos agricultores são os “desatinos praticados por eles”.

A ação de emigrar torna-se um delírio, um desvario, sem motivos nem propósitos, sobretudo para o agricultor, pois o solo português é fértil, pronto para ser trabalhado, com riqueza até mesmo do subsolo. Esse mesmo agricultor emigrante, idealizado pela proposta ocupacional amazonense, teve sua similitude voltada para a figura pejorativa do ambicioso, do que anseia auferir grandes lucros com pouco esforço, que não prioriza o coletivo, o nacional, o bem comum, antes segue sua cobiça pessoal, o interesse apetitoso do enriquecimento fácil. Nas descrições portuguesas sobre seus emigrados, não existem os referenciais que englobam “trabalho, poupança e sucesso”.

Compreendendo o contexto português do final do século 19, pode-se decifrar o direcionamento que se objetivava dar na construção do texto, no ordenamento do sentido.

Portugal vivia nesse momento uma tentativa de reafirmação perante a crise socioeconômica e seu principal credor: a Inglaterra. A saída em massa da figura masculina, e em idade produtiva, significava que os objetivos de reafirmação nacional não seriam alcançados. Logo, o contra-discurso aos emigrantes.

Outro fator eram os *deficits* populacionais que estavam sendo gerados com a emigração, tendo em vista que os emigrantes não eram somente agricultores, mas cidadãos também. Essa deficiência demográfica estava gerando falta de consumo e declínio na atividade comercial interna.<sup>34</sup>

A figura do campesino português, idealizado para objetivos de progresso, civilização e ordem no Amazonas/Brasil, passa a ser vista de maneira burlesca em Portugal.

No *Diário de Manáos*, anedotas – de autores e periódicos portugueses – eram reproduzidas para a diversão ou confusão dos leitores locais, uma vez que os conceitos adquiridos do elemento português para o Amazonas eram uns, para as autoridades e intelectualidades portuguesas eram outros. Na coluna “Arabescos” (*Diário de Manáos*) podem-se encontrar figuras típicas das pilhérias portuguesas, como o José da Cartuxa e seus familiares:

O José da Cartuxa era um dos muitos pequenos fazendeiros que há em Collares, a risonha, pittoresca e fértil villasita, que fica para lá de Cíntia, a menos de uma légua de distancia e que fornecê a Portugal um dos seus mais estimados vinhos de mesa, as mais fôrmosas melancias que se comem em Lisboa, uns pecegos magníficos, grandes, carnudos, aveludados, que podem pedir moças nos pecegos de Alcobaça: os mais afamados de terras portuguezas...<sup>35</sup>

O autor luso Gervásio Lobato continua a aventura do personagem José da Cartuxa contextualizando-o: possuidor de um terreno situado ao caminho da Praia das Maças, pequeno agricultor de uvas, pêssegos, maçãs e pêras, que eram vendidas no mercado de Cintra.

Sendo o trabalhador idealizado pelo discurso de reafirmação nacional português, José da Cartuxa conservava economias, que fizeram “rapidamente” aumentar seu patrimônio agrícola, “fizera dar alguma coisa”. Contudo, o oposto cômico da personagem principal era seu pai, o centenário Manoel da Cartuxa,

---

34 ALVES, Jorge Fernandes. Atalhos batidos: a emigração nortenha para o Brasil. *Atalaia*, Revista do Cictisul (centro interdisciplinar de ciência, tecnologia e sociedade da universidade de Lisboa), Lisboa.

35 *Diário de Manáos*. Arabescos; Uma tragédia. O defeito de José da Cartuxa. Manaus, 10 jul. 1891, Laboratório de Imprensa da Ufam.

esse importava-se pouco com as terras, [e possuía] um ardente amor pela ociosidade. Esse amor foi aumentando dia a dia, á proporção que o pecúlio diminuía. Quando elle acabou de todo, o Manoel da Cartuxa viu que não tinha remédio senão tratar da existência. Procurou então o modo de vida que mais se coadunava com o seu gênero de trabalho favorito – não fazer nada. E encontrou-o, casando com uma lavadeira, que trabalhava por elle e por ella, e que ganhava rios de dinheiro a lavar no rio. O Manoel da Cartuxa continuou no seu *dulce far niente*, até lhe nascer o primeiro e único filho desse enlace [José da Cartuxa].<sup>36</sup>

Manoel da Cartuxa, após o nascimento de seu filho, interessou-se pelo trabalho, porém “em casa nunca ninguém viu as cruces do dinheiro que ele ganhava. Quem via essas cruces era o taberneiro da Várzea, e foi embalsamado em vinho que o Manoel da Cartuxa conseguiu viver até aos 102 annos”.<sup>37</sup>

O antagonismo geracional é perceptível, Manoel da Cartuxa (pai) o significado da ociosidade, malandragem, do não-trabalho, da boemia, do indolente. José da Cartuxa (filho) do labor, da economia, do progresso e do sucesso. O “pai” é o significante de uma geração que não se desejava para Portugal, fora da ideologia de renascimento nacional, o antigo, atrasado, incivilizado. O “filho” torna-se o presente-futuro, a reconstrução de contexto socioeconômico caótico.

Todavia, quando o autor dá a entender que a geração do final do século 19 portuguesa era o símbolo de um recomeço cultural e socioeconômico, o leitor é surpreendido com a imagem oculta de José da Cartuxa. O filho ícone do “trabalho, economia e crescimento material” é revelado um jogador inveterado, “desde o principio do anno” comprando todas as loterias cindo tostões de sortes, e nem uma só com o mesmo dinheiro”.<sup>38</sup>

Essa anedota transmite a idéia de descrédito da intelectualidade e das instituições com sua população portuguesa. Tem-se uma idéia de sociedade indefinida quanto ao futuro, “país adiado”, “dependente”, nação “doente”, de “fugitivos”.<sup>39</sup> Sobre essa visão diferenciada de imigrantes para emigrantes portugueses, a historiografia lusa destacou suas impressões. Conforme esses au-

---

36 *Diário de Manáos*. Arabescos: Uma tragédia. O defeito de José da Cartuxa. Manaus, 10 jul. 1891, Laboratório de Imprensa da Ufam.

37 *Ibidem*.

38 *Ibidem*.

39 ALVES, Jorge Fernandes, citado.

tores, “os portugueses sempre procuraram fora do seu país a solução para os seus problemas internos”<sup>40</sup>

Para a política amazonense de imigração, a saída de portugueses de sua pátria representava espírito empreendedor, aventureiro. Porém, para a intelectualidade portuguesa afirmava-se que, “Como notou António José Saraiva, em vez de se empenharem em desenvolver Portugal, preferiram investir em expedições, conquistas além-mar ou mesmo na emigração. Ora, à medida que prosseguiram nesta prática foram-se tornando cada vez mais pobres e dependentes do exterior”<sup>41</sup>

Para os contemporâneos do período da emigração, Portugal tornou-se “um país sempre adiado”. E o português, nas palavras de Jaime Cortesão, quando se trata de erguer o seu país revela uma enorme indolência: “O nosso grande mal é uma doença da vontade cujos sintomas se chamam o desalento, o pessimismo, o abandono fatalista, uma inerte covardia e a falta de confiança no esforço próprio”<sup>42</sup>

A emigração fazia parte da cultura do português, de tal modo que o filósofo José Gil afirmou que “o princípio de autoridade está em crise. A única coisa que persiste é a propensão para cumprir ordens mais do que para mandar”. Onde estava o português audaz, baluarte do progresso para a Amazônia? Entre o emigrante e o imigrante há contextos diferenciados que propuseram discursos com finalidades específicas.

Assim, na dicotomia dos discursos, os portugueses (em Portugal) – muito diferentes dos lusos da Amazônia, “tinham medo de existir, receio em afirmar-se. Uma doença que os leva a condescenderem com actos que mereciam a ser reprovados, abdicando desta forma dos seus direitos e deveres de cidadania”<sup>43</sup>

Mesmo os conceitos de patologia social, cunhados para a Amazônia, tendo como parâmetros a população local, tiveram sua aplicabilidade para

---

40 ALVES, Jorge Fernandes, citado.

41 Ibidem.

42 CORTESÃO, Jaime. Da Renascença Portuguesa e seus intuitos. In: ALVES, Jorge Fernandes, citado, p. 4.

43 ALVES, Jorge Fernandes, citado.

Portugal e seus emigrados. Para os discursos intelectuais a emigração foi apresentada como “patologia social da nação portuguesa”.<sup>44</sup>

Dessa forma, a “patologia” da emigração pode ser entendida como um fenômeno estrutural endêmico,<sup>45</sup> por razões demográficas e econômicas. Tal fenômeno se agravou com o progressivo desequilíbrio e agravamento das estruturas socioeconômicas da formação social portuguesa, na qual a agricultura teve um papel marcante. A estrutura agrícola ao sul do rio Tejo caracterizou-se por uma excessiva concentração da propriedade, enquanto no norte de Portugal se formulou a fragmentação da terra, deixando por isso grande parte da população com uma pequena porção de área de plantio, ou desprovida dela.

Com isso o consumo foi prejudicado por uma queda de produção, não havendo, portanto, possibilidade de excedentes necessários à reprodução. Sobre esse quadro caótico, somaram-se as dificuldades de melhoramentos das técnicas tradicionais de produção.

Tais elementos seriam os eleitos para que a intelectualidade e as autoridades portuguesas vissem com olhos depreciadores a população dos campos, projetando sobre ela os rótulos que no Amazonas foram precipitados às populações tradicionais: preguiça, itinerância, descompromisso, indolência.

Não somente o emigrante dos campos foi associado a agentes patológicos sociais, o das cidades também. Cidades litorâneas, como Lisboa e Porto, foram incapazes de proporcionar trabalho à imensa população rural que para elas convergia.

A conseqüência foi o aumento da emigração. Essa tinha um perfil eclético quanto aos emigrantes, desde agricultores pobres, perpassando por especializados tecnicamente, até pequenos empreendedores que, desejosos de prosperarem noutras localidades, decidiram emigrar.<sup>46</sup>

Portugal emigra sem saber para onde vai; como a maior parte dos povos que emigram, impelidos pela necessidade ... Mas outrora, a emigração era quase exclusivamente rural; hoje, as cidades também emigram, porque o mal dos campos as

---

44 ALVES, Jorge Fernandes, citado.

45 CAEIRO, Domingos. Uma imagem/viagem na emigração portuguesa para o Brasil. Disponível em: <[www.geocities.com/ail\\_br/umaimagemviagemnaimigracao.htm](http://www.geocities.com/ail_br/umaimagemviagemnaimigracao.htm)>.

46 SCOTT, Ana Silvia Volpi, citado.

invadiu também, e Lisboa como o Porto estão dando a hora presente um forte contingente à emigração.<sup>47</sup>

Dessa forma, um conjunto de imagens passou a ser construído sobre o emigrante português. Este, rural ou urbano, tornou-se portador de signos construídos através de representações de semelhança, formas esboçadas pelo discurso.

A leitura feita sobre a intelectualidade e as autoridades portuguesas, da segunda metade do século 19, alicerça-se nas identidades criadas e projetadas sobre seus emigrantes. Os discursos construídos passaram por cima das especificidades de cada caso ou, pelo menos, de categorias de análise. O signo *emigrante português* teve como pano de fundo similitudes, com formatos previamente estabelecidos. Paralelo ao tripé “trabalho, poupança, riqueza” que representava o imigrante português que chegava ao Amazonas, edificou-se sobre o mesmo emigrante as imagens de “indolência, desperdício e miséria”.

## O DISCURSO, O SENTIDO E A SIGNIFICAÇÃO

*O discurso está na ordem das leis.*

Foucault <sup>48</sup>

O intuito deste artigo é a análise do discurso em sua materialidade verbal ou escrita, pois o discurso é carregado de poderes que produzem imaginários de perigo ou segurança, ameaça ou confiança, inquietação ou tranquilidade, sensibilidade ou indiferença, interação ou exclusão.

As palavras, especialmente quando oficiais, têm a capacidade de proliferação. Manipuladas no campo das idéias, modificam hábitos, costumes, convenções sociais, padrões de conduta. Pois os discursos produzidos são contro-

---

47 CHAGAS, 1897. In: CAEIRO, Domingos, citado.

48 FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. (Tradução de Laura Fraga de Almeida Sam-  
paio). 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001. p. 7.

lados, selecionados, organizados e redistribuídos, causando experiências cotidianas.

A imagem do e/imigrante português foi se desenvolvendo historicamente, chegando a significados, tendo como influência a multiplicidade de fatores contextuais: a ciência, a modernidade, as teorias sociais, o urbanismo e concepções de trabalho, entre outros.

O que deve chamar a atenção é que os signos produziram sentidos, e estes alcançaram significação. Ou seja, quando proliferou o discurso pelo qual o imigrante português era laborioso e o emigrante era indolente, uma via foi construída e na trilha desta algo foi dito, expresso, traduzido. Portugueses lá e cá passaram a ter tipologias, características, marcas reconhecíveis.

Assim, o discurso passou a dizer o que eles eram, sendo os e/imigrantes os significantes e os estereótipos os significados, sobrepondo assim as identidades individuais e as diferenças.



# A EMIGRAÇÃO AÇORIANA PARA O BRASIL: RITMOS E DESTINOS

*José Damião Rodrigues*  
Universidade dos Açores

*Gilberta Pavão Nunes Rocha*  
Universidade dos Açores

Em várias teorias migratórias é destacada a importância das características dos territórios de origem e de destino, facto que respeita a todas as deslocamentos populacionais, principalmente as de longa distância. Se os aspectos económicos surgem como os factores principais, não devem ser negligenciados outros, que configuram os contextos políticos nacionais e internacionais, principalmente visíveis em certos períodos históricos. É neste quadro conceptual que nos situamos para aqui abordar a emigração açoriana para o Brasil, sublinhando que, na pluralidade açoriana, a ilha surge como a unidade de análise específica, identitária da evolução desta região arquipelágica.<sup>1</sup>

Região de fronteira, situada em posição charneira no cruzamento de rotas oceânicas, os Açores foram, desde a origem do povoamento, entre 1439 e 1443, uma terra marcada pela circulação das gentes, o que condicionou ao longo dos séculos a evolução e as características demográficas das diversas ilhas.<sup>2</sup> Numa sequência geracional que relacionou a mobilidade da população

---

1 Cf. ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. *Dinâmica Populacional dos Açores no Século 20: unidade – permanência – diversidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1991.

2 Sobre esta questão, ver ROCHA, Gilberta Pavão Nunes et al. O arquipélago dos Açores como região de fronteira. *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2. Série, v. IX-X, 2005-2006, p. 105-40.

e a sociedade, o cronista franciscano frei Diogo das Chagas, em meados do século 17, apresentou o que constituiu, no essencial, um vector estruturante da sociedade açoriana desde o início do povoamento até ao final do século 20, ao escrever, a propósito de um dito de tom profético atribuído ao Infante D. Fernando, que “elle como profetizando disse os primeiros pouoadores dessas Ilhas roçarão, e trabalharão, e seus filhos semearão, os netos uenderão, e os mais descendentes fugirão dellas o que assim aconteçeo, conforme o que ate aqui os tempos nos tem mostrados...”<sup>3</sup>

É preciso passar mais de quatro séculos e esperar pela última década da centúria passada para que esta situação se inverta e o arquipélago açoriano passe a ser, já não uma terra de saída, mas também, e fundamentalmente, uma terra de acolhimento, de gentes provenientes de vários países e continentes. A mobilidade continua, no entanto, a ser uma característica essencial, de múltiplas facetas, de entradas e saídas de estrangeiros e nacionais que identificam a modernidade do arquipélago.

O povoamento dos Açores teve início entre 1439 e 1443 nas ilhas orientais de Santa Maria e de São Miguel. No entanto, a ocupação humana de todas as parcelas insulares, obra de migrantes livres ou forçados, como os degredados e os escravos, que de diversas partes do reino e do império aí se instalaram,<sup>4</sup> só ficou concluída em meados do século 16 com o povoamento do Corvo, no extremo ocidental do arquipélago, com o recurso a escravos possivelmente trazidos de Cabo Verde pelos FONSECAS, senhores das Flores e do Corvo e da ilha de Santo Antão, em Cabo Verde.<sup>5</sup> Mas ainda a totalidade das ilhas não estava

---

3 Cf. CHAGAS, frei Diogo das. *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. Fontes para a História dos Açores, direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos, colaboração de Avelino de Freitas de Meneses e Vitor Luís Gaspar Rodrigues. Ponta Delgada e Angra do Heroísmo: Universidade dos Açores/Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso; Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1989. p.120.

4 Sobre esta questão, ver RODRIGUES, José Damião; MARTINS, Rui Cunha. A construção de um espaço: os Açores e o olhar do poder central. In: *Actas do Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*. Horta, 10-13 maio 1993. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 1995. p. 75-83; e RODRIGUES, José Damião. A Sociedade. In: *A Colonização Atlântica*. Coordenação de Artur Teodoro de Matos. v. III da *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Ed. Estampa, 2005. v. I, p. 446-91, *maxime* p. 488-9.

5 Sobre esta questão, ver MATOS, Artur Teodoro de. Povoamento e colonização dos Açores. In: ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.). *Portugal no Mundo*. Lisboa: Publicações

povoada e já as fontes documentavam a presença de açorianos nas praças marroquinas e na Índia, nos navios de navegadores e de exploradores, na difusão da fé cristã ou, simplesmente, como colonizadores e militares.<sup>6</sup>

A partir da década de 1530, o Brasil começou a atrair população do reino. Para aí afluíram sobretudo gentes do Entre-Douro-e-Minho, que partiam do Porto e de Viana. Mas, nos arquipélagos atlânticos, principalmente nos Açores, solicitaram-se igualmente recursos humanos para a colonização de Pernambuco e da Bahia. Logo em 1550, foi a própria coroa a incentivar o provedor das armadas, Pêro Anes do Canto, no sentido deste recrutar açorianos que deveriam ser encaminhados para o Brasil, para apoio à fundação de São Salvador da Bahia.<sup>7</sup> Tal como viria a suceder posteriormente, a coroa disponibilizava os meios de transporte e prometia terras como forma de aliciamento dos futuros colonos. No entanto, no século 16, a emigração manteve-se ainda num nível reduzido, tal como a população global do arquipélago que, em finais de Quinhentos, tinha sensivelmente 65 mil habitantes.

Foi somente no século seguinte que o fluxo emigratório de açorianos se tornou mais frequente, direccionado sobretudo para o Pará e Maranhão. Devido à importância estratégica e económica da foz e bacia do Amazonas, em 1615, após a conquista de São Luís aos Franceses, a consolidação do domínio português na região revelou-se uma tarefa prioritária e esse objectivo passava pela fixação de núcleos de povoadores no Maranhão e no Pará, mais a oeste. O povoamento português do Maranhão, perante o reduzido número de brancos e a evidente falta de mulheres, encontraria a sua solução no recurso às gentes açorianas.<sup>8</sup>

---

Alfa, 1989. v. 1, p. 176-88, *maxime* p. 182-3 e 188; MEDEIROS, Carlos Alberto. Porto Santo e Corvo: aspectos da ocupação humana em espaços insulares restritos. *Islenha*, Funchal, n. 3, p. 6-18, jul./dez. 1988, *maxime* p. 12.

6 Embora com motivações individuais, ligadas ao serviço do rei ou de Deus, os açorianos surgem, ainda no século 16, nas principais frentes da expansão portuguesa, em África e na Índia. A este propósito, cf. RODRIGUES, José Damião. Os Açores e a Expansão: bens e gentes no espaço colonial português (séculos XV-XVIII). *Insulana*, Ponta Delgada, v. XLIX, p. 147-81, 1993.

7 “Carta de el rei de 11 de setembro de 1550 – Fundação da cidade da Bahia e colonos das ilhas”. In: *Arquivo dos Açores*, edição fac-similada da edição original. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, v. XII, p. 414-5, 1983.

8 Para um desenvolvimento dos parágrafos relativos ao Maranhão e ao Pará, ver RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida. Rivalidades imperiais e emigração: os

Ainda em 1615, Jorge de Lemos de Bettencourt ofereceu-se para, à sua custa, transportar duzentos casais dos Açores para o Pará, num total de mil pessoas. A leva de colonos partiu do arquipélago em 1618 e, segundo frei Vicente do Salvador, chegaram ao Maranhão somente 95 casais, com alguns solteiros, num total de 561 almas, transportadas em três navios. Em terras amazônicas, o conflito estalou entre Jorge de Lemos de Bettencourt e os colonos, que ficaram no Maranhão, não se mostrando disponíveis para acatar as ordens do chefe da expedição. Em requerimento feito em São Luís do Maranhão a 11 de maio de 1619 e assinado por 34 dos naturais das ilhas, apresentaram as suas razões, reclamando que ficasse no Maranhão a terça parte dos mil indivíduos que Jorge de Lemos de Bettencourt se obrigara a transportar e declarando que, aparentemente, o contratador pretendia que todos fossem para o Pará, o que eles recusavam, pois era então uma região em estado de guerra e sem “modo de povoar”.

Apesar das dificuldades, os ecos da expedição e da constituição da primeira câmara “açoriana” devem ter sido positivos e, em 1619, surgiu nova proposta de transporte de ilhéus para a conquista. Desta vez, o Licenciado Antônio Ferreira de Bettencourt, natural de São Miguel, conseguiu a mercê do ofício de provedor da Fazenda Real dos Açores por três anos ao oferecer-se para trazer da Flandres dois mestres na arte do fabrico de salitre e pólvora e para colocar no Maranhão cinquenta casais, tudo à custa da sua fazenda. A 24 de novembro de 1622, o provedor da Fazenda Real dos Açores apresentou o traslado autêntico de uma certidão emitida pelo escrivão da Fazenda na conquista do Maranhão, de 29 de outubro de 1621, confirmando a chegada no navio *São Francisco* de quarenta casais, perfazendo 148 pessoas. Outras propostas foram sendo feitas na década de 1620, mas também depois da Restauração. Em 1648-1649 e em 1666-1667, novos contingentes de colonos idos do arquipélago seguiram para o Maranhão e o Pará. A primeira leva era composta por alguns casais das ilhas de Santa Maria e de São Miguel; a segunda por gente do Faial.

No total, a documentação disponível para o século 17 permite apontar para uma corrente entre os cinco mil e os seis mil indivíduos. Constituam essencialmente os “casais” das ilhas, fórmula adoptada pela coroa para caracte-

---

açorianos no Maranhão e no Pará nos séculos XVII e XVIII. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v. IV, 2003, p. 247-63.

rizar os colonos ilhéus. Se acrescentarmos a estes números os de alguns recrutamentos militares que se efectuaram no arquipélago, sobretudo durante o período final da Monarquia Católica e os primeiros anos do reinado de D. João IV, com uma cifra total superior aos quatro milhares,<sup>9</sup> ficamos com a noção de que o contributo açoriano assumiu uma relevância especial na defesa e afirmação do Brasil luso na centúria de Seiscentos, embora com reflexos a curto ou médio prazo no comportamento demográfico nas ilhas.

No século 18, e apesar das ordens régias em contrário, publicadas em 1709, 1711, 1713, 1720 e 1744,<sup>10</sup> a emigração portuguesa para o Brasil aumentou e contou com o contributo das gentes insulanas. Não obstante a publicação da lei de 20 de março de 1720, com aplicação nas ilhas, que surgiu como um entrave à livre circulação de homens entre o reino e o Brasil, ao longo da primeira metade de Setecentos, a coroa continuou a apoiar e a promover a saída de “casais” ilhéus para a América do Sul com o objectivo de povoar e defender as regiões fronteiriças meridionais e setentrionais.

A actividade sísmica e vulcânica que assolou a ilha do Pico nos anos de 1717, 1718 e 1720 contribuiu para que a coroa procurasse organizar, com a colaboração das câmaras locais, um alistamento de casais que deveriam ru-

---

9 Entre 1637 e 1645, foram efectuadas ou propostas diversas levas. Em petição examinada em consulta do Conselho Ultramarino de 1647, o provedor das armadas Manuel do Canto e Castro referiu que, entre 1637 e 1647 “se tem tirado mais de 4 mil homens”, oferecendo-se então para recrutar 600. Sobre estes levantamentos, ver Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Conselho Ultramarino (CU), *Açores*, caixa 1, docs. 59, de 4-5 de maio de 1638, 60, de 9 de maio de 1638, 63, de 18 de julho a 4 de setembro de 1638, 89, de 8 de junho a 31 de outubro de 1644, 96, de 28 de agosto de 1645, 97, de 31 de agosto de 1645, 99, de 19 de setembro a 17 de outubro de 1645, e caixa 2, doc. 6, de 8 de junho de 1647, agora publicados in *Arquivo dos Açores*, 2ª Série, Ponta Delgada: Direcção Regional da Cultura, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Universidade dos Açores, v. I, 1999, p. 256-9, 264-70, 350-2 e 384-90 e v. II, 2001, p. 9-22, *maxime* p. 11; BELO, António Raimundo. Relação dos emigrantes açorianos para os Estados do Brasil, extraída do livro de Registos de Passaportes da Capitania Geral dos Açores. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, v. VII, p. 244-6, 1949; LOPES, Luís. *Relação da viagem do socorro que o mestre de campo D. Diogo Lobo levantou nas ilhas dos Açores (1639)*. Introdução, transcrição e notas por Isabel Cid. Évora: Direcção Regional da Cultura dos Açores, Arquivo Distrital de Évora, 2000.

10 Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956. Tomo IV, p. 99, n. 16.

mar ao Brasil meridional.<sup>11</sup> Para as gentes do Pico, que trabalhavam uma terra pobre e insuficiente para o seu sustento, os flagelos da natureza agravavam a luta quotidiana pela sobrevivência, pelo que a hipótese brasileira surgia como uma fuga à pobreza. Com efeito, ao chegarem à colónia do Sacramento, receberiam alfaias agrícolas, sementes, armas, casas e uma légua de terra.<sup>12</sup> Porém, em 1722, no final de um segundo alistamento, que a coroa ordenara para garantir um maior rigor na feitura das listas, estavam arrolados somente 315 pi-coenses e 194 jorgenses do Topo. Assim, face ao fracasso da iniciativa, a coroa suspendeu temporariamente o projecto de transportar casais para o Brasil.

As tentativas promovidas na década de 1720<sup>13</sup> apontavam para o povoamento e defesa das regiões fronteiriças do sul e do norte, com recurso a gentes do grupo central, que sonhavam possuir “terras iguais às da Europa”.<sup>14</sup> Todavia, foi em meados da centúria que o fenómeno emigratório açoriano se intensificou, após os moradores das ilhas, em pedido dirigido ao rei, em 1746, solicitarem a passagem aos sertões que se achavam desertos, argumentando que existia “uma grande multidão de povo que nelas se acha sem emprego”. As crises cerealíferas sucediam-se com alguma frequência e atingiam, com diferentes ritmos, as várias ilhas e, além disso, eram geralmente acompanhadas de fomes e doenças. A emigração surgia, assim, para as populações de mais parcos recursos como uma forma de fuga a estas situações.

Nessa época, Portugal negociava com a Espanha os limites entre os territórios sul-americanos de ambas as monarquias, processo que conduziria à assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, pelo que o pedido dos açorianos respondia aos objectivos estratégicos da coroa portuguesa. Iniciou-se então

---

11 Sobre estas movimentações, ver MENESES, Avelino de Freitas de. *Gentes dos Açores: o número e a mobilidade em meados do século XVIII*. (Trabalho elaborado no âmbito da prestação de Provas de Agregação). Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1997, policopiado; e, do mesmo autor, *Os Ilhéus na colonização do Brasil: O caso das gentes do Pico na década de 1720*. *Arquipélago-história*, Ponta Delgada, 2. Série, v. III, p. 251-64, 1999.

12 Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 2, doc. 34, lista elaborada pelos oficiais da câmara do Topo, a 14 de agosto de 1722.

13 A questão da emigração colocou-se uma vez mais em 1727-1729. Cf. MENESES, Avelino de Freitas de. *Os Ilhéus na colonização do Brasil: O caso das gentes do Pico na década de 1720*, citado, p. 262-3.

14 Cf. *Arquivo dos Açores*. 2. Série, v. II, p. 188-9, 2001.

um período de grande intensidade emigratória que se estendeu ao longo de cerca de cinco anos. Tratou-se de um movimento controlado pela monarquia portuguesa, que regulamentou a saída dos ilhéus e disciplinou a sua fixação em território brasileiro, na Amazónia – Pará e Maranhão – e, sobretudo, na região dos actuais estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

No que respeita ao estado e à condição social, partiram essencialmente casais, mas também indivíduos solteiros de ambos os sexos, de humildes recursos, pobres ou no limiar da pobreza, entre os quais registamos a existência de lavradores, cavadores, trabalhadores e oficiais mecânicos.<sup>15</sup> Quanto ao número dos que partiram para o Brasil, o total exacto de indivíduos não recolhe a unanimidade dos autores. Em 1747, entre casais e solteiros, estavam alistadas cerca de oito mil pessoas de várias ilhas, com destaque para São Jorge, onde mais de um quinto da população se dispunha a procurar novas oportunidades no espaço brasileiro, e, com menor importância, as ilhas Graciosa, Pico e Faial. Cerca de uma década mais tarde, em 1756, de acordo com um mapa das freguesias de Santa Catarina, os casais das ilhas que aí residiam eram 1.084, num total de 3.421 pessoas. Em termos globais, cálculos recentes situam a perda de efectivos do arquipélago em cerca de 5,25% da população, o que não deixou de ser considerável, sobretudo se considerarmos a saída de gente jovem, pelo que é fácil entender como este surto migratório condicionou a evolução demográfica de algumas ilhas nas décadas de 1760 e 1770.<sup>16</sup>

A lei de 4 de julho de 1758, com aplicação restrita aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, limitou a emigração, sob o argumento de que existia falta de mão-de-obra para assegurar o normal funcionamento das ilhas. Mas, se

---

15 Cf. *Arquivo dos Açores*. 2. Série, v. III, p. 171-9, 187-226, 2005.

16 Cf. BOLÉO, Manuel de Paiva. *Filologia e História*. A emigração açoriana para o Brasil (Com documentos inéditos). Coimbra: Edição da Casa do Castelo, Editora, 1945. p. 8; CABRAL, Oswaldo R. Os Açorianos. In: *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950. v. II, p. 503-608, com documentos; PIAZZA, Walter F. *A epopéia açórico-madeirense, 1748-1756*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Lunardelli, 1992; PIAZZA, Walter F.; FARIAS, Wilson Francisco de. O contributo açoriano ao povoamento do Brasil. In: *Actas da III Semana de Estudos da Cultura Açoriana e Catarinense*, Ponta Delgada, 30 out./4 nov. 1989. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1993. p. 191-220, com dados demográficos; e MADEIRA, Artur Boavida. *População e emigração nos Açores – 1766-1820*. Cascais: Patrimonia, 1999.

esta legislação procurou conter os movimentos oficiais dos açorianos, quer na clandestinidade, quer recorrendo aos mais variados argumentos, a emigração nunca deixou de se realizar. Aliás, ao longo da segunda metade de Setecentos, as movimentações de insulanos continuaram, embora a uma escala mais reduzida, quer devido aos efeitos da legislação anti-emigratória, quer aos recrutamentos militares que periodicamente se realizaram no arquipélago, destinados a colocar tropas nas fronteiras meridionais do Brasil.

Após a assinatura do Tratado de Madrid, havia que garantir a efectivação da soberania portuguesa nos territórios sul-brasileiros e a presença de contingentes militares, a par da fixação dos casais ilhéus, correspondeu a essa necessidade. O Tratado de 1750 viria a ser anulado em 1761 pelo Tratado do Pardo, graças à oposição de Sebastião José de Carvalho e Melo, em Portugal, e de Carlos III, em Espanha, ao seu conteúdo. Na sequência dessa anulação, a disputa entre Espanhóis e Portugueses manter-se-ia activa até 1778, com a mobilização de efectivos portugueses para a colónia do Sacramento e a ilha de Santa Catarina.

É neste contexto que se integram os diversos recrutamentos militares feitos nos Açores com destino ao Brasil. Devemos salientar que a movimentação de açorianos do sexo masculino e em idade activa para o exercício militar assumiu contornos de uma verdadeira emigração, com características próprias que influíram no movimento natural dos ilhéus. As suas repercussões fizeram-se sentir nas estruturas demográfica<sup>17</sup> e socioeconómica do arquipélago, que se ressentiu da falta de mão-de-obra masculina em idade activa.

---

17 Cf. ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar. Contributo para o estudo da população dos Açores nos finais do séc. XVIII. In: *Actas do III Colóquio Internacional – Os Açores e o Atlântico*. v. II. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1991. p. 53, 99.

TABELA 1 – Recrutamentos militares  
na segunda metade do século 18.<sup>18</sup>

Ano	Ilha	Recrutas
1766	São Miguel	200
1767	São Miguel	200
1774	Várias	600
1774	Várias	215
1775	Várias	1.000
1788	Várias	600
1796	Várias	400
1798	Várias [?]	600
Total		3.815

O impacto das levas de soldados sobre a estrutura socioeconómica insular foi bastante acentuado, conforme os testemunhos da época indiciam, e, apesar das dificuldades de mão-de-obra masculina que se faziam sentir, no início do século 19 os recrutamentos continuaram a efectuar-se. É, pois, evidente a importância desempenhada pelos Açores na colonização do território brasileiro até finais do século 18. Se estas movimentações ocorreram em paralelo com outras registadas em diversas zonas do país, em especial no Minho, a saída de açorianos, fomentada ou não pela coroa, teve a particularidade de ser uma emigração essencialmente colonizadora e definitiva, baseada em movimentações familiares – os “casais” – ou ainda em levas de recrutas.

Nos finais de Setecentos, enquanto em algumas ilhas se clamava pela necessidade de emigração, em outras assistia-se a uma situação inversa, como é visível na opinião manifestada pelo sargento-mor Borba Gato para a ilha de São Miguel, de onde era natural e onde se encontrava a dirigir as obras de reedificação do Castelo de São Brás. Em documento estatisticamente bem elaborado, norteado por objectivos relacionados com o recrutamento militar, o au-

18 Fontes da Tabela 1: cf. RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida. A emigração para o Brasil: As levas de soldados no século XVIII. In: *Portos, Escalas e s. Ilhéus no relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal, Ilhas Terceira e S. Miguel*, 11 a 18 abr. 1999. Lisboa: Universidade dos Açores, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. v. 2, p. 109-30 para referência das fontes originais.

tor apresenta um diagnóstico sobre a sociedade micalense e estabelece uma previsão da população, a que junta comentários prévios sobre a situação económica e financeira, nomeadamente sobre a gestão dos dinheiros públicos, responsável pelo declínio demográfico.<sup>19</sup>

Não terá sido como resposta a estas críticas que, em 1800, se suspendeu um novo recrutamento nas ilhas, pois, com efeito, já por ofício de 19 de outubro de 1799 os governadores interinos dos Açores tratavam de responder a um novo pedido de recruta de sessenta casais de “pessoas robustas” destinadas a um novo estabelecimento que se projectava criar na Bahia, processo que continuou no ano seguinte. Em finais de 1799, o governador das ilhas do Faial e do Pico tinha alistado vinte casais e um “mapa” datado de 4 de maio de 1800 regista oito famílias de agricultores e trabalhadores, num total de 63 pessoas, que viajariam primeiro para a corte, sendo alojadas no presídio da Trafaria, na margem sul do Tejo, 64 pessoas, graças ao nascimento de uma menina durante a viagem.<sup>20</sup>

Como corolário de todo este fluxo multissecular, a presença açoriana no Brasil foi-se consolidando. A título de exemplo, refiramos que, em 1801, com base nas listas de habitantes da capitania de São Paulo; 20% dos homens eram oriundos dos Açores, percentagem unicamente ultrapassada pela dos minhotos, com 45%.<sup>21</sup> E, claro, os efeitos das saídas de população, atingindo por vezes, e especialmente em algumas ilhas, intensidades bastante significativas, tiveram consequências na evolução demográfica e no desenvolvimento económico e social do arquipélago. No entanto, apesar da incerteza dos números, a população parece ter tido um aumento entre 30 mil a 50 mil pessoas entre os finais do século 17 (1695) e meados do século 18 (1747).

---

19 Cf. ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar. População, economia e sociedade micalense em finais do séc. XVIII – O mapa da população de João Leite de Chaves e Melo Borba Gato. In: *Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico*. Do descobrimento à II Guerra Mundial. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989. p. 285-353.

20 Cf. AHU, CU, Açores, caixa 30, docs. 30, 19 de outubro de 1799, e 38, 22 de outubro de 1799; caixa 32, doc. 13, 8 de maio de 1800; caixa 34, doc. 12, 23 de junho de 1800; caixa 40, doc. 3, 4 de julho de 1801; DRUMMOND, Francisco Ferreira. *Anais da Ilha Terceira*, reimpressão fac-similada da edição de 1850-1864, Angra do Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981. v. III, p. 97.

21 Cf. FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos 19 e 20). *Portuguese Studies Review*, v. 10, n. 1, 2002. p. 58-84, *maxime* p. 59.

Em finais de Setecentos (1796), a população dos Açores era da ordem dos 161 mil habitantes, mais dez mil do que cinquenta anos antes, apesar da forte corrente emigratória para terras brasileiras, o que pressupõe um movimento natural pujante, com uma natalidade mais intensa do que a mortalidade. Entrando no século 19, a população aumentou cerca de 23 mil habitantes em sensivelmente em 25 anos, cerca de 23 mil habitantes, já que em 1820 o seu valor global era da ordem das 185 mil pessoas. Mas Santa Maria, São Jorge e Pico foram perdendo o peso demográfico que anteriormente tinham, facto que é especialmente relevante na primeira ilha, pois, em 1747, registava mais de cinco mil residentes para, em 1820, se situar apenas nos 3.810. Deste modo, à medida que é possível dispor de informação estatística,<sup>22</sup> confirma-se que cada ilha tem a sua própria evolução, a qual, ainda que inserida numa tendência regional, não deixa de registar a sua especificidade, dado que entendemos ser fundamental para a compreensão da história dos Açores.

Com o início de um novo século, a tendência desenhada anteriormente não foi alterada. Com efeito, a partir do registo de passaportes, verificamos que, após os anos de 1798 a 1806, durante os quais não foi emitido qualquer passaporte, no período que vai de 1807 a 1820 registamos 250 passaportes, correspondendo a um total de 474 indivíduos, situando-se o pico da emissão de documentos em 1812, com 57 passaportes. Quanto à origem dos emigrantes, a maioria era da Terceira (188) e do Faial (173), seguindo-se os naturais de São Miguel (57) e alguns de Santa Maria (6).<sup>23</sup>

A emigração colonizadora que encontramos nas primeiras duas décadas de Oitocentos, embora com um ritmo provavelmente menor do que em décadas anteriores, continuou a ser dirigida pela coroa, quer sob a forma das “levas” de militares, quer com o recurso à política dos “casais”. Logo em 1804<sup>24</sup> lançava-se um recrutamento de mil indivíduos; em 1809,<sup>25</sup> solicitava-se nova-

---

22 Cf. ROCHA, Gilberta Pavão; MADEIRA, Artur Boavida. Informação demográfica nos Açores oitocentistas. In: *Colóquio – Ernesto do Canto: o homem e o tempo*, Ponta Delgada: Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003.

23 Cf. MADEIRA, Artur Boavida, citado, p. 230-1, Quadros 95 e 96.

24 Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 45, doc. 5, 20 de fevereiro de 1804.

25 Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), *Capitania Geral, Livro nº 3 do registo das ordens expedidas pelas secretarias de Estado ao*

mente às autoridades açorianas que recrutassem pelo menos três mil mancebos; e, em 1812, o conde de Aguiar, no Rio de Janeiro, escrevia a D. Miguel Pereira Forjaz informando-o de que esperava a chegada de quatrocentos recrutas dos Açores.<sup>26</sup> Quanto aos “casais”, um “mapa” de 1812 informa-nos que, em São Miguel, estavam alistados 42 casais, perfazendo 194 pessoas, que seguiriam voluntariamente para o Rio de Janeiro.<sup>27</sup>

Mas, a este respeito, merece destaque um interessante processo de 1813, que nos elucida acerca de alguns dos procedimentos usados pela coroa para o transporte de insulanos para o Brasil, da geografia diferenciada da emigração açoriana e ainda das motivações dos emigrantes.<sup>28</sup> Em resposta às ordens régias recebidas por aviso de 12 de abril de 1813, cuidou-se de garantir o alistamento de casais. O processo não contemplaria o Pico e São Jorge e o número de pessoas alistadas não deveria exceder o total de cem. Os casais, que partiam “a procurar em clima estranho melhor fortuna”, seguiriam para a corte do Rio de Janeiro no bergantim *Mãe de Deus*, do homem de negócios micaelense Nicolau Maria Raposo e dos seus sócios, que haviam contratado com a coroa o referido transporte. Dos casais alistados, após o naufrágio de um navio nas ilhas, reuniram-se em Angra uma parte dos casais do Faial e todos os das Flores e da Graciosa, mas poucos ou nenhuns de São Miguel, pois, como se afirma no processo, “sendo a Ilha que melhor sustenta os seus habitantes”, era aquela que, à partida, forneceria um menor contingente de migrantes. Desconhecemos se, destes casais açorianos, alguns estão relacionados com o empreendimento do Cubatão,<sup>29</sup> mas esta é, como outras, uma linha de pesquisa a explorar no tocante à emigração dos Açores para o Brasil.

Os problemas políticos decorrentes da revolução liberal de 1820 e a independência do Brasil, em 1822, com o consequente início de uma produção legislativa dirigida à imigração, em 1823, vieram interromper os fluxos emi-

---

*governo das ilhas dos Açores* [26 de abril de 1809-7 de maio de 1814], fls. 4 v-5, n.º 30 e 31, julho e novembro de 1809.

26 Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 76, doc. 38, 13 de julho de 1812,

27 Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 77, doc. 8, 13 de setembro de 1812.

28 Cf. AHU, CU, *Açores*, caixa 81, doc. 21, n.º 67, 14 de setembro de 1813.

29 Cf. ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. *Antologia Cubatense*. Cubatão: Prefeitura Municipal de Cubatão, 1975.

gratórios açorianos. O facto de o Brasil se ter tornado um país estrangeiro acarretou novos problemas de circulação para a mobilidade tradicional existente em direcção à América do Sul.

Foi somente na década de 1830, após a guerra civil de 1832-1834 e a implementação de reformas administrativas, que recomeçou a emigração portuguesa para o Brasil, mas agora com diferenças consideráveis em relação ao passado. No essencial, de uma emigração direccionada, de carácter colonizador, passou-se para uma emigração dita “livre”. Todavia, as condições de saída eram, as mais das vezes, bastante deficientes, conforme podemos ler em carta do cônsul português em Pernambuco ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em 1836. A saída de gente útil e a sua exploração alimentar por largos anos o tema da “escravatura branca”, bem como o antagonismo entre emigrantes e naturais.<sup>30</sup>

Refira-se, a este propósito, que a emigração portuguesa entre 1815 e 1930 se cifrou aproximadamente em 1,8 milhão de indivíduos e que o principal destino foi o Brasil. Nos Açores, até à segunda metade de Oitocentos, o Brasil foi ainda o destino preferencial dos açorianos, que continuaram nesses anos a escolher a antiga colónia, espalhando-se um pouco por todo aquele imenso país em busca de uma vida melhor e aí fundando diferentes tipos de associações.<sup>31</sup> Se, nos primeiros anos da década de 1860, mais de metade dos que saíam do porto da Horta tinham os Estados Unidos como destino; nos restantes dois distritos – Angra do Heroísmo e Ponta Delgada – a opção por este novo país foi mais tardia, pois nas suas ilhas, em finais do século 19, o Brasil ainda não perdera a preponderância.<sup>32</sup>

---

30 Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

31 Cf. FISS, Regina Lucia Reis de Sá Britto. A imigração portuguesa e as associações como forma de manutenção da identidade lusitana – Sul do Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v. 27, n. 94, 01 ago. 2001. Migración y cambio social. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/sn-94-27.htm>.

32 Cf. JOÃO, Maria Isabel. *Os Açores no Século XIX: Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1991; ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. Crescimento da população e os novos destinos da Emigração – 1895-1976. In: *História dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura. Cap. V, v. II (no prelo).

Ainda que para um período mais recente, a partir da década de 1930, nomeadamente entre 1930 e 1950 – como consequência da alteração legislativa nos Estados Unidos, país que nessa época restringiu drasticamente a sua imigração, e quando o Canadá ainda não solicitava a entrada de açorianos –, a saída das gentes destas ilhas foi bastante reduzida, mas os países da América Latina, nomeadamente o Brasil, foram, ainda, local de acolhimento. O mesmo foi acontecendo nos decénios seguintes, justificados por catástrofes naturais, dificuldades económicas e alterações políticas. Com efeito, de quantitativos da ordem dos 50 mil ou 60 mil emigrantes oficiais nas duas primeiras décadas de novecentos, o valor no período que medeia 1930 a 1939 é bastante inferior, não atingindo os 3.500, enquanto nos anos 40 é ainda mais baixo, de 2.611. Mas esta é, até ao momento, uma época pouco estudada no que respeita à história dos Açores e da sua emigração.

Em síntese, na pluralidade arquipelágica, o movimento migratório e, em especial a emigração, principalmente desde setecentos até à última década da centúria passada, tem o papel determinante, uma vez que o movimento natural é mais homogéneo, ainda que também nele se possa observar a influência da mobilidade, numa clara evidência do que é a globalidade da dinâmica demográfica. Até quase aos finais do século passado, viveu-se um período no qual a mobilidade foi entendida, tanto como estratégia do poder político e económico, como uma opção individual e familiar fundamentada no desejo de ascensão social. As suas causas e consequências foram, por vezes, distintamente perspectivadas pelas elites locais, tendo estas como base fundamental a defesa ou contestação, muitas vezes de carácter político-partidário, e situações de precariedade económica dos seus habitantes ou, em sentido inverso deste, de falta de mão-de-obra necessária ao desenvolvimento económico.<sup>33</sup> Nesta dupla convergência de interesses e diversidade de opiniões, os habitantes das ilhas açorianas, as suas vivências e tradições estão presentes de norte a sul do continente americano.

---

33 Cf. ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. A Emigração nos Açores nos Séculos XIX e 20. A necessidade, a solução, a valorização. In: *Portos, Escalas e Ilhéus no relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, Ilhas Terceira e S. Miguel, 11-18 abr. 1999. Lisboa: Universidade dos Açores, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. v. 2, p. 73-89.

# IMIGRANTES AÇORIANOS EM SÃO PAULO: TEMPOS, TRADIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

*Maria Izilda Santos de Matos*  
PUC-SP

*Elis Regina Barbosa Angelo*  
PUC-SP

*Não se habita impunemente em outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades de contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos.*

SAYAD, A.

Os fenômenos migratórios da contemporaneidade vislumbram o estabelecimento de novos fluxos demográficos, e, apesar das tensões já postas, não se pode prever todo o seu desencadeamento e amplitude, mas projetam-se vetores de deslocamentos e pólos de atração. Como tudo que desempenha a função de revelação dos conflitos e crises, as migrações internacionais também criam oportunidades de reavivar as questões em torno do tema e recuperar sua trajetória na história.

Este trabalho pretende contribuir para o estudo do processo de emigração dos açorianos para a cidade de São Paulo, observando a presença desse

grupo na cidade num conjunto de transformações, incorporações, alterações e permanências, que se fizeram por meio de histórias individuais e coletivas.

Busca-se na apreensão das experiências históricas dos açorianos estabelecidos na Vila Carrão o processo de constituição de um território como um emaranhado de informações e traços da cultura açoriana. Desvendar as trajetórias e a teia das relações cotidianas dos açorianos e de seus descendentes demonstra uma preocupação em evidenciá-los como um grupo que foi pouco privilegiado nos estudos sobre a imigração no Brasil.

## UMA QUESTÃO: E/IMIGRAÇÃO

A produção em torno da imigração para São Paulo é ampla e tem sido enriquecida na historiografia contemporânea, apresentando variadas abordagens que analisam aspectos diferenciados da questão. A imigração ibérica só mais recentemente tem instigado os pesquisadores,<sup>1</sup> e a maior parte desses estudos tem se voltado para o Rio de Janeiro, onde sem dúvida a presença dos portugueses foi significativa e marcante.<sup>2</sup>

---

1 Para uma visão mais ampla dos imigrantes portugueses no Brasil, ver LOBO, Eulália Maria L. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001. Para a produção em Portugal cabe destacar o livro de PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de Emigração, 1850-1930*. Bauru: Edusc, 2003.

2 RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990; RIBEIRO, Gladys Sabina. "Cabras" e "Pés de chumbo" – os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro, 1889-1930. Dissertação (mestrado) – UFF, Niterói, 1987. LIMA, Maria Helena Beozzo. *A missão herdada: um estudo sobre a inserção de imigrante*. Dissertação (mestrado) – UFPR, Curitiba; ALENCASTRO, Luis Filipe. Proletários e escravos – Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro (1850-1872), *Novos Estudos Cebrap*, n. 21, p.30, jul. 1988; SILVA, Maria Manuela Ramos de Souza. "Ambição e horror à farda" ou a Saga dos imigrantes portugueses no Brasil segundo a *Gazeta Luzitana* (1883-1889). Tese (doutorado) – FFLCH, USP, São Paulo, 1991; HAHNER, June E. Jacobinos versus Galegos. Urban Radicals Versus Portuguese Immigrants in Rio de Janeiro, in 1890s. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 18, n. 2, May 1976; CORTE, Andréa Telo da. *A imigração madeirense em Niterói, 1930-90*. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 2002.

Na produção historiográfica sobre imigração em São Paulo percebe-se o enfoque privilegiado de certos grupos, em particular os italianos e japoneses, de modo que as pesquisas sobre os portugueses ainda é campo aberto à investigação<sup>3</sup>.

Esse desafio de rastrear a presença lusitana precisa reavaliar posições, observando as diferenças e similaridades em relação às experiências de outros grupos de imigrantes na cidade. Particularmente, questionar a idéia do “imigrante português” enquanto um sujeito histórico universal,<sup>4</sup> enfrentado o desafio de ressaltar as múltiplas experiências de diferentes gerações e gêneros, observando as diferentes levas e os que vieram de regiões variadas.

Esta pesquisa busca examinar as interpretações sobre o tema que privilegiaram o enfoque demográfico e econômico e que estiveram centradas preferencialmente nas referências expulsão–atração. Pretende recuperar e problematizar as relações culturais, além de incorporar as abordagens de gênero e geração.

Ao focalizar a imigração portuguesa, e a açoriana em particular, deve-se observar toda uma complexidade de situações vivenciadas: os deslocamentos, os diferentes projetos familiares e as estratégias para concretizá-los, numa trama de valores envolvendo escolhas, re-orientações, conflitos familiares, geracionais, de gênero, provocando exploração, rompimentos, tensões; também solidariedades, laços de conterraneidade e afetividades.

## SAÍDAS E DESTINOS: AÇORIANOS

Apesar das controvérsias sobre os motivos da emigração açoriana, pontua-se, além do solo vulcânico e das catástrofes naturais, as dificuldades eco-

3 PASCAL, Maria Aparecida. *Portugueses em São Paulo*. São Paulo: Expressão e Arte, 2005; FRUTUOSO, Maria Suzel G. *A emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos (1850-1950)*. Dissertação (mestrado) – FFLCH, USP. São Paulo, 1989; FREITAS, Sonia Maria de. *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

4 A dificuldade de trabalhar com os açorianos encontra-se no fato de que muitos dados estão ocultos ou internalizados nas informações sobre os portugueses, tornando-se dados cegos.

nômicas, sociais e familiares, com destaque para o tipo de propriedade, sua exploração e o atraso tecnológico. Também aparecem referências às tensões políticas, às fugas ao recrutamento militar, às poucas oportunidades de trabalho e aos baixos salários, acrescentando-se à frágil expressão do setor comercial e industrial que emperrava o crescimento, contribuindo para as crises de alimentação e outras dificuldades de vida.

Outros autores destacam entre os fatores da emigração açoriana o desejo de “fazer a América”,<sup>5</sup> que encontrou um quadro facilitador na política de emigração portuguesa marcada pela ambigüidade (repressiva–permissiva), que facilitava as saídas para o Brasil e outras localidades).<sup>6</sup>

Quanto aos locais de recepção, uma das primeiras referências sobre a emigração açoriana com características sistemáticas foi o Brasil, mas outros fluxos migratórios levaram açorianos para os Estados Unidos, Bermudas, Ha-vaí e Canadá,<sup>7</sup> aparecendo como destinos menos significativos: Venezuela, Argentina e Uruguai, Austrália, África do Sul, Europa, países africanos de língua portuguesa.

No Brasil, apesar do fluxo variável, têm-se notícias de açorianos nos estados do Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, mas a presença é maior no Sul do país, com destaque para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em São Paulo, podem-se rastrear imemoriáveis referências aos açorianos, vinculando-os a tradicionais famílias paulistas. Destacam-se, aí, como “elemento constitutivo dos genes dos bandeirantes paulistas”.<sup>8</sup>

Quanto aos inícios da grande imigração (finais do século 19), foram localizadas famílias da ilha de São Miguel nas fazendas na região de Ribeirão Preto (de propriedade de Martinho Prado Jr.) e também em Descalvado, Mogi Mirim, Campinas e Piracicaba.

O recorte que se pretende investigar refere-se ao período de 1950 a 2000, processo no qual a emigração açoriana se expandiu em outros destinos, como

---

5 FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil*. Florianópolis: UFSC, 2000. p. 8.

6 PEREIRA, Mirian Halpern, citada.

7 A emigração sistemática para o Canadá data de 1953, com acordos bilaterais entre Portugal e esse país.

8 Frase do poeta Paulo Bomfim.

Estados Unidos e Canadá, e também no qual as necessidades de emigração parecem ser outras e com outros objetivos, diferentemente do processo de colonização e povoamento dos estados brasileiros do Sul. Cabendo lembrar

que não houve um único padrão de deslocamento dos grupos familiares, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram bem antes de seus familiares que ficaram aguardando em Portugal; outros vieram ainda quando crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família nuclear veio junta, mas em alguns deles não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir.<sup>9</sup>

## SÃO PAULO – A CIDADE QUE MAIS CRESCE NO MUNDO

Nos anos 50 ocorreu uma retomada do fluxo de imigrantes portugueses para o Brasil, particularmente depois da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta (1953), que também possibilitou a expansão das ações comerciais e financeiras entre os dois países. São Paulo passou a ser o principal pólo de atração, em razão das novas perspectivas de expansão econômica e industrial, particularmente durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Na década de 1950, a imigração portuguesa para o Brasil era espontânea, não havendo quotas que a limitassem. Contudo, se o governo português a incentivava, não oferecia subsídios aos imigrantes que também não o recebiam do governo brasileiro, devendo assim contar com recursos próprios para a viagem e fase inicial. Os portugueses que chegaram nesse período somavam-se a muitos que imigraram anteriormente e a seus descendentes. Em 1950, haveria no país 1.085.287 estrangeiros, sendo 310.261 portugueses. Destes, 135.428 moravam em São Paulo.<sup>10</sup>

Nesse período, o Brasil tinha a maior colônia de portugueses no estrangeiro. Essa comunidade constituiu várias associações e centros. As associações

---

9 DEMARTINI, Zeila Brito Fabri. *Imigração, Família e Educação*. In: V CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Évora, 2003. p. 3.

10 TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina S.de Souza. *Olhares Lusos e Brasileiros*. São Paulo: Usina do livro, 2003. p. 100.

são de importância estratégica para o governo português, constituindo um veículo de comunicação com uma comunidade marcada pela dispersão.

Dado o número enorme dos portugueses emigrados, bem como sua dispersão e a ausência de mecanismos rigorosos de localização, o único veículo de comunicação bilateral nesse momento são as estruturas locais organizadas sob a forma associativa: embora o recurso a técnicas de comunicação de massas permitisse teoricamente levar determinada informação ao conhecimento de todos os membros de uma comunidade, era inviável o trajeto em sentido contrário.<sup>11</sup>

O governo salazarista (1933-1968) buscou desenvolver a propaganda do seu regime nesta comunidade, tendo como focos de ação as casas e associações, as quais funcionavam como canais para difusão das notícias provenientes do Estado Novo português.<sup>12</sup>

## UM TERRITÓRIO AÇORIANO: VILA CARRÃO

Foi justamente a partir das décadas de 1950 e 1960 que os imigrantes açorianos buscaram na cidade de São Paulo novas possibilidades, fixando-se especialmente na Vila Carrão (Zona Leste). Segundo observações pontuadas em estudos sobre a imigração portuguesa,<sup>13</sup> eles habitavam nas ruas Dentista

---

11 TRINDADE, Maria Beatriz Rocha. O diálogo instituído. *Nova Renascença*, p. 234, jul./set. 1984.

12 Sobre outro período de imigração portuguesa para o Brasil, de expressividade, tem-se o ano de 1974, época da queda do Regime Salazarista (Revolução dos Cravos). “A imigração portuguesa desse período, constituiu-se de famílias cujo chefe ou o casal tinha entre 30 e 50 anos e geralmente possuíam boa qualificação profissional e cultural. Eram empresários, executivos, advogados, economistas, comerciantes e industriais. Vieram também imigrantes de Angola e Moçambique, os ‘retornados da África’, pequenos proprietários de terras e comerciantes que perderam tudo com os novos regimes políticos instaurados naquelas antigas colônias portuguesas”. RODRIGUES, Ondina Antonio. *Imigração portuguesa no Brasil*. 4. ed. (Série Resumos, 5). Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura: Departamento de Museus e Arquivos. Memorial do Imigrante/Museu do Imigrante. São Paulo, 2006: p. 18.

13 Segundo apontamentos do processo de imigração portuguesa, a caracterização teve motivações distintas nos períodos que abarcam as décadas posteriores a 1950:

Barreto, Água Funda e Luzia da Conceição Moraes, áreas em que os açorianos e seus descendentes ainda hoje são numerosos.

Com o assentamento dos imigrantes inicia-se um processo de construção e reconstrução em meio a adversidades e conquistas. Na Vila Carrão, por exemplo, os açorianos se fixaram por causa das oportunidades de trabalho, particularmente as oferecidas pelo Cotonifício Guilherme Giorgi, onde ocupavam grande parte dos postos. Os recém-chegados ou os que eram chamados tinham nesses percursos o acolhimento e as indicações para a inserção na fábrica:

Primeiro veio meu tio, minha tia e duas primas e depois nós viemos ah... o meu pai e minhas 2 irmãs, depois a minha mãe e 4 filhas e depois ainda mais um tio que morou na nossa casa...o meu pai e as minhas 2 irmãs quando chegaram aqui, o meu tio já tinha arrumado um serviço na tecelagem de Guilherme Giorgi, que geralmente onde todos trabalhavam...Meu pai trabalhou sempre em indústria e nessa tecelagem na Cotonifício Guilherme Giorgi, chamava. E trabalhava também fazendo horta, todo pedaço de terra que ele via. Tinha um campo aí do Guilherme Giorgi, que eram tudo casas, sobrados, apartamentos, que tinha ali, que os portugueses se juntavam ali naquele pedaço de terra e cultivavam ali. E isso, e o meu pai trabalhava de noite na fábrica e durante o dia ele pegava as verdurinhas dele, botava num carrinho de mão e ia vender na feira.<sup>14</sup>

Além do trabalho nas fábricas e indústrias, os açorianos dedicavam-se às ocupações em setores técnicos especializados, padarias, supermercados, floriculturas, feiras livres e particularmente nos açougues. As relações de trabalho perpassam a esfera da construção da cidade; homens e mulheres participavam de forma ativa, garantindo a visibilidade atualmente percebida na comunidade que habita a Vila Carrão.

---

“os imigrantes portugueses vindos nas décadas de 1950 e 1960 têm características distintas daqueles que vieram na época da grande imigração. Camponeses, pessoas com alguma qualificação profissional que, às vezes, chegavam com algum capital e abriam seus próprios negócios, ou jovens que não queriam servir o exército nas colônias portuguesas da África, nas guerras de independência. Um expediente muito utilizado pelos imigrantes para conseguir o visto de entrada no Brasil foram as ‘cartas de chamada’, isto é, um contrato de trabalho, ou então vinham como turistas e aqui se instalavam”. Ver FREITAS, Sônia Maria-de, 2006, citada, p. 76.

14 Depoimento de dona Lurdes.

As experiências concretizadas deixam suas marcas no patrimônio construído e nas heranças imateriais: festas, manifestações culturais e religiosas que buscam a memória dos antepassados. Assim, abrem-se

mais explicitamente as possibilidades de pesquisas de natureza global, em que temas como a açorianidade, as memórias da migração, a identidade diaspórica, a formação de redes transnacionais, as comunicações virtuais, a política cultural, as formas de organização comunitárias e as diferenças entre as comunidades inseridas em contextos nacionais específicos, aparecem como campos privilegiados de pesquisa.<sup>15</sup>

As casas regionais,<sup>16</sup> associações e demais entidades surgem no momento em que os imigrantes necessitam auxílio, não só pela procura de trabalho mas também pela busca de manutenção dos padrões culturais e inserção, assentamento e apropriação do urbano, quando a cidade passa a ser uma nova realidade para essas pessoas. Assim, a Casa dos Açores foi fundada na Vila Carão em 22 de junho de 1980.

## MEMÓRIA, TRADIÇÃO E PATRIMÔNIO

Para além de focalizar as questões explicativas dos motivos de saída do país de origem e das necessidades que se apresentavam na região que recebia os imigrantes, novas abordagens buscam observar as perspectivas culturais, nas circunstâncias do assentamento e mesmo depois dele.

Expectativas, aspirações, sonhos, desalentos e resistências culturais presentes no cotidiano e no enfrentamento do dia-a-dia tornaram-se, assim, ob-

---

15 LACERDA, Eugenio Pascele. *Atlântico açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade*. Tese (doutoramento em Antropologia Social)–UFSC. Florianópolis (SC), 2003. p. 52.

16 Sobre a criação e objetivos das Casas Regionais: “apesar de seu caráter recreativo, um dos objetivos mais respeitados pelas associações portuguesas – inclusive pelas Casas Regionais – é a orientação e introdução dos novos imigrantes no mercado de trabalho e na vida urbana (a maioria dos portugueses vem de áreas rurais). Por outro lado, elas pretendem reproduzir no Brasil símbolos e padrões culturais característicos de Portugal ou das regiões portuguesas que representam...”. SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1990. p. 67.

jetos de investigação, com histórias de vida constituindo-se em exemplos emblemáticos da epopéia dramática que sempre marcou o ato de abandonar o conhecido e o familiar em prol do desconhecido e da solidão no além-mar.<sup>17</sup>

Nesse sentido, cabe também observar as formas de sociabilidade, a manutenção de elos e as rupturas com o passado, as alterações ao longo do processo de imigração, os entrelaçamentos estabelecidos e a construção das identidades que se definem e se redefinem ao longo das trajetórias e das gerações.

Se um sentido de identidade se perdeu, precisamos de outro, o que nos torna cientes de que identidades não são nunca completas, finalizadas. Ao contrário, estão em permanente processo de constituição. São narrativas, discursos contados a partir do ponto de vista do outro.<sup>18</sup>

Assim, as identidades construídas e reconstruídas constituem elos entre o passado e o presente, reforçados pelas representações culturais e religiosas e por diferentes experiências e práticas, entre elas as festas.

As identidades culturais vêm de algum lugar, têm histórias, Mas, como tudo que é histórico, elas sofrem uma transformação constante. Longe de estarem eternamente fixadas num passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo “jogo” da história, da cultura e do poder.<sup>19</sup>

As festas religiosas, como é o caso da festa do Divino, são relevantes para a comunidade enquanto elementos de “memória, tradição e patrimônio”.

## A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

As festas e comemorações religiosas fazem parte do legado cultural dos imigrantes, em especial a festa do Divino Espírito Santo, que todos os anos é comemorada pela comunidade de origem açoriana.

---

17 MENEZES, Lená Medeiros de. Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracassos. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000. p. 166.

18 ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. *Cartografias dos estudos culturais*: Stuart Hall, Jesús Martín-Barbero e Nestór García Canclini. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação)– US, São Paulo, 1999. p. 196.

19 HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 225.

Antes de surgir a Festa do Divino dos açorianos na Vila Carrão, a comemoração se realizava na região central da cidade, na Capela do Divino Espírito Santo (rua Frei Caneca). Construída pelos açorianos no final do século 19, a partir de 1911 essa capela passou a ser denominada Espírito Santo da Bela Vista.

As famílias se esmeravam nos preparativos da festa, costurando os vestidos brancos, assando as roscas e as “massas sovadas”, tradições açorianas que aqui cultivavam. Até 1903 os festejos do Divino não sofreram alteração alguma, transcorrendo as festas religiosas com grande afluência de açorianos. A necessidade de um maior espaço levou à construção de um templo mais amplo, iniciada em 19 de fevereiro de 1905.<sup>20</sup>

A festa era realizada no mês de maio no bairro da Bela Vista, mas percorria outros bairros, chegando até a Barra Funda, onde havia muitos devotos. Os peditórios, ajudatórios e folias eram feitos ao longo dos trajetos, sempre envoltos em muita alegria, danças, músicas e repentistas, que batiam de porta em porta para angariar fundos a serem doados para carentes da cidade. Mas os festejos também buscavam animar a população paulistana.

Atualmente a festa está vinculada à comunidade açoriana da Zona Leste de São Paulo. Mantém-se também em algumas cidades do interior do estado, constituindo elos com o passado que favorecem as reminiscências:

A festa profana constava comumente dos clássicos leilões de prendas, levantamento do indefectível “pau-de-sebo” e do “mastro” do Divino, com as tradicionais salvas de “roqueira”, queima de rojões e “fogueiras” que a sinonímia indígena converteu em “caiera”, finalizando com o insubstituível “cateretê” entre a caipirada, e baile à européia para os convidados mais grados do festejo, terminando tudo em opípara ceia para todos, na “casa do império”, e farta distribuição de gêneros alimentícios aos pobres.<sup>21</sup>

Apesar da extinção de alguns elementos que constituíam a festa profana do Divino, foi possível manter a religiosidade e a manifestação cultural, esta constantemente recriada:

---

20 FREITAS, Sônia Maria de, 2006, citada, p. 195.

21 Ibidem, p. 169-70.

Mas as festas do Espírito Santo em nossa terra perderam a originalidade da primitiva comemoração profana, com o desaparecimento do peditório em folia, desassimilado pela enorme massa de imigração bruscamente fixada em São Paulo, expoente incomparável de vitalidade e de progresso, mas também elemento poderosamente modificador de usos e de costumes; daí talvez, ter-se originado, moderadamente, a série de proibições conjuntas do poder eclesiástico com o secular que, a partir do bispo D. Antonio de Mello, vem apressando o desaparecimento da tradicional prática.<sup>22</sup>

Diante das proibições a festa foi paulatinamente se modificando. Alteraram-se algumas peculiaridades e singularidades, como uma forma de conservar costumes e hábitos que desagradavam a Igreja e o Estado, mas apesar de tudo a manifestação conseguiu manter-se.

Com a instalação dos açorianos na Zona Leste da cidade, a primeira festa do Divino foi realizada por essa comunidade em maio de 1974, na tentativa de dar visibilidade às suas tradições. Como já dissemos, na tentativa de reunir o maior contingente possível de descendentes, em 22 de junho de 1980 criou-se a Casa dos Açores de São Paulo, que passou a encabeçar as comemorações.

Assim, as festividades estão concentradas na região há mais de trinta anos, e a celebração religiosa inicia-se praticamente no domingo de Páscoa, cinquenta dias antes do domingo de Pentecostes. É considerada uma festa tradicional Luso-Açoriana, na qual se desenham atividades como a reza diária dos terços durante as sete semanas, alternando-se as rezas cantadas pelos homens e pelas mulheres da comunidade.

Os símbolos do Divino (Coroa e Bandeira) são levados para diferentes casas sorteadas a cada ano, sempre no último domingo de festa, conhecido como “as domingas do Divino”. As datas e os locais onde se farão as rezas e os demais rituais da festa ficam, assim, previamente determinados. Também nessa ocasião ocorrem as Folias do Divino, que são as cantorias feitas de improviso por repentistas que vão recolhendo doações e cantando em agradecimento à comunidade.

Dessas folias faz parte a comida, com destaque para as lingüiças, alheiras, massas sovadas, malassadas e morcelas, típicas da gastronomia açoriana, além do vinho doado pelos colaboradores da Casa dos Açores. Esses pratos típicos são vendidos em barraquinhas durante as festividades.

---

22 FREITAS, Sônia Maria de, 2006, citada, p.177.

No dia de Pentecostes, às nove e meia da manhã inicia-se a procissão, saindo da Casa dos Açores em direção à Igreja de Santa Marina Virgem, também na Vila Carrão, onde se realiza a missa em louvor ao Divino Espírito Santo.

Durante o ritual religioso, sete crianças são coroadas e dão a bênção aos presentes, em nome do Divino Espírito Santo. Durante todo o dia continuam as festividades, com apresentação de grupos folclóricos que cantam e alegram os visitantes com as antigas cantigas portuguesas e açorianas.

A cada ano a festa é organizada por um casal diferente – os “mordomos da festa”, escolhidos e anunciados ao final da festa anterior, momento em que já se iniciam os preparativos das comemorações para o próximo ano.

Esse elo entre passado e presente leva à identificação da festa como um marco da cultura açoriana, num processo de construção da identidade cultural e política dessa comunidade. Nesse processo se constitui uma territorialidade (Casa dos Açores) demarcada pela comunidade de açorianos e seus descendentes, os sujeitos históricos que participam ativamente da promoção da festa enquanto associados e através da arrecadação de fundos, promovida ao longo do ano.

Nesse território são oferecidos alguns itens religiosos e gastronômicos, como: bacalhoda, massa sovada, cordeiro assado, cozido açoriano, também os terços do Divino Espírito Santo, Festa do Divino, quermesse da festa, Revelando São Paulo (no parque da Água Branca), Semana Cultural Açoriana, apresentação dos grupos folclóricos, Massa sovada de Natal, entre outros.

Os sabores das antigas receitas, as sonoridades, os momentos de sociabilidade e as lembranças caracterizam identificações pessoais e coletivas, nas quais se inscrevem as memórias, as formações culturais materiais e imateriais que constituem um legado cultural da comunidade por longos períodos. A cultura material e imaterial não é estática, vai se remodelando através da incorporação de mudanças, adaptações e transformações:

A enunciação da diferença cultural problematiza a divisão binária de passado e presente, tradição e modernidade, no nível da representação cultural e de sua interpelação legítima. Trata-se do problema de como ao significar o presente, algo vem a ser repetido, relocado e traduzido em nome da tradição, sob a aparência de um passado que não é necessariamente um signo fiel da memória histórica, mas uma estratégia de representação da autoridade em termos de artifício do arcaico.<sup>23</sup>

---

23 BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 64-5.

Apesar das mudanças ocorridas na cidade e na trajetória de vida dos membros da comunidade, até mesmo com o deslocamento de alguns para outros bairros, os açorianos continuam a reconhecer a importância e a necessidade da sobrevivência das raízes. Assim, as identidades passam a ser reforçadas por atos, traços e tradições, o que leva o grupo a perceber e valorizar, aos poucos, as suas diferenças e especificidades.

Graças à festa, esses sujeitos históricos constroem de forma resistente elos entre o passado e o presente, ora modificando, ora transformando, mas com reminiscências capazes de garantir a continuidade da cultura açoriana, também presente nos diversos momentos da vida cotidiana. Assim, os açorianos da Vila Carrão associados na Casa dos Açores – criada com o objetivo de reunir luso-açorianos e brasileiros luso-descendentes – conseguiram, de maneira lúdica, expressar os sentidos de pertencimento ao local e de evocação de memória coletiva.

Ao pensar no *território* (Casa dos Açores e Vila Carrão) como uma construção de experiências e de trocas culturais, deve-se entender que nele se inscreve a memória, se desenham as vivências do presente e do passado, hábitos, formas, sonoridades, sabores, todo um conjunto de especificidades identitárias que estabelecem ligações simbólicas e emocionais. Dessa forma, esse território deve ser analisado como *locus* de sociabilidade e revelação de cultura. A festa e outras manifestações são as referências que contêm as memórias dos Açores.



# TRÊS MULHERES EM SEUS TEMPOS: VIVÊNCIAS DE PORTUGUESAS NO BRASIL, DA COLÔNIA AOS NOSSOS DIAS

*Etelvina Maria de Castro Trindade*  
UFPR / Universidade Tuiuti do Paraná

Após muito tempo de atenção aos destinos coletivos, pode-se afirmar que o indivíduo está novamente presente nas reflexões dos historiadores. Dentro dessa nova preocupação, o gênero biográfico vem ganhando espaço em estudos voltados à restauração do papel dos indivíduos na construção dos laços sociais,<sup>1</sup> trazendo à tona a temporalidade onde se desenrolam as vidas humanas, sem descartar a influência do contexto maior em que os sujeitos estão inseridos.<sup>2</sup> Faz-se, assim, uma “história pessoal que não tenta substituir outras formas de história ... nem é um substituto para o estudo do comportamento coletivo, instituições e comunidades, mas sim, seu complemento”.<sup>3</sup> Diferentemente da biografia tradicional que priorizava demasiadamente o indivíduo, fazendo a história dos grandes vultos, essa nova abordagem busca hoje articular as trajetórias individuais aos contextos nos quais elas se realizaram, como via de mão dupla. Nesse caso, a biografia pode desenvolver, além das interpretações sobre a época em viveu certo personagem, outras perspectivas que mos-

---

1 CHARTIER, R. A história hoje: dúvidas e propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, p. 97-113, 1994.

2 REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. São Paulo: Ed. FGV, 1998. p. 62-3.

3 ZELDIN, T. História pessoal e história das emoções. *História: Questões & Debates*, ano 12, n. 22/23, p. 33, jun./dez. 1991.

trem suas experiências particulares, passagens pitorescas de sua vida e, até mesmo, suas emoções e sentimentos mais ocultos.<sup>4</sup>

Por esses motivos, a história de três portuguesas radicadas no Brasil, em épocas diversas, que se valeram da pena enquanto vivenciavam a ambigüidade que todo imigrante experimenta, é um rico campo de análise das representações específicas do processo imigratório; em que se entrecruzam as vivências abandonadas e a inevitável construção de uma identidade diferenciada.

As cartas da primeira, os artigos da segunda e as reflexões da terceira nos permitem uma aproximação com essas personagens que, ao relatarem seus pensamentos e seu cotidiano, fornecem coordenadas para uma análise, não só de sua vivência pessoal, mas das conjunturas em que viveram e do papel das mulheres naquelas sociedades.

## MARIA BÁRBARA MADUREIRA, A MULHER DE NEGÓCIOS

A primeira dessas mulheres é Maria Bárbara Madureira, natural de Penafiel, no interior norte de Portugal, nascida em algum ano da década de 1770. Proveniente de uma família da aristocracia rural, é de admirar o fato de ser letrada numa época e numa sociedade em que as mulheres nascidas no campo permaneciam, na maior parte dos casos, alheias à instrução.

Antonio Pinto da França, no prefácio de sua obra *Cartas Baianas*, descreve Maria Bárbara como “mulher opulenta, vigorosa e ruiva”, conquanto bela. Aos dotes físicos acrescentavam-se os intelectuais: Maria Bárbara citava Camões, reproduzia máximas latinas e manipulava os conceitos românticos de pátria, nação, independência e poder constitucional.<sup>5</sup>

Sem oportunidade de empreender carreira literária, ou talvez sem vocação para tal, Maria Bárbara também é parte, mesmo sendo portuguesa, do

---

4 SCHMIDT, B. B. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, p. 15, 1997.

5 FRANÇA, A. O. P. da. Introdução. In: *Cartas Baianas*. 1821-1824. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1980.

universo letrado feminino que começava a se delinear no Brasil nas primeiras décadas do século 19. Suas cartas – dirigidas ao marido, Luís Paulino Pinto da França, então representante brasileiro nas Cortes Portuguesas – deixam perceber a experiência de uma mulher que, em sua província de adoção, a Bahia, chamou para si a difícil administração dos bens familiares na ausência, e depois morte, do marido, embora pudesse delegar essa função a seus filhos, homens e adultos.

Analisadas em seu aspecto estritamente formal, em seu estilo e linguagem, as cartas de Maria Bárbara, escritas entre 1821 e 1822, fornecem rica informação sobre a visão de mundo de uma época e podem levar ao exame mais aprofundado do perfil de uma mulher da região açucareira, no início do século 19.

No campo econômico, como proprietária de engenho e sua administradora na ausência do marido, Maria Bárbara entra para o rol de chefes de domicílio, o que não era incomum às mulheres do período colonial, responsáveis pela gestão de bens e negócios, na falta provisória ou definitiva do cônjuge. Trechos de uma carta enviada ao cônjuge, em abril de 1822, dão conta das múltiplas tarefas que lhe cabiam, como acontecia com qualquer mulher que estivesse à testa de um empreendimento, naquela época: “fico de acordo sobre dar as caixas que são determinadas, mas vou fazer assinar as letras, pois no banco não querem firmas de senhoras” (Carta de 15 de abril de 1822). O relato da recusa feita à “firma de senhoras” é tranqüilo, mais uma constatação do que uma queixa. Maria Bárbara não era, com certeza, uma feminista *avant la lettre*. Utilizava, apenas, estratégias que visavam resolver seus problemas mais imediatos. No mais, aceitava, simplesmente, as injunções que a situação lhe trazia, assumindo as mais variadas obrigações.

Porém, embora a época difícil e agitada em que foram escritas as cartas não permitisse atividades sociais mais intensas, percebe-se, pelas informações de que se dispõe, que as mulheres, ao menos as da elite, tinham acesso ao que se passava nos círculos dirigentes. No caso de Maria Bárbara, seus comentários sobre a situação em curso na Bahia demonstram um acompanhamento constante dos eventos políticos, sobre os quais emitia opiniões e tomava posição. Em 15 de abril de 1822, por exemplo, manifestava-se a respeito da atuação do governo, prevendo a necessidade de uma ação imediata por parte dos deputados para evitar as desordens que ocorriam na Província, onde, a seu

ver, não havia “tropas organizadas, bons comandantes ou oficialidade honesta” (Carta de 15 de abril de 1822).

De outra origem era a visão de Maria Bárbara a respeito da rivalidade entre portugueses e brasileiros; ela desejava a co-participação, rejeitava os radicalismos e aconselhava agir-se com doçura e igualdade. Aliás, todas as suas posições a respeito de tais antagonismos estavam eivadas de um sentimento de amor ao Brasil e à Bahia: “Ah! Se eu via a pobre Bahia arrasada por capricho de Manoel Pedro [general das tropas] ... não sei o que seria de mim...” (Carta de 2 de março de 1822).

Em outra missiva, enviada posteriormente, continuava declarando: “Oh! Luis, se tivessem seguido os teus conselhos, nada disso aconteceria. Portugal não perderia o Brasil e o Brasil não se perderia a si” (Carta de 24 de agosto de 1822). Esse dualismo fazia, aliás, parte do pensamento dos portugueses radicados no Brasil, e também de muitos brasileiros, para os quais a melhor solução para os conflitos existentes entre as duas nações seria conservar unidos os dois reinos, mantendo-se a autonomia administrativa do Brasil.

Nesse contexto, Maria Bárbara não se via como uma imigrante, tal como se concebe nos estudos atuais. Residente em além-mar, sim, mas sempre uma fiel súdita de El Rei e uma residente no vasto Império Português.

## MARIANA COELHO, A FEMINISTA

Segunda personagem deste estudo, Mariana Coelho nasceu em Sabrosa, Portugal, em 1873, e chegou a Curitiba, então uma pequena cidade do sul do Brasil, aos 19 anos, em 1892. Ali radicada, participou ativamente da vida social e intelectual da cidade como educadora, jornalista, poeta e prosadora.

Ao final do século 19, e no início do século 20, Curitiba era uma cidade que tentava acompanhar as recentes tendências nacionais e também as internacionais. Para isso, buscava a remodelação de seus espaços físicos, bem como a modernização de sua sociedade e de seus costumes. Os condutores dessa mudança pertenciam a um ativo círculo de intelectuais, livres-pensadores, que florescia em seu meio, mercê da pouca influência exercida pela Igreja Católica cuja hierarquia, sediada em São Paulo, estava a uma distância que impedia

ação mais ativa em terras paranaenses. Dessa forma, Mariana encontrou na cidade uma grande possibilidade de interlocução com os pensadores locais. Logo de início, engajou-se ativamente em diversos grupos intelectuais, destacando-se em três frentes de atuação: a educação, a literatura e o movimento feminista.

Escritora desde os 14 anos, começou suas atividades literárias em Portugal, onde redigia poesias para o jornal *Comércio de Vila Real*. Em Curitiba, prosseguiu nessa atividade com vasta e ininterrupta produção. Publicou matérias em jornais e revistas e escreveu vários livros. O mais famoso deles é *Evolução do feminismo*, publicado em 1933, por tratar exaustivamente de um assunto pioneiro na época.<sup>6</sup>

Efetivamente, desde o início do século 20 travavam-se, em todo o mundo ocidental, extensas discussões sobre a possibilidade de uma participação ativa e responsável das mulheres na vida em sociedade, no mercado de trabalho e na esfera política. Em Curitiba, o ano de 1901 foi palco de um debate que trouxe às colunas do *Diário da Tarde* opositores e defensores da causa emancipadora. No ardor dessa polêmica, a feminista Mariana Coelho censurava à professora francesa Georgina Mongruel o conservadorismo de uma argumentação que conferia ao gênero feminino o eterno papel de “conspiradora de alcova”. Mariana opunha-se às condições atribuídas socialmente à mulher, tentando atrair a interlocutora para o campo de suas reivindicações:

Sumarjando: sou suficientemente sensata para admitir que a mulher abandone o atraente lugar que desde sempre lhe está marcado no lar, mas sou também essencialmente progressista para não admitir que ela acompanhe convenientemente o progresso, porque entendo que aceitá-lo, excluindo-a, equivale ao absurdo imperdoável de nivelá-la, em parte, com os irracionais. (*Diário da Tarde*, 1901)

Assim, defendendo os direitos civis e políticos das mulheres, Mariana embrenhou-se, cada vez mais, em uma atividade que, pela escrita e pela ação, acompanhou-a da juventude à idade madura, até a morte:

Mulher, estrangeira, e “dada às letras”, foi igualmente inevitável que Mariana Coelho encontrasse certas dificuldades no meio intelectual curitibano, predominantemente masculino e bastante conservador. Várias foram as polêmicas em que

---

6 COELHO, M. *Evolução do feminismo* (1925). Rio de Janeiro: Imprensa Moderna, 1933.

se envolveu, dentre as quais se destaca a publicada nos jornais *O Comércio e Diário da Tarde*, a propósito do livro *Pelas Tradições*, de autoria de Júlio Pernetta, jornalista e escritor anticlerical. Nessa obra, o autor criticava duramente a colonização portuguesa no Brasil e o tratamento desumano que os lusos deram ao gentio, posicionando-se, ainda, contra a imigração alemã no Sul do Brasil. Portuguesa e imigrante, Mariana partiu em defesa de suas origens, justificando a atuação dos colonizadores em nome de uma “missão civilizadora”.<sup>7</sup>

Aos filhos de Portugal é grato lembrar que este maravilhoso sólo paranaense (como, afinal, todo o grande território de Santa Cruz), foi ha quatro séculos explorado pela primeira “bandeira” portuguesa ... E quantas vezes os filhos de Portugal não encontraram, então, a morte, na sua obstinada e vitoriosa labuta para doar ao mundo um Brasil enorme, civilizado, forte e unido!<sup>8</sup>

Sua extensa argumentação em favor da terra de origem já não apresentava a retórica conservadora de uma Maria Bárbara, para quem a separação entre Brasil e Portugal era impensável, mas o orgulho de quem se considerava depositária dos bens culturais que deveriam fluir constantemente de um lado a outro do Atlântico.

## MARIA HELENA CORREA, A LITERATA

Cem anos depois, novamente em Curitiba, outra imigrante portuguesa retoma uma vez mais o dilema que acompanha as vidas desenraizadas que subsistem, bem ou mal, em terras estranhas. No início do século 19, Maria Bárbara enfrentara o desgosto da viuvez e a necessidade de ser esteio da família, num momento de intensas lutas nacionalistas. Nas primeiras décadas do século 20, Mariana se deparava com uma sociedade que, embora a tenha acolhido nos meios literários, rejeitava suas idéias avançadas e seu modo combativo de apresentá-las.

Maria Helena Correa, a Maria do século 21, é porém muito diferente das outras: sua condição financeira, em Portugal e posteriormente na pátria

---

7 SILVESTRIN, M. L. Do bom uso da palavra: o intelectual na obra de Mariana Coelho. (Monografia de final de curso)-- UFPR. Curitiba, 2000. p. 32-50. (mimeo).

8 *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, 1929, p. 428.

de acolhida, era extremamente precária. Além disso, emigrara, ainda criança, aos seis anos de idade: “Sou uma imigrante involuntária – escreve ela – com seis anos, que direito se tem de escolher?”<sup>9</sup> Sua grande motivação durante a viagem era uma boneca (a primeira) que lhe haviam prometido.

Em São Paulo, viu-se instalada em uma casa de família onde a mãe, que a precedera, era empregada doméstica. Corria o ano de 1956 e na cidade grande tudo era estranheza para a pequena aldeã. A saída de Portugal: “fui arrancada dos braços de minha avó eternamente enlutada e cega”, e a chegada ao Brasil, “arrancada do chão da minha terra, dos sons, das cores e dos cheiros da minha aldeia para ser “plantada” em São Paulo, uma das maiores cidades do mundo”, são lembranças ainda dolorosas nos escritos de Maria Helena.<sup>10</sup> No entanto, seu currículo mostra a superação das dificuldades iniciais. Fez os primeiros estudos em escola municipal, mas conseguiu depois cursar o colégio Santa Marcelina e a Licenciatura em Letras da Universidade de São Paulo. Foi professora em São Paulo e Joinville, e o é, atualmente, em Curitiba. Amante das Letras – “sou uma leitora compulsiva ... leio tudo o que me cai nas mãos ou surge à frente de meu nariz”<sup>11</sup> –, redigiu séries didáticas premiadas e tornou-se escritora, ainda inédita, de muitos textos intimistas.

Das três Marias, ela é, no entanto, a que carrega, em seus escritos, maior nostalgia, sendo mais suscetível ao que chama “saudades portuguesas”. Conserva cuidadosamente relíquias da antiga casa, em Trás-os-Montes, posteriormente visitada: uma pedra de xisto retirada das ruínas, uma porção de terra resguardada num recipiente de vidro, “a salvo da poeira brasileira...”<sup>12</sup>

Em seus textos, perpassa a angústia de uma dupla identidade, constatada ao voltar à sua terra natal: “Sim, aqui e agora eu sou estrangeira. Morando aqui por alguns meses, descobri que sou ‘a portuguesa’ no Brasil e ‘a brasileira’ em Portugal. Como tantos emigrantes que voltam (para morar ou não), sinto-me apátrida: não sou nem de cá, nem de lá. E essa descoberta rói a alma, dói no coração”.<sup>13</sup>

---

9 CORREA, M. L. *Crônicas*. Curitiba, 2003.

10 Ibidem.

11 CORREA, M. L. *Entrevista*. Curitiba, 2007.

12 Ibidem.

13 Ibidem.

Enquanto Maria Bárbara e Mariana vivenciavam simultaneamente, e mais tranqüilamente, as duas nacionalidades, Maria Helena se percebe apátrida: não é brasileira, e muito menos, portuguesa. Mesmo consciente da situação precária daqueles que ficaram “na terra”, e orgulhosa do conforto que atualmente goza em sua nova pátria, apega-se a memórias de uma infância de “pés no chão, cabelos ao vento e roupas puídas”.<sup>14</sup> E constata as transformações inevitáveis que o desterro traz: “e a pequena aldeã foi lapidada na marra. O jeito agreste foi substituído pela etiqueta artificial das metrópoles; a simplicidade lhe foi roubada e a poeira dos olivais, que trouxera nos cabelos, escorreu pelo ralo. Bastaram alguns meses para que da antiga portuguesinha ficassem poucos rastros”.<sup>15</sup>

Imigrante de final do milênio, Maria Helena traz consigo uma capacidade de reflexão, ausente em suas conterrâneas dos períodos anteriores, sobre “o ser imigrante”, mercê possivelmente do fenômeno de individualização que acompanhou o advento dos tempos modernos. Embora aparentemente resista às benesses da modernização, valeu-se do arcabouço que lhe era fornecido para conseguir ascensão social e financeira. Nesse contexto, Portugal se transforma para ela em um mito sempre evocado, no lamento sem fim de não ter conseguido lá as condições que usufrui aqui.

A consciência acurada de sua condição faz dela a figura que mais intensamente personifica um lado culturalmente construído na condição do imigrante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em obra recente, a historiadora Natalie Zemon Davis traçou o perfil de três mulheres do século 17, recuperando a condição feminina e o cenário cultural europeu da época. Para tanto, utilizou os escritos pessoais e as cartas dessas mulheres, no intuito de compreender suas trajetórias e o mundo que viveram.<sup>16</sup> A situação das “heroínas” de Davis pode servir de parâmetro para a

---

14 CORREA, M. L. *Eu, uma imigrante brasileira*. Curitiba, 2003. (inédito).

15 CORREA, 1987.

16 DAVIS, N. Z. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

análise da vida e dos escritos das três Marias em estudo. Como aquelas, estas são também mulheres que vivenciaram realidades nem sempre favoráveis, superando-as da melhor forma possível.

Sendo portuguesas, muitas vezes sentiram e agiram como tais, em que pese a situação vivida no Brasil em suas épocas. Uma posição em que se debate a filiação a duas pátrias, num verdadeiro conflito de identidade.

Por muitas razões, entretanto, não estiveram tanto às margens da sociedade como suas companheiras do início do mundo moderno. Suas vidas foram, talvez, menos atribuladas, o que não impede de as vermos como mulheres que enfrentaram corajosamente seus desafios. A sociedade brasileira que as recebeu, com sua cultura peculiar, sua consciência política e social e sua capacidade de iniciativa, esteve ao menos preparada para acolhê-las e admirá-las.



# IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM SÃO PAULO: MEMÓRIAS, GÊNERO E IDENTIDADE

*Maria Aparecida Macedo Pascal*  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Falar da imigração portuguesa constitui “o resultado histórico de um encontro entre o sonho individual e uma atitude coletiva”.<sup>1</sup> Essa frase sintetiza a importância das histórias de vida para entender o conjunto das experiências humanas no processo histórico, ou a articulação existente entre os indivíduos e as transformações sociais. Pode-se dizer que, se as pressões agem sobre os indivíduos, estes elaboram essas pressões de acordo com sua experiência pessoal, transmitida por gerações através das tradições.

Nossa pesquisa procurou dar voz às imigrantes portuguesas que chegaram ao Brasil entre as décadas de 1920 e 1950. As imagens, as questões, os valores e a reconstrução de suas trajetórias estão carregadas de significados, já que a memória seleciona o que lhe parece relevante. Na construção das fontes orais, sugeriu-se na entrevista enfatizar pontos tais como as atividades da família antes de vir para o Brasil, a infância, a mocidade e as lembranças da terra, a viagem, as redes sociais, a chegada, os primeiros tempos, os contatos com a comunidade portuguesa, o cotidiano, a família, o casamento, os filhos, as tradições preservadas, a volta a Portugal e a avaliação da trajetória de toda uma vida passada no Brasil.

---

1 PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração 1850-1930*. Lisboa: Regra do Jogo, 1981. p. 9.

Ao longo desses relatos pode-se repensar a história da imigração privilegiando a experiência e o olhar feminino sobre esse processo. Abrem-se, assim, novas páginas de uma história não desvendada da imigração: a história dos grupos de imigrantes foi “principalmente documentada de fora, como um problema social”. Uma abordagem de dentro do processo, através dos relatos de vida, com certeza vai se tornar mais interessante. Embora as pressões econômicas e sociais influenciem as decisões para emigrar, o testemunho resgata as redes sociais, as negociações familiares e todo o imaginário social que envolveu esses imigrantes. Contar uma estória é tomar as armas contra a ameaça do tempo, é resistir ao tempo ou controlar o tempo. Contar uma estória preserva o narrador do esquecimento; a estória constrói a identidade do narrador e o legado que ela ou ele deixa para o futuro.

Portanto, a história de vida é algo vivo, pulsante, em que os narradores examinam seu próprio passado enquanto a narrativa flui. As entrevistadas deste estudo passam a falar de suas vidas e suas memórias.

Maria Armandina Ferreira Marques, 88 anos, viúva, nasceu em Lisboa e chegou ao Brasil em 1948, com 33 anos. Carmina Domingues Macedo, 88 anos, casada, nasceu no Estoril, em Lisboa. Chegou ao Brasil em 1924, com sete anos. Delmina da Conceição Lourenço Gonçalves, 71 anos, casada, nasceu em Bragança, Trás-os-Montes. Chegou ao Brasil em 1959, com 44 anos. Maria Joaquina Pedrão, 88 anos, solteira, nasceu em Talhas, Macedo de Cavaleiros, Trás-os-Montes. Chegou ao Brasil em 1928, com sete anos. Maria Marques Lopes Varanda (Maria Silvina), 78 anos, viúva, nasceu em Gramantinha, Coimbra. Chegou ao Brasil em 1929, com quatro anos.

## LEMBRANÇAS DA TERRA: INFÂNCIA E MOCIDADE

Nos depoimentos, percebeu-se que essas famílias eram ligadas à agricultura; mesmo as que viviam na zona urbana tinham raízes no campo. A presença marcante do trabalho feminino rural, em Portugal, já mencionada por viajantes e historiadores, torna-se bastante significativa nas falas das depoentes, como recorda Dona Delmina: “Em Portugal a família assim como eu eram

lavradores...”. Com a emigração masculina, a maior parcela do trabalho era realizada pelas mulheres, que assumiam todas as funções: criação dos filhos, subsistência, manutenção da propriedade, pagamento de hipotecas. Dessa forma, coordenavam toda a vida familiar, como demonstrado no depoimento de Dona Carminda: “A minha avó tinha casa, tinha terras, tinha oliveiras, muitas figueiras, enfim, uma porção de árvores frutíferas, mas não tinha dinheiro, não havia dinheiro, era difícil dinheiro e ela tinha cinco filhas e elas não queriam mais viver nessa vida de enxada, de trabalhar na terra”.

A emigração familiar trouxe para o Brasil grande parte dessas famílias que, por razões culturais e econômicas, pensavam haver grandes possibilidades e oportunidades de melhoria de vida em novas terras, contribuindo, para tanto, o farto imaginário social sobre a emigração. A infância, diferentemente do contexto contemporâneo, não era uma fase dedicada ao estudo, à socialização da criança, às brincadeiras e ao lúdico, mas voltada para o trabalho. Quando viviam na zona rural – Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Litoral, Minho –, esse traço era ainda mais evidente. O trabalho era visto não só como um auxílio à subsistência, mas também como um elemento formador do caráter, que preparava as crianças em profissões artesanais ou no campo, na prática da lavoura. Portanto, o trabalho na infância era importante para que no futuro essas crianças tivessem um meio de vida. As funções eram quase familiares nessas pequenas comunidades. Particularmente no caso das meninas, o estudo não era prioridade, pois elas deveriam ocupar e desenvolver seus papéis sociais na vida doméstica ou nas atividades rurais familiares, voltadas para o mundo privado.

Nas falas das depoentes esse aspecto evidencia-se. Dona Delmina afirma: “A relação com os pais era severa, mas só com o trabalho. Fui à escola, mas os meus tios, infelizmente, como eu trabalhava em casa, era muito trabalhadora, não me deixaram fazer nem os cursos que a gente queria. Só fiz até a terceira classe ... Era eu que trabalhava com os pais”.

As lembranças familiares são reavivadas à luz dos julgamentos que fazem hoje sobre o passado. A memória do indivíduo no grupo conta menos que a pessoal, que pode ser mais rica e profunda. Em nenhum outro lugar da vida social a convenção importa menos. Julgamos um parente pelo que ele é na vida diária, e não por seu *status*, dinheiro, prestígio. A face que ele mostra a outros grupos não é a mesma que se expõe ao julgamento concreto dos seus.

As depoentes expressam esses significados falando de um tempo de dificuldades econômicas, obrigações, controle, mas carregado de afeto, laços sociais, folguedos e histórias familiares que tornam a infância um período de trabalho árduo, mas também uma fase lúdica. Nesse sentido, dona Delmina afirmou: “Mas fazíamos uma casa muito boa e comida não faltava...”. Já dona Carminda afirmou: “Minha vida em Lisboa foi muito feliz ... As lembranças que eu tenho de lá são ótimas ... A gente se reunia na frente da casa da minha avó com as amiguinhas, dançava, fazia roda...”.

Estas lembranças mostram a dimensão que algumas figuras familiares tinham e ainda têm nas histórias de vida. Ficam fixadas na memória pelo gesto de amizade e pela melhor face que demonstraram no período em que viveram juntos.

O lazer estava vinculado à família, aos grupos primários e às festas religiosas ou folclóricas, sempre sob o controle familiar. Em Portugal, o trabalho feminino, tanto no campo como na cidade, constituía-se no esteio da produção.

## POR QUE EMIGRAR? A VIAGEM, A CHAMADA E O ACOLHIMENTO

Os baixos salários e as dificuldades do desenvolvimento industrial português, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, levaram segmentos urbanos a ver na emigração, mais uma vez, a alternativa para uma melhor condição de vida. As redes sociais e o imaginário social sobre a imigração atuaram de forma expressiva para esse desfecho. As formas de acolhimento funcionavam como suporte para conseguir habitação e trabalho no destino escolhido. Em todas as falas das depoentes, os pais vieram antes, incentivados por parentes e amigos da terra. Como corolário, imigrantes transformaram-se em transmigrantes quando construíram em campos sociais a sociedade de origem e a de recepção, numa construção social única.

Dona Maria Joaquina lembrou: “Tínhamos amigos, gente da terra que morava lá. O meu pai veio com meu irmão e a minha mãe ficou com os menores lá em casa”. Nas memórias aparece também um dos estímulos para a emigração masculina, que era a fuga do serviço militar. Muitos rapazes entre

14 e 15 anos eram chamados pela família e amigos, e alguns deles emigraram clandestinamente para fugir das obrigações militares.

Dona Maria Marques recordou: “E os meus tios vieram depois, fugidos dos soldados. Ah! Mas isso era comum naquela época, porque lá eles tinham que fazer o quartel, então eles vieram para fugir do serviço militar”.

A carta de chamada está presente nas memórias de todas as depoentes. Como a emigração espontânea não contava com apoio e subsídios do governo, necessitava da estrutura das redes sociais. Em todos os casos, os homens vinham na frente e posteriormente, quando já podiam garantir moradia e trabalho, traziam a família.

Dona Carminda acrescenta: “Meu pai veio na frente e minha avó trouxe o meu irmão, e eu fiquei com minha mãe lá na aldeia, à espera da carta de chamada do meu pai...”.

A emigração espontânea tinha também outro aspecto: o ir e vir, que aparecem em alguns relatos. Na família de Dona Carminda, a avó viúva veio ao Brasil cinco vezes, trazendo para o país toda a família. No caso da família de Dona Maria Joaquina, o pai e a mãe já tinham vivido um ano e meio no Brasil e retornaram a Portugal. Voltaram 14 anos depois para se radicarem definitivamente no país. Nos relatos, a viagem aparece como uma travessia, na maioria das vezes, precária. Os navios, em geral, eram velhos, e os imigrantes viajavam na terceira classe, sofrendo com doenças e com a ausência de conforto. As falas de Dona Maria Joaquina e Dona Delmina relataram esses fatos: “Esse navio era um cangalho! Minha mãe passou mal, ficou doente no navio...”.

Dona Maria Marques lembrou: “era um navio muito bom, uma Companhia Alemã”. Apesar das melhores condições, as crianças corriam perigo. Dona Carminda recordou: “eles faziam umas brincadeiras e eu era levada, fui atravessar na frente deles e me espetaram a vista. A minha mãe desmaiou”. Dona Maria Joaquina lembrou: “Segurava assim, ficava no convés do navio e olhava os tubarões em alto mar. Parece que eu estava hipnotizada... Mas eu podia ter caído, acho que Deus guardava a gente”.

As viagens, mesmo realizadas por navios novos e mais rápidos, continuavam cheias de imprevistos para os que atravessavam o Atlântico em busca de vida melhor. A chegada ao Brasil, segundo a fala das depoentes, foi calorosa pela presença dos parentes e do marido.

## “O PAÍS DAS POSSIBILIDADES”

O Brasil era idealizado como uma terra de oportunidades, com grandes possibilidades de enriquecimento e liberdade. No contato cotidiano, contudo, as condições mostravam-se diferentes. A chegada significava também a “busca de uma identidade a ser construída, no processo de elaboração de uma nova situação de vida”. O começo de vida desses imigrantes envolveu grandes sacrifícios, embora muitas vezes as redes sociais atuassem como amparo nos primeiros tempos. O trabalho de padeiro, entregador de pão, alfaiate, costureira e empregada doméstica estão em todas as falas das depoentes. A decepção com o contexto encontrado se tornou evidente.

Dona Delmina afirmou: “A gente pensava que era um mar de rosas, que era um céu ... Foi bem difícil, e fiquei decepcionada um pouco...”. Dona Maria Joaquina, por sua vez, lembrou-se da mãe: “Aqui ela só chorava e ficava muito triste, estava muito triste de ter deixado a casa dela, muito deprimida. Ela queria dar as coisas pra gente, às vezes não podia, levávamos uma vida apertada”. Longe dos sonhos, as condições de sobrevivência para esses imigrantes não correspondiam ao imaginário. A vida em São Paulo nos bairros pobres, tais como Barra Funda, Bom Retiro, Mooca e Bexiga, onde a massa de imigrantes se concentrava, em virtude de dificuldades de higiene, insalubridade, enchentes, ausência de transportes e de outros serviços públicos, tornava extremamente difícil o cotidiano das famílias imigrantes. Para muitos, ficavam bem evidentes a perda de *status* e as duras condições de vida, longe do “Eldorado sonhado”. As depoentes que chegaram ao Brasil crianças – Dona Maria Joaquina, Dona Carminda e Dona Maria Marques – frequentaram a escola primária por pouco tempo, e ingressaram muito cedo no mundo do trabalho.

Dona Maria Joaquina recordou: “Fui trabalhar de babá, de empregada ... Eu precisava pôr um banquinho para ajudar a lavar a louça”.

Dona Maria Marques ajudava seu pai na padaria. Dona Carminda foi operária, bordadeira e, depois que seu pai se estabeleceu com um armazém na Barra Funda, o ajudava no balcão. Dona Maria Joaquina trabalhou como doméstica, aprendeu costura e viveu grande parte de sua vida trabalhando para as famílias da elite paulista, fato que lhe possibilitou o conhecimento de vários países da Europa e da América Latina, além de diversas cidades do Brasil. A pre-

ferência pelas criadas portuguesas nas famílias da elite paulista justificava-se por apresentarem qualidades tais como serem de confiança, trabalhadeiras e caprichosas, além de terem melhores padrões de higiene. O mesmo ocorreu com uma tia de Dona Carmina, Maria Augusta, que era governanta de uma família de posses, com a qual viajou para os Estados Unidos. Pode-se perceber o alto padrão econômico desfrutado pela elite paulista na época, que se fazia acompanhar de empregados nas viagens internacionais. Evidencia-se também o grau de confiança que esses empregados conquistaram em seu trabalho.

Apesar das oportunidades de viagens e aprendizados, as relações entre patrões e criados eram vistas por uma ótica paternalista, que incluía um elevado nível de exploração. As famílias imigrantes empregavam suas filhas em casas de família como estratégias de sobrevivência. Dessa forma, além do salário, elas tinham casa, comida e gozariam da confiança e do apoio dos patrões. Nas memórias dessas imigrantes, percebe-se que o casamento e o lazer estavam em grande parte restritos aos contatos com a colônia portuguesa.

O lazer era raro e o controle familiar era muito acirrado. O rádio, os filmes durante o catecismo na igreja e as festas nos clubes de bairro ou na colônia, sob o olhar vigilante da família, foram lembranças guardadas do tempo da mocidade. Os contatos com a colônia portuguesa eram feitos nas festas religiosas, no Clube da Portuguesa, no Centro Trasmontano ou, no caso de necessitarem de assistência médica, quando por vezes buscavam a Beneficência Portuguesa e outras organizações de socorros mútuos para serem atendidos. Essas grandes associações mutualistas eram dirigidas pela elite imigrante. Nos depoimentos, contatou-se que os casamentos, em sua maioria, eram realizados com compatriotas e parentes. Entre as depoentes, apenas Dona Carmina casou-se com um brasileiro. Dona Maria Marques recordou como conheceu seu marido: “Ele era português ... Eu conheci meu marido porque os pais eram conhecidos em Portugal ... Você sabe que naquele tempo os pais não gostavam muito de mudança de nacionalidade e meu pai achou que era bom...”.

A rigidez e o controle sobre os filhos vinham da própria experiência dos pais enquanto filhos. Presos à moral de pequenas comunidades no interior de Portugal, exercitavam as mesmas práticas vividas na juventude. Dona Delmina comentou: “O meu marido é um caso interessante: Nós éramos vizinhos e somos primos de segundo grau, eu conhecia ele desde criancinha...”. Havia, portanto, uma sociabilidade restrita. A Casa de Portugal e o Clube Por-

tuguês eram locais reservados para a elite imigrante e pouco freqüentados por pessoas comuns. A sociabilidade passava por relações de classe e poder.

## AS TRADIÇÕES E O RETORNO

A preservação das tradições, da culinária e das reuniões em família é fato presente em todas as histórias de vida. As rabanadas do Natal, os pratos variados com Bacalhau, os doces portugueses, as músicas, os programas da colônia pelo rádio, a leitura dos jornais portugueses ou da colônia aparecem em todos os relatos. Esse passado preservado e reinventado funcionava como paliativo para o desenraizamento causado pela emigração. Como a *madeleine* proustiana, evocava-se pelos aromas e pelos sons a visão da terra natal. As memórias eram realimentadas pela prática de tradições, culinária, família, música e religiosidade. Os contatos com os parentes em Portugal por cartas, telefone e cartões foram constantes. Todas retornaram a Portugal. Dona Maria Marques recorda: “Quando fomos com meu pai, alugamos uma casa por um ano e meio”.

Dona Maria Joaquina lembra: “Fui em 1964, em Portugal, fiquei quatro meses, ia em todo lugar com meus tios, para as hortas, eram maravilhosas. Tinham aquelas figueiras enormes, com aqueles figos pretos e brancos. Eu me lembro de tudo isso...”.

O regresso era feito numa situação favorável, com conforto, buscando recuperar as lembranças familiares e a paisagem deixada na infância e mocidade. Essas imagens da terra natal foram convertidas em canções, narrativas e poesias que expressavam os sentimentos desses imigrantes. Daí o retorno significar muito na construção cultural da saudade. No retorno a Portugal os parentes são presenteados com muitas lembranças trazidas do Brasil.

Faz parte da cultura imigrante despender tempo e dinheiro coletando presentes a serem enviados anualmente para parentes em Portugal, e na fala de Dona Delmina esse fato aparece: “Eu levo uma lembrancinha pra todos. Meus irmãos ganham tudo”.

Os imigrantes reafirmam a mobilidade alcançada no Brasil e o reconhecimento e apreço em suas pequenas comunidades pela prática do envio de

presentes, símbolos do *status* adquirido, mas também da afetividade e da saudade familiar.

Em todas as histórias de vida percebe-se uma avaliação positiva da vinda para o Brasil. O sonho de emigrar, apesar de todos os sacrifícios e dissabores dos primeiros tempos, teria sido válido. Uma condição de vida melhor na velhice, filhos e netos educados, a constituição de negócios (empresas) familiares e um regresso se não vitorioso, pelo menos numa situação bem diferente daquela enfrentada no passado, reforça o mito do Brasil como uma terra de possibilidades.

A presença de Portugal no cotidiano dessas imigrantes reafirma-se pelas redes sociais de parentesco e pela saudade, vivendo entre duas pátrias, lá e cá, realimentando o mito e avaliando a experiência coletiva através do foco individual.

As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um dos seus membros e constituem uma memória una e diferenciada. Trocando opiniões e dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar. E esses vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual.

Essas narrativas nos conduziram a páginas de uma história viva, comovedora, buscando o olhar feminino sobre as trajetórias e sobre o processo da imigração portuguesa na cidade de São Paulo.



# VILA MADALENA E A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA: CULTURA, TRABALHO, RELIGIÃO E COTIDIANO

Yvone Dias Avelino  
PUC/SP

Há milhares de anos, os homens, por razões as mais diversas, vêm se transferindo de um país para outro, ou de uma região para outra. Essa atitude não ocorre de forma isolada, pois os envolvidos nesses deslocamentos buscavam novas oportunidades, por razões de sobrevivência e de trabalho, por razões político-ideológicas, climáticas, sociais, econômicas, ou até por busca de conhecimentos variados. Essas ondas sucessivas de deslocamentos humanos voluntários modificavam rapidamente a demografia dos países. E não podemos deixar de citar, também, os deslocamentos forçados, como os dos africanos nos séculos 17, 18 e 19, trazidos para a América como escravos.

Esse tema da imigração para o continente americano, especificamente o Brasil, pode ser abordado por enfoques diversificados. É frutífero nesse universo analisá-lo de forma macroscópica, buscando suas estruturas e as razões de deslocamento na Europa, ou as raízes profundas transoceânicas, tão proveitosas, em alguns aspectos pouco estudados. Não deixa de ser também importante adotar um enfoque mais microscópico, mais pontual, que analise a trajetória de famílias e suas localizações em diferentes regiões.<sup>1</sup> Todos esses movimentos sociais geraram problemas de difíceis soluções, como os de adaptação (língua, tradições, trabalho, relações sociais, cultura etc.). Além dessas questões, ainda havia o enfrentamento das reações da comunidade local, que

---

1 FAUSTO, Bóris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.

os rejeitava socialmente pelos seus modos de vida originais. Mas essa prática não era a única, pois o oposto também existiu. Havia comunidades que aceitavam e encorajavam aqueles que chegavam, por representarem o desenvolvimento, a sociabilidade e a melhoria da comunidade, na medida em que os imigrantes buscavam a fixação.

Nesta pequena reflexão, nossa intenção é lançar o foco iluminador sobre algumas famílias de imigrantes portugueses que chegaram nos primeiros anos do século 20, numa seqüência até os anos 60, para a cidade de São Paulo, e que ajudaram a construir o bairro de Vila Madalena, onde se instalaram.

Esta nossa pesquisa iniciou-se com a organização de dois eventos realizados na Livraria da Vila e no Espaço Madalena, ambos na rua Fradique Coutinho, com a colaboração do Centro Cultural Vila Madalena, coordenado por José Luiz de França Penna. No primeiro, foram realizadas mesas-redondas com debates sobre o processo histórico da Vila Madalena. No segundo, uma exposição com as imagens de todos os cartazes de divulgação da Feira da Vila, com textos analisando-os, pois contam a história do bairro em suas imagens. É o cruzamento da História com a Comunicação.

A vasta produção em torno da imigração portuguesa para o Brasil tem sido objeto de avaliações, grandes sugestões e críticas, que vêm enriquecendo a historiografia contemporânea. Apresentam abordagens as mais diversas, que analisam aspectos múltiplos. Apenas mais recentemente a imigração portuguesa tem instigado os pesquisadores,<sup>2</sup> mas a maior parte desses estudos vê-se voltada para o Rio de Janeiro, onde sem dúvida a presença dos portugueses foi muito marcante e significativa. Assim sendo, essa temática de estudos mostra-se nos últimos anos bastante ampla, se pensarmos em novas identidades e integrações.

Após o descobrimento do Brasil, os reinóis portugueses preocuparam-se em colonizar e povoar o novo território. Aí está o nascedouro da imigração portuguesa, que se intensificou no decurso de todo o século 16 até o século 18, graças à propaganda da existência de fontes de riquezas variadas na imensidão do território incorporado ao reino de Portugal.

---

2 Cf. LOBO, Eulália Maria L. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001; PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

As minas de ouro descobertas em Minas Gerais foram um fator significativo para a atração de novos personagens, que passaram a integrar o novo espaço. Portugueses e negros africanos conviviam em estamentos sociais diferenciados, no trabalho da lavoura e no da mineração. Eram os “Prósperos” e os “Calibans”, tão bem visualizados em referência à América Espanhola no texto de Leopoldo Zea.<sup>3</sup>

Durante todo o período colonial, a coroa portuguesa proibiu a entrada de estrangeiros no território. As tentativas francesas e holandesas foram objeto de lutas constantes. Essa situação foi superada, em parte, com a vinda da Corte Portuguesa, por ocasião da decretação do Bloqueio Continental na Europa napoleônica, pois o sistema de exploração da grande propriedade e o trabalho escravo dificultavam a instalação da imigração estrangeira, que só se acentuou no compasso do declínio da escravidão.

Até 1818, as tentativas de instalação de irlandeses e alemães na Bahia e em Pernambuco não tiveram êxito. Experiências bem sucedidas ocorreram nas regiões Sudeste e Sul do país. Em 1819, foram fundadas as colônias alemãs de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, e de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul; esta última prosperou e deu impulso à formação de outras colônias, como as de Torres e Nova Hamburgo. A imigração alemã intensificou-se na década de 1840, e novas colônias surgiram nas províncias do Rio de Janeiro (Petrópolis), Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na segunda metade do século 19, uma série de medidas encaminhadas por políticos, intelectuais e proprietários de terras marcou o desenrolar de atos pró-abolição da escravatura. A imigração acentuou-se principalmente nas áreas onde o trabalho escravo era menos difundido. Os alemães instalaram-se em Santa Catarina, ocupando o vale do rio Itajaí, aí fundando a colônia de Blumenau. Novas colônias alemãs surgiram também no Paraná, no Espírito Santo e em Minas Gerais. Vários núcleos coloniais norte-americanos foram fundados também. Eram confederados derrotados na Guerra da Secessão, vindos do Sul dos Estados Unidos. Na região de São Paulo, a cidade de America-

---

3 ZEA, Leopoldo. *Decir y maldecir em conciencia americana*. In: *Nuestra América*. México: Universidade Nacional Autonoma do México, 1981.

na se notabilizou com a vinda desses sujeitos, como tão bem expresso no livro de Ana Maria Costa de Oliveira.<sup>4</sup>

Nesse período iniciou-se uma grande e maciça imigração de italianos para as províncias do Sul e do Sudeste. Em São Paulo esses imigrantes distribuíram-se pelo campo, nas lavouras de café, e outros pela urbe, contribuindo em parte para as grandes transformações que caminhavam para a urbanização e a industrialização paulista.

No ano da abolição da escravatura, o número de imigrantes no país foi duas vezes maior do que o número total das entradas registradas nos 80 anos anteriores. Segundo dados estatísticos do IBGE,<sup>5</sup> desde a entrada dos primeiros grupos de alemães, fundadores de Nova Friburgo, até os anos finais do século 20, quase seis milhões de imigrantes entraram no Brasil. Os principais grupos desse total são de imigrantes portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses.

Na cidade de São Paulo, nos primeiros 30 anos da República, o impulso transformador do seu crescimento gerou com o processo imigratório uma dificuldade diferenciada de outras regiões, onde a grande massa de trabalhadores chegou a exceder as necessidades do mercado, a absorver costumes distintos e a dar um tom singular ao comércio, que crescia com a urbanização e o início da industrialização nesse período.

Os portugueses pela cultura, tradição e língua foram os que mais se identificaram, e constituíam o grupo mais numeroso, 31,5% do total da imigração. Sua fixação ocorreu mais nas grandes cidades. Já os italianos concentraram-se mais no estado de São Paulo e representavam 28,8%, seguidos dos espanhóis, com 12,9%. Os alemães, que constituíam o grupo mais expressivo no início, reduziram-se a 5,3% do total. Os japoneses começaram a chegar a partir de 1908 (comemoram 100 anos de imigração em 2008), e ocupam uma posição significativa, pois representam 4,4% do total.

A imigração, ora apoiada pelo governo central, ora pelos governos provinciais e mais tarde estaduais, ou até por fazendeiros independentes, recebeu uma legislação própria apenas em 1921. A partir da Revolução de 30, o gover-

---

4 OLIVEIRA, Ana Maria Costa de. *O destino (não manifesto): os imigrantes norte-americanos no Brasil*. São Paulo: União Cultural Brasil/Estados Unidos, 1995.

5 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

no adotou medidas de proteção ao trabalhador nacional,<sup>6</sup> e passou a limitar a entrada de imigrantes, e a Constituição de 1934 estabeleceu um regime de cotas, com o limite de entradas anuais em apenas 2% do total de imigrantes de cada nacionalidade já fixados no Brasil nos 60 anos anteriores.

Nos anos 70, precisamente em 1972, estando o Brasil sob o regime militar, foi assinado um convênio entre os governos do Brasil e de Portugal, estabelecendo a igualdade de direitos e de deveres entre brasileiros e portugueses. No ano de 1980 foi aprovado o Estatuto dos Estrangeiros (Lei nº 6.815), que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e na ocasião criou-se o Conselho Nacional de Imigração.

A contribuição desses imigrantes foi imensa para os territórios que os receberam, pois a propaganda de “fazer a América” resultou em benefícios sociais, econômicos e culturais dialéticos. Deixando suas terras, vindo com ou sem família, estavam iludidos pelo sonho dessa propaganda, ou seja, acumular um pequeno pecúlio e retornar. Sonhos desfeitos. Poucos conseguiram acumular muito, a maioria conseguiu acumular pouco, mas foram poucos os que conseguiram realizar o mito do eterno retorno<sup>7</sup> em toda plenitude.

Ao elaborarmos essa pesquisa sobre a Vila Madalena, deparamos com a história desse bairro, suas transformações, e também com a necessidade de analisarmos essas diversas imagens e seus notáveis personagens, oriundos de minúsculas aldeias de Portugal.

A Vila Madalena Nasceu como Vila dos Farrapos em 1910. Vila esta que no século 16 era habitada por indígenas e representava parte do hoje bairro dos Pinheiros, região onde havia um aldeamento com missionários jesuítas, que ministravam a catequese, faziam batizados, missas e ensinavam os hábitos do trabalho aos índios. Havia aí uma capela, cuja padroeira era Nossa Senhora da Conceição. As fronteiras não eram rígidas, nem geográfica nem culturalmente.<sup>8</sup> Os morros e planaltos dos Pinheiros eram cortados pelo córrego do rio Verde, que nascia perto da hoje rua Oscar Freire e desaguava no rio Pi-

---

6 FAUSTO, Bóris. A revolução de 30. In: *Memória e história*. São Paulo: Graal, 2005.

7 ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno: arquétipos e repetição*, Lisboa: Ed. 70., [s.d.].

8 No início do século 16, desde a fundação da cidade de São Paulo pelos padres jesuítas, em uma vastíssima várzea do rio Pinheiros até o espigão onde hoje se situa a avenida Paulista, os habitantes eram índios.

nheiros, afluente do Tietê, que atravessa todo o estado de São Paulo. As localidades do lado oeste do córrego, onde hoje se localiza a Vila Madalena, chamavam-se, já no início do século 20, “Sítio do Rio Verde”. Alguns antigos moradores da Vila Madalena contam que o proprietário das terras era um português que tinha três filhas, as quais deram origem aos nomes dos atuais bairros de Vila Beatriz, Vila Ida e Vila Madalena. Entretanto, essa história faz parte do imaginário popular dos habitantes da Vila.

Na primeira década do século 20, com o progresso intensivo da imigração, a cidade de São Paulo ampliou-se e modernizou-se, e a Vila Madalena passou a ser ocupada por famílias de imigrantes portugueses. Terras foram adquiridas e a vila se transformou.

A vila humilde recebeu gente humilde também, que aí se notabilizou. Hoje são testemunhas insuspeitas, que se transformaram em documentos raros. A vila foi descoberta por imigrantes portugueses, gente simples, de poucas letras, mas sábios construtores de um saber inigualável.

Trabalhadores do campo, de pequenas aldeias portuguesas, que descortinavam o mundo diferenciado do trabalho atravessando o mar e sofrendo na terceira classe de navios fétidos, com mulheres, crianças e pouca comida, mas muita esperança. Viveram e viram alguns a transformação da Vila Madalena. Eternizaram um passado no presente e deixaram rastros para o futuro que ainda não chegou, e que parece que se perdeu numa volta dessa longa e penosa caminhada.

Foram chegando, então, e fixando-se na região. Esses sujeitos e seus filhos tornaram-se servidores da limpeza pública, motorneiros, cobradores de bondes, pedreiros, padeiros, jardineiros, saqueiros, açougueiros, sapateiros, donos de “vendas”, estudantes ou construtores de túmulos nos cemitérios São Paulo e Araçá, próximos à Vila. Edificaram suas casas quase todas iguais: baixas, em terrenos compridos, aproveitados para jardins e hortas, criação de patos, galinhas etc. Eram em geral duas casas: uma na frente, a da família, e a outra atrás, ou para alugar, ou para o filho mais velho, se já fosse casado, até que este ganhasse o suficiente para construir a sua própria moradia. Nessas moradias não podiam faltar na porta de entrada, em azulejo ou em um nicho, os representantes da religiosidade: o Coração de Jesus ou Santo Antônio. As casas eram separadas por muros baixos, para que a solidariedade se processasse e trocas fossem feitas com amor, paz e respeito. Naqueles tempos, vizinhos

eram vizinhos que trocavam idéias e se ajudavam mutuamente, e que ninguém se intrometesse nesse “parentesco” e no saudável viver deles.

Os portugueses aí eram corajosos, valentes, trabalhadores, um povo alegre, feliz e solidário. Golpes do destino, tristezas e embaraços eram resolvidos rapidamente e com emoção, e havia a saudade dos parentes e amigos distantes que eram sempre lembrados, e eram objeto de conversas familiares, lágrimas e cartas amorosas.

Em 1910, a Light, empresa de energia elétrica, e a Cia. City, uma das principais urbanizadoras de São Paulo, anunciaram a construção de uma linha e de uma estação de bondes na região da Vila Madalena, e a criação de bairros nobres nas adjacências. Os terrenos e as propriedades da vila valorizaram-se. Nessa época as ruas eram de terra, sem iluminação e com acesso precário, com suas ladeiras íngremes e pequenos córregos. Foi somente na década de 1950 que essas ruas de terra começaram a ceder lugar ao asfalto. O bonde chegou, pois até então só ia até a esquina das atuais ruas Fradique Coutinho e Teodoro Sampaio, em frente ao laboratório Instituto Pinheiros, que ocupava um quarteirão. Os moradores que dependiam de condução subiam a pé, por um imenso declive, até os altos da vila. Todo esse progresso foi conquistado graças ao esforço dos seus agentes portugueses e da boa vontade política do então pároco padre Olavo Pezzotti, da Igreja de Vila Madalena, cuja padroeira é Santa Madalena. Essa igreja, de arquitetura diferenciada, foi projetada pelo arquiteto Joaquim Guedes, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP).

A alegria tão peculiar a essa gente era extravasada nas memoráveis quermesses, as festas religiosas em louvor dos padroeiros oficiais, Santa Maria Madalena e São Miguel Arcanjo.<sup>9</sup>

A boa índole desses audazes lusitanos da Vila Madalena também se demonstrava em festas cívicas bastante concorridas, como a do 7 de Setembro e a do Trabalhador, no 1º de Maio, as quais movimentavam as famílias do bairro. Eram organizadas corridas, partidas de futebol disputadíssimas entre os ti-

---

9 Cf. PEZZOTTI, António Ivo. *Vila Madalena e suas figuras notáveis*. São Paulo: Ed. Eletrônica W. Roth, [s.d.]; SQUEFF, Ênio. *Vila Madalena*. São Paulo: Boitempo, 2002; FLORA, Anna. *A república dos argonautas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

mes rivais do E. C. União Operária, mais tarde 1º de Maio, e o E. C. Leão do Morro, de Vila Beatriz.

O interesse desses agentes, todos de origem portuguesa, estava centrado na organização da família, da religião, do trabalho e da irmandade solidária. Com o loteamento do antigo Sítio do Rio Verde, e em função de todas essas transformações movidas pelos seus moradores, a Vila Madalena cresceu, e ainda hoje encontramos vestígios da passagem desses valorosos imigrantes por essa região, através de seus costumes preservados, sua arquitetura, e de seus descendentes, fontes para nossa pesquisa.

Nas décadas de 1960 e 1970 o bairro abrigou a população de estudantes, funcionários e professores da então recém-inaugurada Cidade Universitária da USP. O Estado criou uma escola pública, e inúmeras outras, particulares, apareceram. Pela localização privilegiada e também pelo baixo valor dos aluguéis à época, vários artistas, intelectuais e boêmios também para aí migraram. Em seqüência, a Vila foi tornando-se eclética, de uma população variada, tanto do ponto de vista étnico quanto cultural. Incrementou-se o comércio e as suas ruas foram asfaltadas e iluminadas, tornando-se atraentes. Aqueles imigrantes portugueses havia muito fixados ali foram assistindo tristemente ao desenvolvimento e à transformação progressiva da vila pacata que os acolhera. O barulho dos bondes e posteriormente dos ônibus da CMTC, as feiras livres, os locais de bailes, os postos de saúde e de combustíveis alteraram a visão dessa vila, que foi se alargando e perdendo a aparência de calma interiorana, a mesma dos lugarejos portugueses.

Nos anos 80 começaram a surgir os bares e uma série de negócios sofisticados, como galerias de arte, ateliês e lojas de grife, que têm sua divulgação hoje em roteiros turísticos da Grande São Paulo, chamando para a região personagens de outras paragens. A figura da antiga costureirinha, do alfaiate, da bordadeira, da doceira, e tantos outros símbolos de um passado artesanal, hoje não mais são encontrados.

Em fins do século 20, bares e danceterias tornavam adolescente o perfil dessa vila, com “botecos” e cerveja servida em copos de plástico. Aos poucos, surgiram pizzarias mais “descoladas”, restaurantes, lojas de *design*, livrarias, imensos postos de gasolina, locadoras de vídeo, casas de chocolate, cafés e *megastores*, mudando assim novamente a atmosfera do bairro. Essa mudança fez que a Vila ficasse mais atraente, elevando o valor do metro quadrado residen-

cial em 40% nos últimos dez anos. Também gerou uma telenovela, intitulada *Vila Madalena*, produzida pela Rede Globo, uma das maiores emissoras da TV pública brasileira, e retransmitida em vários países, entre os quais Portugal.

Hoje, a Vila Madalena se impõe como um dos bairros mais conhecidos desta imensa megalópole, que cresceu desordenadamente. A Vila é o grande ponto de encontro da boemia paulistana. No período da noite, ela se ilumina, o tom é o da alegria, da descontração, das reuniões, das variadas comidas típicas, dos bares, de lançamentos de livros, de palestras e de exposições artísticas as mais variadas, que dão o toque sofisticado da São Paulo noturna.

A escola de samba Pérola Negra, situada na Vila desde quando esta era um bairro de operários e ainda não tinha a agitação dos dias atuais, teve como enredo no Carnaval de 2004 o tema “Oh! Madalena de suas Tribos, Pérola Negra Faz o seu Canto”. Uma recuperação da história iniciada pelos imigrantes portugueses por ocasião da construção do bairro, até a moderna Vila Madalena. Os mais de 1.500 componentes e os quatro carros alegóricos expuseram momentos importantes dessa memória coletiva, com a chegada dos imigrantes, dos *hippies* e da Feira de Artes, além da boemia, que sempre marcou o local como reduto de artistas da Paulicéia Desvairada.<sup>10</sup> A história do bairro se mistura ao dia-a-dia da escola de samba, que na ocasião não ganhou o prêmio, mas deixou na avenida, no sapateado de seus sambistas e suas baianas, e de todos os figurantes a marca indelével da construção e da contribuição inicial desses imigrantes portugueses.

No passado havia as festas religiosas e do Dia do Trabalho, havia as partidas de futebol, e hoje a Vila ainda mantém a tradição de festividades, entre elas a Feira da Vila, que acontece anualmente no mês de agosto, há mais de três décadas. É uma verdadeira festa de rua, com comidas típicas, artesanato, saraus, *shows* musicais e circenses. Um evento que atrai milhares de visitantes e enche de orgulho os moradores, que não trocam esse bairro boêmio por nenhum outro lugar.

Na pesquisa de campo, buscamos levantar por meio da técnica da história oral<sup>11</sup> alguns depoimentos significativos, assim como reunir depoimen-

10 Expressão utilizada por Mário de Andrade ao se referir à cidade de São Paulo, em 1927.

11 FROTA, Luciana Silveira de Aragão. *Documentação oral e temática da seca* (Estudos). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985; GALLIAN, Dante M. Claramont.

tos já realizados, no acervo do Museu da Pessoa e em documentos oficiais, para uma reflexão substanciosa. Pretendemos trabalhar no cruzamento das entrevistas realizadas ou a serem realizadas com as famílias descendentes de imigrantes portugueses: João Dias, José Braz, António Jarra, José Gomes, Décio Justo e Antonio da Rocha Guimbra, naturais das aldeias portuguesas de Vilar Formoso, São Pedro, Guarda, Vila Nova de Gaia, Porto e Espinho.

A Vila ainda tem alguns de seus descendentes morando aí, na acolhedora atmosfera de seus heróicos ancestrais, pois alguns retornaram a Portugal, definitivamente. Alguns retornaram apenas em visita, e outros nunca mais atravessaram o Atlântico, mas todos adotaram o Brasil como segunda pátria, pois aqui venceram, conseguiram “fazer a América”, deram aos seus filhos e netos educação de nível superior, projeção intelectual, política, econômica e social. Os portugueses que analisamos pertencem ao grupo dos vencedores.

---

*Pedaços da guerra: experiências com história oral de vida de Tobarrenhos.* Dissertação (Mestrado) – USP, 1992; NEVINS, Allan. The uses of oral history. In: DUNAWAY, David K.; BAUN, Willa K. (Ed.) *Oral history: an interdisciplinary anthology*. Nashville: American Association for State and Local History, 1984.

# PORTUGUESES EM SANTOS (SP) – 1890-1930: CULTURA ARQUITETÔNICA E ESTRATÉGIAS ESPACIAIS<sup>1</sup>

*Jaelson Bitran Trindade*

IPHAN

A casa do imigrante português no Brasil é objeto de um estudo proposto juntamente com o arquiteto Victor José Baptista Campos, do corpo técnico do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), no sentido de investigar, além dos componentes históricos, o programa, o sistema construtivo e o repertório formal que definem esse tipo de arquitetura ou “cultura arquitetônica” desenvolvida no Brasil, comparando-a com a arquitetura popular portuguesa, sobretudo a do Centro Litoral e Madeira.

A corrente imigratória portuguesa para o Brasil na época moderna é a única que se ombréia com a grande corrente de origem italiana, que teve o território paulista como foco principal. Fluiu com mais ímpeto a partir da década de 1890 e converge principalmente para o meio urbano. É aí que os portugueses desenvolvem atividades diversas, geralmente na condição de trabalhadores braçais.

O espaço privilegiado da investigação é a cidade de Santos (SP), que se afirma nesse período como o grande centro portuário do estado e do Brasil e, na década de 1920, o mais importante da América do Sul.

---

<sup>1</sup> Este texto é a versão revista, ampliada e atualizada daquele, ainda inédito, que foi apresentado com o título “Cultura arquitetônica e estratégias espaciais: a ‘cidade’

A “casa do imigrante” em Santos é – bem entendido – o espaço onde se aloja o indivíduo e a família imigrante no Brasil da “Era Moderna”; ou seja, a forma de habitar que caracteriza mais amplamente a situação de imigrante, e cujas soluções arquitetônicas cruzam experiências, necessidades e aspirações vivenciadas na origem com as do contexto do país de destino.

De fato, houve casos em que as edificações feitas para alojar os imigrantes de nacionalidade portuguesa no Brasil tomaram feições características que permitiram uma fácil leitura da identidade cultural. O caso exemplar é o da cidade de Santos: a habitação do imigrante português produzida na primeira metade do século 20 constituiu-se num enorme acervo arquitetônico, de viés popular, configurando uma fase e uma das faces da cidade.

Não se trata aqui dos chamados “bens notáveis”, na acepção corrente da preservação de bens culturais; o “patrimônio cultural” em questão diz respeito a edificações de madeira, a maioria delas, modestas, vulgarmente conhecidas como chalés.

A alta e incessante demanda de alojamento não foi suprida suficientemente e de pronto pela ação urbanizadora do poder público – proporcionando habitabilidade aos terrenos, transportes etc. – conjugada à dos capitais privados (loteamentos, construção). Desse modo, as soluções de alojamento nasceram geralmente da iniciativa dos próprios imigrantes, conforme nos mostra a documentação administrativa e a escrita da imprensa diária da época. Encontraram soluções rápidas, simples e baratas (madeira) para alojar-se em terrenos periféricos ao velho centro urbano – nos morros lindeiros ao centro e nas várzeas alagadiças situadas entre o centro, no estuário, e a baía.

Habitações de imigrantes portugueses similares àquelas que povoaram a cidade de Santos apareceram também na periferia da cidade do Rio de Janeiro, a partir das primeiras décadas do século 20, mas somente na escala de bairro, configurando o pequeno núcleo de pescadores da Quinta do Caju, fato já abordado – um pequeno esboço – pela geógrafa portuguesa Raquel Soeiro

---

imigratória, Santos – SP, 1890-1930”, no IV Congresso Latino-Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística – Diálogo entre Culturas. Promoção: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná/ Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/ Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 27 nov./1º dez. 1994.

de Brito<sup>2</sup> e pela arquiteta brasileira Cristina Sá,<sup>3</sup> quando as suas características ainda se mantinham bastante visíveis.<sup>4</sup>

Da casa do imigrante português se ocupa, ainda que sumária e parcialmente, o *Caderno do Patrimônio Cultural n.º 3 – Morros*, editado em 1980 pela Prefeitura Municipal de Santos, alertando sobre a necessidade de caracterizar sua importância e da sua preservação – não há, porém, até hoje, nenhuma ação pública nesse sentido.

Pelo contrário, as marcas arquitetônicas deixadas por outras correntes imigratórias estabelecidas no Brasil desde a terceira década do século 19 – os povos-de-língua alemã foram os primeiros – é que têm merecido a atenção tanto de pesquisadores como das instituições de preservação de bens culturais.

A produção arquitetônica do imigrante de origem germânica, polonesa e italiana, urbana ou rural, especialmente a do Sul do país, diferenciada da arquitetura vernacular brasileira, é assunto focalizado em artigos e livros e foi tema, há poucos anos, de um Encontro realizado no estado de Santa Catarina, com o patrocínio da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional pró-Memória (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).<sup>5</sup> Mais recentemente, têm sido abordados os testemu-

2 BRITO, Raquel Soeiro de. *Agricultores e pescadores na cidade do Rio de Janeiro (estudo comparativo)*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1960. (Coleção Estudos, Ensaio e Documentos, 71).

3 SÁ, Cristina. O conjunto arquitetônico da Quinta do Caju. In: *Módulo*, Rio de Janeiro, 1985. p. 57-63.

4 Uma breve bibliografia: ABREU, Maurício de Almeida. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro, 1870-1930. *Espaço & Debates*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 1 (21), p. 12-38, 1987; MOUTINHO, Mário A. *Arquitetura popular portuguesa*. Lisboa: Imprensa Universitária 7 Estampa, 1979; PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém – estudo de geografia urbana*. 2 v. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Formação do capital imobiliário e a produção do espaço construído no Rio de Janeiro – 1870/1930. *Espaço & Debates*, Rio de Janeiro, v. V, n. 15, Rio de Janeiro, p. 5-32, 1985; TRINDADE, Jaelson Bitran. *Formação histórica e evolução urbana de Santos*. Projeto “Museu da Baixada Santista”, Condephaat, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1977. (datilogr.); TRINDADE, Jaelson Bitran. *Novo Mundo, Nova Era: raízes portuguesas do Porto de Santos*. São Paulo, 1985. (datilogr.).

5 “Ação Cultural Integrada: Preservação na Área de Imigração”, 6-8 out. 1985, Pomerode/Timbó, Santa Catarina. Documento produzido pela Fundação Nacional pró-Memória, integrada ao Iphan.

nhos edificadas dos imigrantes japoneses nos Estados de S. Paulo e Paraná. Até agora, porém, o interesse pela “casa do imigrante” passa ao largo desse importante grupo étnico – o português.

O crescimento urbano e populacional experimentado pelas principais cidades brasileiras de meados do século passado em diante continuou recebendo a influência da arquitetura portuguesa.<sup>6</sup> As empreitadas da construção civil, em pedra ou alvenaria, estavam geralmente nas mãos de mestres-de-obras – carpinteiros e pedreiros – imigrados de Portugal, que a historiografia da arte e da arquitetura continua chamando de “anônimos”. E uma boa parte da clientela dessas construções estava formada por um segmento dos imigrantes portugueses, com amplo domínio do meio comercial – atacado e varejo – e da propriedade urbana. A história da arquitetura no Brasil da segunda metade do século 19, porém, apenas começa a ser estudada.

Essas casas de alvenaria – de pedra e, cada vez mais, de tijolo – serviam imediatamente tanto às elites locais como à gente do pequeno e médio comércio e das profissões liberais – imigrantes ou não. Certamente não serviam à população imigrada de origem portuguesa na condição de operária.

O cortiço (ou “casa de cômodos”) é, inicialmente, o tipo de moradia que expressa as condições de alojamento do imigrante que chega cada vez mais aos centros portuários das áreas mais dinâmicas da economia brasileira da época – zonas do café e da borracha. Que é o cortiço? Que construção é essa? É um casario antigo dos tempos coloniais ou um renque de construções “sem

---

6 Para a questão das influências, da transmigração de formas arquitetônicas e ornamentais, de Portugal para o Brasil e vice-versa, ver MONTEIRO, Miguel. *Fafe dos “Brasileiros” (1860-1930): perspectiva histórica e patrimonial* (Fafe, 1991). Reforçando o papel de “poderoso factor de difusão de cultura” representado pelo “brasileiro”, apóia-se (p. 169-71) nas hipóteses de Fernando Galhano e Ernesto Veiga de Oliveira, *Casas esguias do Porto e sobrados do Recife* (Recife, 1986) e de Jaime Salazar Braga, *A casa do “brasileiro” e a paisagem rural do século XIX* (Lisboa, 1986), que dão a casa do “brasileiro” enricado e “cosmopolita” feitas na segunda metade do século 19 português como formas elaboradas no Brasil, aparecidas simultaneamente em Portugal, por via do emigrante de retorno. Os exemplos de casarões de “brasileiros” em Fafe são variados, o estudo porém é ainda muito incipiente e pouco documentado. Alguns casos, poucos, são óbvios, como o prédio do Hospital da Misericórdia de Fafe, com a primeira pedra lançada em 1859, por iniciativa de “brasileiros” fafenses, do Rio de Janeiro, um ano após a inauguração do Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, do qual o prédio de Fafe é cópia.

estilo”, de tijolo ou madeira, nos quintais de alguma casa de morada ou de algum prédio misto de residência e comércio. Os cortiços, mas também os barcos (construções miseráveis feitas com restos de material – madeira, lata, zinco), como forma mais precária de moradia, subsistem ao longo do tempo. Evidentemente, outras soluções começam a aparecer: as vilas operárias, os conjuntos de casas “proletárias”, as “avenidas” de minúsculas casas geminadas de alvenaria de tijolo. Tudo isso é indicativo da condição social, mas não da cultura do imigrante português.

No caso dos cortiços há indícios de que um dado modelo foi transplantado de Portugal para o Brasil. Uma ilustração feita por Angelo D’Agostini, em 1883, mostra um “correr de casinhas” no Rio de Janeiro similar a uma “ilha portuense”.<sup>7</sup> Tanto no caso brasileiro como no português, senhorios habilitados empreitam essas moradias.

As “ilhas” da cidade do Porto – que por sua vez remetem aos “pátios” de Lisboa – são descritas por Leite de Vasconcellos num dos volumes da sua *Etnografia portuguesa*:<sup>8</sup> “agrupamentos iguais, ou muito semelhantes, entre si, de moradias, em regra, miserandas, que infelizmente enxameiam, por assim dizer, a ocultas as duas principais cidades de Portugal”. Um correr de casas, térreas ou de dois andares, geralmente dos dois lados de um terreno, cada casa composta de uma sala e uma alcova; um fogareiro ao pé da cama fazendo de cozinha, nada que dê saída ao fumo. Nas de sobrado, a parte de baixo não se comunica com a de cima, “pois à entrada da ilha – diz o etnólogo – se dis-

7 *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, n. 364, 16 dez. 1883; AZEVEDO, Aluisio. *Mattos, malta ou matta?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

8 VASCONCELLOS, Joaquim Leite de. *Etnografia portuguesa*, v. II, p. 320-33, Lisboa, 1936. Ver também TEIXEIRA, Manuel Correia. A habitação popular no século XIX. Características morfológicas, a transmissão de modelos: as Ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro. *Revista Análise Social*, v. 127, p. 555-79, 1994; e *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996. E a dissertação apresentada à faculdade de Letras do Porto, em 2001, por MATOS, Fátima Loureiro de. *A habitação no grande Porto: uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do século 19 até ao final do milénio*. Em relação aos pátios de Lisboa, o artigo de Pereira, Nuno Teotónio. A promoção privada do alojamento operário. *Análise social*, Lisboa, n. 127, 1995. (Colóquio do ICS “Habitação na Cidade Industrial, 1870/1950”, 1992).

põe uma escada exterior que se liga a uma varanda corrida, para a qual se abrem todas as casas do andar. Em cada ilha existe quase sempre um poço comum, e uma sentina imunda. Chegam a acumular-se vinte casas numa ilha”.

Similar ao “correr de casinhas” carioca (com cara de “ilha” portuense) representado por D’Agostini é o enorme cortiço, com 95 casinhas térreas de porta e janela, pomposamente denominado *Estalagem de S. Romão*, palco central do romance *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, com pequeninas hortas e jardins. Reconstruído depois de arder, ganha aspecto similar ao da “ilha”: edificações de dois andares; o segundo “fechado em cima do primeiro por uma extensa e estreita varanda de grades de madeira, para a qual se subia por duas escadas, uma em cada extremidade”. O pátio formado por elas estreitou-se, parecendo rua; desapareceram as hortas e jardins. O número de cômodo elevou-se a 400! E “tudo caiadinho e pintado de fresco; paredes brancas, portas verdes e goteiras encarnadas”.<sup>9</sup> A estalagem ganhou o estatuto de “avenida”, Avenida São Romão... Pelo que se sabe, nenhuma construção desse tipo e dessa época subsiste até hoje.

Santos, Belém do Pará e Rio de Janeiro representam, em ordem crescente, os três focos de maior concentração de imigrantes portugueses,<sup>10</sup> nessa fase que vai do final do século 19 até a década de 1910. Há similitudes entre as três quanto à utilização das formas mais precárias de alojamento da massa imigrante – barracos e cortiços – e entre o Rio e Belém no processo de alojamento de tipo “popular”. Mas em Santos a solução mais corrente para alojamento da população imigrante-trabalhadora assumiu forma peculiar: a casa de madeira ao modo de “chalé”.

A inserção da larga corrente imigratória portuguesa na estrutura urbana do antigo núcleo portuário de Santos é um fenômeno concomitante ao crescimento da cidade decorrente da abrupta expansão do movimento mercantil depois de 1890, baseado na exportação de café. Em Santos, o imigrante é basicamente lusitano, ampliando a força de trabalho local e os operadores

---

9 AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ática, 1975. p. 21, 140, 142, 153.

10 O Rio de 1920, capital federal, atingia quase 1,2 milhão de habitantes, quase dois terços deles portugueses! No caso da ocupação dos morros pelos portugueses, os de Santos não registraram o grau de pobreza e insalubridade alcançado nas duas primeiras décadas deste século pelos morros cariocas, onde se instalavam também numerosos imigrantes lusos, por exemplo, os de Santo Antônio e Favela.

comerciais do varejo. Numericamente inferiores são os contingentes de origem espanhola e italiana.

O abupto *boom* cafeeiro da década de 1880 desencadeia um inaudito fluxo de negócios, de embarcações e de gente na pequena cidade estendida na face nordeste da ilha de São Vicente, à beira do estuário ou rio de Santos, na face oposta à da baía do mesmo nome. Não havia estrutura para suportar imediatamente essas mudanças que já vinham se configurando a partir de 1867, com a inauguração da ferrovia ligando o porto ao planalto agrícola. Surtos epidêmicos de varíola e, depois, de cólera, espalhavam o pavor e a morte entre a população, fixa e flutuante.

A população, sempre em aumento provocado pela contínua chegada, mediante imigração, da força de trabalho necessária às obras e aos serviços portuários, às obras de saneamento e de urbanização, à intensa vida comercial da cidade, tem que se instalar, se alojar de qualquer modo. Como? Onde?

Num primeiro momento, o perímetro tradicional se degrada em alguns pontos ao redor da zona central, quando antigas habitações em estado precário – os chamados “aleijões” coloniais – tornam-se habitações coletivas ou, em vários quintais, começam a ser construídos barraços ou “correr de casinhas” de madeira: tem arranque o processo de encortiçamento,<sup>11</sup> não sem enfrentamentos. A ação policial do Estado – Prefeitura e Comissão de Saneamento do governo estadual – ainda que com dissonâncias, não se faz esperar e progressivamente vai eliminando os grandes quistos de encortiçamento representados pelo bairro do Valongo, junto ao centro e ao porto, focos de proliferação da febre maligna – a amarela – que ameaça a cidade até o fim do século. Os cortiços recuam e se infiltram entre a Vila Matias e o Jabaquara, a primeira, bairro limítrofe ao centro, e o segundo, ao lado daquele, enfiado por detrás dos morros que comprimem a cidade antiga – Monte Serrate e Morro do Fontana.

Duas gigantescas obras são levadas a cabo entre 1896 e 1912, pelo lado da iniciativa privada – a Cia. Docas de Santos, sinistramente apelidada de “o polvo” – e pelo Estado, a construção dos grandes canais de drenagem, liberando uma imensidão de terrenos para ocupação. No decorrer desse período a

11 Em 1890, do total de três mil prédios existentes na cidade de São Paulo, 771 eram cortiços, mais da metade em mau estado. Ver: RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...*: Inventário da Saúde Pública, São Paulo, 1880-1930. São Paulo, 1993. p. 52.

crise predial se instala agudamente em Santos. É depois de 1906 que se assiste de fato o que a imprensa chama de “saturação” intensa da habitação, um formigueiro de “cortiços” pela cidade, através da reocupação de antigos imóveis residenciais unifamiliares, a alternativa que se apresenta, alternativa de massa.

À medida que os cortiços da zona central vão sendo eliminados pela Comissão de Saneamento, o “infeliz proletário”, o “desprotegido da sorte”, como diz a crônica do tempo, vive a alugar casas e casarões de alvenaria na zona urbana lindeira ao centro antigo, em duas, três e quatro famílias, criando as habitações coletivas, alocadas a preços escorchantes. Era esse o único jeito de limitar a um terço do ganho mensal a despesa com moradia. São “cortiços” disfarçados.

Outra alternativa à ordem espacial vigente foi o “abarracamento” das famílias, de maneira desordenada, ocupando vazios. Expulsos do centro, sem acesso aos tipos de alojamento disponíveis, ou por recusar-se a morar amontoados, restava como alternativa a grande parte dos imigrantes, dos trabalhadores em geral – incluídos aí os egressos da escravidão, os filhos de escravos –, a ocupação precária, clandestina, das amplas várzeas da ilha, sujeitas a alagamentos. Assim se dá a construção dos espaços periféricos ou suburbanos, com a proliferação de “casinholas de madeira” ou barracos ocupando amplas várzeas e encostas de morros. São os habitantes dos barracos da “desordem”.

No Campo Grande de Santos, zona alagadiça e periférica, local de temíveis sambadores – “Eh! Negra, vamo sambá! / Vamo embora, saparia, de forgado gosto eu. / Cá dê o pandero?” –, se espalhavam numerosos casebres, “sórdidas baiúcas construídas *a la diable*, de tábuas velhas cobertas de velhas folhas de flandres ou de sapé”.<sup>12</sup> O Macuco – terrenos junto ao estuário, adiante dos Outeirinhos – era outra zona de “abarracamento”.

Solução menos precária que as “casinholas de madeira” – as “baiúcas” – e mais visível do que elas, eram as casas de madeira edificadas dentro do perímetro urbano com as características de chalé, levantadas na calada da noite – *silentia lunae* –, à sorrelfa, na zona mais afastada do centro da cidade. Clandestinas, porque existia lei municipal proibindo, formalmente, no perímetro urbano, a construção de casas de madeira em que o proletariado – para usar a terminologia em voga na imprensa da época – procurava guarida, ao ser pro-

---

12 *A Tribuna*, Santos (SP), 6 dez. 1910 e 28 abr. 1912.

gressivamente expulso a ferro e fogo dos cortiços. Essa gente sujeitava-se a pagar pequenos subornos ou pesadas multas, ou até assistia ao desmanche da sua humilde construção. O chalé clandestino também era construído para ser alugado a terceiros.

Os chalés desse tempo, ainda na sua expressão mais simples, traziam na cor, na varandinha de entrada e na ramada que a antecedia a tradição construtiva lusa. A um desses, palco de um “caso de polícia”, refere-se um artigo da imprensa local em 1909, em texto e foto: o chalé de madeira pintado de vermelho e verde, para duas famílias imigrantes (a de Domingos Laranjeiras e a de Manuel de Castro Gouveia), é apresentado como “pardieiro imundo” metido “no meio do brejo”, bem próximo da avenida Ana Costa (eu ainda conheci alguns velhos chalés nessa área), que se tornaria em breve um corredor de palacetes ligando o centro à praia de mar.

Enquanto o poder público e as elites procuravam ordenar, disciplinar, *more geometrico*, o espaço, agentes especuladores empregavam seus capitais na compra dos terrenos de antigos sítios (estabelecimentos rurais de pequena lavoura), na várzea, que são postos em compasso de espera para receber os “futuros bairros” previstos. E, passo a passo, vão retalhando o espaço urbano, processo que cerca, limita, condiciona o acesso ao solo, à moradia, das classes proletárias.

As discussões sucedem-se no espaço político local e na imprensa – filtro posicionado entre a ordem e a desordem da organização social, do processo social que se projeta espacialmente: crise habitacional, carestia de aluguéis, planos de habitações operárias, habitações proletárias, habitações econômicas.

Os bairros novos – Paquetá, Vila Nova, Vila Matias – das elites e das camadas médias – se protegem, sob as asas da lei municipal, contra a invasão das casas de madeira. Enquanto isso, nos morros junto à cidade começa a nascer o “bairro alto”. Ele é ocupado primordialmente para atividades agrícolas e pecuárias em pequena escala, desenvolvidas por uma população de imigrantes, portugueses na sua maioria. Entretanto, nos primeiros anos do século 20, um ou outro indivíduo aplica o seu “pé-de-meia” na construção de “abrigos” de madeira para alugar a trabalhadores.

À medida que a cidade cresce, com loteamentos para as camadas médias, e enquanto se discutem diretrizes e planos de urbanização, já iniciada a segunda década do 900, há também um empenho político visando à regulamentação das construções de madeira nos bairros novos ou em expansão, Ma-

rapé, Campo Grande, Vila Belmiro, Vila Macuco. Em 1911 é promulgada e entra em vigor uma lei que regula a construção desses chalés para “facilitar a solução do problema difícil da habitação”. É um momento crítico: imigrantes recém-chegados ou prestes a retornar pernoitam nas ruas e largos da cidade.

A construção da cidade de Santos da “Era Moderna” se faz acompanhar de um discurso urbanizador, que se pretende racional em meio às diferentes linhas de pressão. Não só o Estado se pretende portador e condutor do “progresso”, também a iniciativa privada pretende dispor das técnicas e dos princípios capazes de criar uma cidade racional, uma arquitetura racional. Ela se apresenta como a liberdade, o agente modernizador a ser liberado e promovido: “liberdade para o trabalho e a ordem e a justiça para garantia do produto de nosso esforço”, diz o porta-voz de uma das primeiras empresas de construção em grande escala formadas no país – a Cia. Construtora de Santos.

Como alternativa ao barraco da “desordem”, nasce o chalé da “ordem” urbana – modestas construções de madeira, baratas, unifamiliares com ou sem pensionistas, ou multifamiliares. Inicialmente, a maioria delas resultou de empreendimentos visando à sua locação, com aluguéis nem sempre acessíveis aos trabalhadores. Os construtores se aproveitavam das vantagens, das isenções dadas pela Prefeitura, edificando moradias que atendiam aos assalariados, artesãos independentes e pequenos comerciantes, gente de situação financeira mediana, pelos aluguéis tentadores.

Assim, com legislação municipal pertinente e apesar dela, continuaram a ser feitas as construções clandestinas ou aquelas que em área permitida não atendiam às prescrições legais – os “abrigos de madeira”. Dos anos da Primeira Guerra Mundial em diante, proliferaram conjuntos de pequenos chalés (três, quatro ou cinco unidades de um mesmo proprietário); chalés subdivididos para duas famílias, chalés subdivididos para três e quatro famílias; chalés em que seus construtores passaram a morar, construindo dependências anexas para sublocar. A tipologia foi variada, tanto nos morros como na várzea. Nas novas “áreas proletárias”, nas várzeas, eles foram considerados construções “provisórias”, passíveis de serem demolidas sem indenização, quando fosse decidido pelo poder público algum alargamento ou abertura de rua. Dado o constante encharcamento do solo, os chalés eram geralmente construídos sobre pilotis de pedra ou tijolo.

As iniciativas de construção de “casas operárias”, “quarteirões operários” ou “habitações econômicas” de alvenaria, através de companhias e associações mutualistas e companhias construtoras, desde a primeira década do século 20, nunca apresentaram resultados significativos; nem mesmo os programas de “casas populares” construídas no bairro do Macuco na década de 1940, em alvenaria. Desse modo, a alternativa principal aos barracos e aos cortiços de madeira, ou de madeira e chapas de latas de querosene, continuou sendo o chalé.

Os bairros predominantemente de trabalhadores se consolidaram de 1914 a 1930 entre as zonas nobres – o Centro Velho e Novo e as praias: Macuco, Vila Hayden/Embaré, Vila Belmiro, Marapé, Campo Grande, setores proletários da cidade, “cidades de madeira”, cobrindo extensas áreas.

O bairro do Macuco englobava a Vila Hayden, limítrofe ao Embaré: “A Vila Macuco, por fim, é um bairro populoso e pobre, longe do centro, limitando-se com o mar, a leste, e alcançando quase o sul; possui vastas extensões cobertas de “chalets” (pequenas habitações de madeiras) e apresenta absoluto predomínio, na sua população, de operários das Docas, na maioria portugueses”, observa em 1945 Paula Beiguelman, uma jovem santista recém-matriculada no curso de Sociologia e Política da capital paulista.<sup>13</sup>

O Recenseamento de 1940 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) registrou nas zonas urbana e suburbana do município a existência de 20.639 construções exclusivamente domiciliares, sendo 12.879 de alvenaria e 8.443 de madeira. Na zona suburbana há predominância das casas de madeira: são 4.337 contra 1.317 de alvenaria.<sup>14</sup> A população de localização urbana e suburbana é de quase 160 mil habitantes, cerca de 95% do total. A maioria desses domicílios é moradia unifamiliar, porém, bem mais da metade é de aluguel.

Para um segmento da população imigrante lusa, em alguns anos de trabalho, uma poupança familiar permitiu a aquisição de pequenas faixas de terrenos e a construção do próprio chalé, de construção mais cuidadosa, muitos

13 BEIGUELMAN, Paula. Morros santistas. *Sociologia*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 30-7, 1945. (p. 31). Esse é um depoimento dos anos 40, que a memória da minha infância e adolescência vivida em Santos, nos anos de 1950 e 60, confirma.

14 *Sinopse Estatística do Município de Santos*, Estado de São Paulo. Aspectos Históricos e Geográficos. Alguns Resultados Estatísticos. Principais Resultados Censitários – 01 set. 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

destes já absorvendo elementos ornamentais das casas de alvenaria que se faziam na cidade: trabalhadores que ocupavam chefias, trabalhadores aposentados, pequenos comerciantes (quitandas, bares, empórios, açougues etc.), artesãos, e aqueles que, aliando serviços temporários ao trato das hortaliças em quintais alugados, se tornaram feirantes e verdureiros. Nos anos 40 isso pode ser verificado, por exemplo, no bairro do Campo Grande que, apresentando um “aspecto mais ou menos remediado, com grande imigração espanhola e portuguesa, dá a impressão, através da segunda geração, de concentrar as iniciativas da ação urbana, elementos dos escritórios, do comércio, do rádio, da direção de clubes esportivos, não só futebolísticos”.<sup>15</sup> Também se expandiam nessa zona as construções em alvenaria.

Manuel Milagre, personagem do romance *Navios iluminados* (São Paulo, 1946), de Ranulpho Prata, vive em Santos. Português, ele trabalha na estiva, na carga e descarga portuária. Em 23 anos de trabalho na Cia. Docas, foi de guincheiro a motorneiro de primeira classe. “A poder de grandes economias e com o auxílio das duas mulheres – a filha e a segunda mulher – Milagre conseguiu comprar o chalé de madeira onde morava”, no bairro do Macuco. O padrinho de casamento emprestou o dinheiro para a compra que a família Milagre durante 14 anos pagou em prestações mensais e em lavagens de roupa. Um cômodo do chalé era alugado como pensão para dois, também trabalhadores nas docas. Severino, pensionista, é o personagem central. É nordestino, faz parte das levas de brasileiros que nos anos 40 migram para Santos em busca de trabalho, suprimindo a crescente demanda nas atividades braçais. Envolve-se com Florinda, a filha de Manuel Milagre, e muda de casa. Outro chalé.

O chalé onde Severino e Florinda foram morar, à Rua Rodrigo Silva, estava pintado de novo com a cor da esperança. Pertencia a um casal de portugueses. “Seu” Domingos era ensacador, ganhava bem, tinha dinheiro a juros. Só à padaria Brasil, da esquina, emprestara seis contos ... Na casa, além do cômodo ocupado por Severino, o casal alugara o porão a uma pequena família de pretos ... Num quartinho dos fundos, dando para o quintal, habitava um velho hóspede, o Pato-Tonto.<sup>16</sup>

---

15 Ainda o testemunho, melhor dizendo, o “levantamento de campo” efetuado por Paula Beiguelman, em 1944. BEIGUELMAN, Paula. Morros Santistas – I. *A Tribuna*, Santos, SP, ano 50, caderno 7, p. 6, 26 mar. 1944.

16 PRATA, Ranulpho. *Navios iluminados*. São Paulo: Clube do Livro, 1946. p. 141.

A “cidade alta” também cresceu na medida em que crescia a atividade econômica ligada à vida portuária. Uma população em grande parte ligada aos serviços de exportação e importação, junto a empresas comerciais ou à empresa gestora do cais, a Companhia Docas de Santos, foi se concentrando no Monte Serrate, nos morros do Fontana, São Bento, Pacheco e Penha até o Saboó – zona de acesso à cidade para quem vem do planalto – e no morro da Nova Cintra. Chalés, chalés e mais chalés. Morar no morro é o escape à moradia dependente no porão de uma casa qualquer do centro lindeiro ao porto, área em degradação, mantendo mesmo assim o acesso fácil ao trabalho, com aluguel mais barato que o de lá de “baixo”.

Nos morros santistas, a ocupação em “terraços” com edificações de madeira, aproveitando as curvas de nível, indica um saber-fazer de origem, com destaque para os naturais da Ilha da Madeira (grupo de origem predominante nos morros, sabe-se por tradição), que se desdobra nas obras em pedra de contenção de encostas e canais de drenagem. Mas deve haver açorianos, beirões etc.

É oportuno observar, aqui, que até agora não se investigou a procedência dos indivíduos imigrados para Santos, anotando as localidades e regiões de origem em Portugal e nas Ilhas Atlânticas. E nem mesmo – o que interessa ao âmbito deste projeto de investigação – se procurou ainda documentar aqueles imigrantes que se habilitaram no serviço da construção, exercendo ofício com continuidade.

Ao final da Segunda Guerra Mundial a população do município atinge cerca de 180 mil habitantes. Só nos morros residem em torno de 15 mil – quase 60% de origem portuguesa, conforme estimativas da época. Nos morros centrais, essa gente vive principalmente em função do porto (estiva, transportes etc.) e do comércio urbano: os homens são portuários, operários em geral, alguns choferes e carroceiros; as mulheres, muitas delas catam café nos armazéns, acompanhadas das filhas, que costuram a sacaria; também há muitas lavadeiras. Os meninos brincam e jogam “nos morros e em baixo, na cidade, em cujos estabelecimentos trabalham desde cedo”.

Nos morros da Penha, Saboó e Chico de Paula, já próximos das instalações ferroviárias, mora mais gente ali empregada. À medida que se afastam do centro, os morros mostram uma ocupação mais rarefeita, uma feição mais rural, os chalés enfiados entre os pequenos canaviais e bananais, quase sempre fabricados em terras alugadas. É o caso dos Morros de Santa Maria e da Cane-

leira onde, além das moradias dos trabalhadores do matadouro, do curtume e da maioria dos estábulos que servem à cidade de Santos, há vários sítios.

Nos sítios localizados nesses morros e no da Nova Cintra havia ainda portugueses com algum gado leiteiro (de uma a três vacas) ou engenhoca de cana, fabricando aguardente – a famosa “branquinha”! – e o caldo de cana, conhecido também por garapa, vendidos nos bares e restaurantes da “cidade baixa”.

O Morro da Nova Cintra se diferencia dos demais, assumindo, seguindo a descrição feita em 1945,<sup>17</sup> características “rururbanas”: “uma aldeia de ilhéus” (Madeira e Cabo Verde) espalhados entre bananeiras, plantações, criações e estábulos.

“Olha, a gente conhece ela” – aponta a pequena uma simpática portuguesa de virote – aliás, Nova Cintra é toda portuguesa, Descalça, lavava roupa numa tina – com água trazida de perto, porque esse líquido não corre dentro de casa... – em frente ao seu chalé, onde já mora há 30 anos.

“A gente se conhece todos aqui” – diz ela com • seu sotaque intacto – “Quasi todos vieram da terra, logo p’ra aqui, porque o aluguel dos terrenos é barato. Os homens vão trabalhar nas docas, no café, lá no trabalho deles. As crianças vão p’ra escolinha do 1º e 2º ano e depois descem p’ro Varnabé [Barnabé] p’ra tirar o diploma. E depois os moços também vão p’ro seu trabalho, não é?”

Essa portuguesa é apenas uma de todas essas campônias portuguesas que continuaram seu sistema de vida num apêndice da cidade, com a qual não se incomodam muito utilizando-a, apenas, economicamente, sem preocupar-se, em absoluto, com o aspecto urbano...<sup>18</sup>

Uma cultura arquitetônica fora estabelecida: a dos chalés. Por essa época, muita gente lembra, Santos era conhecida como “a cidade mais portuguesa do Brasil”, pela visibilidade que alcançavam ali os milhares de imigrantes e seus descendentes, através da habitação, do modo de morar – os chalés, seus jardins e hortas... O habitar, a cultura arquitetônica instaurada, constrói identidades.

Até a década de 1950 essas construções de madeira – às vezes mista com alvenaria – atenderam satisfatoriamente e com relativa qualidade, se comparadas a programas oficiais de habitação popular, a demanda de alojamento de uma parcela importante da população.<sup>19</sup>

---

17 BEIGUELMAN, Paula, 1945, citada, p. 35.

18 BEIGUELMAN, Paula, 1944, citada.

19 CAMPOS, Victor José Baptista. *Os chalés de madeira da cidade de Santos – um estudo programático e tipológico*. FEAU/USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

A partir de fins da década de 1950 há um *boom* construtivo na cidade de Santos. Numerosos terrenos onde se erguiam os chalés foram absorvidos para a construção de edifícios de três andares, mais o térreo, com barras decoradas de pastilhas cerâmicas e/ou azulejos coloridos, para onde se mudam os antigos proprietários dos chalés trocando o terreno por apartamentos. Grande parte dos empreendedores imobiliários são imigrantes portugueses que dispõem de algum capital, geralmente adquirido no comércio. Eles contratam mestres, operários qualificados e braçais nacionais para fazerem as obras. São esses prediozinhos empastilhados que atendem à demanda habitacional da camada mais ampla das classes médias. Emblemática é a série Luso (I a XIII). O Luso XIV, já da década de 1970, é um edifício de muitos andares.

Em resumo, os chalés – que tendem ao desaparecimento, processo acelerado nos últimos dez anos – são a expressão física do processo de urbanização da cidade de Santos. Esses chalés deram forma à paisagem urbana, estabelecendo uma “cultura arquitetônica” particular. Foram o produto arquitetônico característico de uma comunidade – a portuguesa – e da sua inserção na terra de destino. Transferências e adaptações deixam no produto resultante marcas da tradição construtiva das terras de origem, principalmente da região Centro Litoral e das Ilhas Atlânticas, especialmente a Madeira: construção em encostas, edificação em madeira, incluindo o agenciamento do espaço e do jardim e horta tradicional.

A singularidade do alojamento do imigrante português no meio urbano santista não foi ainda objeto de nenhuma publicação específica e nem de qualquer análise no interior de obras de caráter mais geral. Trata-se da única expressão de caráter coletivo, materializada, dessa vultosa corrente imigratória da era contemporânea, no Brasil. “É mais do que hora de contar a sua história, juntamente com a história da imigração, do trabalho e da urbanização.”<sup>20</sup>

---

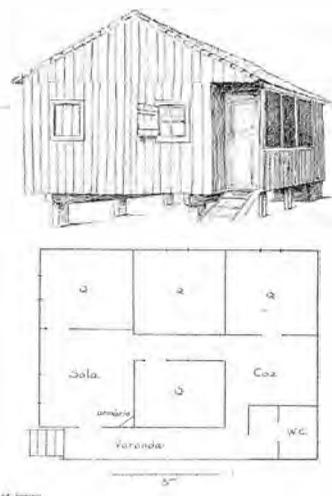
Universidade de São Paulo, Curso “Programas da Casa Brasileira”. São Paulo, 1990. p. 112. (Datilografado).

20 TRINDADE, Jaelson Bitran. Santos, Cidade Imigratória. Comunicação apresentada na Fundação *Calouste Gulbenkian*, durante o I CONGRESSO DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO LUSO NO MUNDO, Universidade Técnica de Lisboa, como representante da FNpM – *Fundação Nacional Pró-Memória*. Lisboa, 1987. Gulbenkian, Lisboa, 1987. (Datilografado).

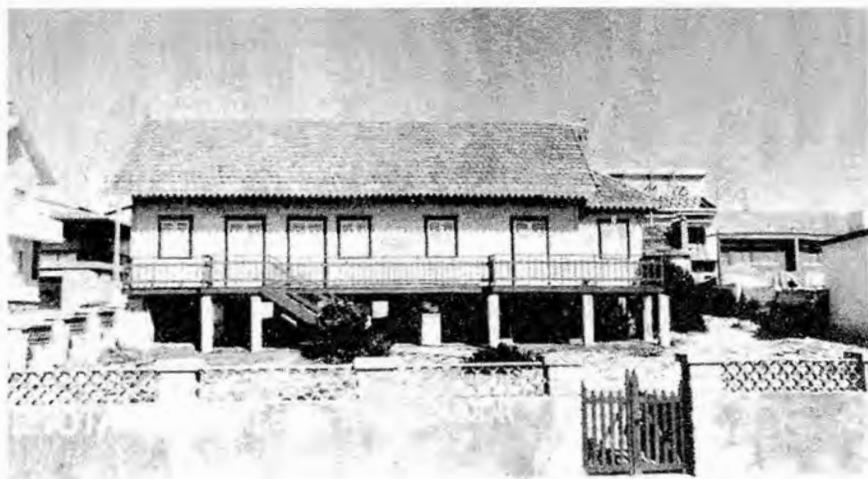




Morro do Pacheco, Valongo, Santos – SP  
(Foto: Jaelson Bitran Trindade)



À esquerda, chalé de madeira em Esmoriz, Beira Litoral, Portugal, num desenho de Fernando Galhano. À direita, um chalé da várzea de Santos, na Rua Moema, Macuco (Foto: Jaelson Bitran Trindade)



“Casa de madeira assente em pilares de alvenaria, com varanda corrida – Pedrogão”  
(Apud Mário Moutinho, *A Arquitectura Popular Portuguesa* .



Chalés da várzea: Rua Prof. Torres Homem, Macuco, Santos – SP  
(Foto: Jaelson Bitran Trindade)

# O COLYSEU: ARENA DE TOUROS E TOUREIROS DO ALÉM-MAR — BELÉM DO PARÁ (1894-1900)

*Maria de Nazaré Sarges*  
UFPA

Em 1900, os intelectuais mais ilustres da cidade de Belém do Pará são convidados a escrever para um “Álbum Comemorativo” intitulado *O Pará – 1900*, num balanço das diversas áreas do conhecimento, como a geografia, as ciências da natureza, a meteorologia e a climatologia médicas, os estudos sobre mortalidade e natalidade, a higiene, a patologia médica, a etnografia, a história e a imprensa no Pará. O propósito dessa brochura encomendada pelo governador do Pará, dr. José Paes de Carvalho, era comemorar os quatrocentos anos da descoberta do Brasil como também propagandear as benesses da região, e em especial do estado do Pará, num esforço para demonstrar que era possível construir uma “civilização” nos trópicos.

Dentre os articulistas, o barão do Marajó chamava atenção para o clima da região, pois no dizer do ilustre homem “a Amazônia é um mundo novo que se abre ao final do nosso século ... um clima benigno que evita os gastos com a dureza do inverno”. Na tentativa de demonstrar que a cidade era segura em termos de salubridade e higiene, o dr. Américo Campos ao escrever sobre a higiene ressaltava as ruas largas, calçadas e ajardinadas que eram varridas diariamente e cujo lixo era recolhido ao forno crematório, um dos símbolos da modernidade.

Desse modo, todos os artigos procuraram construir uma imagem positiva da região – terra em abundância, clima bom, próspera e civilizada – numa tentativa de consolidar a política de imigração tão necessária no momen-

to em que a região vivenciava a escassez da mão-de-obra para trabalhar na lavoura e nos seringais.

Essa política de imigração estrangeira é observada pela historiadora Maria Thereza Petrone.<sup>1</sup> Ao analisar a imigração para São Paulo, a autora aponta que a existência de terras em abundância fazia parte dos guias de imigrantes e de outras publicações para atrair gente para o país. Aliás, essa “miragem” ou “possibilidade”, como diz a historiadora, é observada na propaganda relacionada à Amazônia.

Portanto, a implantação de mão-de-obra imigrante, para suprir a falta de mão-de-obra local, gerou uma problemática importante neste projeto acerca do povoamento da região e da civilização, levando também a grandes debates entre os intelectuais. Um exemplo é Sant’Anna Nery, que considerava a imigração estrangeira como a política mais viável para implantar o progresso em uma região que se apresentava com inúmeras possibilidades de desenvolvimento. Esse literato era considerado pelos governantes do Pará e do Amazonas um dos maiores propagandistas da região, o mais eficaz entre vários, tanto que teve o seu livro *O País das Amazonas* financiado pela Assembléia Legislativa do Amazonas.

Lauro Sodré, governador do Pará, enfatizava que o “estrangeiro que queira viver conosco encontrará uma terra hospitaleira e um clima benigno que lhe garantirá saúde e robustez...”. Nessa política de atração de mão-de-obra estrangeira, Lauro Sodré solicitou ao Congresso a autorização para a introdução de 100 mil imigrantes, “armando o governo de meios necessários para realizá-la, pelo meio mais vantajoso aos cofres públicos, ou adotando medidas completas que dêem como resultados seguros a aquisição daquele ou de número maior de braços”<sup>2</sup>.

Para o governador do estado a introdução de imigrantes no Pará, além do imprescindível apoio político do Congresso do Estado, só seria viável após o combate ao

---

1 PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 55.

2 Secretaria de Obras públicas, Fundo de repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, série 5, Imigração (espanhóis), 1896 (cx n.9).

injusto juízo contra o Pará, alimentado fora do país e dentro dele, nos Estados do Sul,<sup>3</sup> onde figuramos como a região de todos os males, como a zona da terra eleita pela morte. Precisamos ir contra o encontro dessa campanha de descrédito movido contra nós mais por ignorância do que por desafeição. Precisamos por um programa incansável e racional desfazer essa forma cruel e essa triste nomeada, provando com dados e com testemunho insuspeito de sábios e viajantes que nem entre nós intolerável temperatura, porque demoramos sob a linha dos equinócios nem é geral a insalubridade circunscrita a certas e determinadas zonas.<sup>4</sup>

A fala de Sodré expressa a disputa entre os agentes da imigração do sul do Brasil e os agentes da imigração do norte, luta motivada pela própria legislação que os recompensava pelo número de imigrantes enviados aos estados, e uma disputa pelas verbas de subvenção da imigração, política estabelecida desde o final do Império até os anos iniciais da República. Essa disputa pelo mercado de trabalho incentivou a arregimentação de pessoas consideradas indesejadas para o Estado, aquelas que não apresentavam nenhum vínculo com o trabalho agrícola e, muitas vezes, nenhuma ocupação.

Em mensagens seguintes são reforçados os argumentos para o incentivo governamental dos imigrantes estrangeiros baseados nas grandes extensões de terras incultas por falta de trabalhadores, os “braços” de que tanto fala Sodré:<sup>5</sup> “Do estrangeiro afluirão igualmente os capitais desocupados quando tiverem o conhecimento exato das nossas riquezas, ministrado por uma propaganda efetiva e inteligente, deixar patente que aqui encontrarão os capitalistas remuneração sobeja”.<sup>6</sup>

A solução apontada para isso é a criação por conta do Estado do serviço de colonização. Em junho de 1894 o Congresso aprovou uma lei específica para a colonização, priorizando a atração de estrangeiros de boa conduta, aptos para o trabalho na lavoura e acompanhados pela família; para eles seria disponibilizada a concessão gratuita dos lotes ou terras, assim como “fornecimento gratuito das ferramentas e utensílios indispensáveis para o trabalho e

3 O termo “sul”, quando aparece nas fontes do período deve ser entendido como uma região que engloba os estados da atual divisão Sul e Sudeste.

4 Citado, p.8-9.

5 Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 7 abr. 1894. In: SODRÉ, Lauro. *Palavras e actos*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1896. p. 23.

6 Ibidem, p. 24.

instalação e adiantamento em dinheiro para a manutenção mensal por seis meses”.<sup>7</sup> Os imigrantes tinham de apresentar atestado de boa conduta, e para receberem os benefícios estaduais estavam obrigados a não se retirarem do Pará por um período de três anos. Obrigação que foi suprimida ainda em 1896, por pressão das autoridades italianas que a consideraram um tolhimento à liberdade dos imigrantes, e que em decorrência disso impediam a saída de seus conterrâneos com destino ao Pará. Segundo Manuel Baena em relatório a Lauro Sodré, mesmo com o atendimento da solicitação das autoridades italianas não ocorreu nenhum aumento no fluxo de imigrantes italianos ao estado, pelo contrário, com a supressão do artigo aumentou apenas o número de “imigrantes que tendo aproveitado as passagens gratuitas que lhes faculta o governo, na intenção de virem destinados a trabalhar como agricultores ou em qualquer industria útil no Estado ... aqui chegados procuram desde logo se retirar para algum Estado do Sul, onde alguns deles já tem estado e onde muitos já tem parentes estabelecidos”.<sup>8</sup>

O jornal *Folha do Norte*, vinculado ao grupo “laurista”, apoiava a política de imigração do governo Lauro Sodré, reconhecendo que: “A imigração e um mal em todos os países do mundo. Aqui, porém, este mal parece menor, sendo que a confortá-la, a encaminhá-la, a fazer esperar um porvir cheio de resultados satisfatórios, estão vivos e fortes os sentimentos humanitários, do sr. Mendonça (diretor) que é um pai para todos os imigrantes”.<sup>9</sup>

Porém, desde 1890 a imprensa já reclamava da chegada de imigrantes em solo paraense e enfatizava que “desde as primeiras tentativas de atrair imigrantes para esta terra temos sido infelizes e as centenas de contos de réis, consumidas já com essas tentativas, representam a sorte da semente lançada em terra estéril”.<sup>10</sup>

---

7 Lei n.º 223 de 30 jun. 1894. In: *Collecção de Leis Estaduais do Pará*. Belém: Imprensa Oficial. p. 236. A solicitação de Sodré ao Congresso do Estado (Câmara dos Deputados e Senadores) para que viabilizasse meios para que o Governo do Estado iniciasse seu próprio programa de colonização já vinha sendo feito anteriormente. Ver, por exemplo: Mensagem dirigida ao Congresso do Estado em 01 fev. 1893.

8 Relatório apresentado ao Governador do Estado pelo secretário Manuel Baena em janeiro de 1897. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1897.

9 *Folha do-Norte*, Belém, p. 1, 9 jul. 1897.

10 *A Província do Pará*, citada em *Diário de Notícias*, p. 2, 31 out. 1890.

Nesse mesmo ano, o *Diário de Notícias*<sup>11</sup> conclamava uma rápida intervenção do governador do estado, pois os imigrantes passariam da mendicância “a larápios e dentro em pouco teremos consideravelmente aumentada a estatística de criminosos, importados a custa do dinheiro do povo”. Diante de tal realidade, o mesmo jornal ao saber da chegada, havia cerca de dois meses, de vinte colonos espanhóis que ainda não tinham sido encaminhados para algum trabalho, informava que “alguns andam pedindo esmola de porta em porta”; o impresso não perdia a oportunidade para disparar: “exceto na [porta] do governador, que não sabe o que se passa nesta grande cidade”.

Sujeitos que longe de se enquadrarem no perfil desejado pelos poderes públicos, isto é, trabalhadores agrícolas, em alguns casos não se submetem às regras impostas para a sua permanência no Pará, fazendo usos estratégicos do programa de imigração para se dirigirem a outros estados ou então desenvolverem outros ofícios. Contudo, é importante observar que a imigração estrangeira para a Amazônia não se enquadra no mesmo projeto das regiões cafeeiras. A vinda dos europeus ocorre no momento do auge da economia da borracha, contudo essa gente não veio atraída para trabalhar nos seringais, mas sim na perspectiva de povoamento da região, de desenvolvimento agrícola. No caso paraense a situação era agravada em razão da atividade extrativa da borracha, pois esta, segundo os contemporâneos, acabava por desviar os braços que poderiam ser aproveitados na agricultura. Além disso, os brancos europeus eram considerados os sujeitos representantes de “raças mais evoluídas”, que levariam ao progresso e à inserção da região na civilização.

## BELÉM NA VIRADA PARA O SÉCULO 20: DE CIDADE PORTUGUESA À *PETIT PARIS*

A cidade de Belém, com uma emblemática colonização portuguesa que se reflete, sobretudo no bairro da Cidade Velha, presenciou no final do século 19 e início do 20 significativas transformações urbanas inspiradas no projeto

---

10 A *Província do Pará*, citada em *Diário de Notícias*, p. 2, 31 out. 1890.

11 *Diário de Notícias*, Belém, p. 2, 31 out. 1890.

haussmanniano, em decorrência do surto da economia da borracha que exigiu um espaço adequado ao escoamento da produção gomífera. O principal agente modernizador da cidade, o intendente Antonio Lemos, sonhava em transformar Belém em uma *Petit Paris*, e deste modo, inseri-la no contexto da civilização ao mesmo tempo em que atendia aos valores estéticos de uma classe social em ascensão (seringalistas, financistas, comerciantes e fazendeiros), vinculada ao *boom* da borracha.

O desenvolvimento econômico da cidade, que se acelerou a partir de 1870, indica que no ano de 1900 já existiam mais de trinta fábricas produzindo móveis, sabão, perfumaria, malas, massas alimentícias, louças, objetos de cerâmica, chocolates, biscoitos, licores, chapéus, carruagens, fogos, vinhos e cantaria de granito e mármore. Havia também fábricas de gelo, curtumes, litografias e um movimentado setor da construção civil, o que nos dá a importância comercial da cidade.<sup>12</sup>

Se por um lado vemos esse desenvolvimento comercial e as transformações que modificaram a paisagem urbana de Belém, colocando-a entre as principais cidades modernizadas do território brasileiro, por outro, houve aumento dos problemas sociais com a arregimentação de trabalhadores do Nordeste brasileiro, os quais vinham embalados pela esperança do enriquecimento fácil. Juntamente com os nordestinos chegaram também imigrantes de variadas nacionalidades – portugueses, espanhóis e italianos, entre outros.

Nesse cenário de prosperidade o mundo do trabalho se reorganiza e se diferencia, expondo aqueles considerados trabalhadores urbanos “especializados” – como os tipógrafos, artistas, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, costureiras e chapeleiras –, geralmente estrangeiros, e aqueles “não-especializados”, como os vendedores de rua, carroceiros e carregadores, enfim, uma gama de ocupações que se enquadravam nesta nova ordem ditada pela ideologia do progresso.

Nesse período que compreende o fim do trabalho escravo – embora aqui não se trate de liberação de capital imobilizado como ocorreu na economia cafeeira – e a presença de novos grupos étnicos, com o aparecimento de novas ocupações profissionais – como, por exemplo, os toureiros e os chocolateiros –, uma clara delimitação entre os vários segmentos que compunham as camadas populares vai aparecer mais nitidamente. Em relação à presença dessa diversidade de profissões, há outro aspecto bastante interessante na espacializa-

---

12 MOURA, Ignacio. Geografia Política do Estado do Pará. In: *O Pará 1900*. p. 155.

ção da cidade, pois desde a década de 1870 Belém apresentava áreas definitivamente marcadas pelos ofícios, como se pode observar no censo de 1872.

Morando, por volta do início do século 20, no bairro do Reduto, área situada próximo ao porto, Osvaldo Orico,<sup>13</sup> um literato paraense, ao escrever suas memórias da infância, lembra que os moradores eram na maioria pequenos comerciantes, operários e costureiras. Próximo desse bairro estava o Umarizal, que após a abolição tornou-se um bairro tipicamente proletário, habitado por negros forros e seus descendentes,<sup>14</sup> trabalhadores braçais dos mercados e do cais do porto, amas-de-leite, cozinheiras e lavadeiras.

De Campos Ribeiro, outro literato paraense que também morou no bairro do Umarizal, não esqueceu em suas memórias as figuras dos pregoeiros das ruas e dos estrangeiros compradores de jóias inutilizadas, pedaços de anéis, brincos, cordões, nem tampouco o “Seu João português”, padeiro-taberneiro da “D. Luiz I” que num sotaque inconfundível respondia com azedume a quem o apressasse no aviamento do pedido: “Se tens tanta pressa assim, por que é que não *bais* mais adiante, ó dianho?”<sup>15</sup>

Dalcídio Jurandir lembra-se de uma Belém dos assoalhos das casas do centro da cidade, lavados por portugueses. Nas casas ricas e remediadas, eram portuguesas que ensaboavam, esfregavam, lavavam e enxugavam as peças.<sup>16</sup> À busca dessas lembranças serve para mostrar que ainda na segunda década do século 20, ao lado desses trabalhadores, donos de padaria ou mercearia, outras personagens faziam parte desse mundo do trabalho. É o caso do “Cocadinha”, que às duas da tarde caminhava a pregoar “cocadinha, pandeló, beijo de moça!”, ou do velho português “cujo passo bem serviria de modelo a um mestre de cerimônia, tal a dignidade, a solene lentidão”, que carregando galinhas e ovos anunciava “*Ov Fresco*”, “*Fran Gord!*”<sup>17</sup> São esses trabalhadores ambulan-

---

13 ORICO, Osvaldo. *Da forja à academia*. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed., 1960.

14 Ver SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: Cejup, 1993. p. 166.

15 De Campos Ribeiro, José Sampaio. *Gostosa Belém de outrora*. Belém: Secult, 2005. p. 37.

16 DALCÍDIO JURANDIR. *Belém do Grão-Pará*. Belém: Ed. UFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. p. 298.

17 *Ibidem*, p. 69-70. Ver também SARGES, Maria de Nazaré. A cidade de Belém no tempo da borracha. In: FONTES, Edilza (Org.). *Contando a História do Pará*. Belém: E. Motion, 2002. p. 17. v. II.

tes que se constituíram no principal alvo da regulamentação do Estado, pois eram considerados incompatíveis com o processo de civilização que o poder público tentava implementar na cidade.

Sabe-se que nesse período, um dos traços característicos foi o intenso crescimento de contingentes urbanos em quase todas as cidades brasileiras, decorrente desse processo modernizador que levou à inversão da distribuição sócio-territorial da população brasileira, correspondendo com o intenso movimento migratório, tanto nacional como estrangeiro. No caso de Belém, como já se assinalou, esse afluxo esteve intimamente relacionado à produção da borracha e ao deslanchar da propaganda de modernização da cidade paraense. Isso tudo ocorria sem que houvesse uma expansão na infra-estrutura citadina e na oferta de empregos e moradias, determinando uma paisagem muito própria à cidade com uma diversidade de tipos étnicos e sociais que passaram a compor as chamadas camadas populares.

Nessa nova fisionomia social da cidade, projetada para estar de acordo com a civilização, figuras sociais populares que exerciam ofícios tradicionais em busca de sobrevivência, como o engraxate e os vendedores ambulantes, mesmo que fossem considerados incompatíveis com esse novo cenário, continuaram a existir estabelecendo liames com as experiências anteriores e estabelecendo novas relações necessárias para sua reorganização social.

No novo tecido urbano que se redesenha, uma nova maneira de apropriação desse espaço urbano pelos trabalhadores deixa entrever a construção de uma nova sociabilidade e as dissonâncias que se estabelecem como mecanismos de sobrevivência desses grupos. Ao mesmo tempo em que era anunciada a abertura de uma nova temporada da estação *tauromachica* no Coliseu do Largo Batista Campos, um carroceiro era preso por ter agredido um menor vendedor de doces, ou então, um espanhol vendedor de garapa se envolvia em confusão de rua com outro trabalhador. Essa nova paisagem urbana gerou disputas que resultaram em confrontos envolvendo trabalhadores de rua, sobretudo nacionais e estrangeiros. A imprensa é farta de notícias sobre os imigrantes, em especial os espanhóis, que eram vistos como necessários e, em outros momentos, como indesejáveis.

## TODOS AO COLYSEU!

Num domingo do mês de outubro de 1894, na Sala de Sessões da Real Sociedade Beneficente Portuguesa foi instituída a Empresa Tauromachica Paraense, tendo por fundadores indivíduos conhecidos no meio comercial<sup>18</sup> que abriam mão de quaisquer outras vantagens além das já conferidas a outros acionistas. Fizeram parte da solenidade pessoas ilustres da sociedade, como o barão de Marajó, acionistas da empresa e diversos aficionados dos torneios *tauromachicos*. O barão de Marajó fez largas considerações sobre a viabilidade do empreendimento, como também sobre a facilidade que podiam ter os fazendeiros do Marajó, que poderiam obter produtos para o melhoramento das raças do gado.

Na ocasião, foi lembrado que deveria criar-se um montepio para os toureiros que nos torneios ficassem inválidos ou que fossem vitimados por moléstias epidêmicas. A Real Sociedade Portuguesa Beneficente também foi beneficiada no estatuto da empresa, que lhe dava direito ao produto da décima corrida de touros, considerada a última da primeira parte de cada época *tauromachica*, na qual trabalhariam gratuitamente todos os artistas. Acrescenta-se que também fazia parte do estatuto da empresa a fundação de uma fazenda na ilha do Marajó, para nela apurar animais de raça bovina e cavalara, “pelo melhor dos sistemas adotados no estrangeiro...”.

Também ficava estabelecida a aquisição da praça de touros denominada Colyseu Paraense, à estrada Conselheiro Furtado, de propriedade de José Candido da Cunha Osório. Ressalte-se que encontramos as touradas desde 1890, entretanto, em 1894 apresenta-se como necessária a criação de uma empresa que instalasse uma arena de touros, haja vista a decadência do espetáculo por falta de animais que tivessem sido criados para esse gênero de divertimento.

Na organização dessa nova arena de espetáculo observa-se preocupação com o conforto do espectador, tanto que se determina a construção de uma cúpula de vidro para evitar a chuva, bem como a conclusão, num

---

18 Os acionistas eram os senhores José Candido da Cunha Osório, José Ignácio Coelho, Joaquim Taveira Lobato, Joaquim Alves Moreira Rego, Augusto Pereira Soares Camarinha, Agostinho Gomes de Carvalho, Ricardo Teixeira Lopes, Joaquim da Silva Vidinha e Manuel Augusto Marques.

dos ângulos da praça, fronteiro ao largo Batista Campos, dos camarotes, o acabamento da ornamentação interior e a observância de rigor com a higiene e a ventilação do espaço, além da construção de cocheiras para cavalos e estábulos para touros.

A inauguração dessa nova praça de touros foi muito bem recebida pela imprensa local, a qual anunciava que a inauguração contaria com “quadrilha” procedente num vapor de Lisboa, com os cavaleiros Álvaro e Marques de Carvalho, quatro bandarilheiros, capas e seis moços de forçado.

O Colyseu deveria servir a outras funções, além da *tauromachica*, como: cavalinhos, torneios atléticos, pedestres, velocipedicos, bailes públicos e outras diversões.<sup>19</sup> Aliás, em algumas ocasiões faziam-se sessões beneficentes como a realizada no ano de 1894, em benefício de um cavaleiro *tauromachico*, o sr. Pinto, apontado como “um dos sympathicos vencidos da revolta republicana do Porto”.

Esses sujeitos, imigrantes de além-mar, apesar da adversidade procuraram criar estratégias de sobrevivência, dando expressão a outras práticas, a outras formas de lazer, como as touradas, cujos espetáculos no “Circo Colyseu” eram constantemente divulgados nas gazetas da cidade. Essa diversão chegou a ser objeto de debate na imprensa, em virtude de uma reivindicação dos freqüentadores do espetáculo relacionada à circulação das linhas de bondes na área que atendia o Colyseu, aos domingos. Mas a solução encontrada pela Companhia Urbana foi a criação da linha Colyseu Paraense, cujo preço do bilhete era o dobro do preço convencional, gerando protestos por parte da imprensa que o considerava um desrespeito à lei e ao público das touradas.<sup>20</sup> Aliás, esse lazer sempre gerava polêmicas, fosse em relação ao transporte ou à música que fazia parte do espetáculo, como observamos na crítica veiculada em um periódico local:

Numa praça de touro a música exerce uma função altamente importante nos arrebatamentos que a arte tauromachica estimula, conseqüentemente, é preciso que os executores obedeçam a própria conveniência para bem desempenhar sua função. Antes de começar as corridas não devem os intervalos exceder a dez minutos, e uma vez elas começadas a cada “sorte” devem ser tocados oito compassos (uma parte)...<sup>21</sup>

---

19 *Diário de Notícias*, Belém, p. 1, 28 dez. 1894.

20 *Correio Paraense*, Belém, p. 2, 13 maio 1893.

21 *Correio Paraense*, Belém, p. 2, 16 maio 1893.

A imprensa estava sempre a reclamar da música, chegando a registrar que muitas vezes os espectadores tinham de “botar os bofes pela boca fora”, gritando “toque a charanga!”, para que os músicos tocassem um trecho qualquer, tanto antes de começar o espetáculo, como no intervalo.

Nas touradas, a música funciona como um código no desenrolar do espetáculo, desde os primeiros tempos da arte taurina, “*muy especialmente en los rituales como son los de la guerra, el templo o la realeza*”,<sup>22</sup> por isso era importante observar-se o ritual, daí a reclamação do articulista.

Essa imprensa especializada sempre estava atenta ao espetáculo das touradas, de modo que fosse perfeita a sua qualidade. Faziam coro com esses cronistas de plantão os freqüentadores da praça que sempre escreviam ao jornal a reclamar de algum espetáculo que apresentasse problemas no ritual da função. É o que se vê em carta publicada no jornal *Diário de Notícias* no dia 4 de agosto de 1894: reclamava o missivista do público freqüentador, e enumerava os vários tipos como aqueles que não conhecem nada do assunto e “danam-se a gritar prejudicando não somente a si mesmo como os vizinhos de cadeira, prejudicavam também os artistas que se distraiam como os ‘inteligentes’ que se deixavam levar por essa algazarra”. Mas, adiantava o autor da carta, os “silenciosos” também incomodavam, pois “falam puxando as mangas do casaco do vizinho a quem empurram os dedos no estomago, batem no lombo, beliscam, acotovelam”; acrescentava existirem aqueles que ingeriam aguardente e começavam a contar episódios da terra onde nunca estiveram, a chorar o dinheiro que gastaram no bilhete, a lembrar dos tempos passados em que viram corridas de primeira em Vizeu, Espinhos, Figueira etc. Acrescenta o rabugento missivista que ainda existiam os “mirabolantes”, sujeitos que vão de jaquetas, têm sempre intimidada com os toureiros, usam chapéu e abas largas, sapatos de salto de prateleira com esporas, camisa de *bullones* e o clássico cabelo *à la flamenca* pura e vão de bonde à praça de touros. Mas, são inofensivos, só podem prejudicar os alfaiates e sapateiros que confiam em seu crédito, arremata. Mas, caro leitor, existiam aqueles freqüentadores considerados “bons”, pois mesmo

---

22 Actas Del Congreso Internacional; TOMÁS MARCO. De la música como tauro-maquia. In: GONZÁLES, Antonio García-Baquero (Org.). *Fiestas de toros y sociedad*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2003. p. 638.

não conhecendo bem a matéria, comportavam-se educadamente, e aos poucos iam se acostumando a ver touros e a conhecer a sublime e difícil arte da tourada. Despede-se o reclamão em sua carta: “Até a próxima!”

Acreditem, a ameaça do missivista se concretizou. No dia seguinte uma nova carta é estampada com um enfático “Venho de novo à presença de V. Exc. no desempenho do honroso convite que se dignou dirigir-me”. Desta feita a reclamação é contra os “Botas”,<sup>23</sup> que se julgam conhecedores das questões taurinas e passam a gritar, xingar os toureiros depreciando as corridas de touros, quando tão pouco sabem sobre o assunto. Conclama o autor da carta que o público ajude no desaparecimento desse tipo que representa uma “verdadeira mancha de sandice e despautérios”. Na realidade, esse missivista se arroga uma missão pedagógica, pois achava que deste modo estava cooperando com a “educação tauromachica da parte do nosso público”, conclui. Nesse momento, a sociedade paraense está mudando com a chegada de novos sujeitos sociais, e com eles são postos em movimento modelos de comportamento, que lentamente mudarão<sup>24</sup> a nova feição da sociedade paraense.

Pela leitura dos periódicos depreende-se que havia grande aceitação, pelo público, das funções realizadas na praça de touros, tanto que as cartas aos jornais, em especial ao *Diário de Notícias*, eram quase cotidianas. Eram missivas que reclamavam do público, da arte de tourear, dos touros, enfim, tudo que se relacionasse com as touradas. Tudo que fosse abuso era considerado objeto de divulgação na imprensa, fosse por parte dos frequentadores fosse pela crônica especializada. Registro uma das inúmeras cartas nas quais se reclamava de que “bandarilhar a touro parado em toureio portuguez é cousa que não existe, no entanto temos visto fazer isto muitas vezes aos artistas que agora toureiam entre nós”. Continuava o missivista dizendo duvidar que na Espanha tivesse muito valor essa sorte, mas aqui, toureando à portuguesa, constituía uma prática, um abuso que devia ser denunciado.

Mas, também a imprensa chamava a atenção da polícia para o aglomerado de espectadores todos de pé, nos primeiros degraus da bancada, con-

---

23 Manuel Botas é o inteligente das corridas de touros das principais praças portuguesas há cerca de vinte anos.

24 Ver ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

siderando um abuso, visto que impedia muitas pessoas de olhar o torneio com comodidade.<sup>25</sup>

Os jornais davam espaço para longas crônicas que analisavam todo o ritual da tourada, desde a música, como já mencionamos, até a qualidade do gado. É o que se vê na crônica que analisava uma das touradas do mês de agosto de 1894, na qual se registra que o gado

das fazendas do sr. Joaquim Teixeira Lobato, foi de certo, o principal reclame<sup>26</sup> que atraiu à praça considerável número de espectadorés, que ali vimos; mas, por essa mesma razão, deveria a Empreza apresentar touros puros d'aquelle fazendeiro, e não os lidados recentemente, já destituídos de faculdades para a lide. Isto importa em uma desconsideração não só para o fazendeiro, que não terá assim empenho de fornecer touros...

Alertava o cronista que essa prática levava o público a se considerar iludido, principalmente ao ver lidar bois, em vez de touros. Reclamava por um espetáculo correto desde a sua divulgação, pois segundo o cronista

nas principais cidades onde as praças de touros funcionam regularmente, na estação própria, os reclames para as diversões tauromachicas, além dos anúncios, são feitos por bandos de três ou quatro homens montados e bem trajados à fantasia, alguns dos quais chamam a atenção pública fazendo ouvir os sons dos instrumentos que tocam e um ou dois deles distribuem cartazes em todo o trajeto...<sup>27</sup>

O articulista dizia que no Pará o “reclame” do torneio era feito por um “truão vestido andrajosamente”, como ocorreu com a tourada de um domingo de fevereiro de 1895, sobretudo porque o espetáculo contaria com a presença do governador do estado. Aliás, além de promover espetáculos beneficentes, o Colyseu sempre realizava corridas em homenagem às autoridades e sociedades de classes, como a função do dia 24 de março de 1895 dedicada “à briosa classe caixeral do comércio d’esse Estado”, composta em sua maioria por imigrantes portugueses. Os bilhetes eram vendidos no Café Chic, na Merceria Santos ou na Merceria Baptista, ou ainda no Wery-Well de J. Ferro & Cia., e, no dia da corrida, nas bilheterias do Colyseu.

---

25 *Província do Pará*, Belém, p. 3, 6 ago. 1900.

26 “Reclame”: anúncio, propaganda.

27 *Diário de Notícias*, Belém, p. 2, 12 fev. 1895.

Os patrocinadores das corridas sempre procuravam homenagear alguma pessoa ilustre que estivesse visitando a cidade, como a que se realizou num domingo de julho de 1899, dedicada a Coelho Netto. A importância da corrida se refletia no anúncio de quatro touros portugueses e quatro nacionais, afinal era um espetáculo para um ilustre escritor nacional. No dia seguinte a imprensa resenhou a corrida, concluindo que fora um esplêndido torneio, embora resumidamente escrevesse:

Tarde: boa	Gado: valente
Música: assim, assim	Trabalho dos artistas: excelente.
Casa: boa	Trabalho do curro: bom
Inteligência:..... <sup>28</sup>	

O interesse pelas corridas de touros resultou numa imprensa especializada ciosa de tudo que se relacionasse com os torneios, chegando até a reclamar da constituição de um regulamento para as corridas de touro, devidamente legalizado a fim de ser fielmente observado pela arrematante, como ocorria na Empresa Tauromachica Lisbonense, numa clara alusão de que nestas paragens amazônicas, o espetáculo das touradas deveria seguir os rituais da Península Ibérica. Algumas vezes a imprensa reclamava a ação da polícia para que a empresa promotora do espetáculo cumprisse fielmente o que havia anunciado no programa.

Contudo, a presença da praça de touros no largo de Batista Campos, animando as tardes de domingo dos aficionados, em especial daqueles que tinham atravessado o Atlântico fosse da Galícia ou de regiões vizinhas, causava problemas aos moradores da cidade, em especial os situados nos arredores da arena, como os das ruas Caripunás, Timbiras, Mundurucus e Conceição, do bairro do Jurunas. Reclamavam os moradores que não podiam mandar os filhos menores ao seu Manoel da venda buscar o aviamento diário, com medo de um “lá-vem-boi!”, como aconteceu com dois menores, filhos de dona Amélia Passos, moradora à rua Tupinambás, que só escaparam à sanha dos mencionados bois graças à intervenção de populares.<sup>29</sup>

---

28 *Província do Pará*, Belém, 24 jul. 1899.

29 *Idem*, 29 jun. 1899.

Mas, o que significou para os moradores da cidade esse divertimento trazido pelos “galegos”<sup>30</sup> que circulavam no espaço público vendendo peixe em carrinho de mão, carregando pianos de famílias ricas, trabalhando como chocolateiros, sapateiros, ou conduzindo carroças de leite? Para os nacionais que podiam pagar por uma entrada para assistir aos torneios, que variava de 20\$000 (camarote) a 2\$000 (cadeira ao sol), o espetáculo tornou-se um momento de lazer, tanto que a imprensa dizia que nas touradas “achava-se disseminada a alegria, a liberdade espontânea nos semblantes risonhos dos espectadores alegres”.<sup>31</sup> Por esse motivo as touradas eram espetáculos para todo tipo de público, que lá ia passar divertidas horas do domingo, seu dia de descanso. Mas, também, eram uma forma de refinar comportamentos, torná-los mais elegantes, ou mais civilizados, afinal a arena de touros era também freqüentada por gente ilustre da cidade, como o governador do estado.

Contudo, entre aqueles que vinham do outro lado do Atlântico certamente essa expressão cultural, além de divertimento, era um dos mecanismos utilizados para manter os laços de solidariedade e o fortalecimento de suas identidades.

*Todos ao Colyseu!*

*Aos toiros!*

---

30 “Galegos”: assim eram chamados portugueses e espanhóis.

31 *Correio Paraense*, Belém, p. 1, 30 maio 1893.



*Parte 4*

AÇÕES, ASSOCIAÇÕES  
E LUTAS POLÍTICAS



# A SOCIEDADE PORTUGUESA EM CURITIBA: UM PROJETO IDENTITÁRIO (1878-1900)

Roseli Boschilia  
UFPR

A experiência da imigração leva o indivíduo a ter um novo olhar sobre o outro, a posicionar-se diante do desconhecido, a perceber diferenças e semelhanças, enfim, a estabelecer relações que se constroem com base na alteridade. Assim, refletir sobre o fenômeno social da imigração e as implicações que dele decorrem remete a outro conceito, o de identidade social, cuja produção se dá invariavelmente no campo das relações de poder.

Nessa perspectiva, se concebemos a identidade como uma construção cultural, um efeito, um processo de produção, uma relação que depende da alteridade, ela também deve ser entendida, fundamentalmente, como uma categoria de distinção que serve para demarcar as igualdades e as diferenças existentes entre os grupos sociais. Ou seja, “uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações”.<sup>1</sup>

Desse modo, a partir de um processo baseado em oposições notadamente do campo simbólico, inicia-se a construção de uma identidade que se manifesta no interior das relações de poder como uma categoria de distinção, demarcando as igualdades e as diferenças entre os grupos sociais, a partir da singularidade de um grupo perante o outro.

---

1 CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

A partir dessa problematização, este capítulo tem como objetivo refletir sobre o processo de formação da Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro,<sup>2</sup> associação fundada na capital paranaense em 1878, com o fim de analisar o modo como determinadas práticas culturais foram estabelecidas naquele espaço de integração e solidariedade. Nessa reflexão interessa especialmente investigar quais foram as estratégias utilizadas pelo grupo responsável pela criação daquela entidade na tentativa de demarcar fronteiras étnico-identitárias não só em relação à população local, mas sobretudo em relação aos demais grupos de imigrantes europeus que também se fixaram em Curitiba no mesmo período.

Porém, antes de chegar ao ponto pretendido, dois aspectos merecem ser salientados. Em primeiro lugar, é importante destacar que, ao dirigir o foco de análise sobre os imigrantes ligados à SPBPD, estamos privilegiando apenas uma parcela da população portuguesa que se fixou em Curitiba na segunda metade do século 19. Em segundo lugar, convém salientar que, longe de tratá-los como uma camada única, coesa ou homogênea, este estudo parte do pressuposto de que havia diferenciações no interior do próprio grupo filiado à entidade articuladas ao tempo de inserção de cada um dos integrantes na sociedade curitibana, o que, por sua vez, daria condições materiais e de relacionamentos socioculturais diversos a cada um deles.

Um dos fatores que motivou esta pesquisa, ainda em fase inicial, surgiu da constatação da existência de uma lacuna na historiografia acerca da imigração portuguesa no Paraná. Todavia, estudos mais recentes têm mostrado que essa escassez já foi observada em proporções mais amplas. Particularmente até a década de 1980, eles foram tratados pela historiografia tradicional simplesmente como colonizadores, e inseridos na categoria de luso-brasileiros, sem que se levasse em consideração as especificidades inerentes às diferentes temporalidades históricas.

Em meados da década de 1980, intrigados com esse silêncio alguns historiadores passaram a discutir a ausência de estudos sobre a imigração portuguesa tanto na produção historiográfica lusa quanto na brasileira.<sup>3</sup> Chamava

---

2 De agora em diante apresentada no texto apenas como SPBPD.

3 Entre os historiadores que deram visibilidade à temática estão Maria Beatriz Nizza da Silva, Eulália Lobo Lahmeyer, Maria Izilda Matos, Manolo Florentino, Ana Silvia Volpi Scott, Renato Pinto Venâncio e Gladys Ribeiro.

atenção desses intelectuais o fato de que, embora participando da mesma conjuntura migratória que trouxe os demais grupos étnicos da Europa para o Brasil, os portugueses permanecessem à margem da historiografia brasileira.

Essa ausência parecia ainda mais estranha quando se sabe que no Brasil o período que se estende de meados do século 19 até o início do século 20 foi marcado pela entrada de numerosos contingentes de imigrantes estrangeiros, entre os quais os portugueses constituíam uma parcela significativa, ficando, numericamente, abaixo apenas dos italianos e espanhóis. Destaque-se ainda que o número de imigrantes portugueses que chegaram ao Brasil nesse período superava em mais de sete vezes a quantidade daqueles que desembarcaram durante todo o período colonial.<sup>4</sup>

Procurando encontrar uma resposta para essa questão, Volpi Scott apontou algumas hipóteses que justificariam, em parte, a ausência de estudos sobre o grupo. O primeiro ponto residiria no fato de os portugueses não fazerem uso dos mesmos mecanismos de inserção que eram utilizados pelos outros imigrantes estrangeiros, ao chegarem à sociedade receptora. O domínio da língua do país de acolhimento e o fato de encontrarem outros conterrâneos já integrados no espaço social propiciavam-lhes certa autonomia e vantagem em relação aos demais grupos estrangeiros. Além disso, a semelhança dos nomes próprios e de família que compartilhavam com a população brasileira dificultava a sua identificação como imigrantes, sobretudo nas fontes documentais.<sup>5</sup>

Outro fator explicativo para esse silêncio, no entanto, pode ser creditado ao longo processo de dominação ao qual a América portuguesa foi submetida durante todo o período colonial. As marcas deixadas pela colonização portuguesa em nossa sociedade ficaram bastante visíveis não só nos sistemas político, administrativo, jurídico e religioso, impostos pela metrópole, mas também em inúmeros outros aspectos culturais que foram trazidos pelos milhões de portugueses que para cá migraram ao longo daquele período.

---

4 FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo com o grau de afastamento do mercado de cativos. *Salvador Afro Ásia*, n. 24, p. 51-70, 2002.

5 SCOTT, Joan. *A invisibilidade da experiência*. São Paulo: Educ, 2001. (Projeto História, 16).

Assim, fortemente marcada pelas relações de poder, a hegemonia da cultura portuguesa se impôs não apenas na língua, mas também nos usos e costumes, no modelo familiar, educacional e religioso e nas relações de sociabilidade. Reinóis e brasileiros – descendentes dos primeiros colonizadores portugueses – portadores de um capital simbólico, ostentado pela cor branca, num país majoritariamente mestiço, posicionaram-se formando um grupo aparentemente coeso e homogêneo. Essa aparente coesão, muitas vezes reforçada pelo silêncio da historiografia tradicional, contribuiu para que as fronteiras identitárias, baseadas nas diferenças culturais e definidas a partir da alteridade, da distinção nós/eles, se tornassem tênues ou quase indistintas.

Não obstante as evidentes semelhanças culturais que aproximavam brasileiros e portugueses, o novo contexto político que se desenhou a partir do século 19 possibilitou que o sentimento de alteridade entre os dois grupos florescesse, permitindo que os “portugueses brasileiros” forjassem uma identidade distinta daquela dos “portugueses de Portugal”.

Se até então ambos os grupos pertenciam indistintamente a uma única nação portuguesa, a partir desse momento era tarefa urgente marcar a diferença entre a recente nação brasileira e a antiga nação portuguesa.<sup>6</sup> Desse modo, a identidade nacional brasileira passou a ser concebida muito mais como um produto da marcação da diferença e da exclusão do que propriamente o signo de uma unidade idêntica, de uma identidade em seu significado tradicional.<sup>7</sup>

Assim, como fruto desse processo de construção identitária, desde o período que sucedeu a Independência os portugueses se preocuparam em criar uma identidade cultural, criando associações, clubes e, sobretudo, sociedades de assistência. A criação de entidades como o Real Gabinete Português de Literatura (1837) e a Beneficência Portuguesa, fundada, quase simultaneamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo, no final da década de 1840, exemplificam o esforço empreendido por camadas de imigrantes mais favorecidos, com o objetivo de auxiliar seus compatriotas, estreitando os laços que uniam os

---

6 RIBEIRO, Gladys S. O Tratado de 1825 e a construção de uma determinada identidade nacional: os seqüestros de bens e a Comissão Mista Brasil-Portugal. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 395-420.

7 HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. Disponível em: <[www.angelfire.com/sk/holgonsi/hall1.html](http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/hall1.html)>. Acesso em: 20 fev. 2007.

portugueses radicados no Brasil. No final do século 19, as entidades voltadas aos imigrantes portugueses no Brasil já somavam quase duas dezenas e estavam espalhadas por praticamente todo o território nacional.<sup>8</sup>

De modo geral, as associações beneficentes constituíam espaços de sociabilidade que estimulavam a interação da comunidade étnica. Além de promover atividades culturais e organizar cerimônias com as mais variadas motivações, ofereciam proteção e amparo aos necessitados. Na maioria das vezes prestavam auxílio exclusivamente aos associados, mas havia também aquelas que davam assistência aos que delas não faziam parte.

De acordo com Pereira de Jesus,<sup>9</sup> que faz uma análise sobre a gênese da experiência mutualista no Brasil, na segunda metade do século 19, essas associações podem ser classificadas em oito categorias distintas.<sup>10</sup> Esse autor enfatiza que as sociedades beneficentes, ou de ajuda mútua, não devem ser confundidas com as corporações de ofício, que visavam a transmissão e a proteção de um saber específico. Ainda que fosse comum as associações de ajuda mútua reunirem trabalhadores de uma mesma categoria profissional, a maioria delas não fazia distinção quanto à ocupação dos associados. Do mesmo modo, não se deve confundir mutualismo com filantropia. Segundo o autor, “as associações filantrópicas, muitas vezes no Brasil do século 19 denominadas “beneficentes”, visavam oferecer socorro aos necessitados sem que da parte

---

8 Dentre estas cabe destacar: Real Associação Beneficente Condes de São Salvador de Matosinhos e São Cosmo do Vale, Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesesseis de setembro, Centro Português D. Afonso Costa, Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco, Sociedade Beneficente em homenagem a Azevedo Coutinho, Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses, Fraternidade dos Filhos da Lusitânia, Congregação dos Artistas Portugueses, Centro Beneficente Homenagem ao Conselheiro Augusto de Castilho, Centro Beneficente Dona Amélia Rainha de Portugal, Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henrique e a Serpa Pinto, Sociedade Beneficente de Niterói, Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo, Centro Republicano Português de Santos e Centro Português Primeiro de Dezembro, Rio Grande do Sul (LOPES, 2003).

9 JESUS, Ronaldo Pereira de. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. *Observatorio Iberoamericano del Desarrollo local y la Economía social*, v. 1, p. 473-504, 2007.

10 Sociedades beneficentes; Irmandades; Sociedades religiosas; Sociedades literárias e de instrução; Sociedades científicas; Sociedades dramáticas, recreativas e desportivas; Caixas previdenciárias e montepios; Seguradoras e cooperativas.

destes houvesse contrapartida financeira” (Jesus, 2007). Ainda de acordo com esse autor, enquanto as associações filantrópicas mantinham com seus beneficiados uma relação de solidariedade vertical, as mutuals funcionavam como organizações cooperativas, marcadas pelos laços horizontais de solidariedade. Assim, ainda que algumas delas se dedicassem à filantropia, o faziam em benefício não dos associados, mas de indivíduos que dela estivessem excluídos.

Cláudia Viscardi, outra pesquisadora que se dedica ao estudo dessas associações, acredita que, embora as fronteiras entre mutualismo e filantropia sejam muito tênues, essas manifestações sociais representam estratégias diferenciadas entre si para fazerem face aos dilemas resultantes das desigualdades sociais e da ausência de políticas públicas de proteção social.<sup>11</sup>

Convém lembrar que no Brasil, embora a presença dessas associações beneficentes fosse mais efetiva em centros urbanos que abrigavam um maior percentual de portugueses, elas também foram criadas em cidades onde o número desses imigrantes era menos expressivo, como ocorreu com a Sociedade Portuguesa Beneficente Primeiro de Dezembro, objeto desse estudo, fundada em Curitiba, em 1878.

## A SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE PRIMEIRO DE DEZEMBRO

No contexto do século 19, a capital paranaense não se enquadrava no perfil das cidades mais procuradas pelos portugueses, cujo interesse estava voltado preferencialmente para cidades portuárias ou núcleos urbanos mais desenvolvidos.

A partir da segunda metade do Oitocentos, a nova província, recém-emancipada de São Paulo, tinha sua economia ancorada na atividade ervateira. Nessa conjuntura, com a erva-mate em expansão, notadamente voltada para o mercado externo, havia forte demanda por mão-dê-obra que se

---

11 VISCARDI, Cláudia M. R. As Associações Beneficentes de Juiz de Fora no Pós-Abolição. In: Encontro Regional de História, 13, Anpuh/MG, 2002, Belo Horizonte. *Anais...* Juiz de Fora: Cliodel Ed. Eletrônicas, 2002.

direcionasse para a economia de subsistência. Assim, o governo procurou incentivar a imigração de colonos “morigerados e laboriosos” que estivessem dispostos a cultivar os vastos campos da província.

Contudô, foi na gestão do presidente Adolpho Lamenha Lins, entre 1875 a 1877, que a imigração ganhou intensidade, descortinando-se como solução estratégica para as questões ligadas tanto ao povoamento e ocupação do território, quanto ao setor de abastecimento interno e incremento da agricultura de subsistência. A partir desse momento, segundo Andrezza e Trindade,<sup>12</sup> visitar as colônias de imigrantes, dispersas pelo Paraná, aos olhos dos brasileiros, equivalia a um passeio pelas aldeias do interior da Europa.

Ao lado de grandes contingentes imigratórios, formados sobretudo por colonos eslavos e italianos, estavam os imigrantes alemães e portugueses. Estes últimos, porém, ao contrário dos demais grupos de imigrantes que eram trazidos com o amparo do governo brasileiro e direcionados para a área rural, chegavam de forma espontânea e preferiam permanecer no espaço urbano, atuando na área de comércio e serviços.

Ao partilhar esse espaço em uma cidade sem infra-estrutura adequada para receber tamanho contingente populacional, o cotidiano dos habitantes de modo geral, e dos imigrantes em particular, passou a ter como uma das marcas as tensões e os conflitos, provocados pela concorrência não só no comércio, mas também nas atividades ligadas ao setor de serviços uma vez que, no período anterior à chegada desses novos grupos, os luso-brasileiros é que detinham o monopólio do comércio varejista em geral.

Ao lado das disputas na esfera econômica também mereciam destaque as diferenças culturais, políticas e ideológicas entre as diferentes etnias. Ainda que todos tivessem em comum a condição de estrangeiros, cada grupo, em particular, procurava manter sua identidade cultural, delimitando um território simbólico que fosse capaz de salvaguardar as características próprias de sua etnia e definir suas relações com os “outros”.<sup>13</sup>

---

12 ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina M. de C. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: Seed, 2001.

13 BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1995. p. 309.

No Paraná, tradicionalmente, os portugueses e seus descendentes ocupavam lugar privilegiado no comércio e na indústria.<sup>14</sup> No entanto, a chegada desses novos imigrantes veio, de algum modo, colocar em xeque a condição de “estabelecidos” que eles detinham até então.

Esse novo contexto obrigou o grupo a posicionar-se perante os demais, com o intuito de delimitar um território simbólico que demarcasse a sua relação com os “outros”. Como afirma Bronislaw Baczko, a designação de uma identidade coletiva corresponde a formar imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados”<sup>15</sup>

Assim, a despeito de sua baixa representatividade numérica,<sup>16</sup> se comparada com outros núcleos urbanos do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belém, a comunidade lusitana fixada em Curitiba passou a dedicar-se ao projeto de criação de uma sociedade beneficente destinada exclusivamente aos imigrantes oriundos de Portugal.

O grupo responsável por esse projeto era constituído por portugueses que já estavam estabelecidos no Estado havia algum tempo e detinham fortes vínculos com o setor comercial.

Antes deles, cabe mencionar o grupo imigrante que se preocupava em criar um espaço cultural, em Curitiba, destinado exclusivamente aos membros de sua etnia, que foi o dos germânicos. Amantes das atividades esportivas, da música e da dança, os alemães criaram em 1869 a Sociedade Germânia. Pouco tempo depois fundaram a Sociedade Concórdia e, em 1884, da fusão das duas surgiu a Sociedade de Cantores Alemães. Todavia, ao que parece, es-

---

14 Aproximadamente 63% dos estabelecimentos comerciais anunciados no *Jornal 19 de Dezembro*, entre 1954 e 1989, pertenciam a luso-brasileiros. Do mesmo modo, do total de 4.644 empresas registradas pela Junta Comercial do Paraná, de 1890 a 1930, 39,5% pertenciam a proprietários de ascendência luso-brasileira (WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Altiva P. *Portugueses no Paraná*. In: LOPES, Renato L. (Org.). *Cultura & Poder: Portugal-Brasil no século XX*. Juruá, 2003. p. 23-35.

15 BACZKO, citado, p. 309.

16 De acordo com o censo de 1872, os portugueses constituíam 20% dos estrangeiros existentes na população da Província do Paraná, num total de 534 pessoas. No recenseamento de 1900 essa proporção subiu um pouco, embora o número total de imigrantes (504) tenha sofrido um pequeno decréscimo. Em 1920 eles totalizavam 1.808 habitantes (WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Altiva P. *Portugueses no Paraná*. In: LOPES, Renato L. (Org.). *Cultura & Poder: Portugal-Brasil no século XX*. Juruá, 2003. p. 31).

sas associações tinham caráter meramente cultural e recreativo, congregando em seu entorno, notadamente, representantes da camada de imigrantes mais bem-sucedidos, estabelecendo, nesse caso, exclusivamente laços horizontais de solidariedade.

Somente em 1884, contudo, os alemães fundaram sua primeira associação de caráter mutualista, a *Handwerker-Unterstützungs-Verein* – atual Sociedade Beneficente Rio Branco –, que visava prestar auxílio econômico aos seus sócios, quase todos artesãos, em caso de doença, acidente ou morte. A partir desse fato, destaque-se, foram os imigrantes portugueses, e não os alemães, a terem a primazia na criação de sociedades beneficentes em Curitiba.

Ao que tudo indica, preocupados com a condição dos compatriotas menos favorecidos que estavam chegando à capital paranaense no último quartel do século 19, um grupo de portugueses que detinha certa visibilidade na esfera econômica se envolveu no projeto de criação da SPBPD, com o fim de “exercer a caridade ou proteger aos portugueses, que necessit[asse]m de uma ou outra coisa” (Estatuto, Art. 2º).<sup>17</sup>

A análise da documentação disponível no acervo da Sociedade, composta pelos estatutos, livros de registros de associados, atas e correspondências, mostra que, além do apoio material oferecido aos associados, havia, por parte dos fundadores, a preocupação em criar mecanismos que propiciassem a coesão do grupo, procurando integrá-los num circuito de relacionamentos nos moldes dos que Dosse qualifica como “comunidade de inscrição”.<sup>18</sup> Nessa perspectiva, além de aproximar os portugueses, buscando criar laços identitários, a SPBPD visava minimizar os problemas enfrentados pelos imigrantes recém-chegados, acolhendo-os num território simbólico que fosse capaz de aproximá-los culturalmente.

A implementação desse projeto implicava, no entanto, a formulação de medidas que propiciassem a geração de recursos para dar sustentação material aos novos imigrantes que necessitavam de emprego e moradia, como também de apoio jurídico nas questões legais e de atendimento nos problemas relacionados à saúde.

---

17 Para facilitar a leitura, a grafia original dos documentos foi atualizada.

18 DOSSE, François. *De l'histoire des idées à l'histoire intellectuelle*. Palestra proferida em 16 abr. 2001, na UFPR.

Em que pese a existência de lacunas na documentação, sobretudo no que diz respeito às duas primeiras décadas de funcionamento da SPBPD, é possível perceber que a efetivação dos objetivos do grupo dependia não só da ajuda financeira dos associados, mas sobretudo do apoio e solidariedade de determinados setores da sociedade. Esse reconhecimento, traduzido em apoio e solidariedade, constituía-se em capital simbólico que dava sustentação, legitimidade e prestígio à entidade e aos seus participantes. Esse mecanismo fica bastante evidenciado nas correspondências encaminhadas pelas diversas diretorias da SPBPD, a cada início de gestão.

Na coleção de correspondências enviadas pela Diretoria eleita em 1898, por exemplo, a tônica era a de continuar contando com o apoio não só do governo estadual, a quem rogavam “a valiosíssima proteção ... para eficazmente cumprir os fins para que foi criada esta Sociedade [que é de] auxiliar os portugueses residentes nesse hospitaleiro Estado”, mas também de profissionais que pudessem prestar à SPBPD “gratuita e dedicadamente os serviços da nobilíssima profissão que ... tão distintamente exerciam”.

Assim, para realizar essas atividades, além dos recursos angariados através da contribuição dos associados ativos, a entidade contava com o apoio dos sócios beneméritos e benfeitores.<sup>19</sup> Desse modo, além das boas relações com o poder público e demais agremiações existentes na cidade, a Diretoria procurava manter um contato estreito com profissionais que através da prática filantrópica prestassem apoio aos associados e demais imigrantes portugueses.

Como anteriormente mencionado, já foi possível identificar que o grupo responsável pela organização da SPBPD pertencia à elite curitibana e detinha fortes vínculos com o setor comercial. Assim, ao lado de prósperos negociantes como era o caso de José Loureiro Fernandes,<sup>20</sup> estavam profissionais

---

19 Além do sócio ativo, o Estatuto da Sociedade previa duas outras categorias de associados, a dos beneméritos e a dos benfeitores. Mais tarde surgiu uma quarta categoria, constituída pelos sócios correspondentes. Os beneméritos eram aqueles que despendiam contribuições significativas para a associação e não precisavam usufruir as benesses conferidas aos demais associados. Já a categoria dos benfeitores era constituída por aqueles que ofereciam seus préstimos à sociedade, contribuindo para minimizar os problemas dos imigrantes, a exemplo dos serviços oferecidos por profissionais ligados à área da saúde, como médicos e farmacêuticos.

20 Conhecido como José Nabo, José Loureiro Fernandes fundou em 1860, na principal rua da cidade, a Quinze de Novembro, uma casa importadora.

reconhecidos como o boticário Francisco Requião e o construtor José Moreira de Freitas.<sup>21</sup>

Interessante notar que, ao longo do período analisado, de um total de 57 associados que declararam a sua profissão no momento da filiação, 34 deles (60%) eram comerciantes. Entre os 40% restantes estavam oito negociantes, quatro operários, três artistas, três industriais, dois professores, dois barbeiros, dois proprietários, um farmacêutico e um pintor. Ou seja, de modo geral, faziam parte do corpo de associados notadamente imigrantes que detinham qualificação profissional, do que se pode supor que já haviam conquistado certa estabilidade econômica.

Cabe ressaltar, no entanto, que esse perfil não condiz com o modelo do português, predominantemente pobre, que imigrou para o Brasil a partir de meados do século 19, quando teve início a imigração de massa, de acordo com as análises de Renato Pinto Venâncio.<sup>22</sup> Segundo esse autor, os imigrantes que chegaram nesse período, ao contrário do perfil encontrado na SPBPD, eram pequenos proprietários rurais pobres, rudes, originários do norte de Portugal, da região do Minho.

Depreende-se, desse modo, que os associados da SPBPD, representavam uma parcela restrita do total de imigrantes portugueses que chegaram ao Paraná no período analisado. Já quando o assunto se refere à procedência dos associados, existe maior aproximação com o padrão referido por Pinto Venâncio. Embora as informações disponíveis sejam igualmente escassas, pois apenas 11% deles fazem referência à naturalidade, a maioria vinha da região Norte de Portugal. Mesmo assim, ao lado de imigrantes vindos de localidades como Viana do Castelo, Braga, Porto e Vila Real, aparecem também aqueles procedentes de outras regiões, a exemplo de Viseu, Santarém, Lisboa e Açores.

Assim o que se verifica é que, de modo geral, o corpo de associados era formado por uma clientela exclusivamente masculina, constituída por imigrantes que tinham entre 15 e 40 anos, com predominância na faixa entre 30 e 35 anos. Vieram em busca de oportunidades de trabalho numa capital que, embora acanhada, se oferecia como um pólo de atração promissor para diferentes grupos de imigrantes.

---

21 Este último teve seu nome ligado às obras de construção da Igreja Catedral, em Curitiba.

22 VENÂNCIO, Renato. P. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 61-77.

O desejo de reivindicar um espaço próprio, configurado pela constituição de uma comunidade restrita, voltada apenas aos que comungavam a mesma origem, transparece nas exigências impostas pelo Estatuto da SPBPD, aprovado pelo governo da Província em janeiro de 1879. Redigido pelos membros da primeira diretoria, o documento definia que para ser aceito como sócio ativo o candidato deveria atender a dois requisitos básicos: além de ser português, necessitava ter a indicação de um ou mais sócios. Uma vez aceito pela diretoria o novo associado se comprometia a pagar, no ato de receber o título, a jóia de 20\$000, e a mensalidade de 1\$000.

Seguindo o modelo adotado pelas entidades de beneficência portuguesa existentes nas demais cidades brasileiras, a SPBPD tinha como objetivo apoiar e proteger seus compatriotas. De acordo com o Art. 2º do Estatuto, redigido de forma clara e precisa, os imigrantes poderiam contar com os préstimos da entidade em duas situações em especial: na enfermidade e na prisão.

No primeiro caso, a preocupação dos imigrantes pode ser associada aos problemas de saúde que afetavam a população brasileira, bem como às políticas higienistas próprias dessa época. No final do século 19 e início do 20, além das epidemias de febre amarela, varíola e peste bubônica havia o fantasma da tuberculose. Como se sabe, com a nova organização social e econômica, resultante do processo de crescimento urbano, criou-se um ambiente favorável à transmissão da doença entre as camadas menos favorecidas. Em decorrência das precárias condições de vida impostas a esse segmento da população, a tuberculose assumiu definitivamente o papel de patologia transmissível e de caráter social. Entretanto, o Estado não estava aparelhado para dar conta do número crescente de pessoas vitimadas por essa e outras doenças. Em Curitiba a situação era extremamente precária, pois a população era atendida por uma única instituição hospitalar, a Santa Casa de Misericórdia, instalada provisoriamente à rua Treze de Maio.<sup>23</sup>

---

23 Embora tenha sua origem em 1843; graças à iniciativa de um grupo de idealistas, sob a denominação de Fraternidade Curitibana, a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba foi definitivamente instituída em 9 de junho de 1852. Iniciou suas primeiras atividades em sede provisória, situada na atual rua Treze de Maio com o objetivo de prestar apoio à Santa Casa de Paranaguá, na época lotada de doentes afetados pela epidemia de cólera-morbo. Somente a partir de 1880 a instituição passou a contar com uma sede própria, cuja construção havia sido iniciada em 1868.

Nesse contexto, diante da ausência de um hospital adequado para atender a população, a SPBPD se propunha a “promover a cura [dos imigrantes necessitados] em enfermarias da sociedade ou em casas particulares, com assistência de médico e fornecimento de medicamentos”. Seguindo o modelo adotado com sucesso por outras associações portuguesas, o Estatuto previa a “construção de um hospital, que inaugurado, dispensaria ... a despesa com manutenção de enfermarias particulares ou da sociedade” (Estatuto, Art. 17).

O projeto de construção do hospital contou com o empenho efetivo não só dos membros da entidade mas também de outros representantes da elite paranaense, como foi o caso da baronesa do Cerro Azul, que, no início do século 20, fez à SPBPD a doação de um terreno para a construção do referido hospital. Apesar dos esforços, no entanto, o projeto não foi plenamente concretizado. O terreno doado para a sua construção chegou a abrigar algumas construções de madeira, que serviram como enfermaria, mas acabou sendo vendido a fim de possibilitar a aquisição do terreno para a construção de uma sede própria.

Em face da ausência de um espaço próprio para acomodar os doentes, cabia ao administrador da beneficência a tarefa de “visitar os enfermos, quer nas enfermarias da sociedade, quer nas particulares, cujos doentes receberam socorros da sociedade, para conhecer das necessidades mediatas ou imediatas e informar à Diretoria ou Presidente” (Estatuto, Art. 25).

Nesse momento, a colaboração de médicos e farmacêuticos, que prestavam atendimento gratuito aos enfermos, era fundamental para a efetivação dos propósitos da entidade. Além da colaboração desses conceituados profissionais, a SPBPD contava também com o auxílio de imigrantes do povo que acolhiam seus compatriotas. Aliás, esse é um dos raros momentos em que as mulheres comuns ganham visibilidade na documentação produzida pelo grupo. Nesse sentido, merece destaque a correspondência encaminhada, no dia 2 de agosto de 1899, à sra. Balbina de Almeida, “comunicando o voto de louvor registrado em ata e os agradecimentos pelo tratamento gratuito e generoso que fizeste quando enfermo o nosso consócio José Nunes de Sá Costa, falecido em vossa respeitosa casa”.

A preocupação da SPBPD com as instituições de saúde e com a condição dos doentes e crianças desamparadas pode ser evidenciada até mesmo na definição sobre a destinação dos recursos em caso de dissolução da entidade.

Nesse caso, de acordo com o Art. 36, o fundo da sociedade seria dividido em três partes iguais, entregues para a Santa Casa de Misericórdia e para as casas de asilo da infância de Lisboa e do Porto.

Outro objetivo da SPBPD era prestar assistência ao imigrante em caso de prisão, oferecendo a ele “os meios de defesa, quando esta não ofende[sse] ao país”. Como se sabe, essa situação era mais recorrente entre os portugueses que viviam em cidades mais populosas, como Rio de Janeiro e São Paulo, onde a possibilidade de envolvimento em conflitos por conta dos movimentos sociais e políticos tornava-se mais efetiva.

Todavia, em que pese a participação pouco representativa dos portugueses na população curitibana, muitos dos jovens imigrantes recém-chegados atuavam em setores de trabalho que estavam mais sujeitos às tensões sociais. Como ferroviários, carroceiros, padeiros ou operários, os portugueses, juntamente com outros imigrantes, não raro ganhavam visibilidade na imprensa curitibana, graças ao envolvimento em movimentos reivindicatórios por melhores condições de trabalho.

Porém, em função da baixa qualificação, muitas vezes esses imigrantes, por não encontrarem espaço no mercado de trabalho, acabavam se envolvendo em conflitos que resultavam em prisão ou processos criminais. Nessa situação, a ajuda da Sociedade tornava-se essencial para a defesa do acusado. Nessa mesma direção, a preocupação da entidade com as condições materiais dos imigrantes também era evidenciada no Estatuto ao externar a necessidade de conceder os “meios necessários ao que, por infelicidade se veja obrigado a pedir, e peça socorros à sociedade, a qual empregará esforços para fazer mudar suas circunstâncias, mesmo facilitando-lhe o transporte para outra província” (Art. 2º, §4º).

O teor da carta encaminhada à Diretoria da Sociedade Portuguesa de Santos, em 1º de agosto de 1899, exemplifica a atuação da entidade nesse sentido:

É portador do presente nosso compatriota sr. Francisco Fernandes, que devido a um acidente que lhe houve em trabalhos da Estrada de Ferro, vê-se impossibilitado de angariar meios de subsistência devido o seu precário estado de saúde, e como deseja regressar à Pátria e a nossa Sociedade está parca em recursos só nos permitindo pagar a passagem até essa: contamos que essa insígnia sociedade lhe

proporcione os recursos de que é merecedor, pelo que de ante mão esta diretoria vos agradece...

De igual maneira, vários documentos expressam não só o interesse da SPBPD em disponibilizar recursos aos imigrantes que desejavam retornar, mas também o relacionamento mantido com outras associações similares. Na ata de 30 de julho de 1899 havia sido aprovada a resolução do pagamento a Francisco Fernandes, português, da quantia de 300 mil réis para retirar-se para Portugal, encomendando-se oficialmente à Sociedade Portuguesa Beneficente de Santos e ao Presidente da Caixa de Escolas a portugueses pobres, sr. Eugênio da Silveira, do Rio de Janeiro. Também era papel da SPBPD “alimentar e vestir, quando habilitada, os indigentes, que por aleijados ou enfermos não possam trabalhar, e precisem por isso da caridade pública” (Art. 2º, §7º).

Embora a redação do texto seja vaga, sugerindo que o apoio aos pobres não era restrito apenas aos imigrantes portugueses, na seqüência o documento chama atenção para a condição preferencial dos associados, ao alertar que: “Todos os sócios e as suas famílias têm direito à beneficência da sociedade de preferência a qualquer estranho, desde que caiam na pobreza e não possam trabalhar, para se manterem honestamente, se não tiverem faltado às obrigações impostas pelos estatutos e regulamentos (Art. 11).

Cabe ressaltar o fato de que a SPBPD não atendia apenas aos imigrantes necessitados residentes na capital, mas a todos aqueles que recorriam ao seu auxílio. Em ata de 8 de dezembro de 1898, o Administrador da Beneficência fez ver à Diretoria “o estado precário em que se acha o nosso compatriota Antonio José de Sampaio Souza, morador em Campo Largo, pedindo para lhe ser dada mensalmente uma mesada, visto que se acha cego, sem recurso algum para sua subsistência”. A proposta foi aprovada, sendo-lhe concedida uma pensão mensal de 30 mil réis.

Na reunião seguinte, realizada em 5 de março de 1899, o Administrador de Beneficência, Manoel Cunha, ao abrir a sessão, declarou que tendo-se a ele apresentado alguns portugueses que se achavam em precárias condições resolveu socorrê-los pecuniariamente,

sendo um o sr. Manoel José do Valle, residente em Rio Negro neste Estado, a quem deu cem mil réis de uma só vez, fez ver mais o estado de pobreza em que se acha o nosso compatriota Eduardo Correia Paulino, residente nesta capital, que achando-

se gravemente enfermo, bem como sua mulher e filha e sem recurso de espécie alguma, pedia que lhe fosse abonada uma mesada para lhe ser paga mensalmente.

Em seguida, o sr. Presidente consultou a Diretoria e esta foi de acordo em aprovar “a dádiva ao nosso compatriota Manoel José do Valle e dar-se uma mensalidade de 120 mil réis a contar de 15 de novembro de 1898 ao nosso compatriota Eduardo Correia Paulino” (Ata, 5.03.1899).

Na reunião de setembro foi autorizado o pagamento de 30 mil réis à sra. Clementina Vasconcellos, “casada, portuguesa, visto seu marido, também português, achar-se enfermo e sem recursos” (Ata 12.09.1899).

Cabe destacar que, além das atribuições ligadas à saúde e à proteção jurídica, a SPBPD também assumia para si a tarefa de atender os associados e demais conterrâneos carentes no momento da morte. Nesse caso, caberia à entidade não só “mandar fazer o funeral dos que falecessem em estado de miséria ou pobreza” (Art. 2º, §2º), mas também “socorrer as famílias pobres e honestas dos que tiverem falecido” (Art. 2º, §5º).

No que se refere a esse item, são numerosos os registros atestando a aprovação de despesas relativas a funerais. Ao lado dos registros de falecimento dos associados e das respectivas despesas, também aparecem correspondências enviadas aos párocos “agradecendo a missa pela alma de um sócio, sem retribuição alguma”.

Por último, mas não menos importante, outro aspecto que chama atenção no conteúdo do Estatuto era o cuidado com a conduta moral das pessoas que eram aceitas na SPBPD. O desejo do grupo de adequar-se ao modelo da sociedade disciplinar, cujo projeto, marcado pela normatização e pelo controle, vinha sendo construído no contexto do final do século 19, estava expresso no documento ao prever que cabia à Diretoria “admoestar ao sócio, chefe de família, quando não cure regularmente da educação dos filhos, ou quando ele mesmo se afastar do caminho do justo e do honesto” (Art.2º, §8º). Ou seja, no jogo das relações de poder, a SPBPD impunha um modelo de conduta, cuja condição para continuar pertencendo àquela comunidade de inscrição era adequar-se ao modelo de homem íntegro, cidadão honesto e bem-sucedido.

Assim, o que se percebe é que, muito embora as ações da SPBPD aparentemente se limitassem ao atendimento de demandas pragmáticas, eram reveladoras de uma identidade em construção. A despeito das diferenças sociais,

econômicas e políticas existentes entre os imigrantes, o grupo precisava preservar a coesão, a partir da obtenção de um sistema único de percepção. E esse processo só poderia concretizar-se através da imposição de princípios de visão e de divisão comuns, que dessem à comunidade “uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade”, como afirma Bourdieu.<sup>24</sup>

Dentro dessa perspectiva, o estabelecimento de uma rede verticalizada de solidariedade, visando dar apoio aos imigrantes necessitados, permitia a construção de um quadro de referências simbólicas que, se por um lado socorria os desvalidos; por outro contribuía para o fortalecimento do prestígio social daqueles que podiam praticar a filantropia. Essa relação de interdependência, além de produzir sentidos, favorecia a regulação de comportamentos; a distribuição de papéis sociais e a realimentação das redes de poder.

Ao fim e ao cabo, muito em função desse jogo de relações de poder, de caráter beneficente e portanto hierárquico, os imigrantes portugueses acabaram produzindo para si um espaço exclusivo, o qual por sua vez concorreu fortemente para a criação de um campo de identificações especificamente portuguesas. É possível supor, assim, que aqueles imigrantes encontraram na SPBPD um território que os tornou efetivamente imigrantes, em um contexto político-social que desde as primeiras décadas do século buscava negar sua integração a Portugal.

---

24 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996. p. 111.



# IMIGRAÇÃO: IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO, 1903-1916

Vitor Manoel Marques da Fonseca  
Arquivo Nacional – Brasil

Nas primeiras décadas do século 20, alguns intelectuais, fazendo aquilo que era o seu ofício, ou seja, pensar a realidade e tentar racionalizá-la, buscavam explicar o grau de desenvolvimento de nossa sociedade em comparação com outras, principalmente a norte-americana, já então hegemônica, afirmando que o brasileiro era caracteristicamente insolidário. Esse era o caso de Alberto Torres, Manoel Bonfim, Nestor Duarte, Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Viana, este último o que mais se dedicou a defender essa tese.<sup>1</sup>

Esse traço de nosso “caráter” era, do ponto de vista histórico, às vezes até considerado positivo, como por exemplo quando Oliveira Viana o via como uma condição necessária para a ocupação do vasto território que desafiava a colonização portuguesa e que tinha de ser defendido diante da cobiça de outras coroas, mas, decididamente, à época em que escreviam, constituía, em seus esquemas mentais, um grande problema para a sociedade brasileira.

---

1 Uma exposição detalhada dos raciocínios desses pensadores pode ser encontrada em FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Observe-se que, neste trabalho, todos os textos e nomes próprios em português serão citados ou transcritos de maneira atualizada, de acordo com as regras ortográficas atuais ou com: Academia Brasileira de Letras. *Vocabulário onomástico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Academia, 1999. 266p.

O desejo de confrontar essa afirmação com o estudo de fontes empíricas sobre o associativismo, principalmente com base na existência de um significativo conjunto de registros de associações no fundo documental do 1º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, integrante do acervo do Arquivo Nacional, levou à elaboração de uma tese de doutorado limitada cronologicamente pela criação desse Ofício e pela entrada em vigor do Código Civil, que dispunha legalmente sobre a matéria. O resultado do trabalho<sup>2</sup> indicou a existência, desde o Império – quando até 1882 tais organizações necessitavam de autorização do Estado para funcionarem –, de um forte movimento associativo na cidade.

Por associativismo entendemos a formação e funcionamento do que em sociologia é normalmente denominado “associação voluntária”, ou seja, um grupo formado por pessoas que se associam com base em um interesse comum e cuja participação não é obrigatória nem determinada por nascimento, e que existe independentemente do Estado.<sup>3</sup> Além disso, trata-se de “uma entidade organizada de indivíduos coligados entre si por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados modelos de comportamento oficialmente aprovados”<sup>4</sup>.

Essa definição retira do nosso universo alguns tipos de grupos como, por exemplo, os movimentos, mas continua ampla o suficiente para nela poderem ser compreendidas sociedades com fins lucrativos ou genericamente econômicos, o que não é de modo algum nosso interesse. Nossa preocupação era mais restrita: preocupamo-nos somente com associações formais que se constituíram com identidade própria, com duração prevista e estrutura organizacional estabelecida, e que realizaram seu registro junto ao Estado, visando

---

2 FONSECA, citado. A Profa. Dra. Ismênia de Lima Martins foi orientadora de sua realização, cabendo aqui, mais uma vez, nossos agradecimentos.

3 Definições de associações, do ponto de vista das ciências sociais podem ser encontradas em SILLS, David L. (Ed.). *International encyclopedia of the social sciences*. New York, 1968. v. 16, p. 357-79; MIRANDA NETTO, Antônio Garcia de (Coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986; BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Coord.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2v.

4 BOBBIO, Norberto et al., citados, p. 64.

obter personalidade jurídica. Tais associações podiam ter “fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio”.<sup>5</sup>

Para uma idéia do vigor do associativismo, alguns dados quantitativos podem ser interessantes: entre 1840 e 1889, são referenciadas no *Almanak Laemmert* 640 associações; o 1.º Ofício realiza, entre 1903 e 1916, 832 registros, relativos a 682 organizações, das quais trabalhamos com 668 que se enquadravam na definição assumida; na Polícia do Distrito Federal, nos anos de 1906, 1908, 1911, 1912; 1913, 1915 e 1916, ocorrem 1.342 processos de registro ou de pedidos de saída à via pública, relativos a 953 associações.

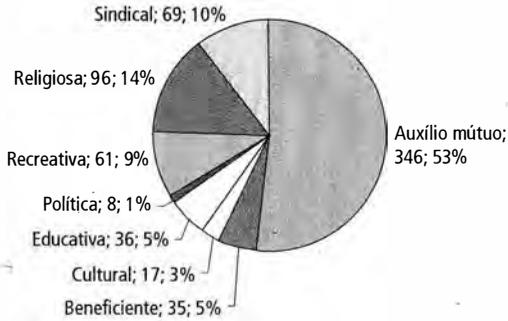
Essas agremiações tinham perfis diferentes, muitas vezes matizados por características específicas. Trabalhando com as 668 associações que se registraram no 1.º Ofício para a obtenção de personalidade jurídica, o que lhes permitia possuir e administrar bens e promover ações judiciais, construímos categorias de distinção, a partir da maneira como eram classificadas na legislação e na bibliografia e, principalmente, com base nos fins que eram definidos em seus estatutos. A tipologia adotada separou-as em: *associações de auxílio mútuo*, que asseguravam um determinado tipo de benefício com base no fato de os membros participarem mensalmente com uma contribuição estipulada; *beneficentes*, que visavam prestar a não membros algum tipo de “socorro”; *culturais*, que congregavam pessoas em torno de atividades de cunho intelectual ou artístico; *educativas*, que visavam prestar algum tipo de educação formal; *políticas*, que visavam uma atuação na esfera da disputa eleitoral; *recreativas*, que visavam se constituir em centros de lazer ou desporto; *religiosas*, organizadas com base num credo religioso comum, e *sindicais*, que assumiam a defesa de uma dada categoria diante do patronato ou do Estado.

Algumas vezes, além desses objetivos, algumas associações, além das características já expostas, constituíam-se também com base em outros traços distintivos, como categoria profissional, empresa, ou nacionalidade/naturalidade. O Gráfico 1 representa a distribuição das associações por tipos.

---

5 BRASIL. Lei no 173, de 10 set: 1893, art. 1.º

Gráfico 1 – Associações por tipo.



Neste trabalho, aprofundaremos a análise de associações ligadas diretamente a portugueses, ou seja, as que exigiam para ingresso de membros a nacionalidade lusitana. Existiam, também, outras que, embora cosmopolitas, ou seja, sem restrições para ingresso com base em nacionalidade, em algum momento, no seu título ou em alguma determinação presente nos estatutos, indicavam a influência portuguesa. Como as informações sobre elas também terão importância em nossa análise, seguem-se seus nomes, datas de fundação, registros e datas em que foram realizados.

QUADRO 1 – Associações com influência portuguesa.

Reg.	Nome	Data reg.	Data fund.
314	Associação Beneficente Homenagem a o Conselheiro Antônio Enes	03.04.1908	29.11.1896
216	Associação Beneficente Homenagem a o Escritor Português Ramalho Ortigão	25.04.1907	21.09.1887
170	Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henriques e Serpa Pinto	25.01.1907	20.06.1903
433		14.05.1910	
303	Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	18.02.1908	01.01.1882
769		10.02.1916	
122	Associação de Socorros Mútuos D. Maria Pia	09.01.1907	12.06.1881
386		15.05.1909	
176	Associação de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião	31.01.1907	08.09.1883
217	Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho	25.04.1907	22.01.1884
383		11.05.1909	
168	Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal	25.01.1907	15.08.1882
392		28.06.1909	
165	Associação de Socorros Mútuos Memória ao Poeta Bocage	24.01.1907	07.09.1884
121	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama	09.01.1907	11.07.1880
387			

QUADRO 1 – Associações com influência portuguesa (cont.).

Reg.	Nome	Data reg.	Data fund.
594	Centro Beneficente Bernardino Machado	26.05.1913	05.10.1912
175	Centro Beneficente D. Amélia, Rainha de Portugal	30.01.1907	23.10.1898
194	Centro Beneficente Homenagem ao Conselheiro Augusto de Castilho	05.03.1907	07.01.1902
587	Centro Beneficente Paiva Couceiro	16.04.1913	28.09.1912
663		27.05.1914	
370	Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque	12.02.1909	01.04.1897
111	Clube de Regatas Vasco da Gama	26.11.1906	21.08.1898
256	Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I, Rei de Portugal	31.07.1907	08.04.1883
125	Congregação Familiar de Socorros Santa Isabel Rainha de Portugal	11.01.1907	31.03.1895
150	Congresso Beneficente Alto Mearim (Martins de Pinho)	18.01.1907	15.08.1886
690		23.11.1914	
243	Congresso Beneficente General Cunha	01.07.1907	21.04.1900
676	Devoção Particular do Divino Espírito Santo de Vila Isabel	18.08.1914	
149	Fraternidade Beneficente da Colônia Portuguesa	18.01.1907	29.06.1884
126	Grêmio Beneficente a Memória de Camilo Castelo Branco	11.01.1907	30.05.1884
384		14.05.1909	
354	Loja Capitular Luís de Camões, Benemérita	19.11.1908	09.09.1880
161	Real Associação Beneficente Condes de Matosinhos e São Cosme do Vale	23.01.1907	15.08.1865
239	Real Associação de Socorros Mútuos a Memória D. Luís I	12.06.1907	10.06.1872
597		04.06.1913	
783	Real Gabinete Português de Leitura	24.05.1916	14.05.1837
177	Real Sociedade Clube Ginástico Português	01.02.1907	31.10.1868
119	Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia	09.01.1907	05.05.1888
396		24.07.1909	
711	Sociedade Beneficente Homenagem a Azevedo Coutinho, o herói do Zambeze	18.03.1915	22.01.1891
135	Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses do Primeiro de Dezembro de 1640	15.01.1907	25.04.1884
407	Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses Rainha Santa Isabel	30.09.1909	26.04.1884
293	União Social	28.12.1907	22.08.1907
522		18.11.1911	

## AS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS

Toda associação, ao congregar alguns indivíduos, separa-os do restante da sociedade; em outras palavras, toda associação implica algum tipo de exclusão. Nesse sentido, fica mais fácil entender a posição de alguns pensadores

que eram contra associações – Hobbes, por exemplo, via grupos como ameaças ao Estado e proclamava que os direitos dos indivíduos eram mais importantes que os dos grupos; Rousseau era contra grupos e associações, na medida em que, enquanto “sociedades parciais”, podiam impedir a completa expressão da vontade geral.

Nesse sentido, associações com base em nacionalidade, ao mesmo tempo em que unem conterrâneos em torno de interesses comuns, são, inexoravelmente, também locais de exclusão, na medida em que delas não podem participar indivíduos que pertencem a outras nacionalidades. Obviamente, no caso concreto de nosso estudo, uma associação de nacionalidade estrangeira exclui não só as demais pessoas de outras nacionalidades, mas principalmente impede a participação dos brasileiros, ou seja, dos nacionais da sociedade de acolhimento.

Do total das associações levantadas, 29 são de subtipo nacionalidade, 19 das quais de auxílio mútuo, duas beneficentes, uma cultural, uma educativa, duas políticas e quatro sindicais, distribuídas por nacionalidade conforme o Quadro 2.

QUADRO 2 – Associações subtipo nacionalidade, por tipo e nacionalidade.

Tipo	Americana	Belga	Bras.	Esp.	Franc.	Ingl.	Israel.	Ital.	Intern.	Port.	Total
Auxílio mútuo	–	–	1	–	–	1	3	2	–	12	19
Beneficência	–	1	–	–	1	–	–	–	–	–	2
Cultural	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	1
Educativa	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–	1
Política	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	2
Sindical	1	–	–	–	–	–	–	–	1	2	4
Total	1	1	1	1	1	1	3	2	1	17	29

A existência de associações que têm entre seus traços distintivos o pertencimento a uma dada nacionalidade tem a ver com a grande presença de estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro, e a dominância das sociedades portuguesas reflete a importância dessa colônia. De fato, isso é facilmente demonstrado pelas fontes censitárias existentes – em 1890,<sup>6</sup> 29,70% da popu-

6 BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Distrito Federal* (cidade do Rio de Janeiro) em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895. 455p.

lação total do Rio de Janeiro era estrangeira, sendo 20,37% portugueses; em 1906,<sup>7</sup> 25,94% da população era de estrangeiros, 16,37% dos quais portugueses; em 1920,<sup>8</sup> os estrangeiros eram 20,65%, os portugueses perfazendo 14,88% da população total.

As associações portuguesas registradas são as que constam no Quadro 3. Os vários registros são explicados pela determinação da Lei n.º 173, de 10 de setembro de 1893, de se proceder a novo registro toda vez que houvesse alteração no estatuto.

QUADRO 3 – Associações portuguesas.

Reg.	Nome	Data reg.	Data fund.
129	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa	14.01.1907	29.06.1884
415		25.11.1909	
773	Associação Marítima dos Poveiros	16.02.1916	16.07.1915
124	Associação Portuguesa de Beneficência Memória a Luís de Camões	09.01.1907	10.06.1880
772		15.02.1916	
780	Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro	29.04.1916	16.09.1911
169	Centro Beneficente da Colônia Portuguesa	25.01.1907	24.05.1896
368	Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses	25.01.1909	05.07.1908
429		15.04.1910	
744		14.10.1915	
558	Centro Monárquico Português	29.08.1912	
117	Congregação dos Artistas Portugueses	09.01.1907	28.09.1883
378		16.04.1909	
792		12.07.1916	
142	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	17.01.1907	08.07.1882
431		25.04.1910	
816		25.10.1916	
349	Grêmio Republicano Português	23.10.1908	19.05.1908
488	Liga Monárquica D. Manuel II	07.06.1911	

7 BRASIL. *Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 maio 2007.

8 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*. v.II, 1ª parte: população do Rio de Janeiro (Districto Federal). Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 maio 2007.

QUADRO 3 – Associações portuguesas (cont.).

Reg.	Nome	Data reg.	Data fund.
130	Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses	14.01.1907	26.05.1863
160	Real Centro da Colônia Portuguesa [do Rio de Janeiro]	23.01.1907	23.12.1892
586		05.04.1913	
260	Retiro Literário Português	12.08.1907	30.06.1859
156	Sociedade Fraternidade Açoriana	21.01.1907	15.08.1881
531		29.02.1912	
40	Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, Real e Benemérita	16.08.1904	31.05.1863
550		02.07.1912	
328	União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos	14.06.1908	18.08.1907

É interessante observar a inexistência de sociedades beneficentes portuguesas, ao passo que há uma clara dominância de associações de auxílio mútuo. A primeira questão a ser lembrada é que o número de associações beneficentes é extremamente pequeno, o que tem a ver com uma sociedade majoritariamente constituída por indivíduos de condições econômicas mais limitadas, para os quais não deveria haver sobra de recursos para a prática da beneficência. Nesse sentido, a colônia portuguesa, majoritária no Rio de Janeiro, tinha a maior parte de seus membros integrando esses setores mais pobres da população, e a eles ocorria o mesmo que à maior parte da sociedade – inexistência de disponibilidade financeira para pertencer a uma sociedade beneficente.

Entretanto, são portuguesas a única associação cultural, as únicas duas de caráter político e duas das quatro sindicais, o que indica a grande variedade de associações mantidas por membros dessa colônia.

## ASSOCIAÇÕES COMO ESPAÇOS DE IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO DOS PORTUGUESES

Em nosso trabalho, não tivemos acesso a fichas individuais de associação. Entretanto, nos registros, as associações eram obrigadas a fornecer os nomes de seus diretores bem como, sempre que possível, dos fundadores. Ora, como o que estamos chamando de “associação portuguesa” definia a nacionalidade portuguesa como requisito fundamental para ingresso de sócios, cru-

zamos os nomes de fundadores e diretores citados nos registros, o que nos permitiu perceber que vários indivíduos participavam de mais de uma associação.

O resultado do levantamento apontou a repetição, como diretor e/ou fundador, dos nomes de portugueses reunidos no Quadro 4:

QUADRO 4 – Portugueses participantes como diretores e/ou fundadores de mais de uma associação.

Indivíduo	Associação e função	Reg.
Araújo, João de	Irmadade do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé (dir.)	34
	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa (dir.)	129
	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa (dir.)	415
	Irmadade do Glorioso Arcanjo São Miguel e Almas da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária (dir.)	21
	Ordem Terceira da Irmadade da Conceição, Venerável (dir.)	174
	Ordem Terceira de Nossa Senhora do Terço, Venerável Episcopal (dir.)	145
	Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses (dir.)	130
Carvalho, José	Associação Beneficente Homenagem ao Ator Dias Braga (fund.)	118
Justino de	Associação Beneficente Memória a Carlos Gomes (fund.)	123
	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama (fund.)	121
	Congregação dos Artistas Portugueses (fund.)	117
	Congresso de Beneficência Prudente de Morais (fund.)	120
	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia (fund.)	142
Castro, Simão	Associação Portuguesa de Beneficência Memória a Luis de Camões (dir.)	772
Fernandes de	Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses (dir.)	429
	Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses (dir.)	368
	Centro Beneficente Paiva Couceiro (dir.)	663
	Centro Beneficente Paiva Couceiro (dir.)	587
	Centro Humanitário Lauro Sodré (dir.)	215
	Congresso Beneficente Alto-Mearim (Martins de Pinho) (dir.)	690
	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia (dir.)	816
	Loja Capitular Operários do Monte Sinai (dir.)	435
	Sociedade de Beneficência Perfeita Amizade (dir.)	401
	Sociedade de Socorros Mútuos União Familiar Perfeita Amizade (dir.)	767
Sociedade União e Beneficência (dir.)	595	
Cerqueira, Manoel	Irmadade do Divino Espírito Santo da Capela de Mata-Porcos (dir.)	25
Joaquim de	Associação Beneficente à Memória de Dom Pedro de Alcântara (dir.)	476
	Associação de Socorros Mútuos à Memória de Saldanha da Gama (dir.)	438
	Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho (dir.)	383
	Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal (dir.)	168
	Caixa Beneficente Amparo das Famílias (dir.)	771
	Congresso Beneficente Alto-Mearim (Martins de Pinho) (dir.)	690
	Congresso Beneficente Campos Sales (dir.)	350

QUADRO 4 – Portugueses participantes como diretores e/ou fundadores de mais de uma associação (cont.).

Indivíduo	Associação e função	Reg.
	Congresso Beneficente Campos Sales (dir.)	136
	Congresso Beneficente General Cunha (dir.)	243
	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia (dir.)	816
	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia (dir.)	431
	Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco (dir.)	384
	Grêmio Beneficente a Memória de Camilo Castelo Branco (dir.)	126
	Real Associação de Socorros Mútuos Memória a D. Luís I (dir.)	597
	Real Centro da Colônia Portuguesa do Rio de Janeiro (dir.)	586
	Sociedade Beneficente Protetora das Colônias Memória ao Poeta Victor Hugo (df)	154
	Sociedade Beneficente Protetora das Colônias Memória ao Poeta Vitor Hugo (dir.)	687
	Sociedade de Beneficência Perfeita Amizade (dir.)	401
	Sociedade de Socorros Mútuos União Familiar Perfeita Amizade (dir.)	767
	Sociedade União Beneficente Protetora dos Cocheiros (dir.)	591
	Sociedade União e Beneficência (dir.)	75
	Sociedade União e Beneficência (dir.)	595
	União Beneficente das Famílias Honestas, Sociedade (dir.)	436
	União Social (dir.)	522
Coelho, Arnaldo	Associação Beneficente dos Empregados da Compagnie du Port de Rio de Janeiro (fund.)	500
Máximo	Centro Monárquico Português (fund.)	558
	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luis de Camões (dir.)	124
	Centro dos Industriais de Calçado e Classes Correlativas (dir.)	105
	Real Centro da Colônia Portuguesa (dir.)	160
	Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Classes Correlativas (dir.)	147
Gonçalves, Rosendo	Associação Beneficente à Memória de Dom Pedro de Alcântara (dir.)	476
José	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama (dir.)	121
	Congregação dos Artistas Portugueses (dir.)	117
	Congresso Beneficente Campos Sales (dir.)	136
	Congresso de Beneficência Prudente de Moraes (dir.)	120
	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia (dir.)	142
	Irmandade da Virgem Mártir Santa Luzia (dir.)	13
	Irmandade de Nossa Senhora das Neves (dir.)	245
	Ordem Terceira do Senhor Bom Jesus do Calvário da Via Sacra, Venerável (dir.)	16
	Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia (dir.)	119
	Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Classes Correlativas (dir.)	147
	Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Classes Correlativas (dir.)	379
	Sociedade União e Beneficência (fund.)	75
Guimarães, Napoleão	Associação de Socorros Mútuos à Memória de Saldanha da Gama (dir.)	438
Pereira de Oliveira	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa (dir.)	415
	Caixa Beneficente Amparo das Famílias (dir.)	395
	Congresso Beneficente Doutor Teodorico de Sousa (dir.)	373
	Sociedade União e Beneficência (dir.)	595
	União Social (dir.)	522

QUADRO 4 – Portugueses participantes como  
 diretores e/ou fundadores de mais de uma associação (cont.).

Indivíduo	Associação e função	Reg.
Leal, Francisco	Associação Beneficente Homenagem a Bitencur da Silva (dir.)	151
Teixeira	Associação Beneficente Memória à Carlos Gomes (dir.)	399
	Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal (dir.)	392
	Congregação dos Artistas Portugueses (dir.)	117
	Congregação dos Artistas Portugueses (dir.)	378
	Congresso Beneficente Campos Sales (dir.)	136
	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões (dir.)	124
Leão, Bernardo	União Social (df)	522
Correia Araújo	Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho (dir.)	217
	Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal (dir.)	168
	Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses (dir.)	130
	Centro Beneficente Marquês de Pombal (df)	139
	Clube da Guarda Nacional (fund.)	53
	União Social (df)	293
	Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal (dir.)	392
Magalhães, Casemiro	Centro União dos Proprietários de Hotéis e Classes Anexas (dir.)	533
Augusto de	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia (dir.)	431
	União Social (dir.)	522
	Associação Benéfica dos Empregados em Hotéis (df)	809
	Real Centro da Colônia Portuguesa do Rio de Janeiro (dir.)	586
	Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque (dir.)	370
	Caixa Beneficente Amparo das Famílias (dir.)	395
Nascimento, Antônio	Assistência de Santa Teresa (dir.)	789
Valentim do, comend.	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (dir.)	244
	Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, Benemerita (dir.)	40
	Sociedade Propagadora das Belas-Artes (dir.)	274
	Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens (dir.)	195
	Associação Defensora dos Proprietários (fund.)	609
Pereira, Antônio	Associação Beneficente à Memória de Dom Pedro de Alcântara (dir.)	476
Joaquim Rodrigues	Associação Beneficente à Memória de Dom Pedro de Alcântara (dir.)	144
	Associação da Igreja Evangélica Brasileira (dir.)	356
	Centro Beneficente da Colônia Portuguesa (dir.)	169
	Centro Humanitário Lauro Sodré (dir.)	215
	Congresso Beneficente General Cunha (dir.)	243
	Sociedade Auxiliadora dos Artistas Alfaíates (dir.)	131
Rocha, José de	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões (dir.)	124
Sousa Lima	Sociedade Beneficente Benemerita Silêncio (dir.)	483
	Sociedade Beneficente Benemerita Silêncio (dir.)	188
	Sociedade Beneficente dos Artistas do Arsenal da Marinha da Capital (dir.)	137
	Sociedade Fraternidade Açoriana (dir.)	531
	Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (dir.)	479

QUADRO 4 – Portugueses participantes como diretores e/ou fundadores de mais de uma associação (*cont.*).

Indivíduo	Associação e função	Reg.
Soares, Manuel	Associação de Socorros Mútuos Memória D. Pedro I (dir.)	262
Gomes	Associação Portuguesa de Beneficência Memória a Luís de Camões (dir.)	772
	Centro Beneficente Paiva Couceiro (dir.)	663
	Centro Beneficente Paiva Couceiro (dir.)	587
	Congresso Beneficente Campos Sales (dir.)	350
	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia (dir.)	816
	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia (dir.)	431
	Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São José do Rio de Janeiro (dir.)	96
	Real Associação de Socorros Mútuos a Memória D. Luís I (dir.)	239
	Real Associação de Socorros Mútuos Memória a D. Luís I (dir.)	597
	Real Centro da Colônia Portuguesa (dir.)	160
	Real Centro da Colônia Portuguesa do Rio de Janeiro (dir.)	586
	União Social (dir.)	522
	União Social (dir.)	293
Sousa, João José de, comend.	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama (dir.)	387
	Associação Beneficente Memória a Carlos Gomes (df)	123
	Associação de Socorros Mútuos D. Maria Pia (dir.)	122
	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama (dir.)	121
	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões (df)	124
	Congregação dos Artistas Portugueses (dir.)	117
	Congresso de Beneficência Prudente de Moraes (df)	120
	Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia (dir.)	119
Vieira, Luís	Associação Beneficente à Memória do Marechal Bitencur (dir.)	453
	Associação Beneficente Homenagem à Bitencur da Silva (dir.)	748
	Associação Beneficente Homenagem a Bitencur da Silva (dir.)	151
	Associação de Socorros Mútuos à Memória de Saldanha da Gama (dir.)	438
	Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita (dir.)	769
	Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho (dir.)	383
	Caixa Beneficente Amparo das Famílias (dir.)	771
	Centro Beneficente da Colônia Portuguesa (dir.)	169
	Centro Beneficente Paiva Couceiro (df)	587, 663
	Congregação dos Artistas Portugueses (dir.)	792
	Congregação dos Artistas Portugueses (dir.)	378
	Congresso Beneficente Alto-Mearim (Martins de Pinho) (dir.)	690
	Congresso Beneficente Campos Sales (dir.)	350
	Congresso Beneficente Campos Sales (dir.)	136
	Devoção Particular de São Jorge (dir.)	412
	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia (dir.)	816
	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia (dir.)	431
	Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco (dir.)	384

QUADRO 4 – Portugueses participantes como diretores e/ou fundadores de mais de uma associação (*cont.*).

Indivíduo	Associação e função	Reg.
	Grêmio Beneficente a Memória de Camilo Castelo Branco (dir.)	126
	Real Associação de Socorros Mútuos a Memória D. Luís I (dir.)	239
	Real Associação de Socorros Mútuos Memória a D. Luís I (dir.)	597
	Real Centro da Colônia Portuguesa do Rio de Janeiro (VER REG. 160) (dir.)	586
	Sociedade Beneficente Bitencur da Silva (dir.)	158
	Sociedade Beneficente Homenagem a Azevedo Coutinho, o herói do Zambeze (dir.)	711
	Sociedade Beneficente Memória a Canovas del Castillo	287
	Sociedade de Socorros Mútuos União Familiar Perfeita Amizade (dir.)	767
	Sociedade União e Beneficência (dir.)	75
	Sociedade União e Beneficência (dir.)	595
	União Beneficente das Famílias Honestas (dir.)	152
	União Beneficente das Famílias Honestas, Sociedade (dir.)	436
	União Social (dir.)	522
	Associação Beneficente à Memória de Dom Pedro de Alcântara (dir.)	476
	Sociedade de Beneficência Cristóvão Colombo (dir.)	466

Legenda: (dir.): diretor; (fund.): fundador; (df): diretor e fundador.

É interessante observar que são portugueses alguns dos indivíduos que participam do maior número de associações, como por exemplo Luís Vieira, que integra 25 sociedades. É óbvio que sabemos que muitas dessas participações não envolviam um real envolvimento; apenas a cessão do nome, o que ocorria por interesse tanto da associação em agregar a seu quadro de membros pessoas de prestígio na comunidade, quanto dos próprios indivíduos, cuja participação em várias associações indicava o grau de sucesso e de reconhecimento social que haviam obtido. Mesmo assim, tais informações são importantes.

Tais expoentes da comunidade lusitana não participavam somente em associações portuguesas. Como é normal supor, muitos deles participavam também em associações de influência portuguesa, anteriormente listadas, e de associações de natureza religiosa. No entanto, o mais interessante é perceber que, freqüentemente, participavam de associações voltadas principalmente para a sociedade brasileira, algumas que até mesmo adotavam determinada postura política. É o caso do Congresso de Beneficência Prudente de Moraes, do Centro Humanitário Lauro Sodré e da Associação Beneficente à Memória de Dom Pedro de Alcântara, ou de outras que estavam fortemente ligadas a uma determinada categoria profissional ou empresa, como a Sociedade União Beneficente Protetora dos Cocheiros, a Associação Beneficente dos Emprega-

dos da Compagnie du Port de Rio de Janeiro, a Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Classes Correlativas etc.

A análise dessas participações indica uma preocupação dos portugueses em se inserirem não somente na comunidade dos “patrícios”, mas também na própria sociedade de acolhimento. Outro dado que vem somar-se para comprovar essa afirmação é o grande número de associações cosmopolitas de influência portuguesa existentes, das quais a mais antiga é o Retiro Literário Português, de 1859. O número de associações desse tipo, bem como as suas datas de fundação, indica uma preocupação bem grande da comunidade portuguesa em interagir com pessoas de outras nacionalidades, principalmente brasileiros. Ainda que isso possa estar relacionado à preocupação dos portugueses com seus filhos, já não nascidos na Europa, o fato de essas agremiações se assumirem como cosmopolitas indica uma abertura, fruto da consciência da realidade comum da emigração, e das características da cidade do Rio de Janeiro, era grande não só o número de estrangeiros de diversas nacionalidades, mas até de migrantes de outras partes do país, todos coexistindo nos mesmos espaços de trabalho e residência.

Os dados aqui apresentados apontam a relevância de novas pesquisas. Importa trabalhar com os acervos das próprias associações, até para aquilatar o quanto do que se propunham foi, de fato, realizado. Além disso, cabe investigar o papel de alguns dos portugueses, muitos dos quais compuseram a lista apresentada, para, com base em estudos prosopográficos, entender sua atuação tanto na própria comunidade quanto na sociedade carioca como um todo. Enquanto esse segundo tipo de trabalho pode ser empreendido agora, com base em fontes secundárias, fontes primárias impressas como jornais etc., o primeiro supõe o levantamento dos acervos de muitas associações que não mais funcionam e que possam ter sido legados a outras sociedades, como o que foi feito com muitos dos prédios de sede. Mais, só poderá ser realizado na medida em que a própria comunidade portuguesa remanescente valorize seu passado, e dê acesso às fontes que o preservam.

# BARRADAS DE CARVALHO NAS LENTES DA PIDE<sup>1</sup>

José Jobson de Andrade Arruda  
USP / Unicamp / USC

Com 22 anos de idade, em 1942, Joaquim Barradas de Carvalho assina a ficha de adesão ao Partido Comunista Português, incumbindo-se da logística, extremamente complexa e perigosa, de organizar a distribuição do jornal *Avante*, impresso nas tipografias clandestinas do partido. Mas é somente em 13 de agosto de 1952, dez anos após, que a Pide (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) registra em seus boletins de ocorrência a primeira informação sobre seu caráter e desempenho político, afirmando que “moral e politicamente nada se apurou em seu desabono”, ressaltando, apenas, em anotação datada de 2 de setembro do mesmo ano, que Barradas “assinou as listas do MUD em 1945”<sup>2</sup>, fato revelador da capacidade dos militantes do partido em desenvolver sigilosamente suas atividades, bem como de uma relativa inépcia do aparelho repressor, que se revela menos competente do que, *a priori*, se poderia imaginar.

---

1 Este texto somente se tornou possível graças aos esforços de Alberto Arons de Carvalho, filho de Joaquim Barradas de Carvalho, que fez o levantamento da documentação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a quem muito agradecemos. No Arquivo da Pide/DGS foram localizadas quatro pastas em nome de Joaquim Barradas de Carvalho: SC Bol 103756 UI 8033; SC GT 344 UI 1405; SC CJ (2) 79 UI 6958; Delegação do Porto 27749 UI 3883.

2 Boletim de Informação n.º 103756, p. 579. O MUD era o Movimento de Unidade Democrática que aglutinava as forças de oposição ao regime, de composição extremamente heterogênea.

Duas cartas localizadas por Alberto Arons de Carvalho nas pastas da Pide/DGS em seu nome e em nome de sua mãe, Ruth Arons de Carvalho, revelam, de um lado, os métodos escusos para se obter informações e, de outro, o fato de que Joaquim Barradas de Carvalho encontrava-se em plena atividade em março de 1947, tanto que suas correspondências, por serem visadas, eram remetidas para sua mãe que, depois, as repassava para a nora. Neste caso, como se pode ler nas cartas reproduzidas em anexo, o material foi apreendido pela Pide junto a Jorge Borges de Macedo.<sup>3</sup>

Entre seu primeiro casamento – com Ruth Arons, em 1945 –, e o segundo – com Maria Margarida Cambon Brandão Barradas, em 1951 –, atraiu com menor intensidade o olhar dos órgãos de informação, por ter se deslocado para Paris, onde freqüentou a elite da intelectualidade francesa, especialmente a dos historiadores, dando, quem sabe, aos órgãos de segurança, a falsa impressão de que passara a privilegiar sua carreira acadêmica, secundarizando a militância política. Talvez por isso, os registros da Seção Central somente voltem a anotar suas atuações políticas em 1957, quando sua movimentação passa a merecer maiores cuidados. Em atenção ao ofício do Diretor da Pide, datado de 5 de agosto de 1957, solicitando informações urgentes sobre o indigitado, a Seção Central informou que ele “foi um dos signatários de um documento no qual, durante a campanha eleitoral de outubro de 1957, alguns opositoristas se manifestaram contra todas as formas de censura”, e mais, que “este documento fora, depois, publicado na França, no folheto *Nouvelle du Portugal*, no qual se afirmava como intróito ‘Os intelectuais portugueses tomam parte no combate pela democracia e por uma cultura nacional progressista’. Continuamente, têm eles feito prova do seu descontentamento contra o regime salazarista e sua política reacionária e obscurantista”<sup>4</sup>

Os agentes da Pide estenderam a investigação à sua companheira, surgindo nesse mesmo ano de 1957 o primeiro e único registro que sobre ela consta no dossiê depositado no Arquivo da Torre do Tombo. Identifica-a como enge-

---

3 Carta de Alberto Arons Braga de Carvalho para Joaquim Barradas de Carvalho, datada de 5 maio 1971, localizada pelo próprio missivista no Arquivo da Torre do Tombo, no Arquivo da Pide, que será reproduzida e comentada por Alberto Arons de Carvalho neste livro.

4 Seção Central, 1376-CI (2), p.385. A campanha eleitoral de outubro de 1957 culminou com as eleições de 1958, em que concorreram o almirante Américo Tomás, indicado por Salazar, o general Humberto Delgado, de centro-esquerda, e o advogado Arlindo Vicente, pela extrema esquerda.

nheira (*sic*), nascida em 24 de dezembro de 1920, na freguesia de Santos-o-Velho, Lisboa, filha de Carlos Brandão e de Tomásia Fortunata Margarida Cambon Brandão que, “tal como seu marido, subscreveu o documento que, durante a campanha eleitoral de outubro de 1957, alguns oposicionistas se manifestaram contra todas as formas de censura” e que, além disso, “já anteriormente se encontrava referenciada como desafeta ao atual regime e, posteriormente, têm-lhe sido assinalados contatos com diversos elementos conhecidos como oposicionistas e comunistas”.<sup>5</sup>

Rarefeitas até então, as anotações referentes às atividades políticas de Barradas avolumam-se nos anos seguintes, demonstrando, a um só tempo, a efetiva intensificação de suas ações e o auge do interesse por ele despertado no aparelho repressor. Em novembro de 1958 informá-se que “assinou, juntamente com outros indivíduos conhecidos como desafetos um documento no qual protestava contra as medidas de segurança a que estava sujeito Álvaro Cunhal, secretário-geral do chamado ‘Partido Comunista Português’”.<sup>6</sup> Essa manifestação pública revela também que Barradas superara a fase clandestina, simbolizada na organização das tipografias, assumindo uma posição mais explícita de enfrentamento ao regime, atitude que envolvia, certamente, uma dose razoável de risco.

Talvez seja esse o motivo do retorno de Barradas a Paris, entre 1958 e 1959; um auto-exílio temporário, que foi de perto acompanhado pelos agentes dos órgãos de vigilância. “Esteve em Paris preparando a tese para seu doutoramento em História, tendo sido notados os seus freqüentes contatos com elementos destacados do ‘Partido Comunista Francês’”,<sup>7</sup> ou, “com membros do Partido Comunista Português”, de acordo com a Seção Central,<sup>8</sup> onde continuaria a “desenvolver a sua atividade antinacional”.

A desenvoltura com que Barradas circulava nas hostes inimigas do regime salazarista é um claro sintoma da resistência crescente. De fato, os anos

---

5 Seção Central, 1376-CI (2), p. 386. A campanha eleitoral de outubro de 1957 culminou com as eleições de 1958, em que concorreram o almirante Américo Tomás, indicado por Salazar, o general Humberto Delgado, de centro-esquerda, e o advogado Arlindo Vicente, pela extrema esquerda.

6 Idem, p. 385.

7 Idem, p. 389.

8 Idem, p. 386.

9 DGS, p. 154.

60 marçam o início de uma ação mais agressiva contra Barradas e, ao mesmo tempo, atitudes mais temerárias de sua parte, como revelam os fatos assinalados em sua ficha policial, que registra os “contatos do referenciado com elementos do Dril”, em março de 1960, e o fato de ter assinado, em novembro do mesmo ano, “uma exposição de conhecidos opositoristas, dirigida “à Sua Excelência o Presidente da República”, na qual se solicitava: 1.º) Que fosse autorizado um congresso democrata; 2.º) Que fosse autorizada a publicação de um semanário da oposição; 3.º) Que fosse promulgada uma ampla anistia para todos os presos políticos.<sup>10</sup>

Corajosa, portanto, a decisão de Barradas de retornar a Portugal em 1961, tornando pública sua vontade de reintegrar-se à vida acadêmica ao se apresentar como “concorrente ao lugar de encarregado de curso da Faculdade de Letras da Universidade do Porto”, iniciativa essa que leva o Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros a solicitar informações pormenorizadas sobre Barradas à Pide, que atende à solicitação remetendo ao Secretário-Geral sua folha corrida com todas as anotações registradas desde 1957, até os eventos de 1960.<sup>11</sup> Sua documentação foi interceptada pela Pide e a inscrição no concurso cancelada, pondo fim ao sonho de voltar para ficar e combater o regime na trincheira da academia. Margarida, que ao retornar afirmara “Paris acabou”, teve que rever seus planos de fixar-se de vez em Portugal.

Possivelmente essa frustração esteja na base da motivação que levou Barradas a envolver-se, mesmo que indiretamente, no frustrado assalto ao quartel de Beja, numa clara e alucinada opção pela violência, ao ver esgotada a via pacífica que a vida acadêmica lhe propiciaria. O assalto ao quartel de Beja foi um levante militar liderado pelo capitão Varela Gomes, ocorrido em 1.º de janeiro de 1962, prontamente debelado, mas que custou a morte do Subsecretário de Estado do Exército, Jaime Filipe da Fonseca. Retornar clandestinamente à França, e dessa feita sem esperança de voltar a

---

<sup>10</sup> Pide, 2.ª divisão S.R., p. 576. DRIL é a sigla que identifica os trabalhadores intelectuais do Partido Comunista, no caso, a Direção Regional dos Intelectuais de Lisboa.

<sup>11</sup> Pide, 769, SR, p. 575.

Portugal, a não ser com a queda do regime, foi a alternativa que lhe restou, antes que uma ordem de captura lhe fosse aplicada.

Em Paris, seu ritmo de vida voltou ao normal. Pesquisa para a elaboração de seu doutorado em estudos ibéricos na Universidade de Paris-Sorbonne. Agressiva militância política, devidamente registrada pela Pide: “em maio de 1962, com outros portugueses residentes em Paris referenciados como oposicionistas e comunistas, em panfleto dirigido à Sua Excelência o Presidente da República, sob o título ‘Solidariedade aos Estudantes Portugueses’, no qual pediam a cessação de toda espécie de repressão ao movimento estudantil”.<sup>12</sup> Interessante notar que uma das citações a Barradas, datada de 12 de janeiro de 1962, afirmava que ele não oferece garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado;<sup>13</sup> forma barroca para avaliar ações que, de fato, buscavam subverter o regime salazarista, amenidade curiosa que contrasta com a iniciativa da Direção dos Serviços de Identificação do Ministério da Justiça ao interrogar a Pide, em 27 de agosto de 1962, se contra Barradas “ainda subsistia a ordem de captura ou se a mesma se encontrava anulada”, sendo informada, em 7 de setembro do mesmo ano, que “ainda se mantém o pedido de captura do nacional Joaquim Manuel Godinho Braga Barradas de Carvalho”. Ato contínuo, a Seção Central, Centro de Informação, remeteu à 1ª Seção ordem para que fosse publicado o pedido de captura, em 2 de outubro, expedindo-se no dia seguinte a ordem de serviço n.º 276, que dizia: “Interessa à Pide a captura desse indivíduo residente à rua Douanier Rousseau, XIV, n.º 6, Paris”.

A ordem de captura transfigura os horizontes de Barradas. Nem mesmo Paris se lhe afigurava segura. Agentes da Pide estavam em todos os lugares. Apesar de dar continuidade às suas pesquisas sobre a cultura renascentista portuguesa, de contar com o apoio decidido de Fernand Braudel, precisava de algo mais seguro do que a simples condição de bolsista de agências ou instituições de fomento à pesquisa. Tudo isto explica por que, alguns meses após a ordem de captura, ele já se encontrava no Brasil, a convite do Departamento de História da Universidade de São Paulo, chamado extremamente honroso e que lhe caíra do céu. O evento não escapou aos registros da polícia política: “Em 1964, passa para o Brasil onde lhe são assinaladas atividades no jornal

---

12 DGS, p. 154.

13 Pide, Boletim de Informação n.º 10357, p. 579.

comunista *Portugal Democrático e Unidade Democrática Portuguesa*”.<sup>14</sup> Os tentáculos da Pide se alongavam até o Brasil. Até mesmo cartazes que anunciavam conferências de Barradas eram arquivados, a exemplo do convite do Centro Democrático Espanhol para que os interessados fossem ouvir Barradas falar sobre o tema “Portugal e a União Ibérica”.<sup>15</sup> Fosse eles agentes enrustidos, simplesmente simpatizantes brasileiros ou portugueses do regime salazarista, o certo é que as informações continuavam a chegar ao autoritário governo português.

O acompanhamento das atividades políticas de Barradas no Brasil foi ainda mais facilitado por um acontecimento trágico. Sua chegada ao Brasil, em março de 1964, coincide com o golpe militar que instalaria um regime repressivo no país à semelhança de Portugal, prevendo-se o interesse comum na troca de informações entre os órgãos siameses dos regimes repressivos, a Pide e o Dops (Departamento de Ordem Política e Social). É de supor-se que os pedidos de informação emanados do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Diretor da Pide, sobre as atividades de portugueses residentes no Brasil, fossem repassadas ao Dops, a exemplo desta solicitação do Diretor Geral ao Diretor da Polícia: “Muito agradecerá a V. Ex.<sup>a</sup> as informações que possam constar nessa Diretoria sobre as pessoas, atualmente residentes em São Paulo (Brasil), a seguir indicadas: Prof. Joaquim Barradas de Carvalho e Esposa; Prof. Manuel Joaquim Godinho e Prof. Vitor Ramos”.<sup>16</sup> A suposição, contudo, esmoreceu diante das primeiras pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde se encontra depositada a documentação do Dops, cujo cadastro nada registra sobre os nomes referidos, o que não impede, porém, que o aprofundamento da investigação no próprio corpo da documentação traga informações sobre Barradas e seus companheiros.<sup>17</sup>

Nesse passo, a documentação registra um fato insólito, que se passa em 1965, momento em que Barradas se encontrava efetivamente no Brasil. Em 1º de março desse ano, o quartel de Setúbal autoriza o Tenente Miliciano de Infantaria, Joaquim Manuel Godinho Braga Barradas de Carva-

15 DGS, p. 154.

16 Pide, p. 391.

17 O levantamento preliminar junto ao cadastro do Dops, já informatizado, foi realizado pela equipe liderada pela Prof.<sup>a</sup> Maria Luiza Tucci Carneiro, a quem agradecemos a informação.

lho, a ausentar-se para a França, “por espaço não superior a noventa dias”,<sup>18</sup> fato imediatamente detectado pela Pide, em documento datado de 12 de março quando, em ofício endereçado ao Ministro do Exército, estranha o fato de que

Aquele indivíduo que se tem revelado inimigo da Pátria, colaborando com organizações subversivas que visam a derrubar o Governo por meios anticonstitucionais, residente no estrangeiro desde 1959, altura em que se fixou em Paris e, presentemente, encontra-se em São Paulo, Brasil, para onde seguiu nos primeiros meses do ano findo e para onde lhe foi agora enviado aquele Título de Licença.<sup>19</sup>

A única explicação plausível é a de que, tendo saído clandestinamente de Portugal e, provavelmente, com documentos falsos, Barradas pretendia legalizá-los mesmo estando no Brasil. Neste caso, era preciso solicitar um atestado de licença ao Distrito de Recrutamento e Mobilização, serviço eminentemente burocrático, pertencente ao Ministério da Defesa e que, evidentemente, agia sem consultar a Pide. O documento era necessário porque todos os estudantes e diplomados pelas Universidades eram incorporados às forças armadas como oficiais milicianos, sendo promovidos ao posto de tenente quando cumpriam o tempo de serviço militar obrigatório e passavam à disponibilidade, isto é, passavam à reserva, podendo, dependendo das necessidades, ser incorporados ao serviço ativo. Isto explicaria por que, mesmo estando no Brasil, e até mesmo existindo ordem de prisão decretada e reconfirmada, o documento tivesse sido remetido ao Brasil, para espanto e indignação do serviço de segurança.

A fase do poder autoritário instalado no Brasil, entre 1964 e 1968, pode ser considerada amena em relação ao período posterior, que marca o endurecimento do regime. Isto explica que, apesar de vigiado, Barradas não era cerceado em sua liberdade de manifestação pública, fosse em suas aulas, conferências e encontros, por via da mídia escrita ou falada. A Pide, porém, continuava a monitorar minuciosamente seus passos. “O epigrafado (Barradas) escreveu um panfleto intitulado ‘As Forças de Oposição em Portugal’, datado de São Paulo, 5 de outubro de 1965, no qual, a propósito da passagem do 55.º aniversário da proclamação da República, se apela para as

---

18 Título de Licença, Quartel de Setúbal, 1.º de março de 1965.

19 Pide, p. 337.

forças políticas do País, para que se mantenham unidas até a vitória sobre o salazarismo”.<sup>20</sup> Em emissão radiofônica de 15 de maio de 1966, a rádio *Voz da Liberdade* refere-se à eleição de Barradas como “Presidente da Assembléia Geral da Oposição Portuguesa no Brasil”; em 13 de maio, trata da carta remetida pela oposição portuguesa no Brasil à Organização das Nações Unidas, denunciando a “intensificação da repressão em Portugal”; e, em 2 de junho, fala sobre o “documento enviado ao Presidente do Conselho de Segurança pelos democratas portugueses, assinado pelo epigrafado (Barradas)”.<sup>21</sup>

Sem repressão efetiva no Brasil, as denúncias aos organismos internacionais sobre os desmandos do regime salazarista se avolumam. Restava à Pide arrolar os inimigos do Estado identificando nomes e instituições que, em carta datada de agosto de 1967, dirigiram-se ao lorde Bertrand Russel, Presidente do Tribunal Internacional de Crimes de Guerra, pedindo o “juízo de Salazar como criminoso de guerra”, tendo sido apontados os nomes do auditor Augusto Aragão, do oficial do exército Francisco Oliveira Pio, dos jornalistas Francisco Vidal e Miguel Urbano Rodrigues e dos professores Ruy Luiz Gomes, José Morgado, Vitor Ramos e Joaquim Barradas de Carvalho, cujo nome foi sublinhado no documento. Complementarmente, indicavam-se os organismos Centro Republicano Português e Unidade Democrática Portuguesa, além dos jornais *Portugal Democrático*, dos *Democratas Portugueses* no Rio de Janeiro e dos *Democratas Portugueses* do Recife,<sup>22</sup> como instrumentos dos opositores ao regime português.

A Guerra Colonial na África, iniciada em 1961, contribuía de modo decisivo para a debilitação do regime salazarista, ao mesmo tempo em que oferecia farta munição aos resistentes portugueses no Brasil. Em 1968, Barradas

dirigiu à ONU uma carta pedindo que Portugal fosse condenado pela sua política ultramarina e que lhe fossem aplicadas sanções ... dirigiu mensagem à “Frelimo” por ocasião da morte de Eduardo Mondlane transcrita no jornal *Portugal Democrático*, de cuja comissão de redação fazia parte.<sup>23</sup>

---

20 Torre do Tombo, 7749.

21 Pide, p. 344.

22 Pide, p. 11.

23 DGS, p. 154.

Em atitude registrada pela rádio *Voz da Liberdade*, subscreveu mensagem de protesto remetida ao Parlamento Brasileiro e ao Embaixador de Portugal no Brasil, “contra a deportação do Sr. Mário Soares para São Tomé e Príncipe”;<sup>24</sup> medida extrema que apontava para a radicalização que caracterizaria o fim do regime salazarista.

A última anotação constante do dossiê Barradas, alojado na Torre do Tombo, faz o retrato final do subversivo Barradas, um retrato muito distante do eufemístico perfil delineado pelo agente António Alcarva, em 1962, segundo o qual ele “não oferecia garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado”. Em despacho do Ministro do Interior, datado de 1969, em que, na hierarquia da periculosidade, se lhe atribui a letra B, é desta forma configurado:

Indivíduo comprometido em atividades graves, injuriosas e ofensivas ao Poder Público, nomeadamente quanto à guerra no Ultramar, que deve ser sujeito a averiguações mais completas e que poderá continuar em liberdade, até decisão ulterior que se faça apresentar ao Tribunal, ou fique sujeito à vigilância policial.<sup>25</sup>

Recomendação genérica e que, de fato, representava uma amenidade em relação a disposições anteriores muito mais severas, como a ordem de captura emitida em 1962. Em 4 de fevereiro de 1970, Joaquim Barradas de Carvalho e Margarida Barradas de Carvalho deixavam o Brasil de volta à França, o eterno refúgio.

Apesar do estado agônico do regime, o sistema repressivo continuava a operar, mantendo a vigilância sobre a família Barradas de Carvalho. Estendia-se, agora a seu filho com Ruth Arons de Carvalho, Alberto Arons de Carvalho, então aluno do segundo ano da Faculdade de Direito de Lisboa, cujas correspondências com seu pai e com o Presidente do Conselho de Ministros, Marcello Caetano, foram localizadas no arquivo da Pide/DGS disponibilizados na Torre do Tombo, provando que a interceptação de correspondência era prática rotineira. Na carta a seu pai, datada de 5 de maio de 1971, relata os constrangimentos que vinha sofrendo por ter sido intimado a depor na sede da DGS. No interrogatório ficou claro que o motivo era um livro que estava ela-

---

24 Pide, p. 346.

25 DGS, p. 154.

borando em parceria com seu colega, António Manuel Monteiro Cardoso, sobre o regime jurídico da imprensa portuguesa, em perspectiva histórica, desde a Monarquia Constitucional, em 1910, até o projeto de lei em discussão na Assembleia Nacional, naquele momento, tanto que, no dia seguinte ao interrogatório, a Pide foi à Editora à busca de exemplares já prontos ou fascículos em preparação. Temeroso de que a publicação pudesse ser proibida, Alberto e seu parceiro dirigiram uma missiva a Marcello Caetano relatando o acontecimento, informando que a iniciativa surgiu de uma atividade acadêmica que teve o apoio de seus professores e que, efetivamente, em sua elaboração “renunciou-se a um juízo político dos regimes legais ... situando-se sempre numa perspectiva estritamente jurídica”;<sup>26</sup> argumentação esta acompanhada de uma fotocópia dos originais para avaliação do Presidente do Conselho de Ministros, cuja proteção se invocava com a finalidade de facultar a edição e distribuição da obra.

Estávamos, contudo, a menos de três anos da Revolução dos Cravos, em abril de 1974, que transformaria estes eventos em poeira da história, fragmentos que, reunidos, comporiam o cenário trágico de quatro décadas de história que a memória, por ínvios caminhos registrada, não permite calar.

---

26 Carta escrita por Alberto Arons de Carvalho e António Manuel Monteiro Cardoso a Marcello Caetano após 5 de maio de 1971 e localizada no Arquivo da Pide.

# POLÍTICAS E POLÍCIAS AUTORITÁRIAS, TANTO LÁ COMO CÁ

*Frederico Alexandre de Moraes Hecker*  
UNESP / Universidade Presbiteriana Mackenzie

*Tradicionalmente, o policiamento foi legitimado pela necessidade de controlar a criminalidade e prender o transgressor da lei. Entretanto, muito trabalho policial não está relacionado com o crime, e a polícia também desempenha um papel central na manutenção da ordem pública e no controle da dissidência política.*

Charles Wilson<sup>1</sup>

Os estudos sobre e/imigração, seja do ponto de vista em que são tomados ou da metodologia em que se baseiam, merecem especial atenção.

Os referidos estudos constituem um tema ímpar nestes dias em que a comunidade dos historiadores parece trabalhar tão dedicadamente em assuntos de interesse individual, personalista, e nos quais as divisões internas valem mais do que o trabalho coletivo. O fenômeno da e/imigração estorva esta lógica de objetos micros, facetados, subjetivados ao extremo, lógica esta que teima em se apresentar renitente. Ou melhor, os reúnem sob um tema central.

Um bom caminho para a reflexão que autoriza os pesquisadores da e/imigração como produtores de um pensamento que congrega ao invés de multifacetar os esforços, é imaginar qual contribuição podem dar à comunidade em geral dos historiadores. E a resposta desponta: estamos procurando

---

<sup>1</sup> WILSON, Charles. Polícia. In: *Dicionário do pensamento social do século 20*.

colocar em ação um tema e um conjunto de objetos de pesquisa que promovam a solidariedade das pesquisas.

Tal reflexão ocorre quando nos defrontamos com a seguinte interrogação: qual a “função social” do tema da imigração no mundo atual e em que o conhecimento que estamos criando pode colaborar para “as pessoas viverem melhor”? Pode parecer uma questão ao mesmo tempo ingênua e pretensiosa, mas parece trazer de volta o sentido perdido do trabalho em história.

Deve-se – e ao valorizar a e/imigração efetivamente o fazemos – trabalhar considerando um duplo movimento: por um lado, não se podem criar objetos para nossas pesquisas específicas sem levar em conta as preocupações que gravam o mundo no qual vivemos. Isto é, deve-se tirar do *mundo* os assuntos que ele próprio nos oferece como problemas. Por outro, o nosso trabalho não teria sentido se ao abordarmos questões presentes nas preocupações das pessoas não procurássemos, por meio da reflexão isenta, retribuir dando explicações e fazendo propostas às questões sociais importantes. A articulação entre história e memória aqui se faz necessária. Entre identidade e tradição.

A mais legítima função social para a qual um historiador pode contribuir é participar do desenvolvimento da *memória coletiva* da comunidade, na qual seus trabalhos estão inseridos. Mas, neste caminho, poderá haver choques com múltiplas memórias coletivas nas quais os grupos dominantes promoveram sua ação de influência, tais como os interesses do Estado ou das classes, ou ainda dos grupos étnicos. Estes tendem a ocupar a cena como se fossem os donos do patrimônio memorialístico de uma sociedade.

Sendo assim, não estamos isentos de um posicionamento propriamente político ao enfrentar o tema da imigração e nossas respostas irão recair sobre a velha, mas sempre importante questão: qual a responsabilidade dos intelectuais diante da tríade poder–saber–memória?

## POLÍCIAS E POLÍTICAS

As repúblicas brasileira e portuguesa, como tais, propunham respeitar a condição de cidadania dos habitantes de seus Estados, e atuavam aparentemente no sentido de obedecer a normas estabelecidas pelas sociedades. Essas

fachadas oficiais, no entanto, dissimulavam defesas arraigadas de projetos ideológicos comparáveis, que merecem reflexão. As polícias políticas PVDE/Pide e Deops – tomando o caso de São Paulo como paradigma brasileiro para a atuação da polícia política, no período – atuaram desde o entre-guerras até os tempos da Guerra Fria, o que as fez reagir a conjunturas internacionais semelhantes, embora atuando em países politicamente muito diversos entre si como Brasil e Portugal.

A relação mais objetiva que se pode estabelecer entre o poder policial e a vida política é a de uma forte contradição. Fazer política é exercitar a liberdade. Fazer polícia é limitar, cercear e depois reprimir. A melhor hipótese para esse relacionamento é portanto a distância, o que obriga o contemporâneo analista das relações políticas a concluir que a expressão “polícia política” e sua existência real foram uma aberração institucional.

Mas a questão não é tranqüila, e as regras do Estado liberal jamais souberam lidar com ela de maneira direta. Porém, ao contrário, os Estados autoritários a resolveram, dentro de conjunturas específicas, submetendo a política ao poder policial.

Em um momento elucidador do seu estudo sobre *A condição humana*, Hannah Arendt afirma: “A grandeza do homérico Aquiles só pode ser entendida se o virmos como agente de grandes ações e orador de grandes palavras”.<sup>2</sup>

Pois é, para a autora, o momento da ação é aquele em que os homens desenvolvem a condição que lhes é mais própria: a de serem livres. E a liberdade não pode ser entendida como mera opção entre situações alternativas, deve contar com a possibilidade do uso da capacidade de iniciativa, da possibilidade de transcender o que havia antes e começar algo novo. Inovar, fazer algo que nunca havia sido feito. Como explica Hannah Arendt, a ação é a matéria-prima da história, “a ação cria a condição para a lembrança, isto é, para a história”.

Assim, ação e liberdade são a base da política. E para exercê-las os agentes têm necessidade de se comunicar, de se relacionar, sem interferência de poder maior do que exatamente o determinado pelos seus interesses coletivos. Dizendo de outra forma, para a autora, política é a comunicação que as pes-

---

2 ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

soas estabelecem agindo em liberdade e enunciando livremente seus pareceres a fim de se entenderem.

Portanto, poder falar, poder transitar, poder convencer... não são os fundamentos do poder, mas as ferramentas necessárias para fazer política.

E – é aqui que queremos chegar – foi exatamente para impedir isso tudo que as polícias políticas – Deops em São Paulo, PVDE/Pide, em Portugal – foram criadas. O que resultou de suas criações foi sem dúvida um reforço significativo na construção de um contexto social e político opressivo.

## AS EXPRESSÕES DE PODER

As expressões “polícia” e “política” partem do mesmo radical grego *polis*. Apesar dessa proximidade semântica, os vocábulos, ao longo do tempo, adotaram diferentes termos. Fazer obedecer normas estabelecidas pela sociedade é a função do poder de polícia da política, ou seja, do Estado. Entretanto, exigir obediência específica a uma ideologia política é a arbitrariedade incorporada pelo Estado que justamente levou à criação de polícias políticas. Como tal, o monopólio da violência, antes legítimo, torna-se instrumento de opressão e imposição da vontade particular de um grupo da sociedade sobre outros.

É dentro desse genérico quadro de atuação que o Departamento de Ordem Política e Social, o Dops paulista, foi criado, em 1924. Seguia um modelo de polícia política calcado em três ordens de questões: em primeiro lugar, pretendia responder aos movimentos sociais reivindicatórios nascidos no Estado, e no país, a partir da proclamação da República, tais como as manifestações anarquistas e socialistas, como a criação da Confederação Operária Brasileira, em 1906, e posteriormente, já na década de 1920, a criação do Partido Comunista. Na década de 1920, àqueles movimentos representantes dos trabalhadores urbanos vieram somar-se as manifestações conhecidas como “tenentismo”, e que tanta repercussão tiveram no cenário político.

Em segundo lugar, a criação do Dops respondia à cultura militar implantada pela ação da Força Pública do Estado de São Paulo sob influência da Missão Francesa, de 1906. Desde aquele momento estabeleceu-se um sentido geral militarista para a criação de uma polícia política: um órgão de governo

que na prática e na mentalidade definiria seus objetivos em termos de guerras internas contra os inimigos, ao invés de uma polícia com caráter comunitário.

Por fim, deve-se observar que, na capital do país, desde 1907, havia delegacias com funções de polícia política que constituíram a base sobre a qual o sistema de repressão se moldou. A definição mais precisa dessa tarefa repressora ocorreu em 1922, com a criação da 4ª Delegacia Auxiliar, da qual a Desps (Delegacia Especial de Segurança Política e Social, criada em 1933), herdou as funções.

O sentido político dessas ações foi estabelecer uma lógica da desconfiança preconcebida contra a sociedade civil, reprimindo toda e qualquer manifestação contra a República oligárquica. A intenção precípua de conservar o *status quo* estendeu-se para além das fronteiras cronológicas e institucionais da República Velha, passando a ser a *conservação* um ato suficiente em si mesmo, ao longo do tempo.

Aqui justamente está a questão mais interessante para o caso da polícia política brasileira: conservar o quê, se essa polícia perpassou 13 diferentes presidentes, quatro Constituições e quatro regimes, até sua extinção em 1983?

Ao contrário, para Portugal, sabe-se que a PVDE/Pide praticamente foi a polícia de um dirigente único, Oliveira Salazar, de um Estado único no tempo, o Estado Novo português.

## FORMA DE AÇÃO DO DOPS

A hierarquia dentro da qual o Dops funcionou boa parte de sua vida institucional o indica como um importante órgão na estrutura do Estado: três eram os degraus da coordenação de poderes, em primeiro o secretário de Justiça e da Segurança Pública, depois o chefe de Polícia Estadual e logo a seguir o Dops.

Desde sua criação o departamento exercia diferentes tipos de atividades: buscar indícios de crimes de opinião (exames em locais de crimes, armas, objetos, instrumentos, documentos); fiscalizar a moralidade (teatro, cinema, bailes etc.); zelar pelos bons costumes; reprimir a venda de tóxicos; reprimir o

exercício da prostituição e o lenocínio; reprimir o anarquismo e observar operários; e cuidar do processo de entrada de estrangeiros.

Desde a década de 1920 estabelecera-se uma tipologia do criminoso político baseada em estereótipos: estes eram revolucionários, contestadores, sindicalistas, estrangeiros, operários, anarquistas; eram componentes do mundo da desordem.

Uma visão organicista do Estado então em curso facilitava o entendimento da repressão como ato médico cirúrgico necessário à “saúde” política da sociedade. Subversivos apareciam como doenças do corpo social que obrigatoriamente deveriam sofrer a repressão. O remédio para expurgar males do organismo social se constituía na repressão policial que assim tinha justificados os atos de tortura, prisão etc.

Evidentemente a questão ideológica fundamental afigurava-se como desqualificar as idéias dos opositores para poder estigmatizá-los. E para tanto, o determinado caminho dessa construção ideológica apoiava-se numa sistematização de idéias que poderíamos denominar uma tríade de ferro dos valores sociais então defendidos pelas elites: a defesa da propriedade privada; a disseminação do conceito de trabalhador ordeiro e produtivo; a construção de uma férrea segurança pública como cimento da construção ideológica.

Uma vez adotados tais fundamentos *estruturadores da nacionalidade* o resultado prometido pelas autoridades aos cidadãos deveria ser a obtenção do progresso (assim definido genericamente), da modernização, e finalmente da felicidade social por meio da construção de uma Nação politicamente sadia.

Por essas razões o estrangeiro residente no Brasil era então visto como o grande inimigo, como o foco de entrada das *revoluções* internacionais e das ideologias exóticas. A partir desses princípios pode-se entender como grande massa de trabalhadores da cidade de São Paulo estava em perigo, já que a maioria de seus componentes provinha da imigração italiana, portuguesa e espanhola, entre outras.

Se considerarmos as primeiras duas décadas da atuação da polícia política no Estado, pode-se tranquilamente concluir pela sua eficiência, pois em fins dos anos 30 praticamente todos os opositores de Vargas estavam eliminados, encarcerados ou fora do país, exilados, e todos os movimentos sociais expurgados do cenário político.

## PVDE/PIDE

A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) foi criada em Portugal em 1933, e a Polícia Internacional de Defesa do Estado (Pide), em 1945.

A criação da PVDE, no próprio ano em que Salazar instituiu o Estado Novo, significou uma centralização das funções de prevenção e repressão de crimes políticos e sociais num organismo único, resultante da fusão de instituições policiais nascidas em períodos anteriores.

Diferentemente de suas antecessoras, a PVDE tinha caráter nacional. No organograma do Estado era ligada ao Ministério do Interior, mas na prática estava diretamente relacionada à presidência do Conselho de Ministros.

A PVDE concentrou as funções de polícia, inquérito político, espionagem, controle da emigração e da imigração, licenças de residência, censura, e administração dos campos de detenção.

A construção e consolidação do Estado Novo português, nos anos de 1933 e 1934, está ligada a uma profunda reorganização do aparelho repressivo policial. A PVDE, como afirma Maria da Conceição Ribeiro,

foi dotada de amplas e, na prática, quase exclusivas competências de instrução processual em matéria de crimes políticos, cometendo a sua penalização a uma instância especial que deliberava, em larga medida, a partir do resultado das investigações desta, permitindo-lhe ainda a detenção sem julgamento e até mesmo sem culpa formada a cumprir frequentemente em prisões à guarda da mesma polícia, o Estado Novo transformou-a na peça central do dispositivo de justiça especificamente política. O que, de certa forma, pode ser encarado como a quase legalização do “livre arbítrio” da polícia política, outorgando-lhe a possibilidade de contornar e, de algum modo, se subtrair ao cumprimento das normas jurídicas gerais.<sup>3</sup>

Uma observação comparativa preliminar permite afirmar que a polícia política portuguesa, em nome da “defesa da ordem” ganhou poderes arbitrários, o mesmo que na essência ocorria aqui no Brasil.

---

3 RIBEIRO, Maria da Conceição. *A polícia política no Estado Novo: 1926-1945*. Lisboa: Estampa, 2000.

A bibliografia consultada<sup>4</sup> permite considerar como prováveis as seguintes observações a respeito da polícia política constituída no quadro das circunstâncias brasileiras e portuguesas autoritárias do período avaliado, embora estejamos levando em conta regimes políticos de diferentes matizes:

- a violência política no período passou por uma redefinição de seu papel institucional: para encaminhá-la foram criadas polícias políticas diretamente identificadas como organismos a serviço de uma ideologia, de um conceito de “ordem”, de sociedade e de poder. Nesta situação o modelo liberal que os ditos regimes apregoavam seguir sofreria abalos significativos;
- a polícia, na defesa da ideologia dos novos Estados, não apenas promovia a repressão, mas cuidava da prevenção do “provável” crime político ainda não cometido;
- a polícia política deveria manter uma investigação onipresente e onisciente das pessoas, eliminando na prática a separação liberal entre o público e o privado;
- os Estados carentes da ação dessas polícias definiam de maneira pouco precisa os poderes a elas atribuídos e quase sempre sua ação ia muito além das atribuições legais, de modo a garantir a tais polícias, na prática, uma extensa margem de manobra;
- essa margem de manobra permitia às polícias políticas, no fundo, decidir que parte da sociedade poderia desfrutar de liberdade civil;
- tais polícias, tendo como função básica oferecer informações para instruir processos, agiam quase sempre secretamente na produção de provas, o que lhes permitia não apenas determinar a qualidade das evidências que poderiam colher, como moldar as futuras decisões do poder judiciário, que assim quedava subserviente em sua deliberação.

---

4 CRUZ, Manuel Braga da. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988; PEDROSO, Regina Célia. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Humanitas, 2005; Cancelli, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Ed. UnB, 1994.

## ILAÇÕES PARCIAIS

Assim, preliminarmente, não é possível ir mais além deste genérico arazoado comparativo. Para o andamento futuro do trabalho de pesquisa podem-se levantar algumas hipóteses, tais como:

- teríamos de comparar as relações estabelecidas entre os Estados autoritários português e brasileiro e suas respectivas sociedades com as ações capilares de suas polícias políticas. Entretanto, a expectativa é que se encontrarão provavelmente mais diferenças do que semelhanças. De todo modo, teríamos a percepção de que o modo de reprimir externaliza diferentes modos de conviver.

Como uma dos caminhos possíveis nesse processo de comparação, pode-se conjecturar, talvez seja interessante cotejar os dados a partir da vítima da perseguição e da repressão, e procurar conhecer o seu discurso em dois aspectos:

- o conteúdo “subversivo” de suas propostas;
- a representação do agente repressor na visão do reprimido – imaginário social sobre o poder da polícia.

De certa forma, acredita-se, a representação dessas ditaduras, Salazarista e Getulista, se confunde com as suas polícias políticas e com o longo rol de desmandos e violências por elas perpetrados.

## ANEXO – DADOS COMPLEMENTARES

Desde 1907 havia funções de polícia política em algumas delegacias do Rio de Janeiro, então capital do país, porém a definição mais precisa dessa tarefa ocorreu em 1922, com a criação da 4ª Delegacia Auxiliar, da qual a Desps herdou as funções.

A Desps (Delegacia Especial de Segurança Política e Social), foi criada em 10 de janeiro de 1933 pelo Decreto nº 22.332, com o objetivo de prever e reprimir comportamentos políticos divergentes, considerados comprometedores para “a ordem e a segurança pública”. Estava subordinada à Chefia de

Polícia do Distrito Federal e possuía uma tropa de elite, a Polícia Especial. Suas atribuições eram:

- examinar publicações nacionais e estrangeiras;
- manter dossiês de organizações políticas e indivíduos considerados suspeitos.

A Desps serviu de modelo para a criação de delegacias estaduais, já que à Chefia de Polícia do Distrito Federal cabia determinar as diretrizes básicas do controle social a ser exercido pelas polícias estaduais, ainda que estas fossem formalmente subordinadas aos governos locais.

- Filinto Müller, chefe de Polícia do Distrito Federal (1933-1942), foi o mentor dessas políticas.

Razões da intensificação destas atividades nos anos 30:

- a Aliança Nacional Libertadora e a promulgação, em 4 de abril de 1935, da Lei de Segurança Nacional, definindo crimes contra a ordem política e social;
- a revolta comunista de novembro de 1935 serviu para justificar o aumento da repressão contra reais ou presumidos membros do Partido Comunista;
- a instituição do Estado Novo, em 1937;
- o levante integralista em 1938;
- o desenrolar da Segunda Guerra Mundial: tendência à criminalização da dissidência política em relação ao governo (comunistas, integralistas, “estrangeiros nocivos” eram apresentados como mentores de “ideologias exóticas”).

Pelo Decreto nº 6.378, de 1944, a Desps tornou-se então a Divisão de Polícia Política e Social, com duas delegacias, uma responsável pela matéria política e outra pela matéria social. A política nacional continuou sendo orientada por essa Divisão policial mesmo após o término do Estado Novo.

# OS PORTUGUESES NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL – A QUESTÃO DA NACIONALIDADE E A NATURALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA

*Paula Marques dos Santos*  
Universidade Lusíada do Porto / Cepese

Com as medidas nacionalistas restritivas adotadas desde 1930 pelo governo revolucionário brasileiro (entrada e permanência de estrangeiros e limitação do acesso dos estrangeiros ao trabalho, ao capital e à propriedade), o Brasil procurava não só resolver o problema do desemprego dos seus cidadãos (preteridos por trabalhadores estrangeiros em muitas áreas), mas também iniciar um processo que reforçasse a identidade nacional brasileira; isto é, dotar o aparelho económico/financeiro de uma *prevalência nacional*, tentando retirar do domínio estrangeiro áreas tão importantes para o crescimento do país como a banca<sup>1</sup> e a indústria e, desse modo, diminuir a dependência de influências externas na definição dos rumos político-económicos da nação, construindo de forma inversa uma consciência e identidade nacional.

Mas se, por um lado, era necessário homogeneizar a complexa miscelânea civilizacional que compunha a sociedade do Brasil da época, também se tornava essencial nacionalizar toda a comunidade residente,<sup>2</sup> promovendo tan-

---

1 A nacionalização da banca e das instituições de crédito é formalmente regulamentada pelo D. (Decreto) n.º 3.182 de 9 abr. 1941, no qual se estabelecia que apenas poderiam “funcionar na República os bancos de depósito cujo capital pertença inteiramente a pessoas físicas de nacionalidade brasileira”. Cf. art. 1.º do D. n.º 3.182. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A40 M124.

2 Nesse sentido, será publicado em 25 ago. 1939 o D-L (Decreto-lei) n.º 1.545 que dispunha sobre a promoção da “adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes

to quanto possível a integração/unidade étnica, procurando minimizar os fatores de divergência e exaltando os elementos que contribuíssem para a construção dum espírito nacional unísono e síncrono. Pretendia-se criar uma identidade cultural e nacional única que, embora partilhando de raízes tão díspares como as nativistas, as africanas ou as europeias, tinha encontrado uma realidade própria e singular pela conjugação única de elementos naturais, humanos, históricos, políticos e económicos, entre muitos outros.

Nessa construção da unidade nacional, o cidadão português enfrenta, genericamente, as mesmas limitações e restrições que são impostas a todos os imigrantes extra-americanos durante o *getulismo* (1930-1945). Os êxitos/privilégios obtidos para os portugueses, no sentido de consagrar oficialmente o seu carácter preferencial só serão alcançados através da contínua pressão exercida por diversos quadrantes brasileiros e portugueses. Esta adversidade compreende-se por diversas razões: em primeiro lugar, a existência de grupos internos, como a corrente nativista que se opunha à cedência de todos e quaisquer privilégios a cidadãos estrangeiros; em segundo lugar, os princípios basilares do regime varguista que dão primazia aos valores panamericanistas e às relações intracontinentais; em terceiro lugar, o Brasil não poderia favorecer os cidadãos de uma nacionalidade em detrimento de todas as outras presentes no seu território, pois poderia conduzir a dificuldades acrescidas ao nível das relações económicas externas ou provocar reações de alguns países contra os cidadãos brasileiros emigrados; e, em quarto lugar, as causas internas e estruturais do próprio país – votado a uma grave crise na economia/finança, procurando encontrar mais-valias que lhe permitissem reerguer-se e consolidar a sua estrutura económica, financeira, política e mesmo social, o Brasil teria de dar primordial relevância à defesa dos seus nacionais. E, num regime de cariz autoritário, a única política admissível era o protecionismo e o nacionalismo exacerbado.

---

de estrangeiros” e pela contribuição de todas as entidades brasileiras para “a formação de uma consciência nacional” (art. 10º). Cf. Assimilação de estrangeiros. *O Estado de S. Paulo*, 15 fev. 1940. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68a. Esse diploma será reforçado pelo D-L n.º 3.034 de 10 fev. 1941 que pelo seu art. 13º dispunha que “nenhum brasileiro menor de dezoito anos poderá viajar para o estrangeiro, acompanhado, ou não, de seus pais ou responsáveis, ou permanecer no estrangeiro, desde que os pais ou responsáveis voltem ao país”. Apud Parecer de 15 fev. 1941 do Consulado de Portugal em São Paulo. P. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68, p. 4.

Existem, no entanto, indícios que apontam no sentido de privilegiar as raízes lusas na formação étnica brasileira, desde a existência de defensores acérrimos da criação dos *Estados Unidos da Lusitanidade*, até àqueles que falariam de uma *quasi-nacionalidade* que unisse brasileiros e portugueses, afirmando que os portugueses não poderiam ser considerados estrangeiros no Brasil,<sup>3</sup> dando continuidade aos esforços do início do século 20 que haviam procurado equiparar os cidadãos de ambos os países e em ambos os territórios.

De fato, o primeiro projecto de protocolo sobre a dupla nacionalidade surge em 1922,<sup>4</sup> mas será protelado indefinidamente devido à instabilidade sociopolítica de ambos os Estados e pelas vicissitudes internas que os respectivos regimes sofrerão a partir de meados da década de 1920. Apesar disso, continuariam a existir defensores do reforço dos laços entre os dois países que, unidos pela língua e pelo Atlântico, estavam fadados a manter a ligação.<sup>5</sup> Assim, apesar do nacionalismo e de uma visão centrada nos problemas internos

---

3 “A imigração portuguesa, porém, além de útil é necessária, pois representa um elemento integrador das tradições da raça na expansão da nossa vida social”. Discurso do presidente Getúlio Vargas pronunciado para agradecer a manifestação de apoio prestada pela Colónia portuguesa, em outubro de 1940. Apud LOUREIRO, Pizarro. *Getúlio Vargas e a política luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde Ed., [s.d.]. p. 145.

4 Neste estabeleciam-se princípios que versavam a questão do serviço militar obrigatório, nomeadamente: qualquer brasileiro nascido em Portugal (que tivesse também a nacionalidade portuguesa), que tivesse feito o serviço militar no Brasil, ficaria isento de o voltar a fazer em Portugal; qualquer cidadão português (que tivesse também a nacionalidade brasileira) ficaria isento do serviço militar no Brasil desde que o tivesse feito em Portugal, ou expressasse a vontade de perder a nacionalidade brasileira e fosse maior de 21 anos. Este projecto surge no seguimento das teses expressas por Sílvio Romero, Consiglieri Pedroso, Epiácio Pessoa, Medeiros de Albuquerque ou Bettencourt Rodrigues, entre outros, sobre uma união efectiva entre portugueses e brasileiros.

5 Realçamos, por exemplo, a obra e pensamento de Gilberto Freyre, a acção de João de Barros, Júlio Dantas e João do Rio, ou a obra de Olavo Bilac, entre muitos outros. Tal como afirmara Medeiros de Albuquerque em julho de 1919, “uma fusão completa das duas nações ... voltando a constituir uma só nação ... parece inteiramente descabido. Mas a reunião das duas em uma confederação, que deixasse tanto Portugal como o Brasil com as suas instituições e só pusesse em comum algumas questões essenciais ... nada tem de estranho”. ALBUQUERQUE, Medeiros de. *A dupla nacionalidade* apud REGO; A. da Silva. *Relações luso-brasileiras. 1822-1953*. Lisboa: Panorama, 1966. p. 75.

é do fraco intercâmbio económico luso-brasileiro nessa fase, a procura de reforço dos laços culturais e políticos entrará numa fase auspiciosa fomentada pela existência de dois regimes similares e homólogos, coordenados e conso-nantes nos seus principais pilares de suporte político-ideológico.

## O INCENTIVO ÀS NATURALIZAÇÕES E O PERIGO DA DESNACIONALIZAÇÃO

Simultaneamente ao processo de reforço do poder autoritário e centralizador varguista, desenvolver-se-á todo um processo de nacionalização que irá afetar todas as áreas da vida em sociedade do país:

nacionalização dos Bancos e Institutos de Crédito ... a obrigatoriedade da nacionalidade brasileira para os jornalistas permanentes; a cláusula da nacionalidade brasileira para os condutores de táxis, ônibus, etc.; a proibição aos estrangeiros de dirigir empresas de seguros, possuir fábricas de certos produtos, etc.; a proibição de saída do país de menores brasileiros filhos de estrangeiros ... a alteração, por decreto ... do regime antenupcial de bens ... etc., além da já antiga lei dos dois terços que condiciona todo o trabalho estrangeiro no Brasil.<sup>6</sup>

Ou seja, o Brasil procura nacionalizar os estrangeiros que se haviam fixado no seu território através de diversos mecanismos de integração que, ao promoverem a fragmentação das colónias estrangeiras relativamente coesas e auto-segregadas da comunidade autóctone, permitissem a consolidação da nação:<sup>7</sup> “é justo que esses que fraternalmente recebemos correspondam à nossa bondade, integrando-se em nossa vida, comungando com os nossos senti-

---

6 Ofício n.º 47 de 25 abr. 1941, do Ministro das Relações Exteriores para o embaixador português e transmitido ao Adido Comercial João Antas de Campos, [s.d.] A.H.-D. do MNE; Cota 2P A40 M124 e respectivo decreto em anexo, p.1. Com efeito, a legislação-brasileira (D. n.º 19.126 de 16 dez. 1930 e D. n.º 19.740 de 7 mar. 1931) previa que seriam considerados como cidadãos naturalizados e/ou equiparados a cidadãos natos todos os estrangeiros que possuíssem bens no Brasil ou que fossem casados com cidadãos brasileiros e/ou tivessem filhos brasileiros.

7 Cf. art. 121, § 7.º da Constituição de 1934, no qual se estipula que “é vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a selecção, localização e assimilação do alienígena”.

mentos e não se isolando em comunidades à parte, dissociadas de nossa existência gravitando inteiramente em torno de interesses ... de pátrias distantes”<sup>8</sup>

Os instrumentos iam desde a elaboração de uma legislação imigratória restritiva e o estabelecimento de quotas de imigrantes em cada zona territorial,<sup>9</sup> até à nacionalização do ensino. Passava ainda pela nacionalização das associações, clubes e grêmios das colónias de imigrantes e pelo controlo das novas gerações através da imposição de obstáculos aos jovens face a quaisquer influências externas, promovendo fórmulas que inibissem os mesmos de contactos prolongados com o exterior e com as realidades dos países de origem dos seus progenitores.<sup>10</sup> A área do ensino será uma das que na década de 1940 sofrerá maior empenho das autoridades brasileiras para a sua nacionalização em virtude do receio da guerra e das influências político-ideológicas externas que poderiam colocar a coesão nacional em causa (luta contra o comunismo e nazismo). Isso conduziu a uma perseguição a todos os estabelecimentos privados existentes nas colónias de imigrantes, além de se estabelecer “que o exercício do magistério do português, história e geografia é vedado às pessoas que não sejam brasileiros natos”<sup>11</sup>

8 Nacionalismo de acção e não de palavras! *A Gazeta*, 18 abr. 1939. A.H.-D. do MNE; Cota 3P A1 M568a.

9 Por exemplo, pelo D. n.º 3.010 de 1938 passaria a ser obrigatória a existência de 30% de brasileiros natos em cada núcleo contra um máximo de 25% de cada nacionalidade estrangeira.

10 Todos os menores brasileiros que se dirigissem ao exterior, com ou sem a companhia dos seus pais, ou quisessem regressar ao país de origem dos seus pais, tinham obrigatoriamente de obter uma autorização prévia do Governo Federal para aí permanecer, assim como também estavam proibidos de frequentar os estabelecimentos superiores de ensino, em Portugal. Cf. Ofício n.º 65 de 13 fev. 1941 do Cônsul em São Paulo para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68.

11 Ofício n.º 120 de 6 mar. 1941 do Cônsul em São Paulo para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68. Por exemplo, passava a ser proibida por força de lei a existência de escolas nas comunidades estrangeiras, nenhum estrangeiro podia ocupar cargos de direcção em estabelecimentos de ensino (mesmo que fossem privados) e todos os alunos deveriam ser ensinados na língua oficial (português) e de acordo com o currículo oficialmente adoptado. Cf. D-L n.º 1.545 de 25 ago. 1941; Estrangeiro ou brasileiro naturalizado não pode dirigir estabelecimentos de ensino secundário. *O Estado de S. Paulo*, 14 nov. 1941. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68a; Nacionalização do ensino. *Diário Popular*, 21 nov. 1941. A.H.-D. do MNE; Cota 3P A1 M568.

Perante essas medidas, Portugal procura reivindicar uma posição privilegiada para os seus cidadãos através de medidas que os diferenciasssem dos outros elementos civilizacionais presentes no território brasileiro e colocassem efetivamente em prática as ideias da *unidade étnica* e dos *laços de solidariedade inquebrantáveis* prevalecentes entre os dois países. Além do que o objectivo nuclear dessa política era a prevenção da massificação dessas naturalizações junto da comunidade lusa.

A intervenção do governo salazarista para travar o contínuo movimento de naturalizações impunha-se ainda por outro motivo: procurando acomodar-se individualmente à nova e adversa realidade brasileira, muitos cidadãos poderiam abdicar da nacionalidade portuguesa e dos vínculos que os ligavam à metrópole, o que traria graves consequências para Portugal (ao nível económico, político e social). Com efeito, os portugueses sentiam diretamente as consequências da legislação nacionalista brasileira, que pelo D-L n.389 de 25 de abril de 1938 definira e regulara a nacionalidade brasileira,<sup>12</sup> resultando em contínuos despedimentos de estrangeiros e à imposição de maiores obstáculos para manter as suas actividades,<sup>13</sup> como no caso das instituições bancárias, de acordo com art. 145.º da Constituição de 1937. Perante tais dificuldades, os portugueses (essencialmente aqueles com capitais ou actividades no comércio/função pública) preferiam desvincular-se da nacionalidade portuguesa e salvaguardar os seus interesses, e apenas as classes mais humildes se mantinham leais à sua nacionalidade.

---

12 Pelo D-L n.º 389 eram considerados brasileiros os cidadãos: nascidos no Brasil, ainda que de progenitores estrangeiros; os que haviam adquirido a nacionalidade brasileira antes da Constituição de 1934 e de acordo com art. n.º 69 da Constituição de 1891; e os estrangeiros que obtiveram naturalização na forma das leis vigentes no momento. Cf. D-L n.º 389 de 25 abr. 1938, publicado no *Diário Oficial* de 26 abr. 1938, p. 7799-800. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68.

13 Por exemplo, pelo D-L n.º 383 de 18 abr. 1938 havia-se proibido a todos os estrangeiros a prática de qualquer actividade política, da manutenção de profissões ligadas com a imprensa e com o ensino, para além de procurar também nacionalizar as associações constituídas por estrangeiros para fins culturais, beneficentes, ou de assistência. Cf. arts. 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do D-L. In: *Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo*, dez. 1938, n.º 8. A.H.-D. do MNE; Cota 3P A20 M4a, p. 11-2. Este D-L será ainda reforçado pelo D. n.º 3.016 de 24 ago. 1938 que obriga à regularização da situação de todas as associações. Cf. Relatório político-diplomático anexo ao ofício n.º 62 de 9 mar. 1940, citado, p. 9.

Por esses motivos, era necessário procurar manter vivo o sentimento português pela actuação permanente das representações oficiais junto de toda a comunidade brasileira, em geral, e das colónias portuguesas, em particular, através de uma propagação nacionalista forte e de mecanismos que preservassem a ligação umbilical à Pátria.<sup>14</sup> A prevenção do perigo da *desnacionalização* das colónias tornava-se, assim, crucial para o governo português por diversas razões: economicamente, as colónias portuguesas serviam como pontos de apoio à economia portuguesa, fomentando a procura, o volume e o valor das exportações, para além da estabilidade económica, financeira e social devido às remessas periódicas de capitais dos emigrantes para as suas famílias,<sup>15</sup> melhorando as condições de vida, aumentando a capacidade de liquidez monetária, a riqueza nacional e a atenuação de potenciais focos de descontentamento face à política proibitiva conduzida energeticamente durante o período salazarista.

Em segundo lugar, em termos políticos, a necessidade de preservar a unidade e o patriotismo junto desses grupos tornava-se uma exigência do próprio regime e da sua preservação no poder: só através do controlo/supervisão das actividades de cada colónia o regime conseguiria criar/preservar a confiança e o apoio para o seu projecto nacional, eliminando (ou pelo menos circunscrevendo) quaisquer potenciais focos de crítica e/ou de grupos de oposição com capacidade efetiva de colocar em causa a unidade e o interesse da Nação.

À medida que a situação laboral e económica dos imigrantes se deteriora no Brasil e se adensa o clima de guerra na cena internacional desenvolvem-se dois fenómenos sociais no seio da colónia lusa: o aumento exponencial do número de solicitações de repatriação às legações diplomáticas portuguesas e a multiplicação dos pedidos de naturalizações por parte de elementos da colónia portuguesa: “é a colónia portuguesa ... aquela que mais

---

14 Cf. art. 28º do D. nº 26.162, de 28 dez. 1935. In: *Diário do Governo*, I série, n. 302, 28 dez. 1935, p. 1941-8.

15 As saídas de capital do Brasil passam também a ser fortemente limitadas, o que colocará muitas famílias portuguesas em situação dramática, principalmente na zona norte do país, de onde eram originários a maioria dos emigrantes no Brasil.

concorre para as naturalizações, o que nos parece uma grave enfermidade social e falta de cultivo das virtudes cívicas”.<sup>16</sup>

Esses dois fenómenos contribuem para a relativização da influência portuguesa junto do poder político brasileiro, bem como para a fragmentação social e político-ideológica da própria colónia. Ou seja, a obrigatoriedade implícita da naturalização dispersava a comunidade e minava a sua coesão, prejudicando ainda o controlo político-ideológico por parte do *Estado Novo* português, situação que favoreceria o surgimento “espontâneo” de focos de crítica que procuravam manipular essas colónias para desenvolver a oposição externa ao salazarismo. Essa situação só não se tornaria mais grave porque de 1937 a 1945 vigora no Brasil um regime homólogo ao português com alicerces ideológicos (e até pragmáticos) semelhantes, possibilitando uma cooperação bilateral forte aos níveis propagandístico e sociocultural.

Perante o crescente número de naturalizações, o governo português procura obter informações precisas sobre o fenómeno para tentar encontrar fórmulas de o combater eficazmente.<sup>17</sup> Tal como é afirmado pela Câmara de Comércio Portuguesa, se fôsse mesmo necessário aceitar essa situação de desnacionalização, então que “esse valor [fosse] um trunfo acaso um dia devêssemos usar oferecendo a reciprocidade, mas nunca dele nos desfazermos sem compensação adequada”,<sup>18</sup> isto é, se a desnacionalização da colónia era um mal incontornável, então que fosse aproveitado para estabelecer um convénio bi-

---

16 Ofício n.º 401 de 11 jul. 1940. Cf. também ofício n.º 440 de 7 ago. 1940 do Cônsul em São Paulo para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68.

17 Regularmente, são enviadas novas relações e listagens publicadas oficialmente com as novas naturalizações, onde se demonstra que “são as colónias portuguesa, italiana e espanhola que dão os maiores contingentes de naturalizados”. Ofício n.º 278 de 18 abr. 1941 do Cônsul em São Paulo para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68. Cf. também ofícios n.º 121 de 6 mar. 1941, n.º 142 de 12 mar. 1941, n.º 229 de 3 abr. 1941, n.º 182 de 24 maio 1941, n.º 479 de 5 jul. 1941, n.º 486 de 9 jul. 1941, n.º 518 de 21 jul. 1941, n.º 524 de 23 jul. 1941, n.º 531 de 25 jul. 1941, n.º 540 de 28 jul. 1941, n.º 546 de 30 jul. 1941, n.º 602 de 19 ago. 1941, do Cônsul em São Paulo para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68.

18 Carta n.º 130 de 27 jul. 1940, citada. Esta ideia surge essencialmente após uma campanha fomentada por alguns indivíduos portugueses contra o regime salazarista e que, por isso, procuram fomentar uma naturalização colectiva de toda a colónia, justificando essa acção com a política de neutralidade seguida por Portugal na guerra

lateral sobre a matéria, definindo medidas de equiparação nacional ou sobre os casos onde se definisse a possibilidade da dupla nacionalidade.

Com esse objectivo, são fornecidos periodicamente pelos consulados dados estatísticos sobre o número de pessoas que optavam pela nacionalidade brasileira e/ou mantinham a nacionalidade de origem<sup>19</sup> para que, de alguma forma, o governo português pudesse contrapor medidas à generalização desse fenómeno social. No entanto, as causas para tal desnacionalização têm razões mais complexas e não se prendem apenas com a legislação nacionalista varguista. Ou seja, a abdicação da nacionalidade lusa surgia já como meio de oposição ao salazarismo e aos parâmetros sociopolíticos impostos pelo pensamento subjacente a tal *praxis* governativa.

A problemática da naturalização tem então duas perspectivas: a portuguesa, que se interliga com as próprias características do regime salazarista e a necessidade de eliminar a oposição externa e/ou as consequências nefastas da desnacionalização; e a brasileira, que se relaciona por sua vez com as necessidades da sociedade nacional, que busca exaustivamente dar primazia ao elemento nacional, reprimindo as potencialidades de concorrência do elemento estrangeiro.

## OS ESFORÇOS PARA A QUASI-NACIONALIDADE

O reconhecimento do relevo do elemento humano lusitano na unidade e estabilidade brasileira era já óbvio e, por esse motivo, era também necessário que essa situação fosse formalmente aproveitada para parâmetros formais que privilegiassem o relacionamento luso-brasileiro e a situação dos nacio-

---

(e que esses indivíduos afirmavam ser por causa das suas afinidades com as forças do Eixo). A solicitação da cidadania brasileira era quase uma imposição. Cf. Ofício n.º 199 de 20 jul. 1940, citado; Ofício n.º 199 de 20 ago. 1940 do embaixador no Rio de Janeiro para o Ministro dos Negócios Estrangeiros; Parecer de 15 fev. 1941 do Consulado de Portugal em São Paulo. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68.

19 Cf. PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal*. A colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000. p. 98-9. Cf. Naturalizações. *O Estado de S. Paulo*, 17 ago. 1940; Ofícios n.º 419 de 25 jul. 1940; n.º 434 de 3 ago. 1940; n.º 440 de 7.08.1940; e n.455 de 19.08.1940 do Cônsul em São Paulo para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68.

nais de ambos os territórios no seu cotidiano. Tal como Macedo Soares afirma: “De pleno direito os portugueses deviam receber as franquias e benefícios da nacionalidade brasileira, em todo caso devíamos fazer-lhes as maiores exceções, dando-lhes os mais extraordinários e completos privilégios entre todas as imigrações que nos procuram”.<sup>20</sup>

Apesar do bom relacionamento existente entre a colônia portuguesa e as autoridades brasileiras e do reconhecimento da sua relevância, os portugueses eram tratados desde 1930 como qualquer outro estrangeiro, o que era um contra-senso entre a prática e as declarações feitas por entidades brasileiras em diversas ocasiões: “apesar de ‘os Portugueses no Brasil não serem estrangeiros’, são obrigados a naturalizar-se ... para poderem ganhar a vida, em determinados ramos de negócio ... este tratamento não correspondendo ao que em Portugal se concede aos brasileiros ali residentes”.<sup>21</sup> Era esta situação que tinha de ser alterada para defender a luso-brasilidade.

Um dos primeiros passos para concretizar a situação de privilégio aos portugueses, antes de negociações formais entre os dois governos, resulta da decisão do Ministério da Justiça brasileiro acerca do serviço militar. Por essa decisão

todos os estrangeiros que vieram para o Brasil antes de completar a idade para o cumprimento dos dispositivos regulamentares do serviço militar, têm, a facilidade em se naturalizarem brasileiros e essa medida de grande alcance vem favorecer, principalmente os portugueses que estavam impedidos de se naturalizarem em conformidade com as leis brasileiras anteriores.<sup>22</sup>

---

20 Política de bom acolhimento, 8 ago. 1940. Sem identificação do periódico. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68.

21 Ofício n.º 11 de 9 out. 1940 do Cônsul do Pará para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, p. 3. Cf. também entrevista dada pelo P. R. Vargas à *Folha do Norte* de 9 out. 1940. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68.

22 Ofício n.º 441 de 7 ago. 1940 do Cônsul em São Paulo para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68. Sobre este assunto, cf. também TAVARES, Raul. Serviço Militar. *O Estado de S. Paulo*, 25 jul. 1941; Ofício n.º 533 de 25 jul. 1941 do Cônsul em São Paulo para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68. Com efeito, de acordo com o D-L n.º 1.801, todos os estrangeiros naturalizados com mais de 35 anos (exceptuando, todavia, aqueles que já estavam naturalizados antes de 16 jul. 1934), não poderiam exercer profissões liberais, pois com essa idade não poderiam mais prestar o serviço militar para obter o certificado de reservista exigido pela Constituição.

Outro importante benefício é a eliminação das restrições existentes aos profissionais de jornalismo que antes se viam obrigados à naturalização para poderem continuar a exercer a profissão (D-L n.910 de 30/11/1938 e D. n. 1.262 de 10.05.1939). Através dos contactos realizados por António Ferro (diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, o SPN), quando da sua estadia no Brasil em 1941, é assegurada a concessão numa situação especial para os jornalistas lusos, que começam por obter uma prorrogação de 120 dias para regularizar a sua naturalização, mantendo-se a trabalhar.<sup>23</sup>

Outro momento relevante para a aproximação bilateral surge em 1940 com a participação especial do Brasil nas comemorações dos Centenários de Portugal, onde os brasileiros fazem as honras da casa ao lado dos portugueses. Durante essas comemorações são feitas inúmeras menções à necessidade de operacionalizar os laços fraternos através de mecanismos palpáveis. Nesse sentido surge no ano seguinte um diploma que afirma explicitamente a situação especial do relacionamento luso-brasileiro: pelo D-L n. 3.175 elimina-se a necessidade de os cidadãos lusos solicitarem vistos provisórios e permanentes, rompendo-se com todas as

convenções fictícias e inexpressivas ... [Com efeito os portugueses voltam a] trabalhar nas Repartições Públicas do Rio de Janeiro e é expressivo o despacho do Sr. Presidente da República na petição em que alguém lhe pedia concedesse visto permanente no passaporte do filho: “Deferido por ser português”.<sup>24</sup>

Também em 1941 o prof. dr. Barreto Campelo elabora a tese da *quasi-nacionalidade*, pela qual defendia que os portugueses e brasileiros deveriam ser equiparados em ambos os territórios, gozando das mesmas regalias e direitos que os nacionais, com exceção da área política.<sup>25</sup>

- 
- 23 Sobre o D-L n.º 910, cf. Situação dos jornalistas estrangeiros do Brasil, de 8 jul. 1939, sem identificação do periódico, Rio de Janeiro. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68a. Sobre a suavização dessa legislação em favor dos nacionais portugueses, cf. Telegrama n.º 118 de 26 maio 1942 do embaixador no Rio de Janeiro para o Ministro dos Negócios Estrangeiros; Telegrama n.º 139 de 11 jun. 1942, do embaixador no Rio de Janeiro para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68a.
- 24 Discurso do professor doutor B. Campelo no Gabinete Português de Leitura, anexo ao Ofício n.º 222 de 14 nov. 1941 do Cônsul em Pernambuco para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68.
- 25 Essa mesma tese será apresentada em várias situações por este professor da Faculdade de Direito da Universidade do Recife, onde defende a dupla nacionalidade de

É fato patente e indisfarçável que entre um português, não nacional, e todos os outros estrangeiros residentes no Brasil, há uma diferença essencial e específica. Também nós, em Portugal, somos algo mais que simples estrangeiros... A quasi-nacionalidade assemelha-se à dupla nacionalidade, excluídos naturalmente os cargos de mando e representação, eminentemente políticos e, por isso mesmo, privativos dos nacionais.<sup>26</sup>

Em sintonia com essa teoria estavam as diversas alterações legislativas brasileiras já sucintamente referidas aqui, assim como as sucessivas declarações feitas pelo presidente Vargas e por outros governantes brasileiros no sentido de que os portugueses eram os únicos estrangeiros desejáveis e capazes de atender ao interesse e reforço do nacionalismo brasileiro que deveria obedecer ao sentido histórico da sua formação luso-brasileira. Como Nobre de Mello sintetiza:

a afirmação de que “cada português é um soldado ao serviço do Brasil”; a abolição da restrição numérica à entrada de portugueses no país ... por considerar “a identidade de religião, de idioma e de costumes, bem como as afinidades raciais e históricas entre portugueses e brasileiros”; a equiparação dos portugueses aos brasileiros para, na falta destes, os substituírem dentro dos núcleos para formar a quota de 30% de nacionais; o despacho “deferido por ser português” e muitas outras manifestações do Chefe do governo ... as frases “o Brasil é amigo de todos os povos mas filho só de Portugal”, e “a participação atual e contínua dos vigorosos e probos trabalhadores portugueses na valorização do solo e na fixação do tipo étnico nacional” do Chanceler Oswaldo Aranha ... tudo isto representa ... o reconhecimento da unidade da família luso-brasileira e o clima preparatório para uma definição jurídica que integre, com as ressalvas naturais, o português na comunhão nacional.<sup>27</sup>

No seguimento dessa boa vontade mútua demonstrada, o Brasil apresenta ao governo português, em novembro de 1943, um primeiro projecto legislativo para operacionalizar a solidariedade luso-brasileira, onde se previa a

---

direitos dos portugueses no Brasil, e que seria aproveitada pela propaganda para reforço da luso-brasilidade. Cf. Ofício n.º 222 de 14 de novembro de 1941, citado; e diversos artigos de jornal da época.

26 Discurso do professor doutor Barreto Campelo, citado.

27 Discurso do embaixador Nobre de Melo, no Clube Portugália, em São Paulo, aquando da sua visita a esse Estado em 1944. Cf. Política luso-brasileira. *Voz de Portugal*, 13 fev. 1944; Ofício n. 19 de 29 fev. 1944 do embaixador no Rio de Janeiro para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A48 M208.

concessão de um estatuto especial para os portugueses no Brasil quanto à entrada e permanência no território, pela consagração dos privilégios formalizados em legislação avulsa, a favor dos mesmos. No entanto, pelas suas extremas limitações (mero instrumento interno do governo brasileiro sem qualquer relevância no âmbito das relações externas) quanto à definição do que se entendia como cidadão português e aos escassos “privilégios” enunciados e situações abrangidas, essa proposta é minimizada e inferiorizada por Salazar, que já nessa altura pretendia a negociação e o estabelecimento de um convénio mais abrangente.<sup>28</sup> Com efeito, essa proposta de Decreto-Lei nunca chegará a ser discutida nem finalizada pelo Estado Novo brasileiro.

Mas a ideia perdurará e será constantemente aquilatada por diversas frentes que procuravam realçar o carácter especial da ligação entre os dois países: “se aqui recebemos indivíduos de tantas nacionalidades que conosco de pronto se identificam, vencendo obstáculos raciais, linguísticos e de costumes, por que razão não conceder maiores facilidades de incorporação ao Brasil do povo que o formou – os portugueses?”<sup>29</sup> A tese da dupla nacionalidade ganhará cada vez mais adeptos e inúmeros representantes portugueses (escritores, professores, empresários, jornalistas etc.) procuram desenvolver uma campanha propagandística de angariação de apoio junto das entidades governamentais brasileiras.

Com a acreditação de João Neves de Fontoura como embaixador do Brasil junto do Estado Novo português, em 9 de junho de 1943 (grande defensor da *lusobrasilidade* e do reforço da união transatlântica), relança-se a ideia do aprofundamento das ligações entre a comunidade luso-brasileira, procurando difundir um sentimento de pertença a uma mesma e única comunidade linguística, cultural e de cidadania. Nesse sentido, em 5 de maio de 1944 Neves de Fontoura apresentará, após contactos com o Ministério das Relações Exteriores e o presidente da República, ao presidente do Conselho português um primeiro esboço de acordo, que abordava o problema e preconizava a

28 Sobre este assunto ver Parecer sobre o projecto de decreto-lei brasileiro estabelecendo o Estatuto Especial dos Portugueses, apresentado pelo jurista português prof. doutor Machado Vilela apud REGO, A. da Silva. *Relações luso-brasileiras. 1822-1953*. Lisboa: Panorama, 1966. p. 79-81.

29 Brasileiros e portugueses. *Diário Popular* apud *Boletim do Centro Guerra Junqueiro*, mar. 1944. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A48 M233a, p. 6.

concessão de um estatuto especial aos portugueses no Brasil através da alteração da legislação brasileira.<sup>30</sup>

Vivia-se um clima de ótimas relações luso-brasileiras no plano político-diplomático (após a assinatura dos acordos postal e telegráfico e com a colaboração diplomática de Portugal para com o Brasil beligerante na Segunda Guerra Mundial, salvaguardando os interesses brasileiros em muitos países), reforçado pela acção da colónia portuguesa e pelo apoio dispensado pela imprensa da época (influenciada pela acção controladora/censora dos serviços governamentais). De fato, a ideia da possibilidade de um acordo acerca da dupla nacionalidade é veiculada pela quase totalidade da imprensa brasileira, que tenta realçar a pertinência de tal ato, procurando não só envolver as comunidades nacionais, mas também conquistar o seu apoio para esse fim de tão grande alcance político internacional e de elevada relevância prática para os cidadãos.<sup>31</sup>

Salazar continua, no entanto, a procurar transformar o aspecto formal que esse regime especial pudesse revestir e pressiona no sentido de que essa matéria fosse formalmente consagrada numa verdadeira convenção bilateral “desejável e [que] parecia corresponder melhor ao estado de espírito criado d’aquém e além Atlântico”,<sup>32</sup> do que apenas aceitar a reformulação coordenada e a uniformização convergente da legislação interna de cada país. Assim, em 7 de outubro de 1944, envia um projecto de convénio bilateral ao governo brasileiro, no qual se propunha a transformação e ampliação do articulado formal apresentado na primeira proposta brasileira. Neste definia-se que os

---

30 Em síntese, esse documento propunha um texto com força de lei que abrangesse a livre entrada dos portugueses no Brasil, através da simplificação das burocracias para entrada e permanência desses cidadãos, a concessão dos direitos públicos e privados atribuídos aos brasileiros, com as restrições impostas pela lei constitucional e consequentes vantagens ao nível profissional, com maiores facilidades no acesso ao trabalho; e a facilitação e estímulo à sua naturalização, assim como o estabelecimento de igualdade de direitos para os naturalizados aos mais diversos níveis (equiparação entre cidadãos natos e naturalizados).

31 Cf., por exemplo, os artigos: Regalias aos cidadãos portugueses residentes no Brasil. *A Gazeta*, 12 abr. 1944; Bilhetes do Rio. Portugueses e brasileiros. *A Gazeta*, 13 abr. 1944. A.H.-D. do MNE; Cota 2P A50 M68; etc.

32 Carta de Salazar ao embaixador brasileiro em Lisboa de 9 de setembro de 1944, apud PAULO, Heloisa, 2000, p. 142.

nacionais de ambas as partes contratantes seriam equiparados a todos os níveis económicos e sociais, salvo no âmbito político e em algumas situações de exceção, que eventualmente pudessem ser adotadas, de comum acordo após negociação. Salazar procurava obter a consagração de uma verdadeira livre circulação do elemento humano entre os dois territórios, assim como o livre acesso a todas as profissões e de todos os trabalhadores, o que favoreceria mais Portugal e os seus cidadãos do que os brasileiros, já que Portugal caracterizava-se essencialmente como um país de origem e o Brasil um país de destino.

No entanto, e apesar de o Brasil concordar pela preferência e pelas vantagens do estabelecimento de um diploma que vinculasse internacional e bilateralmente as duas partes, este propõe um contra-projecto muito mais restritivo e limitado do que aquele apresentado pelas autoridades portuguesas, justificando essa atitude com os parâmetros/princípios consagrados no pilar de todo o edifício legislativo brasileiro – a Constituição da República em vigor (desde 1937), pela qual se haviam estabelecido, como base do proteccionismo nacionalista do regime autoritário, grandes restrições à entrada e permanência de estrangeiros no seu país, bem como do acesso dos estrangeiros ao trabalho, ao capital e à propriedade. Esta situação, aliada às pressões existentes de vários quadrantes internos e externos (facções nativista e panamericanista ou a influência de outras colónias estrangeiras) invalidaria, por conseguinte, todos os esforços de convénio bilateral sobre essa matéria e, mais uma vez, o desejo de unir ao nível da cidadania as duas comunidades lusitanas seria protelado para décadas seguintes.

O derrube do Estado Novo brasileiro em 1945 influenciará também o fracasso desse projecto, conduzindo-o para o esquecimento durante mais de uma década, já que com o recrudescimento da instabilidade político-social interna, o Brasil voltaria a centrar-se nos seus problemas internos e a reformular as suas diretrizes de relacionamento externo. Essa matéria voltaria apenas a ser objeto de negociações e resoluções bilaterais em meados dos anos 50, aquando do retorno (ainda que efémero) de Getúlio Vargas à liderança política do país, embora também não se alcançasse um convénio perene e fundamentado, dada a curta duração desse mesmo governo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incapacidade de se alcançar um convênio formal acerca da dupla nacionalidade entre Portugal e o Brasil, na década de 1940, não só demonstra a complexidade da matéria em negociação, mas é também um reflexo das dificuldades endêmicas de cada regime de Estado-Novo e da influência da crise instalada nas relações internacionais da época.

Apesar disso, a ação permanente político-diplomática entre as autoridades dos dois regimes permitiu salvaguardar não só a herança lusófona na construção da nação brasileira, como conseguiu regimes especiais para os cidadãos portugueses em território brasileiro: reconhecimento da preferência pela imigração portuguesa e o esbatimento gradual das restrições legislativas à entrada e permanência no território brasileiro; a concessão de situações de privilégio para os portugueses no acesso ao trabalho; as exceções dadas às associações, grêmios e outros clubes socioculturais da colônia lusa; ou o tratamento especial dispensado pelas autoridades brasileiras aos representantes diplomáticos e consulares portugueses e a relevância com que são anunciados/comemorados muitos acontecimentos importantes para Portugal no Brasil e vice-versa.

Todas essas conquistas com efeitos extremamente positivos e pragmáticos são um de muitos símbolos claros da importância que o relacionamento luso-brasileiro ganha entre 1930 e 1945, para ambos Estados e para a salvaguarda dos seus interesses e dos seus cidadãos no mundo.

# IMIGRANTES PORTUGUESES E O ARTIGO 399<sup>1</sup>

*Cláudia Maria Calmon Arruda*  
Aperj

Macaé, 29 de março de 1910. Um pescador português chega à janela de sua casa, situada à praça Visconde do Rio Branco 22, e dirige à rua “pesados insultos” em alta voz, no momento em que passavam por ali quatro policiais. Segundo inquérito realizado pelo delegado de Macaé e enviado ao chefe de polícia, os policiais se dirigiram indignados à casa do pescador para “tomar satisfações”,<sup>2</sup> o que significou, segundo denúncia escrita do visconde de Salgado, vice-cônsul de Portugal, ao presidente do estado do Rio de Janeiro, o espancamento de vários pescadores portugueses ali residentes. A denúncia do vice-cônsul registrava que, ao invés de quatro, foram vinte os policiais que participaram do ato, dos quais oito teriam ficado feridos.<sup>3</sup>

No período 1909-1916, que compreende o conflito envolvendo os pescadores de Macaé, o Rio de Janeiro recebeu portugueses de todos os estratos socioeconômicos. Em 1921, os imigrantes lusos representariam 15% do total da população do Distrito Federal, ultrapassando com larga vantagem os demais grupos estrangeiros residentes aí e também no estado do Rio de Janeiro.

---

1 Foram colaboradores nesta pesquisa Charleston José de Souza Assis, Danyla Ribeiro Cosme, Leila Menezes Duarte e Rogério da Silva Bento.

2 Aperj: Fundo PE, col. 7.4 – v. 1.

3 Idem.

Desde os primeiros anos do século 19 milhares de portugueses cruzaram o Atlântico rumo ao Brasil em busca de oportunidades de trabalho e ascensão social, tendo a maioria deles escolhido o Rio de Janeiro como destino. Manolo Florentino<sup>4</sup> destacou que fatores presentes na sociedade portuguesa, como o “predomínio de pequenas propriedades e heranças com partilhas estreitas”, influenciaram de forma decisiva o movimento migratório e se sobrepunham às próprias iniciativas do governo brasileiro em atrair mão-de-obra estrangeira.

Uma vez estabelecidos no Rio de Janeiro, os portugueses tiveram de conviver com o ressentimento de brasileiros que os acusavam de roubarem o emprego dos nacionais e, no caso dos comerciantes, de extorquirem seus clientes cobrando preços elevados – rótulos que eram estendidos ao conjunto de imigrantes lusos. O conflito ocorrido em Macaé ilustra muito bem essa situação, pois independentemente das razões que motivaram as reações de ambos os lados, a ira dos policiais recaiu sobre o grupo de pescadores lusitanos e não apenas sobre o autor das ofensas.

Para os portugueses que não conseguiram se estabilizar profissionalmente no Brasil, o antilusitanismo era apenas uma das muitas dificuldades que tinham de enfrentar. Diariamente, os portugueses se tornavam alvos fáceis da repressão policial, presos sobretudo por motivo de desordem e vadiagem. O elevado número de portugueses detidos por vadiagem descortina um universo formado por homens, mulheres e menores que sequer conseguiram uma ocupação profissional regular. Acusadas de vadiagem, essas pessoas viram o sonho de prosperar no Brasil pulverizar-se nos cárceres da Casa de Detenção.

O presente trabalho analisará uma fonte que tem sido pouco utilizada pelos historiadores que estudam a imigração portuguesa no Brasil: o Fundo Casa de Detenção, que se encontra sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Concentramos nossa análise nos livros de matrícula de presos referentes ao ano de 1917, por se tratar de um período em que o país atravessou uma grave crise social que afetou intensamente as camadas mais

---

4 FLORENTINO, Manolo. Ensaio sobre imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX). *Portuguese Studies Review*, Trent (Canada), v. 10, n. 1, p. 58-84, 2002.

pobres da população. A crise fez crescer o número de vadios nacionais e estrangeiros que ocupavam ruas e praças, sob o olhar contrariado dos setores conservadores da sociedade brasileira que exigiam uma ação mais enérgica da polícia para recolhê-los à prisão.<sup>5</sup>

## AS FONTES E SUA ORIGEM

O Ato Adicional de 1834 delegou às províncias a responsabilidade pela imigração e colonização, e no caso do Rio de Janeiro, graças à grande concentração de lusitanos no estado, resultou na produção de uma vasta documentação. Esses documentos integram parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) e expõem ações diversas que contemplavam desde projetos de arregimentação de trabalhadores estrangeiros a procedimentos burocráticos e policiais, como se verifica no Fundo Casa de Detenção.

Esse Fundo compreende os anos de 1860 a 1969, e reúne cerca de 600 livros e 40 metros lineares de documentação avulsa, abrangendo o registro de matrículas de homens, mulheres, menores, pessoas livres e escravos e contendo estas informações: nome, número de entrada, nacionalidade, filiação, cor da pele, razão da prisão, sinais característicos e descrição da vestimenta no ato da prisão.

A Casa de Detenção foi criada em 1856 e integrava o complexo penitenciário formado pelo Calabouço e pela Casa de Correção. O presídio tinha como principal função o encarceramento de presos que ainda não haviam sido condenados e autores de pequenos delitos, sendo utilizado sobretudo para detenções de curta duração.

A organização da instituição apresentava uma forte clivagem social, sendo concedido aos presos mais abastados o direito de ficarem separados dos demais, manterem consigo um escravo e até mesmo fazer uso de bebidas alcoólicas, com a ressalva de que não houvesse exageros. O governo republicano

---

5 Em matéria publicada em 25 de agosto de 1917, o *Correio da Manhã* reclamava da presença do grande número de mendigos que perambulavam pelas vias públicas da cidade do Rio de Janeiro, destacando serem em sua maioria estrangeiros (apud MENEZES, 1996).

reformulou a estrutura do presídio, preservando, no entanto, a distinção entre os detentos: “poderá ainda haver subdivisão de cada uma dessas categorias em grupos, conforme a classe, a espécie, a natureza dos delitos e outras quaisquer que se tornem convenientes, tendo-se em vista a posição social e os costumes”.<sup>6</sup> Apenas em 1914 ? quando foi elaborado um novo regulamento para o funcionamento da instituição – a origem social do infrator deixou de ser considerada para alocá-lo na instituição. No entanto, a supressão desse critério não eliminou do regulamento termos preconceituosos que se referiam aos delitos comumente praticados pelas classes populares: “O alvará de todo vagabundo que for condenado pela primeira vez e houver cumprido a pena deverá ser acompanhado de um salvo-conducto, que garanta ao individuo nessas condições o prazo que a lei lhe faculta para procurar ocupação”.<sup>7</sup> Ou seja, o cumprimento da pena não livrava o infrator da qualificação pejorativa.

## A VADIAGEM

*Deixar de exercer profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habita; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes: Pena – De prisão celular por 15 a 30 dias.*

Art. 399 do Código Penal de 1890

Nas definições do código penal aqui descritas verifica-se que as situações tipificadas como vadiagem atingiam principalmente as classes populares, uma vez que englobavam questões financeiras como a falta de moradia e o desemprego. Lená Medeiros<sup>8</sup> constatou que os bicheiros conseguiam escapar das punições im-

---

6 BRASIL. Decreto n.º 3.641, de 14 de abril de 1900. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1900*. [S.n, s.d.], p. 458.

7 BRASIL. Decreto n.º 10.873, de 29.04.1914. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1914*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. p. 171.

8 MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protests, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Ed.Uerj, 1996.

postas pela legislação, pois possuíam recursos financeiros para contratar um bom advogado e se livrarem da prisão por meio de expedientes legais. Desta forma, as punições previstas pelo artigo ficavam restritas aos mais pobres, cujo motivo de incorrerem nesse tipo de crime, muitas vezes, foi determinado pela sua própria condição social. No caso dos estrangeiros, Lená Medeiros assinalou haver um grande número de velhos, desempregados, doentes e crianças que, longe do lar e sem família, viviam nas ruas e aprenderiam nos cárceres práticas criminosas efetivas. Os livros de 1917 confirmam haver um grande número de jovens presos por vadiagem, grupo que representou nesse período aproximadamente 49% dos portugueses detidos.

Margareth Silva<sup>9</sup> assinala que historicamente a vadiagem passou a ser condenada quando a pobreza se transformou num problema social. A autora cita como exemplo o processo de expansão das manufaturas na Idade Moderna, que acarretou a expropriação dos trabalhadores, provocando o seu empobrecimento. A recusa ao trabalho sinalizaria a rejeição do novo modelo econômico, cuja sobrevivência dependia da exploração da força de trabalho. Assim, o ócio passou a ser identificado como um fator de instabilidade social que trazia consigo o enfraquecimento do próprio Estado.

Após a abolição da escravatura, as autoridades brasileiras formularam uma série de proposições legais, a fim de reprimir o ócio e impor meios de controle sobre a população pobre, vista desde já como perigosa. Os negros, libertos no final do Império, se somavam a homens, mulheres e menores, livres e imigrantes de origem humilde, que juntos formavam uma massa de desocupados com pouca ou nenhuma qualificação profissional diante de um mercado de trabalho extremamente limitado.

Ao deixar a cadeia o infrator era obrigado a assinar um termo, comprometendo-se a tomar ocupação num prazo de quinze dias. Caso não o fizesse, seria novamente detido, mas desta vez transferido para a Colônia Correccional de Dois Rios, localizada na Ilha Grande, a fim de executar trabalhos forçados. Tratando-se de estrangeiros, estes seriam expulsos do território nacional. Lená Menezes de Medeiros<sup>10</sup> apresenta dados sobre os anos de 1907 e 1930, em que aparecem 1.133 casos

---

9 SILVA, Margareth. *A letra da lei na punição à vadiagem*. Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995.

10 MENEZES, 1996, citada.

de processos de expulsão de estrangeiros, dentre os quais 366 eram portugueses: o maior número de expulsos de uma mesma nacionalidade.<sup>11</sup>

Lená Menezes destaca que a prisão de estrangeiros estava ligada a crimes que têm maior relação com a pobreza e o desemprego, com destaque para a vadiagem e a mendicância.<sup>12</sup>

Num estudo feito no Arquivo Público nos anos de 1880, 1883 e 1885, período inicial da grande onda migratória de estrangeiros, especialmente portugueses, para o Rio de Janeiro, num universo de 1.511 imigrantes portugueses presos e 145 tipos de crimes descritos pela Polícia em seus registros nos livros da Casa de Detenção, foram identificadas 608 ocorrências de “vagabundagem”. É o maior volume de prisões de um mesmo tipo penal. Se somarmos a essa rubrica a de “embriaguez”, teremos mais 258 imigrantes, perfazendo o total de 866, ou seja, aproximadamente 57% do total de portugueses detidos, o que confirma a observação de Lená Menezes quanto à grande incidência de crimes relacionados à pobreza e ao desemprego. O problema do desemprego se acentuava em razão da baixa qualificação profissional dos imigrantes portugueses, quase todos oriundos do meio rural e transferidos para a vida urbana do Rio de Janeiro: “Esta situação os sujeitava aos serviços mais pesados e de mais baixa remuneração, nos quais a concorrência era intensa e o desemprego e/ou a marginalidade constituíam possibilidades sempre presentes”.<sup>13</sup>

O Fundo Casa de Detenção registrou no ano de 1917 a entrada de 235 imigrantes portugueses por vadiagem, dos quais apenas 12 eram do sexo feminino. Os detentos em sua maioria eram jovens e solteiros, conforme se observa nos Gráficos 1 e 2.

---

11 MEDEIROS, 1996, p. 190, apud SILVA, Érica Sarmiento da. *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*. Tese (Doutorado)– Universidade de Santiago de Compostela, 2006.

12 MENEZES, 1996, p.131, 132.

13 *Ibidem*, p. 67-8.

GRÁFICO 1 – Estado civil dos detentos.

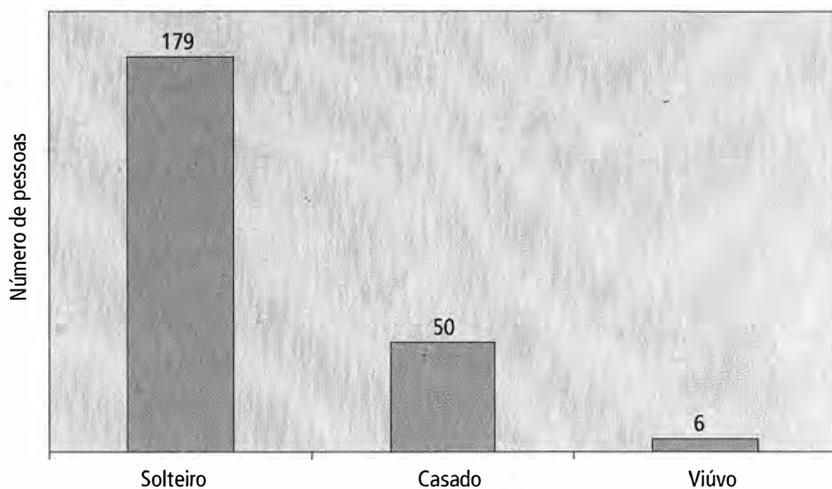
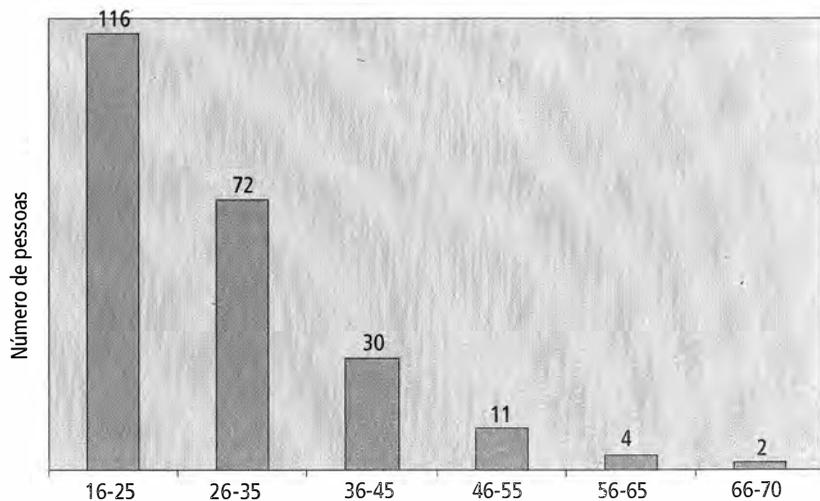


GRÁFICO 2 – Idade dos detentos.



A baixa escolaridade imperava entre o grupo pesquisado, e, contrariando os registros policiais que os levaram à prisão, a maioria dos presos detidos em 1917 declarou ocupar profissões variadas, de acordo com a Tabela 1:

TABELA 1 – Profissão dos detentos – 1917.

Homens			
Açougueiro	2	Lavrador	1
Agricultor	1	Leiteiro	1
Ajudante de caminhão	1	Marceneiro	1
Ajudante de pedreiro	1	Marítimo	4
Alfaiate	4	Mecânico	1
Aprendiz de cocheiro	1	Mestre de obra	1
Barbeiro	4	Motorista	1
Bombeiro	2	Operário	2
Carpinteiro	12	Ourives	1
Carregador	8	Padeiro	8
Carroceiro	11	Pedreiro	7
Chaveiro	1	Pintor	7
Cocheiro	8	Sapateiro	4
Comércio	94	Serralheiro	1
Copeiro	6	Servente de jardineiro	1
Cozinheiro	2	Servente de pedreiro	1
Eletricista	1	Trabalhador	14
Encadernador	1	Vendedor de jornais	2
Encanador	1	Total:	223
Jardineiro	4		

Mulheres	
Arrumadeira	3
Copeira	1
Doméstica	3
Lavadeira	2
Sem ocupação	2
Trabalha na roça	1
Total:	12
<b>Total Geral:</b>	<b>235</b>

Embora os presos pudessem ter mentido ao declarar suas profissões, é necessário atentarmos para o fato de que o conceito de vadiagem era amplo e a condenação por esse crime atingia também ladrões, falsários, cáftens e jogadores, os chamados “vadios profissionais”, segundo a classificação criminal da épo-

ca.<sup>14</sup> Além disso, quando a polícia não conseguia provar a culpa de um suspeito, apelava para o Artigo 399 que tornara todo pobre um criminoso em potencial. Assim, deixar de declarar uma profissão não livraria esses detentos do cárcere.

Apenas duas detentas declararam não ter profissão, sendo perfeitamente condizente com os valores vigentes à época uma mulher não possuir habilitação profissional. O fato de elas nem mesmo terem se apresentado como domésticas talvez forneça pistas sobre a situação de indigência em que se encontravam alguns imigrantes.

O alto índice de portugueses detidos por vadiagem revela a outra face da imigração, expondo as dificuldades encontradas pelos estrangeiros sem ocupação regular num país que fizera da pobreza uma questão criminal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos pescadores espancados pela Polícia de Macaé, em 1910, relatada no início do texto, ilustra a relação de violência que a polícia estabelecia com os imigrantes no início da República. Os dados enumerados no corpo do texto permitem verificar as formas violentas e preconceituosas da repressão policial sobre os imigrantes portugueses que tentavam no Rio de Janeiro um meio de inserção social que seu país não permitia naquele momento.

A história da imigração portuguesa e de outros povos da Europa empobrecida do final do século 19 e início do 20 é uma história de incertezas, lutas, preconceitos e violência dos nacionais e do Estado que acolhe esses imigrantes.

Neste trabalho, mais do que analisar dados e a documentação que utilizamos como fonte primária de pesquisa, procuramos destacar a importância do Fundo Casa de Detenção para a pesquisa histórica sobre a imigração europeia para o Brasil, pela riqueza de suas informações e por ser uma fonte ainda pouco visitada pelos historiadores.

---

14 MENEZES, 1996, p. 137.

## Sobre o Livro

<i>Formato</i>	16x23 cm
<i>Tipologia</i>	Minion (texto) Minion (títulos)
<i>Papel</i>	Reciclato 75 (miolo) Cartão Supremo 250 g/m <sup>2</sup> (capa)
<i>Impressão</i>	Sob demanda
<i>Acabamento</i>	Costurado e colado
<i>Tiragem</i>	1.000

## Equipe de Realização

<i>Coordenador Executivo</i>	Rubens Loureiro Neto
<i>Revisão</i>	Armando Olivetti
<i>Projeto Gráfico</i>	Equipe EDUSC
<i>Catálogoção</i>	Danielle Pinheiro
<i>Criação da Capa</i>	Gabriela Matos
<i>Diagramação</i>	Flavio Peralta

Impressão e  
Acabamento:



T: (14) 3332.1155



Editora Associada à:



O Brasil e Portugal foram marcados, indelevelmente, pelo processo i/emigratório. O primeiro, pólo de atração, restou mais identificado com a chegada de grandes levas de população, mas também conheceu o retorno de parte desses novos habitantes ao seu país de origem. O segundo foi definido pela construção de dilemas e revezes sociais definitivos, que deixaram traços de nostalgia na alma de sua gente. De toda a forma, de ambos os lados do Atlântico se estabeleceu um fluxo e refluxo de pessoas que, vistos nas suas temporalidades próprias, constituem uma matéria-prima riquíssima para o trabalho do pesquisador.

Avaliar quantidades demográficas, reconhecer procedimentos políticos, entender investimentos sentimentais, aquilatar a importância dos lazeres possíveis, estimar os sucessos no mundo dos negócios e as agruras do trabalho urbano esfalfante, enfim, interpretar as personagens e os grupos sociais no seu incessante movimento em direção ao futuro – o nosso presente interpretador – são tarefas que compõem a intenção do conjunto dos estudos reunidos neste volume que o leitor tem em mãos.

